

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TESE DE DOUTORADO

**ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS
NO BRASIL:
ITINERÁRIOS DE INTEGRAÇÃO À ORDEM**

Frederico José Falcão

**RIO DE JANEIRO
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Frederico José Falcão

**ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS NO BRASIL:
ITINERÁRIOS DE INTEGRAÇÃO À ORDEM**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Dr. José Paulo Netto

RIO DE JANEIRO
ABRIL/2010

ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS NO BRASIL: ITINERÁRIOS DE INTEGRAÇÃO À ORDEM

Frederico José Falcão

Orientador: Dr. José Paulo Netto

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro como parte dos requisitos necessários à obtenção de grau de Doutor em Serviço Social.

Aprovada por:

Presidente Prof. Dr. José Paulo Netto

Prof^a. Dra. Yolanda Guerra

Prof.Dr. Luis Acosta Acosta

Prof^a. Dra. Maria Beatriz Costa Abramides

Prof^a. Dra. Virgínia Fontes

Rio de Janeiro
Abril/2010

FALCÃO, Frederico José

Organizações Revolucionárias no Brasil: itinerários de integração à ordem. Frederico José Falcão – Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH-Escola de Serviço Social, 2010. ix, 533 p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ/CFCH – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2010. Orientador: Prof. Dr. José Paulo Netto - UFRJ/CFCH/Escola de Serviço Social.

1. Organizações Revolucionárias Brasileiras; 2. Política e Serviço Social Contemporâneo; 3. Projetos Revolucionários e Integração à Ordem.

*Para José e Vera, meus pais,
esquecidos na dissertação.*

Aos que virão depois de nós

(...)

*Vocês, que vão emergir das ondas
em que nós perecemos, pensem,
quando falarem das nossas fraquezas,
nos tempos sombrios
de que vocês tiveram a sorte de escapar.*

(...)

*Infelizmente, nós,
que queríamos preparar o caminho para a
amizade,
não pudemos ser, nós mesmos, bons amigos.
Mas vocês, quando chegar o tempo
em que o homem seja amigo do homem,
pensem em nós
com um pouco de compreensão.*

Bertold Brecht

RESUMO

A presente tese tem por objetivo o resgate do processo histórico da esquerda revolucionária brasileira, dando ênfase aos mais destacados projetos político-partidários construídos por essa esquerda ou nos quais ela apresentou destacada participação, no sentido de buscar explicar de que maneira organizações como o Partido Comunista do Brasil - posteriormente Brasileiro -, o PCB, e o Partido dos Trabalhadores (PT), apesar de suas diferentes trajetórias, formas de organização e de composição, acabaram, na prática, em momentos diversos do final do século passado, abandonando suas proposições originais de transformação radical da ordem do capital e enveredando para o caminho da integração à essa mesma ordem.

O Serviço Social comparece no decurso desse processo na medida em que o início do rompimento com a sua tradição conservadora e a sua renovação fundada nos alicerces do pensamento marxiano e no marxismo, em geral, se realizaram *pari passu* à construção e consolidação do PT (e do seu braço sindical, a Central Única dos Trabalhadores – CUT), em constante diálogo com essas organizações e ativa participação nelas. E, na medida em que ambas se defrontam com o dilema confrontação/integração frente à lógica do capital, em uma conjuntura desfavorável para os trabalhadores e suas vanguardas, como esses problemas rebateram no interior do Serviço Social e que tipo de alternativas então se colocaram.

Este estudo procura realizar, ainda, uma discussão sobre o conceito de revolução, suas diferentes abordagens e, ainda que resumidamente, um resgate das principais experiências revolucionárias da História. Procurou-se, também, contribuir para o debate acerca da evolução dos projetos revolucionários no Brasil e as tentativas de colocá-los em prática por diferentes agentes no decorrer do século XX.

A expectativa é que esta tese possa contribuir, de alguma maneira, para o debate da questão revolucionária no Brasil, apontando, através da crítica ao já proposto e levado a efeito, caminhos que possam auxiliar na luta dos que militam pela construção de uma nova ordem societária, desprovida da exploração do homem e do agente dessa exploração, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção.

PALAVRAS – CHAVE: 1. Organizações Revolucionárias Brasileiras; 2. Política e Serviço Social Contemporâneo; 3. Projetos Revolucionários e Integração à Ordem.

ABSTRACT

The present thesis aims at rescuing the historic process of Brazilian revolutionary left, emphasizing the most detached party-political projects built by this left or in which it had important participation in order to explain how organizations like the Brazilian Communist Party (PCB) and the Workers Party (PT), besides having so different trajectories, organization and composition, ended up, in practice, in different moments of last century, abandoning their original propositions of radical transformation of the capital order and facing a way of integration to the same order.

Social Work appears in this process, in a way that the beginning of the conservative tradition break and its renovation based on the Marxian thought and on Marxism, in general, was accomplished simultaneously to the foundation and consolidation of PT (and its syndical branch, the Unified Workers' Central – CUT), in constant dialogue and active participation in relation to these organizations. And since both face the dilemma confrontation/integration to the capital logics, in a non-favorable conjecture to workers and their vanguards, the way these problems refuted inside Social Service and what kind of alternatives were showed.

This study tries to realize a debate about the concept of revolution, about different approaches and, even in a reducing way, a rescue of the main revolutionary experiences in History. We have also tried to contribute to the debate about the evolution of revolutionary projects in Brazil and the attempts to put them in practice by different agents during the 20th Century.

The expectation is that this thesis may contribute, in a way, to the debate on the revolutionary matters in Brazil, pointing out, through the criticism to what has been proposed and taken into effect, ways that might help on the struggle of the militants for the construction of a new social order, free from man exploitation and from the agent of this exploitation, the private property of the fundamental means of production.

KEY WORDS: 1. Brazilian Revolutionary Organizations; 2. Policy and Contemporary Social Work; 3. Revolutinary Projects and Integration to the Order.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1.....	24
1.1 SOBRE AS REVOLUÇÕES.....	25
1.2 A PRIMEIRA REVOLUÇÃO BURGUESA.....	28
1.3 A REVOLUÇÃO BURGUESA NA FRANÇA.....	31
1.4 AS REVOLUÇÕES BURGUESAS DO SÉCULO XIX E SEUS LIMITES.....	40
1.5 ENGELS E O DEBATE REVOLUCIONÁRIO NO FINAL DO SÉCULO XIX.....	46
1.6 A REVOLUÇÃO DE 1917 E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NA RÚSSIA.....	60
1.7 VIDA E MORTE DA INTERNACIONAL COMUNISTA: UM BREVE RELATO.....	79
1.8 A CRISE DO STALINISMO E OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	82
CAPÍTULO 2.....	89
2.1 BRASIL: A HERANÇA NO FIM DO SÉCULO XIX.....	90
2.2 A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL: A INFLUÊNCIA ANARQUISTA.....	92
2.3 A ALTERNATIVA COMUNISTA: A CONSTRUÇÃO DO PCB.....	105
2.4 REORGANIZAÇÃO DO PCB: DO AUGE À DECADÊNCIA DO STALINISMO.....	130
2.5 NOVOS RUMOS PARA A ESQUERDA: REFORMA OU REVOLUÇÃO?....	160
2.6 A ESQUERDA FRENTE À DITADURA: ENFRENTAMENTOS.....	189

CAPÍTULO 3.....	205
3.1 OS ESTERTORES DA EMPRESA DITATORIAL BURGUESA.....	206
3.2 A AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS.....	210
3.3 AS FORÇAS NÃO-PARTIDÁRIAS DE AÇÃO CONTRA A DITADURA.....	216
3.4 A HORA DA VIRADA.....	224
3.5 A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO.....	228
3.6 A VIRADA NO SERVIÇO SOCIAL.....	245
3.7 OS ANOS DE 1980: UMA DÉCADA PERDIDA?.....	264
3.8 A IMPLANTAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL NOS PAÍSES CENTRAIS DO CAPITALISMO.....	265
3.9 O BRASIL NA CONTRACORRENTE DA “MUNDIALIZAÇÃO”.....	269
3.10 O PT ENTRE A AFIRMAÇÃO E A CRISE.....	274
3.11 O PT E A DISPUTA DE PROJETOS NO MOVIMENTO SINDICAL.....	282
3.12 A CUT E O MOVIMENTO SINDICAL NA NOVA REPÚBLICA.....	307
3.13 O SERVIÇO SOCIAL NA DINÂMICA SÓCIO-POLÍTICA DA DÉCADA DE 1980.....	318
3.14 FIM DA DÉCADA.....	328
3.15 SOBRE A DÉCADA PERDIDA.....	346
CAPÍTULO 4.....	349
4.1 A OFENSIVA NEOLIBERAL.....	350
4.2 A ESQUERDA E A DERROTA ELEITORAL DE 1989.....	356
4.3 OS IMPASSES DA ESQUERDA BRASILEIRA, DE COLLOR A ITAMAR..	363
4.4 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.	423
4.5 A ESQUERDA E A “ERA FHC”: CAMINHOS E DESCAMINHOS.....	429
4.6 LULA PRESIDENTE, ENFIM.....	473

CONCLUSÃO.....	481
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	491

INTRODUÇÃO

O processo histórico dos últimos quatro séculos tem sido marcado por movimentos políticos de massas, de início a partir do continente europeu, voltados a fazer aflorarem radicais transformações nas condições político-jurídicas, sócio-econômicas e ideológicas naquelas sociedades nas quais eles incidiram. Essas ações acabaram por gerar, em muitos desses casos, condições profundamente novas e diferenciadas daquelas até então vigentes. Esses movimentos, com algumas semelhanças e um sem número de especificidades, são denominados revoluções, e se apresentam, de forma exponencial, como processos carregados de violência, a “parteira da História” (MARX, 1968, p. 869). Conduzidas por grupos políticos organizados, esses acontecimentos marcaram a História mundial pela radicalidade e abertura para o novo. O capitalismo tornou-se sistema dominante, em diversos países europeus, entre os séculos XVII e XIX, por meio da eclosão dessas lutas sociais. O socialismo, essa novidade que abre a chance de os homens superarem a sua Pré-História, construindo uma sociedade na qual inexista exploração entre eles e nem a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, fonte mesma dessa exploração, já se coloca no horizonte da humanidade, desde que o capital forjou as armas de sua destruição e os (...) *homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários* (MARX e ENGELS, 1987, p. 82).

No Brasil, país da tradição da colonização europeia na América e, posteriormente, da área de influência e dominação econômica das potências imperialistas, a construção das alternativas revolucionárias de cunho anticapitalistas perpassaram todo o século XX, na sequência do desenvolvimento do capitalismo, em sua forma dependente e periférica, como

contestação à sua existência e reprodução. A História do Brasil a partir do século passado não pode ser contada omitindo-se a ocorrência de lutas pela superação do sistema dominante, voltadas à construção de um novo modelo societário, e a existência de toda uma gama de problemas que afligiram aqueles que, porventura, se aventuraram (e continuam se aventurando) na edificação desse modelo.

A tese que ora se apresenta tem por objeto central o itinerário histórico da esquerda revolucionária brasileira no século passado e os projetos político-partidários construídos por ela ou nos quais ela teve considerável participação. São, portanto, alvos não exclusivos desta tese o Partido Comunista Brasileiro (PCB), organização política de maior longevidade no Brasil e de decisiva influência em diferentes momentos da História do país no século XX, e o Partido dos Trabalhadores (PT), que assume as vezes de portador dos ideais socialistas nas últimas décadas desse século. A importância de se conhecer a trajetória dos partidos revolucionários diz respeito ao fato de que é neles que se concentra o instrumental subjetivo básico para a transformação social do capitalismo, a consciência revolucionária e a direção da luta anticapitalista¹. Momento de rompimento com o espontaneísmo da luta dos trabalhadores, segundo Lenin (1979), príncipe moderno, na visão de Gramsci (1978), o partido revolucionário é o elemento da construção e da conquista da hegemonia², na

¹ É nesse sentido que Lenin afirma que (...) *só um partido guiado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente de vanguarda* (1979a, p. 97).

² Para Gruppi, a hegemonia (...) *é isso: determinar os traços específicos de uma condição histórica, de um processo, tornar-se protagonista de reivindicações que são de outros estratos sociais, da solução das mesmas, de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança na luta contra o capitalismo e, desse modo, isolando o próprio capitalismo.* (1978, p. 59). E essa hegemonia (...) *se torna*

articulação das reivindicações mais amplas do conjunto dos trabalhadores, encaminhadas no sentido do socialismo. Estudar os partidos políticos revolucionários ou nos quais os revolucionários têm relevante atuação representa especial papel na compreensão da contestação às formas de dominação capitalista em uma dada formação social. E mesmo quando se trata de um partido político como o PT, que nunca assumiu um caráter revolucionário, as bandeiras anticapitalistas que desfraldou em sua criação, a aglutinação em torno de seu projeto por parte de amplas massas trabalhadoras da cidade e do campo e a participação nele de uma gama de elementos e agrupamentos autoreivindicados marxistas e/ou revolucionários já o tornam objeto decisivo da análise de quem busca conhecer as vicissitudes do pensamento e da prática revolucionários no Brasil contemporâneo.

O Serviço Social comparece nesta tese na medida em que nele se desenvolveu nas últimas duas décadas do século passado, *pari passu* com a participação de sua vanguarda na criação e consolidação do projeto petista, um projeto de rompimento com a sua tradição conservadora e tecnicista. Amparado nas formulações teóricas marxianas e marxistas em geral, em uma integração aos movimentos sindicais e de massas que vinham à tona reivindicar direitos e a construção de uma nova sociabilidade, normalmente colados ao projeto liderado pelo PT, o Serviço Social brasileiro adquiriu uma experiência e um acúmulo prático-teóricos que viabilizaram a existência de uma nova face da profissão. Em uma conjuntura de crise do modelo de dominação ditatorial do capitalismo brasileiro e da própria hegemonia burguesa, na qual diversos projetos de poder

possível, precisamente, a partir da existência de uma condição objetiva e do seu conhecimento, e, ao mesmo tempo, da iniciativa subjetiva (IDEM, p. 42).

se enfrentavam como alternativas àquele que entrava em derrocada, os assistentes sociais brasileiros não só se integraram a esse movimento por mudanças sociais profundas, mas também iniciaram transformações não menos aprofundadas no interior da profissão, nos campos acadêmico, teórico-metodológico, ético-normativo e sindical.

A hipótese diretriz desta tese aponta para a afirmação da ocorrência da integração e conformação desses partidos políticos portadores de proposições socialistas e revolucionárias à ordem do capital. Em períodos diferenciados do século passado esses partidos teriam, de forma gradual, realizado movimentos que, embora diferenciados quanto à duração e à forma, apontaram para o abandono de seus referenciais de origem. E, nesse aspecto, em relação ao PT, esse movimento geraria uma crise nas suas relações com setores da esquerda revolucionária que determinaria um gradual afastamento de vários desses setores em relação ao projeto petista. No mesmo sentido, é hipótese desta tese a ocorrência, em um Serviço Social ressignificado pela “intenção de ruptura”, de processo semelhante, a partir dos anos de 1990, na medida em que o seu referencial teórico e suas formulações tenderiam a se diferenciar daquilo que o projeto petista então se transformava. Sucederia um movimento de sentido inverso: a vanguarda dos assistentes sociais tradicionalmente mais imbricada ao PT em suas origens inclinou-se ao afastamento desse partido, enquanto setores do Serviço Social historicamente mais distantes dele tenderam a abraçar aquele projeto.

É objetivo desta tese oferecer contribuições para a compreensão dos processos que acabaram por transformar essas experiências de organização, consciência e luta por uma sociedade socialista, quer dizer, radicalmente

contestadoras das estruturas de dominação do capital, representadas pelo PCB e pelo PT, em partidos adequados à ordem burguesa. E, nesse sentido, os conflitos e contradições resultantes dessa adequação, por dentro dessas organizações políticas ou na sua relação com movimentos populares e vanguardas profissionais.

A realização desse processo por dentro do PCB perpassou um longo percurso histórico, no qual o “Partidão” apresentou-se para a sociedade brasileira ora como portador de mensagens de conteúdo de mudança radical, ora com um discurso que se perdia em diluições político-ideológicas, abandonando qualquer conotação socialista. Pode-se afirmar que um dos componentes centrais dessas vicissitudes enfrentadas pelos comunistas em sua longa trajetória afirmava-se em uma considerável dificuldade de analisar a realidade a qual se queria transformar. Esse problema era acompanhado pela ausência de uma formulação estratégica coadunada com aquela realidade e, evidentemente, por uma tortuosa elaboração de táticas que oscilavam, ora para a esquerda, ora para a direita, sem que isso permitisse uma maior aproximação com o seu papel de consciência e direção da luta revolucionária da classe operária, dos trabalhadores e de todos os explorados. Afinal, nas últimas três décadas de sua existência, assumindo uma postura reformista e de aproximação com setores da burguesia, de início os nacionalistas e, após o golpe político-militar de abril de 1964, os liberais, o PCB não soube acompanhar o novo quadro político que se apresentou quando da crise do modelo burguês ditatorial, a partir de finais da década de 1970. Rejeitado, em geral, em público pelos liberais burgueses com quem negociava nos bastidores, criticado pelos setores do movimento de massas que se radicalizava naquele momento, aliado a pelegos

sindicais cada vez mais desmoralizados entre os trabalhadores e as novas lideranças que então emergiam, o PCB não foi capaz de sobreviver a essa situação, tanto mais que soçobrava, na época, o modelo de socialismo soviético com o qual o Partido se identificara, quase sempre de forma apaixonada, desde a sua fundação em 1922.

O PT, ao contrário, mesmo tendo assumido a liderança das mobilizações de massas que marcaram a “década perdida” no Brasil (anos de 1980), foi muito mais rápido no abandono de seu arsenal teórico-político e sua prática anticapitalista. Em menos de dez anos, o Partido, e seu espelho no meio sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), foram capazes de iniciar uma viragem política que se consolidou nos anos de 1990 e, principalmente, com a eleição de seu candidato à presidência da República em 2002. A explicitação das formas como esse processo se desenvolveu em uma sociedade como a brasileira, na passagem de uma conjuntura de grandes lutas sociais nos anos de 1980 para um novo momento, em que, na década seguinte, em ritmo acelerado, se realizou a integração ao capitalismo em sua versão neoliberal, representarão também objetivos a serem perseguidos nesta tese, acompanhados do conjunto de contradições, mudanças de rumo, aproximações, afastamentos e perplexidades dos diferentes agentes políticos em movimentação nesses períodos.

Para uma melhor compreensão dos objetivos desta tese, ela foi dividida em quatro capítulos que abrangeram o conjunto das problemáticas que se buscou desvendar.

O primeiro capítulo trata do conceito de revolução, nas diferentes formas em que o pensamento marxista aborda o tema. A partir disso, procura historiar

os primeiros processos revolucionários, de direção burguesa, no sentido de estabelecer uma discussão sobre como se enfocou o tema no século XIX, quando a classe operária se fez presente no cenário político de forma independente e se colocou a superação das sociedades baseadas na exploração capitalista. A discussão sobre as alternativas de revolução que então eram defendidas tem real importância na nossa atualidade, o que remete à necessidade de reflexão das posições preconizadas efetivamente por Karl Marx e Friedrich Engels, em seu combate frente a concepções esquerdistas ou oportunistas e reformistas. Além disso, o capítulo em questão versa sobre os debates teórico-políticos acerca da construção da revolução e do socialismo na Rússia (depois União Soviética), procurando discutir os problemas advindos dessa experiência que influenciaram sobremaneira os demais experimentos revolucionários que perpassaram o século XX. Nesse contexto, têm destaque a Internacional Comunista (IC) e o seu papel na moldagem dos partidos comunistas (e suas políticas) a ela vinculados, no sentido de permitir o entendimento de como tais influências podem ter contribuído (ou não) para o avanço do socialismo em esfera planetária. Referências ao processo de desestalinização na União Soviética e nos partidos comunistas e a processos revolucionários como o cubano fecham o primeiro capítulo, apontando para o papel que tais acontecimentos teriam na trajetória mais recente dos projetos voltados à luta pelo socialismo, especialmente no Brasil, nosso campo de avaliações.

O segundo capítulo vai abordar as sendas percorridas pelos movimentos de caráter anticapitalista que levaram adiante seus projetos durante o século passado no Brasil. Começando pelas experiências dos anarco-sindicalistas em termos de lutas e formas de organização da nascente classe operária, passar-se-á

à discussão da tão gloriosa como atormentada História do Partido Comunista do Brasil (depois Brasileiro), do seu nascimento e vinculação à IC e às políticas dela emanadas, desdobrando-se pelas tentativas de chegada ao poder, os ataques e perseguições sofridas e os conflitos internos que essa agremiação política de tão longa História teve de vivenciar. No decorrer do texto novos personagens, organizações de cariz revolucionário e suas formulações aparecerão com projetos alternativos aos do PCB, disputando a sua liderança no seio da classe operária e do conjunto dos trabalhadores, principalmente após as denúncias do líder soviético Nikita Krushev sobre os crimes da era stalinista na União Soviética. O sucesso da Revolução Cubana e as críticas às posições defendidas pelos pecebistas quando do ascenso do movimento de massas, no início dos anos de 1960, contribuíram para o crescimento de novas forças políticas de caráter socialista no Brasil. O segundo capítulo se encerra no debate dos caminhos a serem seguidos pela esquerda revolucionária após a eclosão do golpe militar de abril de 1964. Luta contra a ditadura articulada com a oposição liberal burguesa, movimentos guerrilheiros na cidade e no campo, mobilização da classe operária e dos trabalhadores por um outro modelo societário, todas essas opções estiveram em jogo, enquanto o poder discricionário montava um formidável aparato repressivo que acabaria por adiar os sonhos de parcelas de uma geração que passaria, por algum tempo, a ser submetida a uma dominação baseada no medo, na tortura e na morte.

O terceiro capítulo se abre com as diferentes forças sociais que, de alguma forma, contribuíram para manter viva a chama da liberdade em meio a um oceano de arbítrio e com a atuação do movimento operário e popular em contestação ao regime ditatorial burguês. A partir dessa base, discutir-se-ão as

diferentes propostas apresentadas pelas forças da esquerda socialista, mais diretamente representadas pelo PCB, que procurava se reestabeecer como interlocutor representativo da classe operária frente à burguesia liberal, agrupada na frente (p)emedebista, ou pelo nascituro e radical PT, crítico das alianças com os setores burgueses e voltado a aglutinar as forças do movimento sindical e popular que se lançavam na luta contra a ditadura e pela conquista de direitos. Seria nesse caldo de cultura que a vanguarda do Serviço Social passaria a se articular, em um processo que rebateu na produção teórica e nas áreas acadêmica, profissional e sindical, na busca da superação da sua tradição conservadora, dentro de um projeto que foi denominado de “intenção de ruptura”. Seu marco inicial se deu com as ações realizadas por essa vanguarda quando do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979. Nele os assistentes sociais assumiram uma postura crítica tanto ao tradicionalismo quanto à vinculação da profissão aos projetos da ditadura, então em franca decadência, e do capital. Abria-se, ali, todo um período de afirmação desse Serviço Social articulado aos interesses dos trabalhadores, participando intensamente das lutas sociais e das construções do PT e da CUT.

Enquanto isso, a trajetória declinante da influência pecebista no interior do movimento de massas demonstrava a falência de sua política de integração subordinada à ordem do capital. A burguesia, em processo de montagem de um novo projeto de poder, não viu necessidade de transformar o PCB em interlocutor privilegiado, especialmente pela representação de baixa intensidade que esse Partido apresentava, nos anos de 1980, no interior dos movimentos dos trabalhadores e na população em geral. Isolado, e vendo o projeto petista prosperar, o velho Partidão tendeu ao definhamento e à extinção, não antes de

ver, em processo semelhante, o fim do todo poderoso modelo soviético na Europa Oriental.

O PT e a sua manifestação no meio sindical, a CUT, tiveram, ao contrário do PCB, um momento de forte ascensão durante os anos de 1980, acompanhando a crise da ditadura, o crescimento dos movimentos de massas e as dificuldades iniciais de a burguesia brasileira se coesinar em torno de um projeto de dominação pós-ditatorial que reorganizasse a sua hegemonia. Mesmo assim, desde aquele período, os conflitos internos no Partido (e na Central) já se manifestavam, indicando disputa de projetos que mobilizavam as forças que os compunham. A esquerda socialista, sempre minoritária, mas aproveitando a conjuntura de ascenso para radicalizar as posições daquelas organizações, passou, poucos anos após a fundação do PT e da CUT, a sofrer seguidos ataques de outros setores dessas entidades. Intelectuais “progressistas”, militantes da esquerda católica e, principalmente, lideranças sindicais de viés político social-democrata, preocupados com a possibilidade de perda da direção da política encaminhada nessas entidades, que incidiam fortemente sobre o movimento popular, mantiveram acirrada luta para estabelecer normas de controle da ação daqueles grupos da esquerda socialista, enquanto realizavam uma gradual e sutil mudança no conteúdo das formulações aprovadas em encontros e congressos. Tais questões não se tornavam muito visíveis em um momento de radicalização das lutas. Mas, já para o final da década, acompanhando o crescimento das responsabilidades do Partido quando de vitórias eleitorais em importantes prefeituras e da crise do movimento socialista em termos mundiais, com a mencionada derruição do “mundo soviético”, as forças hegemônicas do

PT e da CUT impuseram seguidas derrotas aos grupos de esquerda, forçando-os a rompimentos ou acomodações a partir de então.

O quarto e último capítulo acompanha a caminhada do PT e da CUT pela década de 1990 durante a qual os elementos anteriores de crescimento do movimento operário e popular se esfumaram em uma nova conjuntura em que o neoliberalismo e os processos de reestruturação produtiva impunham a revisão de políticas e a construção de formas de resistência. Nesse contexto, tanto o PT quanto a CUT aprofundaram sua alternativa de integração à ordem emanada do mundo do capital, através de processos de negociação e proposições que não ultrapassavam, dentro de um claro “possibilismo”, os limites impostos pelas regras ditadas pelos patrões e governos. Porém, ainda aí foi possível maquiagem as rupturas com o passado recente de lutas, na medida em que tanto o PT quanto a CUT foram chamados a liderar, mal ou bem, a resistência a políticas governamentais de cunho fortemente neoliberais que atacavam profundamente os direitos dos trabalhadores. O acompanhamento dos seus debates internos, entretanto, não deixa dúvidas em relação ao abandono das referências classistas e socialistas, ou, até, à modificação do conteúdo das reivindicações no sentido de torná-las palatáveis para os novos aliados que se buscava aproximar, a burguesia “desenvolvimentista”, capaz de garantir aos setores politicamente conservadores da população que o PT tinha se tornado um Partido confiável e que a ascensão de um seu candidato à presidência da República não representaria nenhum tipo de risco que pudesse abalar a “estabilidade”. Nesse processo, que acabou por se agravar com a chegada de Lula ao governo federal em 2002, os movimentos populares e sociais passaram por uma trajetória de divisão. Enquanto algumas lideranças e parte da militância continuavam

seguindo atrás da liderança petista (e cutista), outros desenvolviam uma atitude crítica frente a esse enquadramento à ordem. Esses movimentos, seja para que lado se dêem, são sempre muito difíceis já que envolvem opções de há muito tomadas ou projetos a serem ou não redefinidos. Inserida no bojo desse processo, a vanguarda do Serviço Social, que construiu sua hegemonia no interior da categoria através de uma forte ligação com o PT e a CUT, mas, principalmente, com formulações ídeo-políticas baseadas na luta dos trabalhadores contra a dominação do capital, pela independência e autonomia dos trabalhadores e de suas entidades frente a patrões e governos, se vê diante de uma encruzilhada: abandonar seu Projeto Ético-Político, calcado nessas formulações, adequando-se aos “novos tempos”, ou participar ativamente na construção da resistência e de alternativas ao modelo de sociedade ora vigente. Esse não é, evidentemente, um desafio somente para os assistentes sociais brasileiros. Há toda uma gama de militantes sociais, sindicalistas e trabalhadores em geral colocados diante desse impasse. E é dos caminhos por eles (nós) assumidos que depende, em forte medida, os caminhos que o Brasil irá trilhar daqui para adiante.

Para a realização da pesquisa que resultou nesta tese, efetuou-se um extenso levantamento bibliográfico, abrangendo fontes primárias (jornais, documentos, panfletos e materiais partidários de toda sorte) e secundárias, como livros, coleções de revistas etc. A análise exaustiva desse material foi complementada por um conjunto de entrevistas realizadas no intuito de desvendar aspectos obscuros do que se estava pesquisando, permitindo tornar mais claras, explícitas e sustentáveis as opiniões aqui emitidas.

O autor destas linhas acredita ter contribuído, com esta tese, para a elucidação de diversos aspectos ainda pouco estudados e conhecidos da História da esquerda brasileira. E, mais importante do que isso, tem a compreensão de ter auxiliado para o desenvolvimento do debate que ora ocupa parcelas da intelectualidade de esquerda e dos militantes de partidos, dos movimentos populares e, especialmente, dos assistentes sociais sobre os destinos do país, na perspectiva da construção de um novo modelo societário, socialista, base para a futura existência do homem como ser social ontologicamente livre.

Carpent tua poma nepotis. (Virgílio)

Capítulo 1

Revolução e processos revolucionários –
aproximações necessárias

1.1 SOBRE AS REVOLUÇÕES

O termo revolução aparece na língua portuguesa, e não só, com muitos significados diferentes. Na política, por exemplo, está articulado a movimentos de sublevação contra uma determinada ordem existente, em geral com a utilização do recurso da força. Porém, se de um lado tais características delimitam um determinado campo, por outro abrem espaço para a confusão que mais dilui do que esclarece. Isso porque não aparece qualquer distinção entre um levante, uma revolta (e, às vezes, até uma contra-revolução) e o que se busca determinar como revolução. Nesse sentido, na medida em que ela representa aqui o objeto a ser discutido, torna-se vital uma caracterização do termo que evite os problemas citados.

Revolução será doravante tratada, neste texto, com dois sentidos diferentes, mas que de alguma forma se combinam, a saber: o primeiro, mais geral e profundo, corresponde ao processo de transformação de uma determinada estrutura social (e não simplesmente uma mudança de governo) por parte de uma ou mais classes sociais, derrubando, afastando do poder a classe anteriormente dominante. Como processo entende-se um período mais ou menos longo em que as forças antes dominantes são desalojadas de seus postos de mando, por conseguinte as formas de dominação até então vigentes, sejam elas do campo jurídico-político, econômico-social e ideológico, perdem validade, sendo superadas por novas, determinadas pela classe tornada dominante.

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que nada mais é que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevêm, então, uma época de revolução social. (MARX, 1982a, p. 25)

Os processos revolucionários estão ligados umbilicalmente à incapacidade de as relações de propriedade (relações entre homens em um processo produtivo) acompanharem o contínuo desenvolvimento das forças produtivas. Esse descompasso abriria caminho para que uma nova classe social tomasse para si o papel de rearticular aqueles elementos.

Cabe aqui um parêntesis voltado a discutir duas críticas feitas às idéias acima formuladas, caracterizando-as como deterministas ou economicistas. Em primeiro lugar, ao falar em abertura de uma época de revolução social, Marx não está afirmando que este ou aquele movimento revolucionário acabará vitorioso ou que um acontecimento torna-se, por si só, inevitável. Trata-se, aqui, não mais do que o reconhecimento de que as tarefas colocadas para uma determinada classe social no poder estão esgotadas, que ela se tornou entrave do desenvolvimento da própria sociedade e que, por isso, as condições gerais, estruturais, objetivas, de superação do poder daquela classe dominante estão já dadas. Nada disso se confunde com a idéia de uma inevitabilidade de uma ação revolucionária a ser levada adiante por alguma outra classe.

Uma segunda questão refere-se a um suposto determinismo econômico do pensamento marxiano que se provaria pela subordinação da mudança estrutural na sociedade a elementos puramente econômicos (forças produtivas e relações de produção). Esse tipo de crítica parte de uma leitura enviesada do

texto marxiano que procura enxergar nele somente um movimento das forças econômicas trazendo atrás de si todo o conjunto dos demais elementos componentes do corpo social. No texto em questão, ao contrário, o autor deixa límpida a questão das relações de produção enquanto expressão jurídica das relações de propriedade (quer dizer, de propriedade e não propriedade) dos meios de produção, relações que se dão entre homens. Na caracterização dessas relações em uma determinada sociedade, explicitam-se diferentes classes sociais, as contradições existentes entre elas (elementos de base política), inclusive na construção de diferentes visões de mundo. Nada mais distante de um determinismo economicista! Quando se afirma que a

(...) história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história da luta de classes (...) opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta (,,) que sempre terminou ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das duas classes em luta (...), (MARX e ENGELS, 1987, p. 75- 76)

não resta lugar para dúvidas e tergiversações a respeito. As classes sociais diferentes, em sociedades diferentes, estão sempre, aberta ou veladamente, em conflito. Um processo de transformação social, de mudança radical das relações de poder numa sociedade, só poderá se dar (e não se coloca aqui se se dará) quando as condições objetivas dessa transformação tiverem amadurecido. Isso sem contar com as condições subjetivas (de consciência, organização e capacidade de luta) da classe revolucionária. Mas não é isso que está, neste momento, em questão.

Um segundo sentido do termo revolução a ser utilizado diz respeito ao momento de tomada do poder político (em geral, com o recurso da violência) por uma ou mais classes sociais.

(...) as revoluções políticas são inevitáveis no decurso da revolução socialista, que não pode ser encarada como um só acto, mas deve ser encarada como uma época de tempestuosas convulsões políticas e económicas, da mais aguda luta de classes, de guerra civil, de revoluções e contra-revoluções. (LENIN, 1979c, p. 569)³

É importante comentar aqui que essa tomada do poder sob hipótese alguma se deve confundir com movimentos de revoltas ou quaisquer outros tipos de sublevação. O movimento de classe(s) de que o texto vai se ocupar representa um primeiro e radical momento do processo acima explicitado, não se completando em si mesmo, e inicia uma profunda mudança nas estruturas da sociedade. É nesse aspecto que as duas possíveis utilizações do termo revolução se combinam, se articulam, sem que haja nenhuma contradição entre elas.

1.2 A PRIMEIRA REVOLUÇÃO BURGUESA

A utilização, em política, do termo revolução parece ter tido seu primeiro momento nos movimentos burgueses na Inglaterra do século XVII. No caso da chamada Revolução Puritana de meados daquele século já se podem observar aspectos tornados a partir daí frequentes nos processos de transformação social ocorridos na Europa. Nela pode-se constatar a presença de diferentes classes ou setores de classe nos enfrentamentos contra a monarquia absoluta e a alta nobreza a ela aliada. Em um primeiro momento, que corresponde à derrubada de Carlos I e à tomada do poder pelas forças do Parlamento, representando setores da burguesia, inclusive de uma nobreza em fase de aburguesamento,

³ Em MARX, há referências a “revoluções políticas” e “revoluções sociais” para designar, respectivamente, os dois fenômenos aqui explicitados. Em LENIN, que também vai utilizar o conceito “revolução política”, é comum encontrar as expressões “revolução em sentido estrito” ou “em sentido amplo”, ainda respectivamente. (CLAUDÍN, 1985, p. 52 e 94)

lideradas por Oliver Cromwell, é marcante a atuação de *levellers*, *true levellers* ou *diggers*, entre outros, inclusive na oficialidade dos “cabeças redondas” (no caso, os primeiros). Esses setores, compostos de parcelas de pequenos proprietários, artesãos, trabalhadores urbanos e rurais, pregadores religiosos não identificados com o anglicanismo sustentado pelo monarca nem com o catolicismo “estrangeiro”, entre outros, defendiam desde uma melhoria da situação dos pobres (*levellers*) até o fim da propriedade privada (*diggers*), utilizando de formas pacíficas de manifestação até a ocupação de terras.

No princípio dos tempos, o Grande Criador, a Razão, fez a terra: (...) Nesse princípio não se disse palavra alguma que permitisse entender que uma parte da humanidade devesse governar outra (...). Porém (...) imaginações egoístas (...) impuseram um homem a ensinar e mandar em outro. E dessa forma (...) o homem foi reduzido à servidão (...). E assim a terra (...) foi cercada pelos que ensinavam e governavam, e foram feitos os outros (...) escravos. (WINSTANLEY, *apud* HILL, 1987, p. 139-140)

Pregações radicais como esta tornaram-se comuns à época. Aqueles que ansiavam, como a pequena nobreza e os grandes comerciantes que haviam apoiado as forças do Parlamento, reconstruir as instituições e impor valores segundo seus desejos, tiveram que se defrontar com grupos que, numa forte ebulição das idéias e práticas políticas, ofereciam novas soluções políticas e, até, econômico-sociais. A chegada ao poder dos representantes de uma nova classe social, no caso a burguesia, colocou a necessidade de, após a vitória inicial, promover-se o expurgo daqueles revolucionários cujas visões e práticas não se coadunavam com o programa dos setores que assumiram a direção do movimento. A repressão sobre os “radicais” foi, pelo menos, tão brutal quanto a que se abateu sobre os representantes do Antigo Regime.

Pode-se afirmar que essa situação se repete em muitos dos processos revolucionários conhecidos. Quando mais de uma classe participa dessa luta por transformações profundas, ocorre disputa entre os vitoriosos para definição do projeto a ser tornado dominante. Isto nos remete ao conceito de unidade de ruptura, que corresponde à atuação de classes ou setores de classes em um processo revolucionário, no qual a derrubada de uma classe então dominante é objetivo comum desses setores, mas as contradições com aquela são, muitas vezes, de natureza diversa. Na medida em que a luta política de derrubada da antiga classe do poder tem sucesso, abre-se um novo período de disputa e definição acerca da construção do futuro poder. Essas definições, assim como a capacidade de sobrevivência dos antigos detentores do poder, podem caracterizar um curso mais ou menos longo no processo revolucionário.

No caso inglês, a destruição (inclusive física) dos grupos radicais permitiu a Cromwell a organização de um poder quase despótico, que se chamava republicano, e no qual as formas de poder ditatorial centralizado estiveram sempre presentes.⁴ E, quando do conflito entre a monarquia reposta e o Parlamento, no final dos anos 80 daquele século, à derrota de Jaime II não se sucedeu nova disputa entre vencedores. A consolidação do poder burguês, aí, deu-se de forma inquestionável. Terminava com a vitória da nova classe o longo período revolucionário que ocupou grande parte do século XVII. Abriam-se as portas para a ação livre de entraves por parte dos diferentes setores burgueses frente às amarras antes impostas pelo Estado interventor absolutista. O Estado agora passaria a implementar políticas voltadas aos interesses burgueses.

⁴ Sobre os problemas da primeira revolução burguesa na Inglaterra, ver ainda as obras de HILL, 1985 e 1988.

Expansão comercial, dominação colonial e acumulação capitalista eram as novas palavras de ordem. O surgimento da maquinofatura e da industrialização estavam na soleira da porta.

1.3 A REVOLUÇÃO BURGUESA NA FRANÇA

Sem que este seja um objetivo desta tese, não sendo, por isso, alvo de uma análise detalhada e mais profunda, a explicitação de algumas questões que cercam esse movimento podem ajudar a explicar a caracterização desse processo como revolução, além de expor análises divergentes sobre o mesmo.

Uma questão inicial sobre o tema diz respeito à periodização da Revolução. Não há como evitar o comentário de que qualquer definição de um período revolucionário é uma obra do analista do processo. Por ser arbitrário, podem-se encontrar as mais diversas datas de delimitação, dependendo do autor. Torna-se, porém, importante verificar essas datações e o papel que cumprem na análise da conjuntura estudada. Isto porque, também ao estabelecê-las, o analista estará deixando clara uma opção de classe frente ao objeto estudado. Partindo das duas definições de revolução já explicitadas, podemos afirmar que aquela que marca o momento político da tomada do poder tem, na França revolucionária, uma marca hoje consagrada quase como uma unanimidade, o 14 de julho de 1789, data do ataque das forças anti-absolutistas à fortaleza da Bastilha, transformada em prisão dos inimigos da monarquia e alvo privilegiado do ódio das camadas que compunham o chamado Terceiro Estado. Há aí, porém, algumas variáveis que podem levar um observador mais arguto a questionar tal “unanimidade” e encontrar elementos denotativos do poder de uma classe social de impor, através dos séculos, a sua interpretação da

revolução. A revolta que leva à destruição da Bastilha foi rapidamente apropriada pelos setores burgueses rebelados contra os Estados Gerais convocados pelo monarca Luis XVI e organizados em uma assembléia constituinte autoconvocada. Seria desse poder cada vez mais ampliado que emanariam as normas que, pouco a pouco, regeriam a França. E, agora detentor de boa parcela do poder político, o setor mais abastado da burguesia amenizaria seu pendor revolucionário, certamente receoso da radicalização promovida pelas camadas economicamente exploradas do Terceiro Estado, que poderiam colocar em risco os interesses maiores dessa burguesia. Nesse sentido, cabem algumas questões: essas camadas “populares” aceitaram passivamente esse transformismo dos setores dominantes da burguesia, de revolucionário a conservador, sem maiores contestações? Reconheceram eles, dentro do processo revolucionário, que o 14 de julho foi, então, o marco exclusivo de suas conquistas? A análise das lutas daquele período nos leva a considerar negativamente a ambos os questionamentos.

Os diversos conflitos ocorridos à época no sentido da ampliação das conquistas dos explorados e de uma modificação mais profunda da sociedade, que iriam ter seu ponto alto com a derrubada da monarquia e instauração da República e da Convenção Nacional em setembro de 1792, já avançam na clarificação dessa questão. Mas é um dado simbólico surgido naquele momento que nos deve fazer refletir sobre como viam a Revolução os próprios revolucionários de então. Uma das medidas aprovadas na Convenção, em outubro de 1793, foi a criação de um novo calendário que substituía o de base cristã. O marco zero desse calendário, exemplo de um Novo Tempo que deixava o Antigo Regime para trás, foi 22 de setembro de 1792, primeiro dia da

República. Naquela conjuntura de forte radicalização, o 14 de julho representava o início, a abertura da Revolução, mas, de modo algum, seu momento decisivo e fundamental, e, por isso, mais marcante. Se, posteriormente, o novo calendário foi abandonado, retornando o da matriz cristã, isso não representou mais do que a derrota, dentro da Revolução, das proposições mais avançadas em termos revolucionários, quer dizer, a consolidação da revolução burguesa. A institucionalização inquestionável do 14 de julho como “data da Revolução” é parte dessa consolidação.

Um segundo aspecto referente ao tema da datação do período revolucionário, agora sob a ótica da média ou longa duração deste, enquanto processo, merecerá atenção quando se analisar, adiante, o quadro das revoluções do século XIX.

A revolução francesa é, em geral, tratada como um exemplo clássico de revolução burguesa, quer dizer, na qual a burguesia enquanto classe social conseguiu, ao seu final, exercer seu poder e estabelecer as normas de reprodução de valores correspondentes aos seus interesses. Se existiam diferentes forças sociais em luta contra a monarquia feudal e os setores detentores de privilégios e suas demandas não coincidiam em diversos pontos, havia um inimigo comum a combater. E, aspecto fundamental, a burguesia francesa era a única classe com um projeto acabado de poder, fruto de uma construção secular. A direção burguesa da revolução se dá aí e não por uma participação exclusiva na luta. Aliás, pouco importa quem carregava as bandeiras revolucionárias em relação a se saber que bandeiras eram essas.

Outro aspecto relativo ao caráter de classe da Revolução Francesa diz respeito ao fato de, como no caso inglês, a burguesia ter-se dedicado à

construção de uma sociedade de tipo liberal, mas de forma alguma buscou levar adiante formas democráticas de poder. Afirma-se, com razão, que foram as camadas “populares” do Terceiro Estado, em especial setores urbanos que contribuíram para a criação e ampliação dos espaços democráticos, explicitando, assim, a revolução como democrática e não burguesa. Porém, talvez a resposta para esse ponto esteja já formulada no anterior: não é possível determinar o caráter de uma revolução a partir das reivindicações de todos os setores que dela participam. Isto nos levaria a contradições insolúveis e impossibilidades que acarretariam em diluições. Além do que, e isso também aparece como fundamental, deve-se determinar qual democracia fazia parte do projeto de parcelas dos revolucionários franceses do final do século XVIII.

A burguesia estabeleceu desde o início do processo revolucionário um conjunto de normas que buscavam institucionalizá-lo. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), a Constituição Civil do Clero (1790) e a Constituição de 1791 formam o arcabouço do projeto de dominação social da burguesia francesa após a derrubada do absolutismo. Em especial na primeira e na terceira, que dizem respeito ao conjunto da sociedade, a preocupação central é institucionalizar o novo poder a partir dos interesses de classe da burguesia dentro da perspectiva que permitiu a unidade de ruptura em 1789: as bandeiras genéricas de liberdade, igualdade e fraternidade tomavam forma, através daqueles instrumentos, como liberdade de ação econômica e política (sem as restrições mercantilistas e a repressão da monarquia absoluta), igualdade jurídica (fundamental na superação de uma sociedade estamental, mas diluidora da profunda desigualdade econômico-social e política) e fraternidade que vai ser posta à prova nos conflitos do período revolucionário. Segundo

Vergniaud, a (...) *igualdade, para o homem social, circunscreve-se à igualdade de direitos (...). Ela não é a igualdade das fortunas, senão a do imposto, força, espírito, atividade, indústria e trabalho.* (apud SOBOUL, 1974, p. 241) E tudo isto sob a égide da sacralização, agora garantida legalmente, do direito à inviolabilidade da propriedade privada, esteio da dominação burguesa. A melhor demonstração dessa institucionalização do poder burguês sobre os trabalhadores se manifesta no fato de a Assembléia Nacional ter extinguido as corporações de ofício, que funcionavam na época como elemento de alguma defesa dos interesses de artesãos e parcelas de trabalhadores. Esse processo se completaria com a aprovação da Lei Le Chapelier, em 1791, proibindo a ação coletiva dos trabalhadores por meio de sua organização (associações) e mobilização (greves). Tudo isso sob o argumento liberal-burguês da “liberdade da produção e do trabalho”, ainda em defesa da propriedade privada e das relações individuais (no caso, do trabalhador e seu patrão), mascarando a existência das relações sociais, coletivas, de classes.⁵

A institucionalização, instrumento fundamental para o exercício do poder de direito e não somente de fato, aponta para o aparecimento, na França da época, de algumas “liberdades democráticas”. Mas foi nesse mesmo arcabouço “democrático” que se estabeleceu uma das normas vigentes em quase todos os momentos da Europa liberal-burguesa do século XIX: o voto censitário. Consagrado na Constituição liberal-monárquica de 1791, sob a forma da distinção da cidadania – ativa e passiva – colocava nas mãos da elite proprietária (inclusive os membros do Antigo Regime, agora desprovidos de

⁵ Sobre a lei Le Chapelier e seus efeitos, ver GAXOTTE, 1957, p. 207-210.

privilégios) os destinos do conjunto dos franceses. A massa plebéia deveria se contentar com o epíteto de cidadão, um enorme (mas pífio, em termos de igualdade política) avanço frente à situação pré-revolucionária

Ao Estado absolutista do antigo regime, fundado no direito divino e garantia dos privilégios da aristocracia, a Revolução opôs um Estado liberal e laico, fundado nos princípios da soberania nacional e da igualdade civil. A aplicação censitária desses princípios pôs as novas instituições em harmonia com a estrutura social saída da Revolução: o Estado novo não poderia ser senão um Estado burguês, garantia das prerrogativas da nova classe dominante. (SOBOUL, 1974, p. 517)

Outro aspecto relevante quanto à grande burguesia francesa no após a destruição da fortaleza da Bastilha é que ela assume, quase imediatamente ao 14 de julho, uma postura de franca contenção do processo revolucionário. Exercendo o poder de forma quase exclusiva (contando com a participação de setores “liberais” da nobreza), escusou-se seguidamente de tomar medidas que aprofundassem o processo. E, quando as tomou, foi sob fogo cerrado de pressões às quais, naquele momento, não teve capacidade para impedir. Foi necessária, por exemplo, uma articulação revoltosa de grande vulto entre os camponeses para que o novo governo em Paris assumisse a derrocada dos direitos feudais, e, assim mesmo, com garantias para os proprietários feudais. A manutenção da monarquia, apesar das repetidas demonstrações de traição à revolução e da pressão das camadas populares, e, após sua derrubada, as tentativas de se evitar o julgamento, condenação e execução do monarca mostram como a burguesia, ou seus setores dominantes na sociedade francesa durante quase toda a revolução, estava satisfeita, desde o início, com o exercício do poder conquistado e o seu temor frente aos riscos que representavam as reivindicações dos seus parceiros de Terceiro Estado.

Mas, dentro do processo revolucionário, quais eram essas reivindicações dos “cidadãos passivos” do Terceiro Estado? Aí também vai prevalecer o elemento antes explicitado: se havia unidade quanto ao inimigo a ser combatido, o mesmo não se colocava frente às reivindicações como vitoriosos. Havia camponeses vivendo sob o jugo feudal e que tinham a prioridade da destruição desse poder. Outros, como arrendatários, desejavam melhorar as condições de acesso à terra e ao resultado da produção. Nas cidades, artesãos, trabalhadores manufatureiros e das atividades do comércio, jornaleiros, assalariados em geral e uma grande massa de desempregados e miseráveis buscavam emprego, comida e/ou melhores condições de vida e trabalho. Nesse sentido, em todos esses setores era sentida a questão da propriedade privada e da exploração dela decorrente, mesmo que isso não resultasse em uma consciência anticapitalista e, no limite, socialista. Os grandes levantes populares (ou as ameaças de) tiveram, até 1792, características de questionamento aos elementos que permitiram a unidade de ruptura. O “Grande Medo” de 1789 representou uma forte pressão camponesa sobre um governo burguês que, em Paris, não ansiava em radicalizar o processo revolucionário, evitando estimular a revolta popular, e que, por isso, não tomava medidas concretas para eliminar o domínio feudal ainda existente (LEFEBVRE, 1979). O levante de 1791, chamado Massacre do Campo de Marte, reivindicava do governo burguês a severa punição do rei e seus seguidores que se articulavam com governos absolutistas estrangeiros para destruir a revolução. E o agosto/setembro de 1792 representou o início do auge da participação popular, com a organização de milícias armadas para combater os invasores da França, derrubar a monarquia e proclamar a República.

O trono estava derrubado. Mas com ele soçobrava também (...) a nobreza liberal e a alta burguesia que haviam contribuído para desencadear a Revolução, e em seguida tentado (...) dirigi-la e moderá-la. (...) Os cidadãos passivos, ao contrário, artífices e lojistas, (...), entravam, com estardalhaço, no cenário político. (SOBOUL, 1974, p. 216)

A conquista de maior participação no processo revolucionário por parte dos cidadãos passivos se deu pela força das armas. Atrás da República e da Convenção Nacional, estava uma massa da milícia *sans-culotte* respaldada pelo sucesso na contenção dos invasores em Valmy. Foi ela que levou à demissão e prisão diversos representantes girondinos e à ascensão ao poder a liderança pequeno-burguesa dos jacobinos em junho de 1793.

A “república democrática” surgida nesse período, que seria tratada por Engels, quase um século depois, como *a forma específica da ditadura do proletariado* (ENGELS, 1975), deve ser bem explicitada em seus aspectos fundantes, no sentido de impedir interpretações que possam diluir sua radicalidade. Uma primeira observação sobre o tema é que, durante todo o período tratado (e Engels se refere, no caso, à conjuntura na qual, durante a Convenção Nacional, estava no auge a mobilização das “camadas populares” (1792/1794), o que exclui o momento da reação thermidoriana e do Diretório), o poder político estava sendo exercido por setores burgueses, fossem eles girondinos ou mesmo jacobinos, representantes, em geral, da pequeno-burguesia que atrelaram, ao menos durante algum tempo, o seu poder ao apoio saído das ruas de Paris, nas quais reinavam as organizações dos *sans-culottes*. Cabe, então, realçar que Engels, ao se referir a essa república, trata-a como *forma específica*, não havendo, em nenhuma hipótese, a possibilidade de aqui se tratar do conteúdo mesmo do poder proletário, o qual não esteve nunca em

questão naquela Revolução. E, mais importante, quando autores citam essa passagem do texto do velho companheiro de Marx para justificar o que seria uma viragem política através da adesão explícita, no fim de sua vida, a um projeto de passagem pacífica ao socialismo, através da conquista pelo proletariado da hegemonia na sociedade, ao menos nas que desenvolveram formas democráticas e de ampla participação popular, convém explicitar que a Convenção Nacional existiu em um período de grande instabilidade política. Nela, os trabalhadores, os pobres e os miseráveis excluídos do poder formal pressionavam, armados, os deputados no sentido da ampliação das conquistas e da defesa da Revolução. Representantes eleitos pela burguesia foram afastados de seus mandatos e presos a partir da ação de rua dos *sans-culottes*. A Constituição do ano I, a mais democrática registrada na França até o século XX, jamais entrou em vigor, dada a situação de excepcionalidade representada pelas ameaças internas e externas. O executivo funcionou, também, com poderes especiais. Fala-se aqui de um período que ficou caracterizado como do “Terror”, quando setores da elite francesa (nobres, padres refratários e, até, alguns burgueses e seus representantes políticos) foram perseguidos, acusados de atuação contra-revolucionária. A disputa dos rumos da revolução se dava na ponta das baionetas e no fio da guilhotina muito mais do que nos salões da Convenção. E, quando o governo pequeno-burguês dos jacobinos resolveu assumir uma posição de classe (burguesa) e passou a reprimir setores organizados dos *sans-culottes* e votar medidas vistas por eles como impopulares, ocorreu uma inevitável perda de sustentação política, o que permitiu o golpe thermidoriano e a implantação de um novo governo que,

depois de algum tempo, destruiu a construção do poder jacobino e extinguiu a organização popular.

A burguesia termidoriana necessitou de muitos meses para destruir a República do ano II, dismantelar o governo revolucionário, arruinar a economia dirigida e, sobre o fundamento da liberdade econômica e do livre lucro, restaurar o privilégio da riqueza e da propriedade. Tomada de estupor pela queda dos robespierristas, a sans-culotterie parisiense sustentou encarniçado combate de retaguarda e defendeu pé a pé (...) seu direito à existência e seu lugar na nação. (SOBOUL, 1974, p, 222)

Diante desse conjunto de questões, fica inviável considerar que o tipo de governo da ditadura do proletariado retomado por Engels no final de sua vida fosse algo como uma democracia parlamentar formal burguesa. Longe disso. Engels, que no caso do texto citado, voltava-se para a crítica da social-democracia alemã, que então afirmava a possibilidade de uma passagem pacífica ao socialismo, apesar das condições ainda existentes de um poder monárquico semi-absolutista (nas palavras de Engels) naquele país, certamente não via no momento da transição revolucionária, na ditadura do proletariado, uma fase de passagem tranquila do poder para as mãos dessa classe. A “república democrática” vista por ele é um poder sustentado pelos trabalhadores organizados e armados, que não vacila em reprimir a antiga classe dominante e, na medida do necessário, suspender direitos e legislações em nome da defesa da revolução. Nada mais distante das disputas de palanque e das formalidades parlamentares.

1.4 AS REVOLUÇÕES BURGUESAS DO SÉCULO XIX E SEUS LIMITES

A reação thermidoriana e o governo do Diretório representaram o que pode ser visto como o *grand finale* da Revolução Francesa, no sentido do

encaminhamento da consolidação do poder burguês.⁶ As reações dos setores excluídos desse poder retardariam por algum tempo esse processo, que necessitou do “auxílio” das armas e do prestígio de Napoleão Bonaparte, transformado em ditador (como cônsul ou imperador) para impor ao país a dominação de classe da burguesia em todos os sentidos (por exemplo, a industrialização e o conjunto de normas legais do Código Civil).

Mesmo o período da Restauração (1815-1830), sempre didático a nos mostrar a não-linearidade da História, foi incapaz de impedir o desenvolvimento capitalista na França, ampliando as contradições que acabaram por desaguar nos “Três Dias Gloriosos” de julho de 1830. As ondas revolucionárias surgidas durante essa conjuntura europeia de tentativa de retorno ao Antigo Regime, de caráter liberal e/ou nacionalista, ainda carregaram em seu bojo a primazia (ou exclusividade?) do projeto burguês de sociedade. Mesmo que a participação de outros setores sociais tenha sido mais ou menos importante em todos esses eventos (Portugal, Espanha, Grécia e Duas Sicílias em 1820, França, Bélgica e Confederação Germânica, dentre outras, em 1830), as proposições do novo poder (quando vitorioso) iam sempre ao encontro dos princípios enunciados já pela Revolução Francesa.

O dado novo, até aí não atuante nesses movimentos, que só mostraria mais abertamente a sua face na “Primavera dos Povos” em 1848, seria o pensamento socialista e suas formulações de projetos societários alternativos ao que a vitoriosa burguesia esforçava-se em construir. Reflexos da

⁶ *O Termidor é o fim da heróica e lembrada fase da Revolução: a fase dos esfarrapados sans culottes e dos corretos cidadãos de bonés vermelhos (...). Não foi uma fase cômoda para se viver, pois a maioria dos homens tinha fome e muitos tinham medo, mas foi um fenômeno tão terrível e irreversível quanto a primeira explosão nuclear, e toda a história tem sido permanentemente transformada por ela.* (HOBSBAWM, 2001, p. 90)

industrialização, do crescimento numérico do proletariado fabril, do surgimento e desenvolvimento da classe operária enquanto classe para si⁷ e das condições de exploração vigentes sobre essa massa de trabalhadores, o socialismo, nas suas diferentes vertentes, faria sua aparição na arena política antes da virada para a segunda metade do século. Como é próprio do processo histórico, assim como é lento o movimento de construção dessa classe operária [o *making of* de que nos fala E. P. Thompson (1987)], também dessa forma se dá em relação ao conhecimento das relações profundas engendradas no novo modo de produção, capitalista, entre as suas classes fundamentais. Inicialmente, sob a ótica daqueles que ficaram conhecidos como socialistas utópicos, a percepção que leva à crítica das novas formas de dominação restringe-se a suas conseqüências, gerando propostas de solução do problema que, sob hipótese alguma, afetavam o âmago mesmo da questão.

Com efeito, o socialismo anterior criticava o modo de produção capitalista existente e suas conseqüências, mas não conseguia explicá-lo, nem podia, portanto, destruí-lo ideologicamente; nada mais podia fazer senão repudiá-lo, como mau. Quanto mais se encolerizava contra a exploração da classe operária, exploração essa inseparável desse modo de produção, menos estava a altura de indicar com clareza em que consistia e como aparecia essa exploração. (ENGELS, 1971, p. 75)

As formulações de Karl Marx e Friedrich Engels voltaram-se, fundamentalmente, para a explicação do capitalismo como fenômeno histórico e dos mecanismos de exploração desse sistema. Sobre isso, Engels diria:

O problema agora consiste, por um lado, em colocar esse modo de produção capitalista na sua conexão histórica e como necessário a um período determinado da história, (demonstrando com isso a necessidade da sua queda), e, por outro lado, em descobrir o seu carácter interno, ainda oculto. Foi o que se tornou evidente com a descoberta da *mais valia*.

⁷ A crucial distinção teórica entre “classe em si” e “classe para si” comparece em MARX (2009, p. 190).

Esta veio provar que a apropriação do trabalho não pago é a forma fundamental do modo de produção capitalista e da exploração do operário (...).Essas duas grandes descobertas - a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais valia – devemos-las a Karl Marx. É graças a ele que o materialismo se tornou uma ciência que só nos resta desenvolver em todas os seus pormenores e conexões. (1971, p. 76)

Porém, os dois companheiros dessa “aventura da História” não eram somente analistas argutos da realidade do capitalismo industrial e do papel da classe operária como sua superadora histórica. Ao contrário, engajaram-se diretamente nas lutas de sua época como militantes da transformação social, da revolução. Já desde 1844, Marx anotava o papel revolucionário do proletariado e a necessidade, para que este bem assumisse seu papel, de uma teoria revolucionária.

É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria converte-se em força material quando penetra nas massas. (MARX, 2005, p. 151) (...) Quando o proletariado anuncia a dissolução da ordem social existente apenas declara o segredo da sua própria existência, uma vez que é a efetiva dissolução desta ordem. Quando o proletariado exige a negação da propriedade privada, apenas estabelece como princípio da sociedade o que a sociedade já elevava a princípio do proletariado e o que este já involuntariamente encarna enquanto resultado negativo da sociedade.(...) assim, como a filosofia encontra as armas materiais no proletariado, assim o proletariado tem as suas armas intelectuais na filosofia. (IDEM, p. 156)

Não seria, então, mera coincidência que os levantes de fevereiro de 1848 em Paris tenham encontrado Marx e Engels em plena ação política de organização da vanguarda dos trabalhadores com a criação da Liga dos Comunistas e a edição do Manifesto do Partido Comunista.

Os movimentos de 1848 que desbordaram os limites da França e envolveram grande parte dos Estados do continente europeu assumiram, com novas características, a continuidade da luta de diferentes setores das

sociedades da época contra as manifestações ainda existentes do absolutismo monárquico. Ainda que em sua área de origem as lutas sociais tenham tido uma motivação diversa, já que os conflitos em Paris eclodiram em um contexto de críticas ao governo corrupto do Rei Burguês (Luis Felipe I), seu conteúdo revolucionário tornou-se tão rapidamente amplo e derrubou tantos governos quanto, poucos meses depois, acabou superado por uma fortíssima repressão.

A Primavera dos Povos marcou o aparecimento, na cena política revolucionária europeia, de um operariado que, mesmo ainda de forma um tanto incipiente, apresentava-se com reivindicações próprias, ao contrário do que até então ocorria. Essas, extraídas de um ideário socialista em ascensão, manifestavam-se nas barricadas pelas bandeiras vermelhas, abrindo-se aí já uma distinção quanto às formulações dos diferentes setores burgueses e acabariam por ter conseqüências decisivas para os processos revolucionários futuros e para a própria História europeia e mundial. Na medida em que se delineava cada vez mais uma distinção de classe (burguesia e proletariado) na lutas revolucionárias, ficavam claros para a primeira os riscos de assumir seus conflitos internos como lutas que acabavam por envolver (e, por conseqüência, abrir espaço de atuação e reivindicação) as demais camadas da população, em especial os trabalhadores, cada vez mais conscientes dos limites do liberalismo e do tipo de república propostos pelos revolucionários burgueses. Quando foi necessária a definição dos rumos da Segunda República, em termos de projetos de classe (e tal não demorou muito, no máximo de fevereiro a junho daquele ano), a burguesia uniu-se (e aos setores mais reacionários da sociedade francesa), abraçou o projeto repressor e mais conservador e lançou-se à tarefa de impô-lo aos trabalhadores e à pequeno-burguesia, passando, inclusive, por

cima, posteriormente, da “sua” própria Constituição. Surgia o Partido da Ordem (burguesa).

Sobre esse processo, Marx afirmaria:

A revolução de fevereiro foi a revolução bela, (...), porque as oposições que nela eclodiram contra a realeza se encontraram uma ao lado da outra, (...), não desenvolvidas, porque a luta social que constituía seu pano de fundo apenas tinha obtido uma existência de ar, a existência da frase, da palavra. A revolução de junho é a revolução feia, a revolução repugnante, porque o acto substituiu a palavra, porque a república pôs a descoberto a cabeça do próprio monstro ao derrubar a coroa que o protegia e ocultava. Ordem! Era o grito de guerra de Guizot. Ordem! Grita Sébastiani, o guizotista, quando Varsóvia ficou nas mãos dos russos. Ordem! Grita Cavaignac, o eco brutal da Assembléia Nacional Francesa e da burguesia republicana. Ordem! Troava a sua metralhadora ao despedaçar o corpo dos proletários. Nenhuma das numerosas revoluções da burguesia francesa desde 1789 fora um atentado contra a ordem, pois todas deixavam de pé a dominação de classe, a escravidão dos operários, a ordem burguesa, muito embora a forma política dessa dominação e dessa escravidão mudasse. Junho tocou nessa ordem. Ai de ti, Junho! (1982, p. 61-62)

Nesse sentido, pode-se reconhecer 1848 como último momento das revoluções burguesas na Europa. Abria-se, então, um período para o que Gramsci denominou, tempos depois, de revoluções passivas⁸, nas quais não haveria rupturas típicas de uma revolução propriamente dita, de direção burguesa. Na perspectiva de estarem pressionadas pela realidade da luta de classes em determinadas circunstâncias específicas, as burguesias tenderiam, historicamente, a realizar modificações ou reformas sob seu controle, “por cima”, mantendo suas bases de poder. Seriam, então, modernizações conservadoras.

⁸ Sobre o conceito de revolução passiva, ver GRAMSCI, 2002b, v.5, p. 316-323.

A partir dali, as revoluções “a quente” teriam a coloração vermelha da direção proletária, como no caso da Comuna de Paris, e, *last but not least*, na Rússia já no século XX.

1,5 ENGELS E O DEBATE REVOLUCIONÁRIO NO FINAL DO SÉCULO XIX

O fato de o proletariado ter aparecido, na conjuntura revolucionária francesa de 1848/1851, com bandeiras próprias e ter feito movimentos que o distinguem claramente dos setores burgueses depois de fevereiro de 1848 coloca para o analista do período uma questão de difícil resolução: os trabalhadores já construía, à época, um programa independente de classe e participaram ativamente das lutas que se travaram então. Estavam, assim, envolvidos até a cabeça em um processo de luta de classes em um momento em que o capitalismo industrial francês ainda passava por um desenvolvimento incipiente. A classe operária, naquelas condições ainda não maduras do capitalismo, errou ao se defrontar com seu inimigo de classe, em especial no junho de 1848? Que tipo de ilusões se colocaram, então, para a vanguarda do proletariado em relação às possibilidades de êxito da tomada do poder pelos trabalhadores? Sem a intenção de assumir um caráter terminativo em relação ao assunto, cabe aqui uma reflexão que nos demarque frente a uma discussão até hoje apaixonante e que tem consequências nas opções políticas até os nossos dias.

Marx e Engels, envolvidos pelos acontecimentos europeus daqueles anos, viram naqueles movimentos o início do processo revolucionário que levaria o

proletariado a destruir o poder burguês. Influenciados, como afirmaria Engels, muitos anos depois,

(...) pelos levantes franceses de 1789 a 1830, não podia haver para nós qualquer dúvida, dadas as circunstâncias de então, que a grande luta decisiva havia começado, que tinha que ser travada num único período revolucionário longo e cheio de vicissitudes, mas que só podia acabar com a vitória do proletariado. (ENGELS, *in* MARX, 1982, p. 15)

O velho revolucionário, porém, nessa mesma “Introdução”⁹, apresentaria uma crítica das posições quanto às questões da revolução enunciadas naquele documento. Em primeiro lugar, argumentaria que as condições econômicas (crise) que abriram espaço para a eclosão da Primavera dos Povos em 1848 foram rapidamente superadas, sendo um elemento para a superação da conjuntura revolucionária de então.

(...) a crise do comércio mundial de 1847 fora a verdadeira mãe das revoluções de Fevereiro e Março, e que a prosperidade industrial que, pouco a pouco, voltara a manifestar-se desde meados de 1848 e atingira seu apogeu em 1849 e 1850, tinha sido a força vivificante da de novo reforçada reação européia. (IDEM, p. 13)

A expectativa de uma nova onda revolucionária esvaiu-se, o que Marx comprovou em seu texto de outono de 1850, transformado no capítulo IV do livro aqui citado.¹⁰ Contudo, mais além do que isso, Engels faria uma discussão sobre as revoluções ocorridas até então, mostrando-as como movimentos de minorias, mesmo quando existia colaboração da maioria (e disso já se tratou aqui na referência às revoluções burguesas na Inglaterra e na França). E iria além, afirmando que, em 1848, poucos eram, entre os trabalhadores, os que

⁹ Trata-se da Introdução escrita por Engels à edição de 1895 da coletânea de textos de Marx, realizada pelo próprio Engels, transformada na obra As lutas de classes em França.

¹⁰ Uma análise sobre a ação política e as formulações de Marx, Engels e a Liga dos Comunistas no período das revoluções de 1848 está em CLAUDÍN, 1981.

tinham consciência dos caminhos a seguir a partir da vitória. Apesar de ser um novo tipo de revolução, agora não mais da minoria para a minoria, mas da minoria para a maioria (no caso, uma vanguarda dos trabalhadores que levava adiante, conscientemente, a revolução em benefício da maioria proletária), e mesmo em uma conjuntura na qual a república burguesa surgida do movimento de 1848 na França acabara por agrupar os demais setores da sociedade (descontentes com os rumos do processo) em torno do proletariado, as condições para a transformação da revolução da minoria (burguesa) em revolução da maioria (dirigida pelo proletariado) não estavam dadas. Isso por que *o nível de desenvolvimento econômico de modo algum estava amadurecido para a eliminação da produção capitalista* (IDEM, p. 18). As condições estavam dadas, segundo ele, para o golpe de Estado de Luis Bonaparte. *O período das revoluções a partir de baixo estava por agora terminado; seguiu-se-lhe um período de revoluções a partir de cima* (IDEM, p. 19)¹¹ (sublinhado nosso), afirmou Engels de forma peremptória. A Comuna de Paris (1871) teria sido mais uma demonstração dessa situação, fosse pelas divisões intestinas entre os revolucionários, fosse pelo isolamento do movimento em Paris.¹²

A discussão que Engels entabulou com o movimento operário no final do século XIX foi da maior importância para o desenvolvimento da idéia de revolução naquele momento. Porém, sem que se situem as condições em que escrevia e as da luta de classes naquela conjuntura específica, pode-se cair em

¹¹ Essa passagem é da maior importância, não só por anunciar aquilo que Gramsci denominou de revolução passiva (algo que já foi aqui referido anteriormente), mas, ainda, que Engels não dava por terminado o processo revolucionário “a partir de baixo” de forma definitiva, como alguma leitura apressada ou deformada (no sentido do mais puro oportunismo) pode(ria) enxergar.

¹² A análise marxiana dos acontecimentos em Paris em 1871 está em MARX, 1986.

armadilhas das mais complicadas, que levam, inclusive, à possibilidade de caracterizar o mais fiel companheiro de lutas de Marx como um inveterado reformista. E isso ele jamais foi ou se tornou.

Engels escreveu a “Introdução”, que alguns, como Bernstein, apontam como seu “testamento político” (o que as expectativas expressas por ele de ver o nascer do século XX desmentem¹³), em uma época em que, na Alemanha, sempre uma grande referência para suas obras, o Partido Social-Democrata acumulava seguidas vitórias eleitorais e um crescente cabedal de apoio no seio do proletariado alemão. Ao mesmo tempo, e isso foi decisivo, o governo daquele país ameaçava o Partido, seguidamente, com medidas de força, algumas levadas a efeito no sentido de prejudicar seu crescimento, mas podendo chegar, ainda, à sua exclusão do quadro político legal, o que correspondia a um enorme risco para os ganhos auferidos até ali. A necessidade de se garantir a legalidade (MAS NÃO A QUALQUER CUSTO) era da maior importância. O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, já em sua fase imperialista, e o peso numérico e político da classe operária abriam espaço para a discussão sobre a conquista pacífica do poder pelos trabalhadores, apesar de ser de relevante destacar que, para Marx e Engels, essa condição não se colocava no caso alemão. O poderio destrutivo das armas e dos exércitos tinha crescido de forma avassaladora (não se deve esquecer que Engels era um especialista nas análises sobre esses temas¹⁴), e o risco de uma conflagração de amplas proporções já se encontrava no horizonte das nações européias, bastando um observador arguto para visualizá-lo. Tudo isso deve ser levado em conta quando a tarefa é estudar e

¹³ Sobre essa questão, ver a passagem sobre o seu desejo de “dar uma olhada” no novo século, em carta a Paul Stumpf de 3/1/1895, em TEXTIER, 2005, p. 101 e 151 (nota 2).

¹⁴ ENGELS, 1976 e ENGELS, 1981.

discutir a “Introdução”. O que podemos afirmar, de início, é que o texto de Engels (e isso não diminui em nada o seu valor) é fruto da análise de uma conjuntura dada e, por isso, um texto datado.¹⁵

A “Introdução” passou, assim como a Crítica do Programa de Erfurt, por um processo muito difícil para sua publicação. Enquanto o segundo só foi publicado anos após a morte do autor, em condições que, de certa forma, diluíam as severas críticas de Engels ao Programa e à direção partidária, o primeiro teve questionada sua divulgação nas condições originais nas quais foi escrito. O editor alemão, Fischer, em nome da direção do Partido Social-Democrata, fez uma série de questionamentos ao texto de Engels no sentido de que o mesmo poderia ser utilizado pelo governo alemão como argumento para a repressão contra o Partido (passagens do texto que tratam das lutas armadas contra esse mesmo governo). Engels discutiu as modificações sugeridas, e o texto acabou publicado com elas. Autores há que argumentam não ter havido, como no caso anterior, uma censura ao escrito engelsiano, já que o mesmo teria concordado com as modificações (TEXIER, 2005, p. 107), porém esta parece ser uma interpretação incorreta do fato. O próprio Texier afirmou que Engels estava consciente dos perigos que ameaçavam o partido, tendo a intenção de recomendar a tática que lhe permitiria suplantar as dificuldades da época (IDEM, p.105/106) e que, ao aceitar (...) *as posições de Fischer, Engels assumia*

¹⁵ É importante apontar que todo texto é, de alguma forma, datado. Esta datação pode ter validade de curta, média ou longa duração. O Capital, de Marx, por exemplo, perde sua validade quando da superação do modo capitalista de produção. A alusão feita aqui ao escrito de Engels diz respeito à valorização de sua longa duração, feita por Texier. Este, ao mesmo tempo, e em sentido inverso, reduziu a importância da Crítica ao Programa de Gotha, de Marx, que fez uma crítica profunda às concepções genéricas de democracia do projeto de programa dos social-democratas alemães, tão ao gosto de Texier, que acabaria taxando o escrito de Marx, em relação às formas políticas da transformação social, como um texto datado, quer dizer, já superado para os nossos dias. (TEXIER, 2005, p. 103)

o risco de ser mal compreendido (IDEM, p. 110). Parece estar clara a sua preocupação de que o mesmo viesse à luz e não ficasse como o de 1891, engavetado. Parece mais crível que seu autor, entre a não divulgação e a publicação com alguns cortes e “amenizações”, tivesse optado pela segunda forma. A importância dos temas em voga suplantaria os problemas criados pela direção partidária. Isso explicaria, inclusive, a sua ira quando o jornal do Partido publicou uma colagem de passagens da “Introdução”, antes que essa tivesse vindo a público em seu texto integral, e pior, dando a entender que Engels abandonara as proposições de revolução violenta, o que seria de interesse de muitos dos dirigentes social-democratas. A censura, enfim, não viceja simplesmente quando de um veto a um escrito. Há formas mais sutis, e não reconhecê-las pode passar a idéia de que mais vale o interesse pelo texto censurado do que a posição mesma defendida pelo seu autor.

Retomando o conteúdo da “Introdução”: Engels viu com argúcia como a burguesia se preparou para futuros embates de rua com a classe operária. Material bélico mais sofisticado e reformas urbanas realizadas à época que permitiam fácil deslocamento de tropas e inutilizavam, em muitos casos, o uso da tradicional barricada pelos insurretos faziam parte das observações do velho combatente comunista. Para ele, ainda, não mais se colocaria a unidade das forças populares ao redor do proletariado contra os detentores do poder. Daí, segundo ele, a necessidade de um longo trabalho de massas voltado a ganhar as mais amplas camadas da população para uma revolução “para a maioria”, mas feita por essa maioria. Engels afirmaria que: *O tempo dos ataques de surpresa, das revoluções levadas a cabo por pequenas minorias conscientes à frente das massas inconscientes, já passou.* (1982, p. 27)

Na perspectiva revolucionária de Engels para aquele final de século XIX, a penetração nos parlamentos pelos representantes da classe operária tinha papel relevante na construção do trabalho de massas. E o efeito deste se faria sentir no aumento sucessivo dessa representação, o que colocaria a classe operária como força decisiva onde tal situação ocorresse. Daí a importância de não se correr riscos com “aventuras” que pudessem comprometer os ganhos já alcançados, principalmente no caso alemão.

Se isto continuar assim, conquistaremos até o fim do século a maior parte das camadas médias da sociedade, (...), e transformar-nos-emos na força decisiva do país perante a qual todas as outras forças, (...), terão de se inclinar. Manter ininterruptamente esse crescimento até que de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo actual, não desgastar em lutas de vanguarda esta força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até o dia da decisão, é a nossa principal tarefa. (IDEM, p. 29) (sublinhado nosso)

Segundo Engels, a luta revolucionária se desenvolve em melhores condições na legalidade do que ao contrário. (IDEM, p. 30) Daí, cabia à classe operária aproveitar as condições legais quando existentes e se fortalecer para os embates decisivos (quer dizer, a revolução, a tomada do poder). Tratava-se, então da discussão tática dos revolucionários frente às novas condições criadas pela luta de classes em uma nova conjuntura. Engels não estava discutindo a tomada do poder ou a possibilidade disso ser efetivado por uma via legal. Rosa Luxemburgo comentaria o escrito engelsiano, não por acaso, quando formulava um arrazoado contra as posições reformistas de Bernstein. Dizia ela que quando Engels, na “Introdução”,

(...) revia a tática do movimento operário moderno, opondo as barricadas à luta legal, não apontava – e cada linha do prefácio demonstra-o – ao problema da conquista do poder político, mas à luta cotidiana do momento. Não analisava a atitude do proletariado frente ao Estado capitalista no momento da

conquista do poder, mas sua atitude dentro do Estado capitalista. Em resumo, Engels dava diretrizes ao proletariado **oprimido** e não ao proletariado vitorioso. (LUXEMBURGO, 1990, p. 105) (negrito da autora)

Essa tática, conduzida com sucesso, poderia acarretar que, com o seu enfraquecimento frente ao proletariado e sob risco de ter diminuídas ou suprimidas as suas formas de dominação de classe, às forças da reação só restasse o recurso do rompimento de sua própria legalidade para tentar sustentar-se no poder. A quebra desse *contrato social* acarretaria a liberdade para a social-democracia (...) *fazer ou não fazer a vosso respeito o que muito bem entender. Mas, o que ela então fará – isso é coisa que muito dificilmente lhes diremos hoje.* (ENGELS, 1982, p. 31)

A questão da passagem pacífica para o socialismo, tema de muita discussão até hoje, e que foi alvo de diversas passagens nas obras de Marx e Engels, merece aqui uma referência. O segundo, ao abordar a impossibilidade de tal processo na Alemanha dos anos 1890, resume bem as expectativas dos dois revolucionários sobre o assunto:

Pode-se conceber que a velha sociedade possa evoluir pacificamente para a nova, nos países em que a representação popular concentra em si todo o poder, em que, segundo a Constituição, se pode fazer o que se quer, logo que se tenha atrás de si a maioria da nação: em repúblicas democráticas como a França e a América, em monarquias como a Inglaterra, onde o resgate iminente da dinastia é debatido todos os dias na imprensa, e onde esta dinastia é impotente contra a vontade do povo. (ENGELS, 1975, p. 66)

Aqui se torna necessária uma pequena digressão: em sua obra já mencionada, Texier afirmou que Engels não mais se referira à passagem pacífica do poder na Inglaterra depois do prefácio à edição inglesa de O Capital de

novembro de 1886. (TEXIER, 2005, p. 126) A citação acima, no entanto, é explícita e desmente tal afirmação. Mas isso é apenas um detalhe.

Os dois revolucionários alemães apostavam que o crescimento numérico do proletariado, suas vitórias em impor práticas democráticas à vida política de diferentes países (fim do voto censitário etc) e uma direção partidária com programa revolucionário permitiriam aos trabalhadores a conquista de espaços institucionais (em especial, parlamentares) que os levariam a ditar as mudanças do poder. As lutas dos cartistas ingleses tinham papel de destaque para a consecução dessas avaliações. Vistas pelas lentes de hoje, essas posições podem tomar dois rumos: de um lado, alimentar os argumentos dos reformistas e parlamentaristas sobre a prioridade da luta institucional, já que até radicais como Marx e Engels se curvavam ante a evidência dessa direção. De outro, desconsiderar, por superadas historicamente, as análises surgidas em uma conjuntura na qual a classe operária podia ser majoritária nas sociedades e sua vanguarda assumia seu papel revolucionário. Ambas as avaliações devem ser descartadas por não serem capazes de se apropriar daquilo que é mais criativo no pensamento revolucionário da época e que nos ficou como inestimável herança. Se a expectativa de Marx e Engels sobre a monarquia inglesa não se concretizou até agora, isto não modifica o fundamental, já comentado anteriormente: levar adiante as lutas de classe no capitalismo em condições de legalidade é muito melhor para o proletariado e seus aliados. A conquista de espaços institucionais PODE facilitar a ampliação e aprofundamento dessas lutas. A república democrática é o espaço especial para a luta de classes e a conquista do poder pela classe operária e seus aliados. Apostar no “quanto pior, melhor” é conduzir os trabalhadores a trágicas derrotas. A revolução é um

processo longo de pequenas e grandes conquistas da classe operária, não é algo que se apresenta todo dia “ali na esquina”. Há momentos históricos de pequenos avanços, ou até, de recuos, como há os de rápidos passos rumo à mudança social. Por outro lado, não se pode diluir o papel que cumpre o Estado na manutenção das condições de dominação da classe burguesa. Nesse sentido, a possibilidade da conquistas de espaço dentro do aparelho de Estado não pode servir para obnubilar o fato de que, em última instância, este é e será sempre um Estado de classe (como todo e qualquer Estado) e de que suas instituições não existem no éter, e sim em realidades concretas, para regular seu funcionamento, mas sempre no sentido de reproduzir os valores da classe dominante. Não reconhecer que o Parlamento, em uma sociedade burguesa tem um papel especial de acolher e acomodar as demandas da sociedade, evitando e diluindo o conflito é desarmar a classe operária com argumentos de arena neutra, onde “ganha o melhor”. Marx, ao criticar o programa da social-democracia alemã em 1875, explicitava que esse

(...) trata (...) o Estado como uma entidade independente, que possui os seus próprios fundamentos intelectuais e morais, as suas liberdades próprias. (...) Na verdade, os diferentes Estados dos países civilizados, apesar da multiplicidade das suas formas, têm todos em comum o seguinte: o seu campo é a sociedade burguesa moderna (...) (1975, p. 35-36)

A relação entre revolução, democracia e violência, para Marx e Engels, parecia ter um fio condutor, principalmente depois de 1850: as condições das lutas do proletariado eram francamente melhores em situação de democracia burguesa, a longa luta para a ampliação das bases sociais da revolução poderia levar, em certos países e em certas condições, à passagem pacífica para o socialismo, mesmo que tal fato não fosse provável. Daí que eles, em momento

algum, renunciassem ao recurso da violência. E, nesse aspecto, Texier parece forçar a mão quando afirma que, depois de 1847, Marx e Engels visualizavam que nos (...) *países em que o proletariado era majoritário, como na Inglaterra, a conquista da democracia significava poder do proletariado e, portanto, transformação comunista* (TEXIER, 2005, p. 118) (sublinhado nosso). Os dois autores falavam seguidamente da república burguesa e dos valores democráticos que, em certos casos, a acompanhavam. Estavam sempre atentos a caracterizar o elemento classista, sem o qual cair-se-ia em uma sociedade no geral e em um Estado no geral. Marx (1975, p. 36), por exemplo, apontava que entre a sociedade capitalista e a socialista situava-se um período de mudanças revolucionárias e que a este período corresponderia a fase de transição em que o Estado seria a ditadura do proletariado. Em que momento, portanto, a conquista da democracia (em geral, não determinada em termos classistas) corresponderia à ditadura democrática do proletariado? E mais, como essa ditadura (ou a democracia em geral de Texier) se misturaria com a existência de uma sociedade comunista, sem classes, sem Estado, sem submissão (inclusive a da maioria sobre a minoria) (LENIN, 2007, p. 94)? A confusão aqui parece proposital, no sentido de reforçar a idéia dessa democracia genérica como uma panacéia universal para as mazelas do proletariado e da sociedade. A

(...) democracia é indispensável, não porque torne inútil a conquista do poder político pelo proletariado; pelo contrário, torna necessária e simultaneamente possível a conquista desse poder (...) (LUXEMBURGO, 1990, p. 105)

O próprio Texier, tão ocupado em observar (corretamente) as visões táticas desenvolvidas por Engels na “Introdução”, caracterizando-as dentro do aparato conceitual gramsciano como de guerra de posições, é obrigado a

reconhecer que, em Engels, esta não pressupõe o abandono da guerra de movimento. Em suas palavras, abrem-se

(...) duas alternativas, ou um recurso ofensivo à guerra de movimento após uma longa guerra de posição, ou um recurso defensivo à guerra de movimento ou à violência das armas, no caso de as classes no poder violarem sua própria legalidade. (TEXIER, 2005, p. 122)

Ou ainda:

Em suma, Engels divisa um longo desenvolvimento pacífico como essência do método de conquista do poder, mas prevê também uma crise, ou seja, um momento crítico em que seria preciso ser um pacifista vulgar para não admitir a probabilidade de episódios violentos. (IDEM, p. 127) (sublinhado meu)

E encerra seu comentário trazendo Gramsci para o debate:

Essa era também a perspectiva da guerra de posição de Gramsci. Ela só é aplicável no Ocidente e, mesmo no Ocidente, parece que Gramsci não exclui momentos de resolução militar. A “análise da correlação de forças” inclui em toda parte um momento militar. E, ressalvada a hipótese de que a burguesia declare, (...), que resolveu tomar providências para eliminar da política esse momento militar, será preciso que o proletariado continue a se ocupar dele. (IDEM, p. 127)¹⁶ (sublinhado meu)

Os excertos acima reforçam as argumentações aqui até agora expostas: por mais que seja necessário um período mais ou menos longo de preparação de um processo revolucionário, por mais que tal caminho se desenvolva por meios mais ou menos pacíficos, EM TODAS AS SITUAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS ocorreram e ocorrerão momentos de ação violenta, porque, ademais, a burguesia não entrega e nem entregará “de bandeja” o seu poder, NEM NO ORIENTE, NEM NO OCIDENTE. Nem Engels, nem Gramsci jamais foram democratistas vulgares dos que entregam a classe operária desarmada à sanha

¹⁶ Sobre essa temática, ver GRAMSCI, 2002a (vol. 3, p. 36-46).

dos esbirros da burguesia em nome do “pacifismo” e da “democracia universal”.¹⁷

Para um observador atento e isento, parece fácil encontrar na “Introdução” as bases para alguns dos conceitos básicos que seriam desenvolvidos algumas décadas depois pelo comunista sardo. A idéia da conquista da hegemonia em uma sociedade capitalista que se complexificava, a participação nas instituições do Estado burguês no sentido do Estado ampliado em um processo de privilegiamento da guerra de posição em detrimento da guerra de movimento, tudo isso pode ser encontrado na “Introdução”. O problema é quando se tenta trabalhar o texto no sentido do abandono da perspectiva revolucionária, mesmo que não se afirme tal coisa com todas as palavras (e tal utilização não é exclusiva, hoje, do ideário de Engels, muito pelo contrário¹⁸). Este tem sempre a preocupação, já referida aqui, com a possível má utilização do conteúdo dos seus escritos, no sentido de justificar posições reformistas e anti-revolucionárias. O que seria o dia da decisão, por nós grifado anteriormente? O que faria a social-democracia se e quando do rompimento da legalidade burguesa pela própria burguesia, que Engels deixa nas entrelinhas? O companheiro de lutas de Marx sabia tanto dos riscos de ações temerárias, do

¹⁷ HOBBSAWM (1979, p. 174) afirma que, depois da década de 1850, Marx e Engels passaram a não esperar mais, em um futuro previsível e sob a mesma forma de 1848, a revolução européia. (...) *É naturalmente bastante errôneo supor que Marx se transformara numa espécie de social-democrata gradualista (no sentido moderno do termo), ou mesmo que esperasse que a transição para o socialismo (...) se desse pacificamente. Mesmo nos países onde os trabalhadores pudessem se tornar capazes de tomar pacificamente o poder através da vitória eleitoral (...), esta tomada do poder, e a subsequente destruição da velha política e das instituições, que ele via como essencial, iria, provavelmente, pensava, levar a uma violenta resistência por parte dos antigos dirigentes. Governos e classes dirigentes poderiam estar prontos a aceitar um governo trabalhista que não ameaçasse sua dominação, mas não havia razão para supor, especialmente depois da sangüinária supressão da Comuna de Paris, que eles estivessem preparados a aceitar um que o fizesse.*

¹⁸ O mesmo fenômeno pode ser encontrado, até em maior escala, nos dias atuais, em relação ao pensamento gramsciano.

tipo blanquista, como das tentativas de setores da cúpula partidária da social-democracia de reescrever ou “reformatar” a obra marxiana, principalmente em seu conteúdo mais radical, mais profundo, que trata da superação do modo capitalista de produção e da apropriação privada dos meios de produção.¹⁹

As piores expectativas de Engels sobre o futuro imediato das relações internacionais na Europa vieram a se confirmar de forma trágica. O estudioso (também) da evolução bélica e militar das sociedades modernas não assistiu à carnificina e à destruição sistemática de forças produtivas levadas a efeito pelos governos e burguesias já na segunda década do século XX, nem à degradação de seu querido partido social-democrata na Alemanha, envolvido até o pescoço (assim como a maioria dos partidos da II Internacional) no convencimento do seu(s) operariado(s) nacional(is) da justeza das razões que levaram seus países ao confronto.²⁰ Porém, como foi dito anteriormente, se a ocorrência de revoluções burguesas na Europa havia sido sustada (ao menos as revoluções abertas, ativas) pela emergência de um movimento operário independente política e ideologicamente dos diferentes setores burgueses e com proposições de caráter socialista, a guerra imperialista de redivisão de mercados de 1914/1918 permitiu o enfraquecimento do capitalismo, em especial em seus elos mais frágeis, abrindo espaço para a primeira experiência vitoriosa de conquista do poder pelos trabalhadores russos em 1917.

¹⁹ Essa preocupação fica clara na referência, feita por Engels, do caráter especial do texto para o qual escreve a Introdução: (...) *pela primeira vez, enuncia a fórmula na qual a unanimidade dos partidos operários de todos os países do mundo condensa em breves palavras a sua reivindicação da nova configuração econômica: a apropriação dos meios de produção pela sociedade.* (in MARX, 1982b, p.14)

²⁰ Uma síntese da trajetória da II Internacional através de seus congressos está em CARONE, 1993.

1.6 A REVOLUÇÃO DE 1917 E A CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO NA RÚSSIA

A Revolução de Outubro já foi estudada e debatida exaustivamente durante já quase 100 anos e não seria este espaço o melhor para uma longa explanação sobre seus avanços, efeitos e deformações posteriores. Há que, menos, destacar alguns aspectos dessa problemática que dizem respeito às conseqüências desse movimento para as lutas de classe do século XX. Um deles refere-se às condições que permitiram o sucesso da empreitada. Às condições da guerra imperialista, já por si só danosas aos participantes do conflito, agregaram-se, no caso russo, o fato de o país ser dos mais atrasados da Europa em termos de desenvolvimento capitalista industrial, com a maioria da população vivendo no campo em condições semi-serviis (condições econômicas) e estar, até o início de 1917, sob o tacão de um poder absolutista (condições políticas), mesmo depois dos avanços conseguidos (e depois perdidos) no “ensaio geral” de 1905²¹. Se a guerra minou as já precárias bases de sustentação do poder dos Romanov, generalizando o descontentamento com a fome e a miséria agravadas pelo morticínio que vitimava as forças russas no *front* e facilitou a tarefa dos revolucionários que tomaram o poder em fevereiro, o mesmo não se pode dizer quanto aos acontecimentos dos meses seguintes. O poder da Duma (Parlamento), dividido pelos partidos da burguesia liberal, da pequeno-burguesia e de setores socialistas era, pelo menos, dividido com os

²¹ A revolução de 1905, apesar de seu posterior fracasso, representou um enorme avanço em termos de experiências para os trabalhadores russos e suas vanguardas, em termos de lutas e formas de organização, mas, também, no sentido de um aprofundamento teórico a respeito do papel do proletariado na revolução democrático-burguesa. A respeito disso, ver LENIN, 1979b, vol. 1, p. 381-472, em especial na sistematização das páginas 451 a 453.

Conselhos (sovietes), que aglutinavam operários (inicialmente), soldados, marinheiros e camponeses. A questão do duplo poder pede, inevitavelmente, a sua resolução em prazos curtos.²² A consolidação do poder da Duma passava, entretanto, pela resolução do problema da guerra, para o qual seus dirigentes haviam prometido, desde o início, uma solução. Os compromissos assumidos com as demais potências da *Entente*, porém, os manietavam (a bem dizer, voluntariamente). Tal quadro levou a direção do Partido Operário Social - Democrata Russo (bolchevique), já há vários anos com ação independente em relação ao outro setor partidário (mencheviques), a assumir a vanguarda do proletariado na luta pela derrubada da “república democrática” por meio de uma revolução de caráter socialista. Sua maior liderança, Vladimir Ulianov (Lenin), retornando do exílio imposto pelo czarismo, em abril de 1917, abriu, primeiro para os bolcheviques e depois para os trabalhadores e a sociedade russa, a discussão sobre os limites do poder burguês e as tarefas do proletariado revolucionário naquela conjuntura formulando as bases para a ultrapassagem daquele poder. Nas Teses de Abril, o revolucionário russo afirmava que: 1) a guerra, em 1917, seguia sendo imperialista, e o proletariado só poderia aceitar

²² COUTINHO (1985) defende a idéia de que, na disputa de hegemonia na sociedade civil, seria possível uma duplicidade de poder de prazo longo. A discordância com o texto desta tese se dá na medida em que, na disputa citada por Coutinho, não haveria realmente um duplo poder, mas uma tentativa de conquista gradativa de posições por dentro do Estado burguês. Ao contrário, para o autor desta tese, duplo poder só existiria no caso de, por exemplo, em uma determinada sociedade se colocarem normas legais que se contradizem, emanadas de espaços de poder diferentes e concomitantes, respondendo a interesses de classe diversos (como a Duma e o Soviete). Nessas condições torna-se impossível a reprodução das formas de dominação de classe vigentes nessa dada sociedade, exigindo a resolução dessa disputa em prazo curto. A proposição de Coutinho, de um duplo poder e, ao mesmo tempo, uma dominação de classe (burguesa) ainda inquestionável (a prazo), parece existir mais no sentido de reforçar a necessidade de um processo longo de conquista de espaços (guerra de posições) no interior do Estado burguês (ampliado). Só que, no caso, a consideração disso como uma duplicidade de poderes deixa a impressão de que Coutinho teria “forçado a mão” para justificar suas posições.

uma guerra revolucionária, com a passada do poder para o proletariado e o campesinato pobre, renúncia de fato às anexações e rompimento com os interesses do capital; 2) a peculiaridade daquele momento da passagem do poder das mãos da burguesia para as do proletariado e seus aliados; 3) nenhum apoio ao Governo Provisório; 4) o reconhecimento de que, naquela conjuntura, a maior parte dos sovietes estava sob a influência da burguesia e seus aliados e da necessidade de conscientizar os trabalhadores de que os sovietes eram a única forma de governo revolucionário possível; 5) república dos sovietes com supressão da polícia, do exército e da burocracia; 6) programa agrário com, entre outras, a nacionalização de todas as terras; 7) fusão dos bancos em um único, sob controle dos sovietes; 8) não implantação imediata do socialismo, mas controle da produção e distribuição da produção pelos sovietes. Além disso, propunha a convocação de um congresso partidário para rediscutir o programa e defendia a idéia de se constituir uma nova Internacional revolucionária (LENIN, 1977).

Pode-se afirmar que essas foram, em geral, as bases das disputas entabuladas por Lenin no interior do Partido Bolchevique e que serviram de sustentação para a conquista da maioria nos sovietes e para a tomada do poder em outubro. Em relação a isto fica clara a superação da forma de república parlamentar burguesa como elemento de construção de um novo poder, pois, para Lenin, esta

(...) dificulta e asfixia a vida política independente das massas, sua participação direta na edificação democrática de todo o Estado, de cima a baixo. (IDEM, p. 35) (...) A questão democrática e o tipo de Estado definiam-se aí. Fala-se em democracia direta e de um tipo superior de Estado democrático, a partir dos sovietes, do tipo da Comuna de Paris. A República dos Sovietes (...) congregados na Assembléia Constituinte dos

representantes do povo de toda a Rússia, ou no Conselho dos Sovietes, etc: é isto que já está tomando corpo na vida de nosso país, agora, neste momento, por iniciativa de um povo de milhões e milhões de homens, que cria por iniciativa própria a democracia de sua maneira, (...) (IDEM, p. 34) (destaques do autor) (tradução nossa)

A referência à Comuna não é extemporânea. Lenin voltaria a ela em agosto/setembro de 1917 em O Estado e a Revolução, defendendo aquela forma especial de Estado (e de democracia) dos *communards* parisienses. Pretendia demonstrar, com Marx e Engels, que não bastava que a máquina do Estado (quer dizer, o aparato institucional, burocrático e repressivo) mudasse de mãos quando da revolução. Era necessário destruí-lo, e sobre seus escombros construir um novo. Tratava-se de uma questão de essência do Estado e da democracia, e não simplesmente de uma troca de mãos. Não colocava para os proletários a administração a máquina de poder da burguesia, mas da construção de uma outra, radicalmente diferente e sua.

Um elemento essencial nas preocupações de Lenin em relação ao Estado e à democracia em O Estado e a Revolução é, pois, utilizando-se da experiência da Comuna, mostrar as questões centrais que envolveriam os primeiros momentos da tomada do poder. Recorreu, então, a Marx, que, analisando aquele movimento, apontou que o

(...) brado de “república social”, com que a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris, não expressava mais que o vago desejo de uma República que não acabasse com a forma monárquica da dominação de classe, mas com a própria dominação de classe. A Comuna era a forma positiva dessa República. (...) o primeiro decreto da Comuna foi no sentido de suprimir o exército existente e substituí-lo pelo povo armado. (...) A Comuna era composta de conselheiros municipais eleitos por sufrágio universal (...). Eram responsáveis e substituíveis a qualquer momento. A maioria era composta naturalmente por trabalhadores ou por reconhecidos representantes da classe operária. A Comuna devia ser, não um órgão parlamentar, mas uma corporação de trabalho, executiva e legislativa ao mesmo tempo. Em vez de continuar sendo um

instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente despojada de suas atribuições políticas e convertida num instrumento da Comuna, responsável perante ela e demissível a qualquer momento. O mesmo foi feito em relação aos funcionários dos demais ramos da administração. A partir dos membros da Comuna, todos que desempenhavam cargos públicos deviam receber *salários de operários*. Os interesses criados e as despesas de representação dos altos dignatários do Estado desapareceram com os próprios altos dignatários. (...) Nas mãos da Comuna concentrou-se não só a administração municipal, mas toda iniciativa exercida até então pelo Estado. (MARX, 1986, p.72-73)

A longa citação tem razão de ser: Marx, que criticara a possibilidade de um levante operário em Paris alguns meses antes da eclosão da Comuna, por representar uma ação desesperada, não voltou as costas a eles quando os trabalhadores se amotinaram em março de 1871. Sem abandonar a arma da crítica, saudou efusivamente a obra dos “assaltantes do céu”. E demonstrou como a ação revolucionária, com todas as limitações (inclusive as que Engels aponta na “Introdução”), indicou os caminhos da construção de um novo tipo de Estado, ou, nas palavras de Lenin, (...) *numa coisa que já não é, propriamente falando, o Estado*. (LENIN, 2007, p. 61) O revolucionário russo seguiu se baseando nas palavras de Marx sobre a Comuna para expressar sua visão sobre o Estado a ser construído pela revolução que se avizinhava. A preocupação com a democracia (proletária), com representação, mas sem parlamentarismo (IDEM, p. 63-66), da destruição da máquina militar e, em especial, da máquina burocrática da burguesia (IDEM, p. 57-63) têm papel central em sua obra. E, aí, levando-se em consideração os acontecimentos posteriores, já quando da construção do Estado soviético e a responsabilização de Lenin em relação à questão da sua burocratização, importa destacar o peso decisivo dado por ele às medidas da Comuna, citadas por Marx, voltadas para a derrocada da burocracia. O líder bolchevique anota a supressão dos privilégios dos funcionários públicos

e o “salário operário” como decisivos na passagem da democracia burguesa para a democracia proletária. E destaca como esse ponto essencial da questão do Estado para Marx foi (e, poder-se-ia dizer que ainda é) o mais esquecido. (IDEM, p. 62) Essa passagem demonstra como Lenin estava focado nos riscos que representavam para a revolução e seu futuro o fato de se deixar intocadas áreas tão fundamentais para a reprodução do Estado burguês.

Marx afirmou que o homem faz a História, mas não escolhe as condições nas quais vai atuar (1969, p. 17). O sucesso da tomada do poder em outubro de 1917 não representou, e Lenin tinha consciência disso, a resolução dos problemas da Rússia, mas, dialeticamente, o aparecimento de um sem número de outros. Os revolucionários tiveram de se encarar a supressão da Assembléia Constituinte eleita antes da tomada do poder e que, antes da posse de seus membros, já não representava a situação vigente e os interesses da maioria da população. Além disso, enfrentaram uma negociação difícil com o governo alemão e com resultados muito questionáveis à época para cumprir a promessa de retirar a Rússia da guerra (Acordo Brest- Litovski, 1918). No mesmo ano, a reação contra-revolucionária dos russos brancos receberia o decisivo apoio de tropas de países imperialistas para levar adiante a tarefa de destruir a Revolução. Apesar do fracasso da empreitada, a Rússia passara, de 1917 a 1921, por duas revoluções e uma guerra civil, isto tudo por cima do caos causado pela guerra imperialista e a dominação czarista. A centralização do poder e as medidas coercitivas do Comunismo de Guerra não podem ser analisadas fora de seu contexto. Discursos em favor da “democracia em geral”, típicos dos oportunistas, ou pela supressão imediata do Estado, bandeira do anarquismo, são manifestações de quem se coloca distante da realidade e, em verdade, não

deseja nenhuma mudança estrutural na sociedade que possa carregar, sem tergiversações, o nome de revolução. Engels já afirmara no debate com os “anti-autoritários”:

(...) Esses senhores já terão visto alguma revolução? Uma revolução é, certamente, a coisa mais autoritária que existe, é o ato através do qual uma parte da população impõe sua vontade à outra, por meio de fuzis, baionetas e canhões, meios autoritários desde que existam; e o partido vitorioso, se não quiser ter lutado em vão, tem que manter esse domínio pelo terror que as suas armas inspiram aos reacionários. A Comuna de Paris teria por acaso durado um só dia se não fosse empregada essa autoridade do povo armado frente aos burgueses? (*in* MARX e ENGELS, 1961, p. 189)

As referências anteriores feitas à Convenção Nacional e ao governo jacobino não foram aleatórias. Se os defensores da “democracia em geral” insistiam em utilizar a “Introdução” de Engels de 1895 para apontar a república democrática, do tipo da Primeira República francesa, como a forma específica de ditadura do proletariado (aliás, esta passagem de Engels é também citada e aceita por Lenin em O Estado e a Revolução), nunca será demais lembrar que essa forma democrática representou centralização e ditadura, terror (repressão contra os representantes da classe dominante), além da mobilização da população pobre, em armas, exercendo pressão sobre os detentores do poder. Omitir isso e passar a idéia idílica de uma transição pacífica só pode representar que ou se está enganado ou se está enganando.

Apesar das condições adversas existentes nos primeiros anos da Rússia revolucionária, não há como negar que nunca se teve condições de liberdade de manifestação e expressão (inclusive artística) como naquele período.

Já se esqueceu, provavelmente, que o primeiro teatro hebreu da história, o Habima, foi fundado na Rússia sob a iniciativa do Comissário da Educação, A. V. Lunacharsky. (...) quando o Habima levou à cena o Dybbuk, (...) ouviram-se protestos em toda a Rússia Vermelha contra a apresentação de lendas

religiosas (...). Mas o poder da criação artística foi insubmisso naquela breve e tormentosa idade de ouro da arte de após-revolução. (DEUTSCHER, 1970a, p. 66-67)

E exigir o exercício das liberdades políticas mais amplas nas condições de cerco e invasão de tropas estrangeiras e de guerra civil é demonstração de oportunismo e hipocrisia, já que não há nenhum exemplo histórico para comprovar tal viabilidade. Esse é um tipo de exigência, aliás, que se repete, com frequência. Um caso típico diz respeito, hoje, a diversas avaliações sobre o processo revolucionário cubano, inclusive realizadas por “marxólogos” de ocasião²³.

O reconhecimento das dificuldades enfrentadas pelos revolucionários russos não explica tudo. Nem se está aqui, para utilizar o pensamento de Rosa Luxemburgo, querendo transformar necessidade em virtude. Não há dúvida de que as condições criadas pelas formas de se exercer a direção política do Estado revolucionário abriram espaço para um processo de burocratização que afetou a evolução da Rússia e da União Soviética de forma marcante, estimuladas, inclusive, depois, pelo estilo e personalidade da cúpula partidária, que centralizou as decisões maiores do poder soviético. Porém, afirmar que as raízes mesmo da burocratização e do Estado policial em que se transformou a primeira experiência de poder dos trabalhadores vitoriosa estavam já dadas pela forma de tomada do poder e seu exercício desde o início da Revolução é uma manifestação de anacronismo (que é, como se sabe, o pior defeito de um analista da História)²⁴.

²³ Ver os argumentos de ROLIM em TEORIA e DEBATE, nº 18 (mai./jul. 1992), p. 48-50.

²⁴ HOBBSAWM (1987) vai fazer uma discussão sobre o problema da burocratização nos processos revolucionários, tratando das questões atinentes à classe e à organização: (...) *No caso extremo do que o movimento de esquerda chamou de “substitucionismo”, o movimento toma o lugar da classe, o partido o do movimento, o aparato de*

As difíceis condições encontradas pela direção revolucionária russa nos anos que se seguiram à tomada do poder se agravaram pelo fato de que o caso russo não teve uma continuidade, pelo menos com sucesso, em regiões-chave da Europa. As mobilizações revolucionárias na Hungria e, particularmente, na Alemanha acabaram derrotadas. E o isolamento russo não era, por si só, a pior coisa (apesar do contínuo cerco imperialista, mesmo após o fim da guerra civil). Se Lenin tinha desenvolvido a formulação segundo a qual a revolução se daria nos países mais atrasados de desenvolvimento capitalista (o elo mais fraco), isto, ao contrário de interpretações correntes, que a vêem ora como uma superação, ora como negação do pensamento marxiano, não envolvia a revolução como processo, e sim, tão somente, como momento (oportunidade) de tomada do poder. Tanto isso é verdade que a expectativa foi, durante anos, de que a revolução fosse deflagrada na Alemanha e que saísse vitoriosa.²⁵ (LENIN, in CLAUDÍN, 1985, p. 53)

A social-democracia alemã, porém, portadora de grande responsabilidade dos destinos da II Internacional pela política adotada por esta em 1914 e da adoção de uma política reformista e adequada aos ditames do parlamentarismo burguês, não só não agiu no sentido de levar adiante a revolução nos marcos de uma grande crise do capitalismo ao final da 1ª Guerra (em especial em uma

funcionários o do partido, as lideranças (formalmente eleitas) tomam o lugar do aparato, em exemplos históricos bem conhecidos do inspirado secretário-geral (...) (p. 50) O momento em que a "revolução proletária" tem êxito é, portanto, o momento crítico. Então, quando o pressuposto originariamente razoável de uma identidade virtual entre classe e organização cede lugar à subordinação da primeira à última, o "substitucionismo" torna-se perigoso. Na medida em que a organização continua a manter sua identidade geral automática com a classe e nega a possibilidade de ocorrerem divergências maiores do que as mais superficiais e temporárias, abre-se um amplo caminho para abusos extremos, até o limite do stalinismo (sem excluí-lo). (p.52)

Outra interessante abordagem da burocratização do Estado soviético e seus limites comparecem em BAHRO, 1980, p. 225-238.

²⁵ Lenin pensava, também, na viabilidade da revolução na China.

Alemanha fortemente afetada por aquela conjuntura), como, ao contrário, atuou no sentido de esvaziá-la e, principalmente, reprimi-la. E, em relação à Rússia revolucionária, essa social-democracia alemã só reservava críticas pelo fato de ter ultrapassado os limites da derrubada do Czar e de ter ultrapassado os limites do Governo Provisório burguês (havia coincidência total desse raciocínio com o dos mencheviques russos). Via de consequência, deixava a Revolução Russa largada à própria sorte, como uma responsabilidade nacional russa. Rosa Luxemburgo criticaria a postura dos dirigentes do SPD afirmando que, na prática,

(...) essa doutrina tende a recusar a responsabilidade internacional – o proletariado alemão em primeiro lugar – pela sorte da Revolução Russa e a negar as interferências internacionais desta revolução. A guerra e a Revolução demonstraram não a imaturidade da Rússia, mas a imaturidade do proletariado alemão para cumprir sua missão histórica. (...) Os destinos da revolução na Rússia dependiam integralmente dos acontecimentos internacionais. (1991, p. 63)

Rosa, uma crítica feroz da centralização político-partidária, tolhedora da ação e iniciativa das massas (ficaram célebres os seus enfrentamentos teórico-políticos com Lenin sobre o assunto), não deixou de louvar, nessa análise da Revolução Russa, a ação das suas lideranças, mesmo não deixando de lado as críticas que considerava pertinentes. Aliás, dessas poder-se-iam destacar duas que, de certa forma, se completavam: a de que os bolcheviques deveriam ter convocado novas eleições para uma nova Assembléia Constituinte após a vitória da Revolução – legalização do novo poder – e não poderiam se deixar levar por uma contraposição ditadura x democracia, quando o que estava em jogo, na verdade, era a construção de uma nova forma de democracia, a proletária, que nada tinha da democracia burguesa e, na verdade, superava os limites desta.

A tentativa de sair do isolamento político e de construir uma alternativa para a ação revolucionária em padrões planetários levou as lideranças revolucionárias russas a convocarem organizações e seções partidárias rompidas com o social-chauvinismo da II Internacional para a criação de um novo instrumento para levar adiante as perspectivas internacionalistas invocadas por Marx e Engels no *Manifesto*. A III Internacional, Internacional Comunista (IC) ou Komintern, passou a funcionar, desde a sua criação, sob condições que questionariam seu papel e sua eficácia. Como não é prioridade deste trabalho entrar em minúcias do processo histórico das revoluções, o que demandaria um esforço outro, serão apontadas aqui somente algumas das maiores questões dessas que afetaram a IC por toda a sua trajetória. Uma primeira e decisiva questão diz respeito ao fato de que, como foi dito anteriormente, a liderança revolucionária russa levou adiante a conquista do poder, aproveitando as condições existentes naquela conjuntura, sabendo, porém, que era fundamental para o sucesso de sua empreitada que o movimento revolucionário se expandisse para além das fronteiras nacionais. A IC seria, então, parte desse esforço. Porém, já quando da sua criação em 1919, a conjuntura internacional não apontava mais, naquele momento, para o ascenso do movimento de massas. Ao contrário, havia ocorrido a derrota dessas ações na Alemanha e na Hungria. E nada indicava que, a curto prazo, tal situação sofresse solução de continuidade. Por outro lado, se era já um elemento básico da tradição marxista a luta pela existência de um instrumento de ação internacional dos trabalhadores na luta contra o capital, acima das fronteiras nacionais, pode-se dizer que um (...) *dos traços que mais radicalmente*

distingue esta (a IC) de suas predecessoras é a primazia absoluta que confere ao “internacional” sobre o “nacional”. (CLAUDÍN, 1985, p.28)

Tremendo paradoxo! O partido (russo) que mais trabalhava sobre o “problema nacional”, que mais avançava na compreensão do fenômeno nacional, europeu e colonial, em lúcido contraste com a “ortodoxia” da Segunda Internacional (...), este partido ignora o “fato nacional” como componente do próprio movimento revolucionário, de sua organização internacional. (IDEM, p. 42)

Claudín refuta em seu texto a tese corrente de que, ao menos no início, a forma de organização da IC correspondia às necessidades do movimento operário da época. Afirma ele que, na verdade, este argumento busca salvar a imagem da criação da IC e de Lenin e que, na verdade, a estrutura daquele organismo refletia a concepção teórica (de Lenin e dos bolcheviques) e suas correspondentes exigências táticas e organizacionais (as quais, segundo o próprio Claudín, Lenin começaria a revisar no último período de sua vida). Claudín, porém, não explica o paradoxo (ou suposto). E, sem pelo menos uma tentativa dessa explicação, fica um espaço importante sem resposta em sua argumentação. Cabe aqui tentar preenchê-lo: as condições russas pré-revolucionárias (autocracia, guerra, crise de fome, explosão revolucionária) e imediatamente pós-revolucionárias (guerra civil, saída da Primeira Guerra, invasão de tropas estrangeiras) impuseram aos bolcheviques algumas formas organizacionais para o partido²⁶ e, depois, para o Estado russo, que tinham correspondência com a política (revolucionária) rusa que eles se propuseram a encaminhar (o que não era virtude e nem deveria ser colocado como modelo). Agir de forma diferente representaria um suicídio político, ou o abandono das perspectivas socialistas e revolucionárias, como os mencheviques, o que seria a

²⁶ Sobre a forma de organização dos bolcheviques, ver LENIN, 1979a, p. 79-214.

mesma coisa. Isso não exime tal política de erros, como já foi comentado. E não poderia, também, se reproduzir *ad infinitum*. A criação da IC se deu como uma necessidade política da Revolução Russa (frente a seu isolamento) e de setores do movimento socialista internacional que já não reconheciam a representação da II Internacional na formulação de políticas para esse movimento. Porém, os objetivos que a IC se colocou, quanto ao encaminhamento naquela conjuntura do processo de revolução em nível mais amplo do que somente na Rússia, e a forma ultra centralizada como se estruturou aquela organização geraram muito mais deformação do que avanços para o movimento comunista. Na medida em que a inviabilidade da expansão generalizada de movimentos revolucionários foi ficando mais e mais clara, a tendência da IC (e aí contribuíram, também, os elementos da evolução política da já então União Soviética) foi de se transformar *tout court* em instrumento de defesa da Revolução já existente e, posteriormente, como instrumento da política exterior soviética. Se a questão da política das nacionalidades era um elemento chave para os bolcheviques para o rompimento de uma tradição da Rússia czarista, ditatorial e despótica no imediato pós-revolução²⁷, na IC as condições de análise das situações nacionais eram tão precárias que, em muitos casos, foram, na melhor das hipóteses, formuladas de modo genérico e baseadas em uma situação nacional a servir como modelo. Na pior, representaram verdadeiras tragédias para os processos revolucionários (vide o caso chinês nos anos 1924/1927). O peso soviético era, também, enorme frente às demais seções nacionais, principalmente levando-se

²⁷ Isso apesar dos riscos dessa política das nacionalidades se voltar imediatamente contra os bolcheviques, como criticou Rosa Luxemburgo (1991, p. 76-83). No futuro, ela serviria de respaldo para muitos dos movimentos de libertação nacional na África e na Ásia.

em consideração o fato de este advir de uma revolução vitoriosa (a primeira e única até então). Conhecimento deficiente, representação precária, importância do pólo principal e manutenção, mesmo depois de comprovada a mudança do quadro pró-revolucionário anterior, de políticas e formas organizacionais ultracentralizadas, tudo isso ajuda a explicar os problemas que a IC carregou até seus últimos dias. E, como demonstra Claudín (1985, p. 27-45), se explicitam de forma inequívoca quando da sua extinção em 1943.

Retornando à situação russa do final da guerra civil, em 1921, pode-se afirmar que as condições vividas naquela conjuntura eram de terra arrasada. A economia estava virtualmente paralisada, o que representava uma ameaça muito real para a revolução. Mais que isso: politicamente, os vencedores estavam enfraquecidos, também, pela enorme sangria de quadros resultante do conflito. As dificuldades de se colocar a máquina do Estado para funcionar só tinham paralelo com as de mobilizar a sociedade no sentido básico da sobrevivência. É a partir dessa situação concreta que se pode analisar a Nova Política Econômica (NEP) que, apesar do apoio do líder maior da Revolução, teve uma forte oposição no interior do Partido. Tal política representava um realístico recuo frente às pretensões de socialização da economia russa, diante de uma situação de paralisia que a afetava. Permitir a reativação do comércio local, por exemplo, era estimular práticas capitalistas na base da sociedade, o que acarretava um conjunto de problemas para a evolução do projeto iniciado em outubro de 1917. Porém, há que se pensar que as práticas econômicas levadas a efeito até então pela população, quer dizer, aquelas que as pessoas conheciam em sua prática cotidiana, eram as práticas típicas da circulação de mercadorias no modo capitalista de produção. Como reativar imediatamente a

economia, evitando-se uma enorme tragédia social, com práticas desconhecidas pela população e ainda não testadas pelos revolucionários?

A implantação da NEP abriu uma outra discussão entre os revolucionários russos, que dizia respeito aos limites de sua aplicação, até quando ela seria mantida e como seria substituída. O próprio andamento da aplicação das medidas da NEP já iriam se dar em um novo momento, quando Lenin cairia doente e, posteriormente, faleceria. A disputa pela sua sucessão gerou acaloradas discussões até os dias de hoje, o que demonstra, ao menos, o peso dela para os destinos da Revolução de Outubro e para o movimento comunista no século XX. Assim como já foi dito, não será desenvolvido aqui um vasto e aprofundado estudo sobre a matéria. Bastará, então, indicar questões que tiveram e têm maior relevância. A disputa entre o núcleo que se formou à volta de Stalin, que se tornou dirigente da já União Soviética (URSS), e a Oposição, cuja figura destacada foi Trotsky, é retratada em geral na contraposição entre as propostas de construção do socialismo em um só país (stalinista) e a revolução permanente (trotskista). A primeira defendia a idéia de que, em uma conjuntura em que a revolução mundial não se afigurava no horizonte e em que os problemas internos se avolumavam, a melhor garantia de salvação da Revolução era que se voltassem as atenções para a situação interna soviética, abandonando-se, por um período indeterminado, a centralidade no enfrentamento ao capitalismo em termos planetários. Em um momento em que a figura de Lenin era mais marcante e decisiva que a de qualquer outro no imaginário revolucionário, a utilização de suas palavras foi usada como argumento de autoridade. Por exemplo, o falecido líder afirmara, em 1915, que a

(...) desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Daí decorre que é possível a vitória do socialismo primeiramente em poucos países ou mesmo num só país capitalista tomado por separado. (LENIN, 1979c, p. 571)

Tais afirmações serviam, em princípio, de suporte para a formulação staliniana, mesmo que, na seqüência da frase, Lenin tivesse afirmado que

(...) o proletariado vitorioso deste país, depois de expropriar os capitalistas e de organizar a produção socialista no seu país, erguer-se-ia contra o resto do mundo, capitalista, atraindo para o seu lado as classes oprimidas dos outros países, levantando neles a insurreição contra os capitalistas, empregando, em caso de necessidade, mesmo a força das armas contra as classes exploradoras e os seus Estados. (IDEM, IBIDEM)

A formulação de Trotsky, a partir de Marx e Engels, retomada por aquele em 1905 e, posteriormente, na década de 1920, partia da idéia de que o cumprimento das tarefas da revolução democrática nos países atrasados não seria realizado pelas suas burguesias nacionais, e sim pelo proletariado revolucionário, o que conduzia diretamente à ditadura do proletariado e às tarefas socialistas. Por conseguinte, as revoluções teriam, necessariamente, um caráter de continuidade.

A teoria da revolução permanente, renascendo em 1905, (...) demonstrava que, em nossa época, o cumprimento das tarefas democráticas, proposto pelos países burgueses atrasados, conduzia diretamente à ditadura do proletariado, que coloca as tarefas socialistas na ordem do dia. Enquanto a opinião tradicional considerava que o caminho para a ditadura do proletariado passa por um longo caminho de democracia, a teoria da revolução permanente proclamava que, para os países atrasados, o caminho para a democracia passa pela ditadura do proletariado. (TROTSKY, 1979, p. 23-24)

E quanto ao *locus* da revolução socialista, esta

(...) não pode realizar-se nos quadros nacionais. (...) começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial. Por isso mesmo, a revolução socialista se converte em revolução permanente, no sentido novo e mais amplo do termo: só termina com o triunfo definitivo da nova sociedade em todo o nosso planeta. (IDEM, p. 139)

Stalin não precisou de muito tempo no poder para revisar as teses de Marx, Engels e Lenin sobre o caráter internacional da revolução socialista (CLAUDÍN, 1985, p. 71). Ele baseou-se, pura e simplesmente, no recorte tosco de partes de textos leninianos, em mentiras quanto a posicionamentos de Trotsky sobre o assunto, na omissão de qualquer base teórica para confirmar suas “teses” e na evidência da existência da Rússia revolucionária naquele momento²⁸. Porém, nada disso permitia inferir a construção do socialismo isoladamente, no caso, só na URSS. Muito menos apontava a inevitabilidade do caminho ao socialismo, imune ao risco de uma nova intervenção do capitalismo. Daí para, em um período de recuo do processo de revoluções em escala planetária, mas de vitória das proposições stalinianas no interior do PCUS, a transformação da URSS em centro mundial da revolução mundial, que deveria ser defendido até às últimas consequências pelos comunistas de todo o mundo como tarefa essencial, foi só um passo. A transformação da IC em instrumento dos interesses da política interna e externa da União Soviética representou somente uma sequência inevitável desse processo.

As proposições de Trotsky, ao mesmo tempo, tampouco davam uma resposta adequada para a situação por que passava a URSS e o movimento comunista naquele momento: o que fazer diante do fato de que, objetivamente, a conjuntura internacional infirmava a tese da continuidade dos processos revolucionários de forma imediata? Lenin, captando já os sinais da conjuntura em 1922, afirmaria que

²⁸ Sobre a “construção” staliniana do socialismo em um só país e as possibilidades de sua aceitação na URSS, ver DEUTSCHER, 1970, p. 255-261.

(...) a idéia de que devemos preparar-nos para a possibilidade de um recuo tem extrema importância e não apenas do ponto de vista teórico. Também do ponto de vista prático todos os partidos que se preparam para passar em um futuro próximo à ofensiva direta contra o capitalismo devem pensar agora também em como assegurar o recuo. Penso que se tivermos em conta esta lição, bem como todas as outras lições da experiência da nossa revolução, isto, longe de nos causar qualquer prejuízo, ser-nos-á provavelmente muito útil em muitos casos. (LENIN, 1980, p. 620)

Os escritos de Trotsky resolviam os problemas apresentados por um período em que nada indicava a possibilidade de um “estouro” revolucionário no horizonte. As expectativas de uma derrocada, a curto ou médio prazo, do capitalismo “em estado putrefato” não se confirmariam. Ao contrário: de alguma forma, o capitalismo saiu fortalecido da grande crise de 1929 e da 2ª Guerra Mundial. E tal situação não se explica com os argumentos de “traição das direções”, típicas do pensamento de Trotsky e de seus seguidores. Aliás, se em parte é verdade a existência de “traições” da direção staliniana no movimento comunista internacional (por exemplo, nos casos espanhol e grego), isso não dá conta da sobrevivência do capitalismo em meio a tantas crises.

Trotsky não resolve o problema que verdadeiramente está posto: o problema da descontinuidade neste processo “permanente”, o da articulação, no seu interior, das revoluções em sentido estrito com as fases não revolucionárias, evolutivas. (CLAUDÍN, 1985, p. 76)

Este autor vai aprofundar suas críticas à situação vigente no período de funcionamento da IC aludindo ao fato de existir, sim, uma crise teórica que envolvia o conjunto do movimento comunista, que não se mostrava capaz de investigar a realidade para transformá-la. Isso ia muito além das disputas internas do PCUS ou da IC. Persistiu no período da 2ª Guerra, quando, ao contrário das análises de Trotsky, em relação às possibilidades de sobrevivência da União Soviética, de que os antagonismos do imperialismo se resolveriam no

sentido de impedir a vitória soviética, ou a URSS, para sobreviver, teria que fazer concessões de base em seu regime social, Stalin conseguiu se manter à custa de concessões em relação às lutas revolucionárias nos países capitalistas. Uma medida fundamental nesse sentido foi a de suspender a existência da IC como moeda de troca para tentar conseguir, em meio às vicissitudes da guerra, a abertura da “frente ocidental”, que aliviaria a URSS do peso quase exclusivo da guerra contra os exércitos alemães dentro da Europa.

A vitória de Stalin na luta pela direção da União Soviética e do seu espólio revolucionário se deu com o silenciamento da divergência e a anulação do aprofundamento teórico-político. Isso, em condições de infirmação das expectativas de expansão das revoluções naquela conjuntura, acabou por representar um verdadeiro desastre para o desenvolvimento da produção de conhecimento de matriz marxista, além da mediocrização política e da “segurança teórica” que sempre acompanhou esses quadros.²⁹

1.7 VIDA E MORTE DA INTERNACIONAL COMUNISTA: UM BREVE RELATO

A vitória de Stalin criou as condições para o lamentável processo de manipulação do pensamento de Marx, Engels e do próprio Lenin, processo que haveria de assumir caráter oficial na União Soviética, com toda a sua autoridade

²⁹ Claudín (1985, p. 81-82) nos fala que a vitória stalinista na URSS, por dentro do aparelho partidário e não em termos teóricos, redundou no cultivo entre as massas, sujeitas, então, a enormes sacrifícios em nome da “construção do socialismo”, de atitudes acríticas e conformistas reforçadas, posteriormente pela imposição de práticas de terror de Estado, do culto à personalidade de Stalin e do patriotismo grão-russo. E conclui: houve grande crescimento técnico, industrial etc, na URSS. Mas seria isto o socialismo?

de “pátria do socialismo”. Mesmo antes que este processo se evidenciasse, esse peso representado pela URSS incidu sobre os partidos alinhados na IC. Não é de estranhar, daí, o tortuoso caminho que combinou bolchevização, russificação e diretrizes políticas que nada tinham a ver com as realidades nas quais se pretendia interferir. Pode-se detectá-lo como emergente no primeiro congresso da IC (1919), juntamente com a expectativa da vitória mais ou menos imediata “no mundo inteiro”, quando já aparecia a idéia centralizadora da IC como partido dirigente da revolução mundial. No segundo congresso (1920) esse quadro não se modificou. Em 1921, no terceiro congresso, novos ventos sopravam sobre o movimento comunista internacional. O fim da perspectiva de uma revolução imediata colocava para a organização a tarefa de administrar e disciplinar os partidos comunistas, à espera da futura revolução mundial. Começava a ocorrer a submissão das seções nacionais à direção centralizada em Moscou e o início da imposição de um modelo (o bolchevique) para todos os partidos vinculados à IC. No quarto congresso, em 1922, ocorreria maior redução de autonomia dos partidos comunistas frente aos ditames da IC e do PCUS. Os membros da Comissão Executiva da IC passariam a ser eleitos nos congressos da entidade, e não mais pelos próprios partidos comunistas, cujos congressos deveriam passar a ser após a realização dos congressos da IC.³⁰ Destes os delegados não poderiam participar com voto imperativo de suas bases, o que ampliava o “poder de convencimento” da direção da IC (e da URSS). A centralização e a russificação se completavam com o controle da IC

³⁰ Isso assume um papel político fundamental. Os partidos nacionais não seriam instrutores das políticas a serem encaminhadas em seus próprios países, sendo, ao contrário, quase que meros instrumentos de formalização das políticas aprovadas pela IC dentro de suas realidades nacionais.

por um Presidium comandado pelos soviéticos. A necessidade transformada em virtude era assumida, agora, como modelo. No quinto congresso (1924), já no começo da disputa entre os projetos liderados por Stalin e Trotsky, ocorreria uma radicalização da bolchevização dos partidos filiados, com a exclusão das dissidências e o conseqüente empobrecimento teórico desses partidos. Seria, ainda, o início da época da radicalização contra a social-democracia (as primeiras formulações sobre o “social-fascismo”), mas, ao mesmo tempo, da caracterização das burguesias nacionais como “revolucionárias” no que dizia respeito à questão colonial e do apoio dos comunistas à suas ações.³¹ O sexto congresso (1928) apresentava já efeitos da bolchevização nos partidos comunistas: as crises nesses partidos surgidas com essa orientação, engendraram, por exemplo, situações como a da maioria dos delegados presentes não haver participado do congresso anterior. No caso, isso não representava renovação, e sim dissensões e enfraquecimento das representações frente às orientações da IC e do PCUS. Presidido por um Bukharin enfraquecido pelos choques com Stalin ³², foi nesse evento que se deu a condenação formal a Trotsky. E, sem maiores autocríticas, acabou formalmente abandonada, como fruto dos “problemas” ocorridos na China, a tática de alianças com as burguesias nacionais. Agora seria “classe contra classe”, o que só duraria até o congresso seguinte (1935), quando, com o fortalecimento do nazifascismo pelo mundo, tudo se modificou e a IC passaria a propor a criação das frentes anti-

³¹ É nesse contexto que se dá a desastrosa orientação para o partido chinês de “entrismo” no partido nacionalista (Kuomintang).

³² Logo após o Congresso, Bukharin seria afastado da direção da IC e perderia seus cargos no PCUS e a direção do jornal *Pravda*. Passaria pelos famosos “processos de Moscou” de meados dos anos de 1930 e acabaria fuzilado em 1938. Sobre esse período, ver MEDVEDEV, 1980.

fascistas. Não seria de estranhar que a extinção da IC em 1943 fosse obra exclusiva dos soviéticos (leia-se Stalin), respondendo aos interesses imediatos da política de guerra soviética, independentemente das necessidades e objetivos do movimento comunista e da revolução em termos mundiais. Segundo Claudín,

(...) a resolução do Presidium (sobre a dissolução da IC – FJF), de fato, não se limita a dissolver a Internacional: formula, ao mesmo tempo, uma orientação susceptível de satisfazer os Estados capitalistas que participavam da coalizão anti-hitleriana. Não porque represente uma garantia infalível contra a revolução – nem sequer os partidos comunistas, mesmo que o quisessem, poderiam oferecer uma garantia dessas -, mas porque deixava aos partidos da burguesia uma ampla margem de manobra para prevenir o perigo. Os acontecimentos demonstraram que eles souberam utilizá-la inteligentemente. (1985, p. 36)

O fim da IC deixava desarmados, a partir de uma perspectiva revolucionária, todos os partidos comunistas que dela faziam parte, sem uma avaliação do que fora o seu período de existência, as suas formulações políticas e sem uma perspectiva de articulação internacional. *Ave Caesar* (ou seria Stalin?), *morituri te salutant...*

1.8 A CRISE DO STALINISMO E OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

A história da Internacional não registra a ocorrência de nenhum sucesso revolucionário. Ao contrário, os fracassos de suas políticas para a China, para a Espanha (Guerra Civil nos anos de 1930) e, por que não dizer, para o Brasil, em 1935, representaram um passivo que não pode ser desconsiderado. Se esse foi o preço para a consolidação da URSS (não do socialismo na URSS), não resta dúvida quanto ao prejuízo acumulado pelo movimento comunista internacional

e por todos aqueles que acreditaram de forma sincera nas orientações advindas daquele organismo. E não chega a ser, então, surpreendente o fato de que, mesmo (re)organizado em 1947 um novo fórum de discussão dos partidos comunistas (nem todos) sob a égide da União Soviética – o Kominform³³ – também daí não se tenha desenvolvido nenhum processo revolucionário em nenhum país do mundo. Nenhuma das revoluções vitoriosas a partir do final da Segunda Guerra obedeceu ao modelo soviético nem aos ditames da URSS ou do stalinismo. Somente as “democracias populares”, tristes retratos da ação stalinista no Leste europeu, respostas ao reacionarismo que as camadas dominantes, em geral, lá impunham até a Segunda Guerra, foram testemunhas do “paradigma staliniano de revolução”. Reproduziram, até o fim dramático de suas existências, o regime fechado e antidemocrático imposto pela burocracia estatal soviética e pelo estímulo dado pelas condições da guerra fria.³⁴

O caso chinês, que teve a sua resolução no período compreendido pelo fim da ocupação japonesa do país até a derrota dos nacionalistas burgueses do Kuomintang em 1949, e que apresentou uma trajetória que remontava à década de 1920, além de passar ao largo do “modo soviético de fazer a revolução”, apresentou características muito próprias a um país de maioria ampla de população camponesa, o que determinou uma atenção especial frente ao seu

³³ Sobre a trajetória do Kominform, ver MARCOU, 1978.

³⁴ Para a crítica do stalinismo nas “democracias populares” em geral, ver CLAUDÍN, 1983 e BAHRO, 1980. Em particular, para o caso húngaro, NAGY, 1959 e, para o polonês, TORANSKA, 1989. Quanto ao caso iugoslavo, reservando-se ao caso uma leitura especialmente crítica, ver DJILAS, 1958. Em relação ao tema, DEUTSCHER (1968, p.188) chegaria a afirmar que (...) *o stalinismo nunca teria sido bem sucedido nisso* (a submissão do movimento comunista a um monolitismo dogmático – FJF) *se a União Soviética não tivesse ficado exposta a constantes pressões hostis e guerreiras do exterior*. Poder-se-ia, talvez, argumentar ser essa, realmente a intenção do imperialismo, pois impedir uma União Soviética mais democrática seria, como sempre foi, muito mais funcional para seus objetivos propagandísticos.

sucesso e desdobramento por parte de muitos dirigentes comunistas espalhados pelas áreas do “mundo subdesenvolvido” ou “Terceiro Mundo”.³⁵ E não demorou muito para que ocorressem conflitos entre a URSS, antigo foco único da revolução socialista mundial, e a China, determinados os seus dirigentes a não aceitarem qualquer subordinação aos soviéticos³⁶. Não foi difícil acumular argumentos depois que, no XX Congresso do PCUS (1956), o secretário geral desse partido – Nikita Krushev – apresentou um informe “secreto” (KHRUSHCHEV, s/d) denunciando os crimes cometidos por Stalin durante seu longo governo e, a partir daí, iniciou a apresentação de uma série de propostas de modificações na política soviética levada a efeito até então (em especial a análise sobre a situação mundial e as supostas condições que permitiriam um desenvolvimento pacífico dos países rumo ao socialismo). Os chineses, quase que imediatamente, aproveitaram-se para se diferenciar dos soviéticos, levantando a bandeira de crítica ao “reformismo” da liderança soviética e de retorno às perspectivas “revolucionárias” do stalinismo, com isso passando a fazer uma disputa acirrada, de influência internacional, com a URSS, sobre partidos comunistas e governos oriundos, especialmente, dos movimentos de

³⁵ No Brasil, desde o final dos anos de 1940, existiu uma particular atenção do “núcleo dirigente” do PCB em relação à Revolução Chinesa. A revista Problemas publicaria, então, seguidos artigos de líderes chineses em suas páginas, como, por exemplo, um texto de Chen Po-Ta (nº 23, dezembro/1949). E, após o “racha” do Partido em 1961/2, rapidamente, a parcela que rompeu com a direção prestista do Partido buscou vinculação internacional com o PC Chinês, na época rompido com a União Soviética krushevista.

³⁶ DEUTSCHER (1971, p. 101) vincula os antagonismos sino-soviéticos, em sua origem, à política da IC nos anos de 1920, (...) *quando Stalin e Bukharin pressionaram os comunistas chineses para que permanecessem no seio do Kuomintang, aceitassem sua disciplina, se submetessem às ordens de Chiang Kai Chek, abandonassem suas aspirações revolucionárias independentes e preparassem, assim, o harakiri de 1927.* (tradução nossa)

libertação nacional anti-colonialistas que se disseminaram pelos continentes africano e asiático nas décadas de 1950 e 1960³⁷.

A propagação da revolução estava destruindo algumas das circunstâncias em que o stalinismo, (...), florescera. A consolidação de novos Estados revolucionários iria minar a autoridade única de Stalin (...) sobre o movimento comunista internacional. Aquela autoridade, (...), repousara no duplo alicerce da ideologia e da força, no desejo de todos os comunistas de se identificarem com a União Soviética, (...), e de subordinarem suas próprias aspirações à *raison d'état* de Stalin; repousara também na pressão ou coerção que Stalin empregava para eliminar seus críticos e adversários. Este duplo alicerce estava agora esfacelado. Os comunistas estrangeiros (...) já não sentiam a mesma obrigação de sacrificar suas próprias aspirações às necessidades reais ou imaginárias da União Soviética. (...) A época do “comunismo policêntrico” começara imperceptivelmente muito antes que Palmiro Togliatti cunhasse a expressão. (DEUTSCHER, 1970b, p. 539-540)³⁸

Já o caso cubano tem outras características próprias. Sua revolução surgiu de uma luta antiditatorial e antiimperialista. A ditadura de Fulgêncio Batista acabara de transformar Cuba, que desde sua independência vivia sob forte influência estadunidense, em mais que uma colônia daquele país. Além do domínio das terras e plantações, especialmente de açúcar, por proprietários estrangeiros, Cuba se transformara em espaço de recreio e ócio (em verdade, jogatina e prostituição) para as burguesias local e dos Estados Unidos, sob controle mafioso. Um grupo sedicioso tentara em 1953, sob o comando do jovem advogado Fidel Castro, um ataque a um quartel do Exército em Santiago de Cuba que resultara em fracasso. A repressão de Batista em Cuba estimulou a

³⁷ Uma análise detalhada do conflito sino-soviético e seus desdobramentos para o movimento comunista internacional, ver DEUTSCHER, 1971, p. 95-120.

³⁸ A crítica ao stalinismo, na União Soviética, sempre ficou aquém das necessidades mais profundas que teriam a ver não só com o modelo de desenvolvimento levado a efeito em todo o período (a velha questão: seria aquilo socialismo?), como com todo o arcabouço sobre o qual foi montado o Estado soviético, em especial sob Stalin, e sua sobrevivência após a sua morte, questionando mesmo os governos de Krushev, Brejnev etc. A respeito dessas limitações, ver as formulações reunidas em VV AA, 1988.

reorganização da oposição (Movimento 26 de julho, data do ataque ao quartel de Moncada) no México e a formação de um grupo guerrilheiro que desembarcou na ilha em finais de 1956. A luta de um punhado de homens foi ganhando a solidariedade de parcelas da população cada vez mais oposta às políticas de Batista e a suas ações repressivas. Na virada de 1958 para 1959, o movimento obteve sua vitória com a fuga de Batista e a tomada das principais cidades do país. A Revolução Cubana representou uma confluência de variados interesses em um processo que só se definiria com o passar do tempo.³⁹ Um elemento, porém, precisa ser analisado de imediato: os comunistas em Cuba, articulados no Partido Socialista Popular (PSP), foram, até agosto de 1958, contrários aos revolucionários e seus métodos. A adesão, às vésperas do sucesso revolucionário, não modificava o clima de (no mínimo) desconfiança entre as partes.

Esse distanciamento ajuda a compreender a enorme repercussão da Revolução Cubana em toda a América Latina. A postura do PSP é semelhante à atuação de todos os partidos comunistas do continente em fins dos anos 50 e início dos anos 60. Ela se explica pela política internacional (coexistência pacífica – FJF) desenvolvida pela URSS nesse período. (VALLADARES e BERBEL, 1994, p. 82)

Um movimento anti-imperialista e democrático, desenvolvido através da guerrilha e com apoio dos trabalhadores (greves etc) era tudo que uma juventude rebelde e sem uma direção socialista confiável queria conhecer, naquele momento de desagregação do papel até ali representado pela União Soviética. Muitos dos governos da América Latina eram reconhecidos por essa juventude por uma grande semelhança com o de Batista. E a Revolução Cubana parecia ser uma grande indicação do caminho a ser seguido para a modificação

³⁹ Ver os comentários acerca desse tipo de processo, denominados como “unidade de ruptura” no início deste capítulo.

do quadro político continental. Na medida em que, muito rapidamente, as contradições em Cuba foram se avolumando, no processo das nacionalizações e da reforma agrária, o afastamento do governo revolucionário frente aos interesses estadunidenses foi ficando cada vez mais evidente e a extensão desse conflito colocava água no moinho das proposições daqueles que, como Ernesto “Che” Guevara, enxergavam um futuro socialista para a ilha caribenha.

A condição que poderíamos chamar de excepcional é que o imperialismo norte-americano achava-se desorientado e não poderia medir a verdadeira profundidade da Revolução Cubana. (...) Os monopólios, (...), pensaram primeiro em um sucessor de Batista, precisamente porque sabiam que o povo, descontente, também procurava um, numa perspectiva revolucionária. (...) Antes da vitória, nós os inquietávamos, mas não lhes fazíamos medo. (...) Quando o imperialismo quis reagir, quando compreendeu que o grupo de jovens sem experiência que entrava triunfalmente nas ruas de Havana possuía uma noção muito clara de seu dever político e a firme intenção de a ele conformar sua vida, já era muito tarde. (*in* GUEVARA, 1979, p. 23)

As tentativas do imperialismo de intervir diretamente contra o governo revolucionário acabaram por ajudar na definição do processo cubano no caminho do socialismo, como queria Guevara, mas, também, com uma aproximação com a União Soviética, por ele criticada⁴⁰ (IDEM, p.43). Se isso levou o “Che” a abandonar seus cargos em Cuba e se dedicar à luta revolucionária na África e na América Latina, representou uma demonstração das necessidades de rompimento do isolamento a que Cuba tinha sido empurrada. E, para bem ou para mal, não impediu que a sua Revolução permanecesse como referência para os movimentos latino-americanos vindos à luz naquela conjuntura. A divulgação das obras escritas pelo “Che” sobre o movimento cubano e o livro de Régis Debray (Revolução na revolução),

⁴⁰ Tal aproximação levaria à fusão, em 1961, do Movimento 26 de julho com o PSP, o que redundaria, posteriormente, na criação do Partido Comunista Cubano.

propagandeando as táticas de guerrilha rural (foco guerrilheiro), tiveram imensa relevância na definição dos caminhos da luta anti-imperialista e contra as ditaduras burguesas que floresciam na América Latina. A ocorrência da reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em 1967, em Havana, representou, naquele contexto, a tentativa de articular os movimentos revolucionários que grassavam no continente, sob a influência político-ideológica do regime cubano.

Apesar desses esforços, os sucessos da empreitada guerrilheira latino-americana, se existiram, além dos exemplos heróicos, foram por demais limitados frente aos enormes custos, principalmente humanos. A vontade de fazer a revolução (em boa parte, independentemente das condições do movimento de massas, como “vanguarda sem retaguarda”) e um certo radicalismo juvenil, tão importante no rompimento do burocratismo que o “comunismo” moscovita expressava, não foram suficientes para derrotar ditaduras ferozes sustentadas pelo imperialismo. Sobre isso, Guevara afirmaria:

Existem (...) certas condições que, embora fossem peculiares a Cuba, dificilmente serão aproveitadas por outros povos e isso porque o imperialismo, contrariamente a certos grupos progressistas, sabe tirar lições de seus erros. (IDEM, p.23)

Ficaram, porém, como importantes apontamentos para o futuro.

Capítulo 2

A tradição da esquerda revolucionária no Brasil

2.1 BRASIL: A HERANÇA NO FIM DO SÉCULO XIX

No desenrolar da História brasileira, o período da luta pelo fim da opressão colonial coincidiu com a crise do *Ancien Régime* na Europa, o que fez com que bandeiras que lá tremulavam, aqui passassem a ser absorvidas, ao menos em parte, pelas lideranças dos movimentos. Elementos do liberalismo burguês apareceram na Conjuração Mineira e no radicalismo jacobino da Revolta de 1798 em Salvador. Algumas dessas referências teórico-políticas podem ser encontradas mesmo no nosso primeiro texto constitucional, típico já em sua época (1824), das contradições vividas pela Restauração⁴¹, especialmente na França, da qual foram copiados no Brasil modelos jurídicos

⁴¹ Na introdução da Constituição Imperial observa-se a dupla origem do poder, pela aclamação dos povos e pela graça de Deus.

como o quarto poder e o voto censitário. Lá estavam, ainda, incorporadas partes da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e um capítulo dedicado aos direitos civis. Ainda no ano de 1824 as propostas de caráter liberal far-se-iam sentir na Confederação do Equador, que se formou na crítica aos elementos centralizadores e pró-absolutistas da Constituição e às práticas no mesmo sentido levadas a efeito pelo nosso primeiro imperador.

Assim como na Europa, as reivindicações claramente emanadas do nascente arsenal de ideias sociais, voltadas à defesa dos trabalhadores, surgiriam no Brasil em meados do século XIX, quando da eclosão da Revolta da Praia em Pernambuco, *último grito do liberalismo radical contra o domínio conservador que se estenderia por todo o Império e parte da República*. (ALENCAR et alli, 1994, p. 154). Espelhando-se nas revoluções e nas proposições dos socialistas utópicos, tão em voga naquele momento de ebulição na Europa, trazidas de lá pelo engenheiro Vauthier, o Manifesto ao Mundo dos praieiros (1849) incluía, ao lado de reivindicações democráticas de garantias individuais e voto livre e universal para o cidadão brasileiro, pela primeira vez no país, o direito ao trabalho. O grande problema dessa inclusão era o completo descolamento das lideranças (tipicamente pequeno-burguesas) da revolta frente à principal questão que afetava o “mundo do trabalho” à época no Brasil e que dizia respeito à existência da mão-de-obra escrava, sobre a qual não havia nenhuma referência.

O processo que levou à tardia “resolução” da questão escravista no Brasil, com a decretação do fim da escravidão legal em 1888, carregava em seu bojo a possibilidade da ampliação da imigração européia, com todos os efeitos que tal processo podia efetivar. Depois de diversas experiências com os trabalhadores

imigrantes chegou-se à implantação do colonato⁴², implicando o pagamento da mão-de-obra, nas áreas mais dinâmicas do campo brasileiro do fim do século XIX (cafeicultura do sudeste). Essa nova forma de relação de trabalho, articulada a outros fatores como a crise internacional do capital, que se estendeu dos anos 70 aos 90 daquele século, e que criava maiores parcelas de um já numeroso exército de reserva na Europa, estimulando a busca por uma “vida melhor” fora de lá, permitiu a estabilização relativa da exploração desse trabalhador no campo. Ao lado disso, muitos desses imigrantes, por inadaptação, interesse ou mesmo revolta, acabariam compondo boa parte do contingente inicial de um operariado urbano em gestação.

2.2 A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL: A INFLUÊNCIA ANARQUISTA

Muitos aspectos da gênese da nossa classe operária são até hoje objetos de forte debate. Generalizações sobre a composição inicial desse operariado (e, inclusive, do setor fabril da época) sofrem pesada contestação a partir de pesquisas sistemáticas acerca do assunto. Apresentam-se, até, dados contraditórios, que fazem derivar análises dicotômicas dependendo dos autores. Só como exemplo: em Batalha (2003, p. 165) e Lobo (1978, p. 487-488), utilizando-se dados do Distrito Federal (Rio de Janeiro), são citados dados de levantamento realizado pelo Centro Industrial do Brasil, pelos quais as pequenas e médias empresas (até 40 trabalhadores) comportavam 72% do total

⁴² Sobre as diferentes experiências de substituição do trabalho escravo no Brasil (parceria, locação de serviços, colonato), na segunda metade do século XIX, ver STOLCKE e HALL, 1983, p. 80-120.

dessas empresas no início do século XX. Já Silva, (*apud* FERREIRA, 1999, p.61), entre outros, afirma que, levando-se em conta

(...) especialmente que o eixo do primeiro “surto industrial” é o setor têxtil, pode-se afirmar que a estrutura industrial brasileira está marcada, desde o início, pela presença da grande empresa, e que o capital industrial no Brasil não conhece, como inadvertidamente pensaram alguns, uma etapa competitiva, senão que já vem ao mundo oligopólico.

Tratando especificamente do operariado, Batalha (2003, p. 164-165) discute ainda a sua composição, tida tradicionalmente como branca (efeito da imigração) e masculina. Em relação à cor, afirma que esta colocação é verdadeira no caso de se tomarem como foco de análise os estados de São Paulo e do Sul, mas desconsidera a realidade de outras regiões nas quais há peso de negros e mestiços. E, ainda nas regiões onde predomina o trabalhador branco, há exceções, como no caso das cidades de Rio Grande e , especialmente, Pelotas, no Rio Grande do Sul. Quanto à composição de gênero desse nascente operariado, se havia predominância masculina, em setores fundamentais da produção industrial como o têxtil e do vestuário, a trabalhadora teve peso significativo e, em alguns casos, majoritário, o que não se refletiu, posteriormente, com raras exceções, nas organizações operárias.

Não nos é possível um tratamento, aqui, dos diferentes detalhes dessa questão, mas se pode afirmar o surgimento da classe operária no Brasil (dentro dos padrões descritos no capítulo I, como classe para si) nos estertores do século XIX e no alvorecer do seguinte. Deve-se ressaltar o cuidado em face de afirmativas como as de que os imigrantes europeus, portadores da ideologia anarquista, seriam os responsáveis únicos por essa formação. Se os europeus, como já afirmado, têm predomínio na composição operária do centro-sul, em

outras regiões, ou mesmo em parte dessas áreas, encontra-se organização operária com composição étnica e político-ideológica diversas. Nessas, em muitos casos, o que acabaria por predominar era um socialismo reformista, como transparece nas palavras do jornal Avanti:

Para nós é socialismo a soma de energia que a classe trabalhadora elabora e desenvolve no próprio seio, com o propósito determinado de substituir a propriedade privada pela propriedade coletiva. (...) Estamos profundamente convencidos que o privilégio de desfrute sobre o trabalho humano não possa ser abolido sem que se mude a íntima estrutura econômica, política e moral da sociedade. (...) Mas mudar não quer dizer destruir, nós temos necessidade do máximo desenvolvimento da civilização burguesa para o triunfo do socialismo. (...) Preste atenção: a civilização burguesa não é o capitalismo. (*apud* CARONE, 1979, p. 218)

Não há, porém, como negar um dinamismo e um peso exponencial dos trabalhadores imigrantes nas principais lutas e formas de organização da classe operária, ao menos até o início da terceira década do século passado, nem o elemento ideo-político que vai dar o norte para essas manifestações, o anarquismo, que em sua versão “cabocla” assume as características do anarco-sindicalismo⁴³. Tomar-se-á o cuidado de advertir que não se trata de uma “classe operária anarquista” ou de “imigrantes operários anarquistas” como um bloco homogêneo. Tal caracterização é falsa e geradora de erros grosseiros. Até porque não seria crível que, vindos de áreas rurais com baixo nível de tradição de organização e luta, a maioria desses imigrantes chegasse aqui iluminada por uma ideologia anticapitalista radical. Aliás, se essa estivesse disseminada em sua região de origem, não seria crível o deslocamento em massa para um continente distante como opção para quem poderia (e tenderia a) lutar,

⁴³ Uma definição de anarco-sindicalismo, caracterizando-o como doutrina e método de luta, baseado na ação direta, está em RODRIGUES, 1979b, p. 262-263.

utilizando-se de todo o potencial político-organizativo acumulado, por condições outras em sua própria terra (MARAM, 1977, *apud* BATALHA, 2003).

O anarquismo, pensamento político surgido no século XIX na crítica ao capitalismo e a todas as formas de dominação sobre o homem, reconhecia como forma mais acabada dessa dominação o Estado (e todas as suas instituições), devendo-se destruí-lo (las) para dar espaço à construção imediata de uma sociedade sem classes sociais, libertária. Nesse sentido, colocava-se contrário à luta política vista como exercício de poder e reprodutora de suas formas.⁴⁴ Essa idéia apareceria explicitada em moção apresentada no 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul⁴⁵:

Considerando que no último “Congresso Operário do Brasil”, (...) foi a política, em suas diversas modalidades, declarada a mais formidável barreira que se opõe às aspirações igualitárias dos trabalhadores que, dentro da sociedade burguesa, se organizam para defender seus interesses econômicos, morais e intelectuais (...). (*apud* RODRIGUES, 1979a, p. 66)

Historicamente, o anarquismo chocou-se desde o início com os marxistas e suas formulações, acusadas sempre de autoritárias e centralistas por admitir (ou, mais claramente, afirmar) como necessário um momento pós-revolucionário em que os trabalhadores necessitam de se utilizar do poder do Estado (agora da maioria sobre a minoria) para destruir até os últimos resquícios da sociedade burguesa. Essa forma de transição (a sociedade

⁴⁴ Para o pensamento anarquista em suas diferentes correntes, ver WOODCOCK, 1986 e WOODCOCK, 2002.

⁴⁵ O 3º Congresso Operário do Rio Grande do Sul foi realizado entre 27 de setembro e 2 de outubro de 1925, durante o governo de Artur Bernardes (1922/1926), em um momento de Estado de Sítio e forte repressão ao movimento operário. Parece, porém, que a ação do Estado não era tão violenta no sul, o que permitiu a realização do evento, impensável no caso do eixo Rio de Janeiro/São Paulo. A data do evento está em RODRIGUES, 1979^a, P. 48 (dia e mês) e em Federação Operária do Rio Grande do Sul, 2009.

socialista) realizaria essas tarefas que, uma vez em conclusão, tornariam sem função o aparato estatal. Para os anarquistas, em geral, essa caracterização do período posterior à derrubada revolucionária da burguesia é inadmissível, pois reproduziria as mesmas formas de dominação, agora invertidas, levando, inevitavelmente, à ditadura, à burocracia, mas não à liberdade. Assim é que:

(...) para o libertário não procede o estabelecimento de relação entre o projeto da maioria dos explorados com a transição de um modo de produção a outro. Ao contrário, qualquer presença ou necessidade de transição implica sempre negação da vontade da maioria dos insurrectos, quando uma parcela dos explorados exercerá o poder em nome da grande maioria, mas em proveito próprio. (FERREIRA, 1999, p. 39)

Há ainda no pensamento anarquista outro elemento distintivo em relação ao marxismo que diz respeito à valorização do homem como individualidade, acima de seu papel enquanto classe social, grupo etc. E daí o estímulo à ação individual, de maior valia para diferentes correntes do anarquismo. Nesse sentido, argumenta Edgar Rodrigues:

O movimento anarquista não é exclusivamente uma organização de operários para operários, é ação de indivíduos que dão combate ao Capitalismo, almejando a derrocada do Estado e a reconstrução de uma Nova Ordem Social descentralizada horizontalmente, autogestionária. (...) O Movimento Anarquista não se firma na luta de classes ou pretende instalar os governados no lugar dos governantes. (1988, p. 81)

O anarquismo jamais conseguiu apresentar-se como uma concepção unificada dessas visões libertárias. Ao contrário, até hoje, há inúmeras correntes, às vezes defendendo questões as mais diferenciadas. Dentre essas interpretações do pensamento anarquista, a que floresceu com maior vigor em solo brasileiro, nas primeiras décadas do século passado, foi a do chamado anarco-sindicalismo. Isso se explica pelo fato de que, trazido da Europa por militantes imigrados, o anarquismo encontrou aqui uma estrutura social recém

saída de relações escravistas e coloniais nas quais o trabalho (e o trabalhador) era visto de maneira depreciativa, e o grau de exploração era brutal, com inexistência de direitos trabalhistas e sociais. A necessidade somada à defesa da organização sindical como a forma de se lutar contra o Estado capitalista, ideia da qual já eram portadores alguns dos militantes anarquistas que para cá vieram, permitiram, principalmente nos maiores centros urbanos da época, a predominância dessa corrente no movimento sindical. O anarco-sindicalismo (...) *valoriza o movimento sindical e a sua atuação para combater a política burguesa. Prega que através de greves e boicotes econômicos se conseguirá minar a resistência do capitalismo e libertar o homem da exploração* (REZENDE, 1986, p. 82).

Adeptos da ação direta como forma de combate ao capital, os anarco-sindicalistas foram os principais responsáveis pela organização, conscientização e lutas da classe operária da época, como defendia, em 1904, Elycio de Carvalho:

É de absoluta necessidade, abandonando o terreno da legalidade em que até agora nos temos conservado, entrarmos na única via que nos leva à revolução social, a ação direta, recorrendo a todos os meios de ataque e de defesa. A força, é preciso que se convença o trabalhador, (...), é o fator decisivo, é o caminho mais curto que temos para destruir a sociedade burguesa e alcançar a nossa completa emancipação. (*apud* CARONE, 1979, p. 355)

No primeiro aspecto, as tentativas de superar os limites da organização local em um país de dimensões continentais geraram alguns dos principais instrumentos para a afirmação dessa classe nos primórdios de sua existência. Sob fogo cerrado da burguesia e do Estado brasileiro, as lideranças dos trabalhadores, sob a égide anarco-sindicalista, promoveram congressos operários locais, regionais e nacionais, criaram federações e confederações,

aprovando e buscando implementar projetos que levassem melhorias aos trabalhadores vítimas das práticas do capital.

O I Congresso Operário do Brasil, realizado no Rio de Janeiro (DF), de 15 a 20 de abril de 1906, redundou de um agravamento da exploração dos trabalhadores, do aumento das lutas destes nos anos que o precederam⁴⁶ e do sentimento da vanguarda operária dos maiores centros industriais de que era necessária a ampliação da qualidade da organização operária. Ao lado da defesa de melhores condições para a classe, como a luta pelas 8 horas de trabalho e outros direitos, o Congresso aprovou a criação da Confederação Operária Brasileira (COB) e de um órgão de imprensa como seu porta-voz. A influência anarquista fez-se sentir nas resoluções do Congresso, inclusive na constituição da COB, como fica explícito em seu documento de fundação:

O Congresso considera como único método de organização, conforme o irreprimível espírito de liberdade, (...) o método federativo; a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e, como unicamente admissíveis, simples delegações de funções, sem autoridade. (*apud* RODRIGUES, 1979, p. 115-116)

A essas tentativas de ampliar as defesas contra o capital, o Estado brasileiro respondeu com a ampliação da repressão e tentativas de controle sobre a organização sindical e a presença do imigrante. No ano seguinte ao I Congresso Operário seriam aprovadas pelo Parlamento brasileiro os decretos 1637 e o 1641. O primeiro

(...) exigia que os sindicatos depositassem em dia seus estatutos em cartório acompanhado de uma lista de nomes dos membros da diretoria, só podendo fazer parte da mesma brasileiros natos e residentes no país há mais de cinco anos. (...) O decreto 1641 (a “lei Adolfo Gordo”) regularizava a expulsão, de parte ou de

⁴⁶ Além de greves e outras manifestações, aquela conjuntura tinha sido marcada pelos grandes levantes populares no final de 1904, ainda no Rio de Janeiro, durante a Revolta da Vacina (ver CARVALHO, 1987; BENCHIMOL, 2003; AQUINO e MITTELMAN, 2003 e FALCÃO, 2006).

todo o território nacional, dos estrangeiros que comprometessem “a segurança nacional ou a tranqüilidade pública”. (DULLES, 1977, p.28-29)

Controle estatal sobre os sindicatos, restrições à participação de estrangeiros, legislação punitiva suficientemente ampla (referindo-se à vaga “segurança nacional” e à “tranqüilidade pública”) para deixar de mãos livres os agentes repressivos em sua sanha contra as lideranças operárias. Este era o quadro do início do século, que permitia à patronal alguma garantia para sua busca de ampliação do grau de acumulação capitalista. Com a repressão que se seguiu, com dezenas de deportações, prisões e fechamento de sindicatos, a COB só foi organizada em 1908, passando a publicar o jornal A Voz do Trabalhador. Este, em seu primeiro número (1º de julho de 1908), propunha-se a ser um órgão aglutinador de associações de orientação revolucionária, voltado a agitar o proletariado indiferente à sua condição de miséria. Colocava em primeiro plano a conquista das 8 horas de trabalho, reivindicação que seria o cerne daquele número, com artigos e palavras de ordem distribuídas por suas páginas, dividida com matérias de apelo pela paz e contra as guerras. O objetivo de seus editores era claro:

O que desejamos, e havemos de conseguir, custe o que custar – é a emancipação dos trabalhadores da tirania e exploração capitalista, transformando o atual rejime econômico (sic) do salariato e do patronato num rejime que permita o desenvolvimento de organizações de produtores – consumidores, cuja célula atual está no sindicato de resistência ao patronato. (,,,) Como meio prático, como método de luta para alcançar tal desideratum, adotará e usará o sindicalismo revolucionário. (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º jun. 1908, p. 1)

O jornal, uma das mais longevas publicações operárias da época, foi editado até dezembro de 1909 e, posteriormente, de janeiro de 1913 a junho de 1915. O seu retorno em 1913, aliás, coincidiu com a realização, em setembro daquele ano, do II Congresso Operário Brasileiro. Essa reunião atendia a

diversas necessidades do movimento dos trabalhadores, como a atualização das medidas tomadas no encontro anterior no campo da luta econômica e uma resposta ao governo Hermes da Fonseca, que organizara um “Congresso Operário” em 1912 (seu principal mentor foi o filho do presidente, Mário Hermes) com o objetivo de conciliação de classes e apoio ao presidente. Além disso, servia como palco de denúncia dos riscos de guerra, então cada vez mais fortes, advindos do Velho Mundo. Sua eclosão era vista como terrível para os trabalhadores, tratados nessas ocasiões como buchas de canhão. E mais, não se deve esquecer o fator das perseguições, em caso de conflito generalizado, para uma vanguarda operária composta, ao menos em parte, por estrangeiros. Na resolução do Congresso sobre o tema, reafirmava-se o internacionalismo, caracterizando as guerras como injustificáveis, ainda que dentro do universo das ambições burguesas e nas quais a classe trabalhadora seria a única prejudicada, e concluía-se: *O “Segundo Congresso Operário Brasileiro” aconselha ao proletariado do Brasil para, em caso de guerra externa, declarar-se em greve geral revolucionária* (A VOZ DO TRABALHADOR, 1º dez. 1913, p.4).⁴⁷

Quanto à tentativa de conscientização da massa operária, ocorria, desde os primórdios de seu surgimento, uma preocupação constante da vanguarda em aproximar e ganhar para a luta os explorados do capital. Tarefa árdua, dadas as condições de miséria, ignorância (em muitos casos) e conformismo que cercavam o operariado. É extensíssima a relação de publicações que se voltavam a esse trabalho, evidentemente em condições em geral muito precárias em

⁴⁷ O folheto do Congresso, com suas resoluções, a preparação do mesmo e um histórico da COB estão em PINHEIRO e HALL, 1979, p. 172-223.

termos financeiros e sob cerco repressivo das forças (e legislação) governamentais. Isso limitava as tiragens e a longevidade dessas publicações. Mas, pela sua recorrência e ampliação, é possível visualizar o denodo e a prioridade dada por essa vanguarda a esse trabalho que representava, na prática, a possibilidade de, em algum momento, ver-se coroar de êxito as lutas revolucionárias tão ambicionadas.⁴⁸

Os anarquistas no Brasil iriam muito mais longe nessa tentativa de conscientização operária. Publicações (editavam-se não só jornais, mas, também, sempre que possível, livros), atividades culturais e comícios, com especial destaque para as comemorações do 1º de maio, todas essas práticas eram elementos utilizados na abordagem e busca de aproximação com aqueles que deveriam ser os verdadeiros atores da revolução. A construção desta passava pelas lutas desenvolvidas sob a forma de ação direta, com destaque para as greves. Se já não eram novidade no Brasil⁴⁹ antes da chegada do grosso do contingente de imigrantes, as greves tiveram um enorme estímulo com o crescimento das práticas capitalistas e os efeitos da “questão social”. Uma infinidade delas cobriu o horizonte das relações de trabalho e animou o patronato e o Estado a tomarem medidas que passavam ao largo das necessidades e reivindicações operárias que haviam conduzido os trabalhadores para os movimentos paredistas. Na visão de Rodrigues (s. d., p. 57), com (...) *a mentalidade anti-humana dos industriais e a proteção que lhes davam as*

⁴⁸ Para uma consulta detalhada dos jornais operários, do século XIX ao início do XX ver LINHARES, 1977.

⁴⁹ A respeito do assunto, ver LINHARES, 1977, p. 32-34 e RODRIGUES, s.d., p. 30-31. Esta obra faz, inclusive, um longo apanhado das greves no Brasil até a década de 1930.

autoridades, o proletário só tinha um caminho: partir para a greve – única linguagem que os patrões entendiam.

O ano de 1917 ficaria gravado para sempre na memória dos militantes das causas dos trabalhadores pela ocorrência da Revolução Socialista na Rússia. Esse ano teria, porém, um significado especial para os operários brasileiros, em especial os paulistas, pela greve geral deflagrada na capital daquele estado, que repercutiu por outras cidades e até na capital da República. Iniciada com a realização de uma paralisação em uma de suas principais empresas, o Cotonifício Crespi, por aumento de salários, a luta operária generalizou-se, principalmente após o assassinato pela polícia de um manifestante de origem espanhola. Trabalhadores abandonaram seus postos de trabalho⁵⁰, a cidade parou, ficando sob o controle do Comitê de Defesa Proletária, já que o governo fugira da capital. O movimento já se alastrava para cidades como Jundiaí, Campinas e Santos e recebia a solidariedade da Federação Operária do Rio de Janeiro, onde milhares de operários, inspirados pelos companheiros de São Paulo, entravam também em greve (DULLES, 1977, p. 56-58). Diante da força demonstrada pela greve, os industriais capitularam e ofereceram aumentos no nível das reivindicações⁵¹. Foram aceitas as propostas de anistia para os participantes do movimento. Porém, tão logo ocorreu a volta ao trabalho, patrões e governo apressaram-se a descumprir o acordado. A repressão se abateu fortemente sobre os líderes do movimento com prisões e desaparecimentos (a polícia não cumpria decisões judiciais como de *habeas*

⁵⁰ Segundo Paula Beiguelman, no dia 12 de julho a greve já alcançava mais de 20 mil operários (1977, p.86).

⁵¹ O conjunto das reivindicações dos grevistas aparece n'A Plebe, nº 6, de 21 de julho de 1917 (in PINHEIRO e HALL, 1979, p. 232-234).

corpus, alegando não estar o beneficiário em suas dependências). O próprio Comitê acabou por se pronunciar contra uma nova greve, temendo a ação organizada de patrões e governos, já mais preparados para o enfrentamento do que antes (BEIGUELMAN, 1977, p. 83-93).

A repetição dessas ações grevistas generalizadas no ano seguinte no Rio de Janeiro, com uma forte greve em setores como metalúrgicos, têxteis e construção civil, ataques a bombas em torres de energia e um assalto a uma delegacia de polícia, teve uma dura resposta do governo e sua área de repressão. A insurreição anarquista no Rio de Janeiro gerou prisões e deportações, acompanhadas por matérias na imprensa criando alarme na população e abrindo espaço para mais repressão (DULLES, 1977, p. 68-70 e MONIZ BANDEIRA, 2004, p. 157-199).

O quadro do movimento operário no Brasil ao final dos anos de 1910 mostra condições contraditórias: de um lado, as péssimas condições de vida da população trabalhadora, sua já (e seguidamente) testada disposição de luta, o estímulo que chegou do Leste europeu com a vitória da Revolução Socialista a demonstrar a possibilidade da derrubada da exploração do capital e a construção de uma nova sociabilidade que levasse em conta os interesses dos trabalhadores; de outro, os limites da direção do movimento sob a liderança anarquista. Em São Paulo, com o abandono da cidade pelos representantes do poder burguês, a direção do movimento não se mostrou disposta a assumir a parcela de “poder” que lhe caiu no colo. Não tomou medidas que fortalecessem os ganhos dos trabalhadores e emparedassem o poder patronal. Limitou-se a negociar (até com algum sucesso) as reivindicações econômicas do movimento. Ficou na sua altura, não deu passos no sentido de sua superação. E o que

poderia ela esperar de melhor naquela conjuntura para assumir seu papel de vanguarda e avançar para novas formas de exercício de poder? Seria demais pedir a lideranças anarquistas que assumissem a política, que colocassem na ordem do dia o armamento da população e o desarmamento das “forças de segurança”? Estaria isso fora das aspirações e/ou possibilidades de uma massa que se defrontava nas ruas, de peito aberto, com a polícia do Estado capitalista? E no Rio de Janeiro, com uma greve que se espalhou por diferentes setores, atingiu a cidade vizinha de Niterói e chegou a ser chamada, depois, de Soviet do Rio de Janeiro? Os anarquistas valorizaram a ação direta, o *bombismo*, que, além de ineficaz, serviu para afastar trabalhadores do movimento e abrir espaços nédios para a criminalização das lutas operárias, de sua liderança, auxiliando no processo de esvaziamento da greve e comprometendo ações futuras. Para Astrogildo Pereira, futuro fundador e dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCB), as movimentações operárias naquela conjuntura

(...) puseram a nu a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção de um movimento revolucionário de envergadura histórica (...). A contestação deste fato, resultante de um processo espontâneo e a bem dizer instintivo de autocritica que se acentuou, principalmente, durante a segunda metade de 1921, sob a forma de acaloradas discussões nos sindicatos operários, é que levou diretamente às organizações dos primeiros grupos comunistas (...). (PEREIRA, 1978, p. 61)

Seria, evidentemente, leviano responsabilizar somente a direção dos movimentos citados como responsáveis por seu fracasso. Não havia garantias de sucesso no aprofundamento das lutas em terras bandeirantes ou fluminenses. O que se procura argumentar aqui é que foram deixadas para trás chances especiais (quase únicas) de se experimentar formas superiores de ação operária em condições conjunturais que não voltariam a se repetir. O sucesso do proletariado russo, sob liderança bolchevique, e a incapacidade da direção

anarquista dos trabalhadores brasileiros de dar um encaminhamento mais conseqüente, em termos de avanços revolucionários, teriam conseqüências quase imediatas. Mesmo que não se encontrem dados a afirmar um refluxo imediato do movimento operário naquele final dos anos de 1910 (afinal, o ano de 1919 apresentou ainda um conjunto de lutas que refletia aquele momento de ascenso operário nos grandes centros urbanos do país), a repressão do Estado, inclusive com o aprofundamento do aparato legal de ataque aos que ousavam questionar o seu poder, realizou um considerável estrago nas hostes anarquistas. Prisões e deportações por meio de processos sumários seriam defendidos abertamente como instrumentos de defesa do Estado e utilizados por algum tempo, mesmo sob denúncia cerrada de militantes, advogados e setores que não compactuavam com o crescimento das práticas típicas de um Estado policial de exceção (MONIZ BANDEIRA, 2004, p. 267-271).

Os maiores problemas para a continuidade da direção anarquista do movimento operário nos maiores centros industriais do país acabaria vindo de dentro. A revolução russa, pouco conhecida, mas muito saudada, a princípio, pelos próprios libertários, foi tendo os seus detalhes desvendados com o passar do tempo, pelas informações que aqui chegavam. É evidente que uma parte considerável destas carregava um conteúdo profundamente negativo, pois advindo das fontes de informação burguesas⁵². Mas isso não foi suficiente para impedir que, principalmente as parcelas mais esclarecidas do operariado pudessem descortinar as características próprias da primeira revolução proletária vitoriosa. E o que se descobriu aos poucos foi uma revolução liderada

⁵² Sobre o tema, ver as deliciosas passagens com os comentários da imprensa burguesa sobre os líderes soviéticos Lenin e Trotsky em MONIZ BANDEIRA, 2004, p. 125-132.

por comunistas, marxistas, defensores, por exemplo, de proposições como a de um Estado de transição (socialismo) para a sociedade sem classes, questão sempre anatemizada por qualquer anarquista.

2.3 A ALTERNATIVA COMUNISTA: A CONSTRUÇÃO DO PCB

A recepção das idéias da Revolução Russa pela classe operária e sua vanguarda no Brasil foi um processo gradativo, que dependeu das condições de época, dos contatos internacionais e de algum material extraído de periódicos burgueses não completamente distorcidos por interpretações adversas. Apesar disso, as manifestações em defesa dos revolucionários daquele país foram sempre entusiásticas e estimulantes para os defensores da transformação social nos últimos anos da década de 1910. As grandes manifestações do 1º de maio de 1918 e do ano seguinte foram marcantes quanto às demonstrações de internacionalismo (LINHARES, 1977, p. 63-64).

O peso da vitória do proletariado russo sobre os trabalhadores de todo o mundo foi mais forte nas camadas da vanguarda, que pensavam e dirigiam os movimentos de acordo com as suas concepções. O marxismo era muito pouco conhecido no Brasil até então, mesmo entre essa vanguarda. O acesso a essa literatura era limitado, e uns poucos textos foram traduzidos para o português. Em geral, o que vai existir é uma interpretação dos acontecimentos e idéias dos dirigentes russos pela liderança anarquista no Brasil, com todas as consequências que o desconhecimento e a distância são capazes de causar. Havia, porém, entre muitos deles um interesse e um desejo sincero de se acercar da mais importante experiência do proletariado na História. A adesão às idéias marxistas (ou maximalistas, como foram chamadas inicialmente), confusa em

muitos casos e momentos, não se deu por oportunismo político, ainda que também não por profundo conhecimento. Pesaram a solidariedade e a curiosidade militante⁵³.

A fundação de um Partido Comunista do Brasil, em 1919, é bem um reflexo dessas preocupações e desconhecimentos, acrescidos da necessidade de adaptação das ideias anarquistas às que vinham da Rússia revolucionária (e vice-versa). Os pontos que se referem ao Estado (18 a 20) dos princípios partidários são típicos do pensamento anarquista a respeito do assunto (por exemplo: “O Estado é, por isso, uma instituição anti-social e imoral”). Mas, ao mesmo tempo, estava se constituindo um partido, coisa que o pensamento anarquista, em geral, abominava (CARONE, 1976, p. 255). O livro O que é Maximismo ou Bolchevismo – Programa Comunista, de Antonio D. Candeias (com pseudônimo de Hélio Negro) e Edgard Leuenroth representaria uma sustentação das ideias desse partido, realmente baseadas no anarquismo, que viam tão somente os “maximalistas” soviéticos como defensores da realização imediata da conquista final, a sociedade anarquista (MONIZ BANDEIRA, 2004, p. 227-236).

No 3º Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro (DF), em 1920, chegou a haver uma proposta de filiação do Congresso à recém-fundada Internacional Comunista. Foi rechaçada por não ser a IC uma organização sindical. Foi aprovada, porém, uma saudação (...) *ao importante acontecimento de Moscou, cujos princípios gerais verdadeiramente correspondem às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de*

⁵³ Um detalhado retrato do impacto da Revolução Russa no Brasil pode ser encontrado, também, em KONDER, 1988, capítulo 5.

todo o mundo (BOLETIM I, Nº 1 DA COMISSÃO EXECUTIVA DO 3º CONGRESSO OPERÁRIO, *apud* DULLES, 1977, p.113).

Um exemplo a mais de como esse momento foi de muita confusão teórico-política para a vanguarda do movimento operário brasileiro transparece nas páginas do jornal A Voz do Povo, de 22 de agosto de 1920. Um artigo que comentava o Congresso Operário, depois de defender a prática da ação direta, afirmava: *Nada de panos quentes com o parlamentarismo e outros quaisquer socialismos, à acepção* do marxismo, que é genuinamente revolucionário, conduzindo as massas à subversão como aconteceu com os russos em 1917* (CARONE, 1979, p.365).

Somente no final daquele ano, por meio de artigos de estrangeiros difundidos por parte da imprensa operária, que refletiam os conflitos entre o governo bolchevique e os anarquistas russos, começou a ocorrer uma rápida delimitação das duas correntes no Brasil. E o confronto entre elas marcaria os próximos três lustros da História do movimento operário brasileiro (DULLES, 1977, p. 135-137).

A articulação de diversos grupos de militantes no início dos anos de 1920 viria a trazer à luz um partido que, desde sua fundação, procurou a fidelidade aos princípios comunistas. Nesse sentido, Astrojildo Pereira afirmou:

O Congresso de fundação do Partido não foi coisa realizada de improviso, mas resultou de um trabalho de preparação que durou cerca de cinco meses. Por iniciativa e sob a direção do Grupo Comunista instalado no Rio a 7 de novembro de 1921, outros grupos se organizaram, nos centros operários mais importantes do País, com o objetivo precípuo de marchar para a fundação do Partido. (PEREIRA, 1976, p. 71)

* Na realidade aqui há um erro, pois o termo certo deve ser “exceção”, para dar sentido à frase. (FJF)

Muito já se escreveu sobre a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB).⁵⁴ Aqui cabe situá-la em relação às condições nacionais, internacionais e internas ao movimento operário brasileiro. No primeiro caso, os primeiros anos da década foram férteis em agitação política, frutos das demandas sociais reprimidas de camadas urbanas que sentiam chegar seu momento de extravasar propostas de mudanças. A dominação política, reflexo do poderio econômico das oligarquias cafeeiras, passou a sofrer contestação na medida em que as condições de manutenção daquele poder viam suas margens de manobra se tornarem cada vez mais escassas. Assim é que as seguidas superproduções do café, sustentadas por valorizações artificiais, desde o início do século, causavam problemas aos cofres públicos em detrimento do atendimento das necessidades de uma população em geral abandonada à sua sorte e só interessavam, na verdade, aos proprietários fundiários do sudeste. A grande maioria dos brasileiros ficava à margem das decisões políticas que diziam respeito ao país, fosse pela exclusão criada pela Constituição de 1891 (voto somente masculino e para os alfabetizados, entre outras limitações), fosse pelo desinteresse causado pelas normas jurídico-políticas dos pleitos e pela aceitação dos eleitos, o que estimulava fraudes e outros desrespeitos aos resultados eleitorais.

O questionamento mais radical a esse processo vai ter início quando, poucos meses após a criação do PCB, membros da jovem oficialidade do Exército brasileiro dão início a um levante armado (o primeiro 5 de julho), tendo seu foco na capital da República. O fracasso dos “tenentes”, como ficariam conhecidos, não impediu que, dois anos depois, um novo levante ocorresse, já

⁵⁴ Só para citar uns poucos, porém importantes: CHILCOTE, 1982; ZAIDAN FILHO, 1988 e 1989; PINHEIRO, 1991; VINHAS, 1982 e DEL ROIO, 1990.

agora com seu centro nevrálgico em São Paulo e com ramificações pelo Brasil.⁵⁵ Seria dos reflexos dessa ação armada que, por alguns dias tomou a capital paulista, que surgiria no sul do país, a famosa Coluna Prestes⁵⁶, que percorreu milhares de quilômetros no interior do Brasil pregando a derrubada do regime oligárquico e a implantação de uma nova institucionalidade no país. Estas manifestações de setores da pequeno-burguesia tiveram ampla repercussão na época e nas décadas seguintes, interferindo, como será visto, nas lutas da classe operária e nas proposições revolucionárias que os pecebistas⁵⁷ se encarregariam de encaminhar.

No campo internacional, os anos de 1920 corresponderam a um momento em que, com o pós-primeira guerra mundial, o capitalismo americano tornava-se cada vez mais dominante, influenciando decisivamente as relações internacionais e, gradativamente, colocando a Europa do capital em um segundo plano. Isso repercutiria de imediato na América Latina, onde tradicionalmente o imperialismo inglês se instalara. As disputas

⁵⁵ Acerca do “tenentismo”, há um interessante relato em SODRÉ, 1968, p. 198-214. Para mais informações ver, entre outros, CARONE, 1975; CARVALHO, 1977, p.181-234; CARNEIRO, 1965, p. 223-249; SILVA, 1971 e BASBAUM, 1976.

⁵⁶ Sobre a Coluna Prestes há ampla bibliografia, destacando-se SODRÉ, 1968, p. 214-229; PRESTES, 1991 e MEIRELLES, 1995.

⁵⁷ A utilização, daqui em diante, do termo “pecebista” para denominar os membros do PCB não tem nenhuma conotação sectária ou, mesmo, anticomunista. Ao contrário, preocupa-se somente em evitar o exclusivismo do termo comunista por militantes de um único partido ou agrupamento marxista. Porque, em verdade, apesar de afirmações de que (...) *não há comunistas fora do Partido, não há comunistas sem pertencer e trabalhar numa das organizações do Partido e atuar junto com o Partido* (J. Stalin, citado na resolução do Comitê Nacional do PCB de fevereiro de 1952 que expulsa de suas fileiras o antigo dirigente José Maria Crispim, *in* CARONE, 1982, p. 315-320), havia e há muitos comunistas fora das fileiras daquele Partido. A preocupação em afirmar o termo “pecebista” diz respeito, então, a uma superação do sectarismo stalinista excludente, que tratava adversários políticos por métodos administrativos e não políticos. Trotskistas, titoístas e outros eram os “traidores”, “fascistas” embuçados, prontos para serem denunciados como os piores inimigos da classe operária. E isso ultrapassava os textos mais diretamente político-partidários, chegando à literatura, onde a obra de Jorge Amado, Subterrâneos da Liberdade é nefastamente paradigmática. Mais informações sobre o assunto em FALCÃO, 1996, p. 38-40.

interimperialistas influenciariam, por exemplo, as análises do PCB nos anos de 1920 quanto às possibilidades revolucionárias que essas contradições abririam no interior das diferentes frações da burguesia brasileira.

Estes anos de 1920 marcariam ainda o surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que representava a consolidação da revolução, confrontando-se aos interesses do capitalismo em esfera planetária. As sucessivas crises econômicas no pós-guerra, nacionais (como no caso alemão, durante a República de Weimar), ou internacionais (como na grande crise que, dos Estados Unidos da América em 1929, se espalhariam como praga para todo o mundo capitalista). O risco da disseminação do modelo soviético estimulou a construção de regimes fascistas ou proto-fascistas no sentido de preservar os interesses do capital e evitar o socialismo (vide os casos, naquela década, de Portugal e, de modo decisivo, da Itália). Os regimes políticos liberal-burgueses e as práticas econômicas liberais sofreriam abalos por toda a década, com reflexos que se estenderiam, ainda, por um bom tempo.

Fora da Europa, nos países que a Internacional Comunista classificava de “coloniais” ou “semi-coloniais” já se faziam ouvir os rumores da ampliação do descontentamento com a dominação imperialista, principalmente quando as potências europeias, principais detentoras de áreas colonizadas nas regiões afro-asiáticas, passaram a sofrer os efeitos do fim da grande guerra. A Revolução Chinesa tornar-se-ia um paradigma para as revoluções fora do mundo capitalista desenvolvido dentro dos padrões da IC. E, nesse sentido, influenciaria pesadamente as políticas da organização para a América Latina e, em particular, para o Brasil.

Essa situação remete para as condições existentes na conjuntura da criação do PCB e para que respostas foram dadas aos problemas mais candentes que afetavam os responsáveis por aquele projeto. Para começar, o surgimento do PCB já se tinha dado em um quadro de franco descenso das lutas operárias que tanto tinham abalado o Brasil (ou suas zonas de maior concentração operária) entre 1917 e 1919⁵⁸. A ação policial e a legislação repressiva tinham realizado seu estrago. Foi um pequeno grupo de militantes operários, em geral oriundos do anarquismo, que levaram a efeito a criação do Partido. Durante os três dias da reunião fundacional (de 25 a 27 de março de 1922, em Niterói, Rio de Janeiro), foram discutidos e aprovados os seguintes pontos de pauta: 1º) exame das 21 condições de admissão na IC; 2º) aprovação dos estatutos do Partido; 3º) eleição da Comissão Central Executiva do Partido; 4º) ação em prol dos flagelados do Volga; e 5º) assuntos gerais (VINHAS, 1982). Um aspecto que salta aos olhos é que o centro das preocupações dos fundadores estava quase exclusivamente nas questões de caráter organizativo. Não havia nenhum ponto de discussão programática, muito menos de análise da situação brasileira e internacional, da estrutura de dominação do capitalismo no Brasil. A América Latina, na qual estamos inseridos e na qual ocorrera há poucos anos uma revolução (México) não merecia nenhuma alusão. Seria mera coincidência, mero acaso? Apesar de seu conteúdo polêmico, há claras condições de se afirmar que não. A começar pela tradição anarquista da quase totalidade dos participantes do encontro. O anarquismo é, em geral, avesso a teorizações e

⁵⁸ Astrojildo Pereira afirma que a formação do Partido se processou, (...), *em pleno fogo das lutas de classe (...)* (1976, p. 72). Levando-se em consideração uma visão geral do confronto de classes nada há a objetar. Porém, em relação às lutas desenvolvidas pela classe operária naquele começo de década, há um visível declínio em relação à conjuntura imediatamente anterior, conforme referido.

longas análises da realidade, bastando que estejam explicitadas pela dominância do capital e pela necessidade da luta denodada pela sua derrubada revolucionária. Pedro R. Ferreira argumenta que:

O Anarco-Sindicalismo conduz a uma teoria sociológica bastante reducionista sobre os conflitos sociais. Os pólos exploradores e explorados presentes nas críticas libertárias abrangem todos os atuantes no interior da vida social, mas obstaculizam o entendimento das variadas formas de exploração existentes na sociedade burguesa. (...) O excesso de generalização sobre os possíveis atores sociais faz da escassa fundamentação teórica sobre a determinação social desses últimos, a pedra de toque de um programa carente de viabilidade efetiva, (...). Como se vê, para o Anarco-Sindicalismo não existe relação entre força social e classe, portanto não há razão para uma investigação profunda sobre as especificidades do proletariado brasileiro. (1999, p. 36-37; 40)

Uma segunda explicação pode estar no desconhecimento mesmo da realidade brasileira. Não havia até aquele momento um conjunto de análises de fôlego sobre a economia brasileira, a sua estrutura de classes, a sua própria História. Pensar o Brasil, como totalidade, era uma tarefa não iniciada (sempre lembrando tratar-se de um país continental), e a falta de detalhadas estatísticas confiáveis só agravava esse quadro. A dificuldade daquele grupo de militantes (ou de qualquer outro grupo ou pessoa) não deve ser tratada como fator de somenos importância, especialmente pelo fato de que o que os aproximava era, imediatamente, como desejosos em fazer parte da construção da Revolução Socialista em esfera planetária, a vinculação com a nova organização que tinha avocado para si levar adiante tal empreitada.

E é aí, talvez, que se encontre o fator central explicativo das ausências que tanto chamam a atenção na pauta da fundação do projeto pecebista: soldados da revolução recém-chegados ao movimento comunista que se expandia, a tarefa central que se colocava, então, para eles, era a de dar consequência àquele desejo, quer dizer, aprovar rapidamente as condições que

os permitiriam a vinculação ao polo organizativo da Revolução Mundial: a Internacional Comunista. Até porque, seria de lá, a princípio, com a participação da militância dos melhores camaradas, dos mais preparados, que iriam surgir os novos rumos para a humanidade. Para Ferreira, (...) *os próprios comunistas ansiavam por essa orientação fornecida pela I.C., e tinham muito claro que o fortalecimento do movimento revolucionário no Brasil, passava pelas influências dessa organização* (1999, p. 62). Fica, portanto, clara a crise criada no PCB quando da não aceitação da filiação do Partido à Internacional no seu III Congresso, em 1922, naquilo que ficou conhecido por “caso” Canellas.⁵⁹

Portadores dessa “linha justa”, cientificamente provada pelo sucesso dos soviéticos, o que se colocava como tarefa específica para a construção revolucionária era forjar uma forte organização interna, no país, um Partido vinculado às massas e sendo a sua direção conseqüente. A revolução no Brasil, assim como em várias partes do mundo, não poderia tardar.

Na travessia anarquistas/comunistas não se observa, da parte dos últimos, um rascunhar que contenha perscrutações sobre as contradições entre os primeiros e a realidade social efetiva. Anarquistas e comunistas continuarão desconhecendo as razões dos avanços e fracassos da luta social na grande conjuntura do primeiro pós-guerra mundial. A formação social brasileira, gerada pelo chamado Complexo Cafeeiro, e a imperativa política dos governadores, em grande medida permanecerá desconhecida pelos atores sociais que gostariam de modificá-la. E, se essa formação social não era suficientemente explicada, a revolução social somente poderia ser dada enquanto um obscuro objeto de desejo. (FERREIRA, 1999, p.35)

O II Congresso da IC, realizado em 1920, em uma conjuntura avaliada por seus participantes como de avanço para o movimento revolucionário mundial, voltou-se, então, à construção da Organização como instrumento

⁵⁹ Sobre o “caso Canellas”, ver CARONE, *in MEMÓRIA E HISTÓRIA*, Nº 1, 1981, p. 15-36. O “famoso” Relatório Canellas está reproduzido em VINHAS, 1982, p.18-65.

prático daquele processo, o que exigia uma centralização que lhe permitisse melhor assumir seu papel dirigente na luta pelo socialismo. As 21 condições para a entrada na Internacional, aprovadas no encontro, formaram as bases para as relações entre os partidos e o centro organizador (PINHEIRO, 1991, p.36). As 21 condições⁶⁰ continham orientações organizacionais de caráter fortemente centralizador, fossem em relação ao funcionamento interno dos partidos filiados à IC (centralismo democrático), fossem nas relações com a IC (suas decisões eram obrigatórias para os partidos filiados, que passariam a ser suas seções nacionais, tendo, inclusive, isso gravado em seu nome), ou fosse na preocupação, expressa em vários artigos, com a depuração de elementos que não se coadunassem com as propostas da Organização e com o pensamento comunista por ela reproduzido. Havia entre as condições algumas orientações políticas, como no caso da oitava, que dizia respeito à situação das colônias e nacionalidades oprimidas, onde se defendia a luta de emancipação e a denúncia, no país imperialista, das formas de opressão levadas a efeito naquelas regiões. Essa discussão, que inseria grande parte de países e da população mundial, foi, naquela ocasião, pouco desenvolvida, refletindo o desconhecimento e, principalmente, o eurocentrismo que imperava na IC, apesar das preocupações de Lenin em relação ao assunto na ocasião (PINHEIRO, 1991, p. 36-43).

Levando em consideração esse conjunto de questões é que se pode discutir os caminhos traçados pelos dirigentes pecebistas para a Organização, o país e a revolução. Era um pequeno partido, recém-surgido, com inúmeras dificuldades para compreender a realidade brasileira e se inserir nela; assim,

⁶⁰ O texto completo das 21 condições pode ser encontrado em RODRIGUES, s. d., p. 28-32.

não fica difícil entender o fato de ter ficado à margem da primeira ação tenentista, no 5 de julho de 1922, apesar de ter sofrido suas consequências, sendo obrigado a ir para a ilegalidade poucos meses após a sua fundação, fruto da decretação do Estado de Sítio pelo governo de Artur Bernardes.⁶¹

A primeira tentativa mais sistemática de compreender a formação social brasileira no sentido de uma intervenção eficaz e revolucionária por parte do PCB se daria por meio de Otávio Brandão. Esse militante comunista escreveu Agrarismo e Industrialismo⁶² em 1924, obra que, segundo seu subtítulo, buscava ser uma análise marxista-leninista da revolta “tenentista” do 5 de julho de 1924 em São Paulo, na qual a participação pecebista teria sido, novamente, inexistente, até por opção da direção do movimento (Isidoro Dias Lopes e outros), bastante conservadora politicamente e sem interesses em estabelecer compromissos com os comunistas e outras lideranças operárias.⁶³

Em uma análise sucinta da obra de Brandão (1926), pode-se dizer que ele partiu de uma avaliação da sociedade brasileira na qual era ressaltada a existência de um feudalismo na área rural, sem distinção entre seus diversos setores, dominante na sociedade, ao qual se contrapunha, mesmo com limitações, uma burguesia industrial ainda em desenvolvimento e restrita ao

⁶¹ Z Aidan Filho (1989, p. 14) diz que o PCB buscara contatos, então, com os militares. A participação daqueles na revolta, seria, apesar disso, se tivesse ocorrido, bastante marginal. O próprio Zaidan, porém, afirma em seu trabalho que, à luz dos documentos do PCB, (...) *não há como evitar a interpretação de que as revoltas tenentistas pegaram de surpresa os comunistas.* (p. 16)

⁶² O livro só foi publicado em 1926, com o pseudônimo de Fritz Mayer, para fugir da repressão policial.

⁶³ *O tenentismo dessa fase pode ser definido (...) como um movimento política e ideologicamente difuso, de características predominantemente militares, onde as tendências reformistas autoritárias aparecem em embrião. (...) os “tenentes” se identificam como responsáveis pela salvação nacional, guardiães da pureza das instituições republicanas, em nome do povo inerte.* (FAUSTO, 1981, p. 57-58)

litoral, dentro do processo de transformações por que passava o Brasil,. A sustentação do setor dominante era dada pelo imperialismo inglês, ao qual interessava a manutenção do *status quo* no país. Do outro lado, da burguesia industrial, alinhava-se o imperialismo estadunidense, na perspectiva de romper a tradicional relação de poder britânica sobre o país. A saída apresentada por Brandão para superar o atraso e construir um Brasil progressista, industrializado, seria a revolução. Mas qual? No seu esquema, a “terceira revolta”, pelas limitações da burguesia industrial, deveria ser iniciada pela pequeno-burguesia armada em uma frente com o proletariado urbano, o campesinato servil e a própria burguesia. Esse processo, no qual o proletariado manteria total independência das outras classes nessa frente, abriria espaço para a revolução socialista que seria fruto, segundo ele, de uma revolução proletária mundial vitoriosa, de uma guerra entre Brasil e Argentina, na qual o Estado agrário brasileiro saísse derrotado e desmoralizado frente às massas.

Não é impossível uma guerra externa. Mas, dada a perspectiva atual, a revolução proletária parece-nos ser a conseqüência natural de uma revolução democrática pequeno-burguesa, nascida da terceira revolta, agravada por uma crise cafeeira (se houver coexistência da crise e da revolta) e radicalizada pelo combate ao imperialismo e, principalmente, pela ação das massas trabalhadoras urbanas e rurais, armadas. Nossa tese baseia-se na perspectiva atual. (BRANDÃO, 1926, p. 36)

Algumas considerações são necessárias: para começar, há que se reconhecer que a análise de Brandão (1926) tinha aspectos de originalidade, não só frente a outras até então aqui realizadas, mas também em relação às da IC. No primeiro caso, ao colocar o imperialismo como inimigo a ser derrotado. E, no segundo, ao dar um papel de ponta para a pequeno-burguesia na revolução democrática. Isso, que não aparecia nas páginas das definições da IC, era, sem dúvida, reflexo das esperanças contidas no pensamento de Brandão quanto à

atuação dos “tenentes” como vanguarda armada inicial. Michel Zaidan Filho argumenta que:

O realce dado por Brandão à pequena burguesia urbana (ao invés da pequena burguesia rural e ao campesinato proletarizado, como nas concepções leninistas da época) só é compreensível à luz da determinação concreta da conjuntura brasileira, pois não existe “teoria” similar no pensamento político vigente no movimento comunista internacional, especialmente no que diz respeito às lutas de libertação nacional, onde a ênfase recai sempre no papel dirigente das burguesias nativas, (...) (1989, p. 21)

Além disso, aparecia de modo muito interessante, na sua obra, a idéia da revolução permanente, o que passaria a ser um dos pontos da discórdia na luta pela construção do socialismo na União Soviética e pela direção de seu partido comunista naqueles mesmos anos.⁶⁴

Por outro lado, há problemas de fundo na obra do formulador pecebista. A começar pela generalização completa das condições do campo brasileiro, no qual, até então, se concentrava o setor de classe dominante no Brasil e a imensa maioria dos trabalhadores. Reflexos de insuficiência de dados e de consistência analítica correspondente, tanto a oligarquia quanto os trabalhadores do campo são vistos de forma indistinta. Isso leva a que se coloque em uma mesma situação, com interesses afins, por exemplo, a oligarquia cafeeira do sudeste e latifundiários do sertão nordestino. E, em relação aos trabalhadores, aqueles que viviam já sob formas de assalariamento do colonato com os que desenvolviam práticas pré-capitalistas de meia e terça (arrendamento da terra). E, mais grave, fruto de uma absorção mecanicista de Marx e de uma reprodução de modelos típicos europeus, Brandão (1926) enxergava um “feudalismo” no campo brasileiro, desenvolvendo, a partir daí, toda uma reflexão que repetia a

⁶⁴ Referimo-nos aqui, evidentemente, às disputas entre as concepções stalinistas e trotskistas a partir da morte de Lenin.

trajetória “escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo”, com todas as consequências teórico-políticas que tais análises acabavam por permitir, inclusive a justificativa da revolução burguesa, a necessidade de uma fase de industrialização para que se pudesse chegar a um momento em que estivessem maduras as condições para a revolução socialista e para o poder nas mãos dos trabalhadores. É, aliás, interessante ver essa versão “menchevizada” da formação social brasileira nas caracterizações do primeiro teorizador pecebista.

Industrialismo (para Brandão) significava burguesia industrial progressista, maior concentração da força de trabalho, revolução burguesa como já se prenunciava em “1924”, enfim, a transformação de um país semicolonial, feudal, atrasado e reacionário, em um país progressista do século XX. Como se vê, são projeções distantes da realidade do Brasil, mas bem próximas das que envolvem a “via clássica” da revolução burguesa. (FERREIRA, 1999, p. 79)

E aqui é importante demarcar um aspecto fundamental para a História da esquerda revolucionária no Brasil: as análises sobre o campo brasileiro, iniciadas em Agrarismo e Industrialismo, e que tiveram vida longa nas hostes do PCB, partiam da existência de um feudalismo no Brasil. Essas idéias, que serviram de sustentação para uma visão etapista de revolução (primeiro burguesa, depois socialista) eram completamente falsas. No Brasil, mesmo nos primórdios da colonização portuguesa, jamais se desenvolveu, como modo de produção, algo que se assemelhasse com as relações de servidão típicas do medievo europeu. Até porque, fruto de um processo expansionista do capital comercial articulado aos interesses da monarquia absoluta, o sistema colonial utilizado no Brasil serviu-se da força de trabalho do ameríndio e do africano, em geral sob a condição de escravos. E mais: esse sistema colonial estava articulado aos interesses metropolitanos. Ora, em Portugal, de há muito, as relações

feudais estavam em franca decadência. De onde, então, apareceu o “feudalismo” no Brasil? Sem dúvida, das “análises” generalistas da Internacional Comunista, frente ao que se denominava países coloniais e semicoloniais, para os quais estava reservada uma etapa revolucionária obrigatória (democrático-burguesa) para, então, se colocar na ordem do dia a questão do socialismo⁶⁵. E do “seguidismo” frente à IC, da deficiência das análises daqueles que, por décadas, se aferraram na visão “científica” da “via clássica” da revolução mundial.⁶⁶ E isso pode ser considerado um elemento indesculpável dessa renitência no erro,

⁶⁵ O peso desse tipo de “análise” superou as barreiras do tempo e do espaço. No programa do Partido Comunista espanhol (PCE), aprovado em seu VI Congresso (1960), aparece a seguinte formulação: (...) *a revolução espanhola passará por duas etapas fundamentais: A primeira, a etapa atual, na qual a revolução tem um caráter antifeudal e antimonopolista (...). A segunda, na qual se converte em revolução socialista (...)*. (PCE, 1960, p.27) Qualquer semelhança com as formulações dos membros da IC no Brasil (ou em diversos outros países) não é mera coincidência. Mas, aí cabem as perguntas: a) seriam, por exemplo, parecidas as condições das formações sociais brasileira nos anos de 1920 e espanhola nos de 1960? A resposta negativa parece ser óbvia; b) seria correta essa formulação para a Espanha? Nem ali, nem mesmo nos anos da Guerra Civil. A melhor resposta já estava nas palavras de Andreu Nin, dirigente do POUM, em 1937, sobre a necessidade dos trabalhadores assumirem as tarefas democráticas e de construção do socialismo como alternativas ao fascismo e à burguesia durante a guerra civil: (...) *duas opiniões de conseqüências trágicas para a vitória da classe operária foram desenvolvidas. A primeira foi expressa neste termos: “Primeiro ganhe-se a guerra, depois, faça-se a revolução”. De acordo com a outra opinião, que era conseqüência direta da primeira, na presente guerra civil os operários e camponeses estão lutando pela manutenção da República Democrática Parlamentar e, por conseguinte, não se pode falar em Revolução Proletária. (...) A fórmula: “Primeiro ganhe-se a guerra depois faça-se a revolução” é fundamentalmente falsa. Na luta atual na Espanha, guerra e revolução não são somente termos inseparáveis, mas, sinônimos.* (NIN, 1937)

⁶⁶ Uma teorização do “feudalismo” no Brasil pode ser encontrada em SODRÉ, 1964. Este autor, inclusive, manteria praticamente intactas as suas formulações sobre o assunto já na década de 1980 (*in* LAPA (org.), 1980, p. 133-156) e nos anos de 1990, em sua obra Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Nela argumentaria que a (...) *existência de relações feudais, predominantes no campo até dias bem próximos dos atuais, senão agora, é um fato que se poderia dizer ostensivo, tão claras as suas manifestações.* (SODRÉ, 1997, p. 14) José Roberto do Amaral Lapa registra, na sua obra de 1980, uma série de autores, ligados ou não ao PCB, que, de alguma forma, absorveram a tese do “feudalismo” brasileiro. (IDEM, p. 30-31) É, porém, preocupante, encontrar na mesma, nomes como Francisco de Oliveira, que faz a crítica dessa visão (ver OLIVEIRA, 2006), ou Celso Furtado, que explicita-a em Formação Econômica do Brasil de 1959 (especialmente na página 66).

já que, ainda nos anos de 1940, havia um intelectual vinculado ao PCB, Caio Prado Jr, que desmontava sem piedade as análises baseadas nesse feudalismo caboclo (PRADO JR, 1977 e 1986). O Partido continuou utilizando-se em suas teses, até os anos 60, o dualismo estrutural (campo feudal/cidade industrial) e dele tirando suas conclusões, evidentemente eivadas de enganos. E, se a avaliação feita sobre a formação social brasileira partia de bases tão frágeis, suas conclusões seguiam a mesma senda. Idem para as orientações políticas daí advindas.

Problemáticas eram, ainda, as generalizações feitas em Agrarismo e Industrialismo, como a de reconhecer a pequeno-burguesia brasileira a partir da atuação dos “tenentes”, como se eles representassem o todo das aspirações daquela camada social. Tanto mais que se tratava, no caso dos “tenentes”, dos responsáveis pelo “pontapé inicial” no processo revolucionário correspondente à terceira onda, coroamento da revolução democrático-burguesa, após os movimentos de 1922 e 1924. E, problema que se repetiria *ad nauseam* na História do PCB (e, sejamos sinceros, de grande parcela da esquerda revolucionária), a caracterização, já à época, do Partido como a direção da classe operária. Ora, estamos tratando de uma organização numericamente reduzida, com baixo nível de penetração na classe operária e em processo inicial de formação. Esse “baluartismo”⁶⁷ foi, sempre, nefasto tanto para as avaliações do papel que o Partido deveria cumprir em cada conjuntura, quanto por encobrir a

⁶⁷ A análise “baluartista” em relação à fundação do PCB vem até os nossos dias: *O surgimento do PCB significava para o proletariado brasileiro a abertura de perspectiva de superação do espontaneísmo, do economicismo, da dispersão, do doutrinário abstrato, etc., no sentido da organização centralizada, com uma linha política definida e cientificamente fundamentada, e com vistas à transformação da sociedade.* (SEGATTO, 1989, p. 23)

verdadeira situação de consciência e capacidade de mobilização da classe, “substituída” por sua “vanguarda”.

Agrarismo e Industrialismo, saído no mesmo ano em que, finalmente, a III Internacional aceitava a filiação do PCB, serviu de tese para as discussões do II Congresso do Partido, realizado no ano seguinte, cujas proposições foram aprovadas no geral (houve discordância somente na previsão da guerra com a Argentina como fator deflagrador do processo revolucionário). Em suas resoluções, o PCB afirmava a necessidade da luta ideológica contra os “desvios” anarquistas e reformistas, da manutenção do proletariado como força independente nas lutas sociais, dando direção à pequeno-burguesia e não se deixando conduzir por ela. Naquele ano, Brandão tornar-se-ia responsável pelo primeiro jornal do PCB, A Classe Operária, surgido sob sugestão da Internacional.

A IC escreveu ao PCB, a 1º de julho de 1923, recomendando-lhe que transformasse a revista Movimento Comunista num jornal operário de massas. Esta recomendação tornou-se uma realidade em 1925, com a fundação do jornal. (BRANDÃO, 1978, p. 222)⁶⁸

A materialização dessas visões sobre a sociedade brasileira pelo PCB deu-se, em 1927, com a busca de contatos com os “tenentes” e a criação do Bloco Operário (BO), logo após renomeado Bloco Operário e Camponês (BOC), um organismo de frente na classe operária com vistas à atuação eleitoral, em uma conjuntura favorecida pelo fim do Estado de Sítio, em janeiro daquele ano. Os primeiros avanços nessas iniciativas (eleição de representantes do BO e do BOC em 1927/28 e primeiros contatos com Luis Carlos Prestes, líder da “Coluna” no final de 1927) não resultaram em saudações à política pecebista do II Congresso,

⁶⁸ Sobre a trajetória do jornal, ver REBELO, 2003.

e que, com poucas modificações, se repetiria no III Congresso, realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929.⁶⁹ E o que está na base disso é, fundamentalmente, a mudança de postura e as políticas da IC aprovadas no seu VI Congresso, realizado em meados de 1928. Esse Congresso, dirigido por um Bukharin enfraquecido por choques ocorridos com Stalin, estava marcado pela derrota da Revolução Chinesa (e da política para ela formulada pela IC nos anos anteriores⁷⁰), e por um maior interesse sobre a América Latina, advindo do crescimento da importância do imperialismo estadunidense, sendo a região o foco principal dos conflitos deste com o imperialismo inglês. Pela política aprovada pela IC, vivia-se o “terceiro período”, o qual, após a crise revolucionária aguda do início da década e a ofensiva capitalista posterior, abria agora condições, pelo aguçamento das contradições capitalistas, para lutas vitoriosas das massas trabalhadoras nos países coloniais e semi-coloniais. Rejeitou-se, a partir de então, qualquer relação com as burguesias nacionais (frentes etc) e lançou-se desconfiança, inclusive, sobre alianças com a pequeno-burguesia. Era a formalização por inteiro da política de “classe contra classe”, conforme comentário a respeito no capítulo anterior desta tese . Ao mesmo tempo, talvez no intuito de Bukharin para salvar as aparências do fracasso dos projetos da IC na China, admitia-se caminhar durante um certo tempo com a burguesia nacional nos países coloniais, para logo em seguida afastar-se delas. Isso ao mesmo tempo que o relatório de Humbert-Droz, responsável na IC pelas questões latino-americanas, afirmava que as burguesias locais estavam, desde

⁶⁹ Há uma detalhada análise crítica das resoluções do evento, feitas por um participante do mesmo, em PEREIRA, 1976, p. 139-159.

⁷⁰ Um resumo crítico da questão pode ser encontrado em TROTSKY, 1979, p. 29-32. E uma análise mais detalhada, em CLAUDÍN, 1985, p.237-254.

seu nascimento, vinculadas ao imperialismo, sendo inverossímil supor que elas, então, viessem a desempenhar um papel revolucionário contra o imperialismo. É fundamental que se reproduza aqui o comentário de Paulo Sérgio Pinheiro sobre a questão:

Nessa observação (sobre o papel das burguesias nacionais – FJF) está presente a refutação de todas as expectativas que os comunistas brasileiros (e forças de esquerda de diversa procedência) dedicarão à burguesia nacional. A fraqueza da burguesia nacional ficará patente nos anos 60, quando esse processo de condicionamento levará à interiorização da dominação, os burgueses “nacionais” associando-se ao capital multinacional. Durante 30 anos, entretanto, os comunistas irão determinando suas alianças pelos valores das forças produtivas, sem colocar em questão a exploração da força de trabalho: privilegiava-se o capital, as forças de produção, em detrimento dos operários, e a industrialização, sem levar em conta as conseqüências desse processo no conjunto da produção e das condições de vida da população. (PINHEIRO, 1991, p.172) ⁷¹

Essa miríade de posições conflitantes nas análises e conclusões da IC (não esquecer o afastamento de Bukharin da direção soviética da IC, logo após a realização do Congresso) devia ser uma dor de cabeça para os delegados brasileiros no evento e, depois, para a direção do PCB. Mas nada que se comparasse com as duras críticas que esta receberia em junho de 1929, quando da I Conferência Comunista Latino-Americana, realizada em Buenos Aires. Lá, as posições pecebistas de preparação para a ocorrência da “terceira revolta” foram objetadas por colocarem o Partido a reboque da pequeno-burguesia. A posição de Brandão (aprovada depois em Congresso) de que, no Brasil, a pequeno- burguesia era urbana e não rural foi taxada de antileninista e

⁷¹ Pinheiro acrescenta que, com essa construção de revolução, os comunistas brasileiros, nos anos 20 estruturaram dois leques de alianças que os enfraqueceram posteriormente: a aproximação em relação aos militares (Coluna Prestes) e a atribuição de uma autonomia à burguesia frente ao imperialismo e aos grupos tradicionais de poder que ela não ostentava na realidade (PINHEIRO, 1999, p. 172).

repudiada. O BOC⁷², pelo qual o Partido elegera dois intendentes em 1928 (Brandão e Minervino de Oliveira) passava a ser um alvo de críticas severas, pois o PCB escondia-se atrás dele, perdendo a oportunidade de se mostrar claramente frente às massas (LIMA, 1982, p. 103-104). À idéia de uma revolução democrática, antilatifundiária e de libertação nacional, contra a burguesia nacional e o imperialismo, adendava-se, então, a necessidade de construção de um “verdadeiro” partido comunista vinculado às massas e expurgado do “reformismo”. Esse tipo de política direcionou, no início dos anos de 1930, o enfraquecimento e, depois, a extinção do BOC, um afastamento considerável dos comunistas das lutas que se travavam no país e, internamente, o afastamento dos membros da direção de origem pequeno-burguesa, os mesmos que, até ali, tinham sido, com todos os percalços, os responsáveis pela existência do PCB. Estava aberta a temporada “obreirista” do Partido.

A aproximação com Prestes, representante da pequeno-burguesia revolucionária no esquema teórico da IC e do PCB, iniciada em fins de 1927, vai tomar corpo após a Conferência. Mas, mesmo aí, existem contradições e problemas com as análises da realidade. Primeiro, se a aliança era vista como da maior importância, não se colocavam dúvidas de que a liderança da frente tinha de ser do proletariado (leia-se, do PCB). Isso sem levar em consideração que esse partido era, naquele momento, uma organização de pouca penetração na classe operária e nenhuma no meio rural. E, supremo problema:

Quando o PCB, depois da reunião de Buenos Aires, vai fazer sua primeira aproximação oficial com Luís Carlos Prestes, já estava erodido o arco de forças liberais que haviam apoiado as revoltas tenentistas e se maravilhado com os feitos da Coluna Prestes. Os conspiradores da revolução de 1930 se esforçavam para

⁷² Sobre a trajetória do BOC, ver KAREPOVS, 2006 e DECCA, 1988.

captar a representatividade do tenentismo, concorrendo com os comunistas (que execravam o prestismo, mas estimavam os tenentes). O inconformismo do final dos anos 20 diferenciava-se em várias correntes: os “liberais revolucionários”, cindidos, já não falavam da mesma revolução que os comunistas pretendiam preparar com Luís Carlos Prestes. (PINHEIRO, p.189)

A “pequeno-burguesia revolucionária” não mais se apresentaria unida, com um projeto de transformações para a sociedade brasileira (coisa de que, aliás, os “tenentes” jamais foram portadores). E Prestes, que tentou por diversas vezes, sem êxito, a aproximação com os comunistas em 1930, sendo esta sempre repudiada sob o argumento de que ele seria portador de um programa pequeno-burguês (quando, na verdade, as propostas de Prestes eram muito próximas, para dizer o mínimo, das do PCB⁷³), acabou se aproximando do Partido via IC, que, em Moscou, o “preparou” para ser o líder da revolução no Brasil. E a “terceira revolta”, em outubro de 1930, que contou com a aliança entre uma considerável parcela dos “tenentes” e as “oligarquias dissidentes”, não contou com a participação de Prestes nem dos pecebistas. Apesar do programa de mudanças institucionais (e de algumas de caráter trabalhista) da Aliança Liberal, os revoltosos, vitoriosos, não admitiram qualquer tipo de manifestação popular na seqüência do processo. *Toda manifestação popular em São Paulo, logo após a revolução de 1930, era entendida como “ação provocadora”. (...)* Na visão dos revolucionários, a massa encontrava-se sempre à beira do descontrole (PINHEIRO, p. 264). O medo aos comunistas e a tradicional visão

⁷³ O PCB, na verdade, temia o imenso prestígio popular do líder da “Coluna Invicta”, frente a um pequeno partido com baixa recepção entre os que dizia representar. Curiosamente, foi exatamente baseado no “prestismo” que se deu o grande crescimento do PCB nos anos de 1945/1947. (AMADO, s. d.; BASTOS, 1986, e BARATA, s. d.)

de que a questão social era coisa de polícia (que viria a ter uma variante posterior com Vargas) davam a tônica da relação dos revoltosos com as massas.

O PCB passaria os primeiros anos da década de 1930 purgando os erros de análise e de organização interna que haviam sido construídos nos anos anteriores. Com uma política “esquerdista”, afastava-se do movimento sindical e operário concreto, que buscava fugir das tentativas de enquadramento do Estado burguês. Com o “obreirismo”, perdia o concurso de alguns de seus melhores quadros⁷⁴. E, reflexo dos conflitos surgidos na URSS pós-Lenin, passava a ser fustigado por uma fração “de esquerda” formada por alguns intelectuais (Lívio Xavier, Hílcar Leite e Mário Pedroza, entre outros) que romperam com a direção partidária acusando-a de desvios na linha política que acabaram levando o Partido para o isolamento.⁷⁵

Gradativamente, o PCB foi abandonando a linha “obreirista” ainda na primeira metade da década. Em junho de 1934, realizou-se a I Conferência Nacional do PCB, já sob a liderança de um antigo sargento, Antonio Maciel Bonfim, o “Miranda”. Nela, o Partido enxergava uma crise revolucionária, o que obrigava seus militantes à preparação para (...) *ocupar seu posto de vanguarda na transformação da atual crise econômica em crise revolucionária* – que já se processa – *encaminhando todas as lutas para a revolução operária e*

⁷⁴ Aí estavam incluídos Astrojildo Pereira e Otávio Brandão. Sobre este momento do PCB, ver BRANDÃO, 1978, p. 379-380 e LIMA, *in* MEMÓRIA E HISTÓRIA, N°1, 1981, p. 37-46.

⁷⁵ De uma posição de fração dentro do PCB esses militantes evoluíram para a dissidência, com a formação do Grupo Comunista Lenine, depois Legião dos Comunistas. Aproximar-se-iam das posições trotskistas e, pelo menos uma parte deles, participariam dos pequenos agrupamentos que se vinculavam ao velho bolchevique e às tentativas de criação de uma IV Internacional durante aquela década. Alguns documentos trotskistas dos anos de 1930 aparecem em CARONE, 1979, p.558-565 e ABRAMO e KAREPOVS, 1987.

camponesa contra os latifundiários e burgueses nacionais e contra os imperialistas (apud PINHEIRO, p. 277). Os ventos de mudança acompanhavam o crescimento da ameaça nazi-fascista em todo o mundo. O combate às posições social-democratas (o “social-fascismo”) a partir dos posicionamentos da IC tinha levado a um fracionamento das forças que se poderiam opor àquelas ideologias de direita do capitalismo. Sua expansão obrigou a IC a repensar sua tática de enfrentamento do problema, acabando por realizar, no VII Congresso (1935), uma virada radical que conduziu à proposta de construção das frentes anti-fascistas (DIMITROV, 1982). O Congresso, na verdade, estava marcado para 1934, mas fora adiado dadas as divergências sobre as modificações políticas profundas que se estavam gestando. Os delegados latino-americanos, que só souberam do adiamento ao chegarem a Moscou, foram convocados para realizarem um Congresso Latino-Americano, no qual a região foi tratada como verdadeiro balão de ensaio das diferentes políticas que se defrontavam dentro da IC. Aos chilenos caberia levar adiante a organização de uma frente popular. Já para o Brasil, diante dos relatos sobre uma situação pré-insurrecional no país, seria preparado, com o auxílio de elementos estrangeiros da IC, um levante armado (DULLES, 1977, p. 418-419). O informe apresentado no evento por Miranda, secretário geral do PCB, afirmava:

(...) Numa só província da Bahia os guerrilheiros constituem destacamentos de 1500 pessoas, armadas de metralhadoras, (...). Lampião e seus partidários são guerrilheiros cujo nome e façanha correm de boca em boca, como atos arrojados de defensores da liberdade, defensores da vida do camponês (...) que buscam no partido comunista, cuja autoridade cresce também no campo (...). (LA INTERNACIONAL COMUNISTA, nº 5, abril de 1935, apud VIANNA, 1995, p. 27)

Esses delírios revolucionários, que correspondiam à necessidade dos brasileiros de “mostrar serviço” e à necessidade da IC (Manuilski) de apontar a correção de sua linha política (que acabaria mudando meses depois, com a vitória da linha de Dimitrov), levaram o PCB a apoiar e propagar a Aliança Nacional Libertadora (ANL) no primeiro semestre de 1935.

(...) Seria entretanto somente em inícios de 35 que o PCB, em Carta Aberta, juntamente com outras 15 entidades, admitiria unir-se a outras organizações para a formação da frente. (...) A agitação política que vinha crescendo desde 1934 aumenta cada vez mais em 1935, com a continuidade do movimento grevista, e o incremento da atividade integralista, com manifestações cada vez maiores e mais ousadas. (AMORJ, 1995, p. 25-26)

Essa frente, que defendia em seu programa a reforma agrária, a nacionalização de bancos e de empresas imperialistas, a supressão da dívida externa e a instalação de um governo democrático e popular (BASTOS *apud* FERREIRA, 1999, p. 170) e que elegeu Prestes seu presidente de honra, teve vida fugaz. O manifesto de Prestes, propondo a derrubada do governo com a consigna de “todo o poder à ANL” em junho de 1935 abriu espaço para o fechamento da entidade pelo governo no mês seguinte. Nada disso, porém, demoveu o PCB de seu projeto golpista, nem o esvaziamento da ANL, já que muitos de seus participantes não aceitavam atuar na clandestinidade. O resultado foi um movimento totalmente desarticulado, que começou em Natal (RN)⁷⁶ sem que nos outros estados se deflagrassem ações comuns (ao contrário, em Pernambuco e no Rio de Janeiro, quando o movimento foi deflagrado nos dias seguintes, o governo já decretara Estado de Sítio, e as tropas estavam de prontidão). A quartelada, sem nenhuma participação do movimento de massas, fracassou, levando à prisão de seus participantes, à perseguição e ao

⁷⁶ Um relato um tanto glorificante, desse episódio, está em ALVES FILHO, 1997, p. 39-46.

desbaratamento da organização dos pecebistas, deixando o governo de mãos livres para perseguir qualquer oposição que interessasse, e abrindo espaço para a ditadura que não tardaria a ser implantada.

O quadro que se seguiu a novembro de 1935 e, em especial, a partir do golpe do Estado Novo, dois anos depois, para a esquerda revolucionária, foi de repressão, dispersão, desorganização e desorientação. Tentativas no PCB de manter uma direção nacional funcionando ou eram efêmeras, dada a perseguição policial, ou contestadas por algum outro agrupamento que não aceitava as diretrizes traçadas pelo primeiro.⁷⁷ E as experiências de organização partidária por parte dos trotskistas, quando vingavam, deixavam expostas as fragilidades de pequenos agrupamentos compostos, essencialmente, por intelectuais críticos das orientações e práticas stalinistas, mas sem penetração no que existia de movimento operário.⁷⁸

2.4 REORGANIZAÇÃO DO PCB: DO AUGE À DECADÊNCIA DO STALINISMO

Essa trágica situação só começaria a mudar sob influência da conjuntura internacional, já no início dos anos de 1940. A sustação da ofensiva dos exércitos alemães nos campos russos e a entrada dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra impuseram modificações no quadro das relações internacionais, em um momento de forte crise, que o governo Vargas, no qual se

⁷⁷ O caso do conflito entre grupos do PCB, em 1937, acerca do apoio a diferentes candidaturas burguesas à presidência da República, representou um exemplo acabado dessa desordem político-organizativa em um partido “bolchevizado”. Sobre o assunto, ver DULLES, 1985, p. 118-141.

⁷⁸ Sobre trotskismo e organizações trotskistas da época, ver ABRAMO e KAREPOVS, 1987; SACCHETTA, 1992, p. 59-67; BARBALHO, 2003, p. 37-68; COGGIOLA, 1984 e LEAL, 2004, p. 24-25.

aglutinavam diversos simpatizantes do nazismo e que flutuava numa oportunista vaga de não comprometimento direto, não teve como não levar em consideração. Acossado por pressões internas e externas para uma posição ativa de apoio aos aliados, Vargas decidiria, em janeiro de 1942, pelo rompimento com o Eixo. Meses depois, pecebistas exilados em Buenos Aires, reunidos com dirigentes comunistas argentinos, proporiã uma “nova” linha política a ser seguida: a união nacional com Vargas para a defesa do Brasil (DULLES, 1985, p. 229-230). Essa proposição serviria de base para a chamada Conferência da Mantiqueira, realizada no estado do Rio de Janeiro em 1943, na qual um grupo de pecebistas procurava reorganizar o Partido, buscando, inclusive, o apoio de Prestes, então ainda isolado na prisão. Esse grupo, que se denominou Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP)⁷⁹, iria se contrapor a duas outras visões de reorganização dos pecebistas: a de Fernando de Lacerda, antigo dirigente partidário que, regressando do exílio em 1944, defendia que se organizasse um partido frentista, no qual os comunistas estivessem diluídos entre os antifascistas. Essa proposta de Lacerda parecia se coadunar com a política stalinista, que, um ano antes, havia extinguido a IC como medida de “boa vontade” com os governantes dos países aliados.⁸⁰ Outros comunistas brasileiros, articulados principalmente em São Paulo no Comitê de Ação, defendiam a união nacional contra o nazifascismo e contra Vargas, pela volta da democracia no país.

⁷⁹ Acerca da formação da CNOP e da Conferência da Mantiqueira, ver, por exemplo, BASBAUM, 1976, p.177-180 e PRESTES, *in* OITENTA, vol. 4, 1980, p. 209.

⁸⁰ A proposta de Fernando de Lacerda seguia a interpretação dada, naquela conjuntura, à política de Stalin, pelo dirigente comunista estadunidense Earl Browder. Este encaminhara a dissolução do Partido Comunista em seu país, em nome de uma possível coexistência pacífica entre comunismo e capitalismo no pós-Segunda Guerra.

Nos momentos derradeiros da guerra, já em 1945, Vargas realizaria movimentos táticos para tentar sua sobrevivência política. Anistia e libertação dos presos políticos, liberdade partidária e promessas de eleições encheram os olhos de muitos pecebistas, em especial os membros da CNOP, que se lançaram à reorganização partidária aberta, já contando em suas fileiras com o recém-libertado Prestes, que assumiria o cargo de secretário geral do PCB para o qual havia sido eleito na Conferência da Mantiqueira. A defesa da união nacional durante a guerra se manteria mesmo com o fim desta. E, a partir de uma leitura das condições que se estabeleceriam no mundo do pós-guerra, e que não era monopólio dos comunistas brasileiros, de que surgiria, então, um período de paz e confraternização entre os povos vitoriosos, o recriado Partido formalizou uma linha política que diluía totalmente os conflitos de classes, em uma conjuntura em que a classe operária saía de uma ditadura e da superexploração do “esforço de guerra”.

(...) num país industrialmente atrasado como o nosso a classe operária sofre muito menos com a exploração capitalista do que da insuficiência do desenvolvimento capitalista e do atraso técnico de uma indústria pequena e primitiva. O que convém agora à classe operária é a liquidação dos restos feudais, de maneira que se torne possível o desenvolvimento o mais amplo, o mais livre e o mais rápido do capitalismo no país. (PRESTES, 1945, p. 149)

Valia tudo para tentar garantir a união nacional: de defender o arrocho salarial (“apertar o cinto”), até atacar fisicamente trabalhadores que buscavam na greve a reposição mínima de seus salários corroídos ou mesmo chamar o chefe de polícia para assumir a mediação de uma greve (TRIBUNA POPULAR, 10 out. 1945). João Amazonas, dirigente partidário, via os movimentos paredistas, inicialmente, como parte de uma (...) *conspiração tenebrosa de que*

o proletariado soube se defender apertando o cinto na barriga vazia, mas golpeando os reacionários que viram seus intuitos criminosos desmascarados (TRIBUNA POPULAR, 11 nov. 1945).

Após as eleições de dezembro de 1945 e com o recrudescimento do movimento grevista,

(...) a atitude do Partido frente às greves foi de maior tolerância, passando a culpar “setores reacionários” do empresariado e do governo por colocar em risco a ordem e tranqüilidade [Assim se denominava a política do PCB no período – FJF]. (...) A direção partidária manifestar-se-ia frequentemente a partir dali dentro de uma perspectiva conciliadora – o Partido não estimularia greves, a classe operária seria ordeira – mas seus militantes, na prática, seriam estimulados a romper a passividade (quando já não o tinham feito antes, à revelia do Partido), assumindo a direção dos movimentos reivindicatórios. (FALCÃO, 1996, p. 61)

Apesar dessas tentativas de “adaptação”, não era tranqüila a atuação pecebista no meio sindical. A classe operária não acatou a direção comunista e realizou, nessa época, um movimento grevista de grande envergadura. (...) *Foi um período de grande desilusão para os trabalhadores, a militância pecebista, que viram (sic) o PCB crescer (ou inchar, como querem alguns) e perder-se em “acordos” com a politicagem burguesa (...)* (FERREIRA, 1999, p. 185).

O crescimento referido por Ferreira deu-se principalmente pela presença destacada de Prestes na direção do Partido. Agora, valia a pena valer-se do prestígio, ao contrário das críticas de três lustros atrás. Era o mito a serviço da causa: (...) *Ele sofreu por todos nós, por todo o Brasil e, no entanto, suas palavras são de paz e ordem (...)*. (AMADO, 1946, p. 11), ou (...) *mártir sofrido e destemido da causa comunista (...)* (FALCÃO, 1988, p.273) O culto à personalidade de Prestes, elemento totalizante, fenômeno jamais visto na História partidária, carregava uma semelhança evidente com o culto a Stalin. Auxiliado por toda a trajetória do secretário-geral do PCB, o que facilitava

sobremaneira a apreensão pelas “massas” da figura de um salvador da pátria, muito arraigada à tradição política brasileira, criou-se uma verdadeira hierarquia de mitos a serem reverenciados.⁸¹

Quando da Constituinte de 1946, o PCB iria, por meio de seus representantes eleitos, encaminhar um programa democrático liberal burguês.⁸² O que poderia parecer mais radical era uma reforma agrária nas grandes propriedades mal utilizadas, abandonadas ou devolutas. Ou a nacionalização dos monopólios que, segundo avaliação do Partido, pudessem comprometer a independência nacional.

(...) Indubitavelmente, um programa para garantir a democracia liberal burguesa, e por ser levado à Constituinte exigiria uma negociação com todas as representações políticas da burguesia, uma classe social bastante avessa à participação político-social dos operários e trabalhadores. Inclusive, enquanto os pecebistas propunham um pacto pela unidade nacional, os operários e trabalhadores eram reprimidos pelo governo de plantão. (FERREIRA, 1999, p.185)

Não tardou que a repressão se estendesse a toda e qualquer manifestação que pudesse parecer de cunho oposicionista para além dos limites burgueses. Os organismos dos trabalhadores foram fechados (caso do MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores – e de vários sindicatos) e lideranças acabaram perseguidas. O governo do marechal Dutra, profascista ex-ministro da Guerra da ditadura varguista, adiantar-se-ia à deflagração da Guerra Fria.

(...) a polícia política, (...) investiu furiosamente contra a imprensa popular de nosso partido, ora apreendendo edições inteiras, ora invadindo e assaltando nossas redações e oficinas, empastelando nossos materiais tipográficos, interditando a saída de nossos jornais. (...) Não satisfeita com a sua sanha depredatória contra a nossa imprensa, desfechou ainda ondas e

⁸¹ Sobre a ação do prestismo como elemento constitutivo de um totalitarismo no PCB, ver CAVALCANTE, 1986, capítulo IV.

⁸² Uma análise sobre a atuação da bancada pecebista pode ser vista em NETTO, 1986 e BRAGA, 2003.

mais ondas de ações terroristas contra os nossos comícios e conferências. (BEZERRA, 1980, p. 17)⁸³

Quanto aos pecebistas, de tanto acreditar nas veleidades democráticas da burguesia e da conjuntura nacional e internacional, de tanto desarmar o movimento operário e popular com a crença nas instituições democráticas vigentes, acabaram sendo arremessados na ilegalidade, tendo seus parlamentares perdido seus mandatos em um dos mais horrendos golpes perpetrados pela burguesia contra sua legalidade.⁸⁴ E tudo isso ocorreu a um Partido com quase 200 mil filiados, sem que houvesse qualquer tipo de reação organizada ou massiva.

Fecha-se aqui uma das mais importantes fases da história da esquerda brasileira, durante a qual sua representação político-partidária mais importante buscou aproveitar as condições conjunturais para legitimar-se frente ao poder burguês como “partido da ordem” e, ao mesmo tempo, representante da classe operária e dos “setores populares”. O PCB *tenta, durante toda esta curta fase de nossa história, deixar de ser o elemento atípico, o corpo estranho, dentre os que compunham o sistema político de então* (SPINDEL, 1980, p.92).

A partir da queda de Vargas e, principalmente, do ascenso do movimento operário em finais de 1945, o Partido tentou equilibrar-se nessa corda bamba que propôs a si mesmo. Os representantes do poder burguês viam-no como ameaça, apesar de todas as tentativas conciliatórias dos discursos pecebistas.

⁸³ A atuação dos órgãos repressivos sempre se destacou sobre a imprensa dos setores oposicionistas no Brasil. (...) *Os documentos de censura aos livros e intelectuais encontrados junto aos acervos do Deops nos comprovam que, por um século, o controle da cultura foi uma questão do Estado republicano* (CARNEIRO, 1997, p. 15).

⁸⁴ Há relatos de fraudes eleitorais escandalosas às vésperas da cassação do registro do Partido, como no caso do pintor Cândido Portinari, candidato a senador em São Paulo que viu milhares de votos (e sua eleição) esfumarem-se ao final da contagem dos sufrágios, em 1947 (BERARDO, 1983, p. 80-82).

Balançavam a corda cada vez mais fortemente e, finalmente, cortaram-na, sem que o PCB, com seu discurso ordeiro, pacífico e legalista, pudesse reagir utilizando-se da mobilização daquela que poderia realmente frear os impulsos mais reacionários dos setores dominantes: a classe operária.

Os comunistas e o movimento operário, após um breve interregno, voltavam à ilegalidade, submetidos à repressão e à intervenção do Estado. O PCB, já sem os espaços parlamentar e sindical de atuação, vai deixar de lado a parcela docilizada de seu discurso e prática, e intensificar, de forma quase distorcida, os elementos críticos, empreendendo uma guinada de orientação. (SANTANA, p. 66)

O PCB reagiria à sua perda de legalidade com uma inflexão profunda no seu discurso. A radicalização passaria a ser a sua tônica. A “nova política” do PCB, inaugurada em janeiro de 1948 com um documento assinado por Prestes, “Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista”, surgiu sob a égide da Conferência dos Nove Partidos Comunistas, em Varsóvia (Polônia), em setembro de 1947, que criou o Bureau de Informações (Kominform).⁸⁵

Se esse documento era ainda limitado em termos de autocrítica em relação à política anterior, já indicava a mudança de rumo que começaria a ser traçada a partir de então. Seguindo a linha desenvolvida em Varsóvia, em especial pelo relatório do representante soviético na Conferência, Andrei Zhdanov⁸⁶, passou a haver a preocupação de demarcar-se a bipolaridade no mundo. De um lado, estavam as forças do imperialismo antidemocrático lideradas pelos Estados Unidos, que submetiam os países capitalistas europeus

⁸⁵ Para uma História da criação e trajetória da organização, ver MARCOU, 1978.

⁸⁶ O relatório de Zhdanov foi publicado no Brasil na Revista **PROBLEMAS**, nº 5, de dezembro de 1947, com o título “Pela paz, a democracia e a independência dos povos” (p. 22-43).

à sua hegemonia e se voltavam ao cerco e a uma política de guerra contra a URSS e seus aliados, que comporiam o campo oposto, anti-imperialista e democrático. Nessa demarcação, seria objeto cada vez mais prioritário a luta pela paz, capitaneada por uma União Soviética enfraquecida materialmente pela guerra mundial, que se defrontava com um adversário agressivo e detentor exclusivo, até então, de um arsenal atômico.

O documento assinado por Prestes revelava a visão do PCB sobre as mudanças no quadro nacional (supressão de liberdades) articuladas à situação internacional. A classe dominante brasileira buscava apoio internacional para sobreviver, assim como o governo Dutra, um governo de traição nacional, a serviço do imperialismo. Dentro de um quadro limitadamente autocrítico, a política pecebista na legalidade era responsabilizada pelo desarmamento das massas e pelo seu afastamento do Partido. O documento culpava por esses erros as tendências pequeno-burguesas “tenentistas” existentes no PCB.

A radicalização do discurso e a autocrítica não levaram, porém, o Partido a modificar dois aspectos chaves de sua política: a visão estratégica e a vinculação internacional. O documento apresentava como objetivo estratégico a luta por uma revolução agrária e anti-imperialista para a mudança

(...) da estrutura econômica atrasada, semifeudal e semicolonial que constitui o principal obstáculo ao progresso nacional, (...) nos restos feudais (que) ainda impedem a penetração do capitalismo na agricultura, na exploração de nosso povo pelos trustes e monopólios estrangeiros. (PROBLEMAS *apud* CARONE, 1982, p. 86)

A proposta permanecia com um conteúdo democrático-burguês (nas reivindicações imediatas apresentava-se a defesa da indústria nacional contra a concorrência imperialista), mesmo em um quadro, não reconhecido pelo

Partido, em que a burguesia já detinha o poder e gradativamente ampliava a associação econômica com os interesses imperialistas. Além disso, a economia exibia um crescimento contrário às análises pecebistas catastróficas sobre crises permanentes. Essa deformada visão da realidade, criticada no próprio documento como “espontaneísmo”, apareceria linhas depois, no próprio texto, quando, em um momento de crescente isolamento do PCB, afirmava-se que (...) *as massas voltam-se para o nosso Partido como sua única esperança* (PROBLEMAS, *apud* CARONE, 1982, p. 84). A orientação para a ação despontava sob a forma do mais absoluto “voluntarismo” (no sentido de colocar a vontade acima da realidade) ao expressar a necessidade do desencadeamento de (...) *lutas efetivas que impressionem e abalem todo o país, e coloquem e joguem a maioria da população contra o governo* (IDEM, p.87).

O fracasso da ação pecebista até 1947 não levou a nenhuma autocrítica que pudesse abalar a relação com a fonte original de suas análises: a política stalinista. Ao contrário, o crescimento das tensões da guerra fria e o isolamento do PCB levaram-no a um estreitamento ainda maior com as orientações procedentes da URSS, que teriam um novo polo irradiador no Kominform. O período até a morte do líder soviético, Stalin, em 1953 seria marcado pela hipertrofia dos elementos constitutivos, no Brasil e no movimento comunista internacional, da política stalinista. O sistema do culto à personalidade e a defesa da URSS como elemento central do internacionalismo proletário eram alguns dos aspectos dessa política que passaria por um período de exacerbação. As condições de clandestinidade a que a direção pecebista iria se submeter, necessárias ou exageradas, fortaleceram os laços ideológicos que ligavam a

militância num fervor quase religioso de defesa do Partido (e sua direção), da União Soviética (e da imagem de Stalin) contra qualquer crítica, viesse de onde viesse.

Um novo documento, datado de maio de 1949 e publicado no número 19 de Problemas, veio assinado por Prestes com o título: “Forjar a mais Ampla Frente Nacional em Defesa da Paz, da Liberdade e Contra o Imperialismo”. Documento denso, de caráter programático, trouxe, além de aprofundamentos políticos em relação ao de 1948, as bases sobre as quais se erigiriam as posições partidárias até o IV Congresso, salvo em relação à linha sindical. Pode-se dizer que era um projeto de programa para um Congresso irrealizado, substituído pela aprovação do Comitê Nacional. Apesar da crescente radicalização da linguagem partidária na época, o documento mostrava que as linhas gerais da política partidária permaneceriam inalteradas, como, aliás, o documento de 1948 já indicara. No ponto que tratava do “Objetivo Estratégico”, o novo texto sustentava que:

A luta de nosso povo contra a exploração e a opressão crescentes, pelo progresso e a democracia é, antes de tudo, a luta pela independência nacional, contra o jugo colonizador do imperialismo americano. Mas é igualmente a luta contra os restos feudais, contra as formas pré-capitalistas de exploração em que se baseia o imperialismo, adaptando-se aos seus interesses para colonizar o país e submeter nosso povo a uma exploração crescente e a uma opressão política cada dia mais vexatória e insuportável. (PRESTES, 1949, p. 55)

A caracterização da revolução como democrático-burguesa, anti-imperialista e antilatifundiária para os países coloniais ou semicoloniais de origem kominterniana permaneceria intocada. Havia, sim, uma ênfase na libertação nacional, fruto das preocupações finais do Relatório Zhdanov para os

partidos comunistas europeus, mas que seria absorvida pelo PCB. Além disso, também resultado do mesmo relatório, a luta passava a ser direcionada especificamente contra o imperialismo norte-americano, orientação utilizada a partir de então por muitos anos pelo Partido, sendo um importante foco das (poucas) discussões que precederam o IV Congresso em 1954.

O documento de 1949 procurou detalhar um pouco mais a questão nacional:

(...) não se trata somente da emancipação nacional do jugo imperialista. Trata-se do programa nacionalista, de enfrentar os problemas brasileiros (...). Trata-se do desenvolvimento da indústria nacional frente à concorrência imperialista, de um lado, mas, também, de outro, frente a um mercado interno que diminui com a inflação e com a carestia (...). Trata-se de unificar a economia nacional ou, pelo menos, reduzir a desigualdade (...). Trata-se da aquisição de maquinaria indispensável à elevação da técnica de produção (...). (PRESTES, 1949, p. 56)

Cabe aqui uma questão: o PCB, para enfrentar a crescente ameaça de dominação do país pelo imperialismo norte-americano, segundo sua visão, acabou erigindo esse combate não como ação política, mas deslocando-o para a questão do progresso. O país precisava, segundo o Partido e relembrando a política do período da legalidade, chamada agora de oportunista, de “mais capitalismo”. Além de mais uma vez explicitar-se claramente um evidente economicismo, que via a aproximação do socialismo pelo acréscimo de características capitalistas pela sociedade brasileira, a análise partidária não percebia o quanto de capitalismo, mesmo dependente, a economia do país já dispunha. Desprezando indicadores das mais diversas fontes que expressavam a existência de um crescimento econômico em bases capitalistas, o Partido se

aferrou à visão da crise econômica e da contradição entre o capital nacional e o imperialismo.

O “Programa” de 1949 trazia em seu bojo uma autocrítica detalhada da política do PCB no período da legalidade, afastada do marxismo-leninismo, impregnada de oportunismo e reformismo,

(...) perdendo de vista, cada vez de maneira mais acentuada, nossos objetivos estratégicos e com ilusões de classe das mais perigosas, abandonávamos o rumo certo dos interesses de classe do proletariado. Substituíamos a luta de classes pela colaboração de classes e pensávamos erroneamente evitar os golpes da reação amainando as contradições de classes, em vez de aprofundá-las como ensina e manda o leninismo (...) esta é a causa imediata de todos os nossos erros (...). (PRESTES, 1949, p. 67)

De início, já algumas questões saltam aos olhos: primeiro, a vocação de se escorar nos “clássicos”, às vezes mesmo sem citá-los, para legitimar uma determinada política, tal como era feito no período anterior. Utilizava-se dos mesmos “clássicos” para justificar uma política completamente inversa, em termos táticos, da então criticada. A manipulação de textos, prática constante no Partido, demonstrava tanto a ignorância dos dirigentes em relação ao marxismo e à realidade brasileira quanto a leviandade e a falta de escrúpulos. Expressava, então, o texto, desde seu início, um simples arremedo de autocrítica.

Uma segunda questão fica por conta da colocação sobre a “perda de visão dos objetivos estratégicos”: propunha-se, e continuou-se a propor, a revolução democrático-burguesa, nacional e antilatifundiária. Na legalidade, o PCB tivera uma determinada forma de encaminhá-la; na ilegalidade, teria outra. O erro não era de tê-la abandonado, o que, de fato, não ocorrera, e sim de tê-la proposto...

No documento, em sua parte autocrítica, apontavam-se as causas gerais dos erros cometidos e, junto com a formação pequeno-burguesa e o baixo nível teórico dos dirigentes partidários, assumiu-se o desconhecimento dos problemas brasileiros, da situação real do país e do povo. *Sem conhecer aprofundadamente a realidade brasileira não poderemos definir com acerto o caráter da Revolução brasileira e estaremos sujeitos a cometer graves erros na linha estratégica de nosso Partido* (PRESTES, 1949, p. 72).

Raro momento de lucidez, abriu o documento uma porta para o elemento fundamental que o questionava por inteiro, em suas bases: se tinha todas as características de um programa partidário (análise de conjuntura nacional e internacional, objetivo estratégico, plataformas de lutas e, até elementos de tática), como pode ser formulado, com críticas e propostas tão incisivas, se a direção partidária assumia a inconsistência dos pilares sobre os quais erigiu-se tal documento? Como apresentar à sociedade uma proposta de transformação social sem conhecer esta mesma sociedade? Somente transplantando modelos que tiveram sucesso em algum momento e em alguma sociedade, em geral com características que em muito pouco se assemelhavam às nossas. Vício de origem, comprometedor da trajetória da atuação partidária por décadas, forçando a contorcimentos táticos e infundáveis autocríticas que não tocavam nunca no essencial.

Distante da sociedade real, criando para si uma imagem gloriosa que fugia a todas as evidências, “baluartista”, como quer a historiografia pecebista, o PCB teria que construir uma proposta básica para a conjuntura voltada “para o próprio umbigo”. *Esta a nossa tarefa fundamental no momento - construir o*

nosso Partido, colocá-lo à altura da situação que atravessamos e das grandes lutas que se avizinham (PRESTES, 1949, p. 72).

O documento de 1949 foi, aliás, pródigo na determinação de ações e de plataformas de lutas. Só de listagens de tarefas há duas: principais e fundamentais. Existiam ainda um programa mínimo da revolução e outro de uma frente única contra o governo.

Em relação às tarefas do Partido, havia um primeiro bloco de questões que indicava a preocupação do PCB em reorganizar-se evitando a dispersão de quadros e esforços. Dedicava, também, atenção à formação de militantes e à disciplina partidária contra os desvios da política praticada anteriormente, que conservava adeptos no Partido. Porém, um dado novo e semiencoberto dizia respeito à ação sindical pecebista. Críticos do governo Dutra, que interveio em dezenas de sindicatos, destituiu diretorias e perseguiu todos os tachados de comunistas, os dirigentes do PCB propunham a concentração dos esforços partidários no trabalho nas empresas. Isso, na prática, encaminhava para o afastamento de seus militantes dos sindicatos oficiais, levando à criação dos Centros Operários, sindicatos paralelos surgidos principalmente em São Paulo e compostos em sua quase totalidade por pecebistas.

Em um segundo bloco de tarefas, aparecia a prioridade da luta pela paz, que era, naquele momento, uma característica do movimento comunista internacional de orientação soviética. Essa prioridade absoluta dada pelo Partido conflitava, porém, com a realidade brasileira, na qual essa questão não apresentava tal magnitude. Colocá-la em tal destaque era mais uma maneira de demonstrar o quanto os pecebistas estavam distantes dessa realidade e como incorporavam acriticamente a influência soviética e do Kominform. A defesa

explícita da União Soviética como uma das grandes tarefas partidárias reforça essa avaliação.

Em relação às lutas sociais, a posição do Partido aparentava um tom de irresponsabilidade. Mesmo que tal não tenha ocorrido, apontar como “boas, úteis e necessárias” todas as formas de luta sem caracterizá-las de acordo com cada conjuntura, poderia levar a militância a ações militares totalmente fora da realidade, sem nenhum apoio popular.

Já no programa mínimo para o bloco revolucionário (classe operária, camponeses, intelectuais revolucionários, elementos anti-imperialistas da burguesia nacional, especialmente das camadas médias), propugnava-se, entre outras questões: a derrocada da dominação imperialista estrangeira com o confisco das empresas monopolistas e nacionalização dos serviços públicos; o controle pelo Estado dos grandes bancos, indústrias e negócios de caráter monopolista, o confisco dos latifúndios e sua distribuição para os camponeses sem terra, abolição de formas feudais de exploração; a liberdade de iniciativa industrial e comercial desde que sem caráter monopolista; uma legislação trabalhista que registrasse as conquistas internacionais do proletariado e fiscalização pelas entidades sindicais; uma política de paz e de solidariedade com a União Soviética e todos os povos amantes da paz; apoio à luta antiimperialista de todos os povos e organização de um exército revolucionário e popular capaz de defender a nação dos ataques do imperialismo e de seus agentes no país.

Para um leitor atento, os primeiros quatro pontos reproduzem a plataforma da ANL de 1935. Isso, partindo da direção pecebista do final da

década de 1940, tem mais que um sentido simbólico frente àquele movimento. O último ponto serve de corolário para uma proposta de programa que liga a revolta frustrada nos anos de 1930 com uma nova conjuntura na qual seria possível concretizá-la. Tanto mais que, naquele mesmo ano, estava por se completar um processo que de há muito informava os países “coloniais e semicoloniais”: a Revolução chinesa estava prestes a se completar, com a vitória dos comunistas, no mês de outubro. Esse fato teria repercussões importantes na vida partidária a partir de então.

A caracterização dessa plataforma como programa mínimo requer uma reflexão: partindo-se da idéia de que o programa máximo seria o da construção do socialismo e de que o documento apresentava as tarefas acima como de responsabilidade de um bloco revolucionário pluriclassista, não pode haver dúvida quanto ao seu caráter de programa da revolução agrária anti-imperialista e democrático-burguesa. O seu próprio conteúdo de classe tipicamente pequeno-burguês radical (contra os monopólios, mas não contra o capital, confisco do latifúndio sem nacionalização da terra, exército anti-imperialista e não anticapitalista) permite essa conclusão. O que reforça a idéia de que o discurso do “maior conhecimento da realidade do país” capaz de levar à “construção de um programa revolucionário” era, no máximo, naquele momento, uma declaração de intenções desprovida de laços com as próprias formulações do Partido.

O documento de 1949 conteria ainda uma proposta, de caráter tático, de formação de uma ampla frente única contra o governo. Menos radical, estava centrada em lutas de caráter democrático e social (defesa das liberdades,

legalidade para o PCB, aumento de salários e controle anti-inflacionário), sem descuidar das lutas nacionalistas (defesa do petróleo e minérios, da indústria nacional). Sua base, porém, era a luta pela paz e o restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética.

Essa plataforma, bem como a proposta de frente que ela carregava, não teve a menor repercussão na vida política nacional. Proposta ampla com programa estreito, porque, com vários pontos vinculados estritamente aos interesses do Partido, não atraiu outros setores da sociedade que, mesmo críticos de Dutra, também o eram do PCB.

A importância do documento de maio de 1949 foi dada pelo fato de estarem contidas nele muitas das bases da política partidária pelo menos até o IV Congresso do Partido em 1954. O documento de janeiro de 1948 ainda era limitado em autocríticas e propostas. O do ano seguinte marcaria os passos de um Partido radical no discurso e vazio nas consequências. Esse processo alcançaria seu ápice com a publicação de um Manifesto assinado por Prestes e publicado no jornal VOZ OPERÁRIA em 5 de agosto de 1950.

Uma questão central na ótica partidária influiu decisivamente no conteúdo do texto, que ficou conhecido como Manifesto de Agosto. Se em outubro de 1949 ocorrera a Revolução Chinesa, o que, por si só, já elevava a temperatura da Guerra Fria, no final de junho de 1950, estourara o conflito na Coreia, onde se defrontavam os socialistas norte-coreanos, apoiados pela URSS, e tropas norte-americanas, respaldadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Manifesto refletiria a visão da direção partidária frente ao conflito asiático, suas repercussões no mundo e no Brasil. Os analistas deste período,

entretanto, nunca analisaram o documento como conjugação da política do Partido na época, expressa no “Programa” de maio de 1949, com os acontecimentos que se desenrolavam, então, na Coreia.⁸⁷ Se a prioridade dos comunistas de influência soviética era, mundialmente, a luta pela paz e contra os “interesses guerreiros do imperialismo”, a guerra na Ásia colocava de prontidão os arsenais (no PCB, retóricos) dos “pacifistas”, devido à radicalização de uma questão em si tão delicada, por envolver o risco de um confronto atômico.

Em um quadro de radicalização político-ideológica de tal monta, o conflito coreano viria confirmar as expectativas e temores da direção pecebista. Diante de tal situação, não é possível concordar com os argumentos de Leôncio M. Rodrigues de que (...) *embora os fatores externos pareçam dominar, pode-se entender a política inaugurada com o Manifesto de Agosto como uma resposta desesperada do Partido a um conjunto de medidas repressivas adotadas pelo governo Dutra* (RODRIGUES, 1981, p.415-416). Naquele momento, o governo Dutra estava em seus estertores, e sua política repressiva datava de 1946. Como, então, só em 1950, o PCB resolveu reagir a ela?

Uma questão marcou o Manifesto de Agosto em sua base:

É a necessidade de se deslocar o país para o campo democrático e antiimperialista que impulsiona a luta do PCB e a conclamação às lutas de massas. Não é uma situação pré-revolucionária existente no país, e muito menos uma análise da penetração do partido no movimento de massas e, muito especialmente, na classe operária que está na origem das propostas de agosto, mas, sim, a preocupação com a situação internacional, com uma guerra contra as forças socialistas (principalmente a URSS). (COELHO, 1980, p. 1)

⁸⁷ O Manifesto de Agosto foi tratado como manifestação de (...) *subjetivismo sectário mais extremado*. (KONDER, 1980, p. 74), (...) *subjetivismo e sectarismo* (...), (VINHAS, 1982, p. 129) e, até, de possível orientação soviética (KONDER, 2002, p. 91).

O Manifesto buscou associar a questão da guerra com a situação nacional, usando uma linguagem catastrofista. Denunciou o risco de uma guerra atômica de caráter mundial. O Brasil vivia sob o jugo imperialista e sua população submetida a uma profunda crise econômica, vivendo em situação de miséria. Nessas condições, estavam delimitados o confronto e seus participantes. Faltava apenas a definição das formas de luta e o objetivo a ser alcançado.

Quanto ao primeiro aspecto, dizia o documento que

E é justamente por isso que, hoje, (...) apresentamos a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros - a solução revolucionária - que pode e há de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente. (...) Precisamos libertar o país do jugo imperialista, (...) substituir o governo de traição (...) pelo governo efetivamente democrático e popular. (PRESTES, 1950)

O tipo de governo que se propunha não destoava do que até então era pregado pelo PCB. Não tinha um caráter socialista, não era a ditadura do proletariado, mas um governo de caráter anti-imperialista, antifeudal, democrático e popular.

Dentro de um processo no qual as questões internacionais se sobrepunham às nacionais, não era mera coincidência que esse projeto revolucionário tivesse tantas semelhanças com os das construções das “democracias populares” do Leste europeu. É notória a semelhança do conteúdo (e, por vezes, até da forma) do Manifesto de Agosto com o artigo de Eugene Varga, dirigente kominformista, “O que é a democracia de novo tipo”, publicado no número 6 de Problemas em janeiro de 1948.

Ao comparar-se o programa do Manifesto de Agosto com o programa mínimo do PCB de maio de 1949, encontrar-se-á uma quase completa similitude. Mesmo o organismo proposto para unir as forças revolucionárias e levar adiante o programa, a Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN), em nada diferia da “grande frente nacional libertadora”, proposta em 1949. Havia, sim, uma forte alusão à ANL de 1935. Onde, então, se encontra a especificidade do Manifesto de Agosto? Sem dúvida no radicalismo do linguajar e na preocupação, ao menos verbal, de colocar a revolução na ordem do dia, frutos muito mais de uma situação conjuntural no campo externo (início da guerra da Coréia) do que de qualquer situação objetiva no Brasil. Aqui aparece outra questão: o manifesto foi acusado por alguns de seus críticos de “esquerdista” por atacar a burguesia nacional e, por outros, por se afastar dela. É, porém, difícil concordar com tal tese. Na verdade, o que aparecia na proposta era o combate ao setor monopolista da burguesia, mas não a toda a burguesia. Os pequenos comerciantes e industriais constavam do bloco revolucionário sob a liderança operária.

Se levarmos em conta as posições abertamente antipopulares assumidas pelas classes dominantes brasileiras naquela conjuntura crítica, nos planos nacional e internacional, a avaliação não nos parece tão equivocada assim. Se estendermos o olhar aos 52 anos transcorridos até agora, o acerto, no que se refere a estes aspectos mais gerais, é bem maior do que o da política de “União Nacional”, no pós-guerra, e o da Declaração de Março de 1958. Com a diferença de que nestes dois casos o PCB, objetivamente, sofreu derrotas catastróficas em momentos de articulação com amplos movimentos de massas. (ALMEIDA, 2003, p. 93)

E, apesar da linguagem extremada, o Manifesto faz uma crítica importante da repressão existente durante o governo Dutra, além de abordar a

questão das liberdades de forma extensa, defendendo, por exemplo, o direito de voto dos analfabetos, o fim das discriminações contra as mulheres e a liberdade irrestrita de culto. Tudo isso é, em geral, desconsiderado por seus críticos.

Quanto à questão da luta armada, outro motivo de acusações do mesmo tipo, esta não era novidade naquele momento, dada a formulação, em 1949, da proposta já referida de criação de um Exército de Libertação Nacional. Além disso, o problema não estava em colocar a questão tática da luta armada quando ela se fazia necessária em uma conjuntura revolucionária, o erro estava em mencioná-la fora de contexto, em um momento no qual não havia condições objetivas nem subjetivas de utilização desse instrumento por parte da classe operária e do resto do “bloco revolucionário” do Manifesto.

A denominação “esquerdismo” para explicar os problemas entre o Manifesto e a realidade, assim como o “direitismo” da política pecebista, consegue dar conta desses problemas? Seriam as massas “esquerdistas” até 1947 e “direitistas”, depois disso, por não terem acompanhado as propostas do Partido nessas conjunturas? Mais importante é demonstrar o elo de ligação dessas políticas, aparentemente tão díspares, o profundo doutrinário sobre o qual foram erigidas (a preocupação de ditar caminhos para as massas baseados em análises teóricas referentes às realidades distantes das nossas). União Nacional, ordem e tranquilidade, de um lado, luta centrada na paz e exército de libertação nacional de outro, eram faces de uma mesma moeda que desconhecia o *locus* onde se pretendia atuar e se reproduziam mecanicamente políticas formuladas para outros países. Os adjetivos, usados à farta pela direção partidária a cada autocrítica, foram repetidos pela historiografia pecebista. Não

percebeu esta que acabava caindo no mesmo jogo das “autocríticas”, ficando limitada quase sempre aos surrados chavões, não atingindo o aspecto central do problema, repetindo os mesmos velhos erros.

Deve-se acrescentar aqui um aspecto destacado da política pecebista desse período, que diz respeito à orientação artístico-cultural. A influência do chamado “realismo socialista” teve grande destaque no interior do PCB, em especial após a visita de Diógenes Arruda a Moscou, em 1949. Arruda, secretário de Organização e “homem forte” do Partido durante a dura clandestinidade de Prestes, assumiria o papel de controlador da “pureza revolucionária” da produção intelectual dos militantes do Partido. Em sua volta ao país, reuniu-se com diversos deles para distribuir as novas diretrizes culturais. Jacob Gorender fala de tal reunião em 1950, da qual participaram também Moacyr Werneck de Castro, Oswaldo Marques, Arnaldo Estrela e Dalcídio Jurandir, entre outros. A partir dela, a música moderna passou a ser considerada agressão ao ouvido. A pintura abstrata era renegada como sem sentido, burguesa e decadente (GORENDER*, entrevista ao autor). Segundo Segatto (1989, p. 76/77), (...) *no domínio da estética, o artista que não seguisse as regras do “realismo socialista” era fulminado de forma violenta e com provocações grosseiras.*

A produção cultural dos pecebistas passou a ser realizada dentro dos cânones do “realismo” e controlada diretamente por Arruda, que se tornou (...) *esse dirigente do Partido para o controle dos intelectuais* (Armênio Guedes*, entrevista ao autor). Além da imprensa partidária, diversas obras foram

* Jacob Gorender, historiador, foi militante e dirigente do PCB e, após o golpe militar de 1964, fundador e dirigente do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

* Militante do PCB (entre 1935 e 1983) e ex-dirigente do Partido.

editadas dentro do espírito do “realismo socialista”⁸⁸, como A Hora Próxima, de Alina Paim e Linha do Parque, de Dalcídio Jurandir. Porém, nem sempre o controle de Arruda era respeitado de forma absoluta. Graciliano Ramos foi um exemplo dessa luta contra o controle e censura às formas de criação. Seu livro Memórias do Cárcere, apesar de conter passagens fortemente criticadas por Arruda e outros militantes pecebistas, foi mantido sem modificações ou cortes pelo autor, e editado pela família do autor, logo após a sua morte.⁸⁹

No outro extremo, baseado na aceitação completa dos ditames de Zhdanov e, em geral, das diretivas de Arruda estavam figuras que, anos depois, teriam marcante papel na crítica ao stalinismo e aos “desvios” políticos do PCB. Dentre essas se destacavam Osvaldo Peralva (que depois escreveu O Retrato, possivelmente o mais contundente livro de um ex-pecebista sobre a organização) e Jorge Amado. Este, que já tinha uma obra laudatória sobre o Partido e seus dirigentes (Homens e Coisas do Partido Comunista), publicada em 1946, escreveu no Leste Europeu, onde esteve entre 1948 e 1952, duas obras

⁸⁸ Revistas do PCB, como Fundamentos, desde seu surgimento, em meados de 1948, traziam artigos sobre o “realismo socialista” (ver no número 3, de agosto de 1948, os artigos de Cláudio Santoro e Di Cavalcanti). A revista, depois de 1950, estampava maior sectarismo, centrando-se no culto às personalidades de Prestes e Stalin. Alguns intelectuais eram chamados de *tarados, renegados, retardados mentais (...)*, apoiados na (...) *literatura de provocação policial de renegados traidores e dissolutos como Kravchenko, Valtin, Koestler, Sartre e outros (...)*. (FUNDAMENTOS, nº 14, abril/1950) As críticas a intelectuais e suas obras (como a Augusto F. Schmith, Manuel Bandeira e Villa Lobos no número 22 - setembro/ 1951) vinham acompanhadas de violentos comentários em relação a movimentos culturais que apresentavam novas formas de expressão. Em seu número 21 (agosto/1951), Fernando Pedreira chamou a Bienal de São Paulo de (...) *impostura cosmopolita*, enquanto Ibiapina Martins tachou as histórias em quadrinhos de (...) *esse veneno da juventude (...)*. Uma análise detalhada do “realismo” está em MORAES, 1994.

⁸⁹ Sobre a polêmica que recaiu sobre Memórias do Cárcere e um outro livro de Graciliano Ramos, Viagem, ver MORAES, 1992, especialmente nas páginas 273-277 e 311-314. Viagem continha anotações da passagem de Graciliano pela União Soviética e o Leste Europeu com algumas referências críticas, sofrendo, por isso, muitas pressões contrárias da parte de Arruda em relação à sua publicação.

marcantes: O Mundo da Paz, encharcada de um estilo laudatório ao modelo que, então, se desenvolvia nas “democracias populares”, e Os Subterrâneos da Liberdade, exemplo mais típico da literatura baseada no “realismo socialista”, ambos escritos em 1950 e editados no Brasil em 1953 e 1954 respectivamente.

A política do PCB sofreria alguma modificação a partir de um Ativo Sindical do Partido em 1952. Abandonaria uma linha de atuação, nunca totalmente assimilada pela militância, de afastamento dos sindicatos legais e criação de organismos paralelos, voltados, muitas vezes, a levar adiante ações radicais que não passavam nos sindicatos oficiais (greves etc). O retorno da atuação pecebista aos marcos legais teve como um de seus resultados a presença destacada de seus militantes na “greve dos 300 mil” em São Paulo, em 1953.

Porém, procurar-se-á dar destaque aqui, até porque jamais tocadas pela historiografia sobre os pecebistas naquela conjuntura, às propostas de mudanças políticas aprovadas no Pleno do Comitê Nacional do Partido em abril de 1953, publicadas na Voz Operária de 18 de abril de 1953. Sob influência das resoluções do XIX Congresso do PCUS, dos últimos escritos de Stalin e de sua morte, pouco antes do encontro, a direção partidária analisaria a situação do Brasil, apresentando mais algumas “autocríticas”. Em relação à situação internacional, o informe político de Prestes seguia a expectativa staliniana de que existiria uma crescente contradição entre Estados Unidos da América e os países capitalistas europeus na disputa por mercados. Estas seriam, naquele momento, mais importantes do que as contradições entre os campos capitalista e socialista. Prestes tirava daí uma conclusão:

Na luta de nosso povo em defesa da paz, contra a política colonizadora, agressiva e guerreira dos imperialistas ianques

podem e devem os trabalhadores encontrar aliados até mesmo entre os setores abastados da burguesia brasileira e dos produtores agrícolas e pecuários, setores que se sentem prejudicados com a crescente pressão econômica dos Estados Unidos em nosso país e por isso buscam apoio nos círculos financeiros e comerciais de outros países capitalistas como a Grã-Bretanha, a Alemanha Ocidental e o próprio Japão. (PRESTES, 1953)

Stalin imaginava, pouco antes de morrer, a possibilidade de rachar o “mundo ocidental” pelas contradições criadas pelos interesses do imperialismo norte-americano, que, na época, todo poderoso, estendia seu domínio sobre toda a área capitalista, gerando conflitos de interesses com outros imperialismos na Europa, que poderiam barrar ou dificultar a “ofensiva” norte-americana contra a URSS. A integração conflituosa entre os diversos imperialismos sob a liderança dos Estados Unidos logo colocou por terra essa esperança de Stalin. A transposição mecânica de uma análise que, no final das contas, se mostrou incorreta, para a realidade brasileira derrubou um dos pilares da luta pecebista da época, o combate aos monopólios nacionais e estrangeiros. Dali em diante, o fundamental seria atacar os interesses e aliados dos norte-americanos, buscando atrair para a FDLN setores do grande capital.

Uma segunda modificação importante realizada, então, na política pecebista dizia respeito à luta pela paz. Stalin defendia que a luta pela paz era para impedir a guerra, não para implantar o socialismo, diferindo do movimento na Primeira Grande Guerra de transformar a guerra imperialista em guerra civil. Prestes iria concordar com seu mestre, levantando a necessidade de se combaterem as tendências falsas (sectarismo, ceticismo) e

(...) a que se manifesta sob a afirmação de que lutamos pela paz porque lutamos pelo poder, a qual traduz completa

incompreensão dos objetivos democráticos do atual movimento em defesa da paz. (PRESTES, 1953)

Ora, o Partido, por orientação de sua direção, colocava a luta pela paz como centro de sua política de conquista de um governo democrático e popular. E, se a campanha era, em geral, pacífica, com coletas de assinaturas pela paz, o próprio Prestes afirmara que, em caso de guerra, os pecebistas adotariam a forma de luta da Resistência na Europa e transformariam essa guerra em luta de libertação nacional. A partir de então isso se tornara sectarismo. Porém, se a questão central da política pecebista (a luta pela paz) estava desvinculada da luta pelo poder, dir-se-ia que a ação do Partido passara a ser puramente doutrinária, desligada da política concreta. Prestes mostrou em seu Informe um problema mais sério ainda. A luta pela paz, era, entre outras coisas, uma tarefa histórica porque

(...) permitirá a mais rápida consolidação dos êxitos do País do Socialismo, a realização vitoriosa das grandes obras stalinistas de paz e a rápida passagem do socialismo ao comunismo. (IDEM)

Aparecia, assim, a chave da questão: existia luta política, luta pelo poder, sim, na luta pela paz. Esse poder definia-se, porém, na URSS e não no Brasil. Era o sacrifício da ação política no Brasil em nome do “internacionalismo proletário” construído pelo Komintern, voltado, quem sabe, para a construção do comunismo em um só país, parafraseando a proposta stalinista dos anos vinte. Isso tinha mesmo que acabar com a desvinculação pura e simples da ligação entre o principal ponto de sua plataforma e o objetivo estratégico. (...) *Participando ativamente do atual movimento pela paz não o fazemos (...)*

porque lutamos pelo estabelecimento no Brasil de um novo poder democrático-popular, mas para evitar uma nova guerra (IDEM).

Em relação às liberdades democráticas, Stalin afirmava serem elas importantes por possibilitarem agrupar a maioria do povo em torno dos Partidos Comunistas que as defendiam.⁹⁰ Prestes, seguindo essa argumentação, alegou que no PCB havia sectarismo e subestimação dessas lutas, vistas como “manifestação de reformismo”, que se julgava necessário combater. Tal deformação não teria permitido, segundo ele, a luta em defesa das “conquistas democráticas” da Constituição de 1946. Aí, o discurso radical se esvaziava de vez. O “Código de Opressão” voltava a ter, como no tempo da legalidade, “conquistas democráticas”. Tudo estaria bem se tal mudança viesse da autocrítica da direção partidária frente a uma nova análise da conjuntura brasileira. Mas, não, a mudança era fruto de nova análise externa transposta sem maior discussão e amadurecimento para a prática pecebista. Independente da correção ou não da nova linha, o método mostrava-se incapaz de dotar o Partido de maior segurança para sua ação.

A análise do líder pecebista terminava com a afirmação de que teria sido a falta de compreensão sobre uma série de problemas fundamentais que não teria permitido avanços ao Partido. Na verdade, as novas posições stalinistas impuseram mudanças profundas na política do PCB. Manteve-se a FDLN, mas modificou-se sua composição diluindo-a politicamente. Isso sem levar em consideração se existia essa “parte da burguesia que sofre a opressão dos

⁹⁰ A posição de Stalin a respeito desse assunto está expressa em seu discurso no encerramento do XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), reproduzido em **PROBLEMAS** nº 42, p. 28-31.

imperialistas americanos” que aparecia no Informe, e, se existindo, estaria interessada em uma frente com operários, camponeses e outros sob a liderança do PCB.

A luta pela independência nacional passou, a partir daí, a centrar-se no “inimigo principal”, a luta pela paz assumiu novo caráter e foi amenizado o discurso radical com a preocupação de aproximar as massas. Apontou-se para uma valorização da democracia burguesa. Surgiu, inclusive, uma contradição na análise da política brasileira. A caracterização do regime como feudal-burguês e a proposta de derrubada da “ditadura” de Vargas conflitavam com a nova visão sobre a questão democrática. Isto, talvez, porque, ao contrário dos demais pontos, Stalin não discutira o governo Vargas. E, sobre isso, a direção pecebista não modificou a análise, não fez concessão. Ficou, então, sem sentido um ponto nevrálgico da política do Partido, que, pelo menos em relação a Vargas, só seria “resolvido” com seu suicídio.

As posições aprovadas pela liderança pecebista se refletiriam nas teses para o IV Congresso do PCB, levadas a público em janeiro de 1954. Nelas se repetiriam as análises que colocavam o Brasil como um país rico com um povo pobre, fruto da exploração do imperialismo estadunidense e seus aliados internos. O governo Vargas era um agente desse imperialismo e precisava ser substituído por um governo democrático de libertação nacional, composto por uma frente pluriclassista (classe operária, camponeses, intelectualidade, pequeno-burguesia e burguesia nacional). O socialismo era remetido “para as calendas”, já que a revolução, naquela etapa, teria que assumir um caráter agrário e anti-imperialista, sendo sua força principal a aliança operário-

camponesa. O governo a ser instituído deveria realizar uma política externa independente, baseada na paz e no combate ao imperialismo estadunidense. O conjunto das proposições programáticas se assemelha ao de 1949, mas aqui se dá ênfase à liberdade de atuação da burguesia nacional e garantias contra confiscos de seus capitais. A reforma agrária se daria com a repartição das terras do latifúndio para os trabalhadores sem terras, mas se dava garantias para as terras dos “camponeses ricos”.

As teses falavam ainda de uma melhoria radical da situação dos operários, postulando medidas como a fixação de um salário mínimo “vital” para assegurar condições de vida “normais e humanas” para os trabalhadores, jornada semanal de 44 horas, ampliação e extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores agrícolas e de empresas estatais, além de livre organização e funcionamento das entidades sindicais. Não tocavam, porém, nas restrições legais às greves e não discutia a posição do Partido frente à estrutura sindical oficial. Na prática, o Partido aceitava esta realidade, procurando atuar nas brechas possíveis oferecidas pela legislação e atenuar os controles do Ministério do Trabalho.

Um problema central das teses da direção pecebista, a questão do governo Vargas, acabou por ter consequências inesperadas, antes do Congresso, marcado para o final daquele ano. A crise, acompanhada do suicídio do presidente e da comoção e mobilização populares contra os “golpistas”, colocou as posições do Partido contra a massa getulista. O PCB foi obrigado a fazer, em questão de horas, uma viragem política para tentar se colocar ao lado dos getulistas, o que não impediu o empastelamento de um seu jornal no sul do país.

Importa dizer que, quando da realização do IV Congresso, as referências feitas nas teses ao governo Vargas seriam substituídas por (...) *um governo de latifundiários e grandes capitalistas* (PROBLEMAS, nº 64). Fora essa, não havia nenhuma outra mudança de fundo no Programa aprovado em relação ao texto das teses. O Congresso, realizado estritamente sob as bases stalinistas vigentes, tivera os delegados escolhidos pela direção. As discussões foram mais loas ao Programa e aos seus idealizadores. Tudo aprovado por consenso, mesmo com todas as modificações que ocorriam na conjuntura brasileira e que teriam que ter repercussão entre aqueles que se propunham a nela intervir. Raimundo Santos afirma que isso aconteceu pela (...) *resistência dos comunistas (...) em reverem suas posições anteriores a partir de uma abordagem mais cuidadosa da conjuntura* (SANTOS, 1988, p. 63). Porém, tudo indica que essa não é uma boa explicação. A aproximação com os trabalhistas, após a morte de Vargas, e a atuação oposicionista do PCB frente ao governo Café Filho eram questões relevantes para o Partido. Mas, dentro de uma lógica tipicamente stalinista, no IV Congresso havia que se aprovar tudo tal qual se tinha formulado. *Dele eu não tiro uma vírgula, foi visto por Stalin*, afirmara o secretário de Organização do Partido, Diógenes Arruda (VINHAS, 1982, p. 134).

A abertura pragmática para a política da sociedade real que se inicia no segundo semestre de 1954 não repercutiu sobre a teoria, embora o afastamento entre esta e a prática política imperante não pudesse mais ser ocultada. (VIANNA, *apud* PANDOLFI, 1995, p.176)

O Programa, enquanto “vigorou”, foi mais um totem, um monumento em homenagem (talvez a última) a Stalin, sem a menor possibilidade de orientar a atuação do Partido e, principalmente, incapaz de dar conta da realidade que

visava explicar e transformar. Um exemplo disso se deu quando do apoio do PCB à candidatura de Juscelino Kubitschek (JK) à presidência da República e, posteriormente, ao seu governo. Tal ação política ocorreu enquanto vigia um programa que defendia a derrubada do “governo de latifundiários e grandes capitalistas.” O defeito de se introduzir elementos táticos em um programa partidário, voltado, em geral, para tratar de questões temporais de mais longa duração, fazia mais uma vítima. Ao desconhecimento da realidade brasileira e, daí, à incapacidade de se formular uma estratégia correta para dar conta das transformações dessa formação social, estabelecendo uma proposta de revolução que não dizia respeito às condições da luta de classes no Brasil, o programa acrescentava táticas que o Partido não se propunha a encaminhar. Essa esquizofrenia política, que levava seguidamente aos ziguezagues do “esquerdismo” ao “direitismo”, não podia passar impunemente. O texto aprovado no IV Congresso já tinha nascido letra morta e não tardaria a ser substituído.

2.5 NOVOS RUMOS PARA A ESQUERDA: REFORMA OU REVOLUÇÃO?

A crise estabelecida nas hostes pecebistas a partir das denúncias de Krushev quanto aos crimes cometidos por Stalin, durante o XX Congresso do PCUS (fevereiro de 1956), ajudou a acelerar a senilidade precoce do Programa do IV Congresso do PCB. As críticas à direção partidária e às suas políticas tiveram o efeito de um terremoto no Partido. Muitos militantes da imprensa partidária rebelaram-se contra a não discussão das denúncias de Krushev e da

manutenção de práticas de “mandonismo” e do “culto à personalidade” que beneficiavam membros da alta direção partidária. Foi aberta uma discussão sobre a crise do movimento comunista internacional e sobre a situação do PCB, passando por cima do Comitê Central⁹¹. Depois de algum tempo e da intervenção de Prestes⁹², apelando para a unidade e respeito ao “internacionalismo proletário” (que, no caso, representava evitar críticas mais ácidas à União Soviética), a direção do PCB retomou o controle do Partido⁹³, não evitando, porém, um sem número de problemas. Além das defecções de inúmeros quadros (inclusive históricos, de direção e muitos responsáveis pela imprensa partidária⁹⁴), o antigo “núcleo dirigente” stalinista acabou posto à margem da cúpula do Partido, salvando-se Prestes pela justificativa de ter estado afastado, na mais total clandestinidade, enquanto o “mandonismo” e o “culto à personalidade” imperavam no PCB.⁹⁵ Para uma nova direção, um novo

⁹¹ O debate foi iniciado a partir de uma ação de jornalistas do Partido. A carta de um leitor, cobrando a discussão, foi publicada na Voz Operária de 6 de outubro de 1956 e, na mesma edição, teve como resposta um artigo do jornalista João Batista de Lima e Silva, intitulado “Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças”. O debate do PCB pode ser acompanhado nas páginas da Voz Operária e da Imprensa Popular entre outubro de 1956 e abril do ano seguinte.

⁹² A carta de Prestes, que ficou conhecida como “carta rolha”, por buscar barrar a discussão interna do PCB, foi publicada na Imprensa Popular de 20 de novembro de 1956.

⁹³ Ver resolução do Comitê Central do PCB, “Sobre a unidade do Partido” em Imprensa Popular, 21 de abril de 1957.

⁹⁴ O dirigente Agildo Barata, um dos líderes do levante de 1935, saiu do PCB, e, com ele, muitos jornalistas. Barata fundaria o jornal O Nacional e outros “renovadores”, como ficaram conhecidos, passaram a publicar uma revista de debates, Novos Tempos, talvez a primeira publicação aberta a toda a esquerda, inclusive grupos trotskistas e os pró e contra o PCB. Sobre a existência na revista de artigos de conteúdo bem diversos dos de origem pecebista, Horácio Macedo, militante e jornalista egresso do PCB e, depois, redator de Novos Tempos, explicou que, após a quebra do “clima de encantamento”, conseqüência do debate e do cisma, (...) *era interessante ter posições radicalmente diferentes (na Revista), porque a gente estava tentando fazer uma revisão mais ou menos radical* (entrevista ao Autor).

⁹⁵ Uma análise da crise no PCB, como reflexo do XX Congresso do PCUS, e suas conseqüências está em SANTOS, 1988 e FALCÃO, 1996, capítulo 3. Um duro quadro sobre as condições do PCB nessa época, explicitado por alguns de seus militantes, pode ser encontrado em PERALVA, 1960; BARATA, s. d., p. 352-369 e, de forma um tanto romanceada, explicitando visões de setores stalinistas, em NUNES, 1980.

programa: amparada no secretário-geral, uma comissão foi montada, por fora das decisões do Pleno do Comitê Central de agosto de 1957, para redigir uma declaração política. Essa seria apresentada e aprovada no Pleno seguinte, de março de 1958. O documento, que ficou conhecido como Declaração de Março⁹⁶, passou a cumprir o papel de programa partidário até que fosse convocado um novo congresso. E é tratado até hoje por muitos antigos militantes como o texto que deu uma virada no Partido, no sentido de colocá-lo de acordo com a realidade do país e não algo dela desconectado, como o Programa de 1954. Estava mesmo nesse patamar a Declaração de Março?

(...) Aqui se encontra (na Declaração -FJF) a maior expressão de sensibilidade política deste partido frente às tendências em curso no movimento de massas. Justamente por isso, talvez os equívocos que o documento expressa – reiterados por ocasião do V Congresso, em agosto de 1960 – tenham sido tão graves. (ALMEIDA, 2003, p. 115)

A Declaração continha uma tentativa de análise da realidade brasileira, na qual se reconhecia (finalmente, em termos das avaliações pecebistas) que havia um processo de desenvolvimento capitalista no país e apontava o aguçamento das contradições deste com o imperialismo estadunidense. O Estado brasileiro representava os interesses do latifúndio, de setores ligados ao imperialismo e da burguesia nacional. Haveria uma tendência crescente para a democratização e para a luta nacionalista. O governo JK seria fruto das contradições do aparelho de Estado, utilizando formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, mas permitindo que as empresas estatais fizessem políticas favoráveis ao imperialismo.

⁹⁶ O documento, assinado pelo Comitê Central do PCB e publicado no jornal Voz Operária de 22 de março de 1958, levava o título de “Declaração sobre a política do PCB”.

O documento apresentava uma visão ufanista da situação mundial, na qual se fortaleciam os partidos comunistas e operários pela justa aplicação do marxismo-leninismo às condições nacionais, e o socialismo avançava impetuoso, enquanto o imperialismo mergulhava em decomposição. Esse quadro tornava (...) *mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A possibilidade de uma transição pacífica se tornou real numa série de países* (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958).

A Declaração apontava duas contradições fundamentais no Brasil: da nação versus o imperialismo e seus agentes internos, e das forças produtivas em desenvolvimento contra as relações semifeudais na agricultura. Mantinha a visão de que (...) *o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e do povo, e, por isso, a contradição proletariado X burguesia, embora existente, (...) não exige uma solução radical na atual etapa* (IDEM). A revolução exibia então um caráter anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrático. As lutas da sociedade sob direção do proletariado criariam as condições de passagem ao socialismo.

Para o combate ao imperialismo haveria que se formar uma frente única com proletariado, camponeses, pequena-burguesia urbana, burguesia nacional, latifundiários com contradições com o imperialismo norte-americano e até a burguesia ligada aos monopólios estrangeiros rivais dos norte-americanos. A Declaração visualizava que esta frente única podia materializar-se no movimento nacionalista e na Frente Parlamentar Nacionalista. O documento expressava a disposição dos comunistas de não condicionar a sua permanência

na frente à aceitação total de suas opiniões, nem de sua prévia direção, trabalhando, sim, para que as massas aceitassem a liderança do proletariado na luta.

A aliança do proletariado com a burguesia explicar-se-ia por aquele sofrer menos com as explorações desta do que com a exploração imperialista e com o atraso do país (mesmo argumento apresentado por Prestes em 1945). A burguesia tinha interesses contrários aos do proletariado, apesar de marcharem juntos. A burguesia queria todos os frutos do desenvolvimento para si, explorando as massas trabalhadoras cada vez mais. Seria, assim, uma força revolucionária inconsequente, vacilante e tendente a compromissos com o imperialismo, temente da ação das massas. Já o proletariado empunhava uma política anti-imperialista e democrática conseqüente e defendia seus interesses específicos, além de lutar por amplas liberdades democráticas. Isso sem isolar ou tentar romper a aliança com a burguesia na frente ampla, evitando tratar as contradições dentro da frente no mesmo nível da contradição principal. O proletariado devia, entretanto, salvaguardar sua independência ideológica, política e orgânica dentro da frente única.

A Declaração propunha uma plataforma de “soluções positivas” para a frente única, na qual se expressava uma política exterior independente e de paz, o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas com a facilitação do acesso à terra aos camponeses, particularmente junto aos grandes centros e vias de comunicação, além da entrega de títulos de propriedade aos posseiros, a elevação do nível de vida do povo e a consolidação e ampliação da legalidade

democrática. A luta da frente única se direcionaria, segundo a Declaração, para a conquista de um governo nacionalista e democrático nos quadros do regime vigente. Esse governo, apoiado nas massas, realizando o programa da frente única, (...) *abrirá caminho para uma nova correlação de forças, que possibilite completar as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa Pátria* (IDEM). Frisava o compromisso dos pecebistas com esse governo, independentemente de sua participação nele.

A Declaração expressava a possibilidade da via pacífica para a revolução anti-imperialista e antifeudal, que conviria à classe operária e à nação. Para isso, era necessária a defesa e extensão da legalidade em benefício das massas e a acumulação de reformas na estrutura econômica e nas instituições políticas, (...) *chegando até a realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação* (IDEM).

A conquista do governo nacionalista e democrático se daria pelo afastamento dos entreguistas do governo, pelas eleições ou pela resistência dos setores da frente a qualquer tentativa golpista. A possibilidade de uma solução não pacífica dependeria do emprego da violência pelos inimigos do povo, apesar de os pecebistas confiarem que, pelas circunstâncias internacionais, tal não aconteceria.

A Declaração de Março, tratada em geral pelos pecebistas como um (...) *momento de inflexão, de ruptura qualitativa, (...) um marco na luta para libertar o pensamento político dos comunistas brasileiros das malhas do sectarismo e do dogmatismo* (VINHAS, p. 181), não foi muito mais do que a

sistematização do conjunto de posicionamentos desenvolvidos pelos “renovadores” no debate na imprensa pecebista durante a crise de 1956/7 e nas páginas da revista Novos Tempos, por eles editada após sua saída do PCB. Tomando-se por base o documento de Agildo Barata, “Pela Renovação e Fortalecimento do Partido” (VOZ OPERÁRIA, 6 abr. 1957), acrescido de alguns complementos apontados em artigos da revista, pode-se notar a Declaração quase como uma cópia daqueles. Importante, porém, é discutir alguns dos aspectos políticos de maior destaque da Declaração.

Além de conter a diretriz estratégica de uma revolução democrático-burguesa, o documento mantinha a já aqui criticada visão do Programa de 1954 de centrar fogo especificamente no imperialismo norte-americano. Em seu furor conciliatório, incluiu na frente única até setores latifundiários e ligados a monopólios imperialistas não norte-americanos. Além do erro da análise frente aos norte-americanos, de base staliniana, chegava-se à ilusão de pensar em uma frente de tal extensão, que sobraria do outro lado, como diz a Declaração, (...) *uma minoria verdadeiramente ínfima* (COMITÊ CENTRAL DO PCB, 1958). A contradição aflorava aí: ou os pecebistas e a classe operária diluiriam seus interesses em uma frente tão ampla (o que o documento dizia não aceitar), ou essa frente não se construiria. Os interesses dos monopólios não americanos estavam em choque muito maior com os da classe operária do que com os dos norte-americanos. E isso era, em geral, verdade, também, para os interesses da burguesia nacional. A independência político-ideológica da classe operária na frente única não se faria só com a proclamação de sua importância. Essa declaração de intenções do documento chocava-se com um texto no qual a

questão classista ficava completamente diluída. Como manter independência ideológica com um programa que remetia o socialismo para as calendas e propunha evitar as contradições de classe dentro da frente única? Como atrair os trabalhadores do campo para uma frente na qual participaria seu principal inimigo, o latifúndio?

Lúcio Flávio de Almeida afirma que se era correta a avaliação partidária sobre o crescimento do movimento nacionalista no país, naquele momento, não houve compreensão de que este assumiria gradativamente uma feição popular, com forte participação dos trabalhadores da cidade e do campo. Esses setores eram portadores de um anti-imperialismo (...) *incompatível mesmo com amplos contingentes da ‘parte boa’ do governo JK, aquela que o PCB queria reforçar*. O nacionalismo adotado por este setor da burguesia (...) *não era anti-imperialista, e sua democracia era de baixíssima intensidade* (ALMEIDA, 2003, p.121).

Por fim, o “caminho pacífico”⁹⁷, já antes sustentado por diversos “renovadores”, partia de uma visão ufanista da conjuntura mundial lançada por Krushev. É, porém, mais importante discutir aqui uma questão não comentada pelos analistas do documento pecebista. A Declaração deixava clara sua opção pela via pacífica para a revolução anti-imperialista e antifeudal. E mesmo ao defender a solução pacífica dos problemas brasileiros até a “resolução completa das transformações radicais da nação”, em momento algum se falava na passagem pacífica para o socialismo. Esquecimento? Tudo indica que não. A explicação do fato talvez estivesse na luta interna, na dificuldade de passar essa

⁹⁷ A discussão sobre o tema em Marx e Engels está no capítulo 1 desta tese. Aqui se busca tratar do tema restrito à maneira como está desenvolvido na “Declaração”.

visão para a militância ou, até, na despreocupação de analisar algo “tão distante” como a revolução socialista, para a qual o Partido não se voltava naquele momento.

A “nova política” do PCB não superou as contradições das formulações anteriores. A manutenção da visão etapista da revolução brasileira, a incompreensão da situação agrária e o seguidismo em relação aos interesses soviéticos (agora sob a égide do kruschevismo) são exemplos dessa situação. O novo, no PCB, tinha mais uma vez a aparência de um passado já visto.

O fato de, até aqui, praticamente só se ter tocado em documentos e questões acerca da História do PCB diz respeito à questão de, até o final dos anos de 1950, na esquerda revolucionária brasileira, após a saída de cena dos anarco-sindicalistas, o Partido ser absolutamente hegemônico, quando não único. As organizações trotskistas, até aquela época, foram de tamanho e influência muito reduzidos (além de, em geral, efêmeras) e, fora elas, há pouco a que se referir. A crise do stalinismo, porém, acrescida do sucesso da Revolução Cubana de 1958/59, e, para setores da esquerda católica, da realização do Concílio Vaticano II, no início dos anos de 1960, tivera a capacidade de impulsionar agrupamentos, em particular compostos por uma parcela considerável de jovens, que passariam a discutir a revolução e o socialismo e a militar segundo uma lógica que fugia, em diversos aspectos, àquela encampada pela tradição do PCB.

Os trotskistas, a partir dos anos de 1950, estavam organizados no Partido Operário Revolucionário (POR), surgido em 1952, sucedâneo do Partido Socialista Revolucionário (PSR), liderado por Hermínio Sachetta, que se

extinguira no ano anterior por divergências com a IV Internacional frente à caracterização da União Soviética e à política de “entrismo” nos partidos comunistas proposta pela IV Internacional⁹⁸ (LEAL, 2004, p. 31). O POR teve algum destaque nesses anos quando acolheu em suas fileiras o antigo dirigente pecebista, José Maria Crispim, rompido com o PCB em 1952, que tinha bases operárias sob sua influência em São Paulo. Crispim só permaneceria no POR de 1955 a 1958, voltando o agrupamento trotskista, do qual nasceriam diversas organizações nos anos de 1960/70, a ter uma atuação bastante limitada.⁹⁹

Quanto a Sachetta, convertido ao “luxemburguismo”, liderou em São Paulo uma pequena organização, a Liga Socialista Independente (LSI), na segunda metade dos anos de 1950. A organização criticava a dominação capitalista, mas possivelmente, foi o primeiro grupo na esquerda revolucionária brasileira a trabalhar o conceito de totalitarismo, no capitalismo ou nas sociedades influenciadas pelo stalinismo. O problema da liberdade assumia, assim, uma importância fundamental para a vanguarda do proletariado, segundo a LSI. A social-democracia tinha sido impotente para romper a liberdade formal do capitalismo, e o socialismo stalinista, com suas formas autocráticas, submetera os trabalhadores

(...) ao despotismo dos Estados de regime monopartidário. (...) Disseminaram uma nefasta confusão na consciência militante das vanguardas operárias, fazendo com que o Socialismo (...) seja apresentado como a total alienação dessa (...) liberdade, em favor de grupos e chefes que se apossam do poder em nome do proletariado. (LIGA SOCIALISTA INDEPENDENTE *apud* CARONE, 1981, p. 71)

⁹⁸ O “entrismo” era a tentativa dos trotskistas de influenciar por dentro os partidos de massa de esquerda para que adotassem políticas “revolucionárias”.

⁹⁹ Para uma análise do trotskismo nessa época, ver LEAL, 2004 e KAREPOVS e MARQUES NETO, 2002.

O pensamento da LSI estava impregnado das teorias desenvolvidas no início do século por Rosa Luxemburgo, que protagonizou um debate com outros políticos socialistas sobre a revolução, a organização política e a ação das massas.¹⁰⁰ O desgaste alcançado pelo movimento socialista com a experiência stalinista, abria, na época, espaço nas hostes de esquerda não pecebista, liberta da influência do PCUS, para o estudo e formulação de alternativas articuladoras do socialismo e da democracia. Isto, ao contrário do pecebismo de então, sem abrir mão, efetivamente, da pregação e da luta pelo socialismo.

Definindo a democracia como sistema em que o desenvolvimento de cada um é condição do desenvolvimento de todos, e vice-versa, o Socialismo representa a forma mais completa e profunda da vida democrática, pois significa a sua aplicação a todos setores da atividade humana. Para o Socialismo, (...) liberdade é a possibilidade plena assegurada a todo ser humano de desenvolver e utilizar ao máximo suas capacidades e virtualidades. Para o Socialismo, igualdade é a posse efetiva da liberdade. É a liberdade tornada concreta. Só os iguais são livres e só os livres são iguais. (IDEM, p. 75, grifo nosso)

A LSI participaria, naquele período, juntamente com diferentes agrupamentos de esquerda, críticos das políticas emanadas do PCB, de tentativas de construção de uma alternativa de ação revolucionária no país. Desde o primeiro semestre de 1959, militantes da Liga e do POR, entre outros, desenvolveram intensa atividade de agitação, tendo os trotskistas, na época, formulado propostas de criação de um partido revolucionário que aglutinasse as forças de esquerda então dispersas, fazendo, na prática, uma autocrítica da política de “entrismo” no PCB. Ainda naquele ano foi formada uma Comissão pela Unificação dos Grupos Marxistas, composta por militantes de diferentes correntes, que acabou por não ir adiante devido à existência de posições

¹⁰⁰ Sobre o assunto ver Luxemburgo, 1961 e Lenin, 1979, p. 215-376.

divergentes, o que resultou em um recuo do POR, levando-o a defender, novamente, o “entrismo”. Mesmo assim, em 1960 retomaram-se os contatos visando uma articulação desses grupos, com alguns resultados práticos, principalmente em termos de ações conjuntas dali em diante. Esses projetos estariam quase sempre articulados a movimentos de defesa da Revolução Cubana, desencadeados na mesma época.

A efervescência intelectual do período¹⁰¹, além do amplo diálogo entre diferentes correntes de esquerda, levou ainda ao surgimento de grupos de estudo sobre os textos clássicos do marxismo, como o Centro Karl Marx, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, criado em 1957, e o chamado Grupo do Capital, a partir do ano seguinte. Este, voltado ao estudo da obra de Marx, reuniu diversos jovens que, posteriormente, tiveram destacado papel na vida intelectual e política brasileira, como José Arthur Giannotti, Ruy Fausto, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Octávio Ianni, Leôncio M. Rodrigues e Francisco Weffort, entre outros (SINGER, 1988, p. 84-85).

Do lado do PCB essa ebulição faria prosperar uma revista surgida ainda em 1955, sob a direção de Caio Prado Jr e Elias Chaves Neto, a Brasiliense. Centrada na discussão do nacionalismo, a revista repercutiu, prioritariamente, por quase dez anos, as posições de pecebistas e intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Destacaram-se na Brasiliense a crítica

¹⁰¹ José Paulo Netto aponta, para além dos limites brasileiros, essa efervescência no pensamento marxista da época: *Não é preciso ressaltar que o marxismo institucionalizado não dava conta da riqueza e da complexidade do mundo emergente do segundo pós-guerra. Com a crítica da autocracia stalinista – ela também produto da dinâmica histórica da sociedade soviética – abrem-se as comportas que represavam as tendências que, entre os herdeiros de Marx, apontavam para a análise dos fenômenos em curso* (2006, p. 63). Na América Latina, essa ebulição seria ainda mais estimulada pela ocorrência da Revolução Cubana, ocorrida fora dos modelos existentes até então.

de Caio Prado Jr a aspectos da visão estratégica do PCB, que enxergava a existência de um “feudalismo” no Brasil, as críticas do mesmo autor às propostas eleitorais da esquerda (e do PCB) em 1958 e 1960, e alguns artigos que contestavam o pensamento nacionalista dominante então no Partido. Este aparecia na revista através de artigos como, por exemplo, o de Elias Chaves Neto, que defendia a ideia de que a burguesia tinha que entender a importância do nacionalismo para impedir que a nação ficasse reduzida a uma colônia e a própria burguesia a (...) *agregados de homens de negócios estrangeiros que imperarão em nosso país (...)* (CHAVES NETO, 1957, p. 7). Ou o de Álvaro de Faria afirmando que os trabalhadores

(...) têm o destino entrelaçado com o das classes dominantes. Liga-os uma ideologia nacional (...) as classes trabalhadoras, participando das lutas nacionalistas ao lado de seus patrões e sob o comando deles o fizeram em nome e em função da defesa da nação e de seu progresso. (FARIA, 1958, p. 55)

Na referida revista, vez por outra, eram publicados artigos fortemente críticos a essas concepções. Um texto de Otávio Ianni, por exemplo, mostrava o nacionalismo como fruto das modificações sofridas pela economia capitalista internacional e das transformações sócio-econômicas do Brasil. *O fulcro do nacionalismo brasileiro se encontra nos interesses de uma determinada camada da sociedade (...)* (IANNI, 1958, p. 131), a burguesia que tinha essa ideologia, pois

(...) é a camada mais vinculada às tendências atuais do desenvolvimento econômico nacional (...) e a (...) mais diretamente atingida pela fase imperialista das economias capitalistas com as quais o país mantém intercâmbio. (IDEM, IBIDEM)

Lembrava, ainda, que (...) *a propaganda nacionalista é a que, com mais eficácia, obscurece a consciência de classe (...)*, não colocando em questão todos

os objetivos da burguesia, mas somente aqueles que podiam identificá-la com a coletividade. (IDEM, IBIDEM)

A crítica de Ianni, apesar de limitada ao aspecto ideológico, já era um posicionamento diverso daqueles existentes em geral nos artigos publicados na Brasiliense. Ao apresentar o nacionalismo como ideologia de classe, burguesa, que obscurecia a consciência de classe do proletariado, Ianni colocava-se contra a esquerda isebiana e, na prática, até a pecebista. Esta, mesmo fazendo, de início, a distinção entre o nacionalismo enquanto ideologia (burguesa) e movimento (popular), acabou não levando em consideração uma consequência inevitável do nacionalismo, tal qual, então, se colocava: impedir a formação de uma consciência de classe para si do operariado. Após o golpe político-militar de 1964, Ianni reafirmaria suas críticas à postura da esquerda naquele período de crise e radicalização social anterior à instalação da ditadura no país, apontando que

(...) nesse contexto histórico e ideológico (da democracia populista – FJF) a esquerda brasileira ficou como que “aprimonada”. As técnicas da política de massas e o reformismo, conduzidos pelos setores mais audaciosos da política de industrialização, estabeleceram os limites e as condições tanto da politização como da atuação política do proletariado urbano, de certos setores da classe média, dos estudantes universitários e, depois, do proletariado agrícola. Em consequência, viveu oscilando entre as recordações do marxismo e as exigências da democracia populista. O fato é que ela não foi capaz de transformar a política de massas em política de classe. (1988, p. 87)

A grande “novidade” que iria alterar profundamente os rumos da discussão político-ideológica da esquerda revolucionária no Brasil, do final dos anos de 1950 em diante, foi, sem dúvida, a ocorrência da Revolução Cubana. Isso porque, na medida em que esta foi-se definindo por um caminho à

esquerda, tendeu a ganhar cada vez mais a solidariedade dos grupos socialistas no Brasil, mesmo que de modo diferenciado. A luta armada, o peso da ação no campo e a reforma agrária, a oposição de governos, inclusive “nacionalistas”, na América Latina à Revolução Cubana, tornaram-se divisores de águas dentro da esquerda. Estimularam novos grupos, saídos em geral do movimento estudantil, a ampliarem as críticas às opções pecebistas de via pacífica, aliança com burguesias nacionais, secundariedade da questão agrária e, cada vez mais, a colocarem na ordem do dia a questão da construção do socialismo. Mesmo que, de início, os dirigentes da Revolução em Cuba, em geral, não tivessem muita clareza da definição do processo, devido à existência de diversas correntes políticas entre os revolucionários, a ação dirigiu-se para o anti-imperialismo, a reforma agrária e a definição pelo socialismo. Essa opção atraiu a simpatia de um grande número de socialistas, não só no Brasil como em todo o mundo. Suas ações chamavam a atenção dos que pretendiam uma alternativa à linha soviética e, no Brasil, ao PCB. No Brasil, a partir de 1959, formaram-se os Comitês de Defesa da Revolução Cubana, que contavam com a participação de militantes de diferentes matizes, como trabalhistas, pecebistas, trotskistas, da LSI e da Juventude Socialista do PSB. Desenvolveram, apesar de concepções muito divergentes, diversas atividades de divulgação e auxílio aos revolucionários caribenhos.

A articulação de alguns desses grupos, no início da década de 1960, levou à formalização, no Rio de Janeiro, da Organização Revolucionária Marxista (ORM).

Os elementos aglutinadores da ORM eram a análise crítica do capitalismo brasileiro, a crise da hegemonia político-ideológica do PCB na esquerda marxista e a ocorrência da Revolução Cubana. Seu ideário era o da revolução anticapitalista, da independência da classe operária, da crítica à aliança de classes proposta pelos reformistas e à estratégia nacionalista. Além do peso do pensamento de Eric Sachs, sua principal liderança, e da Oposição Comunista Alemã (KPO), da qual Sachs era originário, a ORM sofreu influência do pensamento de Paul Baran, do economista Andrew Gunder Frank¹⁰², que esteve presente na reunião de fundação da organização, e da revista de esquerda independente norte-americana Monthly Review, editada por Paul M. Sweezy.

A Monthly Review foi que nos deu a visão sobre a Revolução Cubana.(...) Baran, politicamente, é a maior referência: a visão social, ideológica, do papel da transformação socialista para a solução das questões nacionais. A Revolução Cubana foi comprovando isso. (...) Não havia solução democrático-burguesa. O socialismo assumiria essas tarefas e iniciaria a resolução das tarefas de conteúdo socialista. (...) Enquanto isso a Revolução Democrática Venezuelana fracassava totalmente. Se abria a guerrilha na Venezuela e em toda a América Latina. A contestação à linha dos partidos comunistas passa a ser uma referência latino-americana e internacional. Na década de 60 esse processo se amplia no mundo inteiro. (Theotônio dos Santos*, entrevista ao autor)

Eric Sachs, organizador e referencial político-ideológico do grupo inicial da ORM, tivera uma formação marxista na Áustria, onde nascera. Deslocou-se para a URSS em 1934, lá ficando até 1938, quando foi expulso por sua ligação com setores de oposição. Tornou-se membro da KPO e emigrou para o Brasil em

¹⁰² Segundo Löwy (2006, p. 388), Gunder Frank foi, talvez, o pesquisador marxista sobre a América Latina cuja obra tenha tido o maior impacto na esquerda revolucionária, ao contrapor às teorias do feudalismo, defendidas pelos partidos comunistas e intelectuais marxistas, uma concepção de América Latina como um sistema coerente e integrado, de natureza capitalista, o que fazia desaparecer a ilusão de uma revolução democrático-burguesa e apontava a revolução socialista como única alternativa realista ao chamado “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

* Theotônio dos Santos Jr é economista e cientista político. Foi fundador e militante da Organização Revolucionária Marxista (ORM) nos anos de 1960.

1939, passando a trabalhar como gráfico em São Paulo, transferindo-se depois para o Rio de Janeiro. Atuou em grupos de esquerda não stalinistas em São Paulo após 1945 e, posteriormente, participou da organização de um grupo de gráficos comunistas, editando o jornal Política Operária. O nome era clara referência ao órgão de divulgação da KPO, ao qual Eric mantinha-se ligado. Seria, também, a partir de 1962, o nome da revista, que depois passaria a jornal publicado pela ORM, e do qual surgiria a sigla POLOP, que identificaria historicamente a organização.

O pensamento de Sachs influenciou uma parte importante da “nova esquerda” marxista brasileira surgida no final dos anos cinquenta.¹⁰³ A visão de August Thalheimer¹⁰⁴ sobre o imperialismo, de que este não resolveria mais suas pendências através de guerras após 1945 e que não mais dependeria da dominação direta para manter seu poder sobre as áreas coloniais, bastando a associação com setores burgueses locais, chegou ao Brasil através de Sachs. A luta intransigente pela independência política e ideológica da classe operária, mesmo atuando em frentes com setores burgueses, foi contribuição, mesmo não exclusiva, de Eric Sachs (LEAL, 1992).

Partindo dos núcleos iniciais, principalmente dos grandes centros do país, com a base teórico-política de Sachs e de alguns dos melhores pensadores da “nova esquerda” marxista (além de Sachs, podem ser citados Eder Sader, Michel Löwy e Rui Mauro Marini, entre outros), a ORM funcionou como núcleo

¹⁰³ Um conjunto da obra de Sachs, além de uma biografia sua, estão em CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009.

¹⁰⁴ Militante e teórico marxista, Thalheimer foi um dos fundadores da Liga Spartakista e, posteriormente, do Partido Comunista Alemão (KPD). Atuou na Internacional Comunista entre 1924 e 1928, retornando à Alemanha, tendo sido expulso do KPD em 1929, por críticas à política soviética. Foi um dos fundadores e dirigentes da KPO.

gerador de um pensamento socialista. Surgida como oposição ao reformismo e à conciliação de classes proposta pelo PCB, teria dificuldades em se afirmar no movimento de massas, ainda sob a predominância ideológica nacional-reformista. Isso porque, além da postura radicalmente crítica às posições já estabelecidas, seu aparecimento não derivou de um “racha” de um partido já existente ou de uma força política previamente organizada, além de não ter contado com uma referência internacional. Essas condições criaram condicionantes para a atuação política da Organização. De início, além das diferenças existentes entre os diversos núcleos que a compunham, houve dificuldades para o estabelecimento de uma linha de massas e, conseqüentemente, de ampliação rápida de militantes e apoios. Se o forte da ORM era (...) *conter elementos mais dinâmicos da intelectualidade revolucionária nesse momento (...)*, de outro lado, a luta ideológica não era suficiente para garantir o êxito de seu projeto: *Combatemos o reformismo em geral, mas não centramos nos aspectos que a conjuntura mostrava como decisivos para que acumulássemos forças.* (VILLA¹⁰⁵, in BRASIL SOCIALISTA, nº 7, p. 7-8) Apesar dessas limitações, a ORM teve, no processo de radicalização da luta de classes que antecedeu ao golpe de 1964, alguma penetração no movimento estudantil e operário, além de participação, em alguns estados, nas Ligas Camponesas, movimento surgido em Pernambuco em meados da década de 1950 que se expandia pelo interior do país, levando adiante a proposta de reforma agrária.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Raul Villa era o codinome de Eder Sader.

¹⁰⁶ JULIÃO, 1975.

Dentro também desse processo de radicalização da vida política do país, é importante demarcar a participação no movimento de massas, de início predominantemente estudantil, dos setores católicos de esquerda que, a partir da JUC, construiriam a Ação Popular (AP). Essa organização teria a sua pré-fundação na chamada Reunião de Belo Horizonte em 1961, contando com algumas lideranças sindicais, profissionais liberais, padres e estudantes de tradição jucista. Em um primeiro momento, os documentos formulados pelos articuladores tentariam fundir ideias do humanismo cristão ao marxismo. Com o passar do tempo, porém, as formulações do socialismo revolucionário tornaram-se as bases teóricas da Organização. A Organização acabou formalizada em fevereiro de 1963, em um congresso na cidade de Salvador, quando se aprovou o chamado Documento-Base¹⁰⁷, com as linhas políticas centrais da AP. Um destaque na atuação da AP naquele momento foi a conquista da direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1961, em aliança com o PCB e outras forças. A partir de então, e mesmo após o início do período ditatorial, a AP manteria grande visibilidade e peso político no Movimento Estudantil, como elemento crítico das políticas emanadas das hostes pecebistas.¹⁰⁸

O PCB, por sua vez, reafirmaria a política formulada na Declaração de Março no V Congresso do Partido, realizado no Rio de Janeiro em setembro de 1960. Uma longa disputa tinha sido travada entre a nova direção, que se aglutinava em torno da figura de Prestes, e os antigos membros do “núcleo dirigente”, afastados após a crise de 1956/57. Tal disputa se deu em torno das teses para o Congresso, que consagravam a linha política saída da “Declaração”.

¹⁰⁷ O texto do Documento-Base pode ser encontrado em REIS FILHO e SÁ (orgs.), 2006, p. 50-62.

¹⁰⁸ Para a História da AP, ver ARANTES e LIMA, 1984 e RIDENTI, 2002.

Estas teses acabaram por se afirmar majoritariamente no Congresso, não sem algumas modificações.

A recente Revolução Cubana havia assumido caminhos assaz diversos daqueles defendidos pelos partidos de orientação kruschevista para a consecução da revolução na América Latina¹⁰⁹. Isso explica, em parte, um certo distanciamento crítico desses partidos, *y compris* o brasileiro, frente aos cubanos, mais ou menos até a aproximação destes em relação à União Soviética. A questão agrária, tão pouco conhecida e abordada, passava a ter um peso não desprezível para se pensarem as transformações sociais na América Latina, no geral, e no Brasil, em particular. A questão da luta armada se colocava, também, como divisor de águas frente a um programa que propunha a transição pacífica para um governo “democrático-popular”. E, para completar, havia o fato de que a Revolução, tal qual tinha sido encaminhada até o momento da tomada do poder, passou muitas vezes ao largo das propostas dos comunistas cubanos, aglutinados no Partido Socialista Popular (PSP)¹¹⁰. O V Congresso assumiu, na questão agrária, uma importante modificação em relação à Declaração de Março. Retirou da proposta da frente única anti-imperialista a participação dos latifundiários e apostou em uma intensificação da luta pela reforma agrária com o emprego das (...) *mais variadas formas de luta e de organização, adaptando a cada região as experiências dos sindicatos de assalariados e semi-assalariados, das ligas camponesas, associações rurais e cooperativas (...)*

¹⁰⁹ Em verdade pode-se dizer que a Revolução Cubana e sua evolução posterior rumo ao socialismo, foram fenômenos não previstos dentro da esquerda latino-americana em geral.

¹¹⁰ Ernesto Guevara, um dos mais destacados membros da esquerda dos revolucionários cubanos, declarou à TV Havana, em meados de 1959, que, sobre ser comunista, pelos atos do governo cubano, ele o era, mas pela filiação ao Partido Socialista Popular – o partido comunista em Cuba – ele não o era. (Novos Rumos, nº 21, 17 a 23 jul. 1959)

(RESOLUÇÃO POLÍTICA, *apud* CARONE, 1982, p. 223), apesar de as resoluções congressuais continuarem privilegiando o sindicalismo rural. Em relação à questão da luta armada, que, de certa forma, também tensionava a nova direção com os antigos dirigentes stalinistas, não houve nenhuma modificação.

Apesar do radicalismo da discussão, o conteúdo das divergências não se dava em questões fundamentais como a questão estratégica do caráter da revolução, as contradições principais na questão agrária e o papel do capitalismo no Brasil, por exemplo. Para a grande maioria dos debatedores do V Congresso, a revolução tinha caráter democrático-burguês, anti-imperialista e antifeudal e as contradições principais situavam-se entre imperialismo e nação, e entre o progresso e o atraso feudal no campo. Por essas caracterizações, mesmo com diferenças mais ou menos evidentes, ambos os setores em confronto viam a necessidade da formalização de uma frente única com a burguesia e outros setores para implementar as reformas progressistas dentro de um processo capitalista.

Um dos poucos críticos dessas posições no debate do Congresso, e o que mais aprofundadamente manifestou suas divergências foi Caio Prado Jr., em um conjunto de textos publicados na tribuna de debates de Novos Rumos entre junho e julho de 1960, sob o título de “As teses e a revolução brasileira”. Caracterizando as Teses da direção partidária como portadoras do mais profundo reformismo burguês, criticou a opção feita nelas em relação ao assalariamento rural (visto como avançado), quando, em época de inflação crescente, a situação dos parceiros acabava sendo melhor do que a dos

assalariados. A elevação do nível de vida, defendida pelas Teses, não viria, segundo ele, de "mais capitalismo", e sim da luta dos trabalhadores, inclusive por uma reforma agrária que garantisse seu acesso à terra (PRADO JR, 1960).

Em relação à contradição principal apresentada pelas Teses, entre o imperialismo norte-americano e a nação brasileira, os textos de Caio Prado Jr. para o V Congresso contestaram a utilização da ideia de nação por aqueles que se julgavam marxistas dentro da análise das contradições da sociedade. O próprio imperialismo norte-americano não era caracterizado pelas Teses, o que tinha por consequência a ausência de tarefas específicas contra ele. Surgia também a ideia, segundo Caio Prado, esdrúxula, de que entre os anti-imperialistas poderiam estar os imperialistas não norte-americanos. Poder-se-ia acrescentar que tal "teoria" já existia desde o Programa de 1954.

A análise de Caio Prado Jr. (1960) questionou as bases da teoria pecebista, que via na industrialização o caminho para o progresso nacional, sendo este obstaculizado pelo imperialismo. Na verdade, além do capital imperialista ser fundamental no modelo de industrialização brasileira existente na época, esta voltava-se para a satisfação de uma minoria. O sentido histórico da industrialização brasileira era de exclusão, o que o capital estrangeiro só fez agravar. Daí a discussão do nacionalismo ter que ser colocada em bases diversas das defendidas pela direção partidária. Teria de estar ligada à luta por melhorias para a população, e não à defesa geral do capitalismo.

Ao não ver possibilidade imediata de socialização dos meios de produção (mesmo vendo um abismo entre esse fato e considerando progressista o capitalismo no Brasil), Caio Prado (1960) apostava no crescimento do

capitalismo de Estado. O Estado deveria controlar as transações financeiras com o exterior, já que o ruim não era a entrada do capital imperialista, mas a livre remessa de lucros que sangrava a economia do país.

Para o historiador pecebista, as contradições entre o Estado e o capital privado deveriam ser trabalhadas pelos comunistas, pois poderiam abrir espaço para a etapa seguinte, socialista. Só que as Teses não abordavam a questão. Nelas, nada mostrava que o capitalismo seria superado. E se o argumento de seus autores era o de tratar o socialismo como coisa de futuro, Caio Prado perguntava que marxismo era aquele que compartimentalizava a história hermeticamente. Na verdade, sua crítica atingia fundo as origens teórico-políticas do pensamento pecebista, a dizer, a transposição para o Brasil das idéias sistematizadas pela Internacional Comunista no final dos anos 20. Indicava a impossibilidade de se combater o imperialismo sem tocar no capitalismo “nacional”, já que em muitos aspectos ambos estavam indissolavelmente unidos. Segundo ele, os dirigentes partidários, ao colocarem a burguesia no rol das forças revolucionárias, (...) *ignoram os fatos transformando os desejos e convicções teóricas em realidade* (PRADO JR, 1960).

A direção pecebista e a oposição stalinista ignoraram todas as críticas formuladas por aquele crítico. Não houve nenhuma manifestação entre os debatedores sobre os artigos do antigo militante. E, certamente, não pelo fato de serem opiniões individuais, que mesmo instigantes, ficaram à margem das discussões congressuais, como argumentam certos observadores (SEGATTO, 1995, p. 93). Na verdade, não interessava, aos dois lados que se digladiavam,

abrir espaços para um *tertius* cujas avaliações derrubavam-lhes os elementos centrais de análise. Possivelmente, os novos tempos mais democráticos dentro do PCB impedissem que, conforme ocorrera em 1954, uma direção incapaz de se contrapor a argumentos teórico-políticos de peso tomasse medidas administrativas para barrar um debate para o qual não teria posicionamentos suficientemente convincentes. Para Caio Prado Jr sobrou a possibilidade de verem se confirmar algumas de suas expectativas com a falência das formulações pecebistas em 1964 e de aprofundar suas análises com a publicação d' A Revolução Brasileira.¹¹¹

A vitória da nova direção pecebista, surgida em 1957, no V Congresso do Partido, representou a eliminação política do foco de contestação representado pelos stalinistas, que buscaram, naquele momento, retomar as rédeas do PCB. Derrotados, esses setores veriam com horror a tentativa de legalização do Partido, em 1961, que passava, inclusive, pela mudança do seu nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), sob o pretexto de que isso desvinculava-o formalmente de qualquer laço com organizações internacionais, retirando um argumento desde sempre utilizado pela direita para manter o Partido na clandestinidade. Estava aberta a porta para o rompimento formal desse setor

¹¹¹ O livro A Revolução Brasileira foi publicado em 1996, trazendo uma série de aprofundamentos críticos de Caio Prado às posições do PCB (e da esquerda em geral) frente às necessidades do processo revolucionário no país. Caio Prado questionava o esquematismo das análises e a ignorância sobre a realidade do Brasil por parte da direção pecebista. Criticava acidamente a postura do Partido em 1964, suas visões sobre o imperialismo, sobre a burguesia nacional e em relação ao etapismo e à falta de uma política correta para o enfrentamento dos problemas dos trabalhadores no campo. E indicava uma prioridade para a revolução brasileira, que era exatamente essa questão rural. Ainda que se possa fazer uma série de considerações críticas ao trabalho de Caio Prado Jr (a prioridade da revolução a partir do campo, a perspectiva de reformas pela via de um capitalismo de Estado etc.), sua contribuição foi da maior importância, até por tentar forçar uma reflexão da esquerda sobre os caminhos a seguir. A publicação dessa obra no início dos debates para o VI Congresso do PCB não foi algo de somenos importância para a vida partidária naquela conjuntura.

com a direção partidária, o que levou à criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O “racha” do PCB em 1961 teve sua origem, na verdade, nos acontecimentos de 1956/7 (XX Congresso do PCUS, crise interna no PCB, “racha” de 1957). Ao contrário de muitas afirmações ainda hoje correntes, o fracionamento não se deu devido ao conflito sino-soviético. Essa questão somente em 1962/3 passaria a ter determinação na divergência entre os dois grupos. Na verdade, aqueles que formaram o Partido Comunista do Brasil (PC do B), em uma Conferência Nacional Extraordinária em fevereiro de 1962, ainda buscavam referência na URSS: (...) *A União Soviética marcha para o comunismo, (...), (o PC do B) reafirma sua fidelidade à Declaração dos 81 Partidos Comunistas e Operários, de 1960 (...)*, aprovada em Moscou (MANIFESTO-PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, in CARVALHO, vol. 3, 1967, p. 434 e 438).¹¹² Tampouco a divergência na cisão se deu a partir da visão de objetivo estratégico, pois ambos pelejavam por uma revolução democrático-burguesa como etapa para o socialismo. O questionamento do “novo” PC expressava-se contra proposições formuladas na Declaração de Março de 1958, quanto à possibilidade de se conseguirem algumas mudanças no regime vigente, inclusive um governo nacional e democrático, e ao destaque para a via pacífica, defendido pelo grupo prestista. Diante dessas questões, chamadas de “reformistas” desde o Congresso de 1960,

¹¹² A posterior “alternativa chinesa” do PC do B fica mais clara numa nota de pé de página referente a essa passagem acima citada, publicada anos depois pelo Partido. A mesma afirma que (...) *o Manifesto-Programa foi elaborado quando não estava ainda suficientemente clara a traição dos revisionistas soviéticos ao socialismo. (...)* Mas em 1963, em seu documento RESPOSTA A KRUSCHOV, denunciava o caráter antisocialista da política seguida pelos dirigentes da URSS. (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1974a, p. 24)

o “novo” PC (do B) apontava, na prática, para um retorno ao Programa de 1954, tal qual fora formulado no IV Congresso (defesa do governo popular revolucionário conquistado, fora dos marcos do regime vigente e inviabilidade do caminho pacífico devido à ação violenta das classes dominantes para manter seu poder)¹¹³.

O PC do B seria, em geral, uma “costela de Adão” do PCB, crítico de sua falta de combatividade, mas portando, em sua política, os mesmos fundamentos teóricos da origem kominterniana de base stalinista.

(...) Politicamente os dois partidos se pareciam; a diferença é que o P C do B marcharia no sentido de apressar as reformas, enquanto o PCB procuraria trilhar por caminhos mais moderados, cultivando sistemática aproximação com Jango. (PRESTES, *in* MORAES e VIANA, 1982, p. 156)

O crescimento da radicalização político-ideológica do início dos anos de 1960 acompanhou todo o governo de João Goulart (1961/64). A crise do modelo de dominação burguesa, denominado por muitos como populismo, colocava em seguidos confrontos os interesses das diferentes camadas da população. A modernização da economia brasileira, desde o governo JK, fizera-se através da abertura sistemática de nossa economia ao capital imperialista, acompanhada por um processo de associação (forçada ou não) do capital nacional ao estrangeiro. Isso redundou em um aprofundamento do processo de monopolização “precoce” de nossa economia. A burguesia nacional, tão louvada nos discursos nacionalistas e reformistas como interessada em se contrapor à penetração do capital internacional em solo brasileiro, ia, verdadeiramente, assumindo o seu lado, que não era o do movimento nacionalista. Para a

¹¹³ Uma contribuição para o estudo da constituição do novo partido encontra-se em LEVY, *in* TEORIA e POLÍTICA, ano I, nº 1, 1980, p. 22 a 59.

burguesia brasileira, o grande problema não vinha de fora, mas estava aqui dentro, as camadas populares (à frente o operariado e trabalhadores rurais) mobilizadas por mudanças sociais cada vez mais profundas (ALMEIDA, 1995). Outro analista daquela conjuntura, Leôncio Basbaum, observou ainda o surgimento do que ele denominou uma nova classe ou camada social, à época, de gerentes, diretores, advogados etc, brasileiros que, trabalhando em empresas do capital internacional, passavam a

(...) defender os interesses de seus patrões. Essas pessoas, em número cada vez maior, participando ativamente da vida política, e aliadas aos grandes industriais e banqueiros, associados às indústrias estrangeiras, ocupando postos-chaves nos partidos políticos e na administração da máquina governamental, se tornam em instrumentos dos capitalistas estrangeiros, agindo em função desses interesses alienados. (1976, p. 228-9)

Os setores, cada vez menores, da burguesia nacional que se mantiveram afiliados e mobilizados pelo movimento nacionalista, acabavam seguidamente emparedados, de um lado, pela pressão da luta dos trabalhadores em busca de recomposição salarial, em tempos de inflação em alta, de melhores condições de vida e de reformas sociais.

(...) As classes populares entraram em um forte processo de mobilização, recolocando na ordem do dia três fortes itens da revolução burguesa – as questões agrária, nacional e democrática – em uma formação social onde, no que se refere à própria burguesia, a revolução burguesa já era passado. (ALMEIDA, 2003, p. 122)

E, de outro lado, esses setores eram pressionados pelos representantes do grande capital, nacional ou não, que denunciavam a “penetração comunista” no Brasil, a “república sindicalista” e a incapacidade de Goulart de resolver essas questões (ou sua passagem para o lado dos “subversivos”). A ação ideológica desses setores do grande capital, associados ao que aqui existia de mais

conservador, no sentido de articular as justificativas de um rompimento com a legalidade institucional (DREIFUSS, 1981), não podem ser desprezadas, hoje, como o foram pela imprensa pecebista, às vésperas do golpe de abril de 1964:

(...) Por mais que a reação se esforce para deter o processo revolucionário, por mais violentos que sejam os estertores, por mais que a reação tente unificar suas fileiras, não conseguirá impedir o avanço do povo brasileiro por novas conquistas. (NOVOS RUMOS, 27 mar. 1964, p. 1)

Ou pela liderança nacionalista de Leonel Brizola:

As classes armadas estão empenhadas na manutenção da ordem neste país. (...) Devemos confiar no papel que vêm desempenhando, até agora, no sentido de preservar a legalidade e a fiel observância ao poder constituído pelo povo. (ÚLTIMA HORA, 1º fev. 1964)

As ilusões legalistas e democráticas de setores da esquerda e a esperança na existência de um “dispositivo militar” dando respaldo ao governo Goulart foram expressões mais visíveis do desarme político-ideológico perpetrado pelos setores nacionalistas (*y compris*, evidentemente, o PCB) dentro da sua profunda incapacidade de perceber as transformações por que tinha passado a sociedade brasileira e a relação entre as classes sociais que a compunham.

No dia 7 de fevereiro (de 1964 – FJF) Nikita Kruchov recebeu o Velho (Luiz Carlos Prestes – FJF) no seu gabinete (...) se entusiasmou quando o Velho declarou que era impossível qualquer retrocesso, (...) quando soube do avanço dos comunistas no seio das forças armadas, principalmente do recrutamento de soldados e oficiais da ativa. Prestes deu o nome de dois oficiais do alto comando que já faziam parte da organização (trata-se do PCB – FJF). (PRESTES, 1992, p. 21-22)

Não há como evitar a comparação com as avaliações feitas às vésperas do movimento de 1935 e, em parte, antes do fechamento do Partido em 1947.

Se, naquela conjuntura, entre os setores com maior penetração no movimento de massas, *não havia uma justa análise da correlação de forças e*

do desenrolar do processo (TAVARES¹¹⁴, dez. 1966/mar. 1967, p.32), tal argumentação não poderia servir para conclusões de que teria sido a radicalização do movimento a responsável pela derrota frente aos setores de direita e/ou reacionários, ou que (...) *uma política mais hábil de nossa parte não teria jogado grandes forças liberais na organização e na aceitação da conspiração militar* (GUEDES, *apud* MORAES, 1989, p. 197-198). Afirmar que o PCB (...) *não elaborou alternativa concreta para o processo político em curso que aproximasse a classe operária, mediante o avanço de sua consciência, de sua proposta de etapa revolucionária* (...) (CORRÊA, 1980, p. 148) é um argumento pouco válido, na medida em que se leve em consideração o fato de o Partido estar direcionado por uma estratégia revolucionária equivocada e de movimentos táticos dos quais saíam frentes de classes que só existiam nas mentes de seus formuladores. Enquanto isso, o proletariado e os trabalhadores em geral, sob a égide dessa direção política, aguardavam “com ansiedade” a presença da burguesia nacional “aliada” para realizar uma “necessária etapa” da revolução brasileira!

2.6 A ESQUERDA FRENTE À DITADURA: ENFRENTAMENTOS

¹¹⁴ Assis Tavares, nome utilizado pelo autor desse artigo, era, na verdade, o codinome do dirigente e ex-deputado comunista Marco Antonio Tavares Coelho.

O golpe de abril de 1964 abriu muitas feridas na esquerda, em geral, e na revolucionária, em particular. A expectativa de um avanço revolucionário, visível até aquela data, foi substituída pela frustração da impotência e completa desorganização das “forças da mudança” diante do inimigo vitorioso. As reações não se fizeram esperar. Apesar das argumentações da direção pecebista sobre o “açodamento revolucionário” da esquerda, o que foi ficando cada vez mais patente, inclusive para parcelas da militância pecebista, dizia respeito à falta de uma política de independência de classe, de organização e de consciência para si da classe operária. E, ainda, uma falta de disposição para a luta, a prioridade para os arranjos de gabinete. Isso, articulado às conquistas da Revolução Cubana, verdadeiro antípoda das políticas do PCB, e à necessidade de se dar uma resposta à ditadura militar recém-implantada, determinou muitos dos encaminhamentos dados pelos revolucionários brasileiros nos anos seguintes à derrota daquele ano.

O novo regime dedicou-se especialmente à tarefa de destruir as possíveis ameaças à sua consolidação. A perseguição às lideranças da esquerda, o ataque aos sindicatos (centenas foram fechados) e aos seus diretores e militantes mais destacados, a feroz repressão aos que se opunham a seu projeto nos quartéis, toda essa “limpeza” em nome do combate à subversão e à corrupção teve efeito fortemente deletério sobre aqueles que, de alguma forma, pretendiam resistir ao golpe. Essa resistência inicial ficou restrita a focos isolados mais ou menos rapidamente sufocados.

Abria-se, assim, caminho para a implantação de um regime que, ao contrário das análises do PCB e dos nacionalistas, não tinha um caráter de

sustentação do atraso “feudal”, mas do avanço do capitalismo associado e dependente, em um processo de “modernização conservadora” de base política autoritária e repressiva, ainda que, de início, com veleidades de manutenção de estruturas formais da democracia burguesa, desde que estas não se antepusessem ao projeto formatado e, então, levado a efeito. Se tal processo necessitava manter sob estrita vigilância, de maneira prioritária, qualquer espécie de movimentação da classe operária (e dos trabalhadores em geral), é bem verdade, também, que, sendo uma construção dos setores monopolistas do capital, estes não poderiam deixar de tomar providências no sentido da melhor atuação desses setores (em especial, do capital imperialista) e da superação da crise econômica que se abatera sobre o Brasil desde o final dos anos de 1950, ainda que isso custasse o apoio de setores aliados quando da tomada do poder. Sendo mais explícito: a crise econômica brasileira¹¹⁵, filha diletta do modelo de desenvolvimento capitalista levado a efeito no governo JK, indício fortíssimo de uma autonomia relativa alcançada pelo capital no país¹¹⁶, não passaria por um

¹¹⁵ Não há como avaliar detidamente essa crise nesta tese. Resumidamente, pode-se dizer que o modelo de desenvolvimento assumido pelo governo JK (Plano de Metas), com a ampliação da importação de bens de capital, via investimentos diretos, e não pela concessão de empréstimos, somado ao crescente processo de elevação de emissões para financiar o aumento do déficit público, iria gerar um misto de crescimento da dívida externa, forte desnacionalização da economia (no caso, o papel da Instrução 113 da SUMOC como indutora dessa desnacionalização e da articulação do capital nacional com o capital imperialista) e elevação dos índices inflacionários. As grandes obras viárias e a construção de Brasília agravariam o caso, que iria funcionar como uma bomba-relógio, pronta a explodir, o que acabou por acontecer na primeira metade dos anos de 1960.

¹¹⁶ Naquele momento, no mundo do capital, não se observava nenhum sintoma de crise econômica geral e não se notavam processos recessivos e de depressão econômica, o que, sem negar a existência de pequenas crises locais nos países centrais do capitalismo, pode ser explicado, centralmente, pela eficácia, naquele momento, de elementos de regulação econômica, típicos do keynesianismo, e da drenagem de riquezas do chamado 3º Mundo. Isso parecia indicar a situação brasileira como uma especificidade, a qual só poderia existir na medida mesma da existência de uma economia subordinada ao imperialismo, mas com alguma dinâmica própria. Essa característica do capitalismo brasileiro, negada pelos arautos do “feudalismo” e do “dualismo estrutural” foi observada, ainda nos anos de 1960, por alguns dos

processo de superação, sob as rédeas da grande burguesia brasileira associada ao imperialismo, sem utilizar os mecanismos ortodoxos à sua disposição: além do óbvio arrocho salarial e de novidades como o fim da estabilidade do trabalhador, a colocação da espiral inflacionária em condições satisfatórias para manter a exploração capitalista sem perda de controle do funcionamento da economia tendo de submeter os setores vinculados à produção e ao comércio à contenção creditícia. Isso acabaria por comprometer gravemente os interesses de um setor de classe que foi fundamental para o sucesso da empreitada golpista de abril de 1964: a pequeno-burguesia, mormente a sua parcela de pequenos proprietários. Estes, no curso da crescente divisão da sociedade brasileira no último lustro anterior a abril de 1964, tinham, em sua maioria, absorvido a campanha anticomunista que, para eles, se apresentava com o mote do confisco da propriedade pelos “representantes do bolchevismo internacional”, que pretendiam colocar o Brasil sob a égide moscovita. O pavor causado pela propaganda dos que preparavam o rompimento com a legalidade levou uma parcela desses pequenos proprietários a participar ativamente, ao lado da “alta sociedade” burguesa, das “marchas com Deus pela família e a liberdade” (sic), realizadas pelo golpismo no Rio de Janeiro e São Paulo como base de apoio para sua ação ilegal de deposição do governo constitucional (BASBAUM, 1977, p. 133-134).

Conquistado o poder político sob o manto dos militares conservadores, o grande capital não vacilou em colocar em destaque, na medida de suas

formuladores das teses da POLOP, em especial Rui Mauro Marini e suas concepções sobre a dialética da dependência e o subimperialismo brasileiro na América Latina. (Textos de Marini podem ser lidos em TRASPADINI e STEDILE (orgs.), 2005, p. 135-260.

necessidades, as suas prioridades, pelas quais não passavam os interesses mais diretos e imediatos das “camadas médias”. O que se viu no Brasil entre os anos de 1965 e 1968 foi um grande processo de destruição de parcelas do pequeno capital por meio de milhares de falências e concordatas¹¹⁷. A perda da propriedade tinha vindo, sim, mas não pelas mãos dos “agentes do comunismo internacional”. Um movimento concentracionista de capitais, talvez jamais visto no país até então, acabava (mais uma vez...) com as ilusões pequeno-burguesas de um Estado forte e protetor de seus interesses e objetivos. O peso que esse processo teria entre setores dessas “camadas médias” não seria de pequena monta. Seriam, em geral, os intelectuais, artistas, funcionários e, principalmente, os filhos dessa camada social “desiludida” (os estudantes) que se colocariam na vanguarda da luta contra a ditadura naqueles anos, tanto mais que a repressão e a conseqüente dispersão e desorganização da vanguarda operária não permitiram a esta classe assumir, então, o protagonismo da luta contra a ditadura.

Os estudantes universitários tinham sido, durante vários anos, uma ponta de lança da vanguarda cultural e política no Brasil pré-golpe. A UNE desenvolvera, através dos Centros Populares de Cultura (CPC), diversas experiências de conscientização de massa por meio do contato direto com essa (o CPC volante), por meio de diferentes formas de atividade artística (teatro, cinema, música etc), projeto que ficou inviabilizado com a implantação da ditadura.¹¹⁸ Porém, essa e outras ações de caráter artístico, ou mais diretamente

¹¹⁷ Ver as medidas adotadas no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), durante o governo do marechal-ditador Humberto Castelo Branco (1964-1967).

¹¹⁸ Sobre a História dos Centros Populares de Cultura da UNE, ver BARCELLOS, 1994 e BERLINCK, 1984.

político, aprofundaram, no meio estudantil, um campo fértil para a arregimentação de quadros para a esquerda revolucionária depois do golpe de 1964.

O ascenso das lutas estudantis e de massas, que tiveram seu auge em 1968, coincidindo com uma verdadeira “onda” revolucionária que varreria diferentes partes do mundo naquele momento, não foi capaz de gerar e reproduzir uma dinâmica de mobilização e conscientização na sociedade que ultrapassasse os limites das reivindicações meramente estudantis e mantivesse/ampliasse as suas bases sociais com um programa de luta antiditatorial.¹¹⁹ Isso permitiu um rápido esvaziamento e isolamento do movimento estudantil, o que contribuiu para que a repressão tivesse suas mãos mais livres para atuar sobre suas lideranças. O processo de fechamento ainda maior do regime a partir do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, funcionou como uma senha para diversos grupos que ainda atuavam dentro da legalidade. O estreitamento radical desses espaços abriu caminhos definitivos com destino às opções armadas para muitos daqueles que, até ali, tinham dúvidas sobre o que fazer.¹²⁰

Para se conhecer como amplas parcelas da esquerda revolucionária, com forte passagem pelo movimento estudantil, fizeram essa opção pelas armas, é

¹¹⁹ * Uma crítica à postura do movimento estudantil e sua liderança de esquerda naquela conjuntura foi realizada por WEIDER, in *Jornal do Brasil*, 1º/5/1998, p. 7. Sobre a proliferação de movimentos estudantis e revolucionários em 1968, ver COHN-BENDIT et alli, 1968; HOBBSAWM, 2003 e GARCIA e VIEIRA (orgs.), 1999. Para o Brasil, além desse último, DIRCEU e PALMEIRA, 1998. Ainda em relação ao movimento estudantil brasileiro, ver POERNER, 2004; FORACCHI, 1977; VENTURA, 2006; TEIXEIRA, 2007 e ARAÚJO, 2007.

¹²⁰ Sobre essa “passagem” da luta legal para a clandestina, ver, por exemplo, SIRKIS, 1980.

necessário resgatar a sua trajetória, seus projetos e encaminhamentos a partir do golpe de 1964.

Essa esquerda, que já passava por um processo de discussão sobre os rumos do Brasil desde os idos da crise do stalinismo, a partir de 1956, teve muitos motivos para aprofundar esse debate com a implantação do novo regime e seus desdobramentos. E o embate não se daria fora do quadro já esboçado até então.

O partido de Prestes, desde a constatação da vitória dos militares conservadores, manteve intocada a postura de defesa de uma frente ampla na qual estariam inseridos os setores da burguesia que não aceitavam o estado de coisas recém implantado. A questão do poder sofreria, então, um deslocamento da centralidade nacional, que não era, entretanto, abandonada, dada a participação dos interesses imperialistas no golpe e no novo governo, para a democrática. É interessante acompanhar o raciocínio de um dos principais analistas das opções da esquerda daquele período:

O golpe de 1964 trouxe de volta a discussão de 1958, em duas partes: uma, vencedora em linhas gerais no VI Congresso (1967), recuperava o argumento democrático, mantidas as ambigüidades de sempre frente à questão nacional; outra, donde sairá a dissidência que vai deflagrar a luta armada contra o novo regime, desenvolve uma perspectiva que, malgrado a intenção, se avizinha do Manifesto de Agosto. O debate se abre, e nisso já se define, tendo como objeto as causas da derrota da frente única nacionalista. A autocrítica do VI Congresso investe forte na denúncia da raiz golpista do PCB, admitindo, porém, uma vacilação no diagnóstico ao associar o sucesso da intervenção militar a razões de superfície, como erro de cálculo na avaliação da correlação das forças sociais e políticas em jogo. (...) A ênfase na denúncia do golpismo embutia a tese de que a gênese de 1964 deveria ser procurada no abandono da defesa da legalidade por parte dos comunistas, (...) O erro determinante estaria, então, em não ter convocado “as massas à luta contra a ameaça de um golpe de direita”, optando-se de forma equivocada, como na nota da Comissão Executiva de 27 de

março de 1964, pela exigência de formação imediata de um governo que “pusesse termo à política de negociação”.

Polêmica que se concretizava na concepção da natureza da frente única nacionalista (...). No limite, praticar a política do movimento nacionalista à base da denúncia do caráter de classe conciliador da burguesia nacional, suportando-a num bloco histórico operário-camponês, como queria a ala esquerda do Comitê Central, importava em assumir substancialmente a proposta do Manifesto de Agosto. (VIANNA, 1988, p. 177-178)

A longa citação tem cabimento. A “nova” política que o PCB iria assumir após o golpe criticava qualquer visão que apresentasse a linha política do Partido antes de 1964 como recuada. Vianna, em defesa parcial dessas teses, apontava como seu antípoda o Manifesto de Agosto de 1950, que virou, dentro do Partido, depois de 1958, puramente, como a ANL, um exemplo de radicalismo sem base na realidade. Aos argumentos sobre as “ilusões democráticas” ou sobre o papel da burguesia nacional na época, a resposta é o estigma do militarismo. O golpe, segundo o VI Congresso (e Vianna corrobora essa análise) não era inevitável. Foi fruto de erros da esquerda, que permitiu que a legalidade fosse usada como argumento dos golpistas para enganar boa parte da população e fazê-la apoiar o golpe (IDEM, p. 179). Qual seria o argumento se o golpe viesse independente das manifestações, como o dado por Dutra contra o PCB e o movimento popular em 1947/48? E que palavras o Partido (e Vianna) dirigiu aos mesmos dirigentes do PCB, como Prestes, que apostaram todas as suas fichas na legalidade e descreiam da força da reação, afirmando, às vésperas do movimento militar que se os golpistas colocassem as cabeças de fora as teriam cortadas (MORAES, 1989, p. 194)? Aliás, a citação de Vianna sobre a declaração do PCB a 27 de março de 1964 tem que ser contextualizada. A proposta de um governo “que pusesse fim à política de

negociações” formulada pela direção do Partido era uma maneira de pressionar Goulart a “assumir um lado”, “sair de cima do muro” e se apoiar nos setores que se propunham a combater a direita golpista. Não era, sob nenhuma hipótese, uma proposta “radical”, “revolucionária”, ou “militarista” do tipo da ANL ou do Manifesto de Agosto. Simplesmente refletia, dentro da ótica pecebista, o aguçamento das contradições políticas e sociais daquela hora e oferecia uma saída para Goulart, opção que este viria a assumir, de forma parcial e atabalhoada, nos dias seguintes, últimos de seu governo (a ida à manifestação dos marinheiros no Automóvel Clube). O discurso de Vianna (e do Partido em 1967) é tendencioso, pois utiliza da conjuntura e dos fatos aquilo que serve para suas argumentações, abandonando o resto por não servir ao seu modelo de análise. A opção de Vianna pela convocação da população, nos dias que antecederam a mobilização golpista, em defesa da legalidade, tem relação com o ocorrido na Campanha da Legalidade, em 1961. Porém, seria má fé não reconhecer, como o fazem todos os cientistas sociais e historiadores sérios, que um dos pilares fundamentais do sucesso da Campanha foi a falta de unidade militar e a atuação do III Exército contra os golpistas de então. Omitir isso é afiançar que, naquele momento, o movimento popular pudesse resistir sem armas, simplesmente por seu pendor legalista... A correta crítica a um militarismo sem base popular, de viés pecebista em 1935 (no caso de 1950 o apelo às armas é mais retórico e patético), não pode mascarar sua face inversa, tão enganosa quanto prejudicial, o abandono da luta e o desarme político-ideológico da classe operária e dos trabalhadores. Um influente dirigente pecebista de então afirmaria posteriormente:

A esquerda brasileira de inspiração marxista só não pegou em armas quando as condições históricas determinavam que o fizesse. No começo de 1964, avançava impetuosamente o maior movimento de massas da história nacional e o país já se achava no redemoinho de uma crise institucional. (...) As diversas correntes de esquerda, marxista e não-marxista, souberam tomar a frente do movimento de massas, formular suas reivindicações, fazê-lo crescer. (...) mas o (seu) erro fundamental consistiu em não se prepararem a si mesmas, nem aos movimentos de massas organizados, para o combate armado contra o bloco de forças conservadoras e pró-imperialistas. (GORENDER, *apud* VIANNA, 1988, p. 178-179, grifo nosso)

Em relação a esse comentário, Vianna afirma que Gorender, nele, *rançosamente ainda evoca o revolucionarismo oco dos anos 50* (IDEM, p. 178), sem levar em consideração, exatamente, a crítica de Gorender existente nas palavras grifadas. Má vontade?

A crítica tendeu a ser dominante nos foros da esquerda revolucionária no pós-1964. Um sem número de diferentes exames da conjuntura da época, fortemente informados pela derrota “passiva” do movimento popular e sob a influência do sucesso crescente da Revolução Cubana em resistir às ações imperialistas (sem esquecer o peso da mística revolucionária de Ernesto “Che” Guevara) ou da radicalização revolucionária na China, iria apontar, gradativamente, a opção das armas como solução da crise brasileira. Essa opção não era uma novidade quando da vitória da direita. Militantes das Ligas Camponesas já faziam treinamento militar em Goiás durante o governo Goulart (SALES, 2007, p. 42/54). Não há, porém, dúvidas de que foi só após o golpe que maiores parcelas da esquerda (aí incluindo militares nacionalistas) abraçaram a hipótese da ação armada imediata.¹²¹

¹²¹ Sobre os primeiros movimentos de luta armada nesta época há extensa bibliografia, como, por exemplo, COSTA, 2007; KUPERMAN, 1992; BOITEUX, 1998 e GORENDER, 1987.

O questionamento à passividade do PCB em 1964 teve viéses internos e externos. Internamente, a discussão dos caminhos do Partido que levaram às deliberações do VI Congresso gerou inúmeras dissensões, que repercutiram em seu interior mesmo antes da realização daquele evento. Desses conflitos resultaram inúmeros fracionamentos no PCB e o surgimento de diversos agrupamentos que apresentavam proposições variadas para o desenrolar da revolução brasileira. A sua origem comum foi a Corrente Revolucionária, composta de dirigentes como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e Carlos Marighella, todos críticos das posições do PCB naquele momento, mas que não conseguiram montar, posteriormente à sua saída do Partido, uma organização unitária dos dissidentes.

Não é aqui possível enumerar todas as questões que envolvem os posicionamentos das diversas organizações surgidas dessas discussões. Pode-se, porém, apontar algumas questões relevantes.

O mais numeroso e destacado dos grupos surgidos de dissidências do PCB foi a Ação Libertadora Nacional, cuja principal liderança foi o antigo dirigente pecebista Carlos Marighella, rompido com a direção do Partido em 1966, que, no mesmo ano, participara em Cuba da reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)¹²², que buscou definir as metas do

¹²² A Revolução Cubana ampliaria sua influência nos movimentos revolucionários da América Latina a partir daí. A idéia de formação dos “focos” guerrilheiros no campo, disseminada com a publicação do livro de Régis Debray, *Revolução na Revolução*, seria decisiva para diversas das organizações guerrilheiras no Brasil. (...) *Contrárias às tradições dos militantes brasileiros, tais posições, particularmente enquanto foi forte o movimento de massas, teriam ficado isoladas, restritas a pequenos grupos. Pouco a pouco, e em que pese seu simplismo e sua evidente inadequação, iriam difundir-se e conquistar adeptos. E isso porque pareciam trazer respostas aos sentimentos profundos da militância: a frustração pela derrota de 1964 (...); nihilismo político, (...); o romantismo revolucionário; afora as dificuldades da ação política na*

processo revolucionário no subcontinente, sendo, por isso, expulso do PCB. O nome da organização já carregava dois elementos simbólicos: a semelhança do nome e da sigla com a organização de 1935 (e, certamente, a ação armada que pretendeu levar a efeito) e, ainda no nome, a Ação. Determinante em suas críticas à direção pecebista, com muito mais peso do que a política de alianças do Partido, que privilegiava a burguesia, ou ao desprezo prático à questão agrária, aparecia a questão da luta.

O que observei no órgão dirigente do PCB é que não está destinado a afrontar a luta e sim a fazer declarações políticas. Sua concepção de direção é burocrática e não corresponde à época atual da América Latina e do mundo (...) As proposições, o método e a maneira de ser da comissão executiva, tudo, a situam em uma época superada, ou seja, na época das revoluções liberais. (MARIGHELLA, 1967)

Saídas também da matriz pecebista, havia ainda as diversas dissidências (DI), oriundas das discordâncias surgidas no processo que levaria ao VI Congresso. Apesar da sua importância, pelo peso na militância em importantes estados como o Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Guanabara, a falta de articulação entre elas levou-as à dispersão. Apesar disso, a Dissidência da Guanabara (DI-GB) apresentou intensa atuação e liderança no movimento estudantil entre 1966 e 1968, tendo, principalmente após a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, voltado suas bases para a organização da luta armada, formando o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Outro fracionamento no PCB, liderado por Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, foi denominado de Partido Comunista Brasileiro

clandestinidade, com os movimentos sociais de todo paralisados (CARVALHO, 1997, p. 199).

Revolucionário (PCBR). Ainda aí se destaca o tipo de preocupação que dominava seus militantes: a criação de um novo Partido, mas com o acréscimo do que faltava ao que era, então, abandonado: a decisão de “ir em frente” com um processo verdadeiramente revolucionário, o que tinha sido deixado de lado pelos prestistas. Procurou-se combinar em suas formulações políticas o trabalho de massas com a luta armada, que, na verdade, se tornara uma exigência de boa parte da militância (e das direções) das organizações revolucionárias naquela conjuntura.¹²³

O PC do B, que iria assumir ainda em 1962 uma vinculação direta com a China, na época já em conflito com a direção política da União Soviética, lançar-se-ia, logo após o golpe, na articulação de um movimento armado nos moldes da Revolução Chinesa, a Guerra Popular Prolongada.¹²⁴ Apesar das defecções sofridas em 1966 (das quais surgiriam o Partido Comunista Revolucionário - PCR -, com bases no interior do Nordeste, e o Partido Comunista do Brasil/Ala Vermelha, com militantes em diferentes estados do país), o Partido deslocou quadros para a Amazônia no sentido de se integrar à população, visando à preparação de um levante popular e à construção de uma base de apoio, futura “área libertada”, segundo os moldes chineses. Receberia, por outro lado, a adesão de boa parte da Ação Popular, então já transformada em Marxista-Leninista (APML), que havia assumido a “linha maoísta”.

Para o sucesso da guerra popular é vital a construção de bases de apoio no campo. Essas bases têm caráter estratégico e sem elas é impossível desenvolver a guerra de guerrilhas e construir

¹²³ Para uma História do surgimento da ALN e do PCBR, ver CARVALHO, 1977, p.197-207. E para o conjunto da esquerda revolucionária da época, ver RIDENTI, 1993; GORENDER, 1987; SILVA, s. d. e GARCIA, 1979-1980.

¹²⁴ Sobre o assunto, ver PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1974b.

um poderoso exército popular. Com o fortalecimento e expansão das bases de apoio, as forças armadas do povo irão estendendo o cerco ao inimigo até o seu aniquilamento total. (PC DO B, 1974b, p.129)¹²⁵.

A direção da ORM, mais conhecida naquele momento pela sigla POLOP (advinda de seu jornal Política Operária), apesar de ter tido um papel de destaque na denúncia do reformismo do PCB, antes e depois do golpe, e de apontar para um processo de luta voltado à conquista do socialismo, não estaria livre dos questionamentos surgidos quando da formulação das alternativas para a revolução brasileira naquela conjuntura. Em setembro de 1967, em seu IV Congresso, a organização aprovava o Programa Socialista para o Brasil, documento que fazia a análise da situação do mundo apontando o crescimento do “mundo socialista”, sem abrir mão de apresentar problemas que, na ótica de seus autores, retardavam o caminho para o socialismo (a ação do imperialismo, a burocratização do Estado soviético etc). Saudava a Revolução Cubana por quebrar o monopólio do domínio dos Estados Unidos, libertar-se de todo e qualquer imperialismo e mostrar que isso só se consegue pela revolução socialista. Sobre o Brasil, demonstrava que o crescimento da burguesia industrial não se deu à custa do latifúndio, que esta burguesia desenvolveu o capitalismo no Brasil através de uma “integração antagônica” com o imperialismo, o que *criou as condições para que a luta anti-imperialista no Brasil só possa ser também uma luta anti-capitalista. E criou também o proletariado concentrado e numeroso a quem cabe comandar esta luta* (ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA POLÍTICA OPERÁRIA, 1967, p. 17). O caráter da revolução seria, portanto, socialista; socialismo e

¹²⁵ Sobre a experiência de guerra popular do PC do B, ver, por exemplo, CABRAL, 1993 e PC do B, 1996.

revolução seriam inseparáveis e tornar-se-ia necessária, no caminho do socialismo, a construção de um governo dos trabalhadores a partir da luta de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo. Seu programa teria características anti-imperialistas, antilatifundiárias, anticapitalistas e democrático-revolucionárias para os trabalhadores (congresso eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo, como base política do novo regime). Apontava a necessidade de criação de um partido que se ocupasse da direção dessa luta e, para levar adiante essa construção, indicando a formação de uma frente de esquerda revolucionária como caminho preparatório para se alcançar aquele objetivo.

O Programa, porém, não escapou de uma das questões mais candentes da época. Mesmo em seu final e sem destaque, acabou por “render homenagem” à luta armada como forma de luta imediata. Isso refletia a pressão de setores do interior da POLOP que exigiam uma “ação revolucionária” contra a ditadura. Antes mesmo do congresso de fundação do Partido Operário Comunista (POC), fusão da POLOP com a DI do Rio Grande do Sul, ocorreria um “racha” com o posterior surgimento do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Curioso notar que, tanto quanto as organizações armadas surgidas do PCB, as oriundas da POLOP mantiveram as orientações políticas estratégicas da sua matriz, adaptando-as, na medida do possível, ao projeto guerrilheiro.¹²⁶ E, como explicita Marcelo Badaró de Mattos, (...) *se a POLOP não resistiu, como organização, aos debates radicalizados da agitada conjuntura posterior ao golpe de 1964, muitos dos elementos centrais*

¹²⁶ RIDENTI, 1993, p. 33.

de suas análises e propostas persistiram, influenciando os debates posteriores (2002, p. 208).

A ditadura, ao contrário do que previam as organizações guerrilheiras, foi capaz de sobreviver ao impacto inicial de suas ações armadas. Mais que isso: conseguiu se organizar e articular as ações de seus organismos de informação, que contavam com o apoio e sustentação das mais altas autoridades do país, evitando a superposição e a dispersão de esforços na luta contra a guerrilha, ao contrário do que ocorria com esta. A repressão realizada pela ditadura, prendendo, torturando e matando sistematicamente seus adversários políticos, deixou um rastro de destruição na esquerda revolucionária sem precedentes na nossa História. Mesmo as organizações revolucionárias que não se envolveram diretamente com a luta armada (como no caso do PCB, dos trotskistas e de parte da POLOP e da AP) passaram pela mesma experiência. Antes do final do primeiro lustro dos anos de 1970, a esquerda armada estava desbaratada. O pouco que restava tinha se deslocado para o exterior ou representava quadros dispersos e desarticulados. A esquerda revolucionária pagava um alto preço por sua ousadia e seus enganos.¹²⁷

Um sobrevivente dos porões da ditadura ainda reagiria, anos depois, às críticas “fáceis” à opção guerrilheira:

(...) ninguém, até hoje, no processo revolucionário brasileiro tem condições de se arrogar o porta-voz da verdade, da

¹²⁷ Há, hoje, uma extensa bibliografia sobre o assunto. Limitar-se-á aqui o autor a indicar algumas dessas obras: sobre as organizações ligadas à luta armada pode-se destacar SILVA, s/data; REIS FILHO, 1989; RIDENTI, 1993; MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO, 1987 e GORENDER, 1987. Sobre a organização e ação repressivas, ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1986; GASPARI, 2002a e 2002b. As memórias de presos políticos sobre suas ações políticas e a repressão sofrida nessa época estão, por exemplo, em DIAS (seleção), 1979; CASO, s. d.; PERRIN, 1979; FREIRE, ALMADA e PONCE (orgs.)1997 e LUNGARETTI, 2005.

concepção correta. A experiência da gente sossobrou (sic), tá? Deu errado, a gente viu que partidos organizados com outra concepção caíram da mesma forma. Quer dizer, é muito perigoso esse negócio de “os saldos e rescaldos da experiência militarista” com a visão de que existe uma outra alternativa, que existia na época da gente e que hoje a gente tem condições de capitalizar essa derrota, entendeu? Não tem, não... (...) (ALVERGA, *in* DIAS (seleção), p. 12)

Capítulo 3

O movimento popular: da crise da ditadura à “Nova República”

3.1 OS ESTERTORES DA EMPRESA DITATORIAL BURGUESA

A segunda metade dos anos de 1970, no Brasil, apresentava, ainda, os mesmos elementos típicos do lustro anterior. A ação dos organismos de

repressão do regime mantinha-se relativamente livre, assim como o seu financiamento por setores empresariais, garantindo a existência dessa matéria-prima de um terrorismo de Estado do período imediatamente posterior à edição do AI-5 (COIMBRA, 1995, p. 19-22). Este aparato repressivo, que empreendera, por meio de ameaças, torturas e mortes um forte cerco repressivo que dizimara os diferentes grupos armados de oposição ainda representava uma considerável ameaça aos que pretendiam questionar a força do regime. Os sobreviventes dessa razia buscaram em geral na clandestinidade e no exílio as suas últimas chances de sobrevivência. E, mesmo aí, em diversas ocasiões, foram alcançados pelos tentáculos supranacionais dos aparelhos repressivos das ditaduras sul-americanas, sempre com o beneplácito do governo estadunidense.

Apesar disso, já se notava naquela época um quadro no qual alguns aspectos de decadência do modelo de poder político ditatorial baseado no binômio segurança e desenvolvimento já se manifestavam claramente. O quase absoluto silêncio existente no início da década começava a ser quebrado, aqui e ali, por ações de organizações, em geral clandestinas, em tentativas de ruptura frente ao cerco ditatorial e de personalidades ou setores organizados da sociedade que buscavam denunciar os atos repressivos e defender os atingidos por eles, inclusive com denúncias dentro e fora do país. Não foi pequeno o papel cumprido por eles, como não era pequeno o risco que corriam e que acabou por vitimar, de alguma forma, esses críticos da ditadura.

Havia, entretanto, no Brasil, alguns elementos incomuns àquela realidade de diversos de nossos vizinhos. Em uma época em que regimes “irmãos” na América Latina, em especial no Cone Sul, pareciam dar mostras de

maior vitalidade, no Brasil os odores de putrefação de suas formas de dominação começavam a se tornar sensíveis.

A aposta realizada pelo regime militar em um modelo dependente da captação de capitais internacionais para a realização de grandes projetos que a burguesia nacional não estava capacitada a tocar por si só, em uma conjuntura extremamente favorável de sobras de recursos externos e juros baixos, tornou-se desastrosa quando o espectro da crise econômica começou a delinear-se no mundo capitalista. O esgotamento do padrão monetário de conversibilidade baseado no dólar estabelecido em Bretton Woods e a brusca subida do preço do petróleo a partir dos conflitos no Oriente Médio foram aspectos visíveis do fim das “três décadas gloriosas” do capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945). A crise petrolífera e a brusca subida dos juros internacionais apanharam de surpresa um poder que apostara na estabilidade internacional, captando empréstimos a taxas de juros flutuantes, o que lhe valeu, em pouco tempo, uma assombrosa dívida externa e um serviço da dívida somente honrado com a assunção de novas e custosas tomadas de dinheiro (SINGER, 1977). Sem obliterar o fato de que muitos dos empreendimentos tocados com os valores arrecadados no exterior fracassaram (Ferrovia do Aço, Transamazônica, etc), tornando-se verdadeiros sorvedores inúteis de precioso numerário e material de grande valia para os adversários do regime.

Acuados diante dos inesperados problemas, os arautos do poder discricionário foram obrigados a recuar de sua propaganda grandiloquente de “grande potência do ano 2000”. O modelo econômico concentrador de renda com arrocho salarial da classe trabalhadora gerara julgamento negativo de amplos setores sociais desde sua implantação. Porém, com o crescimento

econômico ocorrido nos (poucos) anos do “milagre”, as camadas médias, inicialmente afetadas pelas medidas ortodoxas radicais de implantação do novo desenho da economia brasileira pós-1964, obtiveram um decisivo, apesar de curto, alívio para suas agruras. Possibilidades relativas de ascensão social através dos novos cargos surgidos com a abertura de novos empreendimentos calaram, parcialmente, as críticas à ausência de liberdades.

A obstrução dos caminhos seguidos pela tecno-burocracia a serviço dos generais-presidentes, quando da aparição do fantasma da crise capitalista, afetou diretamente as esperanças de futuro dessas camadas médias. Ilusões à parte, explicitaram-se novas opções que passavam, necessariamente, pela crítica ao regime. Nas eleições parlamentares de 1974, o desaguadouro do descontentamento seria o MDB, ao contrário de quatro anos antes, quando de uma enxurrada de votos nulos e brancos (ALVES, p. 187-189).¹²⁸

O novo general-presidente, Ernesto Geisel, sensível à conjuntura e cômico dos riscos sob os quais o regime se encontrava, procurou apresentar-se à sociedade como fiel depositário de uma distensão política, uma diástole (como era também apresentada à época) na qual abria mão de alguns anéis para conservar o que havia de essencial, atravessando o período de adversidade sem correr o risco de maiores estremecimentos e perda de controle. Na tentativa de convencer parcelas da sociedade de seus intentos “democratizantes”, Geisel operou com a queda de intensidade da censura à imprensa e afastou comandantes militares que não se submeteram à sua batuta. Ao mesmo tempo, não teve pejo de cassar mandatos, fechar o Congresso Nacional, estabelecendo

¹²⁸ Esses, aliás, não desapareceram em 1974. Houve, isto sim, uma maior incidência de votos, então, para o partido de oposição legal.

legislação casuística garantidora de uma fraudada maioria governamental nas eleições de 1978 e permitindo a continuidade da ação dos torcionários, ainda que com algumas limitações (GASPARI, 2004).¹²⁹

As dificuldades mostradas pelo governo Geisel estavam, então, articuladas com uma crescente reorganização dos movimentos sociais. Havia aversão, por parte de parcelas da população, à repressão política continuada, à falta de liberdades e às políticas econômicas responsabilizadas pela crise econômica que se agigantava. Foi nesse momento (principalmente a partir de 1976) que os estudantes, superando os temores advindos da legislação repressiva (Decreto nº 477, que punia, inclusive com expulsão das Universidades, estudantes envolvidos em atividades políticas), iniciaram um processo de reativação de suas entidades, baseados em plataformas de luta contra a ditadura, reivindicando anistia e melhores condições para a Educação. A prisão de alguns deles, às vésperas do 1º de maio de 1977, deflagrou em diversas regiões do país uma série de manifestações combinando críticas ao regime e a demanda pela criação e/ou fortalecimento de diretórios e outras formas de organização. Apesar de a resposta oficial ter sido o recrudescimento da ação dos agentes do regime, ocorreu um processo ascendente de lutas do movimento estudantil, ponta de lança, por pouco tempo, da luta antiditatorial.

3.2 A AÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS

¹²⁹ As relativas limitações à ação dos torturadores e afins ocorrem após os episódios das mortes de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI-CODI de São Paulo. A respeito desses acontecimentos, ver ALMEIDA FILHO, 1978.

O Movimento Democrático Brasileiro (MDB)¹³⁰, surgido como enjeitado do poder, foi formado, essencialmente, por críticos liberais-burgueses da ditadura, sobreviventes da sanha persecutória que se abateu por sobre um grande número de políticos e parlamentares com um oposicionismo de baixa intensidade, vício de origem que acompanhou toda a história emedebista. E, apesar do fato de existir nele uma parcela, sempre minoritária, muitas vezes ligada a organizações clandestinas de oposição, que assumiu de forma desassombrada a denúncia dos governos militares, com todos os riscos que tais posições poderiam trazer (e, em muitos casos, realmente causaram), foi inegável o uso político interno e externo realizado pelos governantes da existência de um partido de oposição legal dentro de um quadro de “democracia possível”. Para isso, esforçava-se, ainda, a parcela majoritária do MDB, edulcoradora de críticas e, sempre que possível, aproveitando-se das parcelas de poder permitidas pelos militares. O caso do governo do Estado da Guanabara e, depois da fusão com o antigo Rio de Janeiro, assumindo nome deste último, foi dos mais marcantes. Único caso de governo de partido oposicionista, esta característica jamais foi levada à prática nas gestões adesistas de Chagas Freitas. Ao contrário, este, sempre que possível, buscava as boas graças de Brasília afastando quaisquer possibilidades de ver seu nome associado aos que, no MDB, exigiam posturas mais críticas de sua parte.

Seria leviano negar o papel cumprido por setores liberal-burgueses na crítica à ditadura, principalmente quando os seus fundamentos econômicos começaram a arruinar-se, na sequência das crises iniciadas na primeira metade

¹³⁰ É notável o fato de a legislação partidária pós-1966 ter proibido a menção a Partido no nome das agremiações políticas surgidas à época.

dos anos de 1970. Pressionados pelos aguerridos parlamentares do grupo autodenominado “autêntico”, esses setores viram, então, a possibilidade de construir uma trajetória política que, apesar dos evidentes perigos existentes, colocava-os em posição de destaque em uma eventual crise terminal do regime. Apareceriam como uma saída alternativa para setores da classe dominante, sempre temerosos quanto a rompimentos radicais que colocassem em risco a manutenção e reprodução de seus ganhos e interesses, assim como para outras camadas da sociedade que poderiam vê-los como os “campeões” da luta pelas liberdades. Isto acabaria por tornar palatável para amplas parcelas da população um projeto liberal-burguês democrático de algum alcance institucional, mas que deixava na penumbra aspectos marcantes da exploração econômica sofrida pela classe trabalhadora durante todo o período ditatorial (sem falar das perdas anteriores)¹³¹. Neste sentido, garantiria a transição para uma democracia burguesa, com o apoio popular, sem a turbulência de “destampo” de futuro imprevisível, no qual a classe trabalhadora pudesse colocar objetivos muito mais para além das “liberdades democráticas”.

No campo político estruturado às margens do espectro partidário legal, os reveses alcançados pelos agrupamentos de esquerda na tentativa de disputa do poder por meio da luta armada alcançaram o conjunto daqueles que, na clandestinidade, experimentavam alternativas revolucionárias à situação vigente.

¹³¹ É importante explicitar aqui a luta de setores da esquerda do MDB, e até de personalidades do campo liberal-burguês que enfatizavam preocupações com a situação dos trabalhadores. O que se trata aqui é de destacar as preocupações centrais colocadas pelo Partido no seu cotidiano oposicionista, no qual as questões institucionais tinham evidente destaque.

Os Partidos Comunistas da tradição do Komintern tiveram trajetórias diferenciadas: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) manteve a tradição etapista de revolução de corte stalinista, diferenciando-se de seu “irmão de sangue”, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), por uma visão “gradualista radical”, de luta armada, apostando suas fichas no modelo maoísta de construção no campo da Guerra Popular Prolongada, no intuito de, nos confins do Brasil, ganhar populações locais e gerar um território liberado, de onde partiria, em condições favoráveis, o ataque a um poder localizado nos meios urbanos. A descoberta de seus planos levou milhares de militares à selva, na perseguição a um punhado de lutadores. A sanha dos ditadores e seus asseclas resultou na destruição daquela experiência e no assassinato de diversos guerrilheiros cujos corpos até hoje não foram encontrados. Já em meados dos anos de 1970, a experiência camponesa do PCdoB sofria um processo de discussão interna quando uma reunião de sua direção nacional, em São Paulo, foi denunciada aos agentes da repressão que, sem apelação, eliminaram líderes históricos daquela organização. A partir dali, o debate sobre a guerrilha e os rumos do Partido, então bastante enfraquecido, assumiram o centro das preocupações. Apesar dessas limitações, em alguns setores da luta social, como no movimento estudantil, o PCdoB demonstraria sua força quando da crise do regime militar.¹³²

O PCB, fiel à sua linha de frente ampla no combate à ditadura e não adesão à luta armada sofreu, ainda assim, diversas sangrias, como as que padeceram as organizações guerrilheiras que acabaram destruídas no período mais selvagem da repressão aos grupos de esquerda no Brasil, nos primeiros

¹³² Para uma análise crítica da trajetória do PCdoB, ver LEVY, 1980.

anos da década de 70. Mesmo aprofundando suas proposições frentistas ¹³³, o PCB foi alvo da fúria dos detentores do poder, com o assassinato de diversas de suas lideranças (o que obrigou seu Comitê Central a deixar o país) e destruição de sua imprensa. Apesar disso, o Partido estaria ativo quando do ascenso das lutas de massa, ao final da década.

As organizações trotskistas existentes no pós-64, todas oriundas do Partido Operário Revolucionário (POR), este já na época em franca decadência, tendo escapado da “tentação armada” do final dos anos 60, defendiam uma presença constante nas lutas das camadas populares, levando propostas de um programa democrático em geral com vistas a sua articulação com o Programa de Transição formulado por Trotsky e centravam seu discurso na convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Tanto a Organização Socialista Internacional (OSI) quanto a Liga Operária (LO) não escaparam dos golpes desferidos pelo órgão de repressão. A LO, quando diligenciou em construir uma alternativa legal massiva de oposição mais radical ao regime em 1978, a Convergência Socialista (CS), apostando na incapacidade de reação dos militares em uma conjuntura de crise, teve seus quadros dirigentes encarcerados e o projeto da CS reduzido, a partir de então, aos quadros da própria Liga.

No campo da chamada Nova Esquerda, composta por organizações surgidas em períodos de profundas turbulências da esquerda tradicional, em seu seio ou fora dele, os anos 70 serviram como prova de fogo para sua

¹³³ É de 1973 seu documento denominado “Por uma Frente Patriótica contra o Fascismo”, no qual o PCB propunha a articulação de todos os que apresentavam qualquer tipo de discordância ou contradição com a situação vigente sob a égide do partido legal de oposição, o MDB (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1980).

capacidade de resistir aos ataques repressivos enquanto envidavam esforços para levar adiante suas diferentes teses.

O MR-8 e a AP, após um período de inserção total ou parcial de seus membros em atividades de guerrilha (no caso do primeiro) e de quase extinção (no caso da segunda), reorganizaram suas estruturas oscilando entre a construção de um campo revolucionário com ideário próprio, sem concessões ao projeto liberal burguês, e a adesão às propostas da esquerda tradicional de atrelamento ao MDB. A tendência histórica, sobretudo do “8”, como era conhecida a organização, foi de optar pela segunda alternativa, aprofundando-a. Assumiria então, ao final da década de 1970, um papel de verdadeiro cão de guarda emedebista, utilizando as páginas do periódico Hora do Povo e militantes, muitas vezes armados, para agredir adversários do campo da esquerda que não aceitavam submeter-se à sua “cartilha”.¹³⁴

A Organização de Combate Marxista Leninista Política Operária (OCML-PO) e o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP)¹³⁵ assumiram, na mesma época, uma vertente diversa em seu fazer político. Críticas radicais da ditadura, como todas as demais, estas organizações não aceitavam a diluição de um projeto socialista, mesmo nas mais difíceis condições para levá-lo adiante, em troca do guarda-chuva liberal democrático do MDB, no qual o empreendimento revolucionário teria, necessariamente, que ser arquivado.

Apesar dessa proximidade programática, OCML-PO e MEP acumulavam diferenças não de pequena monta. A primeira sofrera no início dos anos 70 um

¹³⁴Em relação às posições e posturas defendidas pelo MR-8 e seu jornal, ver GENRO FILHO, ROLIM e WEIGERT, 1981.

¹³⁵ Algumas referências em relação à trajetória dessas organizações podem ser encontradas nos textos de MEYER (p. 270-274) e STOTZ (p. 285-286), *in* CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER, 2009.

forte ataque repressivo com prisões e torturas de militantes e uma evasão de quadros não recuperada posteriormente. Até porque sua linha tática partia da recusa a qualquer luta política, dada a hegemonia burguesa (MDB) neste campo. Vista deste ponto, a luta direta contra o regime levava água para o moinho liberal democrático. Daí sua insistência, em afastar, em suas análises sobre as lutas de resistência realizadas naquele período (estudantis, operárias etc), quaisquer objetivos que não fossem estritamente específicos. Tal doutrinário não permitiu à PO acompanhar o ascenso do movimento popular, o que a levou ao definhamento, seja em relação à sua militância ou à influência política de que ainda desfrutava, tornando-a desimportante quando a conjuntura cobrava uma ativa presença dos agrupamentos de cariz socialista.

Já o MEP, nascido de um fracionamento da própria PO, lutou durante sua trajetória nos anos de 1970 para afirmar-se como alternativa política ao “democratismo” burguês da esquerda inserida ou próxima ao MDB e à retórica apolítica da PO. Ao analisar o capitalismo no Brasil como já desenvolvido em articulação com o imperialismo, gerando, assim sua dependência aos principais centros do capitalismo internacional, defendia a construção de um processo de caráter socialista, superando, então, a visão etapista de cariz democrático-burguês defendida pelos PCs e pelo MR-8. Para tal, além da derrubada da ditadura e do aparato jurídico-político de Estado, fazia-se necessária a conquista de amplas liberdades políticas para os trabalhadores. O objetivo imediato, na época, era de articular as lutas dos trabalhadores por interesses específicos com as propostas políticas que fortalecessem o movimento, devendo este portar, sempre, o norte socialista. Acabou por conseguir mais sucesso do que a PO, na medida em que, apesar dos ataques repressivos “tardios” que vitimavam

diversos de seus quadros na segunda metade dos 70, conseguiu marcar um terreno de luta que influenciou seu crescimento físico e político nos momentos de decadência do regime militar.

3.3 AS FORÇAS NÃO-PARTIDÁRIAS DE AÇÃO CONTRA A DITADURA

A Igreja Católica, que, no período pré-1964, apresentava já os embriões de um conflito político-ideológico interno que acabou por envolvê-la, exibiu uma cúpula, grosso modo, de perfil conservador, que se alinhava com os setores da elite burguesa contra qualquer mudança substancial na estrutura econômica e social do país. As propostas de “reformas de base” (como a agrária) eram repudiadas pela alta hierarquia da instituição, referidas como instrumento do “comunismo ateu” e que tais. A própria participação desta hierarquia na mobilização de apoio ao golpe militar é uma clara demonstração desse comprometimento.

Por outro lado, desenvolvia-se, desde algum tempo, no interior e nas franjas de suas estruturas, um conjunto de ações que, se não colocavam de início um choque frontal com sua hierarquia, o passar do tempo ocupou-se de explicitar tal conflito. Poder-se-ia tomar como uma das referências dessa situação o crescimento das ações da juventude católica (estudantil, universitária e operária) que sofreram influências de teologias que rompiam, em maior ou menor grau, com o conservadorismo da cúpula católica. A penetração de idéias marxistas ia ajudando a compor um quadro de inconformismo com a situação a

que era submetida boa parte da população brasileira, permitindo a formulação de projetos que superavam as limitações da doutrina social da Igreja.

Importa citar a existência, no mesmo período, de um forte instrumento de penetração nas camadas populares de base católica, mas de perfil progressista: o Movimento de Educação de Base (MEB), que em sua caminhada com vistas à alfabetização e à formação educacional básica de populações marginalizadas, em geral no interior do país, aplicava métodos originais que estimulavam o fim da passividade, a organização e a luta no intuito de conseguir a melhoria de suas condições de vida e trabalho daquelas populações. Não é de estranhar a ocorrência de choques dessa experiência com o setor dominante da Igreja, os latifundiários e demais setores conservadores. Porém, não há dúvida quanto à importância de muitos que participaram dessas experiências nas lutas do campo antes e depois do golpe militar.

Faz-se necessária, aqui, uma menção à ação de uma minoria de religiosos da hierarquia católica, crítica do poder anterior a 1964 que elevaram sua voz nas denúncias às práticas dos golpistas a partir daquela data. A utilização do terrorismo de Estado pelos detentores do poder estimulou as práticas desses religiosos na defesa dos perseguidos, alguns deles também religiosos, que se tinham envolvido no embate contra a opressão política, e que sofriam o mesmo tratamento repressivo dispensado aos demais lutadores. As denúncias tiveram ainda o condão de ampliar, nas altas esferas católicas, o número daqueles que manifestavam o seu descontentamento com a situação existente, acuando, de certa forma, os mais enfáticos defensores do *status quo*.¹³⁶ É notável, aliás, o

¹³⁶ Interessantes relatos sobre a ação de lideranças da Igreja Católica nessa conjuntura podem ser encontrados em GASPARI, 2004.

fato de que, no Brasil, não existiu de forma enfática (a não ser em seus primórdios) nenhum príncipe da Igreja Católica que tenha defendido (ou justificado) atos como torturas e mortes de militantes de esquerda, ou de outros opositoristas, ao contrário do que aconteceu nos países do Cone Sul na mesma época.

A participação de religiosos de outras confissões, cristãs ou não, no processo de denúncia da ditadura, foi marcante pelo protagonismo de algumas de suas individualidades, sendo, porém, limitada em termos quantitativos. O peso do catolicismo teve destaque nessa questão (a influência e reverberação do discurso de um hierarca católico tendia a ser enormemente superior ao de qualquer outro religioso), o que não elimina o fato de, enquanto alguns “arriscavam sua pele”, outros, vários, calavam-se em contido consentimento.

Essas divisões ocorridas no seio da Igreja Católica prosperariam, posteriormente, no processo de decadência da ditadura no Brasil, abrindo espaço para o estabelecimento da chamada Teologia da Libertação, para a disputa dentro dos quadros hierárquicos, entre “progressistas” e “conservadores” e para uma ativa participação de setores católicos na montagem de um novo quadro político e partidário no país.

Assim como inúmeros setores da sociedade brasileira durante o período militar, não é possível destacar a imprensa como um bloco monolítico. Porém, mais do que em muitos países de grande desenvolvimento capitalista, é forçoso afirmar que, no Brasil, neste período estudado, esse setor era controlado, em sua quase totalidade, por um grande empresariado conservador, com forte articulação com governos dos quais dependiam (propaganda institucional) e nos quais exerciam influência como grupo de pressão articulado a outros

agrupamentos empresariais, em geral, monopolizadores de suas áreas de atuação e com fortes vínculos com o capital internacional. Essa imprensa, em suas diferentes versões (televisada, escrita etc), apoiou maciçamente, com poucas exceções, o golpe de 1964, e tirou de seus desdobramentos não poucos benefícios. Decerto é real que, com o desenrolar dos governos militares, a ocorrência de dissensões, pontuais ou mais amplas, chegou a existir. Isso se deu, em especial, com a radicalização do regime, a partir do segundo semestre de 1968, que redundaria na edição do Ato Institucional nº 5 em dezembro daquele ano. A exemplificar, as tensões frente à prática intermitente da censura, os atentados praticados pela chamada “linha dura” militar contra jornais ou a perseguição a jornalistas¹³⁷. Tais fatos geraram descontentamento e protesto, ocasionando estremecimentos entre a cúpula ditatorial e setores mesmo da chamada “grande imprensa”. Porém, nada disso foi capaz de romper com a “aliança férrea” de setores majoritários dessa “grande imprensa” que respaldava o regime e, em muitos casos, seus abusos mais radicais. Nos momentos mais terríveis da ação dos esbirros da ditadura, as versões mais inverossímeis para os assassinatos, torturas e atos realizados com brutal frequência eram absorvidas e amplamente reproduzidas sem qualquer mediação por muitos desses setores. E não se diga que tal fato era fruto das condições do momento. Mesmo aí, diversas personalidades e alguns órgãos de imprensa deram, na medida do possível e

¹³⁷ Como exemplos dessas tensões podem ser citados o atentado ao jornal Correio da Manhã, às vésperas da edição do AI-5. A resposta do jornal veio em editorial denunciando o governo pelo fato: *O Correio da Manhã não se preocupa em denunciar ao país os agentes secundários do terror. Aponta à consciência nacional o responsável direto pelo terrorismo: o presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva* (8 dez. 1968, p. 1). Dias depois, o Estado de São Paulo, também em editorial, questionava a apreensão da edição do dia anterior (14 dez. 1968, p. 1). Muitos anos depois, já nos estertores da ditadura, a Tribuna da Imprensa denunciava, em manchete, o atentado que destruiu as suas instalações: *A ditadura vai acabar. Nós não* (27 mar. 1981, p. 1).

pelos meios viáveis, seu testemunho sobre os horrores dos porões das forças de repressão (na maior parte das vezes, por fora dessa “grande imprensa” que não lhes abria as portas, ao contrário, chegando ao desprazer de repetir ladainhas dos quartéis sobre os “inocentes úteis”, “cripto-comunistas” e afins).¹³⁸

No ensejo da “distensão” comandada pelo ditador Ernesto Geisel, alguns jornais e revistas de grandes empresas de comunicação começaram a testar os limites do regime no campo da censura, registrando, aqui e ali, matérias com denúncias contra aspectos mais perversos das práticas ditatoriais. Porém, ainda ali, muitos deles trabalharam de acordo com as contradições internas nas hostes castrenses, respondendo à pressão da massa de leitores. Esta, sem a existência de uma imprensa diária que aliasse amplitude de cobertura e uma análise menos conservadora, ansiava por uma informação minimamente objetiva sobre os fatos presentes ou de um passado recente, mantidos, até então, quase sempre sob o manto do segredo de Estado. Enquanto isso, os meios televisivo e radiofônico, de alcance e repercussão muito mais amplos em um país de poucos leitores e muita desinformação, mantinham coberturas quase assépticas dos fatos e denúncias comprometedoras do regime que ajudaram a construir e do qual tanto se beneficiaram.

Saltam aos olhos, neste país onde a elite proprietária busca reproduzir valores que eternizam a desigualdade e nos estigmatizam como povo de curta memória, as tentativas frequentes de salvar biografias de chefões dessa mídia, pranteados em sua morte como lídimos “defensores das liberdades”.

¹³⁸ Acerca das tensões entre profissionais da imprensa e os agentes do regime militar, ver KUSHNIR, 2004.

Convém observar, porém, que, quando começava a esvaír-se o poder dos militares e crescia a luta operária, depois de um primeiro momento de surpresa, essa “grande imprensa” voltou-se furiosamente contra as novas lideranças e as mobilizações populares, arremessando sobre elas acusações que, nem de longe, se assemelhavam às feitas ao comportamento dos mais explícitos representantes do império do arbítrio.

Em meio a essa coabitação de interesses entre os grandes potentados da comunicação e os detentores do poder político, caberia registrar a atuação de jornalistas que, diante das maiores adversidades políticas e econômicas, não se curvaram nem se acovardaram. Inúmeras foram as manifestações de inconformismo e desassombro para cumprir, minimamente, sua obrigação profissional em momentos em que tal atitude poderia corresponder a enormes riscos a sua própria vida (GASPARI, 2004, p. 180-182). É da responsabilidade de alguns deles e/ou de outros críticos do arbítrio a existência de editoras cuja produção era um verdadeiro alento aos que buscavam obras críticas em língua portuguesa e o surgimento de uma imprensa escrita alternativa, de variada expressão (satírica, artístico-crítica, político-econômica), que funcionou como instrumento de denúncia, reflexão e informação geral em uma época na qual tal matéria prima era escassa. Jornais que chegaram a ter razoável tiragem e circulação (como Pasquim, Opinião e Movimento) conviveram com órgãos de periodicidade esparsa e limitado alcance, como folhas estudantis, de associações de moradores, de sindicatos e de organizações clandestinas jamais deixaram de aparecer, mesmo sob os conhecidos riscos. E, quanto mais o viço do regime se perdia, novos focos de afirmação e debate vinham à luz, não tendo sido de pouca

monta sua contribuição para o crescimento e consolidação de uma oposição de corte popular, do final dos anos de 1970 em diante.

Outra área que teve relevância no questionamento dos aspectos sensíveis ao sistema de dominação política no Brasil foi a concernente aos movimentos pela anistia. As denúncias das práticas de torturas e assassinatos por parte de presos, familiares e advogados¹³⁹ tenderam a mobilizar crescentes setores, em especial das camadas médias da população. A criação sucessiva de comitês e movimentos defendendo a aplicação da medida forçou os governos militares ao constrangimento de, no mínimo, terem de negar as denúncias. A perda de controle parcial, por parte do governo Geisel, em seu início, das práticas desenvolvidas por organismos de repressão que levaram à morte diversos adversários do regime (incluídos na lista de “desaparecidos” ou “suicidados” por ele) estimulou uma resistência tenaz pela apuração desses crimes¹⁴⁰. A atuação de grupos como o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) aprofundava os debates sobre qual a anistia desejada, assim como sobre a necessidade de formulação de um programa de superação política da ditadura. E, nessas questões, alguns problemas tinham que ser resolvidos. A idéia de que a anistia pudesse ser utilizada, no limite, como arma de propaganda do regime em crise, o fato de essa medida ser concedida de forma limitada ou nela poderem ser incluídos os torcionários do regime e todos os responsáveis pelas barbáries até então ocorridas colocavam em alerta esses movimentos. Gradativamente, propostas limitadas, defendidas por algumas personalidades e setores da esquerda

¹³⁹ Em relação à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), esta desenvolveu, principalmente em nível nacional (Conselho Federal) e em diversos de seus núcleos estaduais, todo um importante trabalho de denúncia da repressão do regime e defesa dos atingidos por ela.

¹⁴⁰ Para essas denúncias, mais diretamente ligadas ao CBA, ver CABRAL e LAPA, 1979.

tradicional e emedebistas de defesa de uma anistia no geral, sem maiores explicitações, foi sendo superada por uma proposição de anistia ampla, geral e irrestrita às vítimas da ditadura, enfim unificadora do movimento. A anistia, vista como simples esquecimento, como o “perdão dado pelo governante pelos crimes por ele cometidos” teria, então, uma contrapartida de luta da sociedade, através de um conjunto de reivindicações que apontava para uma saída que superasse os limites colocados pela oposição legal parlamentar.

O peso desses direitos em plataformas como as do CBA refletiam não só a presença, no seio da entidade, de uma aguerrida militância de esquerda revolucionária que, gradativamente, viria à luz após longo período de clandestinidade, carregando bandeiras socialistas. Exporiam, ainda, a emergência de movimentos populares organizados contra os estragos causados pela crescente inflação, como os que se mobilizavam contra o custo de vida, as associações de bairros e de comunidades pobres. A maior repercussão dessas ações, porém, ocorreu com a eclosão das lutas operárias nas fábricas e sindicatos, a partir das denúncias de fraudes na contabilização da inflação oficial sub orçada que servia de cálculo para os reajustes salariais. Mobilizados nessa luta de recomposição salarial, mas que denunciava algumas outras facetas do regime (a manipulação de dados e a censura quanto ao debate do tema), muitos trabalhadores das áreas mais dinâmicas do capitalismo brasileiro naquele período (o chamado ABC paulista) seguiram as orientações dos sindicatos e cruzaram os braços. Articulava-se, então, anistia, fim da ditadura e uma sociedade com ampla participação e direitos para os trabalhadores.

3.4 A HORA DA VIRADA

1979 não foi um ano qualquer no Brasil. Muitos dos processos em progressão nos anos anteriores tiveram desaguadouro naquele momento, assim como diversas conseqüências de acontecimentos cruciais ocorridos então perdurariam pelos anos seguintes.

Uma novidade de consideráveis proporções, no campo político, inaugurava aquele ano: no primeiro dia do ano entrava em vigor a Emenda Constitucional nº 11, cujo artigo 3º apontava a revogação dos Atos Institucionais e Complementares, no que contrariavam a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com base neles, os quais estavam excluídos de apreciação judicial. Isto queria dizer que Atos baixados pela ditadura perdiam validade a partir daquela data, mas não os seus efeitos práticos, os quais teriam quaisquer questionamentos impedidos nos tribunais.¹⁴¹ Esta medida que, como ponto fundamental, revogava o AI-5, abrindo espaço para o retorno de um sem número de direitos legais como o da requisição de habeas corpus, compunha o legado final de Ernesto Geisel a seu sucessor, o recém guindado à presidência da República, General João Batista de Figueiredo. Esta “herança”, negociada com setores da oposição burguesa, se trazia uma série de abrandamentos, realizava, também, um verdadeiro *aggiornamento* das leis repressivas, apontadas por Geisel como “salvaguardas eficazes”. Tal substituição fazia-se necessária pelo fato de que havia uma clara modificação da conjuntura em relação àquela do AI-5 (início do questionamento armado do regime, afirmação de setores mais ligados a um processo de radicalização repressiva e fechamento político),

¹⁴¹ A negociação da Emenda e seu detalhamento estão em ALVES, 1984, p. 217-219.

tornando-se premente enfrentar as novas formas assumidas pelas forças populares na luta antiditatorial (greves, manifestações etc).

A ascensão de Figueiredo ao governo, em março daquele ano, não marcou uma modificação radical na política desenvolvida até ali por seu antecessor: mantendo na chefia da Casa Civil o general da reserva Golbery do Couto e Silva, articulador da política de “distensão”, que passou, então, a chamar-se “abertura”, o novo gerente do poder militar tentou limpar desde o início sua imagem de antigo chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), uma das molas mestres da estrutura de repressão da ditadura. O general Figueiredo passou a falar em democracia e a posar como um “elemento comum, do povo”. A necessidade de dar respostas imediatas às crescentes demandas populares pressionou-o a encaminhar ao Congresso, renovado pelas eleições do ano anterior, medidas que atendessem parcialmente aos reclamos sociais sem correr o risco de perder o controle da situação e sem trazer a público as vísceras do regime. O ditador presidente tinha maioria segura nas Casas Legislativas, já que, apesar da ínfima diferença de votos entre ARENA e MDB nas eleições recém encerradas, os mecanismos do “pacote de abril” de 1977, editado por Geisel após o fechamento do Congresso, garantiram para o partido do governo uma maioria de quarenta e dois deputados federais. No Senado, o mesmo “pacote” permitiu que a ARENA, com menos de 44% dos votos, “elegesse” quatro vezes mais senadores que o MDB.

O projeto de anistia encaminhado pelo governo continha tudo aquilo que as entidades que lutavam pela medida mais temiam. Além de restrita, pois excluía os condenados pelo que os tribunais militares consideravam terrorismo, assassinato, seqüestro ou “atentado pessoal”, incluía na medida os responsáveis

pelo terrorismo de Estado, cujas ações foram cuidadosamente apresentadas como crimes conexos aos políticos, na tentativa de evitar qualquer risco de os agentes da repressão responderem por seus atos. E, apesar das inúmeras manifestações de inconformismo com tal projeto, o que levou milhares de pessoas às ruas do país, este acabou aprovado em agosto daquele ano. Essa decisão permitiu, ao menos, o retorno ao Brasil de um sem número de exilados políticos. As recepções a personalidades como Luís Carlos Prestes e Leonel Brizola, entre outros, reuniram grandes massas em verdadeiros comícios de repúdio ao regime e júbilo pela volta dos líderes populares.

A chegada dos exilados ao país abriu um excelente espaço para a implementação de outro projeto caro aos detentores do poder: se, até meados dos anos de 1970, o bipartidarismo servira como uma luva para os objetivos do regime (dar uma fachada democrática à ditadura, manter a oposição legal sob controle etc), no final dessa década a situação tornara-se insustentável. Havia um clima plebiscitário envolvendo as disputas eleitorais, o que comprometia os planos de reprodução das formas de poder existentes abrandadas pelos lenitivos da “abertura”. Do ponto de vista do regime, a chegada de antigas lideranças políticas ao Brasil permitia romper esse dualismo através da suavização da legislação partidária, desde que os novos mecanismos fossem utilizados com parcimônia e cuidados, impedindo a perda de comando desse processo.

Do lado da oposição surgiu um grande debate sobre a questão. Os setores liberais e boa parte da esquerda abrigada no MDB lançaram-se em uma campanha que tinha por base a necessidade de manutenção da frente emedebista enquanto persistisse o quadro ditatorial. Avaliavam que a divisão causaria a dispersão oposicionista, garantindo a sobrevivência do regime.

A crítica a tal visão partiu dos setores que não se sentiam representados pelas políticas do MDB e buscavam retomar trajetórias interrompidas, apresentando à sociedade novas alternativas para o Brasil. Segundo estes, a crítica à ditadura não dependia de abrigo em um único guarda-chuva partidário, e sim dos projetos seguidos por cada agrupamento. Havia, ainda, enormes dificuldades de convivência em um mesmo espaço de políticos com carreiras díspares. Declarações como as de Tancredo Neves, ex-primeiro ministro do período de Goulart, de que o “seu MDB” não poderia ser o mesmo do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, davam conta do clima de desentendimento então existente.

A nova legislação sobre o assunto acabou aprovada em novembro de 1979, permitindo o surgimento de novas agremiações político-partidárias. E, se os defensores da manutenção da frente emedebista fizeram questão de sua permanência, acrescentando o P de Partido, agora legalmente obrigatório, seus argumentos não se comprovaram corretos historicamente. A conservação artificial, em um mesmo sítio, não garantia força à oposição, ao contrário, permitia que a maioria conservadora, nem sempre detectada nas ações da “frente”, controlasse os setores portadores de projetos mais radicais. A demonstração disso foi a formação, logo depois, por Tancredo Neves e outras lideranças de oposição, do Partido Popular (PP), cuja tendência seria de conciliação com os resquícios de uma ditadura decadente, voltados a uma transição “por cima”, sem radicalização.

Seria, porém, amesquinhar aquele período destacar somente as mudanças institucionais. Para além dessas, as novidades se davam a partir da ampliação da contestação social a diferentes aspectos da dominação ditatorial,

nas propostas organizativas que acompanhavam programas de rompimento com o regime cujo poder se esvaía.

Os estudantes, para citar um setor que desenvolveu no período precedente uma crescente luta por liberdades e melhores condições de ensino, conseguiram, naquele ano, a realização de um sonho seguidamente abortado pelo regime militar. Depois de um longo processo de reorganização de suas entidades de base e diretórios centrais nas universidades e de reuniões nacionais preparatórias, chegara a hora do ressurgimento da União Nacional dos Estudantes (UNE) em um Congresso, realizado em Salvador (BA), reunindo milhares de representantes de todo o país. As bandeiras de luta contra a ditadura e o sentimento de vitória após tanta perseguição deram o tom de alegria do Encontro. As disputas políticas que refletiam as diferentes posições dos grupos de esquerda presentes no movimento estudantil vinham à luz depois de longa clandestinidade. Abria-se um novo espaço de inserção dos estudantes nas lutas sociais brasileiras, o que se lhes tinham arrancado havia mais de dez anos.

3.5 A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

A grande novidade, naquela conjuntura, estava, porém, no ascenso das lutas operárias do ABCD paulista, área de concentração da moderna e dinâmica indústria metalúrgica. As greves ocorridas naquela região no biênio 1977-78, a repressão policial contra os sindicatos e as dinâmicas próprias de organização e resistência dos trabalhadores, com a formação de cerca de duzentas comissões

de fábrica no estado de São Paulo naquele ano (PEREIRA, 1984a), apontam para um questionamento crescente da ditadura não só em termos econômicos (arrocho salarial, manipulação de índices de inflação) como políticos (contra a repressão aos movimentos, a intervenção nos sindicatos e prisão de lideranças). Está longe do objetivo desta tese analisar todo o processo de organização e luta operária desenvolvida à época.¹⁴² Há, porém, que se comentar o papel cumprido por eles em uma conjuntura de evidentes dificuldades para a sustentação do regime militar. As fraturas internas da ditadura, as derrotas eleitorais, seguidas de desmoralizantes casuísmos, as recorrentes denúncias de atos ilegais (mesmo dentro do quadro ditatorial), como as bombas que explodiram em entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e a mobilização de parcelas da sociedade já funcionavam como considerável dor de cabeça para os detentores do poder. A aparição de um forte e organizado movimento operário jogava mais lenha na fogueira, porém, com características novas. Já não se tratava mais de ações de grupos, com maior ou menor representação, de camadas médias da população. Agora a contestação partia de dentro do espaço fabril, mexendo de forma direta com os interesses do capital, fosse ele nacional ou imperialista. As tentativas iniciais de reprimir o movimento atacando a representação sindical e exemplando sua direção só fizeram crescer a sua força, a curiosidade e o apoio social e a divulgação na imprensa. A violência do regime era sua demonstração de fraqueza. A “diástole” se complicava. A ditadura agonizava.

¹⁴² Análises de variado enfoque sobre assunto podem ser encontradas, por exemplo, em SADER, 1988; RAINHO e BARGAS, 1983; BOITO JR (org.), 1991; FREDERICO, 1990 e 1991 e ANTUNES, 1991 e 1992.

E é nessas circunstâncias que os entraves da luta puramente sindical em defesa dos interesses dos trabalhadores colocam de forma cabal os seus limites.

O capital

(...) havia apostado suas fichas (em) um novo proletariado divorciado da experiência de décadas de lutas passadas, recrutado entre migrantes, localizado fora da cidade de São Paulo, (...) plenamente convicto da separação profilática das lutas econômicas reivindicativas e a dimensão política, tratada com um misto de saudável desconfiança e puro preconceito (IASI, 2006, p. 362)

Porém, são essas mesmas condições de luta econômica radicalizada, aliadas à luta política de outros setores da sociedade, em uma conjuntura de crise terminal do regime ditatorial, que acabariam colocando na ordem do dia uma articulação de construção partidária que não era pensada, até pouco tempo antes, por diversas lideranças sindicais que nela acabariam se envolvendo.

O apoio dessas lideranças mais combativas, nas eleições de novembro de 1978, a candidatos do MDB não mascarava seu descontentamento com as fronteiras político-ideológicas da frente oposicionista, cujas bandeiras não contemplavam os projetos de mudanças que se iam forjando no movimento operário. Além disso, a centralidade da luta institucional, o medo da radicalização da luta antiditatorial e o desejo de muitos dirigentes da “frente democrática” na realização de uma “transição sem povo” para a superação do regime frustravam quaisquer intenções de vinculação mais estreita desses sindicalistas com o projeto emedebista. De outro lado, não havia no horizonte político brasileiro nenhuma proposição que pudesse abarcar todo esse potencial reivindicatório que desbordava os parâmetros do liberalismo burguês.¹⁴³ Acabaram sendo essas as bases para o lançamento da proposta de um partido

¹⁴³ Acerca desse tema, há um debate esclarecedor sobre as posições de lideranças operárias da época em CARA A CARA, 1978, p. 43- 53.

dos trabalhadores, durante o IX Congresso de Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, no dia 24 de janeiro de 1979.

O texto aprovado nesse Congresso tivera origem no sindicato de Santo André ¹⁴⁴ e responsabilizava o capitalismo pela exploração dos trabalhadores, questionando os limites das “aberturas” propostas pelo governo militar no sentido de minimizar tal situação. Explicitava que o enfrentamento contra “qualquer tipo de governo de patrões” colocava na ordem do dia a luta política e a questão da conquista do poder político no interesse dos trabalhadores e que o instrumento destes para levar adiante essa luta era, historicamente, o seu partido político.

O MDB, por sua composição interna, não poderia assumir tal papel. Desse modo, havia que se construir um outro instrumento, assumindo, inclusive, as bandeiras agitadas por parcelas crescentes da população, como a da anistia ampla, geral e irrestrita. E, por isso, propunha, juntamente com demandas de democratização da vida sindical, a construção de um Partido dos Trabalhadores a partir da constituição de uma comissão que ampliasse contatos e preparasse um manifesto explicitando tal objetivo (GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 31-33).

Desse “pontapé inicial” algumas questões precisam ser ressaltadas. Em primeiro lugar, o caráter claramente anticapitalista do documento. Por mais que não fosse um tratado sobre uma revolução socialista, ainda assim não permitia tergiversação: seus redatores tinham plena consciência do que ali germinava. E tal assertiva deve ser destacada dadas as posteriores tentativas de diluição do

¹⁴⁴ Daí ser chamado de “Tese de Santo André – Lins”.

caráter daquilo então proposto. Daí ser importante explicitar a origem política do documento, pelo papel que cumpriu na construção inicial do Partido e para que não parem dúvidas sobre os seus limites. Quando a organização trotskista Liga Operária teve fracassada a sua tentativa, narrada anteriormente, de legalizar um projeto de organização de base socialista (a Convergência Socialista), em 1978, autocriticou-se do açodamento, mas não recuou do conteúdo da proposta da criação de um partido legal que, mesmo sem um perfil explicitamente socialista, representasse uma mudança de qualidade na representação político-partidária existente naquela conjuntura. Assim é que seus poucos militantes da base metalúrgica de Santo André articularam, ainda naquele ano, o apoio ao presidente do sindicato em suas pretensões à disputa por um cargo na Câmara Federal. Em troca, este defenderia a criação de um partido dos trabalhadores e de uma central sindical por fora da estrutura sindical vigente. Logo depois, realizar-se-ia o Congresso de Lins.

(...) Quem escreveu essa tese fomos nós, foi a militância da Convergência. A gente tinha uma incidência muito grande sobre a direção do sindicato de Santo André. Não tínhamos ninguém na diretoria. Mas eram na sua maioria independentes, (...), eles estava, abertos à discussão, (...) você com uma boa conversa ia levando as coisas. Nós discutimos com a diretoria do sindicato levar (para o Congresso de Lins – FJF) um texto de conjuntura que propusesse a realização de uma campanha salarial unificada dos metalúrgicos do estado de São Paulo e que o Congresso aprovasse um chamado a formar um PT. (...) em termos de conteúdo era uma coisa bastante avançada. O Congresso aprovou, (...) à exceção da delegação de Santos, que era do Partido Comunista e tinha noção do que estava se discutindo ali e eles eram contra dividir a Frente Democrática, o MDB (...) (IOSÉ MARIA DE ALMEIDA*, entrevista ao autor)

* José Maria de Almeida, metalúrgico, foi militante e dirigente da Convergência Socialista (CS). Foi fundador e dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Hoje é dirigente do Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado (PSTU) e da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

Fica nítida a influência da esquerda revolucionária naquele evento, apesar de não se poder apresentá-la como um dado de força numérica representando forte penetração naquela categoria. E, ainda, de certa forma, ficam nítidas as limitações daquelas direções sindicais que logo passariam a compor o que se convencionou chamar de “sindicalismo autêntico”. Isso acaba dizendo respeito ao papel cumprido pelas diferentes lideranças na criação do novo partido, com essas características inicialmente propostas. Assim é que não se pode falar de uma unidade de visão nem de programa, nem em relação à oportunidade do lançamento desse partido. O maior líder das lutas operárias que sacudiram o regime ditatorial a partir de 1978, Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo desde meados da década, e que apareceu depois como o principal responsável pelo Partido dos Trabalhadores (PT), teve posições bastante negativas quando, em 1978, surgiu a idéia da criação de um partido (GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 20). Ainda naquele ano foi modificando sua opinião, abraçando, porém, uma perspectiva obreirista que identificava temor de participação de setores de camadas médias da população com proposições “radicais”.

O tipo de liberdade que os estudantes querem, que a classe média em geral, quer, (...) então acredito que será irreversível um ponto de encontro de todas essas aspirações depois de determinadas lutas específicas. O grande problema do trabalhador hoje é salário. (...) Superado em parte o problema do salário, nós temos que partir para outro tipo de briga.(...) O que não pode é a SBPC querer dar a sua contribuição na porta da fábrica ou o trabalhador querer dar a sua na SBPC. Eu acho que cada um deve ficar na sua. (in CARA A CARA, 1978, p. 65)

E, mesmo quando do lançamento da “Carta de Princípios” do PT e de sua Plataforma Política, no Dia do Trabalhador de 1979, Lula posicionou-se

contrário a tal divulgação, argumentando sua inoportunidade naquela data (GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 21).

O primeiro conflito que houve foi no 1º de maio de 1979. Nós íamos divulgar (a Carta de Princípios) e foi suspenso porque Lula não deixou. O argumento dele foi que o CNPJ impresso no canto do documento era do Versus (jornal político-cultural da Convergência Socialista - FJF). Para poder imprimir, dar um mínimo de legalidade nós botamos o CNPJ que nós tínhamos que era do Versus. Na hora que acabamos de imprimir todo o material ele não pode ser distribuído. Mas o problema já era o conteúdo. (ALMEIDA, entrevista ao autor)

Esse tipo de posicionamento da mais expressiva liderança operária daquele momento remete para uma questão importante no que diz respeito àquelas lideranças operárias. Se havia radicalidade nas ações contra um governo que fraudava índices de inflação e ampliava o grau de extração da mais-valia, o que tinha ficado claro para qualquer trabalhador mais bem informado, o mesmo não se pode dizer quanto ao nível de consciência, inclusive política, de boa parte dessa liderança. A ascensão de Lula à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo não passara por nenhum tipo de questionamento à estrutura sindical vigente e, muito menos, aos aspectos não econômicos da dominação da autocracia burguesa. Mais ainda, e esse episódio é emblemático para explicitar como determinadas situações (no caso, as lutas operárias e a resposta repressiva do poder ditatorial) podem transformar posicionamentos iniciais (favoráveis a um apoliticismo profundo) e alçar a papéis especiais aqueles que, de partida, opunham-se às “radicalizações” que a conjuntura começava a impor. As greves metalúrgicas de 1978, no ABC paulista, só foram deflagradas por pressão das bases, depois que os resultados dos acordos assinados pelas direções (de todos os sindicatos do ABC) com os patrões, em abril, começaram a sair no pagamento, no mês seguinte, resultando em revolta e

exigência de mudanças no acordo. Os desdobramentos posteriores, que vieram a forjar um dos mais importantes sindicalistas da História brasileira, não devem encobrir as suas limitações político-ideológicas.

O Lula, ideologicamente, sempre foi isso que ele é hoje, não era diferente naquela época. Só fazia discursos mais à esquerda porque as circunstâncias eram mais à esquerda, empurravam ele (...). Ele (e outros dirigentes sindicais também) teve um mérito: eles se apoiaram e procuraram dirigir aquele processo de lutas. A maior parte da burocracia sindical funcionou como trava, tentou impedir aquele movimento. O PCB e o PC do B também. Foram engolidos por ele. (...) (ALMEIDA, entrevista ao autor)

A “Carta de Princípios”, elaborada por um Comitê de sindicalistas ¹⁴⁵, reproduzia o caráter anticapitalista das Teses de janeiro, aprofundando mais a análise da sociedade brasileira e as tentativas de adaptar as ações operárias a um quadro partidário anacrônico. Além da repetição das críticas à defesa do “partido único de oposição legal”, repelia a idéia da recriação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como o modelo de organização ao qual deveriam se filiar. Reafirmavam a necessidade de um partido sem patrões (em destaque no texto original) construído pela base e defendiam uma democracia de massas e o socialismo (Partido dos Trabalhadores, 1998, p. 54). Na Plataforma Política expressavam-se os compromissos do Partido com os trabalhadores os quais desejava representar, através de três linhas mestras: a das liberdades democráticas, nas quais se destacavam desde questões específicas dos trabalhadores, como o direito irrestrito de greve e a construção de uma Central Única Sindical, eleições livres, o fim do governo militar, a convocação de uma

¹⁴⁵ Participaram de sua elaboração Jacó Bittar, Paulo Skromov, Heros Amorim, Wagner Benevides e Robson Camargo. Segundo José Maria de Almeida (entrevista ao autor), a militância política de esquerda, apesar de numericamente limitada, tinha influência sobre alguns desses sindicalistas que elaboraram a Carta.

Assembléia Nacional Constituinte e a construção de um governo dos trabalhadores; melhores condições de vida e trabalho, onde se destacavam, além de propostas específicas do “mundo do trabalho”, a socialização da medicina, a defesa da medicina preventiva e a democratização do ensino público e gratuito; e a questão da reforma agrária, com erradicação dos latifúndios improdutivos, distribuição da terra aos trabalhadores sem terra, títulos de terra aos posseiros com garantia de financiamento da produção e estímulo à organização cooperativa (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 58-62).

Esses documentos, bases para o lançamento do PT para a sociedade brasileira, levantavam questões não assumidas pelos partidos então existentes e nem pelos que, na época, estavam em processo de organização. Não diluíam a luta dos trabalhadores contra o capitalismo em uma frente de direção burguesa puramente antiditatorial, como o MDB, ou mesmo em um programa nacionalista mais ou menos radical, ofuscante do caráter classista das bandeiras que os trabalhadores deveriam assumir. A combinação do combate ao regime militar e do chamamento à construção de uma sociedade socialista ultrapassava, inclusive, as proposições da maioria das organizações clandestinas de esquerda que ou se aferravam ao projeto da frente oposicionista (caso dos Partidos Comunistas e do MR-8), ou vacilavam no apoio ao PT (MEP e OSI), das quais, em muitos casos, ouviam-se acusações de que o novo partido era, no máximo, social-democrata ou que era radical demais para a conjuntura (GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 30). Nesse mesmo mês de maio, enquanto o Movimento pró-PT apresentava esses documentos com propostas de transformações profundas, o Comitê Central do PCB divulgava uma resolução política que tinha com aqueles algumas incompatibilidades fundamentais. Analisando a

conjuntura, constatava que o (...) *parlamento recuperou algumas de suas antigas prerrogativas e, com elas novas possibilidades de lutas. As forças democráticas e progressistas nele representadas cresceram em número e qualidade* (CORRÊA, 1980, p. 244).

E, partindo daí, formulava a aposta em um

(...) bloco parlamentar que congregue os representantes do MDB e da ARENA mais sensíveis à mensagem democrática, capaz de ao lado da denúncia ao regime, propor leis que contribuam para eliminar o arbítrio da ditadura e outras que atendam às reivindicações das massas e de contribuir concretamente para a unidade, organização e mobilização dos trabalhadores. (IDEM, p. 244)

O CC do PCB propunha o atrelamento das lutas da sociedade a um projeto centralizado no Parlamento e sob a égide de uma aliança dos setores “mais sensíveis à democracia” dos partidos consentidos, aí compreendidos os políticos do partido de sustentação do regime putrefato. Tal proposição, que mais parecia aproximar-se dos desejos dos conservadores tancredistas de controle parlamentar da “transição democrática”, passava a anos-luz dos que, naquele momento, lançavam-se à construção do PT.

Essa discussão evoluiu no seio da esquerda brasileira de forma pouco produtiva. De um lado, havia um forte sectarismo no nascente PT frente às agremiações, como os PC, detentores de uma longa história de lutas junto com a classe trabalhadora. Francisco de Oliveira afirmava, premonitoriamente, nos anos de 1980 que

(...) a crítica de intelectuais e “intelectuais orgânicos” do PT ao seu irmão mais velho (no caso, tratava-se do PCB – FJF) é não apenas equivocada, mas apresenta possibilidades de repetir, em mais de um caso, os mesmos erros táticos e estratégicos que marcaram a vida do PC brasileiro (...). (in SADER (org.), 1986, p. 15)

O sectarismo petista foi respondido, de modo tão ou mais sectário, pelos partidos comunistas, talvez pelo fato de que o surgimento do PT tenha assustado esses partidos tradicionais pelas bandeiras que desfraldava e por atuar nas mesmas bases (classe operária e camadas médias, principalmente), gerando disputas entre eles.

A última das “certidões de nascimento” do PT em 1979 veio à luz em um encontro de sindicalistas, intelectuais parlamentares e outros, em outubro, voltado ao lançamento de um movimento em prol do Partido e à criação de sua Comissão Nacional Provisória. O documento, denominado “Declaração Política”, expunha de forma sucinta os caminhos trilhados até ali pelo movimento em defesa da criação do PT, a relação deste com os sindicatos (afirmando a independência e autonomia deles frente ao novo Partido e a necessidade de uma Central Única dos Trabalhadores), a questão de seu surgimento e a formação de uma frente de massas contra o regime militar. Esses dois últimos pontos eram uma clara resposta aos que, como aqui já foi descrito, labutavam pela manutenção do (P)MDB como partido da oposição unificada (frente das oposições). A proposição dos defensores do novo partido, mesmo repudiando a extinção arbitrária das agremiações existentes, pretendia romper com o caráter quase puramente parlamentar do MDB, formalizando a ideia de uma frente que extrapolava estes limites e caminhava em um terreno mais favorável para os petistas: as ruas (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 55-57).

A Declaração Política trazia em si, porém, um conteúdo bastante rebaixado em sua radicalidade, em comparação com os textos de janeiro e maio.

Há relatos que demonstram como a interferência de sindicalistas portadores de visões políticas claudicantes, para dizer o mínimo, esforçaram-se ao máximo no sentido da “suavização” do documento. Além da retirada de qualquer referência à luta pelo socialismo (GADOTTI e PEREIRA, 1987, p.42), capitaneada por Luiz Inácio da Silva, sob o argumento da incompreensão ou desconhecimento do assunto pelos trabalhadores, seu texto apresentava uma reduzida plataforma com demandas sócio-econômicas (salário mínimo real, estabilidade, direito de greve etc) e políticas (anistia e livre organização e manifestação partidária), que deveriam ser assumidas por uma “frente de massas”. E, apesar de, na prática, jamais ter prosperado essa proposta de “frente”, salvo na campanha pelas eleições diretas para a presidência da República, a tendência de rebaixamento dos projetos expostos no primeiro semestre de 1979 tem sido uma tônica nas disputas internas do PT durante sua existência.

Recentemente, algumas figuras de relevo do PT, no contexto da chegada à Presidência da República, desenvolveram um curioso instinto retroativo que insiste que o PT nunca propôs, verdadeiramente, uma alternativa socialista, aproximando desde o início de uma opção social-democrata. Por mais que seja compreensível o desejo desses setores em voltar retroativamente sobre suas próprias pegadas e descartar a radicalidade inicial do PT, uma análise mais atenta não confirma essa tentativa. (IASI, 2006, p. 380-381)

A luta interna para a definição dos rumos do Partido (objetivo estratégico e estratégia para alcançá-lo) foi renhida desde a sua fundação. Mas, de início, apoiados na existência de uma ditadura a ser derrubada, de um projeto liberal-burguês que era, em geral, repudiado e na luta e reorganização do movimento de massas cada vez mais fortes, as forças mais à esquerda puderam garantir, por algum tempo, um rumo do projeto partidário ao socialismo e um conjunto de reivindicações que, como se verá adiante, permitiam que se visualizasse no PT

uma alternativa partidária de massas com um conteúdo bastante mais avançado que o de outros partidos naquele momento. Mesmo que a tendência dos documentos petistas tenha sido, desde 1980, de caminhar para a “moderação” de seus conteúdos,¹⁴⁶ ainda assim, por vários anos, a questão do socialismo funcionou, nas discussões e decisões partidárias, como um parâmetro balizador dos caminhos a serem trilhados. Mesmo com muitas tensões, as diversas correntes internas tiveram que se amoldar a essa conformação.

Para que fique mais clara essa “disputa de projetos” dentro do PT, seria importante apontar, já aqui, quando se aborda o nascimento do Partido, as forças que contribuíram para que ele pudesse vir a público. E, mais do que uma descrição delas, se faz mister que se lhes caracterize as opções que trouxeram para o interior do PT. Dos sindicalistas que compuseram o chamado “sindicalismo autêntico”, já aqui se apresentou o seu papel de destaque no desenvolvimento das lutas quando do agravamento da crise do modelo burguês de dominação autocrática, e de suas limitações teórico-políticas, ainda que com as exceções de praxe. Se eles representavam o contato mais poderoso com o ascendente movimento de massas, é sobre eles que convergiria a atenção de outros diferentes grupos e setores sociais, uns na tentativa de influenciar, outros na busca de uma liderança capaz de apontar os rumos a serem seguidos. A baixa penetração da militância da esquerda revolucionária nesses setores dirigentes das organizações sindicais e da mobilização operária representaria sempre uma forte limitação para o aprofundamento (e, em alguns casos, até a assunção) de um compromisso real com as bandeiras da transformação radical

¹⁴⁶ Vide o Manifesto de lançamento do Partido, em fevereiro de 1980 (GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 52-56).

do regime do capital e a construção de uma sociedade socialista. Diversos desses sindicalistas carregavam o ranço do discurso anticomunista, amenizado, talvez, em um primeiro momento, pelas contradições mais imediatas nas quais a ditadura burguesa aparecia como o inimigo a ser derrubado. Iasi (2006, p. 366), analisando a questão, afirma que, para muitos daqueles operários da época, a (...) *burocracia soviética e o “totalitarismo socialista” são algo distante, mas o terror do capital é algo muito mais concreto.*¹⁴⁷

Um segundo setor que compôs a base política e social inicial do PT era formado por uma militância, em geral, dos grupos de trabalhos de base da Igreja Católica (as Comunidades Eclesiais de Base), além de figuras de proa do sindicalismo católico e do movimento da Teologia da Libertação. Seu discurso, que buscava amoldar uma tradição de há muito abandonada (ou, no mínimo, conflituosa) dentro da Instituição, da prioridade de atenção aos “pobres” com aspectos libertários da tradição marxista, calou fundo, muitas vezes, na consciência de base católica das lideranças operárias que então se forjavam. Daí, muitas vezes, a indefinição do socialismo e um humanismo difuso que, se de um lado, dava força na luta contra “a exploração e a opressão” representadas pelos patrões e pelo governo burguês, por outro limitava a absorção de uma consciência mais claramente revolucionária e anticapitalista¹⁴⁸.

O terceiro agrupamento “formador” do PT representaria as diferentes organizações ou militantes isolados, componentes de uma esquerda revolucionária sobreviventes da sanha dos esbirros da ditadura nos anos de

¹⁴⁷ Esse autor faz, aliás, uma interessante análise sobre essa conscientização, tanto da vanguarda operária quanto das bases, no processo inicial da luta econômico-sindical no Brasil do final da década de 1970 (p. 361-376).

¹⁴⁸ Para uma análise das Comunidades Eclesiais de Base e sua militância, ver SADER, 1995, p. 146-167.

1970. Trotskistas, leninistas, luxemburguistas, ou fosse lá qual a denominação a que se afiliavam, levariam para o interior do PT as suas concepções e/ou vícios, numa perspectiva de fazer avançar algo que correspondia a muito mais do que poderiam ter sonhado até alguns anos antes daquele final de década. Partidários, em geral, de formulações de base socialista e revolucionária, esses agrupamentos se deparariam com a fusão, em um momento de ascensão do movimento operário e popular, sempre almejado em suas análises, de um partido de massas, de origem marcadamente operária que incorporava (mesmo que muitas vezes de forma contraditória) um discurso radical e anticapitalista. Se para algumas agremiações esse partido podia ser visto com desconfiança, pelas limitações político-ideológicas de suas vanguardas operárias (razões, aliás, em parte, diversas daqueles que operavam na “frente democrática” – PCB, PC do B – que viam no surgimento e consolidação do PT o risco da perda de suas históricas bases potenciais), a dinâmica assumida por aquela conjuntura acabaria impondo a assunção do projeto petista, sob o risco de desaparecimento. Isso não quer dizer que algumas organizações não mantivessem, mesmo atuando dentro do PT, sua estrutura orgânica, muitas vezes clandestina, funcionando a todo vapor. Iasi (2005, p. 414) chama a atenção para esse fato, acrescentando, porém, que o direito de tendência e de fração estavam consagrados desde a fundação do PT. Isso não evitou, entretanto, que nos momentos de definições políticas mais profundas no Partido, essas questões tivessem sido “tiradas da manga” para fornecer ao grupo petista dominante (os “113”, depois “Articulação”) argumentos para enquadrar ou excluir do seio petista os setores considerados radicais e, por isso,

indesejáveis, quando da trajetória de acomodação à ordem e de cada vez mais baixa intensidade de democracia interna pela qual passou o PT.

Seria importante adendar aqui alguns elementos que ajudam a compreender o jogo das forças políticas no interior do PT. Além do que está acima exposto, devem ser incluídos, ao menos, dois outros “grupos” com influência no processo de formação/consolidação partidária. De um lado, um conjunto de intelectuais atraídos, também, pela novidade que o PT representava. Cicone (*apud* IASI, p. 382) lista um grupo de intelectuais que, ao final da década de 1970, defendia a criação de um partido socialista “do tipo europeu”. José Álvaro Moisés, Francisco Weffort, Paulo Vannuchi, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Plínio de Arruda Sampaio, Marilena Chauí¹⁴⁹, dentre outros, ainda que com posições políticas diferenciadas, entrariam no PT levando um peso de formulação não desprezível. E dando base teórica, principalmente, para os sindicalistas que, nesse aspecto, acumulavam um enorme vazio.

Uma parte desses intelectuais veio para o PT. O Weffort era um deles. Era muito moderado e influenciou muito esse processo. Se articularam com os dirigentes sindicais e não com a esquerda (revolucionária – FJF).(...) Era uma esquerda muito moderada, que não tinha rompido, grosso modo, com aquele projeto democrático-popular. (ALMEIDA, entrevista ao autor)

O último “grupo” seria representado por antigos militantes oriundos das mobilizações do final dos anos de 1960 e da luta armada. Mesmo numericamente pouco expressivos, representavam um acúmulo de experiências

¹⁴⁹ É importante fazer uma diferenciação entre esses intelectuais, do ponto de vista das posições político-organizativas que portavam. Marilena Chauí, Marco Aurélio Garcia e Eder Sader trariam para o PT uma formulação da valorização da organização autônoma dos trabalhadores e seus movimentos como condição para seu fortalecimento e para a sua luta emancipatória. Esse destaque ao papel do movimento de base e da construção do PT a partir das lutas sociais massivas, contra a idéia de um partido centralizado e de quadros, marcou as propostas desse grupo (eram chamados, à época, de “autonomistas”), especialmente de Sader, e sua ligação e influência sobre os sindicalistas “autênticos”, com destaque para Lula.

diferente e mais amplo que a esquerda que se organizou na década seguinte. E tiveram grande peso junto aos dirigentes sindicais no processo de formatar o PT da maneira como este acabou moldado após os primeiros anos de maiores embates.

Esse setor seguia defendendo uma concepção reformista que se materializava na idéia da revolução por etapas. Havia que primeiro consolidar a democracia no país e generalizar os direitos sociais. Precisava de um governo democrático e popular para cumprir essa tarefa. Cumprida essa tarefa se abria a etapa para a revolução socialista. Essa turma vinha com autoridade de quem fez guerrilha, eram quadros mais experientes. (...) Nós éramos um bando de meninos, (...) em uma reunião era difícil ganhar uma discussão deles. (...) Seguiam trabalhando com uma base que vinha dos sindicalistas que tendiam a concordar mais com eles. Não porque tivessem aquela concepção, mas porque ela propunha menos confronto. (...) A intelectualidade, junto com outros quadros oriundos do stalinismo, foi quem deu forma e conteúdo a esse projeto democrático e popular que tomou conta do PT já nos primeiros anos do Partido. (IDEM)

Essas seriam as bases a partir das quais se construiria o PT nos anos de 1980. Seria em torno desses setores que se forjaria uma proposta de partido de massas, de esquerda, crítico do capitalismo e, a seu modo, socialista. E também as suas mediações, recuos e, no limite, o posterior abandono da sua radicalidade e incorporação na institucionalidade, como partido da ordem.

3.6 A VIRADA NO SERVIÇO SOCIAL

O final da década de 1970 presenciou no Brasil um verdadeiro “destampo”, no sentido de uma enorme sucessão de movimentos populares que afloraram, reflexos dos descontentamentos com a situação vigente e a incapacidade do regime militar em contê-los. Acompanhando as manifestações

por anistia e liberdade partidária, um conjunto de outras reivindicações espalhava-se pela sociedade. Ao lado das ações operárias do ABCD paulista e daquelas do movimento estudantil, já anteriormente assinaladas, um sem número de grupos sociais e categorias profissionais sentiram-se livres de amarras (ou suficientemente seguras a partir do que a conjuntura explicitava, dia a dia) para também trazer à luz as suas demandas. Ao fazer isso, além de pressionar a ditadura a sucessivos recuos, tornavam visível a necessidade premente de (re)construir formas de organização cada vez mais amplas e fortes, em condições de sustentar seus pleitos. Neste sentido, o processo de criação do PT funcionou ali dialeticamente, com muitos ativistas sindicais ou de movimentos sociais participando do nascimento de um novo partido e sendo estimulados *pari passu* a edificar e/ou fortalecer seus instrumentos de luta.

Nesse momento, ganhou relevância a atuação de inúmeras categorias de funcionários públicos, em suas diferentes esferas. Submetidos às mesmas condições de arrocho salarial dos demais trabalhadores e sem o direito de se organizar em entidades sindicais, diferentes setores do funcionalismo realizaram paralisações de suas atividades, integrando-se à lógica das lutas implementadas, de início, pelo operariado. Seguindo esse mesmo caminho, surgiram, na época, um sem número de entidades de representação desses setores. Da base à federação, reuniões foram realizadas com número de participantes, em geral, inédito até então. A crescente insatisfação do setor tomava voz e corpo.

Seria nesse caldo de cultura que os assistentes sociais, cuja atuação profissional centrava-se no setor público, marcariam sua presença. Iniciando um longo processo de crítica ao conservadorismo das primeiras décadas do

Serviço Social no Brasil¹⁵⁰ e, de modo geral, na América Latina, o Serviço Social desenvolveria uma reflexão crítica em relação à sua História a partir do surgimento do Movimento de Reconceituação nos anos de 1960. Esse movimento não só buscava acertar contas com a tradição do Serviço Social como desenvolver uma proposição antagônica ao imperialismo e ao subdesenvolvimento que grassava no subcontinente latino-americano¹⁵¹. E, nesse sentido, desenvolveu formulações que, a partir dessa base comum, bifurcaram-se em análises e proposições de cunho desenvolvimentistas ou marxistas.¹⁵² No Brasil, a Reconceituação processou-se muito peculiarmente, num registro diverso do de outros países latino-americanos, em função das formas de perseguição e repressão levadas a efeito pelo regime implantado em abril de 1964. Essa realidade reduziu o ímpeto da renovação entre os assistentes sociais.¹⁵³ Prevaleceu, então, no auge do período ditatorial, um Serviço Social de caráter tecnicista, pretensamente neutro e desideologizado. A contestação desse modelo, existente já no primeiro lustro dos anos de 1970, tomaria impulso quando da crise da dominação ditatorial burguesa, que estimulou o desenvolvimento da chamada perspectiva de intenção de ruptura (com o Serviço Social Tradicional).

(...) é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode

¹⁵⁰ Para esse período, ver CARVALHO, 1982.

¹⁵¹ O Movimento de Reconceituação desborda as fronteiras da América Latina nos anos de 1970, gerando influências, inclusive, em Portugal (FREITAS e SANTOS, 1998).

¹⁵² Um balanço desse movimento na América Latina e no Brasil pode ser encontrado em ALAYÓN, 2007 e em SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, nº 84, ano XXVI, novembro de 2005.

¹⁵³ Da mesma forma, a renovação no Serviço Social latino-americano vai encontrar seus limites quando da derrocada de regimes formalmente democráticos nos países de vanguarda de tal movimento, em especial o Chile, a Argentina e o Uruguai (NETTO, 2008, p. 148, nota 72).

transcender as fronteiras das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis. (NETTO, 2008, p. 248)

Esta tendência fundava-se na crítica às práticas e às bases teórico-ideológicas do conservadorismo recorrendo ao pensamento marxista, mesmo que, de início, um “marxismo sem Marx” (NETTO, 2008, p. 287). Isso se deu, a princípio, em um momento de emersão, pelas proposições surgidas na primeira metade dos anos 70, no pioneiro “Método BH”,¹⁵⁴ mesmo que o trabalho das professoras da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais tenha sido abortado em meados daquela década. Seria, porém, ao final da década que os resultados mais imediatos das mudanças apareceriam com maior evidência. Pode-se afirmar aí o somatório de questões a sustentar as transformações do Serviço Social. A perspectiva modernizante da renovação da profissão acompanhava as necessidades colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo brasileiro em uma fase de inteira integração ao imperialismo. O assistencialismo perdia espaço para uma profissionalização que exigia aprofundamento do conhecimento (e, daí, o fortalecimento do campo acadêmico) e integração a equipes multiprofissionais voltadas a dar conta do macrocosmo social. Políticas econômicas ortodoxas de superação de crise no capitalismo, como as implementadas a partir de 1964, ampliavam o quadro da questão social¹⁵⁵ gerando demandas por profissionais capazes de formular

¹⁵⁴ Sobre uma avaliação crítica do Método BH, ver LIMA E RODRIGUES, 1980 e NETTO, 2008, especialmente em suas p. 276-289. Para a constituição dos três momentos da intenção de ruptura, ver NETTO, 2008, p. 261-308.

¹⁵⁵ A “questão social” será tratada aqui segundo o sentido dado por José Paulo Netto: *O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas*

“projetos amenizadores”. Essa modernização apresentava-se de forma “asséptica”, “despolitizada”, na verdade, fruto da implantação de um poder ditatorial que buscava banir o debate, a contradição, a democracia, aspectos que, bem ou mal, cresceram na sociedade (e no Serviço Social) no período da chamada República Liberal (1945/64).

No regime militar, a questão social foi enfrentada pelo binômio repressão-assistência, ficando a assistência subordinada aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, fornecendo como mecanismo de legitimação política do regime. Os serviços sociais são, ainda, assumidos como campo de investimento, com subordinação da assistência pública a reprodução do capital, (...). (SILVA, 1999, p. 38)

A crise do modelo ditatorial burguês colocou em xeque esse Serviço Social aparentemente nubívago e fez aflorar alguns daqueles elementos que os acontecimentos de 1964 tinham ceifado. A efervescência social no meio operário (espaço por excelência para as práticas profissionais dos assistentes sociais baseados nas grandes empresas) e nas universidades, nas quais o questionamento estudantil colocava gradualmente na lona o aparato repressivo que lhe tolhia os movimentos, anunciava novos tempos.

No âmbito da produção intelectual do Serviço Social identificam-se novos momentos de aprofundamento da intenção de ruptura. NETTO (2008) identifica aí dois patamares distintos:

O primeiro – que, grosseiramente vai até a abertura dos anos 80 – se constrói especialmente como uma análise crítica das principais propostas de renovação profissional; em geral, trata-se de estudos que resgatam o projeto de ruptura em formulações latino-americanas e/ou submetem à discussão propostas modernizadoras. (...) O segundo patamar beneficia-se desses ganhos e ergue-se sobre este acúmulo, mas já conta com uma oxigenação diferente: cobrindo o primeiro terço dos anos

manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência dominante (in TEMPORALIS, Ano II, nº 3, janeiro a junho de 2001, p. 45).

oitenta, capitaliza a precipitação da ditadura e a sua ultrapassagem, (...). O cariz diferencial desse patamar (...) está em que (...) avança para elaborações crítico-históricas mais abrangentes, apoiadas nomeadamente no recurso a concepções teórico-metodológicas colhidas em suas fontes originais. (2008, p. 265)

Esse pensar crítico de setores do Serviço Social trouxe consigo uma interlocução direta com a obra marxiana e alguns de seus mais importantes herdeiros, o que auxiliou nas formulações da intenção de ruptura em diferentes aspectos: a possibilidade de se desvendar o papel político cumprido pela profissão, o auto-reconhecimento do assistente social como parcela da classe trabalhadora e, a partir de tal pertencimento, a formulação de um projeto profissional atrelado à transformação da ordem do capital em um novo projeto societário sob a ótica do interesse dos trabalhadores.¹⁵⁶

Nesse sentido de rompimento do Serviço Social com sua tradição conservadora, não poderia faltar referência ao papel desempenhado, especialmente nessa conjuntura de crise do arbítrio no Brasil, de organismos como a Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (ALAETS) e o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), vinculado à primeira. A promoção de debates, cursos de capacitação e projetos de pesquisa foram de importância ímpar no processo de renovação do Serviço Social no

¹⁵⁶ Vale constatar o papel desempenhado por professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nesse debate a partir de fundamentos marxistas. ABRAMIDES* (entrevista ao autor) fala da importância da interlocução com Octávio Ianni, Maurício Tragtenberg e Florestan Fernandes naquela universidade. E coincide com LEITE* (entrevista ao autor) ao identificar na Faculdade de Serviço Social daquela Universidade a discussão política levada a efeito, dentre outras, por Marilda Iamamoto. O livro desta com Raul de Carvalho, editado em 1982, (...) *escandaliza este grupo então hegemônico na categoria, as antigas damas da caridade, e (...) mostra a categoria, até aquele momento envolvida com a benesse e a manutenção do status quo. Foi um marco ter o livro e ter a Marilda na PUC* (LEITE, entrevista ao autor).

* Maria Beatriz Costa Abramides é assistente social, professora (PUC-SP) e militante sindical do Serviço Social.

* Rosalina Santa Cruz Leite é assistente social, professora (PUC-SP) e militante feminista.

subcontinente.¹⁵⁷ No caso brasileiro, a presença e influência do CELATS seriam marcantes nesse momento de “virada” do Serviço Social e em diferentes áreas da profissão. Na área profissional, financiaria projetos do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio de Janeiro. Na área da investigação, teria papel chave ao financiar a pesquisa de Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho que resultaria em uma obra seminal para a perspectiva de intenção de ruptura, Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica (1982), na qual se fundem, pela vez primeira no país, uma crítica histórica à tradição conservadora do Serviço Social brasileiro em suas origens e a análise da profissão a partir do referencial teórico marxiano.

Seria ainda sob a influência do CELATS que se realizaria, em 1979, no Rio de Janeiro, o Encontro Nacional de Capacitação Continuada, preparando, segundo Yamamoto, (...) a “*virada política*” na luta contra o conservadorismo profissional (2004, p. 108). A autora afirma ainda que

(...) a entidade apoiou o país com recursos financeiros e suporte profissional e político para criar uma base de organização sindical nacional. (...) Esse processo organizativo esteve por detrás da virada do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, marco simbólico da reorientação do Serviço Social Brasileiro no enfrentamento do conservadorismo profissional. (IDEM)

Na esfera do rompimento do Serviço Social com a sua tradição conservadora não seria sem importância a menção à penetração, naquele momento, ainda antes do III CBAS, do pensamento crítico de viés marxista em um evento de formulação teórica e debates da categoria. Como assinala Silva (1991, p. 4),

¹⁵⁷ Não seria mera coincidência o surgimento da ALAETS e do Movimento de Reconceituação no mesmo ano, em 1965.

(...) foi somente no Seminário do Sumaré, também promovido pelo CBCISS em 1978, numa conjuntura em que a hegemonia dessa instituição já se encontrava abalada e, quando já se delineava a “abertura política” na sociedade mais ampla, que pela primeira vez se explicitou, ao nível do CBCISS, a existência de uma corrente de Serviço Social influenciada pela tradição marxista.¹⁵⁸

A emergência das novas vanguardas profissionais dos assistentes sociais se fez sentir na busca de construção de um aparato organizativo que funcionasse como agregador e acelerador da rearticulação da categoria, dentro de um processo mais amplo de reorganização do movimento popular na luta contra a ditadura. Segundo Maria Beatriz Abramides, (...) em 1977 foram retomadas 4 organizações sindicais. A Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), o sindicato de Minas Gerais e a APAS Goiânia e a APAS Bahia. (entrevista ao autor) Ainda de acordo com Abramides, a entidade baiana sofria influência do PCdoB, a mineira contava com a participação de militantes do MEP, enquanto em São Paulo o pontapé inicial da reestruturação da APAS teria sido dado por duas assistentes sociais recém-formadas, que militavam na Convergência Socialista, organização que, a partir de então, teria influência na entidade paulista. Pode-se afirmar que, nesse momento, uma grande parte daqueles que participavam desse processo não tinham filiação a organizações clandestinas da esquerda revolucionária, apesar de acumularem, em muitos casos, vínculos de luta, orgânica ou não, contra a ditadura militar. Aquela esquerda seria, então, basicamente residual, ainda que a penetração de sua influência fosse muito além de sua força numérica. É forçoso mencionar, neste momento, o trabalho de Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, Aproximação

¹⁵⁸ O CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social) foi a entidade promotora dos Seminários de Araxá, em 1967, e Teresópolis (1970), que haviam formalizado a opção tecnicista e despolitizante do Serviço Social brasileiro.

do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos (1991). Isso porque a referida obra está baseada em extenso levantamento da História do Serviço Social no Brasil das décadas de 1960 e 1970, utilizando-se de uma série de depoimentos de participantes daquele processo. Esse trabalho acaba por explicitar (e, diga-se a bem da verdade, esse não era o objetivo daquela pesquisa, mas cabe muito bem aqui) o fato de que a grande maioria dos entrevistados, que, naqueles anos, chegou a ter uma militância política em organizações de esquerda revolucionária, em especial aquela de origem na tradição católica, a AP, não mais mantinha essa prática política quando, ao final dos anos de 1970, ocorreu o ascenso do movimento operário e popular e a reorganização do sindicalismo do Serviço Social. Isso quer dizer que, se as políticas originárias de organizações de esquerda tiveram forte influência nesse processo (o que, aliás, não foi um caso específico do meio dos assistentes sociais), não só o peso numérico dos militantes orgânicos desses agrupamentos mostrava-se bastante reduzido, como seria formado por um contingente de jovens ativistas. Essa baixa penetração orgânica da esquerda revolucionária nos setores da militância sindical do Serviço Social teria conseqüências nos momentos em que, nos anos de 1980, se desenvolveram embates que envolveram o sindicalismo “autêntico” e aquela esquerda, no PT e em fóruns do movimento sindical.

Em agosto de 1978 realizar-se-ia em Minas Gerais o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistência Social, com a presença de três associações profissionais de assistentes sociais (São Paulo, Goiás e Bahia) e do Sindicato das

Assistentes Sociais de Minas Gerais.¹⁵⁹ Sob influência do chamado “novo sindicalismo”, originário do ABCD paulista, os participantes discutiram as formas de reorganização dos assistentes sociais e o lançamento de uma pesquisa nacional sobre salário e condições de trabalho da categoria, algo que, nas condições vigentes, servia como denúncia das fraudes estatísticas sobre o assunto engendradas pela tecnoburocracia estatal e como instrumento de mobilização a partir de uma questão que afetava o conjunto da categoria. Essa pesquisa serviu de base para o projeto de salário mínimo profissional apresentado na Câmara dos Deputados em 1984.

Um segundo Encontro, no mesmo estado, em novembro daquele ano, contou uma presença mais ampla de entidades (cinco sindicatos, quatro associações profissionais estaduais e uma regional). Objetivava uma articulação maior da categoria em nível nacional, a ampliação do debate político que permitisse o encaminhamento de lutas comuns e o levantamento do trabalho então levado a efeito pelas entidades de assistentes sociais. Em relação a esse último item, foi possível constatar que muitas permaneciam em quase inatividade, restringindo-se ao aperfeiçoamento profissional e, quando muito, a reivindicações econômicas sem, porém, existir uma integração nacional das lutas. Dentre as deliberações tomadas nesse Encontro destacaram-se a de realização de um levantamento por entidade sobre as condições salariais, dando consequência à resolução do I Encontro, a fixação de critérios para o salário

¹⁵⁹ Também nesse campo era palpável a contribuição dos já mencionados organismos latino-americanos do Serviço Social. O sindicato de Minas Gerais contava, à época, com apoio direto dessas entidades para desenvolver suas atividades e transformar-se em pólo de aglutinação do Serviço Social quanto à organização sindical. ABRAMIDES afirma que (...) *nós tínhamos apoio financeiro e político do CELATS/ALAETS. Eles apoiaram financeiramente o sindicato de Minas no projeto sobre salário, trabalho e carga horária dos assistentes sociais (...)* (entrevista ao autor).

mínimo profissional a ser reivindicado, juntamente com a isonomia salarial entre técnicos de aconselhamento profissional do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e os assistentes sociais de carreira. No campo sindical geral foram aprovadas a elaboração de um documento em defesa da unidade do movimento dos trabalhadores e da participação das assistentes sociais nas lutas sociais em curso e o apoio às oposições sindicais que surgiam na contramão do peleguismo e da estrutura sindical vigente. Decidiu-se, ainda, o estabelecimento de contato com a diretoria provisória da Federação Nacional buscando conhecer melhor seu processo de formalização, o qual passava ao largo da mobilização que as entidades sindicais encaminhavam à época (ABRAMIDES e REIS CABRAL, p. 121-122).

O III Encontro foi realizado em São Paulo em setembro de 1979 com a participação de três sindicatos, uma oposição sindical¹⁶⁰, nove associações profissionais e dois movimentos pró-associação, fora três associações culturais. O evento aprovou a criação da nova Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS), voltada a articular a reorganização da categoria em nível nacional, e a transformação das associações profissionais em sindicatos, ao mesmo tempo em que se criticava o processo de criação de uma Federação, levado a cabo pelo sindicato do Rio de Janeiro, em articulação com o de Porto Alegre, sem amplas discussões nas bases da categoria.

A criação da Comissão Executiva (...) foi uma resposta política ao estágio de organização da categoria em nível nacional na época. Não era mais possível dar continuidade aos encontros sem criar um mecanismo de articulação das entidades sindicais

¹⁶⁰ O reconhecimento da oposição sindical (OS) do Rio de Janeiro para as instâncias de debate e deliberação do Encontro se deu na constatação de que o sindicato estava na mão de uma direita que não visava mobilizar seus associados. A OS do Rio de Janeiro vinculou-se à ANAMPOS.

e pré-sindicais (...) que encaminhasse e unificasse as lutas nacionais (...). (ABRAMIDES e REIS CABRAL, 1995, p. 128)

Segundo Abramides (entrevista ao autor), houve no III Encontro todo um processo de debate e convencimento dos presentes quanto ao caráter superestrutural de uma federação criada fora das lutas da categoria e sem a participação e anuência das bases. Havia ainda o problema de que a federação, na lógica da legislação trabalhista vigente, só congregaria os sindicatos, deixando de fora boa parte das entidades pré-sindicais que eram referência de luta e organização naquele período. Essa proposta de criação de uma federação desapareceria nos anos de 1980 quando a esquerda assumiu a direção de todos os sindicatos de assistentes sociais.

A partir dessas afirmações, não se pode concordar com Horta (2009) quando diz que (...) *a criação da federação foi “adiada” em virtude do pouco amadurecimento político da categoria, da pouca discussão na base (...) e que a criação da CENEAS (...) prepara o caminho para a criação desta federação* (p. 163). Em verdade, a CENEAS, ao descartar a criação daquele tipo de federação, iria aplainar o terreno para um outro tipo de entidade, fora das margens da estrutura sindical vigente, distante, portanto, daquela federação proposta por direções de entidades que estavam na contramão do ascenso do movimento de massas daquela conjuntura. A esquerda, ao assumir a direção das entidades sindicais nos anos de 1980, não mais tocaria na questão de uma federação daquele estilo. Essa discussão somente passaria a ter maior repercussão na década seguinte, em condições que, como se verá, seriam bastante distintas daquelas aqui tratadas.

As tarefas da CENEAS, além do encaminhamento do deliberado nos Encontros anteriores, diziam respeito ao acompanhamento das discussões sobre o Plano de Cargos e Carreira do funcionalismo público e, de imediato, preparar a intervenção conjunta das entidades no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), marcado para ser iniciado no último dia do Encontro. As datas coincidentes não eram fruto do acaso. O III Encontro funcionou como preparatório para os embates que, previa-se, aconteceriam no Congresso, dada a forma excludente e oficialista com que este fora organizado. No Encontro, a partir de um seminário sobre a conjuntura nacional¹⁶¹, foi preparado um manifesto crítico em relação à organização do CBAS que, após sua aprovação em assembléia durante aquele Congresso, balizou sua organização e as decisões nele tomadas. Os acontecimentos durante o evento, que o tornaram conhecido no meio dos assistentes sociais como o “Congresso da Virada”, não teriam tido a contundência e eficácia demonstradas sem essa prévia preparação envolvendo aquelas cerca de vinte entidades.

O III CBAS realizou-se em São Paulo, entre os dias 23 e 28 de setembro de 1979, sob os auspícios do Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e do Conselho Regional da 9ª região (SP) nos moldes dos grandes eventos de “celebração da profissão”, sob o tema “Serviço Social e Política Social”. Já na abertura oficial¹⁶², o presidente do CFAS, Luis Henrique Pedreira, vinculava o momento do Congresso ao envio, pelo governo, ao Congresso Nacional do III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND), no qual o último general-ditador

¹⁶¹ A influência, ao menos parcial, da CS na reorganização do Serviço Social nesse momento pode ser medida pelo fato de um seu militante (de fora da categoria) ter sido responsável pela análise de conjuntura que serviu de base para os debates que prepararam a intervenção dessa vanguarda da categoria no III CBAS.

¹⁶² Os participantes do III Encontro boicotaram a essa abertura “oficialista”.

reconhecia o fracasso da política vigente no período do “milagre econômico” (“fazer crescer primeiro o bolo para depois distribuí-lo”), propondo, então, medidas de alcance social que superassem o descompasso criado. O presidente do CFAS defendia, no caso, que (...) *a superação de tais dificuldades e bloqueios à ação do governo não deve, entretanto ser apenas tarefa deste, mas de todos aqueles que pelo social respondem* (III CBAS, 1979, p .7). Em sua saudação, o representante do CBAS da 9ª Região, Ulisses Bueno, dava aos congressistas as boas vindas à reunião que se iniciava (...) *nesta terra amiga, acolhedora e boa, onde um povo dinâmico e ordeiro (grifo do autor), trabalha, estuda, conta e reza, realiza e progride sob a benção do apóstolo Paulo* (idem, p. 8).

As citações tornam-se aqui cabíveis para que se absorva o tom e o conteúdo que se esperavam do Congresso, a saber: a) o apoio à tentativa da ditadura em crise de encontrar válvulas de escape para suas políticas econômicas malogradas; b) o discurso mitificador do “povo pacífico e ordeiro” exatamente no momento e lugar onde mais forte se ouvia o grito do inconformismo dos trabalhadores contra as políticas governamentais; c) a menção de conteúdo religioso a apontar o quanto de conservadorismo da tradição católica ainda ditava os caminhos trilhados pelos dirigentes das organizações responsáveis pelo evento. As respostas a estes “apelos” não tardariam, porém, a virem à tona.

O primeiro dia de trabalho do Congresso foi marcado por uma Conferência matinal sobre o tema central do encontro seguida, à tarde, pela apresentação de painéis sobre Política Governamental em diferentes setores, como Assistência Social, Educação, Habitação etc, com a participação em várias mesas de representantes governamentais das diferentes esferas. Aqueles que

tinham estado no III Encontro haviam decidido levar o manifesto aprovado por eles para o interior do Congresso e tentar mensurar nos grupos temáticos o sentimento de seus participantes. Cabe demarcar que não existia, naquele momento, nenhuma idéia de “virar” o Congresso. Visava-se, isto sim, levar para os demais congressistas uma proposta de interferência “à esquerda” no evento, “de combate” na retomada das lutas sociais, dos movimentos sociais e da luta contra a ditadura, com a profissão se vinculando àquelas lutas e explicitando os assistentes sociais enquanto parte da classe trabalhadora, mal remunerados e precarizados, além de encaminhar uma proposta de destituição da Comissão de Honra do III CBAS.

No dia seguinte, os painéis sobre Realidade e Direito Sociais tenderam parcialmente ao rompimento dessa lógica. Exemplificando: no painel sobre Trabalho foi apresentado o filme “Greve do ABC”, cujo produtor, o cineasta João Batista de Andrade, era membro da mesa coordenadora das discussões, à qual foi incorporado o sindicalista Devanir Ribeiro, diretor, à época, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A sua presença, que praticamente mobilizou os debates posteriores às exposições, já foi um demonstrativo de que os parâmetros colocados de início pelos organizadores do Congresso começavam a ruir.

Em alternativa às visitas técnicas programadas para aquele dia, realizou-se uma assembléia, organizada pelas entidades representativas dos assistentes sociais, que contou com cerca de 600 delegados do Congresso e que preparou um conjunto de proposições a serem nele discutidas e aprovou o manifesto

saído do III Encontro¹⁶³. A ampla participação dos congressistas nessa reunião era uma amostra do descontentamento com o andamento do Congresso, mas, também, da representatividade alcançada pelas decisões do Encontro preparatório. Além disso, essa situação refletia um processo avançado de organização de parcelas da categoria em seus locais de trabalho, pela participação nas assembléias de suas APAS e nas comissões de transformação dessas entidades em sindicatos, além de refletir a existência de profissionais vinculados às práticas dos movimentos sociais. De acordo com Abramides (entrevista ao autor), (...) *nós já tínhamos uma massa crítica que estava se movimentando, se articulando. (...) Só pode se pensar esse Congresso pela existência de luta de classes nesse país. Não foi a categoria endógenamente ou um grupo de pensantes que realizou (...) não é isso.* Nesse sentido, essa assembléia representou o ponto de partida para mudanças profundas naquele evento. Nela se decidiu a “virada” do Congresso.

Entre os pontos ali discutidos, estavam a limitação da participação estudantil (somente dois por escola) e os custos proibitivos para sua efetiva presença. Foi questionada a argumentação da direção do CBAS de que o espaço não comportaria uma grande presença de estudantes e apontada como causa real do problema a falta de democracia no evento, o que tinha implicado, inclusive, notas de repúdio às restrições, como aquela aprovada na reunião preparatória do III Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS). Porém, o questionamento de maior relevo quanto ao caráter discriminatório do Congresso se deu sobre o conjunto de sua organização. A montagem das mesas com representantes de governos que nada traziam de

¹⁶³ O texto do manifesto está em ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p. 171-172.

novo para a categoria, o privilégio aos médicos e a ausência de assistentes sociais na mesa de discussão sobre saúde, o impedimento de debates e a manipulação das perguntas escritas em diversos painéis foram algumas das denúncias que os organizadores (ou parte deles) do encontro ouviram durante aquela tarde. Afinal, foram aprovadas diversas propostas de modificações quanto ao funcionamento e conteúdo do Congresso. As principais podem ser resumidas em: participação de representantes da Comunidade e lideranças sindicais em todas as mesas do Congresso; garantia da discussão sobre trabalho e salário dos assistentes sociais (na medida em que, como assalariados, se unissem às lutas dos trabalhadores brasileiros), existência de assembléias diárias para discutir os encaminhamentos. Foi ainda ratificada a moção, aprovada no Encontro Sindical dias antes, que sintetizou todo o sentido simbólico daquele momento: ao assumir o compromisso dos assistentes sociais com os trabalhadores do Brasil, ela afirmava o descontentamento dos congressistas com a ação da Comissão Organizadora do III CBAS de ter montado a Comissão de Honra do evento (por razões de protocolo, segundo argumentação dos organizadores), com autoridades envolvidas com "(...) atitudes repressivas e agressivas com relação aos trabalhadores, sindicalistas e em entidades de classe".¹⁶⁴ Propunha, então, sua destituição e a constituição de uma nova, (...) *montada simbolicamente, por todos os trabalhadores deste*

¹⁶⁴ A Comissão de Honra estava composta por um presidente (o general-presidente João Figueiredo), um patrono (Murilo Macedo, ministro do Trabalho, que abriu o Congresso), Jair Soares (Ministro da Previdência e Assistência Social, previsto para discursar no encerramento do mesmo), além dos governantes biônicos Paulo Maluf e Reinaldo de Barros, respectivamente governador do estado de São Paulo e prefeito de São Paulo e do Secretário da Promoção Social daquele estado, Salim Curiati (ABRAMIDES e REIS CABRAL, 1995, p.171).

país, por todos os que morreram na luta pelas liberdades democráticas e por todos que lutam pela democracia deste (sic) país (III CBAS, p. 266).

Essa moção foi aprovada por aclamação, sendo o momento de maior manifestação dos participantes da assembléia. Aprovou-se, ainda, que caberia às entidades sindicais, via CENEAS, a organização dos próximos congressos da categoria.

Os debates do Congresso, a partir de então, assumiram um crescente conteúdo de contestação ao regime ditatorial e da necessidade de sua superação. Foram exemplos disso as conferências “Posicionamento do Assistente Social frente à Política Social”, proferida pelo presidente da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social (ALAESS), Seno Cornely, e pela presidente da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP), Luiza Erundina de Souza, e “Formas de Representação da Categoria Profissional”, que contou com a participação, entre outros, de dirigentes sindicais de assistentes sociais e do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Deu-se, porém, na sessão plenária de encaminhamento de moções, o enfrentamento decisivo do Congresso, entre os representantes do setor da categoria que desejavam mudanças e os defensores do conservadorismo. Dentre as muitas moções apresentadas, tiveram destaque as que denunciavam o caráter antidemocrático do evento, especialmente aquela aprovada no III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, já aqui mencionado, que serviu de base para as discussões da assembléia que deflagrou as alterações nele registradas.

A aprovação desta (e de outras moções críticas ao Congresso e à situação vigente) não passou em branco. Um “grupo de colegas” (assim se identificavam)

apresentou moção ampliando as homenagens propostas ali aos trabalhadores brasileiros, mas para a toda a população, “produtiva ou não”, sob a alegação de que todos seriam parte da “clientela” dos assistentes sociais, objetivando diluir o caráter classista das homenagens.

Uma outra, mais direta, assinada por assistentes sociais da Secretaria de Promoção Social do Governo do Estado de São Paulo, solidarizava-se com a organização do Congresso e acusava (...) *uma facção ávida de sensacionalismo* pela desestruturação do planejamento do evento e pela (...) *destituição da Comissão de Honra*. Denunciava, ainda, as lideranças sindicais por omissão na organização do CBAS, a

(...) limitação imposta a profissionais de renome, pela nova sistemática impedindo a sua plena contribuição à prática profissional (...) e o desvirtuamento dos (...) objetivos básicos do congresso que era (sic) o Serviço Social e a Política Social, passando a discussão ideológica e de grupos antagônicos. (III CBAS, p. 433-434)

Colocadas em votação, depois de intenso debate, no qual prevaleceu o repúdio a tais posições, essas moções foram sumariamente rejeitadas. Terminava, ali, com vitória, o primeiro *round* travado pelas forças da transformação no interior do Serviço Social na nova conjuntura aberta pela crescente participação de setores dominados da população na luta pela conquista de amplos direitos políticos, econômicos e sociais.

O *grand finale* representativo dessa conquista deu-se na sessão de encerramento do CBAS, Entre os convidados chamados a compor a Mesa encontravam-se Luis Inácio da Silva e José Pedro da Silva, este da oposição sindical metalúrgica de Osasco e representantes do Movimento de Luta contra a Carestia, da Associação Popular de Saúde e do Comitê Brasileiro de Anistia. Nos

discursos, um amplo repúdio à ditadura e à falta de liberdades veio acompanhado do apelo à organização dos assistentes sociais e da sociedade brasileira e da esperança na transformação social. O Serviço Social se aproximava concretamente da classe operária e suas lutas, o que rebatia internamente no sentido de fortalecer a tendência de rompimento com a sua tradição conservadora Nas palavras de Luisa Erundina:

(...) este Congresso é uma prova de que os tempos mudaram (...). O que se fez aqui foi o compromisso da categoria com o que o povo brasileiro está esperando hoje, por seu próprio interesse, através das camadas mais exploradas da população.(...) A natureza de nossa profissão estaria se prostituindo e faltando à sua opção profissional, negando o seu compromisso se não se aliasse, efetivamente á luta dos trabalhadores e do povo, em geral. (III CBAS, p. 454)

O III CBAS tornou-se um marco na História do Serviço Social brasileiro¹⁶⁵ em relação ao rompimento com o conservadorismo e à explicitação de novos caminhos e de um novo papel a ser representado pelos assistentes sociais, tendo em vista os cortes classistas da sociedade, transformando-se em

(...) expressão do processo de luta política e social que se travava na sociedade brasileira naquele período, em que os trabalhadores, enquanto sujeitos coletivos, ocupam o cenário nacional em grandes mobilizações e greves a partir do ABC paulista, A categoria ao afirmar seu compromisso histórico com as classes trabalhadoras dá um passo decisivo em seu projeto profissional. (ABRAMIDES e REIS CABRAL, 1995, p. 174-175)

¹⁶⁵ A importância do evento pode ser medida, por exemplo, pelas manifestações ocorridas quando dos trinta anos do mesmo. Um seminário, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), pelo Conselho Regional de Serviço Social da 9ª Região - São Paulo (CRESS-SP), pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), em novembro de 2009, e realizado no Palácio de Convenções do Anhembi, em São Paulo, mesmo palco do “Congresso da Virada”, comemorou aquela data. Na época, a Editora Cortez lançou o número 100 da Revista SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE (2009), celebrando os trinta anos da Revista e daquele Congresso.

3.7 OS ANOS DE 1980: UMA DÉCADA PERDIDA?

Diversos analistas econômicos, debruçados sobre o penúltimo decênio do século XX no Brasil, não tiveram dúvidas em afirmá-lo como a “década perdida”. A quebra da economia brasileira, logo ao seu alvorecer, as baixas taxas de crescimento da produção e a dependência do país frente aos ditames ortodoxos dos “doutores” encastelados nos organismos de controle financeiro mundial levaram aqueles estudiosos da realidade brasileira de então a conclusões especialmente negativas. Levando-se em consideração a trajetória histórica dos indicadores de crescimento econômico no período pós-Segunda Guerra Mundial (1939/45), a comparação com os dados mais recentes apresentava um quadro lamentável.

Teriam, então, razão em seus exames esses críticos da vida nacional? Teria o Brasil perdido o rumo, sendo muito pouco o que se poderia aproveitar daqueles anos? Ou seria esta uma forma míope de observar a realidade, turvando a análise por uma via determinista na qual a mediocridade dos índices econômicos tendia a esconder um rico processo de avanços político-institucionais e sociais com amplos setores da população brasileira assumindo um papel de partícipe da vida social que o regime militar ditatorial buscava usurpa?.

Para que se possa avaliar a formação social brasileira e, em especial, as tendências da evolução da luta de classes no Brasil dos anos de 1980, procurar-se-á discutir inicialmente a articulação dos aspectos centrais da conjuntura internacional com as vicissitudes de um país em condições de crise sócio-econômica, em um momento de transição de uma ditadura decadente para um

regime ainda por se definir. O centro da investigação passa por esclarecer como se dá a inserção do Brasil na reordenação da dominância do capital em nível planetário e as relações entre as classes sociais em conflito, após os abalos sofridos nos anos de 1970.

3.8 A IMPLANTAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL NOS PAÍSES CENTRAIS DO CAPITALISMO

Aquilo que se convencionou denominar comumente de neoliberalismo tem sua certidão de nascimento datada ainda durante a Segunda Guerra Mundial, a partir das formulações de Friedrich Hayek em sua obra O Caminho da Servidão (HAYEK, 1972). A preocupação de Hayek, para além do conservadorismo burguês radicalmente anticomunista, era discutir o papel central assumido pelo Estado interventor dentro do modelo keynesiano. Este explicitava objetivos bem precisos: a recuperação da economia após uma crise brutal, que abalou as práticas e formulações tradicionais do liberalismo praticado a fundo nos Estados Unidos da América até 1929, utilizando-se, entre outros instrumentos, da intervenção estatal como indutora da retomada da produção e consumo, reativando as atividades econômicas. E, dentro do programa de recuperação que ficou conhecido por “New Deal”, construir condições sócio-econômicas para as populações trabalhadoras que as afastassem da atração exercida pelo socialismo.

Contra tal enfoque rebelava-se Hayek, denunciando o Estado como incapaz de cumprir o papel de incentivador do desenvolvimento das sociedades.

Pelo contrário, sua ação estabeleceria barreiras ao verdadeiro responsável pelo progresso humano, o mercado livre de amarras, no qual a capacidade dos homens se potencializaria.

As formulações de Hayek restariam parcialmente adormecidas até os anos de 1970, quando um conjunto de problemas no mundo capitalista (mas não só nele) acabou por trazê-las de volta à arena dos debates. Na parcela do mundo bipolarizado na qual reinavam os Estados Unidos da América, fortes elementos de crise surgiram a partir dos desdobramentos da Guerra do Vietnã, da contestação radical cujo foco inicial foi o maio de 1968 na França e da falência do sistema econômico-financeiro acordado em Bretton-Woods, agravado no primeiro lustro da década de 1970 com as ações determinadas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Para os defensores do pensamento liberal, acenderam-se as luzes de alerta: havia que se procurar respostas imediatas que dessem conta do poder dos sindicatos e do movimento operário em geral (derrotando-as política e ideologicamente) e aproveitassem a ocasião para recolocar as economias abaladas pela “crise do petróleo” de volta ao leito da centralidade do mercado (ANDERSON, 1995).

Naquele momento, o receituário de Hayek e de outros liberais começava a ser resgatado e levado à prática, sem mediações. A comprovação de que o neoliberalismo é uma resposta político-ideológica, para além do seu caráter aparentemente econômico, do capital aos desafios a ele interpostos se dá com a utilização de suas fórmulas, de início, em um Chile recém-saído de uma tentativa de implantação de um modelo de socialismo e que passava, então, por uma “limpeza política” cirúrgica por intermédio de uma brutal ditadura militar. A ação dos *Chicago Boys*, como ficaram conhecidos os jovens reprodutores do

pensamento de Milton Friedman¹⁶⁶ “importados” por Pinochet, representou a primeira experiência prática dos princípios neoliberais. Não terá sido mera coincidência. O desprezo, na prática, dos formuladores dessas ideias pelos costumes democráticos, vistos, em geral, como entraves ao bom andamento do mercado, certamente não desagradou à cúpula militar da autocracia chilena. Afinal, no conflito que dividia o mundo naquele período, o “mundo livre” e democrático era sinônimo, somente em sua parcela “ocidental”, de capitalismo e “livre mercado” (ANDERSON, 1995).

Foi, porém, a partir do final daquela década que os princípios neoliberais puderam ser levados a efeito de maneira mais ampla e eficaz. Tendo como *avant-garde* os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, respectivamente na Inglaterra e Estados Unidos da América, os ataques aos direitos dos trabalhadores, às suas trincheiras de luta (os sindicatos) e às políticas sociais dos Estados começaram a se generalizar, mesmo em países de governos autodenominados social-democratas. A crise capitalista, agravada por nova onda dos aumentos dos preços do petróleo, ajudou a construir um clima de questionamento em relação à eficácia do Estado, visto como burocratizado e limitador das oportunidades do crescimento econômico, apresentado como vinculado à atividade (e o lucro) privado. A redução da capacidade de atuação social do Estado, pela via das políticas de governo, como a redução de impostos, ganhava amplos espaços na mídia, na qual a ideia do Leviatã sugador das riquezas da sociedade procurava ganhar corações e mentes para o “novo” projeto, “moderno” caucionador de “liberdade de empreendimento”.

¹⁶⁶ **Ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1976.**

Apesar da reação inicial de entidades trabalhistas e de setores considerados esquerdistas (chamados, inclusive, de conservadores frente às “mudanças”), a proposição de que só haveria a saída neoliberal para os problemas que o mundo enfrentava se espalhou como praga daninha. Isso, sem dúvida, como reflexo das condições sócio-políticas que se expressaram nas concepções de Francis Fukuyama sobre o fim da História. Afirmava-se a hegemonia ideológica do “pensamento único”, que tomou corpo nos anos de 1980.

A senilidade do modelo soviético de socialismo auxiliou sobretudo a construção dessa hegemonia. A decadência econômica tornava a União Soviética e os países do Leste Europeu excelentes exemplos, na propaganda burguesa, de como o gigantismo estatal era impotente frente aos desafios colocados para a humanidade. Acrescia-se a isso o fato de que a falta de liberdades políticas nessa parte do globo contribuiu sobremaneira para a vulgarização do “mundo livre” do capitalismo. Cada dissidente soviético preso ou exilado permitia um verdadeiro delírio dos agentes do capital. E a lenta agonia daquele modelo, durante a década, só fez estimular o cerco político-ideológico aos críticos do neoliberalismo. A queda do Muro de Berlim tornou-se imagem-símbolo do fim de uma era, da derrota de um sistema e, por via de consequência, da vitória inapelável do outro.

A *débâcle* soviética deixou atordoada a esquerda em nível planetário. Mesmo uma considerável parcela desta, descrente de há muito das possibilidades do Leste Europeu na construção de algo que se assemelhasse às formulações clássicas do pensamento marxista, seria levada de roldão pelos acontecimentos daquela década. Mais graves, profundos e generalizados do que

as intervenções na Hungria (1956) e Tchecoslováquia (1968), os fracassos soviéticos nos diversos campos de atuação estimularam o retraimento, a desilusão (em setores onde ainda havia esperanças naquele modelo) e a dispersão.

3.9 O BRASIL NA CONTRACORRENTE DA “MUNDIALIZAÇÃO”

Para avaliar a situação brasileira nos anos 80 frente ao quadro descrito até aqui, é fundamental que se explicitem dois aspectos básicos. O primeiro diz respeito ao fato de que a implantação das políticas neoliberais, aqui, não se deu de chofre, em comparação ao contexto anglo-estadunidense. A absorção de tais políticas deu-se de forma gradual - e não sem conflitos – e está em curso até os dias de hoje. Um segundo aspecto versa sobre a situação mesma em que estava calcada a dinâmica da sociedade brasileira nos primeiros anos daquela década, as condições econômicas e políticas sobre as quais os diferentes projetistas de modelos de nação se debruçaram na busca de entendê-las e formular suas alternativas.

As promessas de “Brasil, grande potência do século XXI”, realizadas pelo regime ditatorial no primeiro lustro dos anos 1970, desfaziam-se a olhos vistos, poucos anos depois. A crise do capitalismo em esfera planetária atingiu diretamente o “milagre brasileiro” expondo a dura realidade de uma dívida externa crescente e sem alternativa de soluções. O endividamento realizado em período de dinheiro farto e, em geral, juros flutuantes, voltava-se agora contra o país como espada afiada, pronta a atingir seu alvo. As taxas de juros

internacionais, que em 1976 estavam, em média, em 5%, subiram, cinco anos depois, para mais de 20%. Em 1974, o pagamento de juros (de mais ou menos 500 milhões de dólares), acrescido da amortização de uma dívida de cerca de dois bilhões de dólares, representava por volta de um terço das entradas de capitais no país, por meio de empréstimos e financiamento. Em 1980, só de juros, o Brasil pagou 5.9 bilhões de dólares, passando, no ano seguinte, para 10.3 bilhões daquela moeda. Isto, sem contar com as amortizações e a queda da entrada de capitais no país, deixa claro o enorme rombo nas contas externas. De pouco importava a “explicação” de que a ascensão dos juros em nível planetário afetava principalmente os países subdesenvolvidos. A verdade é que, se a dívida externa¹⁶⁷ abocanhava pouco mais de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em meados dos anos 1970, dez anos depois essa relação chegava próxima de 50%. E não se poderia culpar a conta-petróleo. Esta acompanhava, sim, o serviço da dívida durante a evolução da crise, a partir de meados dos anos 70 e início dos anos 80, em um crescimento de algo como 6 a 7 bilhões de dólares. Porém, no mesmo período, a dívida sofreu um crescimento de mais de vinte e dois bilhões da mesma moeda (PEREIRA, 1984b).

O resultado geral desse processo não poderia ser outro: a incapacidade do Brasil (e de diversos outros países) em honrar os compromissos externos levando-o ao reconhecimento de uma situação de insolubilidade, no segundo semestre de 1982. Estando já a economia brasileira em grau extremo de dependência frente a investimentos de origem externa, buscar-se-ia recuperá-la,

¹⁶⁷ Entre 1975 e 1977, em média, dois países renegociavam suas dívidas que montavam em cerca de 450 milhões de dólares. No ano de 1982, vinte países renegociaram dívidas que, somadas, alcançavam cifras próximas a 20 bilhões de dólares. E isso sem contar com as renegociações de Brasil e México, só iniciadas no final daquele ano.

então, com o concurso de organismos financeiros internacionais, através de acordos que, em troca de empréstimos (voltados, na verdade, para o pagamento vencido de parcelas da dívida), permitiam uma interferência direta dos agentes desses organismos na formulação das políticas econômicas brasileiras, sempre de acordo com os interesses das grandes potências e do capital financeiro internacional. O endividamento (e o pagamento do serviço dessa dívida) tornava-se o instrumento mais eficaz de interferência do grande capital nas economias de um crescente número de países. E isso com função múltipla. De um lado, a criação de um sorvedouro de recursos deslocados dessas nações para o sustento de economias superendividadas internamente, em especial a estadunidense.¹⁶⁸ De outro lado, o monitoramento das economias periféricas evitava ações (como algumas de caráter protecionista ou nacionalista) de seus governos, garantindo a ampliação da dependência (GOMES, 2003). Essa tutela que, de alguma forma, se estendia ao campo político, criou, no vocabulário econômico da época, a expressão “fazer o dever de casa”, para representar o cumprimento dos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI) *et cetera*. A infantilização do papel a ser cumprido pelos países dependentes foi assumida com servilismo por seus governos e muitos de seus economistas. Até hoje, aliás, diversos analistas conservam, ainda, tal sinal de vassalagem.

O aspecto central da dominação imperialista via expansão do endividamento das nações subdesenvolvidas, verdadeira pedra de toque dos novos rumos que se iam traçando na economia (e na política) mundial, dizia respeito ao fato de que tal domínio permitia impor, a prazo, um conjunto de determinações que, vistas em seu conjunto, apontavam para o “norte”

¹⁶⁸ A dívida externa dos EUA já ultrapassava 1,5 trilhões de dólares em 1984.

neoliberal. A contínua desqualificação do Estado nacional como indutor de políticas de caráter desenvolvimentista (a propaganda “collorida” do início dos anos 90 apresentava-o como um imenso elefante lento e perdulário), o aumento da desigualdade econômico-social e a volta das taxas de remuneração do capital anteriores à crise dos anos 70 eram alguns de seus objetivos. Para chegar a tanto fez-se mister um processo de destruição da economia desses países, em geral, e do Brasil em particular. Crescimento medíocre, às vezes negativo, do PIB, inflação galopante (cujos índices fariam corar os golpistas de 1964, acusadores da “desordem econômica” de Goulart), queda na geração de empregos foram alguns dos resultados de seguidos planos econômicos justificados pelo reiterativo descontrole da espiral inflacionária. Porém, pode-se afirmar, com os dados disponíveis, que a suposta “década perdida” da fala dos “agentes do mercado” foi capaz de apresentar mecanismos, através, principalmente, de muitos de seus agentes sociais, que serviram de anteparo parcial, por algum tempo que tenha sido, à avalanche neoliberal.

Um painel político daquela conjuntura mostra que a agonizante ditadura, dirigida a partir de 1979 pelo general João Figueiredo, buscou, por meio da absorção distorcida de propostas do movimento social, legitimar-se no poder e encontrar saídas para as crises que se avolumavam, sem correr o risco de perda do controle do poder.

A anistia limitada e conexa e a permissão de ampliação do quadro partidário sem a abrangência que muitos reivindicavam¹⁶⁹ são exemplos já analisados desse processo. Mesmo com tais restrições, estas medidas, partes da

¹⁶⁹ Um quadro detalhado dessas questões pode ser encontrado em ALVES, 1989, p. 268-278.

propaganda “abertura”, desagradavam sobremaneira os setores mais reacionários, em geral de origem castrense, sustentáculos dos porões dos horrores da ditadura, então em desuso. A reação destes não se fez esperar. A utilização de atentados contra pessoas ou instituições, vistas como inimigas do *status quo* ditatorial, que teve seu ápice na ação de agentes do DOI-CODI contra uma comemoração do Dia do Trabalhador no complexo do RIOCENTRO, no Rio de Janeiro, em 1981, era demonstrativo do tipo de relação que esses esbirros da ditadura pretendiam estabelecer com os novos horizontes que se construíam naquele momento. A falta de reação do ditador àquela sucessão de ações de terrorismo de Estado, ao não inculpar seus responsáveis, vários dos quais tinham seus nomes estampados pela imprensa diária, pelo possível temor de que a punição dos setores “duros” do regime respingasse no próprio Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), e em alguns dos seus asseclas, colocou seu governo em um estado de irrecuperável imobilismo. Esse processo de crescente e lamentável abulia era entremeado de frouxas e fracassadas tentativas de intervenção no jogo político. A ação de Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil em substituição ao General Golbery do Couto e Silva, “mago” da distensão e da abertura e autodefestrado com a crise do RIOCENTRO, era um painel vivo da situação. Na ânsia de enfraquecer pela divisão os partidos de oposição, impondo uma artificial proibição de coligações, jogou de volta aos braços da antiga frente oposicionista, o agora PMDB, o seu setor conservador, constituído pelo Partido Popular (PP) de Tancredo Neves. Esta desastrosa manobra feria de morte os planos de aproximar aqueles setores do Partido Democrático Social (PDS) (da ditadura), sucedâneo da antiga

ARENA, procurando garantir maioria para o governo e alguma tranquilidade naquele lustro de transição política.

A própria eleição direta para governadores dos estados, em fins de 1982, demonstrou a fraqueza do regime. A escolha popular de candidatos mais ou menos comprometidos com proposições oposicionistas acuava ainda mais os detentores do poder. As reações contra o sucesso de Leonel Brizola no pleito do Rio de Janeiro, com tentativas de fraude e golpe militar, arquitetado pela “linha dura” castrense, em conluio com a mídia burguesa mais conservadora, foram frustradas pela pressão popular sobre um governo preocupado em evitar o aprofundamento da sua desmoralização.

3.10 O PT ENTRE A AFIRMAÇÃO E A CRISE

O resultado obtido por Brizola não foi acompanhado do mesmo êxito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em seu “batismo de fogo” eleitoral. O partido apresentava, nessa época, um perfil que o destacava dos demais que alcançaram sua legalização no início dos anos 80. Não contava em seus quadros com lideranças do período anterior à ditadura, não propugnava o retorno às práticas caracterizadas como “populistas” e defendia um rompimento radical com a ditadura militar. Se havia muita esperança no sucesso da legenda por parte de sua direção e militância, fruto do crescimento das lutas e organização do movimento operário e popular, o resultado das urnas funcionou como uma ducha de água fria, abrindo uma crise interna no Partido. O esquerdismo de algumas propostas e posturas, o não-enraizamento de um pensamento de

esquerda em amplas parcelas da população, tradicionalmente submetida ao jogo de poder das elites burguesas, a falta de experiência e de recursos financeiros podem explicar, em boa parte, o resultado frustrante. Mas, é importante ter claro que, no conjunto, as proposições apresentadas pelo PT, na época, não estavam deslocadas da realidade, como muitos de seus críticos se esforçavam em comprovar. O documento petista “O PT e a Economia: projeto de programa econômico”, lançado em um suplemento do Jornal dos Trabalhadores à época da campanha eleitoral, em outubro de 1982, funcionava como um claro contraponto àquelas afirmações. Assim é que, mesmo indicando ser o socialismo o objetivo final do Partido, o texto assinalava não existir ilusão quanto à sua concretização em prazo curto. Seu objetivo seria, então, de formular um projeto para a realidade imediata, voltado à melhoria do padrão de vida da população brasileira. Nele emergia a defesa de uma renegociação da dívida externa baseada nos pressupostos de ser conduzida por um governo democrático com respaldo popular, ser levada adiante em conjunto com outros países endividados e ser implantada dentro de um processo de reorientação industrial, com prioridade para os setores produtores de bens de consumo popular voltados à substituição de importações e geração de dívidas externas. O pagamento da dívida se daria pela criação de excedentes exportáveis, frutos do aumento da produção e não via redução de consumo interno. O documento propugnava, em relação ao grande desemprego vigente, a instituição do seguro-desemprego, de jornada de trabalho de 40 horas, reforma agrária, ampliação dos serviços públicos de natureza social e concentração de créditos subsidiados aos setores industriais que mais absorvessem mão-de-obra. E reivindicava, ainda, a recuperação do valor do salário mínimo, a escala móvel de salários e

uma ampla alteração do modelo fiscal taxado de injusto, concentrador e regressivo, a partir do fim gradativo dos impostos indiretos (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1982). Ora, acusar esse conjunto de proposições de “esquerdista” ou “radical” é querer fugir de qualquer lógica baseada na honestidade intelectual. Ao contrário, essas bandeiras eram, até, bastante acanhadas frente ao que o partido defendia, na época, em seu programa partidário. A questão do pagamento da dívida é um exemplo desse acanhamento. A proposta de governo ia pelo mesmo caminho. O socialismo perdia, na prática, com tal formulação, todo o conteúdo possível naquela realidade.

Esse, aliás, representaria um problema de difícil definição no Partido. Se, desde os seus documentos fundacionais, o objetivo estratégico de se chegar ao socialismo estava formulado, havia enorme indefinição sobre que socialismo era esse, que formas ele assumiria e como a ele se poderia chegar. O PT, pelo menos durante a década de 1980, foi palco das mais amplas discussões sobre o assunto, em uma época em que o modelo soviético já “fazia água” por todos os lados, e a social-democracia europeia ensaiava os primeiros passos para sua adesão de “terceira via” no caminho do neoliberalismo em expansão.

A indefinição petista sobre o “seu” socialismo tem óbvias relações com essa conjuntura internacional, mas nela não se esgota. A disputa interna das diferentes correntes petistas (revolucionários, reformistas e social-democratas de todos os tipos), a falta de um conhecimento do histórico das lutas e de consciência de classe mais ampla entre aquele operariado (que se formara, no ABC paulista, durante e sob as condicionantes da ditadura) e os trabalhadores

brasileiros em geral¹⁷⁰, e de suas lideranças, em particular, ajudaram a compor um quadro de indefinições que, ao lado de seu aspecto real, acabava sendo funcional para os interesses de alguns setores (os politicamente mais distantes de um projeto de transformação radical e socialista da formação social brasileira).

À época, José Dirceu, futuro presidente do PT, afirmaria:

(...) Haverá um momento do desenvolvimento político e histórico do PT em que se colocará tanto a questão da tomada do poder, do caminho da revolução e da definição do socialismo, como a questão do marxismo, como a questão do leninismo. Mas apresentar falsas questões, que não estão na ordem do dia da luta de classes nem para o conjunto dos trabalhadores, como questões que exigem resoluções, é levar o partido à divisão e ao fracionamento. (DIRCEU, *in* SADER, org., 1986, p. 40)

A superação, ao menos parcial, da crise causada pelos resultados eleitorais do PT em sua estréia nas eleições parece ter ocorrido pelo recrudescimento dos problemas que afetavam a sociedade brasileira. Atingido por uma brutal ausência de liquidez, o Brasil abria, ainda ao final de 1982, negociações com o FMI, firmando-se a primeira de uma série de cartas de intenção (em verdade, cinco até princípios de 1984). Se tal sucessão resultava da incapacidade de o governo brasileiro cumprir as metas acordadas, importa aqui

¹⁷⁰ Francisco de Oliveira fazia, à época, uma dura crítica aos que colocavam, nos anos de 1980, o PT como novidade absoluta, de ser o primeiro partido político da História brasileira que teria emergido da classe operária, desconhecendo (por ignorância ou sectarismo) a trajetória do PCB. E, em relação à indefinição do “socialismo petista”, Oliveira afirma que (...) *para além de um situacionismo preciso à esquerda das demais formações políticas brasileiras, que decorre mais de sua base social que de suas propostas, o PT não consegue ir além de um vago enunciado em que se diz que o socialismo petista será definido pelas massas, o que é rigorosamente um silogismo, pois se as massas do PT carecem de uma cultura política socialista, fica pouco claro que proposta socialista poderá emergir.* (1986, p. 16-17) E acrescenta a existência de outro silogismo, que seria frequente em toda a esquerda da época: (...) *o de que o socialismo brasileiro não poderá ser importado de modelos vigentes alhures, o que parece uma saudável desconfiança em relação às experiências do “socialismo real”, mas esconde na verdade a inexistência do socialismo como cultura, e uma malandra escusa de criticar a variegada, rica e contraditória experiência internacional* (IDEM, p. 17).

frisar que o ajuste em geral proposto pelo Fundo para as contas públicas, que passava pelo controle e redução dos índices de inflação, acusado de fomentador de mais um processo de arrocho salarial no país, parece ter tido mais um caráter de aval do que de indutor ou impositor de tal medida. O governo brasileiro, acuado pelas dimensões da crise, tomaria, dali em diante, um conjunto de medidas que alteravam profundamente a política de concessão de reajustes salariais. A partir do decreto-lei nº 2012, de janeiro de 1983, até o de nº 2045, de julho de 1983, passando pelo decreto nº 8782, de julho do mesmo ano, diversos direitos dos trabalhadores quanto à sua remuneração foram alterados e/ou suprimidos. Expurgos nos índices do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), base de cálculo para os reajustes salariais, imposição destes abaixo dos índices inflacionários foram tornados realidade (ALVES, 1989). A reação dos trabalhadores, apesar da recorrente política do Ministério do Trabalho de intervir nos sindicatos, deu-se através de inúmeras greves e manifestações que culminaram com uma greve geral em 21 de julho daquele ano, algo inédito já há duas décadas no país¹⁷¹.

A pressão social sobre o Congresso Nacional, no sentido de derrotar a nova política salarial, acabou por levar o regime à sua última cidadela: às vésperas da votação do decreto-lei nº 2045, o governo decretou “estado de emergência”, baseado nas “salvaguardas eficazes” criadas por Ernesto Geisel

¹⁷¹ Aqui é importante demarcar dois aspectos em relação a essa greve e às que viriam em seguida: em primeiro lugar, essas foram convocadas como greves gerais, mesmo que seu alcance tenha sido limitado a alguns milhões de trabalhadores, não parando completamente o país. Nesse sentido, teve um papel mais fundamentalmente político, de denúncia frente à política salarial vigente. A segunda questão, que está imbricada à primeira, diz respeito ao fato de que a (...) *CUT, no plano nacional, tinha força para fazer greves de protesto, mas não para organizar greves de luta. Essas ações de massa, unificadas pelo topo, não devem ocultar o fato de que o tipo de ação sindical que mais envolvia os trabalhadores era a luta dos diferentes setores das classes trabalhadoras por reposições e aumentos salariais* (BOITO JR, 1999, p. 141).

para substituir o AI-5. Por ele, proibiam-se, entre outras, manifestações públicas e assembléias, além do estabelecimento da censura à imprensa. A resposta única da ditadura em estertor era uma prova cabal de sua incapacidade de agir dentro de uma negociação institucional de base legal, sem recurso ao arbítrio. E, no caso, seu isolamento era tal que mesmo as diatribes do comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, não foram capazes de impedir a derrota humilhante no campo parlamentar, que, se não foi duradoura, dadas as manobras posteriores, demonstrava o crescente enfraquecimento do regime. Aliás, esse processo atingia, também, os governos de oposição nos estados, chamados a dar respostas à crise econômica e política em um momento de mobilização social. A repressão das polícias estaduais a esses movimentos tendeu a descolar, parcialmente, parcelas organizadas da população de seus representantes recém-empossados. É nessa lógica que começa a se desenvolver a campanha geradora da maior participação popular até hoje na história do Brasil: a das eleições diretas para presidente.

O general ditador jogara a toalha em relação ao comando da sua sucessão. Paulo Maluf, político paulista destacado por sua ascensão durante a ditadura e pela denúncia de métodos espúrios para chegar (e se manter nele) ao poder, nadava de braçadas em um PDS aturdido e sem direção, rumo à sua indicação como candidato do partido à sucessão presidencial. A apreensão de amplas parcelas da população de que essa opção fosse vitoriosa diminuiu a pressão contrária de setores conservadores em relação à campanha das Diretas Já. Não que estes nela apostassem, nem em seus resultados. Tancredo Neves, governador de Minas Gerais pelo PMDB, bloqueara o mais possível a realização de comícios no estado com aquele objetivo. Porém, dentro de uma estratégia de

desgaste do regime militar, da candidatura de Maluf e da união, “por cima”, de todos os que temiam o avanço do movimento popular, acabou por realizar uma adesão envergonhada, anódina e formal.

Os comícios, no final de 1983, somavam já dezenas, mas o de Curitiba, com dezenas de milhares de participantes, deu início a um processo que rompia com um circuito de participação limitada aos setores mais mobilizados. Na direção do movimento, os petistas reencontraram as massas populares que não tinham sufragado o Partido nas urnas no ano anterior. Lá estavam, ainda, a esquerda e os liberais do PMDB procurando legitimar uma candidatura alternativa à dos arranjos conservadores daquele Partido em alguns salões de Brasília. Porém, nem as grandes mobilizações sensibilizaram os congressistas a ponto de aprovarem com, ao menos dois terços dos votos, a emenda constitucional que versava sobre o assunto. Foi o clímax da manobra dos que pretendiam mudanças “sem voto”. O PDS sofreria a defecção de inúmeros parlamentares críticos da candidatura Maluf, acabando por formar a Frente Liberal que se aliaria à direita do PMDB, a qual se negou a manter a campanha popular quando da derrota da “emenda das diretas” no Congresso. O apoio dos governadores do Partido e o recuo dos liberais dariam o retoque final para a formação da “Aliança Democrática” (AD) rumo ao Colégio Eleitoral, montagem espúria da ditadura para perpetuar-se no poder.

Os embates internos no PT ampliaram-se frente à conjuntura aberta pela campanha das “Diretas Já”. Assim é que havia setores organizados da esquerda revolucionária que pretendiam ampliar as dimensões restritas da campanha de massas que apontava para a realização de eleições diretas nos processos de alternância presidencial no Executivo federal brasileiro, articulando nela as

lutas contra a ditadura e contra o capitalismo, posição essa derrotada nas discussões do Partido, que, majoritariamente optou por se manter nos limites “liberais” da proposta.¹⁷²

A decomposição do bloco de poder e a formação de um novo, nos moldes defendidos anteriormente pelo general Golbery, contando com o poderoso reforço das grandes empresas de comunicação de massas, temerosas, como, em geral, todos os setores burgueses, do sucesso de alguma alternativa popular, permitiram a eleição da chapa Tancredo-Sarney com a solitária oposição de poucos parlamentares petistas que ousaram denunciar a manipulação dos sentimentos da população em prol de uma mudança que tinha a cara, o corpo e a mente da permanência. A morte de Tancredo Neves, logo após sua eleição, antes de ser a tragédia lacrimosa que os meios de comunicação buscaram construir, revelava aos liberais e setores da esquerda aderentes à AD as amarras políticas criadas contra eles próprios e para os que neles confiavam politicamente. A “Nova República” nascia com nome e sobrenome da ditadura: José Sarney.

¹⁷² Independente dessa questão cabe aqui uma referência ao fato de que, à época, toda a oposição à ditadura, de uma maneira mais ou menos limitada (e envergonhada), lançou-se a essa luta sem maior esclarecimento da massa que dela participava em relação ao conteúdo em si da campanha, já que o problema não se colocava no caráter democrático ou não das eleições indiretas, e, sim nas “eleições” casuísticas e fraudulentas realizadas pela ditadura para, sob um manto de democracia, manter o controle do poder político. Isso repercutiu durante muito tempo no movimento popular, no qual eleições (indiretas) em congressos de sindicatos e associações eram tidas como manifestação de resquício ditatorial. Não se deve esquecer, ainda, a existência, entre os dirigentes da campanha, de “liberais-democratas” de vários matizes. Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, no início da campanha, em 1983, quando esta ainda não assumira características massivas, mandou reprimir o primeiro comício das “Diretas Já” em Belo Horizonte. Depois, estaria nos palanques dos comícios massivos. E, quando da derrota da emenda Dante de Oliveira, “surfou na onda” da articulação de um candidato oposicionista (ele mesmo, aliás) no Colégio Eleitoral.

3.11 O PT E A DISPUTA DE PROJETOS NO MOVIMENTO SINDICAL

As lutas operárias do final da década de 1970 trouxeram à tona toda uma gama de novos elementos que repercutiriam, a partir de então, durante todo o processo agônico do regime ditatorial. A existência, no seio dessas lutas, de diferentes agentes e projetos sindicais e políticos marcou aquela conjuntura caracterizada pela mobilização contra os reflexos da crise econômica e pela construção de alternativas organizativas.

Os representantes do “novo sindicalismo” ou “autênticos”, líderes dos movimentos grevistas oriundos do ABCD paulista, tinham sua atuação marcada nas direções de sindicatos atrelados à estrutura tradicional do varguismo, em relação à qual apresentavam um questionamento profundo, em especial à existência do imposto sindical, falta de liberdade de organização sindical entre outros pontos (MATTOS, 2003). Desde cedo surgiram desacordos entre estes sindicalistas e os representantes da corrente que acabou se apresentando com a denominação de Unidade Sindical, composta especialmente por trabalhadores vinculados ao PCB, ao MR-8 e, por algum tempo, pelo PCdoB. Esses setores apontavam a centralidade da luta para a manutenção de uma frente interclassista manifestada político-partidariamente no MDB, e, em relação às greves e mobilizações que se disseminavam naquele período, apresentavam preocupação com os riscos que uma radicalização pudesse trazer para a

construção de uma transição sem maiores traumas para um período pós-ditatorial.

Um outro setor que começava a se destacar era o das Oposições Sindicais (OS), que vinculava diretamente seu crescimento ao ascenso das lutas operárias de então. Composta por militantes da esquerda revolucionária, desvinculados e críticos do projeto da Unidade Sindical, além de sindicalistas ligados à esquerda católica, as OS iriam atuar nas bases do movimento através das comissões de fábrica, apresentando uma plataforma crítica da estrutura corporativa vigente na organização sindical e da ação da maioria dos dirigentes encastelados nas máquinas sindicais transformadas em dóceis instrumentos assistencialistas.

A tendência de aproximação das OS com os “autênticos” consolidou-se com a realização do Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), em setembro de 1980, em Nova Iguaçu (RJ). As suas discussões permitiram a superação de boa parte dos preconceitos e divergências entre “autênticos” e “oposições”. Marcou assim uma unificação de propósitos quanto ao encaminhamento futuro de projetos ligados à representação geral dos trabalhadores. E, via de consequência, assinalou o rompimento definitivo com aquelas correntes aglutinadas na Unidade Sindical (SANTANA, 2001).

Nessa época houve, então, uma demarcação dos projetos em disputa: de um lado, os que questionavam radicalmente a estrutura sindical e propunham uma ação mais contundente dos sindicatos, além de maior abertura e participação para as oposições; de outro, aqueles mais “cautelosos”, voltados à aproximação com setores sindicais conservadores e, até, com históricos pelegos aferrados à velha estrutura sindical e, por isso, sem nenhuma disposição de

questioná-la mais profundamente. Não se poderia aqui omitir o fato de que, por trás dessas concepções sindicais, aparecia também a disputa político-partidária e ideológica sobre quem “representaria a classe operária” e qual seria o “seu” partido (desde as articulações que levaram ao surgimento do PT).

O ascenso operário colocou na ordem do dia a discussão sobre a criação de uma central sindical. E esta passaria pela organização da I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I CONCLAT), que se realizou em agosto de 1981, em Praia Grande (SP). Desde as reuniões preparatórias e encontros regionais, as diferenças entre as grandes correntes do movimento sindical estavam explícitas em questões como imposto sindical (“gestão democrática” ou extinção), pluralidade ou unicidade sindical, momento de criação da Central Única dos Trabalhadores (acelerar ou adiar) e a proposta de greve geral, que tinha sido lançada por Lula e era repudiada pela Unidade Sindical. Havia ainda um pano de fundo dessas divergências: as eleições de 1982, consideradas fundamentais no projeto pecebista, que subordinava as lutas e o calendário de mobilizações a essa prioridade, inversamente do que era defendido pela ANAMPOS.

As decisões da I CONCLAT, com mais de cinco mil delegados, chegaram a termo através de um compromisso: extinção gradativa do imposto sindical, criação da CUT nos dois anos seguintes, greve geral como arma dos trabalhadores, mas sem data marcada etc. Até a chapa única para a coordenação nacional das lutas dos trabalhadores foi parte dessa construção que, porém, não conseguiu obnubilar as divisões existentes, que, rapidamente, se manifestariam. As repetidas disputas na Comissão Nacional pró-CUT sobre a conveniência da realização da II CONCLAT e da criação da CUT reforçam esta tese. No final, o

encontro foi transferido para 1983, segundo os interesses do PCB, preocupado com as divisões no meio dos trabalhadores no sentido do enfraquecimento de uma possível unidade das oposições nas eleições de 1982.

Na preparação da II CONCLAT, as divergências cresceram em relação aos critérios de participação: a ANAMPOS formulava uma proposta na qual as oposições sindicais também indicariam delegados aos encontros, apresentando-a e aprovando-a na reunião da Comissão Nacional pró-CUT do início de agosto de 1983. Isso gerou uma crise interna na Comissão, que, a partir dali, não conseguiria mais se manter unificada. Os setores vinculados à ANAMPOS convocaram a CONCLAT para o final de agosto (26 a 28) em São Bernardo (SP), enquanto a Unidade Sindical chamava um outro para novembro (entre 4 e 6) em Praia Grande SP).

O I Congresso das Classes Trabalhadores (assim se denominou o CONCLAT, diferenciando-se do anterior), animado por uma participação maior do que o de 1981, acabou por criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Dava-se aí um passo decisivo, divisor de águas dentro do movimento sindical brasileiro. Não há dúvida de que a radicalização daquele momento estabeleceu padrões de sectarismo que levaram à divisão inevitável, na qual a já referida questão partidária no movimento operário também tem seu quinhão de responsabilidade. Ainda assim, não resta dúvida da importância das definições ocorridas nesse período, que abriam espaços para que as diferentes proposições pudessem vir à luz e disputassem sua viabilidade. Visto retrospectivamente não se pode, entre os sempre presentes ônus e bônus, afirmar uma derrota para o

movimento operário com a ocorrência daquela divisão¹⁷³. Pelo contrário: a disputa de projetos animaria o debate entre as lideranças da classe operária e não obstaculizariam o movimento.

A “opção conservadora” capitaneada na esquerda pelo PCB colocou-a, desde o início, em difícil situação frente ao objetivo, ao menos teórico, de liderar a classe trabalhadora no rumo da transformação social. O velho “Partidão”, dentro de sua política de “lutar para negociar, negociar para mudar” subordinava, na prática, sua linha sindical aos propósitos políticos mais imediatos, a saber, o reforço da frente peemedebista de transição da ditadura, negociação para evitar “provocações” aos setores reacionários e a conquista da tão sonhada legalidade. Porém, se, de um lado, afastava-se do “novo radicalismo” e entregava “de bandeja” para este a direção do que havia de mais combativo na classe operária naquele momento, de outro, sofria com as enormes dificuldades de adaptação ao polo escolhido para se abrigar. Isto porque os setores do sindicalismo pelego, vicejados no período ditatorial e aqueles formados à época sob a égide do sindicalismo estadunidense nunca tiveram a intenção de receber os pecebistas de braços abertos. Ao contrário, as relações permaneceram tensas durante todo o período no qual o Partido tentou, de todas as maneiras, cacifar essa sua opção como a que melhor servia aos interesses dos trabalhadores brasileiros. Desta forma,

(...) uma vez mais o partido se colocava na posição de peça de balanceamento, indicando e controlando os ‘desvios’ de radicais e conservadores. O fato, porém, é que, como em outros períodos da história brasileira, o PCB parecia ‘dócil’ para os setores

¹⁷³ Não se está aqui defendendo qualquer divisionismo na classe operária, sempre tão desejado pelo capital, para melhor levar adiante seus objetivos. O que se sugere é que o fracionamento daquelas forças, naquele momento bem determinado, permitiu avanços para o movimento operário dali em diante.

combativos e, como sempre, ‘perigoso’ para os setores mais conservadores. (SANTANA, 2001, p. 259).

O calvário do PCB nos anos 80 não se limitava, porém, às relações com realidade externa a ele. Já no início da década, pouco depois de seu retorno do exílio, o seu velho secretário-geral e figura de maior projeção social (e histórica), Luiz Carlos Prestes, abandonava o Partido com críticas severas à sua linha política “de direita”, que concebia, inclusive, a possibilidade de uma Assembléia Constituinte ainda sob o governo Figueiredo. E mesmo que a saída do “Cavaleiro da Esperança” não tenha representado uma grande defecção das bases partidárias, é inegável o seu impacto na militância e, até, na sociedade. A partir dela, diversas outras, individuais ou coletivas, sangrariam o Partido naquele período.¹⁷⁴ A incorporação de boa parte dos quadros do MR-8, retornados ao leito pecebista, em muito, pela indistinção dos projetos societários, não descarta, na essência, a avaliação geral aqui apresentada.

Um último suspiro dessa política do PCB ocorreu quando da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e do governo Sarney que a ela se seguiu, ao menos em sua primeira parte. Reticente no início da campanha das Diretas Já, o partido aderiu entusiasticamente à candidatura de Tancredo e à AD que a sustentava, mesmo que esse apoio tenha tido como contrapartida sua desconsideração pública por parte dos políticos, em geral conservadores, componentes da Aliança. Estes haviam de considerar desconfortável, no mínimo, a presença de comunistas nos seus palanques eleitorais, como no pleito municipal de 1985. Apesar do tento marcado com a sua legalização no final

¹⁷⁴ Ainda na primeira metade dos anos 80 ocorreu o afastamento de parte significativa do Comitê Regional de São Paulo do PCB, tendo à frente o dirigente David Capistrano Filho. Esse grupo, que passou a editar a revista A Esquerda, integrar-se-ia, posteriormente, ao PT.

daquele ano, o PCB retornava a uma situação recorrente em sua história pós-Estado Novo: criticando o “radicalismo” de setores à sua esquerda, sofria o desprezo daqueles que elegera como aliados. O isolamento externo aparecia de braços dados com o agravamento interno das dissensões geradas pela manutenção da linha política. O isolamento e a perda de substância de sua ação tornar-se-iam inevitáveis.

No início de 1986, porém, tais definições ainda se apresentavam, no mínimo, nebulosas. O apoio do Partido a Sarney e ao governo da “Nova República” foi imediato e militante, quando do Plano Cruzado, editado no início daquele ano, colocando-se como um verdadeiro “fiscal do Sarney”. E, no momento em que, além de sua falência, o plano acabou gerando um estelionato eleitoral para a ascensão do PMDB aos governos e às assembleias estaduais e para o Congresso Nacional, com funções constituintes naquele momento, ainda ali o PCB se arvorou a ser caucionário de um pacto social proposto pelo governo federal. Cada vez mais isolado das bases sociais mais operantes naquela conjuntura, dada sua política defensivista, com que autoridade o Partido se propunha lançar àquela empreitada? Tanto mais que nem o governo dera qualquer sinal de que avalizava o Partido como mediador de sua proposta. Encurralados pela crise econômica e sua espiral inflacionária que corroía os salários dos trabalhadores e sem confiança na capacidade de Sarney na criação de alternativas viáveis aos seus interesses, os setores mais combativos do sindicalismo renegariam o Pacto Social e acabariam colocando o PCB e sua política “defensivista” na vala comum dos adversários a serem derrotados. E, apesar de alertas surgidos do interior de suas hostes sobre os riscos de o Partido abandonar quaisquer resquícios de práticas de enfrentamento voltadas ao

atendimento das demandas populares, caminhando para tornar-se mais um partido exclusivamente parlamentar, e, pior, “da ordem”, a resistência à mudança permaneceu preponderante, acelerando uma crise terminal.

Enquanto isso, o seu antípoda não diminuía o ritmo de crescimento quantitativo e político e de sua influência no conjunto da sociedade após a campanha das “Diretas”, apesar da manutenção e, até, aceleração de seus conflitos internos. Em 1984, o PT realizaria seu 3º Encontro Nacional, no qual a preocupação centrou-se na organização partidária, fruto da ampliação do prestígio petista. Ocorreria, então, um início de definição mais clara dos caminhos que a direção majoritária do Partido propunha. A ideia era a de que, na medida em que a tomada do poder não estava colocada de forma imediata e consciente “para a totalidade dos trabalhadores”, haveria a necessidade de um “acúmulo de forças”. Mauro Iasi afirma que:

Inicialmente esta expressão é utilizada no sentido de uma “política de crescimento”, mas logo alcançará o status de um conceito-chave no desenvolvimento da estratégia gradualista. Sob esse aspecto, os termos “acumulação de forças” começaram a ser utilizados no propósito de indicar um conjunto de ações que visavam “alterar a correlação de forças” em favor dos trabalhadores, permitindo ações mais decisivas. (IASI, 2006, p. 393)

O futuro quase imediato deixaria claro que não se tratava de um “pequeno acréscimo”, cosmético, mas de uma visão que ganhava corpo no Partido e seria uma das bases da transformação da política partidária que, a partir de então, adquiriria nela um papel determinante. Essa formulação, que seria repetida, ainda no mesmo sentido, no 4º Encontro do PT, em 1986, e que apresentaria a tática eleitoral do Partido para as eleições do Congresso Constituinte daquele ano, partia do argumento da incapacidade dos trabalhadores, naquele momento, de apreenderem conscientemente a

necessidade da transformação socialista da sociedade. A resultante lógica, para a sua organização política, seria a de gradativamente ir construindo, nas lutas populares e na ampliação dos espaços democráticos, gradualmente, essa consciência. Iasi (2006) vai analisar esse tipo de argumento, afirmando que

(...) a classe que se moveu concretamente em sua ação prática contra as manifestações da ordem do capital, tornando possível que esta ação se expresse em um partido que agora formula suas estratégias, separa-se agora de “seus formuladores” que chegam a “necessidades” que ela própria ainda não se coloca para si. (IASI, 2006, p. 399)

Iasi opina que, se era verdade que a classe ainda poderia não alcançar de pronto a necessidade da ruptura revolucionária e a vanguarda teria como tarefa preparar as condições mais favoráveis para que ações nesse sentido se realizassem,

(...) a consciência da classe está, nesse momento, livre da práxis, se moldando por aquilo que afirma sua expressão política, e pode tomar como sua a consciência desse setor.¹⁷⁵ (...) quando a liderança identifica essa ausência de consciência da necessidade da ruptura socialista na consciência imediata do “conjunto” da classe, de certa forma essa vanguarda cria e reproduz esta ausência na consciência que ajuda a formar. (...) Na medida em que esta vanguarda constrói o “acúmulo de forças” pela constatação objetiva da ausência para o conjunto da classe da consciência da necessidade da ruptura socialista, impõe esse elemento à classe que se forma. (...) a política do “acúmulo de forças” acabará por moldar um comportamento de classe para ações táticas cada vez mais distantes do objetivo estratégico. (IASI, 2006, p. 399-401)

Se, naquele momento, isso ainda não estava explicitamente colocado, a trajetória partidária não tardaria a se defrontar com esse tipo de problema. As bases do que se transformaria, passo a passo, o PT já estavam gravadas em seus documentos. Seria uma questão de tempo (e luta política interna contra os

¹⁷⁵ **Afinal de contas, como ainda nos diz Iasi, a necessidade da criação de um partido político de trabalhadores, anticapitalista e com horizonte socialista, propagandeado pelos documentos partidários, também não estava colocada no nível de consciência da classe operária no início dos anos de 1980 (2006, p. 401).**

setores que não se curvavam diante desse raciocínio e dessa lógica) a implantação de uma política nelas referenciada.

Os problemas apresentados pelas formulações aprovadas pelo 4º Encontro, entretanto, não param por aí. Quando as resoluções avançaram para definições das transformações a serem levadas a efeito no caminho do socialismo, explicitou-se que o acúmulo de forças visaria a unificação dos diferentes setores dos trabalhadores em torno de um projeto histórico comum. O objetivo dessa preocupação seriam os “setores médios” da sociedade, pequenos proprietários urbanos e rurais que viviam do seu trabalho, vistos como parte da “classe” a ser conquistada e cuja consciência era a de que o socialismo colocava em risco a sua propriedade. O documento petista apontava, nesse sentido, para a importância da conformação de um “bloco social” e a política de alianças se dirigiu para tal caminho. O acúmulo de forças e essa política de alianças seriam necessárias para um primeiro momento da construção do socialismo, no qual, pelas condições próprias da formação social brasileira, ainda não ocorreria a substituição das formas da propriedade privada para a socializada, o que faria coexistir formas de propriedade estatais, coletivas e privadas (pressupondo a manutenção de uma economia de mercado).

Iasi (2006) mostra didaticamente, baseado na obra marxiana, que tal formulação não se conformaria a uma formação social brasileira já em um processo de transição ao comunismo (que seria o socialismo), mas a uma “transição para a transição”, uma etapa anterior à construção do socialismo. E assinala:

Não se trata apenas de um problema aberto para o futuro, como pode parecer, mas uma leitura que irá definir os contornos mais gerais dentro dos quais será construído um determinado futuro.

Estamos diante do primeiro elemento que formará um dos exemplos mais nítidos de algo que o novo partido queria superar, mas acabou por reproduzir: a teoria da etapa nacional e democrática no rumo de uma revolução socialista. (IDEM, p. 411)

O futuro mais imediato iria delineando, apesar das negativas formais, esta opção.

O PT passaria por um momento de grande tensão interna na época da eleição presidencial em 1984, quando sofreria a perda de três de seus parlamentares, resultante da negativa deles em seguir a decisão do Partido de não participar da votação no Colégio Eleitoral. Até ali, a centralidade partidária passaria ainda claramente pelas suas bases e pelo respeito às decisões tomadas democraticamente. Isso representava um forte indício de vitalidade do projeto fundador do Partido.

O PT conseguiria suportar as pressões e, no ano seguinte, mesmo que sem resultados eleitorais brilhantes, obteria no pleito de 1985 uma votação bem superior à de 1982, além de vencer a disputa pela prefeitura de Fortaleza, o que reforçava seu papel de opção oposicionista na “Nova República”. Ao contrário do PCB, os petistas mantiveram, mesmo em conjuntura difícil até diante da opinião pública, um viés crítico frente ao Plano Cruzado, criado por pelo presidente José Sarney sob o argumento da contenção da espiral inflacionária. Esse plano, dentro de uma visão petista,

(...) buscava enganar os trabalhadores, com medidas populistas e insustentáveis, entre elas o congelamento geral dos preços e a redução brusca da inflação. O PT entendeu o engodo. Criticou-o nas suas raízes antipopulares e antidemocráticas embutidas nos cálculos ou dissimuladas pela euforia. Por exemplo, a relação entre o congelamento de preços “em alta” e os salários também congelados “em baixa”, seu caráter ditatorial, por não ter sido discutido previamente com a classe trabalhadora, etc. (GADOTTI e PEREIRA, 1989, p. 255)

A ação governamental, ao lançar o Plano Cruzado II, quando os votos da eleição de 1986 nem haviam sido escrutinados, representou um duro golpe nos setores da população e da própria esquerda que se tinha postado como sustentáculo da demagogia de Sarney. Tanto mais que, então, estava montado o quadro congressual a partir do qual surgiria a nova Constituição brasileira. Através do embuste, Sarney construía uma hegemonia conservadora, quando da concretização do sonho de uma parcela considerável dos que tinham se oposto ao regime ditatorial. O ardil era, aliás, mais amplo. De uma Assembléia Nacional Constituinte proposta por liberais e partes da esquerda nos anos mais negros da ditadura, eis que, superada esta, ao menos nos seus elementos mais visíveis, o que subsistia era um Congresso Constituinte com supremacia de setores conservadores eleitos através de uma enganação. Se a proposta da Constituinte nos anos 70 caiu, à época, no vazio das campanhas natimortas, agora, Sarney lhe dava o sentido de sua própria eleição no Colégio Eleitoral: a montanha paria o rato...¹⁷⁶

Longe deste autor a desqualificação da importância das lutas travadas dentro e fora do Congresso, envidando esforços de construção de uma Carta que, minimamente, representasse os maiores anseios das camadas populares e, em particular, da classe operária. Não é possível, porém, obnubilar o fato de se ter montado um jogo de cartas marcadas no qual os trabalhadores e seus representantes deveriam cumprir o papel de apoiadores ou críticos contidos,

¹⁷⁶ Em 1985, o PT apresentou proposta de convocação específica de uma Assembléia Constituinte a ser instalada em 21 de abril de 1986, com a revogação de todo o “entulho autoritário” ainda existente, como as leis de Segurança Nacional, de Greve e de Imprensa (GADOTTI e PEREIRA, 1989).

quase meros espectadores, na arena montada para o desenrolar do espetáculo político maior da construção do poder legal do grande capital.

Neste sentido, o papel do PT e de várias outras forças de esquerda, respaldadas por forças extracongressuais como a CUT e diversos movimentos sociais, foi de grande valia no sentido de, ao menos parcialmente, estabelecer anteparos à maioria conservadora articulada no chamado “Centrão”¹⁷⁷. O Partido, por seu Diretório Nacional, aprovou um projeto de Constituição com diversas novidades. O direito de insurgência popular contra governos que violassem os princípios constitucionais, o que causava repulsa aos nossos parlamentares burgueses, apesar de ser originário da lavra lockeana (WEFFORT, 1993), direito de propriedade subordinado ao interesse social, Congresso unicameral, voto facultativo e, até, a inclusão do direito de aborto nas Disposições Transitórias, deixando para ser definida sua aprovação definitiva por meio de um plebiscito (GADOTTI e PEREIRA, 1989). E, durante o desenrolar das discussões, apresentou dezenas de emendas, sem se curvar às pressões governamentais e aos “vetos militares”.

A resposta petista ao texto final votado em outubro de 1988 e às manobras antes e durante a sua construção, realizadas pelos setores conservadores e pelo governo “neo-republicano” materializou-se no voto contrário à sua aprovação, tendo, porém, seus representantes assinado formalmente a Carta, em um reconhecimento de sua participação na sua elaboração e dos avanços sociais nela contidos.

A atuação dos setores conservadores contra o crescimento do PT e sua influência social não era, então, uma novidade. Desde seu surgimento,

¹⁷⁷ Grupo burguês conservador, dominante no Congresso Constituinte.

estigmatizado por seu “radicalismo”, passando pelo teste eleitoral negativo em 1982, quando muitos consideraram o PT acabado, e pela negativa de respaldar a eleição indireta de Tancredo Neves, o Partido teve que reagir à pressão dos que se sentiam ameaçados pela sua presença. O cerco ao PT durante o ano eleitoral de 1986 demonstrou até quanto a burguesia poderia jogar pesado. O assalto a banco realizado, em abril daquele ano, por remanescentes do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), também militantes do PT, foi “denunciado” pela mídia como ação petista, mesmo após o repúdio à ação por parte da direção partidária deste, acompanhada da expulsão dos implicados no assalto. Logo depois, em julho, militantes e parlamentares petistas foram acusados pela morte de trabalhadores rurais em Leme (SP). O estardalhaço da denúncia não se repetiu quando a apuração dos fatos responsabilizou a Polícia Militar do estado pelo ocorrido. A pressão negativa só aumentou com o resultado não tão expressivo quanto o pensado pelos sindicalistas na greve geral “puxada” pela CUT em agosto daquele ano.¹⁷⁸ A representação do “fracasso”, arquitetada na época pela grande imprensa burguesa, ajudou a construir uma imagem negativa para alguns setores da sociedade. Além desses fatores, havia uma tendência crescente de perseguição patronal contra a militância sindical, vista como entrave ao estabelecimento de “novas” relações de trabalho que já tomavam corpo no mundo capitalista mais avançado, e que no Brasil eram bloqueadas pelas lutas dos trabalhadores. Haveria, a partir dali, uma inflexão na força (e em alguns casos, no conteúdo) das lutas até então levadas a efeito desde o final dos anos de 1970. Apesar disso, à época, o PT dobrou sua votação

¹⁷⁸ Ver a nota de rodapé nº 6 deste capítulo sobre essas greves gerais.

nacional em relação ao pleito de 1982, o que demonstrava um enraizamento social por parte do Partido.

A discussão sobre a radicalidade do Partido, as relações internas de suas direções com os grupos e tendências (em geral auto-reivindicadas marxistas) em seu interior, tensas desde a formação do PT, e a predominância ou não do fator eleitoral, além da sempre presente discussão sobre o socialismo, assumiram um papel prioritário nos debates partidários, mesmo em um momento em que este buscava liderar uma corrente de reivindicações populares dentro do Congresso Constituinte.

O 5º Encontro Nacional do PT (1987) representou um momento de enquadramento das forças de esquerda revolucionária que ainda tensionavam a direção majoritária no rumo de uma definição mais clara sobre o socialismo petista, questionando os caminhos até então adotados, que, como já visto, tendiam cada vez mais a afastar-se do objetivo estratégico das tarefas a serem realizadas no dia a dia. A análise das resoluções sobre a formação social brasileira derivadas do Encontro não podem, então, ser visualizadas isoladamente desse enquadramento, sob risco de se ter uma leitura equivocada, unívoca, daquilo que se resolvia por dentro do PT, sem levar-se em consideração a miríade de posições existentes e os confrontos e acomodações que permitiam, de certa forma, ainda ali, a manutenção de uma unidade partidária. A explicitação dos rumos estratégicos do PT mais do que nunca se tornaram necessários, então, para que o enquadramento de certas minorias internas não passasse (ou não aparentasse) somente de um “acerto de contas” administrativo.

A construção dessa identidade mais definida passou por uma afirmação categórica do socialismo como objeto a ser conquistado através da tomada do poder político pelos trabalhadores. Para tanto, estes (...) *precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987, p. 10). Essa formulação radical pode ser entendida como uma forma de diminuir as resistências de muitos petistas quanto às definições que estavam sendo apresentadas de como se alcançar o socialismo. A defesa da conquista da hegemonia, progressiva, através dos instrumentos de luta e organização dos trabalhadores, na perspectiva de retirar as massas da influência burguesa, buscava, segundo os autores do texto, contrapor-se às visões radicais e vanguardistas que viam a conquista do socialismo como tarefa imediata. Retornava, então, o discurso do 4º Encontro sobre a incapacidade “das massas” em assimilar o discurso socialista, necessitando passar por um processo de “aprendizagem prática”, via ampliação das lutas democráticas e reformas que, ainda por dentro do capitalismo, abririam espaços para a construção de formas de poder socialista.

(...) as formas de organização fundamentais que surgem na luta cotidiana no interior da sociedade burguesa e que têm maior importância para a luta socialista são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas (a partir da generalização das comissões de fábrica e empresa) e de controle popular nos bairros. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1987, p. 10-11)

O documento defendia o aprofundamento do conhecimento da realidade brasileira, inclusive de sua estrutura de classes, para que fosse viável a definição de uma estratégia de luta pelo socialismo. *Esse conhecimento insuficiente é uma das razões principais que explicam por que o PT, como um todo, não avançou*

suficientemente nas definições estratégicas (IDEM, p. 12). Ao mesmo tempo, porém, já destacava o papel econômico-social da pequena produção (evitando escassez de bens e serviços e incorporando ao trabalho uma grande parte da população economicamente ativa), inclusive no processo de desenvolvimento do socialismo. Nesse sentido, afirmava esses elementos como base para a aliança dos trabalhadores com a pequena burguesia urbana e rural (...) *questão estratégica, referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo* (IDEM, IBIDEM). Agora ficava clara a necessidade de afirmação radical sobre o “inimigo principal” (a burguesia), elemento de consenso, no início do texto das resoluções. O que, até o 4º Encontro, era uma aproximação com setores da pequena produção, que viveriam de seu trabalho, na construção do “bloco social” que lutaria para a concretização de uma hegemonia superadora do poder burguês, agora se explicitava com todas as letras:

(...) muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais (...). Com isso não levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista. (IDEM, IBIDEM)

Como afirma Iasi (2006, p. 420), aparece aqui uma identificação entre setores “médios” que “vivem do seu trabalho”, sem explorar nem vender força de trabalho, com aqueles que a compram e exploram. Esse “pequeno detalhe” inclui, agora, no bloco das classes trabalhadoras, setores empresariais (mesmo que pequenos ou micros). Caberia aqui uma pergunta básica: a existência de conflitos de interesse entre esses setores e o grande capital permitiria afirmações de que eles possuem “profundas contradições com o capital”? Não seriam esses setores também setores do capital, inclusive reproduzindo

elementos da ideologia da classe dominante, da qual, mesmo de forma subalternizada, também fazem parte? Da necessidade de aproximação com esses setores no combate a aspectos da dominação burguesa que também os afetam, seria possível inferir o seu interesse por “transformações sociais no sentido socialista”? As “explicações” dessa aliança estratégica de classes ficava por conta da sobrevivência de diferentes classes sociais, segundo as Resoluções, na sociedade socialista, na qual sobreviveriam práticas de mercado (como expressara, já, o documento do 4º Encontro). A “sociedade civil”¹⁷⁹ sobreviveria imediatamente à liquidação da burguesia enquanto classe. Sem entrar aqui na discussão do Estado brasileiro tal qual foi concebido pelos redatores dessa Resolução¹⁸⁰, este foi visto nela como “moderno” e aberto a disputas por hegemonia. Essa disputa no interior da “sociedade civil” (Estado ampliado) pela garantia de mais espaços democráticos em uma sociedade burguesa “moderna” (ou se poderia dizer “ocidental”), na medida em que obtivesse sucesso, permitiria avanços na construção do socialismo. Iasi (2006) chama a atenção para o fato de que,

(...) ao lado das classes da ordem burguesa (...) e do mercado sobrevive (na “construção socialista” – FJF) a “sociedade civil” e o jogo de suas instituições é que determinará a “ampliação ou retração” da democracia. Curioso que o Estado burguês (...) é composto de tal forma que hoje serve à burguesia e amanhã servirá à hegemonia do proletariado. (IASI, 2006, p. 425)

Este autor identifica como sustentáculo teórico das Resoluções uma “tradução mal digerida” do conceito de hegemonia proveniente das formulações gramscianas. Essa seria oriunda do Partido Comunista Italiano (PCI) em sua “fase” eurocomunista, reproduzida no campo acadêmico por Carlos Nelson

¹⁷⁹ Iasi caracteriza claramente a “sociedade civil” como (...) *a ordem das instituições que compõe a sociedade burguesa* (2006, p. 523).

¹⁸⁰ Uma análise do assunto encontra-se em Iasi, 2006, p. 423-425.

Coutinho. Aqui cabe uma digressão: a referência ao eurocomunismo pelo autor não era vã. Fruto de todo um processo revisionista, iniciado, pelo menos, após o XX Congresso do PCUS¹⁸¹, tendo à frente o PCI e seu secretário geral, o “ex-stalinista” Palmiro Togliatti¹⁸², essa cultura reformista se expandiu pela Europa centro-ocidental em um processo crítico ao “centro único” de difusão do comunismo, representado até então pela União Soviética.¹⁸³ Coutinho, herdeiro dessa tradição eurocomunista italiana, publicaria, em março de 1979, um artigo em que explicitava as bases de sua visão sobre transformações sociais no “Ocidente”. Não sendo este o espaço para um debate das teses de Coutinho e das polêmicas suscitadas por elas, pode-se afirmar que nelas transparece a idéia da

¹⁸¹ Mandel (1978) localiza as origens do eurocomunismo em outro momento: *O que se designa por “eurocomunismo” representa, em primeiro lugar, uma codificação da evolução que sofreram os partidos comunistas da Europa ocidental a partir do VII Congresso do Komintern e que os conduziu – fora os curtos interregnos de Setembro de 1939 à primavera de 1941 e na época da guerra da Coréia – a praticar uma política de colaboração de classe, sempre mais estreita, com a sua própria burguesia.* (p. 45)

¹⁸² A questão da liberdade de ação dos partidos comunistas frente à pressão soviética seria explicitada, quando da proposta soviética de uma conferência internacional, em 1964, na afirmação de que (...) *as formas e condições concretas do progresso e vitória do socialismo serão hoje e no futuro próximo muito diversas do que foram no passado. Ao mesmo tempo são muito grandes as diferenças de um país para o outro. Portanto, cada partido deve saber mover-se de maneira autônoma. (...) Assim, somos contrários a qualquer proposta de criar novamente uma organização centralizada* (TOGLIATTI, 1966, p. 192-3). A ojeriza a qualquer lembrança da IC levava ao abandono de uma alternativa fundamental para o desenvolvimento da luta internacional dos trabalhadores em uma época em que o imperialismo mais expandia seus tentáculos, o que em nome da liberdade de ação dos partidos nacionais, fragilizava-os diante de seu inimigo de classe.

Santiago Carrillo, secretário geral do PC Espanhol, buscando apresentar uma diferenciação do eurocomunismo para com a social-democracia europeia do pós Segunda Guerra, afirmava: *O que vulgarmente se chama “eurocomunismo” propõe-se transformar a sociedade capitalista e não administrá-la; elaborar uma alternativa e não integrar-se nele e ser um de seus governos sobressalentes* (CARRILLO, 1978, apud MANDEL, 1978, p. 88). Na verdade, dava-se adeus às perspectivas de acabar, superar o sistema do capital.

¹⁸³ Pode-se afirmar que o eurocomunismo, enquanto alternativa reformista às orientações soviéticas, naufragou junto com seu antípoda, ao final dos anos de 1980 em diante. O neoliberalismo não poupou nenhuma alternativa ao seu “pensamento único” e sua prática de razia. Na verdade, os caminhos do eurocomunismo e da social-democracia eram tão próximos que seus destinos imediatos tenderam a se confundir. A rendição de antigos líderes social-democratas e de origens eurocomunistas, principalmente ao chegarem ao exercício de governos europeus, às lógicas neoliberais, ficaria marcada como um dos momentos trágicos da luta contra o capital.

centralidade da questão democrática para os revolucionários e do seu acúmulo, com a ampliação da participação popular (ampliação da política), ainda dentro do capitalismo, como caminho inalterável para uma gradual conquista de espaços para se chegar ao socialismo. Atribuindo a responsabilidade das derrotas da esquerda brasileira ao “golpismo” ou à “via prussiana” que respondia à mesma conduta adotada pela direita brasileira para se conservar no poder, Coutinho apostava que (...) *quanto mais se torne efetiva a socialização da política, tanto menos será possível* (às forças reacionárias e de direita - FJF) *invocar a justificção relativa de processos desse tipo* (in SILVEIRA, 1979, p. 45). As proposições de Coutinho passavam pela defesa do “valor universal” da democracia, sem “adjetivações” e implicavam em conceber a *unidade como valor estratégico* (grifo do autor). No Brasil, a luta pela unidade tornava-se tanto um valor tático, imediato, como (...) *um objetivo estratégico no longo caminho para “elevar a nível superior” a democracia* (...) (IDEM, IBIDEM). Isto se daria, segundo Coutinho, com o “afastamento resolutivo” de tentativas “golpistas e/ou “militaristas” por parte da esquerda. O processo de transformações sociais, segundo ele, passaria pela conquista e consolidação, em primeiro lugar, de um regime de “liberdades fundamentais” e na permanência das “regras do jogo” a serem implantadas “por uma Assembléia Constituinte dotada de legitimidade”, para depois “aprofundar a democracia” (“organizada de massas”), que teria como meta (...) *a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antimonopolista e anti-imperialista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso País de uma sociedade socialista fundada na democracia política* (IDEM, p. 46). Esse importante conjunto de formulações, enquanto ofuscava algumas questões, não deixava de explicitar

outras. Em relação ao primeiro caso, ele (...) *é produto de um tipo de marxismo muito conhecido na Europa, especialmente no seu horror à categoria “revolução” quando se trata de política* (GENRO FILHO, 1979, p. 199). E, no segundo caso, cabe a reflexão de que as “regras do jogo” propostas e a Constituinte “dotada de legitimidade” assim colocadas parecem pairar no ar, pois não se explicita que a dominância do processo seria da burguesia, o que faria com que os trabalhadores (que, no trabalho de Coutinho praticamente não comparecem como classe, substituídos pela formulação mais ampla e genérica de “forças populares”) se submetessem, sem qualquer contestação de fundo, à dominação burguesa por eles legitimada.

Tarso Genro, então participante do debate, afirmava:

O que é notável (...) é que nesta “evolução revolucionária” a sociedade continua funcionando nos moldes da cidadania burguesa, ainda que requalificada. Os movimentos sociais organizados são portadores potenciais das demandas do grupo social representado e o parlamento seria o mediador destas particularidades, como se ele mesmo – parlamento - não expressasse substancialmente o particularismo da representação burguesa, com aparência de universalidade. (*in* WEFFORT, org., 1989, p. 51)¹⁸⁴

¹⁸⁴ Essa intervenção de Tarso Genro deu-se em um debate sobre as idéias de Carlos Nelson Coutinho, por ele mesmo expostas, em um seminário realizado 10 anos após a edição de seu artigo já referido. Nesse momento, as proposições feitas por Coutinho, no artigo de 1979, não haviam sofrido alterações de vulto. Sua intervenção nesse debate foi, no sentido das colocações aqui feitas, exemplar. Nela ele defendeu que um (...) *reformismo que tem como objetivo explícito aprofundar a democracia e superar o capitalismo é um reformismo revolucionário. Nas sociedades onde o Estado se “ampliou” (...) esse reformismo radical é o novo nome da revolução* (COUTINHO, *in* WEFFORT, org., 1989, p. 30). A História do PT parece, porém, confirmar o fato de que, radical ou moderado, reformismo é... reformismo mesmo!

Francisco Weffort, no mesmo debate, afirmaria que (...) *no período atual – e, por certo, ainda por muito tempo – o Brasil trilhará os caminhos de uma revolução democrática. Isso quer dizer que as grandes tarefas do período são a de modernizar a sociedade e democratizar o Estado. Nisso constituirá a grande contribuição dos socialistas para a história brasileira, na fase atual* (IDEM, p. 67). Defendia ser o socialismo (...) *um regime político de hegemonia dos trabalhadores não de exclusão das demais forças sociais nem de aniquilamento de outras classes. (...) o socialismo (...) já não pode ser visto como o aniquilamento do mercado (pois) só pretende a estatização daquilo que se considera fundamental para o desenvolvimento da economia e da sociedade* (IDEM, p. 81). E, referindo-se às reformas de M. Gorbachev na União Soviética naquele momento, concluiria: (...) *estas noções que nos chegam*

Quanto a um outro aspecto que, ao fim e ao cabo, se articula com o primeiro, explicita-se uma proposta gradualista, etapista, para a formação social brasileira, ainda refletindo a tradição, já aqui discutida, da IC, e desconhecendo a conclusão de muitos pensadores brasileiros (naquela conjuntura, ou mesmo antes), como Florestan Fernandes, de que a etapa da revolução burguesa estava superada, vivia-se na era da revolução socialista. (FERNANDES, *in* PRADO JR e FERNANDES, 2000, p. 132)¹⁸⁵

Toda essa longa digressão diz respeito ao fato de que, se por um lado, o conjunto das reflexões de Coutinho teve uma resposta em geral pouco receptiva em muitos setores do PT quando de sua explicitação no final da década de 1970 (ver as intervenções de Tarso Genro e Wladimir Pomar no debate acima referido, isso já dez anos depois), por outro, elas teriam penetrado fundo no arcabouço teórico da direção majoritária do Partido durante os anos de 1980, integrando-se ao conjunto de referências teóricas que acompanharam o processo de modificações das posições políticas petistas ao longo de sua trajetória. A prioridade dada por Coutinho ao que ele denominava “socialização

hoje, de tantos países socialistas seguindo caminhos de liberdade política e de renovação econômica seriam realmente tão novas como pretendem alguns? Vale a pena lembrar que (...) não foi nenhum liberal, mas Marx quem ofereceu a imagem mais moderna a respeito do socialismo (...) “é a sociedade onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do desenvolvimento de todos” (IDEM, IBIDEM). É lamentável ver um intelectual e político de destaque (Weffort era, então, 1º vice-presidente do PT) se prestar, em nome de suas convicções políticas, a construir um “socialismo de mercado”, a manipular as idéias de Gramsci, como se este defendesse um socialismo sem o fim da burguesia, e a citar Marx de forma despudorada, moldando suas palavras como se estivesse a defender uma liberdade “em geral”, sem distinção de classes.

¹⁸⁵ Florestan Fernandes teria uma considerável influência no debate teórico-político dessa época, além de participação militante na esquerda petista. Sua obra A Revolução Burguesa no Brasil estimularia as discussões sobre a luta de classes no país e a necessidade de afirmação de um projeto independente dos trabalhadores dentro do processo revolucionário brasileiro. No I Congresso do PT, em 1991, chegaria a defender uma das teses em disputa, vinculada a correntes da esquerda revolucionária do Partido.

da política”, na garantia de se evitarem ações golpistas por parte dos setores conservadores, apareceria, mais de três lustros depois de sua primeira edição, em um documento do setor majoritário da direção petista, que dizia reafirmar os compromissos originários do PT, com o seguinte conteúdo:

Sempre afirmamos que não haverá sociedade socialista sem democracia e que o socialismo é antes de mais nada a socialização da política. Socializar a política não era tarefa para amanhã. Significava em 1980, como significa hoje, criar um espaço político para os trabalhadores. (COORDENAÇÃO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO UNIDADE NA LUTA, março de 1995, p. 6) (Grifo nosso)

O rebaixamento do conteúdo do objetivo estratégico é tão evidente que dispensa maiores comentários.

Retornando ao texto das resoluções do 5º Encontro do PT, no campo das definições sobre a questão democrática, defendia-se a existência de diferentes expressões políticas, inclusive no processo de construção da sociedade socialista, que deveriam aparecer livremente (utilizava, inclusive, o exemplo de eleições na Nicarágua, ocorridas na época). Criticava as experiências históricas de origem soviética, mas não os modelos da social-democracia europeia. Esta observação, aliás, tem sua pertinência uma vez que, em seus textos e discursos originais, o PT e seus dirigentes não se cansavam de afirmar a distância frente aos dois projetos. Naquele momento (1987), o destaque quanto às práticas do Leste Europeu poderia ser explicado pela situação crítica que aquela experiência sofria então, além de uma pressão das forças dominantes da direção petista pela redução da radicalidade do discurso partidário. E, se isso não aparecia, ainda, como inclinação clara da direção do PT, servia como indício do que viria a acontecer alguns anos depois.

A formalização, no 5º Encontro do Partido, de um documento sobre suas tendências internas, indicava que a tensão, existente desde a fundação do PT, entre sindicalistas “autênticos” e as organizações de esquerda revolucionária assumira um teor de crise. A tendência majoritária na direção partidária, a Articulação¹⁸⁶, em sua maioria composta pelos sindicalistas “autênticos”, aproveitaria a péssima repercussão da “ação expropriatória”, realizada no ano anterior pelos militantes do PCBR, para enquadrar o conjunto dos agrupamentos que participavam da vida partidária. Seguindo orientação aprovada no 4º Encontro do PT, em meio aos reflexos do “caso PCBR”, os setores majoritários do Partido apresentariam um documento que, apesar da preocupação de criar ajustamentos, para evitar maiores prejuízos para a sigla, serviria para engessar sobremaneira a ação dos grupos de esquerda, estivessem eles ligados ou não às práticas então criticadas. A preocupação dos setores atingidos, direta ou indiretamente, pelas novas normas foi tal, que houve tentativa, frustrada, de barrá-las por intermédio de um texto alternativo. A divisão do PT acerca do tema explicitou-se no resultado de sua votação: duzentos e quatro (204) a cento e quarenta e sete (147). A consumação desse rígido enquadramento se daria somente pela aprovação, pelo Diretório Nacional do Partido, de uma “Regulamentação das Tendências Internas”, em abril de

¹⁸⁶ Os sindicalistas “autênticos” e seus aliados, inicialmente reunidos no chamado “Grupo dos 113”, apresentaram, no 4º Encontro Nacional do PT, em meados de 1986, a tese “Articulação por uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT”. O nome Articulação passou a ser utilizado para denominar aqueles que seguiam essas propostas e suas lideranças. Posteriormente tornou-se Articulação – Unidade na Luta. Havia uma necessidade de centralizar, de alguma forma, essas bases dispersas (sindicais, dos intelectuais e da Igreja Católica) para enfrentar as organizações de esquerda revolucionária que atuavam dentro do PT. Nesse processo, os antigos militantes das organizações da luta armada, e, com especial relevo, o ex-líder estudantil José Dirceu, cumpriram um papel de destaque.

1990. Nela constaria todo um aparato burocratizante, pelo qual estas tendências deveriam, obrigatoriamente, registrar-se, estabelecer compromissos com o Partido e ter o registro aceito pela Comissão Executiva do Diretório Nacional.

Para José Maria de Almeida, o cerco às tendências

(...) começa a ter uma inflexão tanto dentro do PT como na CUT no final da década. (...) Dentro do PT essa coisa ia se materializando nas resoluções e mais para o final da década em uma tensão sobre as correntes organizadas. Ou seja, uma forma de tentar calar a oposição interna. Quando o Lula lançou a idéia de que se tinha que dissolver as correntes, nós respondemos que ele dissolvesse a dele, que era a maior (...). Por que eles também funcionavam de forma organizada. (...) Eles iam, todos, para as reuniões, centralizados, e “passavam o rodo” em todo mundo. No nosso caso vai até 1992 e nos expulsam (os militantes da Convergência Socialista – FJF). As outras correntes, quase todas ou se incorporaram nas correntes majoritárias ou então aceitaram permanecer no PT aceitando esse clima mesmo tendo diferenças, que é a situação que ficou a DS, o Trabalho (Democracia Socialista e O Trabalho, correntes do PT de matriz trotskista – FJF), foram organizações que se mantiveram, mas numa condição que era de aceitar a disciplina do Partido. (entrevista ao autor)¹⁸⁷

A preocupação com a organização partidária, também presente no 5º Encontro do PT, apareceria nas resoluções que visavam à reconstrução dos núcleos de base. Instrumentos fundamentais na construção e legalização do Partido, tinham sido transformados, em geral, em aparelhos eleitorais, durante a campanha para o pleito de 1982 e, com os resultados decepcionantes, praticamente abandonados. Para muitos petistas, a reorganização dos núcleos era quase uma garantia do funcionamento democrático do Partido, além de uma barreira às possibilidades de burocratização e do risco sempre presente da priorização das atividades parlamentares e eleitorais. Há autores que apontam a posição do PT frente ao Colégio Eleitoral e os debates internos ao Partido que se seguiram como formadores de “uma ponte de inflexão na lógica da atuação do

¹⁸⁷ Sobre essas e outras organizações trotskistas nessa época, ver KAREPOVS e LEAL, 2007.

PT. Após o episódio, o PT caminha mais fortemente para o eixo de atuação institucional, deixando um pouco a sua ligação tão estreita com os movimentos sociais” (SANTANA, 2001, p. 252). Independentemente do grau dessa inflexão, na época, não há dúvida de que a inexistência ou nanismo dos núcleos de base abria espaços largos para os que defendiam uma diminuição da radicalidade e a formalização do PT dentro dos parâmetros da lógica dos partidos burgueses. E, não há como não reconhecer, pela análise da história desse Partido, a vitória dessas teses. Os apelos pela volta aos núcleos de base tiveram eco, talvez parcialmente, até 1989, e, assim mesmo, sob a égide das campanhas eleitorais, com destaque para a presidencial daquele ano. Depois disso, a tendência à primazia da ação parlamentar e ao afastamento das lutas é diretamente proporcional à imensa crise do pensamento socialista, abalado pela *débâcle* do “mundo soviético”. Para José Maria de Almeida, (...) a *história de cada Encontro do PT é a história de uma mudança no conteúdo da Carta de Princípios e do Programa, para trás, para um retrocesso* (entrevista ao autor).

3.12 A CUT E O MOVIMENTO SINDICAL NA NOVA REPÚBLICA

O surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983, não serviria para superar as divisões existentes, então, no movimento sindical. Ao contrário, ao bancar a realização do CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora),¹⁸⁸ os setores vinculados à Articulação Nacional dos

¹⁸⁸ A sigla CONCLAT teve, à época, cinco significados distintos, a saber: a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, realizada na Praia Grande (SP) em 1981; o

Movimentos Populares e Sociais (ANAMPOS), que congregava os sindicalistas “autênticos”, os vinculados à “nova esquerda” e os participantes de outros movimentos populares, assumiram o conflito aberto pela hegemonia do sindicalismo e da direção das lutas sociais no Brasil da futura “Nova República”. Os setores da “Unidade Sindical”, reunindo desde parcelas da esquerda, como PCB, PCdoB e MR-8, até pelegos tradicionais e sindicalistas vinculados ao sindicalismo estadunidense, autoexcluídos do Congresso de agosto, realizaram outro, alternativo, em novembro daquele ano, em Praia Grande (SP). A Coordenação (CONCLAT) criada naquele evento representou uma vitória do PCB, defensor do não-surgimento de uma nova central sindical, na tentativa de um possível retorno futuro à unidade. Se, porém, a articulação saída da Praia Grande tinha seguidas dificuldades de afirmação no seio sindical radicalizado dos anos de 1980, dada a sua política conciliatória com a burguesia e reativa frente a programas e ações mais contundentes no contexto da luta de classes, a CUT, em seus primeiros anos de vida, conseguiria, mais e mais, representar os anseios de mudanças e conquistas para os trabalhadores. A direção combativa, as propostas de organização e luta contra o patronato, superando as políticas de acordos de gabinete do peleguismo, deram aos “cutistas” uma crescente autoridade no meio sindical, levando-os a vitórias expressivas em um sem-número de pleitos sindicais, desbancando seus adversários da CONCLAT. As práticas da CUT, vinculadas aos princípios de liberdade e autonomia sindical e independência da classe trabalhadora frente a patrões, governos, partidos e

Congresso de fundação da CUT, em agosto de 1983; o bloco sindical que não participou dessa fundação e realizou, em novembro de 1983, um outro congresso com o mesmo nome; a Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras, criada nesse congresso de novembro de 1983; e o congresso de fundação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em março de 1986 (ALMANAQUE DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, junho de 1986).

credos religiosos, mostrava-se bem mais eficaz e atrativa do que a tática pecebista de “lutar para negociar, negociar para mudar”. Apesar das críticas destes ao “paralelismo sindical” e à “partidarização” da CUT, esta, realmente surgida por fora da estrutura sindical vigente, jamais pretendeu construir um movimento à margem dos sindicatos existentes, mesmo que muitos dos dirigentes dessas entidades representassem o peleguismo mais empedernido e estivessem encastelados, muitas vezes, havia décadas, em suas direções. Isso não impediu que a CUT lutasse desde o início pelo seu reconhecimento, legal e/ou na prática, frente aos governos, como lídimo interlocutor, representante de milhões de trabalhadores. O sucesso da pressão sobre o governo Sarney, “arrancando”, em abril de 1987, uma audiência, depois de diversas recusas anteriores (CUT, 1987a), é um exemplo dessa preocupação frequente.

Quanto à acusação à “partidarização do movimento”, a vida interna da CUT e dos sindicatos a ela vinculados, necessitando de constante acesso às bases, cuja mobilização era fundamental para as conquistas de suas reivindicações, ultrapassava naqueles primeiros anos os limites que porventura tivessem quaisquer entidades partidárias em particular. Além do mais, se havia uma proximidade programática e de lideranças entre a CUT e o PT (a Central como seu braço sindical), existia sempre a preocupação dos dirigentes partidários, em manifestações e documentos do Partido, com a necessidade de manutenção da independência da Central. E, se não bastassem as declarações de intenção, a presença de militantes de outros partidos (PDT, outros pequenos partidos de esquerda) e “independentes” respondia de forma incisiva àquelas acusações.

Enquanto a CUT passava por um período de intenso fortalecimento nos anos de 1980¹⁸⁹, mesmo fustigada por seus adversários e pelas políticas demagógicas de governo, como o Plano Cruzado, o PCB aferrava-se à sua política de aliança com os conservadores. Em março de 1986, rendendo-se à evidência da impossibilidade da unidade entre setores combativos e pelegos do sindicalismo brasileiro, os pecebistas participariam da criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Enquanto isso, a CUT realizava seu II Congresso, com a aprovação de uma Campanha Nacional de Luta que previa que o desgaste popular do Plano Cruzado, frente à necessidade de ajustes, abriria espaços para o avanço do movimento sindical. Propunha a unificação das campanhas salariais e apontava o processo de lutas naquele primeiro semestre como base para a construção de uma greve geral, apesar de considerar prematura a marcação da data de sua efetivação (CUT, 1986b). Para se ter uma idéia do fortalecimento orgânico da entidade naquele período, em seus três primeiros congressos, a saber, o da fundação, o considerado primeiro, em São Bernardo do Campo (SP) e o segundo (Rio de Janeiro, RJ), tiveram a participação de, respectivamente, cinco mil e cinqüenta e nove (5.059), cinco mil duzentos e vinte e dois (5.222) e cinco mil, quinhentos e sessenta e quatro (5.564) delegados, representando, na mesma ordem, novecentos e doze (912), novecentos e trinta e sete (937) e mil e quatorze (1.014) entidades sindicais (CUT, 1986a). Outro dado de sua representatividade, inclusive no exterior: compareceram ao II Congresso representações de 50 entidades sindicais estrangeiras, incluídas aí as três centrais mundiais, além da participação da

¹⁸⁹ Um estudo detalhado da Central, sobre esse período, pode ser encontrado em RODRIGUES, 1997.

Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) de El Salvador, da Organização para Libertação da Palestina (OLP) e da Organização Mundial do Trabalho (OIT) (CUT, 1986b).

A falência do Plano Cruzado e o agravamento da crise econômica levaram o governo Sarney a editar um segundo projeto de estabilização inflacionária logo após as eleições no final de 1986. A CUT reagiu às novas medidas, que atingiam os trabalhadores causando grandes perdas salariais, por meio de um chamamento à greve geral, que acabou sendo realizada em 12 de dezembro daquele ano. E, apesar do sucesso da paralisação, com milhões de trabalhadores cruzando os braços em todo o país, as condições dos que dependiam da sua força de trabalho para sobreviver só se agravariam dali em diante. Em junho de 1987, Sarney baixaria um novo “pacote”, conhecido como Plano Bresser (referência ao ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, seu idealizador), com novo congelamento de preços e salários (mesmo estando aqueles no pico, e estes, achatados) e fim dos “gatilhos” salariais (que os reajustavam imediatamente quando a inflação atingia determinado patamar), além de outras perdas para os trabalhadores. Apesar de tentativas de tornar o plano palatável (reunião de ministros com a direção da CUT em 22 de junho daquele ano), a pressão das bases levou a Central a não recuar da posição tomada ainda antes da edição do novo “pacote” por sua Plenária Nacional, chamando nova greve geral para o final do mês de agosto (CUT, 1987b). Segundo Jair Meneghelli, presidente nacional da CUT, essa greve, como parte de uma jornada de luta, articulava-se com a campanha pelas eleições diretas para presidente em 1988¹⁹⁰ e com a de

¹⁹⁰ Na época ocorria uma disputa pelo tempo de mandato de Sarney, com este buscando (e conseguindo), por meio de manobras parlamentares, ampliar seu mandato

coleta de assinaturas para as emendas populares à Constituinte. E, como tal, não se encerrava em si mesma, o que fazia prever a ocorrência de novas greves gerais (CUT, 1987c).

A realidade, porém, seguiu caminho diverso das afirmativas do presidente da entidade. Se a greve de dezembro de 1986 sofrera considerável ação das forças repressivas do Estado, a de agosto do ano seguinte acusou um quadro mais alarmante, com centenas de prisões e espancamento de grevistas, principalmente em estados centrais para o movimento. Além disso, as condições conjunturais de crescimento da recessão e do desemprego jogaram contra a ação grevista, assim como uma razoável desarticulação dos sindicatos e o refluxo de greves específicas nos meses de julho e agosto. E, apesar do crescimento das greves até junho de 1987, em comparação com o ano anterior, uma parcela destacada delas foi realizada por funcionários públicos (chegando a 75% do total de trabalhadores parados em junho) motivados pela deterioração de sua remuneração (CUT, 1987d).

Um elemento a ser realçado é o fato de a CUT, pela proximidade com o PT, não estar imune às discussões e problemas existentes no Partido. Assim é que as disputas entre as diferentes correntes que compunham o PT também repercutiam no interior da Central. E as mudanças de rumo no Partido tinham reflexos mais ou menos imediatos na CUT. Talvez a maior diferença estivesse no fato de a Central ser um organismo sindical, amplo e plural, diferente de um partido político, que tem um programa e normas mais rígidas exigidas aos seus aderentes, o que não se dá de forma tão estrita no caso de um sindicato, que

por mais um ano (de quatro para cinco anos), o que levou as primeiras eleições presidenciais diretas do período pós-ditadura a só se realizarem no final de 1989.

representa uma categoria profissional no todo da sua diversidade. Mas os embates dentro da CUT, que existiram desde a sua fundação, tornar-se-iam mais agudos, assim como dentro do PT, ao final da década de 1980.

Outro elemento a ser destacado naquela conjuntura é que, aliada à ação governamental na mídia tentando passar a idéia de “greve política”, “radicalismo” e “irresponsabilidade”, despontava, então, uma opção burguesa de porte para interromper o crescimento físico e a influência cutista nos movimentos dos trabalhadores. Por dentro da CGT e na cúpula do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, destacar-se-iam os líderes daquilo que ficaria conhecido como “sindicalismo de resultados”. Antonio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e membro da executiva nacional da CGT na sua fundação, era coordenador do Instituto Cultural do Trabalho, surgido em 1963, às vésperas do golpe militar de abril de 1964¹⁹¹, e vinculado à central sindical estadunidense AFL-CIO, da qual recebia vultosas verbas anuais. E Luiz Antonio Medeiros, figura nebulosa, com passagem pelo PCB, que se tornara de maneira fraudulenta secretário do eterno pelego Joaquim dos Santos Andrade(o “Joaquinzão”), em 1981, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Medeiros, rompido com o PCB, ascendeu à vice-presidência do Sindicato em 1984 e à sua presidência três anos depois¹⁹². Nesse período ocorreu o crescimento da oposição a “Joaquinzão” no sindicato e diversas greves e mobilizações em fábricas de sua base, construídas à margem da sua diretoria, sob a liderança, especialmente, das comissões de fábrica. Crescia a influência do sindicalismo “autêntico” e, a partir de 1983, da CUT. Os

¹⁹¹ Sobre a criação e atuação do ICT, ver DREIFUSS, 1981, p. 317-318.

¹⁹² Em relação à trajetória de Medeiros, ver NOGUEIRA, 1997.

pelegos e seus aliados do PCB e do MR-8 utilizavam todos os métodos para manter o controle do sindicato, da contratação de lutadores de artes marciais para bloquear a ação dos opositores em assembleias, até garatugas eleitorais sistemáticas (GIANNOTTI, 2002, p. 27-28).¹⁹³

Ao mesmo tempo, o destaque de uma opção combativa no sindicalismo criava problemas para os setores da burguesia brasileira e imperialista interessados na manutenção das altas taxas de exploração da mais-valia, e para o governo Sarney, enredado no descontrole inflacionário, nos planos fracassados, nas dívidas crescentes do Estado e em compromissos internacionais frequentemente descumpridos. O aparecimento da dupla Medeiros-Magri funcionaria como bálsamo e válvula de escape para as tensões vividas por governo e burguesia frente ao crescimento das demandas trabalhistas lideradas pela CUT. Medeiros elegeu-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, em 1987, contra uma dissidência da diretoria de “Joaquinzão”, composta por membros do PCB, PCdoB e PDT, e uma chapa da CUT, que concorreram separadas, dividindo a oposição (CUT, 1987c), recebendo amplo apoio da grande mídia como representante de um pensamento “moderno”, sensato e lúcido, defensor do capitalismo, inclusive o internacional, do lucro, da “flexibilização” das relações trabalhistas e da privatização de empresas e do serviço público. Um verdadeiro sindicalista de cariz neoliberal. O governo conquistava um parceiro nas manobras para tornar deglutível aos trabalhadores o amargo pacto social, e a burguesia, um aliado na busca da desconstrução da mobilização operária e social. Por sua vez, a CUT ganhava um

¹⁹³ Uma análise detalhada das disputas dentro do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo pode ser encontrada em NOGUEIRA, 1997.

adversário poderoso, com recursos que pareciam infindáveis, enormes espaços de propaganda e um discurso despolitizador que caía como uma luva sobre parcelas da população (em especial, a mais carente) de que a única luta viável era por melhorias somente às suas condições de vida e trabalho. Nas palavras de Vito Giannotti:

(...) não há saída para a situação dos trabalhadores, se a luta sindical não superar o imediatismo da reivindicação pontual. Não vai haver pleno emprego, não vai ter salários decentes, não vai ter uma seguridade social e uma educação digna se não mudar esse modelo econômico-político. (...) Não tem cálculo de aumento decente a fazer na maquininha de somar de Medeiros, se à luta sindical não se somar à luta política para mudar a lógica desse sistema vigente. (2002, p. 49)

Destino curioso o dos líderes do “sindicalismo de resultados”. Magri acabou Ministro do Trabalho do governo Fernando Collor (1990/92), tendo sido afastado por denúncias de corrupção. Medeiros, que afirmara em 1987 não ter (...) *interesse em cargos políticos (...) por já ter feito política e tê-la abandonado (...) porque ela deixa muito a desejar no Brasil (...)* (Jornal da Tarde, 04 nov. 1987, *apud* GIANNOTTI, 2002, p. 35), tornou-se, desde o final dos anos 80 uma peça-chave no jogo político-eleitoral burguês, como apoiador e/ou candidato a cargos políticos, chegando à Câmara Federal, sempre pela ala direita do espectro partidário brasileiro. Afinal, Medeiros não declarara em 1994 que fazia alianças com qualquer um, menos com o Lula? (GIANNOTTI, 2002, p. 69) E, como o mundo dá suas voltas, alcançaria em 2007 um cargo no Ministério do Trabalho (secretário de relações de trabalho) no segundo governo de ... Lula da Silva.

A trajetória da CUT apresentou, na segunda metade dos anos 80, como já exposto anteriormente, uma série de dificuldades. A pressão governamental,

patronal e da mídia era acompanhada do quadro econômico-social adverso à consecução de grandes mobilizações e obtenção de resultados de vulto a partir delas. Esses elementos da conjuntura abriram espaço para mudanças na ação e nas propostas de lideranças cutistas mais identificadas com os “autênticos”. O III Congresso da entidade, em 1988, em Belo Horizonte, marcou mudanças profundas na sua estrutura de funcionamento e na sua dinâmica política. Vai-se aprovar, sob a égide da Articulação Sindical, grupo que reproduzia na Central as posições dominantes no PT, uma mudança estatutária que, sob o argumento de permitir uma melhor discussão dos temas a serem deliberados, acabaria por reduzir a representação de base nos congressos, estimulando uma prática decisória na mais alta instância de deliberação da CUT, que ficaria, na prática, nas mãos das direções sindicais.

Além disso, acompanhando a inflexão política, ao menos parcial, já iniciada anteriormente no PT, a CUT sairia do seu 3º Congresso com uma linha mais cautelosa, “propositiva” e “responsável”. A CUT-instituição se afirmava perante a CUT-movimento (SANTANA, 2001, p. 278).

Ficava clara, naquele momento, a mudança de posições no seio da esquerda brasileira, inclusive no campo sindical. Se no PT e na CUT a acomodação das direções criara algum desconforto para parcelas desse espectro político, do outro lado, da Aliança Democrática e da CGT, o rearranjo não era menor. A sequência de pacotes econômicos que prejudicavam os trabalhadores afastava o PCdoB e o PCB das hostes governistas, ainda que, no caso deste, isto se desse gradual e timidamente. O apoio pecebista a candidatos petistas nas eleições municipais de 1988 em grandes capitais foi um reflexo dessas correções de rumo, mesmo considerando-se que (...) *a incorporação e aceitação de*

alianças à esquerda pelo partido dava-se mais por um assentamento e acomodação das divergências do que por uma efetiva compreensão do processo em curso (SANTANA, 2001, p. 264). No campo sindical, apesar de a Conferência Nacional Sindical do PCB, em março de 1986, ter, por maioria, reafirmado a linha de apoio à Aliança Democrática e à CGT em construção, naquela época essa posição sofreria um verdadeiro bombardeio da realidade. De um lado, com todos os percalços, a CUT se consolidava como entidade de luta dos trabalhadores. De outro, a CGT derrapava nesse quesito, hegemônica por pelegos antigos ou “modernos”. A base do PCB na CGT parecia mais realista do que sua direção, não jogando seus maiores esforços na construção da nova Central, na qual os setores à direita, especialmente os futuros criadores do sindicalismo de resultados, não deixavam de manifestar o incômodo com a presença pecebista ao seu lado. O resultado desse embate seria a derrota do grupo do “Joaquinzão”, apoiado pelo PCB na eleição para a direção da CGT, frente à chapa liderada por Antonio Magri, em um congresso que terminou entre socos e pontapés. O rompimento do setor derrotado com a Central e a tentativa de criação de outra CGT representaram como que um “canto do cisne” da política sindical reivindicada pela direção do PCB nos anos de 1980. Em pouco tempo, as duas CGT definhariam. Magri e Medeiros fundariam a Força Sindical em 1991 e, antes disso, as bases pecebistas, finalmente, impuseram uma derrota à antiga linha sindical, aprovando, no Encontro Nacional Sindical de fins de 1990, o ingresso da militância do Partido na CUT. Lamentavelmente para esta, tal posição só acabou sendo assumida em um momento de franca decomposição do PCB.

3.13 O SERVIÇO SOCIAL NA DINÂMICA SÓCIO-POLÍTICA DA DÉCADA DE 1980

Uma análise geral do Serviço Social no Brasil permite perceber, no período estudado, como as transformações na história do país rebateram seguidamente em seu interior e como tais processos contribuíram para as discussões e modificações nas análises e práticas dos agentes neles envolvidos. Quando da crise terminal do regime ditatorial, o Serviço Social seria pressionado, de um lado, pela lógica do poder (segurança nacional), que buscava garantir a reprodução do capital minorando com políticas assistencialistas os efeitos da questão social. De outro lado, o crescimento das demandas até então reprimidas do movimento social, em luta por direitos políticos e melhores condições de vida diante do agravamento da crise econômica cobrava do Serviço Social uma postura de combate por mudanças não cosméticas na sociedade brasileira.

Nessa conjuntura, a vanguarda dos assistentes sociais assumiria e aprofundaria as proposições críticas ao conservadorismo e ao tecnicismo, formuladas em momentos anteriores, e se lançaria à construção de uma ação profissional assumidamente de caráter político, vinculada aos setores que se batiam contra a ditadura e o capital. O processo explicitado no “Congresso da Virada” de 1979 tinha esse cariz. Outro exemplo viria da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), entidade que passava desde o fim dos anos 1970 por um processo de rompimento com o conservadorismo. Sua

Convenção Nacional aprovaria, ainda em 1979, uma nova proposta curricular para a formação acadêmica dos profissionais da área.

E, como resposta às necessidades do enfrentamento dos novos desafios colocados pela conjuntura, do desenvolvimento dos debates sobre os rumos a serem seguidos pelos assistentes sociais nos campos político, organizativo e acadêmico e da intervenção profissional, surgiria, ainda em 1979, a Revista Serviço Social & Sociedade. Esta viria suprir a lacuna existente de um espaço para a difusão da produção intelectual de assistentes sociais brasileiros já que, até então, as publicações existentes eram majoritariamente de autores hispano-americanos e as nacionais não davam conta dos novos temas então colocados. Passaria (...) a se constituir num espaço para a publicação de livros que surgem, sobretudo, com o avanço da Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil, permitindo produções e debates intelectuais mais sistematizados em âmbito nacional (SILVA, 1995, p. 41).

Os anos 1980 começariam com uma forte mobilização de setores do Serviço Social em seus diversos campos de atuação. O questionamento de uma pretensa neutralidade profissional abriria espaço para a assunção da dimensão político-ideológica da profissão e seu vínculo a projetos das classes subalternas. Isso colocava para o assistente social, por exemplo, uma participação direta na luta pela transformação social junto aos explorados, uma ação profissional crítica dos preceitos institucionais, voltados a moldar, dentro de uma visão tradicional, a “clientela” em um processo de adaptação/aceitação da situação vigente. A legitimação da profissão dar-se-ia a partir do compromisso com as classes populares, rompendo-se qualquer visão de pretensa “neutralidade”, tecnicista e/ou assistencialista voltada a reduzir a pobreza/miséria sem atacar a

dominação do capital, base geradora desses problemas. Ao contrário, aqueles atendidos pelos assistentes sociais deveriam abandonar o papel de pacientes, e o assistente social, a postura “superior”, criando-se vínculos entre profissional e cliente no embate da questão social em sua origem (MOTA, 1987). Essa aliança não se reduzia aos que buscavam os serviços dos assistentes sociais, mas seria buscada, destacadamente, com os movimentos sociais e as organizações dos trabalhadores, nos quais os assistentes sociais agiriam não só no apoio às lutas, mas no estímulo à participação e organização coletivas, na formação de uma consciência e identidade de classe. Neste sentido, práticas como assessoria aos movimentos populares, educação popular, nas quais esses assistentes sociais funcionavam como co-participantes de uma construção coletiva de conhecimento da realidade a ser transformada, formavam as bases viabilizadoras do projeto profissional de ruptura, então levado a efeito.

Para levar adiante esse projeto, a vanguarda do Serviço Social brasileiro precisou encarar algumas questões que, por assim dizer, serviam de entraves à sua consecução. A primeira delas dizia respeito à negação, em um primeiro momento, pelo Movimento de Reconceituação, da prática da assistência, vista como ação realizada no âmbito do Estado, instrumento da classe dominante e reprodutora do sistema vigente, logo garantidora dos interesses daquela no bojo da luta de classes. Uma nova visão se colocaria no Serviço Social a partir dos finais dos anos 70, incorporando a ideia gramsciana de Estado ampliado enquanto espaço de luta social no qual o assistente social rompia seu papel de agente acomodador (reprodutor das condições vigentes), procurando ampliar a participação popular, estabelecendo um novo papel para a assistência, agora dentro de uma perspectiva de direito da população, no enfrentamento da

questão social, como conquista (SILVA, 1995). Nesse sentido, o papel da assistência como instrumento apassivador e de logro do trabalhador seria superado pela perspectiva conscientizadora/mobilizadora, colocando as políticas sociais como espaço fundamental da prática profissional dos assistentes sociais. E mesmo que algumas dessas políticas pudessem, em alguma medida, estar a serviço de interesses do capital, ainda assim a luta para a sua conquista e manutenção como direito fortaleceriam o campo popular no conflito de classes.

Uma segunda questão a ser superada referia-se à necessidade de uma base teórico-metodológica voltada a dar sustentação ao projeto profissional de ruptura com o conservadorismo. Foi, porém, somente alguns anos depois da criação do “Método BH”, que tomou vulto a discussão e a produção acadêmica voltada à formação profissional fundamentada em autores marxistas e na própria obra marxiana. Essa base teórica tenderia a se tornar hegemônica no discurso formativo de assistentes sociais a partir dos anos 80, e ajudaria a solidificar uma nova visão da relação deles com os trabalhadores, com os movimentos populares e com as instituições do Estado. Além disso, o que não é de somenos importância, esse esmero no campo da teoria colocaria o Serviço Social e intelectuais a ele vinculados na linha de frente da produção acadêmica crítica, de viés marxista. Tal fato, acompanhado, *pari passu*, pela participação ativa dos assistentes sociais nas lutas que se desenvolviam na sociedade brasileira, abriu espaços para que o Serviço Social começasse a ser notado como de vital importância por aqueles que se referenciavam na ótica da transformação social, colocando em xeque o velho estereótipo das profissões voltadas ao assistencialismo.

Outro entrave fundamental ao desenvolvimento do projeto profissional de ruptura era a manutenção de uma mentalidade conservadora nos organismos de regulamentação/fiscalização da profissão e a desarticulação dos seus órgãos representativos. Como referido anteriormente, as mudanças no interior da ABESS permitiram a formalização de uma nova proposta curricular, a qual acabou por ser aprovada pelo Conselho Federal de Educação, em 1982, fixando as bases teóricas e esboçando os novos compromissos políticos da profissão. Nesse período, diversos esforços foram efetivados para a rápida implementação deste novo currículo em todos os cursos existentes no país, acompanhada de uma pesquisa acerca da formação profissional. À época, a formação ganharia novos impulsos com o surgimento da primeira turma do curso de doutorado em Serviço Social no Brasil (e na América Latina), implantado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em 1981, além do reconhecimento da pesquisa em Serviço Social pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Lemos (2009) aponta o fato de que, sendo o Programa de Pós-Graduação de Serviço Social da PUC-SP o único a possuir os dois níveis de formação até meados da década de 1990, este

(...) foi determinante na formação dos assistentes sociais brasileiros e latino-americanos. (...) É incontestável que, durante a década de 1980, tanto a graduação quanto a pós-graduação da PUC-SP foram a referência da formação em Serviço Social no Brasil. Em especial, seus docentes responderam por boa parte da formação de novos quadros docentes, especialmente dos cursos de graduação em Serviço Social das universidades brasileiras. (p. 101-102)

Também o CFAS e os diversos CRAS sofreram o impacto dos novos ventos que sopravam na direção da renovação. Os choques ocorridos no III CBAS deixaram resultados imediatos: além da perda do monopólio da

organização de eventos como os congressos brasileiros de assistentes sociais¹⁹⁴, passou a ocorrer uma disputa pela sua direção por parte da nova vanguarda dos assistentes sociais. Uma análise do Conselho Federal de Serviço Social afirma, sobre essa questão, que: (...) *Tais espaços, antes caracterizados por um perfil conservador, corporativo e burocrático, já por nós criticado, passaram a ser alvo de disputa política e eleitoral por atores oriundos do movimento sindical.* (1996, p. 174)¹⁹⁵ Modificou-se o próprio papel fiscalizador dessas entidades (o alvo desta transmuda-se do profissional para as empresas e entidades empregadoras, em defesa da ação do assistente social) e o Código de Ética da profissão. Em relação a este, aliás, faz-se necessário um comentário: surgido no bojo de uma conjuntura de mobilização social na luta por direitos em uma sociedade marcada por vinte anos de ditadura, o Código, em seu conteúdo, refletiu esse momento de radicalização e de impulso de setores do Serviço Social em participar ativamente desse momento histórico (fim da ditadura, contestação da “Nova República”, surgimento da Central Única dos Trabalhadores e consolidação do Partido dos Trabalhadores), além dos elementos específicos da profissão, como a necessidade do rompimento com o Código de Ética de 1975¹⁹⁶. Nesse sentido, a formulação do Código de 1986, pelo qual o assistente social deveria estar a serviço de uma classe social (a saber, os trabalhadores), refletia essa situação de embate pela qual passava a sociedade brasileira. O voluntarismo da proposição, logo abandonada por uma formulação

¹⁹⁴ A partir das deliberações do III CBAS, esses eventos passariam a ser organizados pelo CENEAS e, a partir do IV CBAS, teriam ainda o concurso da ABESS, CFAS/CRAS e dos estudantes, via ENESSO.

¹⁹⁵ Segundo ABRAMIDES, (...) *do III ao IV Congresso nós tiramos uma linha política deliberada de interferir nos conselhos. O campo da esquerda começou a ganhá-los de norte a sul do país* (entrevista ao autor).

¹⁹⁶ O conjunto dos códigos de ética dos assistentes sociais, desde o primeiro, de setembro de 1947, pode ser consultado em [HTTP://www.cfess.org.br/legislacao.php](http://www.cfess.org.br/legislacao.php).

mais ampla do papel dos assistentes sociais (Código de Ética dos Assistentes Sociais, 1993), precisa ser compreendido dentro de uma lógica do “destampo” ocorrido naquele período. Analisado fora do seu contexto, abre espaço para críticas fáceis às suas asserções, vistas como “esquerdistas”, em um sentido de desqualificação da obra daqueles que se lançavam à luta voltada ao rompimento com a tradição concentradora de poder e disseminadora de miséria existente desde sempre no Brasil.

Os anos de 1980 marcariam, ainda, um forte movimento em prol da criação/reorganização das entidades sindicais dos assistentes sociais. Há que se demarcar que a vanguarda do Serviço Social, em parcela considerável, participava ativamente da organização do Partido dos Trabalhadores, o que a aproximava das formulações em prol da criação de uma central sindical autônoma e independente, surgida por fora da legislação sindical restritiva da época. A partir das primeiras experiências, ocorridas ao final da década precedente, seguiram-se sistemáticas que aproximavam, no campo organizativo, os assistentes sociais brasileiros das práticas mais avançadas existentes, então, no campo sindical. Dando consequência às propostas do III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de 1979, de transformar as associações profissionais em sindicatos, de impedir, na base, a construção de uma federação sem a participação da categoria (fato que, então, estava em curso) e de criar uma CENEAS como entidade com representação por região e coordenação geral nacional, os assistentes sociais utilizariam diferentes fóruns para debater e deliberar sobre seus rumos. O IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado em outubro de 1982, no Rio de Janeiro, organizado pela CENEAS, refletiu essa preocupação ao colocar a organização da categoria como prioridade

em seu temário, juntamente com a análise da conjuntura e a situação do movimento popular e sindical. Não se deve esquecer o fato de aquele momento marcar um profundo debate sobre os rumos imediatos a serem seguidos pelos trabalhadores brasileiros, já que se explicitavam as divergências entre as grandes correntes do sindicalismo brasileiro, que, logo, gerariam sua divisão, personificadas no surgimento da CUT e, posteriormente, da CGT.

O reflexo desses conflitos de interesses dentro do Serviço Social manifestar-se-ia no ano seguinte, 1983, quando da I Assembléia Nacional dos Assistentes Sociais, em Salvador (BA). Esta, como resultado das resoluções do IV CBAS deliberou criar a Associação Nacional pró-Federação dos Assistentes Sociais (ANAS), como organismo dirigente nacional das demandas sindicais da categoria que passava ao largo da estrutura sindical legal vigente, extinguindo-se a CENEAS. Essa proposta representava as aspirações do chamado Polo Combativo¹⁹⁷, setor que se manifestara pouco antes pela criação da CUT, não aceitando as manobras protelatórias da Unidade Sindical quanto ao surgimento de uma central sindical livre das amarras da legislação, independente e autônoma frente ao Estado, patrões, partidos políticos e credos religiosos. O setor ligado à Unidade Sindical na I Assembléia defendia a proposta, derrotada,

¹⁹⁷ Esse setor do movimento sindical dos assistentes sociais tinha como referência o “sindicalismo autêntico”. Nesse momento de embate contra os representantes da corrente adversária havia, no geral, uma forte unidade desse polo. Cabe notar, como já indicado anteriormente, que, apesar da influência política das organizações de esquerda entre os assistentes sociais, isso não se refletia em termos orgânicos. Ocorria, então, uma tendência à aproximação dessa vanguarda sindical do Serviço Social com a Articulação Sindical, surgida após o II CONCUR, reunindo os mais destacados líderes sindicais, com Lula à frente. (...) *Por volta de 80% da Convenção Cutista no Serviço Social votava com a Articulação nos anos 80, mas tinha uma posição política mais à esquerda, apoiava-se nas teses (da Articulação) mas as posições eram muito mais radicalizadas* (ABRAMIDES, entrevista ao autor). Esse fenômeno pode ser explicado tanto pelo fascínio causado pelas lideranças dos trabalhadores nas emergentes bases sindicais quanto pela incapacidade daquela esquerda de incorporar a seus quadros a nova militância que aderira à luta naquela conjuntura.

de manter a CENEAS, devido a uma pretensa falta de discussão desse tema na base e à ausência de experiência dos assistentes sociais sobre o assunto. A proposição vencedora veio acompanhada de outra, que tratava do encaminhamento imediato do pedido de legalização da nova Federação, através da concessão da carta sindical pelo Ministério do Trabalho. Cabe aqui a referência de que, por maior que tenha sido a pressão da categoria em relação a esse tema, o processo foi indeferido no ano de 1986.

A Assembléia de Salvador elegeu, ainda, a primeira diretoria da ANAS e abriria o debate na categoria sobre a filiação à CUT, que acabaria por se formalizar na II Assembléia Nacional, realizada em Diadema (SP), em dezembro de 1985, com os votos de 86% dos quatrocentos e cinquenta delegados participantes, o que demonstrava a massiva adesão da vanguarda da categoria às proposições oriundas do PT e do chamado “sindicalismo autêntico”. A assunção das bandeiras da CUT, a luta pelo rompimento da estrutura sindical vigente, a oposição ao pacto social proposto pelo presidente da “Nova República”, José Sarney, foram outras de suas deliberações. No campo da organização interna da Associação, deliberou-se por eleições de suas diretorias baseadas nos programas aprovados nas assembleias nacionais, inviabilizando qualquer composição com a Unidade Sindical. Além disso, as eleições para a diretoria seguinte (gestão 1987/89) deveriam ser diretas, e não em Congresso, como até então ocorria. Isso pode ser explicado pelo contexto da época, quando a CUT estimulava um processo de democratização das federações a ela filiadas, em contraposição à ausência de participação e influência das bases em entidades desse tipo referenciadas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A III Assembléia Nacional, ocorrida em Belo Horizonte (MG), em 1987, reafirmou a ANAS como entidade sindical legítima dos assistentes sociais em resposta ao indeferimento da carta sindical pelo governo no ano anterior. Além disso, iniciou-se, então, uma discussão que mudaria os rumos da organização da categoria. A CUT tinha como princípio a estruturação dos trabalhadores por ramo de atividade produtiva (CUT, 1986) e, partindo dessa premissa, a Assembléia deliberou a abertura do debate sobre o tema para toda a categoria, como perspectiva de adaptação do formato existente (sindicatos de assistentes sociais) àquele propugnado pela Central.¹⁹⁸ Junto com essa deliberação, a IV Assembléia deliberou pela criação de uma entidade única no âmbito do Serviço Social, voltada a tratar de questões específicas da categoria no campo profissional.¹⁹⁹ Essa Assembléia decidiu, ainda, que a ANAS deveria participar de uma recém-criada associação para profissionais liberais da CUT, apesar de uma atitude crítica frente ao enquadramento dos assistentes sociais como tal tipo de profissional. A reunião julgou importante fortalecer a participação dos assistentes sociais nas formas organizativas conjuntas dos servidores públicos, cada vez mais em evidência naquele momento, dado o peso da categoria no setor e a influência que nele poderia exercer. Abriu-se também um espaço de deliberação sobre a articulação com entidades sindicais ou gremiais latino-americanas, em busca de seu fortalecimento, pela solidariedade nas lutas e pela construção desejada de um projeto profissional comum. Se a vinculação ao

¹⁹⁸ Tal encaminhamento não se deu sem a existência posterior de grandes dificuldades e resistências, causadoras, inclusive, de alguma desorganização no seio da categoria, como será discutido adiante.

¹⁹⁹ ABRAMIDES, CABRAL e FARIA (2001, p. 4) afirmam que a deliberação unanime sobre a entidade única na IV ANAS e recomendada no VI CBAS, em 1989, (...) não foi assimilada pelas demais entidades organizativas de âmbito nacional – ABEPSS e CFESS.

Serviço Social latino-americano, em suas diversas vertentes, já era crescente desde os anos 1970, as iniciativas, na década ora em análise, permitiram um fortalecimento desse processo no subcontinente, gradativamente livre das formas de poder mais explicitamente ditatoriais que o marcaram. Os encontros de entidades e de grêmios do Cone Sul no segundo lustro dos anos 1980, só para explicitar a movimentação nessa região, seriam determinantes para a ampliação das discussões, que iam desde a formalização de um projeto alternativo do Serviço Social para a América Latina à construção de formas ativas de solidariedade às lutas continentais. Nesse contexto, o fortalecimento da organização e atuação dos assistentes sociais brasileiros indicavam um claro rompimento com a tradição do Serviço Social no país e a possibilidade de construir novos rumos, no bojo da luta pela transformação social, através de uma base organizativa consolidada e reconhecida pela categoria.

3.14 FIM DA DÉCADA

Os últimos anos da década de 1980 poderiam dar a impressão de que o ascenso do movimento popular, malgrado a crise econômica vivida naquela conjuntura, tinha solidez e apresentava condições de representar um suporte a políticas alternativas à transição/transação “por cima” da Nova República, às limitações ao novo texto constitucional impostas pelo “Centrão” e pelos diferentes setores burgueses (vide a questão agrária e seus recuos) e ao ideário neoliberal que se buscava implantar no país. As vitórias eleitorais do PT em 1988, em especial, em grandes capitais como São Paulo e Porto Alegre,

apontavam para a solidificação e expansão do partido como opção real de governo para milhões de brasileiros, desiludidos com os planos econômicos e outros esbulhos salvacionistas do governo Sarney, que se sucediam como tragédias após a farsa do(s) Plano(s) Cruzado(s).

A resistência dos trabalhadores se fazia sentir em um sem-número de greves, apesar da pesada ação repressiva que utilizou, inclusive, as Forças Armadas, como na EMBRAER, em São José dos Campos (SP), e na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, ambas em 1988. Em resposta ao novo plano de “estabilização” (Plano Verão, no início de 1989), foi realizada a maior greve²⁰⁰ da História do Brasil até então, quando por volta de 15 milhões de trabalhadores cruzaram os braços, sustentando as palavras de ordem “contra o arrocho” e “fora Sarney” (GIANNOTTI, 2007). A CUT se consolidaria como a maior central sindical brasileira a partir de seu III Congresso. Isso apesar de certos limites, como o fato de ter quase se omitido (lançou somente notas de apoio, sem mobilizações) quando da discussão sobre a ratificação, pelo Brasil, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da liberdade e autonomia sindical, ponto de honra nos documentos da Central. Isso enquanto o PCB e os pelegos faziam carga cerrada contra a aceitação dessa norma. E, quando o Congresso Constituinte deliberou sobre a questão da unicidade sindical, a CUT, defensora da pluralidade, praticamente não se manifestou. Segundo Armando Boito Jr, no momento da sessão que deliberou sobre o assunto (...) *não havia, segundo depoimentos obtidos, sequer 20 sindicalistas da CUT nas galerias do Congresso Nacional* (1991, p. 82).

²⁰⁰ Essa greve deu-se a partir da chamada pela CUT de uma nova greve geral para aquele momento.

Infelizmente, porém, o quadro conjuntural brasileiro apresentava uma série de questões que tendiam a modificar o panorama da luta de classes no país, influenciando diretamente no desvio de rota que ganharia corpo na década seguinte. Os elementos que condicionariam tal inflexão eram de origem diversa, tendo, porém, em seu conjunto, influenciado propostas, ações políticas e a própria organização político-sindical dos setores mais combativos do movimento popular.

De início, deve-se assinalar a existência de um panorama internacional profundamente negativo, no período dado, para as lutas dos trabalhadores e todos os que se empenhavam na construção de uma transformação radical da sociedade burguesa. A via estalinista-brejnevista para um suposto “comunismo” na União Soviética encontrava, então, o seu canto de cisne. Sua situação político-econômica (e a dos países do Leste Europeu) caminhava celeremente para um desfecho que faria ruir os sonhos dos que acreditavam naquele modelo, e carregaria, nessa mesma onda, muitos de seus críticos “pela esquerda”. Naquele contexto de luta ideológica em nível mundial, os arautos do capital cantavam vitória e decretavam a morte do socialismo e do comunismo. Para Perry Anderson,

(...) o ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o domínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado. (1995, p. 19).

A ação do neoliberalismo estadunidense, nesse período, para além da redução de impostos para os ricos, da elevação da taxa de juros e o ataque aos

trabalhadores, suas formas de luta e organização, jogou grande peso na luta pela derrocada soviética, econômica, política e, inclusive, militarmente (veja-se o caso do Afeganistão). O fim inglório da União Soviética teria, a partir dali, o papel de garantir a implantação da ideologia do “pensamento único” e do “fim da História”, posto que, na mesma época, o outro alvo do neoliberalismo era também atacado: o Estado de Bem-Estar Social, tão caro à social-democracia docilizada da Europa Ocidental. A maré direitista que, então, se espriava naquele continente, com políticas “reformistas” e monetaristas “responsáveis”, atacou as bases de sustentação das políticas de Bem-Estar, mesmo tendo sido mais cuidadosa no ataque aos direitos dos trabalhadores e na implementação de programas privatizantes que a outra matriz neoliberal representada pela Inglaterra de Margareth Thatcher. Enquanto isso, as resistências existentes ao modelo neoliberal eram derrotadas, fazendo com que os governos social-democratas acabassem por implementar propostas nele baseadas, em muitos casos mais radicais do que as levadas a efeito pela direita.

O sindicalismo sofreria diretamente com esse processo, com dessindicalização, aumento expressivo do trabalho precário e incapacidade de incorporação dessa parcela da força de trabalho às lutas e à organização sindical. O enfraquecimento dos sindicatos em seu conjunto, diante dessa realidade, restringiu a sua influência social e seu papel na luta de classes. Não à toa, reduziram-se naquela década as greves e manifestações operárias nos países do capitalismo avançado, além de se terem ampliado, em contrapartida, as práticas corporativas, xenófobas e racistas no seio da própria classe (ANTUNES, 1993).

Esse conjunto de questões alcançaria o Brasil não só através das medidas adotadas pelos planos econômicos que se apresentavam, sucessivamente, sob a justificativa de combate à inflação galopante e à desorganização econômica a ela inerente (com os óbvios - mas não ditos - riscos à taxa de lucros auferida pela burguesia, situação diferente daquela na qual a inflação está “sob controle”). Iniciava-se, também, naquele período, todo um processo de mudanças tecnológicas e novos padrões de gestão (“reengenharia”) que, segundo Ricardo Antunes, afetariam profundamente o “mundo do trabalho”, das áreas cêntricas do capitalismo até a periferia. Diz ele que

(...) nos últimos anos da década de 80 acentuaram-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriam o nosso sindicalismo na onda regressiva. A automação, a robótica e microeletrônica, desenvolvidas dentro de um quadro recessivo intensificado desencadearam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que indústria automobilista é um exemplo forte. (1993, p.89)

Atacado pelo governo Sarney, que lhe cobrava adesão ao “pacto social”, pela crise econômica que dificultava o processo de lutas (medo do desemprego etc) e pelo “sindicalismo de resultados” da CGT de Medeiros-Magri, que tinha o estímulo patronal e da mídia para apresentar aos trabalhadores uma atuação supostamente mais eficaz na garantia de seus interesses, o setor do sindicalismo classista representado pela CUT começaria a apresentar sinais claros de mudança de rumos em direção a uma prática centrada na negociação e na institucionalidade.

Na segunda metade dos anos 1980, a CUT passaria por um processo conflituoso no qual se combinavam a manutenção de uma atuação combativa com um gradativo abandono de uma visão anticapitalista, do classismo, sob a direção política da corrente Articulação Sindical, da qual participava a quase

totalidade dos “sindicalistas autênticos” que haviam dirigido a criação do PT e da Central.²⁰¹ Apesar dos seguidos discursos pró-socialismo, esse grupo, majoritário foi responsável por tornar a CUT, a partir daquele momento, incapaz de articular a luta por objetivos imediatos com as lutas gerais anticapitalistas.²⁰² Além do mais, ocorria, então, poucos anos após a sua criação, um processo de centralização e burocratização do poder no interior da Central do qual ela não mais se livraria. Sobre esse processo, Ricardo Antunes observa que, no caso,:

(...) além da combatividade anterior, era necessária a utilização de uma análise aguda da realidade brasileira com a perspectiva crítica e anticapitalista, de nítidos contornos socialistas, de modo a dotar o novo sindicalismo dos elementos necessários para resistir aos influxos externos, à avalanche do capital, ao ideário neoliberal, no lado mais nefasto, e ainda, à acomodação social-democrática, que apesar de sua crise no centro, apresentava-se cada vez mais como a única alternativa possível para se combater o neoliberalismo. (1993, p. 90)

Desde 1986 (II Congresso, Rio de Janeiro), as transformações internas na Central se deram no campo da montagem de uma estrutura que pudesse sustentar seu rápido e intenso crescimento, suas novas responsabilidades e no maior poder dado às direções em detrimento das bases.²⁰³ A essa característica,

²⁰¹ A Articulação Sindical (ainda sem esse nome) e a CUT pela Base, principais tendências cutistas, surgiram no II CONCUR (1986).

²⁰² Segundo Leôncio M. Rodrigues, havia na CUT duas visões de central sindical: a majoritária via a CUT como uma central de organizações sindicais, aceitando os parâmetros da economia de mercado e a ordem vigente. O setor minoritário pensava a CUT como uma central de luta contra o sistema capitalista (1990, p. 23). Tumolo (2002) observa que esse confronto político-ideológico interno na Central, que ganha força a partir de 1986, trouxe para dentro da CUT a divisão “nós e eles”, até então colocada entre a CUT e seus adversários (governo ou CGT). O autor demonstra que, do ponto de vista da Articulação Sindical, se colocava a existência de um choque entre os “vanguardistas” (os “outros”), com discurso agressivo, e os que tinham preocupação de ouvir o outro, ser “democrático”, “popular”, “de massas” (“nós”).

²⁰³ Um outro aspecto, base do trabalho de Tumolo, dizia respeito à formação sindical. Até 1986, mesmo que de forma incipiente (basicamente em São Paulo), a formação sindical da Central se dava por dentro da CUT e baseada em uma visão classista. Isso começa a ser modificado em 1986, quando, à revelia da equipe de formação da

que se agravaria até o IV Congresso, já nos anos 90, acrescia-se o fato de a CUT, na prática, ter-se acomodado à estrutura sindical varguista, a qual, por princípio, deveria ser combatida de forma incessante. José P. de Araújo afirma que (...) *a CUT não só não mudou a estrutura sindical oficial, como, depois de 1988, aderiu integralmente a ela. Abdicou da luta pela liberdade e autonomia sindical e passou a lutar apenas pela regulamentação do artigo 8º da Constituição* (1993, p. 112).

Dos anos 90 em diante essa situação agravou-se, inclusive nos campos político e de autonomia sindical, quando as verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e, mais adiante, os convênios com governos e empresas estatais, passaram a ser a grande base de sustentação financeira das ações cutistas.

A Central, apesar das manifestações em contrário de suas lideranças, inclusive da Articulação, e de resoluções congressuais, não rompeu com o Imposto Sindical, do qual a maioria dos seus sindicatos permaneceu fortemente dependente, mesmo tendo ocorrido casos isolados de devolução dos valores aos trabalhadores que assim o solicitassem. O problema agravou-se com a cobrança de taxas compulsórias aos não associados, por ocasião de campanhas salariais (taxa assistencial), o que gerou o surgimento de uma “sindicalização forçada”. Assim, aplicando esse novo estratagema, o Sindicato dos Bancários de São Paulo, por exemplo, apesar de ser um dos poucos que devolviam o imposto sindical, aumentou milagrosamente seu número de sócios, passando de 60 mil

CUT/SP, seria criado o Instituto Cajamar, que passaria a cuidar dos cursos da CUT durante alguns anos, por meio de convênios etc. A partir de então, e mesmo quando a formação sindical volta a ser feita diretamente pela CUT, os seus programas seriam gradativamente modificados (coincidentalmente com as mudanças programáticas da CUT e do PT), retirando-se deles pontos como economia política, classes sociais, Estado, ideologia e História do movimento operário brasileiro (2002, p. 163-173).

para 105 mil, em setembro de 1992, por ocasião do acordo da campanha salarial (NETO e GIANNOTTI, 1992). Esse quadro só se agravava em uma situação na qual o Estado outorgava o controle sobre os sindicatos e a concessão, em regime de monopólio, da representatividade destes, o que, na verdade, deveria se dar pela base, pelos trabalhadores. Segundo Armando Boito Jr, a criação da CUT

(...) dá-se num quadro em que a sua força dirigente já caminhava para a opção de integrar-se ao sindicalismo oficial. O Congresso de Fundação derrotou as propostas que previam algum tipo de filiação à CUT por fora da estrutura sindical oficial, para os trabalhadores cujos sindicatos oficiais estivessem controlados por pelegos. O III Congresso da CUT, em 1988, reforça essa integração ao diminuir a representatividade das oposições sindicais nos Congressos da Central. A CUT é hoje parte da estrutura sindical oficial. Sua única opção de crescimento é eleger correntes cutistas nos sindicatos oficiais rivais para incorporá-los à CUT. (1991, p. 80)

Outro aspecto não menos importante quanto aos problemas da Central, e que, sem dúvida, alimentou-os por toda a sua trajetória, diz respeito às limitações do trabalho de base. Os baixos resultados da ação dos sindicatos filiados à CUT em relação a esse aspecto contribuíram de forma decisiva para a centralização e burocratização cutistas. A derrota da emenda popular que tratava dos temas sindicais no processo constituinte de 1988, baseada, entre outros temas, na livre organização nos locais de trabalho, garantiu, também no ângulo legal, que a ligação entre os sindicatos e o chão da fábrica mantivesse, em geral, uma distância segura para os interesses patronais e do Estado. Se a existência das comissões de empresa é da maior importância na medida do fortalecimento dos trabalhadores dentro do processo de relações trabalhistas no chão da fábrica, há uma grande dificuldade dos sindicatos e centrais em enxergá-las como elementos da organização autônoma dos trabalhadores e não

como um braço dos sindicatos nas fábricas. Isso os desestimula a lutarem pela construção e legalização dessas comissões (RODRIGUES, 1991, p. 167-169).

Se a democracia interna da CUT começava a sofrer seus primeiros impactos em meados da década, o seu III Congresso (Belo Horizonte, 1988) carregou a marca da tentativa de seu setor majoritário de criar uma nova estrutura para a Central, visando a modificações nos campos político e organizativo. As discussões sobre as questões conjunturais e os destinos imediatos do país – vivia-se em um momento de final do processo constituinte, de proposta de “pacto social” pelo governo Sarney, fruto de intensa agitação trabalhista e às vésperas das eleições municipais – acabaram amesquinhas diante do projeto de modificação estatutária da Articulação Sindical. Por ele, seria reduzida a participação das bases nos Congressos, dando-se destaque às direções e romper-se-ia com a idéia de Central do conjunto dos trabalhadores brasileiros, restringindo-se a CUT a falar em nome dos sindicatos filiados, abrindo mão, na verdade, da crítica à velha estrutura sindical que passava a ser a base de sustentação única da Central (CARVALHO, 1993). Para Neto e Giannotti,

(...) o objetivo da maioria da direção era claro: aprovar uma mudança de estatuto que permitisse implementar uma nova visão de Central, uma central de representação, de negociação, mais do que uma Central de mobilização e organização para a luta de amplas massas. (...) A CUT optou por se aproximar do modelo das Centrais Sindicais Européias. (1993, p. 42)

É curioso notar que o PCB, que tanto acusava a CUT de radicalismo, denunciou, em novembro de 1988, uma “opção social-democrata” da Central. Porém, foi após o III CONCURT que a Corrente Sindical Classista, formada por militantes sindicais do PCdoB, aderiu à Central, antecedendo a decisão, no

mesmo sentido, do PCB, em 1990, quando de seu Encontro Nacional Sindical. Os pecebistas, no entanto, estavam, então, política e sindicalmente enfraquecidos, sem capacidade de disputar a hegemonia dentro da CUT. Acabariam, nela, reforçando as posições da corrente majoritária, antes chamada por eles de social-democrata (SANTANA, 2003).

Essa “viragem” da CUT não se deu de uma vez e sem reação. O próprio III Congresso reafirmaria em suas resoluções os princípios fundantes da Central como o classismo, o combate ao sindicalismo reformista e à conciliação de classes, que procuram (...) *enquadrar as lutas sindicais nos limites alcançáveis dentro do sistema capitalista* (WELMOWICKI, 2004, p. 106). Porém, a burocratização interna e a opção “negociadora” prevaleceriam a partir daquele Congresso. Sobre tais questões, pensando-as do ponto de vista da experiência sindical mundial, Eric Hobsbawm observa que

(...) o sindicalismo sempre gerou, desde sua ampliação no século XIX, duas tendências negativas: a tendência a dissolver sua plataforma em uma saída palatável de adaptação ao sistema vigente, e a troca de uma luta por uma modificação radical no status quo por uma conservação de conquistas e de postos alcançados juntos ao *stablishment*. Neste último caso, gera uma tendência a priorizar o pacto e a negociação em detrimento de uma estratégia de contestação do modelo vigente (*apud* WELMOWICKI, 2004, p. 80-81).

O mesmo quadro de confronto entre transformação e acomodação à ordem acompanhava os destinos do PT naquele final dos anos 80, não só pelas condições objetivas dos cenários nacional e internacional, como, também, pelas condições internas e das forças políticas em luta tanto no Partido quanto na Central.

O agravamento da crise do Leste Europeu serviu para acuar as forças políticas da esquerda revolucionária (mesmo aquelas críticas do modelo então

em desagregação) e estimulou, também, a direita neoliberal a impor seu programa. Quanto aos setores “menos radicais”, esses passaram a se apresentar com um discurso “responsável”, adotando, gradativamente, uma trilha de adaptação à ordem. Isto se dava não em uma conjuntura de refluxo das lutas populares, mas em um contexto contraditório, no qual um sem-número de variáveis estava em jogo. Internamente ao PT, o controle da atuação das tendências acompanhava este processo. A imprensa burguesa não perdia a chance de fustigar o Partido (e a CUT) por seu “radicalismo”, “falta de maturidade política” e “incompreensão das dificuldades do momento”. Tais epítetos, vindos de onde vinham, serviam de motivo de orgulho para os combatentes da luta contra o capital. Estes, porém, tornar-se-iam virtualmente minoritários em um Partido (assim como o ocorrido na Central) que sofria um gradual e seguro processo de burocratização e dificuldades no trabalho de base – os núcleos partidários se esvaziariam mesmo com os apelos à sua organização.

A radicalização do movimento popular, em 1988, contra as ações do governo Sarney frente ao agravamento da crise econômica teve como desaguadouro uma primeira grande vitória eleitoral do PT nas eleições municipais daquele ano.

Confirmar-se-ia, inclusive, o importante papel da militância do Serviço Social também no movimento político-partidário, com a eleição de uma assistente social (Luiza Erundina) para a prefeitura de São Paulo (SP), maior cidade brasileira. A vitória petista em capitais e cidades de destaque por todo o país encheu de euforia os quadros partidários. Surgia, enfim, a chance de levar à prática um conjunto de proposições até ali relegadas ao papel. Poder-se-ia começar a construir o “modo petista de governar”.

Em uma conjuntura de afirmação internacional do projeto neoliberal, grave crise econômica no país e predomínio de setores conservadores (ao contrário do que pensavam alguns mais desavisados, o PT conquistara parcelas de governo, mas não chegara “ao poder”), o Partido conquistou postos no aparelho de Estado sob pressão de gerir a crise. Os discursos de vários dos novos prefeitos de que não governariam para o Partido, mas para o conjunto da sociedade, já indicavam limitações na implementação de mudanças de há muito aguardadas. E, apesar de experiências até hoje discutidas (e discutíveis) como no caso da prefeitura de Porto Alegre (RS)²⁰⁴, as opções concretas de gestão tiveram, em geral, desde o início, pouco impacto em termos de mudanças profundas. Ao contrário, em muitos casos ocorreu uma simbiose de reformas que se harmonizavam com um quadro geral de adaptação às formas de poder pré-existentes. Não se está aqui a propugnar uma quebra municipal localizada da institucionalidade burguesa. O problema é que, ao invés de se utilizar a máquina administrativa no sentido de tensionar, sustentadas pela organização popular, as manifestações locais de poder burguês, optou-se, frequentemente, pelo possibilismo, a busca do se governar realizando alterações, mas sempre dentro da lógica do poder vigente. Esse processo, que se agudizou dos anos noventa em diante, articulava-se, dialeticamente, com os processos de burocratização e acomodação então em curso, tanto no PT quanto na CUT. Os

²⁰⁴ A referência a Porto Alegre diz respeito à existência, nas administrações petistas daquela prefeitura, do chamado “orçamento participativo”. Por meio dele, a população local, em geral através de suas associações de moradores ou entidades das variadas categorias, poderia participar do direcionamento das verbas orçamentárias, democratizando seu destino. O problema, que sempre gerou críticas dos setores mais à esquerda, é que tal projeto, ao colocar na mesa de discussão somente uma pequena parcela do orçamento, estaria “adoçando a boca” da parcela da população mais organizada e reivindicativa, enquanto mantinha os compromissos tradicionais das prefeituras sob a égide burguesa, não se constituindo, verdadeiramente, em uma proposta de mudança real do poder.

conflitos entre administrações petistas gerenciadoras da crise do capital e setores do movimento popular, aí incluídos servidores públicos dessas prefeituras, foram criticados pelas cúpulas petista e cutista como geradores de incômodos àquelas que serviam de parâmetro para um “novo modelo de gestão”. O “governar para todos e não para o Partido” foi usado *ad nauseam* como discurso de contenção de lutas dos trabalhadores sob estas condições. Tendeu-se, quase sempre, ao enfraquecimento das lutas, à acomodação dos administradores à ordem burguesa e ao fortalecimento das cúpulas partidárias a eles articulados. Posteriormente, com o espraiamento das políticas neoliberais, muitas delas passaram a fazer parte das práticas das administrações do PT, devidamente “aggiornadas”. Sobre esse assunto, José Maria de Almeida afirma:

Em 88 o PT ganha a eleição em prefeituras muito grandes. (...) e passa a administrar uma parte do Estado burguês que era muito significativa. (...) Isso começa a moldar de forma mais significativa o projeto do Partido. Ou seja: qual é o limite do projeto? É o limite que eu posso aplicar aqui, nessas circunstâncias em que eu governo. (...) Todas as organizações dos funcionários públicos tinham a CUT como referência. (...) O PT, que controlava a CUT, começou a assumir uma parcela da administração do Estado e entra em contradição direta com os funcionários públicos e começa a tensionar a CUT para ver até aonde ia a defesa dos interesses do servidor público, (...) isso gerou um início de distanciamento. (entrevista ao autor)

O ano de 1989 nasceu sob a égide das recentes vitórias eleitorais petistas e das importantes greves dos petroleiros e dos operários da CSN, além do assassinato do sindicalista rural Chico Mendes em Xapuri (AC). Estes dois últimos acontecimentos repercutiram além das fronteiras causando impacto e enorme desgaste para o governo Sarney e a “Nova República”. Chico Mendes, cuja imagem a mídia burguesa procurou diluir no papel de “lutador das causas ecológicas”, era um dirigente sindical, comunista, que procurava articular os direitos dos trabalhadores rurais e dos índios com o desenvolvimento

sustentável de floresta amazônica, em choque contra os projetos predatórios do capital e do latifúndio, responsáveis por sua morte. Pouco antes de morrer, Chico Mendes participara do III Congresso da CUT, apresentando uma tese (“Em Defesa dos Povos da Floresta”), aprovada naquele evento, e acabara eleito para a direção nacional da Central (GIANNOTTI, 2007).

A greve da CSN, ligada a questões econômicas e à recondução de operários demitidos em movimentos anteriores, foi respondida por Sarney com intervenção das Forças Armadas, o que resultou na morte de três trabalhadores. A vitória do movimento, após duas semanas, estimulou ainda mais a luta contra a degradação das condições de vida da população. Diante de uma inflação anual de 1764,83%, o governo baixou um novo plano de “estabilização” (o Plano Verão), que seria respondido por uma greve geral liderada pela CUT em meados de março. Segundo Welmowicki,

(...) a greve geral de 14 e 15 de março pôs o governo Sarney na defensiva a tal ponto que teve de aceitar uma lei salarial que era o oposto da que seu ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, havia estabelecido com o Plano Verão. A partir daí, Sarney tratou apenas de ir empurrando com a barriga até a posse do seu sucessor, (...). (2004, p. 79)

Foi nesse quadro conjuntural que se desenvolveu a campanha eleitoral para a Presidência da República, considerada vital pelos setores do grande capital, no sentido de impor uma derrota ao movimento operário e popular e escancarar, definitivamente, as portas para a implantação das políticas neoliberais. A esquerda e seus aliados consideravam-na, também, fundamental, a ponto de o PT definir que a (...) *campanha de Lula é o centro tático do PT este ano* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 16).

As forças conservadoras, na falta de um candidato que reunisse confiabilidade e apoio popular, optariam por Fernando Collor de Mello, obscuro e ambicioso político com carreira construída no Nordeste, que fez da “modernidade” (na verdade, o projeto neoliberal) e do anticomunismo (identificado como combate ao PT/CUT e toda a mobilização popular) o centro de uma campanha eleitoral, inflada por infindáveis recursos pela propaganda midiática, que não conheceu nenhum limite nos campos da ética e da objetividade. Aproveitando-se da onda neoliberal que varria o “mundo desenvolvido” e da crise do Leste Europeu, já em estado terminal, Collor de Mello, apresentado como “jovem”, “empreendedor” e lutador “contra a corrupção” (“o caçador de marajás”), usou e abusou do tradicional pânico da pequeno-burguesia frente às crises econômicas e à ascensão da esquerda. Imagens do pré-64, devidamente manipuladas, foram usadas à farta em sua campanha, que teve, ainda, a ajuda inesperada da repressão do governo chinês aos estudantes em Pequim, cujas imagens, até hoje, são usadas para denunciar a “violência do comunismo”.

Por seu lado, o movimento operário e popular seria responsável por um dos mais marcantes episódios de sua história, com uma ampla campanha de massas, nas ruas de todo o país. E tal mobilização, apesar de toda limitação no quadro político, ideológico e organizacional, assumiu um claro viés de esquerda, aglutinando, principalmente quando da polarização Lula – Collor no segundo turno, os partidos de esquerda e parte do centro, além de toda uma gama de segmentos sociais críticos do capital. A bandeira vermelha (agora com a estrela petista) inundava as praças e os corações de uma militância que acreditava na

possibilidade de mudanças profundas no modelo de sociedade até então dominante. Câmara identifica que,

(...) em 1989, quando a candidatura de Lula a presidente arrebatou a militância de base e mobilizou milhares de trabalhadores em todo o país, ainda havia a esperança de se construir um poder socialista no país. Mantendo um discurso combativo, contrapondo-se de forma decidida ao fantoche da burguesia Fernando Collor de Mello, o PT parecia recuperar os seus princípios e realizar o sonho impossível de governar sem subordinar-se aos interesses dominantes locais e internacionais. (2003, p. 165)

As resoluções do VI Encontro Nacional do PT, realizado em junho daquele ano, às vésperas do início da campanha eleitoral, mantinham as mesmas caracterizações do Encontro anterior, combinando a estratégia socialista com o “acúmulo de forças” e a perspectiva da transição para a transição já antes explicitada. Para os autores das Resoluções, (...) *o governo democrático e popular e o início da transição ao socialismo são elos do mesmo processo* (e não o mesmo elo do processo – FJF). *A passagem de um ao outro, no entanto, não é automática* (...) (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1989, p. 26). A chance da aceleração do acúmulo de forças estava dada com a possibilidade de vitória de Lula nas eleições presidenciais, evidenciando que os resultados petistas, muito animadores, nas eleições municipais do ano anterior, não tinham sido mero voto de protesto momentâneo. O PT realizou, naquela ocasião, uma análise da conjuntura nacional, caracterizando-a como um momento de agravamento da crise econômica. Questionando a legitimidade do governo Sarney, colocava as eleições como uma disputa de projetos na qual a conquista de um governo “democrático-popular” se voltava a apresentar uma solução para a crise no sentido de fortalecer a luta dos trabalhadores. E, após realizar uma avaliação dos demais candidatos colocados na disputa presidencial,

apresentava a candidatura Lula como tendo caráter socialista, por seu governo abrir condições para a construção do novo sistema, por seu programa representar as reivindicações dos trabalhadores e o fato de que (...) *a hegemonia política da aliança social que apóia o candidato e sustentará o governo é e será dos trabalhadores* (IDEM, p. 14). O documento apontava, por diversas vezes, as dificuldades que poderiam advir de uma possível vitória de Lula, incluindo algum risco de ação golpista:

Nosso programa e nosso governo, (...), pretendem garantir e ampliar as conquistas sociais e políticas dos trabalhadores, contra qualquer tentativa das classes dominantes de promoverem uma ruptura ou um golpe. (IDEM, p. 27) (...) Na raiz de todas essas dificuldades (...) estará o interesse de classe das elites que não admitem qualquer restrição ao crescimento de seus privilégios e que tentarão paralisar ou desestabilizar o novo governo (...). (IDEM, p. 25)

Estavam muito presentes para os petistas as duras experiências da Unidade Popular no Chile (1970/1973) e os perigos de uma quartelada. Como prevenção contra isso, o PT se dispunha a exercer o poder e construir o socialismo

(...) através da vitória sobre a burguesia e seus aparelhos ideológicos de dominação. Com esse objetivo estamos preparando o Partido, estamos construindo uma hegemonia política, social e ideológica, estamos acumulando forças para respaldar o nosso projeto. (IDEM, p. 26)

Mauro Iasi argumenta que os petistas

(...) realmente acreditavam que a defesa ardorosa de manter a disputa no campo dialogicamente harbemasiano da política faria com que o inimigo de classe fizesse o mesmo. Feliz ou infelizmente, no caso do projeto do PT, a história não permitiu que se tirasse essa dúvida. Não seria necessário, uma vez que, ao contrário do que supõem as resoluções, o que não faltam são paralelos históricos do tamanho desta ilusão e das gravíssimas conseqüências que pode acarretar. (2006, p. 451)

O mesmo autor aponta que a radicalidade das propostas ficou nas páginas das resoluções do Encontro, já que a meta socialista desapareceu das

ações de campanha, e as proposições levadas às ruas ficavam muito aquém do deliberado em junho. Ao invés da nacionalização e estatização das empresas estrangeiras e estatização das grandes empresas e bancos, propostas em 1979, o Programa de Ação de Governo afirmava que a presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas deve-se subordinar às prioridades da política econômica e que se deveria utilizar o setor bancário estatal para pressionar o setor privado a se adaptar às orientações governamentais. O não-pagamento da dívida externa se transformou em suspensão da dívida e auditoria da mesma.

Iasi completa:

(...) Quanto à propriedade dos meios de produção, temos que nos contentar com a afirmação de que “a propriedade privada dos meios de produção e distribuição (se subordinará) aos objetivos sociais da atividade econômica”, seja lá o que isso queira dizer. (IDEM, p. 452)

A derrota eleitoral de Lula da Silva, frustrante e traumática, poderia, ainda assim, ter funcionado como alavanca de sustentação da resistência contra o governo Collor. Não foi, porém, o que se viu: apesar de situações pontuais (como o movimento do “fora Collor”), o decréscimo da mobilização popular viria acompanhado do furor de medidas neoliberais e da falta de respostas concretas contra essas políticas por parte do PT e da CUT.

3.15 SOBRE A DÉCADA PERDIDA

Ao longo desse capítulo ficou patente que a idéia lançada por diferentes analistas, especialmente da área econômica, sobre a década de 1980 ter sido “perdida”, só poderia ser levada em conta enquanto carregada de um cariz

ideológico marcadamente de classe, burguês e neoliberal. O Brasil daquela conjuntura mostrou-se, em diferentes aspectos, na contracorrente de modificações profundas que ocorriam, então, nos países cêntricos do capitalismo mundial, com repercussões variadas na periferia. Cabem aqui, porém, dois alertas: o primeiro, diz respeito ao fato de que tal constatação não se dá por estar o Brasil na linha de frente de uma reação generalizada, consciente e organizada às transformações capitalistas em curso. Pode-se afirmar que o processo político que aqui se desenvolveu, em boa parte daquele período, respondia às condições próprias, especiais, de uma conjuntura de crise e *débâcle* do regime ditatorial implantado em 1964 e do destampar de um conjunto de reivindicações reprimidas por décadas. Em segundo lugar, e articulado ao anterior, o Brasil não era uma ilha isolada política e ideologicamente da maré-montante neoliberal. Ao contrário, a crise econômica que perpassou boa parte do período abriria portas para uma vinculação/incorporação das políticas econômico-financeiras dos governos da época às lógicas que paulatinamente tornavam-se hegemônicas, capitaneadas por organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Se a década de 1980 foi perdida para os áulicos do mercado, sonhadores do “fim da História”, axioma decretado por Francis Fukuyama, isso se deu, no Brasil, em grande parte, pela ação de milhares de militantes, lutadores, especialmente no campo sindical, que frearam, ao menos por um tempo, a implantação do modelo que fazia sucesso nas rodas do grande capital internacional. Não foi a situação lamentável das finanças, da inflação galopante, dos seguidos planos de “estabilização” fracassados que “nos perderam” para o neoliberalismo. Foram, precisamente, estes os instrumentos utilizados pelos agentes do capital para

quebrar com a resistência dos trabalhadores e da população pobre, bombardeada por uma propaganda que apresentava como sendo “atraso” os mecanismos de defesa destes contra a ação burguesa (sindicatos, greves, legislação trabalhista etc). Ao contrário, apresentava-se um futuro dourado de superação da crise com “remédios modernos” que nos levariam ao Primeiro Mundo, nossa utopia recorrente. Neste sentido, fica claro ter existido a necessidade (aliás, sempiterna) de se derrocar os instrumentos de luta dos trabalhadores para reduzir/impedir a contestação aos “remédios”, cujo amargor nem a cobertura edulcorada da modernidade conseguia ocultar.

Lastimaram-se estes agentes da ordem burguesa, na verdade, pelo tempo gasto em levar milhões ao desemprego e à miséria, em comprar lealdades políticas e sindicais para que se rendessem às novidades, ao menos calando, senão defendendo sua implantação. Ou no tanto que se perdeu em destruir empresas estatais lucrativas, vendidas, posteriormente, “a preço de banana” ao capital nacional e/ou imperialista. Ou em derrogar direitos tão duramente conquistados pelos trabalhadores. Queriam o quê? A vitória sem disputa, sem resistência dos setores mais organizados do movimento popular? Ao contrário, a derrota, profunda, mas não definitiva, destes, parece vir sempre acompanhada de um lembrete aos que advogam as causas do capital, parafraseado de uma expressão já hoje famosa: “É a luta de classes, idiota.”

Capítulo 4

A esquerda revolucionária frente à ordem: resistência ou integração

4.1 A OFENSIVA NEOLIBERAL

O mundo visto sob a ótica da expectativa das mudanças sociais, e, por que não dizer, até revolucionárias, mudara muito em dez anos, desde 1979. O final da década de 1970, como foi visto anteriormente, destacara uma crise da dominação política da maior potência capitalista, na medida da ocorrência de

fatos como a Revolução Islâmica no Irã e a Revolução Sandinista na Nicarágua. Se esses acontecimentos não abalavam decisivamente o poder estadunidense, não deixavam de representar uma nódoa na imagem simbólica daquele poderio, já profundamente manchado pela estrepitosa derrota no Vietnã, alguns anos antes. No Irã, perdera-se um governo (Reza Pahlevi) aliado das políticas dos Estados Unidos da América em uma das regiões geopoliticamente mais importantes do mundo, inclusive pela questão petrolífera, passando a existir, a partir de então, um novo poder, islâmico fundamentalista, explicitamente contestador das políticas e valores estadunidenses. No caso da Nicarágua, o fato de ser um pequeno país centro-americano não era o que pesava, e sim a existência de um governo hostil aos interesses da potência vizinha, uma possível “nova Cuba”, com tudo de simbólico que poderia representar, pelo menos, para o conjunto da América Latina.

Dez anos depois, o quadro mudara radicalmente. Não só em relação às expectativas da política internacional, mas no conjunto dos aspectos que permitem uma análise da conjuntura da época. A administração de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, reagiu aos desgastes internacionais com uma agressiva política externa que, só para dar um exemplo, desrespeitou toda e qualquer norma do direito internacional ao intervir diretamente na Nicarágua, a ponto de ordenar a colocação de minas frente aos portos daquele país no intuito de inviabilizar suas relações comerciais com o exterior, além de financiar movimentos armados para desestabilizar o governo sandinista. Tudo isso sob as barbas da Organização das Nações Unidas (ONU), incapaz de mexer uma palha quando se tratava de questionar os interesses das (na época) grandes

potências. E, no caso iraniano, Reagan (e seus sucessores) buscaram, de todas as formas, isolar e sabotar o novo regime, econômica e diplomaticamente, além de estimular um conflito na região visando a desgastar, ou, se possível, derrubar, o poder dos líderes religiosos.²⁰⁵

Mas, seria amesquinhar por demais essa rápida análise da situação daquela época restringi-la a esses dois pontos. Maior peso estava reservado à disputa de “modelos” com a União Soviética. O governo Reagan aproveitou do conjunto de desgastes da potência rival (problemas econômicos, perseguição a dissidentes políticos, intervenção no Afeganistão etc) para desencadear uma forte campanha político-ideológica contra os soviéticos (a URSS foi por ele denominada o “Império do Mal”), em uma reedição da Guerra Fria. Mas, muito mais importante do que as constantes campanhas anticomunistas, no sentido do enfraquecimento do rival soviético, foi o fato de o governo estadunidense desencadear uma corrida armamentista, cujo elemento simbólico de primeira grandeza se tornaria o projeto “Guerra nas Estrelas”. Voltado, ao menos na propaganda, à construção de um escudo aéreo de mísseis para garantir a defesa do país contra um ataque nuclear estrangeiro, coisa que, diga-se de passagem, estava longe das cogitações soviéticas de então, o projeto tinha o objetivo de estimular, com dezenas de bilhões de dólares em verbas estatais, um processo de desenvolvimento tecnológico que destacasse os Estados Unidos da América frente a qualquer outro país e alavancar a economia americana em um período de crise, com um altíssimo déficit das suas contas, inclusive no comércio internacional, agravada pelos problemas de combustíveis (a segunda “crise do

²⁰⁵ Trata-se, aqui, da guerra entre Irã e Iraque (setembro/1980 a agosto/1988).

petróleo, em finais da década de 1970). A “Guerra nas Estrelas” colocaria a União Soviética em uma situação de defensiva, forçando-a a tomar medidas de altíssimo custo militar para responder àquele desafio. O desvio de verbas dos mais diferentes setores como réplica às ações de Reagan acabou sendo fatal para a sobrevivência soviética, mesmo que não se possa esquecer os demais problemas existentes naquela sociedade. Nesse sentido, as práticas levadas a efeito pelo governo estadunidense nos anos de 1980 cumpriram um papel decisivo para suas pretensões de se transformar em potência única, em um mundo que deixaria de lado, na década seguinte, quase meio século de bipolaridade. A *débaçle* soviética viu-se acompanhada de todo o conjunto de países que compunham o chamado “mundo soviético” no leste da Europa. Durante boa parte da década de 1980, por exemplo, a República Popular da Polônia passara por uma violenta crise econômica, que abrisse espaços para o questionamento do regime vigente. A organização do sindicato Solidariedade e sua ação contestatória levaram ao enfraquecimento do poder pró-soviético e a sua queda em 1989.²⁰⁶ Outros governos de países do Leste Europeu tiveram, rapidamente, o mesmo destino. Além disso, a própria União Soviética acabaria por se dissolver, ainda no início dos anos de 1990, sob uma miríade de críticas que envolviam a falta de democracia, a centralização e questões de natureza nacional. Isso resultou, quase que imediatamente, em um processo de

²⁰⁶ Deve-se atentar para o fato de o Solidariedade ter sido fundado em 1980 e de sua ação ter-se desenvolvido durante toda essa década da nova Guerra Fria de Reagan. Se não se devem articular de forma esquemática esses dois fatos, até porque o Solidariedade tinha em suas fileiras desde setores católicos até uma esquerda contrária ao modelo soviético, não se pode negar como cada um desses fatores foi funcional ao outro. É fundamental destacar, ainda, especialmente no caso polonês, a forte interferência realizada pela Igreja Católica, sob a batuta do papa João Paulo II. A propaganda de Reagan não teria, por exemplo, todo o efeito que acabou conseguindo, se não tivesse a seu lado um discurso ultraconservador e fortemente anticomunista de Karol Wojtyła.

dissensões que tem gerado diversos conflitos localizados, até os dias de hoje. Adendados às crises econômicas resultantes da reconversão ao capitalismo, em uma época de neoliberalismo, apareceria um quadro de instabilidade e questionamento popular, mesmo que intermitente, em quase toda aquela região, desde o fim do “socialismo stalinista”.²⁰⁷

Por outro lado, a expansão das práticas neoliberais, tanto pelas áreas cênicas como nas periféricas do mundo do capital, teria um caráter de ofensiva político-ideológica contra qualquer tipo de contestação mais ou menos radical ao domínio pleno dos interesses imperialistas espalhados pelo planeta. As ideias do pensamento único, do fim da História, da vitória final do capitalismo e da necessidade de adaptação aos modos como esse sistema então se apresentava reverberavam inclusive em setores da esquerda mundial, aturdidos pela queda do sistema soviético e desse cerco às proposições dissonantes, especialmente aquelas questionadoras do poder do capital, vistas como anacrônicas pelos arautos do neoliberalismo. A rendição da social-democracia aos ditames da “nova” forma de dominação capitalista, então em processo acelerado de mundialização, demonstrou o peso que esse conjunto de ideias e práticas teve

²⁰⁷ O fato de, em diversos desses países, a reconversão capitalista ter sido acompanhada por regimes que combinaram falta de democracia política, corrupção generalizada e destruição dos direitos dos trabalhadores não levou a nenhuma campanha ou “Guerra Fria” por parte dos governos estadunidenses subseqüentes ao de Reagan. Ao contrário, os países do Leste da Europa foram pouco a pouco incorporados à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), enfraquecendo um possível ressurgimento da Rússia como potência. E, mesmo em se tratando deste país, as críticas “ocidentais” se limitam a acontecimentos que podem prejudicar os interesses estratégicos estadunidenses, como os conflitos, abertos ou não, com a Ucrânia e a Geórgia. O poder ultra centralizado dos atuais governantes russos, o controle da imprensa e a repressão política não são alvo desse tipo de *realpolitik*.

naquele momento.²⁰⁸ Governos, ditos e tidos como de esquerda, como o de François Mitterand, depois de alguma resistência, renderam-se à maré neoliberal. Outros, como Felipe González, na Espanha, e Mário Soares, em Portugal, não ofereceram maiores entraves para a implantação de um modelo que, em princípio, voltava-se contra as proposições históricas do Estado de Bem Estar Social, típicas da social-democracia europeia do pós-Segunda Guerra Mundial. E a sucessão de governos na Europa, em geral, mesmo com alternância de partidos, não modificou essa tendência aqui apontada. Ao contrário, parece que, na maioria dos casos, havia uma certa concorrência entre liberal-conservadores e social-democratas para mostrar quem era mais fiel aos ditames neoliberais.

Essas “mudanças de rumo” tinham sua origem e seus principais objetivos centrados nos interesses do capital relativos ao processo de desenvolvimento das formas de acumulação, fundamentalmente através da introdução de novas tecnologias e de estruturação do “mundo do trabalho”, capazes de garantir uma ampliada extração de mais valia²⁰⁹ e derruir as possíveis (e prováveis) reações dos trabalhadores contrários a esses projetos. A “reengenharia”, a automação e a robótica, a desconcentração industrial e os novos métodos de produção fabril

²⁰⁸ Não se está, aqui, procurando reduzir a enorme influência que o neoliberalismo ainda exerce no mundo desse final da primeira década do século XXI, apesar dos efeitos da crise sistêmica que se abateu sobre o capitalismo a partir de 2008. Mesmo assim, não há como evitar comentários como o do editorial do The Guardian, que afirmava, no início da crise: *Este é um momento que Karl Marx adoraria. De qualquer ângulo que se olhe, o capitalismo financeiro está a ser sovado.* (Reproduzido pelo jornal The Socialist em seu editorial de 17/9/2008).

²⁰⁹ Harvey (1992) fala que as novas tecnologias permitem a geração de excedentes de força de trabalho que tornaram mais viável a retomada de estratégias absolutas de extração de mais valia, mesmo nos países de capitalismo avançado.

(por exemplo, o “toyotismo”²¹⁰) vieram acompanhados por um processo de desindustrialização e diminuição da massa de trabalhadores fabris (desemprego estrutural), expansão da flexibilização (e precarização) do trabalho e perda de direitos históricos alcançados, no passado, por décadas de lutas dos trabalhadores.

Consequências desse processo deram-se com a dessindicalização e a forte repressão do aparelho de Estado que, a serviço dos interesses do capital, interveio seguidamente no sentido de auxiliá-lo a impor derrotas ao movimento operário e tentar fazê-lo calar-se diante dessa onda de ataques contra os trabalhadores.²¹¹ A ação midiática de convencimento destes quanto ao seu futuro (por exemplo, na disputa com seu companheiro de trabalho pela vaga existente quando de um processo massivo de demissões, ou estimulando uma ideologia xenófoba contra estrangeiros que estariam “roubando seus postos de trabalho) teve, então, papel destacado, assim como na difusão da inevitabilidade histórica (fatalismo) desse processo²¹². Afinal, os representantes do capital não buscavam mais do que estabelecer as bases da velha “liberdade de trabalho”, item do evangelho liberal dos mais difíceis de ser, completamente, colocado em prática, já que implica uma visão de relações de trabalho nas quais o contrato de

²¹⁰ Sobre o “toyotismo” e sua influência sobre a organização dos trabalhadores, ver SANDRI, 1994.

²¹¹ Ocorreram ataques de grande amplitude contra o movimento operário e os sindicatos pouco antes e nos momentos de implantação dessas mudanças nas empresas. As derrotas das lutas sindicais e a cooptação dos trabalhadores tornaram-se condições fundamentais para a criação, por exemplo, dos sindicatos de empresa, no Japão, ainda na década de 1950. (ANTUNES, 1995, p. 25).

²¹² O crescimento dos partidos da ultra direita, nesse contexto, em toda a Europa, não representa mero acaso. Vide o caso francês, no qual a Frente Nacional, com o ultra nacionalista e racista Jean-Marie Le Pen, chegou ao segundo turno das eleições presidenciais de 2002. Ou do peso eleitoral e a influência política de partidos como a Aliança para o Futuro, do recém-falecido líder da extrema direita austríaca, Joerg Haider.

trabalho é estabelecido por seres livres e individuais (trabalhador e empregador), sem qualquer pressão externa (legal etc), o que obnubila as relações sociais (proprietário e não proprietário) e todas as consequências dessa desigualdade básica e fundamental na sociedade capitalista.²¹³

4.2 A ESQUERDA E A DERROTA ELEITORAL DE 1989

O final dos anos de 1980 realmente não foi auspicioso para os setores de esquerda, no Brasil e no mundo. A propaganda do neoliberalismo foi grandemente fortalecida, à época, por acontecimentos que colocavam, sempre e de alguma maneira, os defensores de uma sociedade socialmente mais justa, na defensiva política e ideológica. E, no caso, sem existirem distinções, por exemplo, entre defensores mais ou menos abertos e críticos do socialismo soviético ou do sistema chinês. Para que não parem dúvidas sobre o clima daquela conjuntura, basta que sejam citados alguns dos muitos acontecimentos que faziam o deleite dos conservadores e reacionários. Somente no ano de 1989, sem esquecer que ele marcou a primeira eleição presidencial brasileira pós-ditadura, com a possibilidade real de um candidato de esquerda nela sair vencedor, tivemos, em fevereiro, a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, depois de dez anos de desgaste, veiculada pela propaganda estadunidense como

²¹³ Marx ironizaria esse tipo de raciocínio afirmando: *Ao deixar a esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, à qual o livre-cambista vulgar toma de empréstimo sua concepção, idéias e critérios para julgar a sociedade baseada no capital e no trabalho assalariado, parece-nos que algo se transforma na fisionomia dos personagens do nosso drama. O antigo dono do dinheiro marcha agora à frente como capitalista; segue-o o proprietário da força de trabalho como seu trabalhador. O primeiro com ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios; o segundo tímido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e espera ser esfolado.* (1968, p. 197)

uma acachapante derrota. Em junho daquele ano, às vésperas do início da campanha eleitoral brasileira, ocorreu a repressão aos manifestantes chineses na praça da Paz Celestial, em Pequim. Dessa vez não era uma derrota militar, e soviética. Tratava-se da repressão à própria população desarmada, perpetrada por um governo “comunista”.²¹⁴ E, para completar aquele fatídico ano (para a esquerda, em termos planetários), ocorreu em novembro a derrubada do “muro de Berlim”. E aí, nessa situação, confluem elementos políticos da maior relevância (o fim da República Democrática da Alemanha, epicentro – em especial, Berlim – da Guerra Fria) e componentes simbólicos, talvez os mais importantes de todo o período de disputa entre as grandes potências no pós-Segunda Guerra Mundial.

Todos esses fatores atuaram como inibidores, aqui e no exterior, das práticas e do pensamento de esquerda, de certa forma como tinha ocorrido em 1956, após as denúncias de Krushev, com o chamado movimento comunista internacional de base soviética. Com, pelo menos, uma diferença gritante: nos anos de 1950, as críticas ao stalinismo abriram para o pensamento de esquerda, em especial as de base marxista, as comportas que o “comunismo de Estado” vedara com sua autoridade de primeira nação socialista. Houve, como já foi referido nesta tese (ao menos no caso brasileiro, mas que pode ser expandido, sem risco, para o panorama mundial), um desabrochar de variados pensares do

²¹⁴ As aspas, no caso, se justificam, não por qualquer opção crítica do autor desta tese, especificamente ao regime chinês. Trata-se, tão somente, de não cair na armadilha, muito comum nos nossos dias, de identificar as posições autodeclaradas de um partido político no governo com o modo de produção realmente existente na formação social visada, no caso a chinesa. Nada mais distante, tanto naquela época como hoje, de uma sociedade comunista (não convém esquecer: inexistência de Estado/dominação, de cada um de acordo com a sua possibilidade, a cada um de acordo com a sua necessidade etc.) do que a China “comunista”.

marxismo mundial, articulando antigas e novas proposições, estudos e análises. Isto tudo estimulado por novas experiências, como a revolução em Cuba, a “Revolução Cultural” maoísta na China ou a resistência ao imperialismo estadunidense no sudeste da Ásia. Já no final dos anos de 1980 a situação, ao menos de imediato, tomou rumo inverso. O cerco do “pensamento único”, a reverberada crítica ao “comunismo”, em geral, os sucessivos acontecimentos (os governos das democracias populares ruíam um após outro) que alimentavam a *mídia* do imperialismo deixavam quase sem fôlego (e sem respostas imediatas, pela falta de alternativas concretas) mesmo os críticos “pela esquerda” dos modelos de socialismo então questionados. O resultado, como sói acontecer nessas situações, foi um retraimento do pensamento de esquerda para um defensivismo quase que de sobrevivência, quando não o abandono por completo, por muitos arrivistas, da perspectiva de transformação radical da sociedade capitalista. O sítio neoliberal completava o estrago realizado pelos regimes do “socialismo realmente existente”.

Nessas condições, a campanha de Lula e da Frente Brasil Popular, capitaneada pelo PT, ter conseguido uma quantidade de votos que, por pouco, não conseguiu guindá-lo à presidência da República, não pode deixar de ser registrada como um feito memorável.²¹⁵

²¹⁵ Tal situação, apesar de suas características singulares, não deve ser creditada de todo ao PT. A passagem de Lula para o segundo turno daquele pleito deu-se com uma diferença ínfima em relação ao candidato do “trabalhismo”, Leonel Brizola. Não há dúvida que, apesar de certamente existirem diferenças marcantes entre os dois, no caso de uma disputa entre Fernando Collor e Brizola haveria uma polarização parecida com a que realmente ocorreu, entre a direita e a esquerda. Tanto mais que, se o “socialismo” de Brizola era muito mais diluído do que o petista, aquele candidato carregava uma aura de conflito, desde o período pré-ditatorial, com o imperialismo e os setores mais conservadores da sociedade brasileira.

A derrota petista de 1989 não se deu, fundamentalmente, por fatores externos ao Brasil. Se, de um lado, aqueles acontecimentos foram fortemente explorados por Collor de Melo e seus apoiadores, pode-se dizer que as sucessivas crises no “mundo socialista” foram um ingrediente a mais no processo que se não se encerrou ali, permitiu um alívio imediato para aqueles que viam, com alguma razão, a possibilidade da chegada de Lula (e do PT) ao governo federal como um risco aos seus negócios e interesses.

Deve-se destacar, porém, que análises realizadas posteriormente, em especial por setores petistas, que explicaram a derrota petista pela baixa capacidade de a candidatura Lula arregimentar um maior contingente de eleitores, dada a sua “estreiteza” e “sectarismo” frente a outros setores componentes da sociedade brasileira (leia-se, a burguesia), procuravam, na verdade, abrir espaços por dentro do Partido para o avanço de suas propostas de abandono do classismo, ampliação da cidadania e centralidade da questão democrática frente à definição da alternativa anticapitalista, tudo isso demandando, no processo, a ampliação da política de alianças. E aqui, aparece um elemento dos mais curiosos das análises de setores petistas, sempre muito críticos da tradição pecebista: o tipo de explicação exposto acima tem uma enorme similitude com antigas explicações pecebistas sobre a ocorrência do golpe político-militar de 1964. Reaparecia, aliás, o argumento da “radicalização”, que não permitiu a formação de uma frente de classes e colocou a classe dominante contra os movimentos progressistas da sociedade e nos braços dos “setores reacionários”. Esse tipo de ilusão, que se reproduziu pela década de 1990, principalmente após a segunda derrota eleitoral de Lula , em

1994, lamentavelmente, não se esgotava, então, como mera ilusão. Como se tratavam de agentes políticos que disputavam o poder por dentro dos aparelhos partidários (no caso, o PT), utilizando argumentos de convencimento, ajudaram a criar ou reforçar políticas que informariam os posicionamentos estratégicos e táticos desse partido naqueles anos. Não era, então, de somenos importância o aparecimento de explicações do gênero naquele momento.

Vale a pena destacar ainda que, ao contrário de algumas avaliações correntes daquele processo, as mudanças políticas fundamentais, tanto no PT quanto na CUT, não vão se dar a partir daquela derrota eleitoral.²¹⁶ Essas modificações no contexto das políticas do Partido e da Central têm uma amplitude temporal muito mais vasta do que a delimitação de uma data ou acontecimento. Conforme consignado no capítulo anterior, desde o surgimento do PT, e depois, da CUT, já existiam, mais ou menos claras, as tendências que se tornaram dominantes nessas entidades. O processo de assunção dessas posições, modificando estratégias e objetivos consagrados, mesmo que de forma fluida, quando da criação delas, dependeu muito mais de uma gradativa transição, na qual as modificações iam sendo assumidas de forma sutil, lenta, porém, eficaz. O que se quer aqui afirmar é a não existência de um momento de ruptura para a implantação de uma nova política. Esta foi sendo, na verdade, amadurecida, seu conteúdo sendo incorporado, pouco a pouco, ao cabedal político dessas entidades, mais como acréscimos ou explicitações do que como novidades e rompimentos, e dentro de formulações que afirmavam a

²¹⁶ Em relação à CUT, por exemplo, ver BOITO JR, 1999, p. 204. Tratar-se-á das duas entidades, em conjunto, na medida em que as disputas político-ideológicas em seu interior são bastante assemelhadas, assim como a tendência política nelas dominante (Articulação e Articulação Sindical) e as influências que sobre elas incidem.

continuidade, a manutenção dos princípios.²¹⁷ Se isso ficou mais visível no período de 1987 (5º Encontro Nacional do PT) e de 1988 (III Congresso da CUT), ou mesmo depois de 1991, não há como não notar descontinuidades, acelerações e recuos dependendo das condições políticas internas e externas a elas. Isso, em relação aos anos de 1990, deverá ficar melhor explicitado adiante.

A derrota da Frente Brasil Popular em 1989 pode, então, ser vista como resultante de um conjunto de aspectos, de natureza interna (mais destacados) e externa, que influíam nas opções da população brasileira naquele momento. Um elemento chave para entender aquele resultado deve ser buscado nas condições da luta de classes no país naquela conjuntura. Vivia-se, apesar da intensa mobilização popular que antecedeu aquele pleito, em especial nos principais centros urbanos do país, um início de refluxo das mobilizações que marcaram a década. O crescimento da crise econômica, não debelada pelos mecanismos (planos econômicos ou, popularmente, “pacotes”) de ajustes adotados pelo governo Sarney e, principalmente, depois do fracasso do Plano Cruzado I, orientados pelos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Mundial), e os interesses do capital, nacional ou estrangeiro, de acompanhar as transformações no “mundo do trabalho” que se desenvolviam amplamente (reestruturação produtiva etc.) acuaram setores da classe trabalhadora que vinham participando ativamente das mobilizações até então. O desemprego, tal qual praga daninha, espalhava-se inclusive pelas áreas mais dinâmicas do capitalismo brasileiro. A perseguição às lideranças sindicais, a falta de

²¹⁷ Já se referiu, no capítulo 3, a essa forma de mudar dizendo que está mantendo, ou que se está realizando uma explicitação ou clarificação das posições (por exemplo, em relação à centralidade da questão democrática por dentro da discussão do socialismo).

renovação destas no processo de participação nas estruturas burocráticas da Central e do PT, para não falar das administrações que este foi assumindo, principalmente a partir de 1988, e a inexistência de mecanismos como as comissões de fábricas, que sustentassem a luta por dentro das unidades de produção, independentemente das burocracias sindicais, foram elementos que contribuíram para o enfraquecimento das lutas dos trabalhadores.²¹⁸

Esse quadro genérico não refuta completamente, mas busca superar as explicações que se limitam a denunciar a “traição das direções”. Para além delas, as condições objetivas da luta de classes foram forçando um recuo a posições defensivas, o que vai predominar, basicamente, durante toda a década seguinte. O neoliberalismo que tentou, sem sucesso, implantar suas bases em solo brasileiro nos anos de 1980, criara, pelo menos, por cima da terra arrasada da inflação galopante e de um crescente desemprego, as condições para vingar suas sementes a partir da vitória de Collor de Melo. Este, de forma não tão surpreendente, venceu as eleições com um discurso anticomunista, moralista e, em especial, voltado às camadas mais desorganizadas e com limitada apreensão das questões políticas nacionais então envolvidas. Jogava com o medo da população frente à crise e se apresentava como um paladino da luta contra seus efeitos, enquanto procurava apontar seus adversários (e Lula no segundo turno) como incapazes de fazer frente àqueles desafios.

4.3 OS IMPASSES DA ESQUERDA BRASILEIRA, DE COLLOR A ITAMAR

²¹⁸ Não custa repetir que as greves do final dos anos de 1970 foram deflagradas, em geral, por fora e, em muitos casos, contra a estrutura e a burocracia sindical.

Collor de Melo, sem ser o presidente da República dos sonhos da burguesia brasileira, cumpriria, de imediato, a função para a qual tinha sido guindado pelos setores mais representativos daquela classe e pelos seus instrumentos midiáticos: evitar a vitória de qualquer um dos candidatos de esquerda que se apresentaram ao pleito. Equivocou-se, porém, quem avaliou que o “caçador de marajás” iria ser um mero fantoche nas mãos dos detentores do capital ou de seus representantes políticos tradicionais. Ambicioso, o novo governante demonstrava acreditar poder ser um “salvador da pátria”, por cima dos partidos e dos conflitos sociais, apelando sempre para o apoio dos “descamisados”, como uma Evita Perón renascida. Porém, por trás do histrionismo e da corrupção voluptuosa logo revelada, Collor apoiou-se nos milhões de votos conquistados, contando, então, com um respaldo popular que nem os ditadores, nem José Sarney chegaram a dispor. Isso representou, durante o período de governo deste Fernando, o Breve, uma pedra no sapato da oposição petista (e cutista).

As circunstâncias que levaram Collor de Melo a vencer o pleito de 1989 e de governar a partir do ano seguinte permitiram que, finalmente, no caso brasileiro, se abrissem as portas para a implantação de um projeto neoliberal no país. Muito além da tentativa (aliás frustrada) de conter a espiral inflacionária com um confisco, sempre negado na campanha eleitoral, dos recursos em espécie da população depositados nos bancos, o curto período de governo Collor abriu incondicionalmente e sem contrapartida as fronteiras brasileiras aos produtos externos, desqualificou a produção nacional (os carros foram taxados

de carroças), desmoralizou o papel social do Estado (o “elefante branco”)²¹⁹ e iniciou uma (também frustrada, ao menos parcialmente) reforma do Estado²²⁰. Por meio desta, o governo demitiu funcionários e desorganizou setores da máquina estatal, causando-lhe um estrago de consideráveis proporções. Tudo isso sob o manto da “modernidade”, do “progresso” que a grande imprensa não deixava de propagar, apesar das origens da *entourage collorida*, dos usineiros da cana de açúcar de Alagoas, onde o latifúndio e a criminalidade andavam lado a lado, impondo a sua lei aos trabalhadores e à população em geral

A oposição de esquerda e, em especial, o PT procuraram reagir a esse quadro tão logo o impacto da derrota eleitoral e das primeiras medidas do novo governo foi se dissipando. O Partido organizou um “governo paralelo” com o intuito de acompanhar e montar as bases do combate às políticas do novo governo. Afinal de contas, 1990 era ano de eleições legislativas e para os governos estaduais e não deixava de ser uma oportunidade para se fazer um julgamento nas urnas das ações de Collor de Melo.

Seria nessas condições que o PT realizaria o seu 7º Encontro Nacional, no início de junho de 1990. A própria data demonstra a prioridade eleitoral (vésperas do começo da campanha) dada para o evento. Mais do que isso, a capa do caderno de textos do Encontro já apontava que ali estavam contidos os documentos preparatórios para o I Congresso do Partido, marcado para o ano

²¹⁹ Mas, nunca, evidentemente, o papel policial /repressor desse Estado.

²²⁰ No sentido do conjunto de políticas adotadas, pode-se afirmar a influência, já no governo de Collor de Melo, das proposições oriundas do chamado Consenso de Washington, de novembro de 1989, especialmente quanto às tentativas de abertura comercial. Porém, foi somente a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002) que se levou a efeito a incorporação do decálogo criado pelo FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro estadunidense como política de governo no Brasil.

seguinte (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, 1990). Esses textos continham, além das resoluções, um discurso de Lula ao assumir a presidência do Partido, um balanço do presidente que encerrava seu mandato, Luis Gushiken, sobre o período pós-eleição de 1989, e um outro, de Marco Aurélio Garcia, sobre os 10 anos do PT.

Chama a atenção, nas palavras de Lula, a convocação à luta e a preocupação com as bases do Partido:

Em vez de nós, dirigentes do partido, ficarmos zangados com a rebeldia das nossas bases, temos que agradecer (...) porque é graças à sua rebeldia que nós jamais nos tornaremos burocratas de um partido político. Ou: a única coisa que vai permitir ao PT chegar ao poder e (...) exercer o poder (...) é acreditarmos numa coisa chamada trabalho de organização de base, conscientização da classe trabalhadora e politização dos oprimidos. (SILVA, *in* COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, 1990, p. 5-7)

Desde encontros anteriores, demonstrava-se um incômodo com o fato de os núcleos de base estarem sofrendo um processo de esvaziamento no qual a sua existência se condicionava, cada vez mais, à ocorrência dos processos eleitorais .

Havia uma especial preocupação, naquele momento, com um acúmulo de questões que poderiam desanimar a militância petista, desde a crise do socialismo soviético até o governo Collor. Nesse sentido, a reafirmação do “socialismo petista” apareceria no discurso, como seria uma constante no evento, mesmo que com nuances que serão tratadas adiante.

Além dessas questões, aparecia também uma relativamente nova e verdadeira pedra no sapato dos petistas, qual seja, a falta de iniciativa das administrações petistas em assumir propostas de campanha, como os conselhos

populares. Esses, que, em princípio, deveriam ser responsáveis por uma “marca” nova dos governos petistas que os diferenciasse das administrações da burguesia, bases de uma ação democrática e participativa das prefeituras, não teriam sido levados adiante por falta de amadurecimento do que seriam na prática e que papel cumpririam. Lula afirmou, então, que (...) *precisamos, antes de acabar o mandato de nossos prefeitos, enquanto partido, criarmos conselhos populares para poder fortalecer a administração dos nossos prefeitos* (IDEM). Porém, apesar dos apelos, poucas iniciativas, e mesmo assim de pequena abrangência, foram levadas a efeito.

O discurso de Gushiken teve, também, a marca do estímulo à continuada ação da militância, além da afirmação da democracia interna e as seguidas referências à situação internacional. Cheio de apelos emocionais, comparava os brasileiros mortos ou perseguidos por razão de sua luta

(...) aos verdadeiros representantes do povo em luta, listando nominalmente (...) Rosa Luxemburgo, os fuzilados dos processos de Moscou, Bukarin, Trotski, Zinoviev, Kamenev, além de Salvador Allende, Gandhi, os estudantes da praça da Paz Celestial, as vítimas da securitate da Romênia. (GUSHIKEN, *in* COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, 1990, p. 14)

Esses aspectos das intervenções acima referidas representam os elementos centrais das discussões e deliberações do Encontro. Estas se dividiram em três partes: o socialismo petista, a construção partidária e o posicionamento sobre conjuntura e tática.

Em relação ao socialismo, o documento reproduziu as posições genéricas do Partido sobre o assunto, sempre mais voltadas à negação das experiências

existentes do que afirmando seu projeto de forma clara, mas, naquele momento, atualizando as críticas principalmente frente aos acontecimentos do ano anterior em Pequim. Iasi, porém, chama a atenção para o que ele denomina de “algumas inflexões sutis” na formulação sobre o socialismo petista nas resoluções do 7º Encontro: se o texto se inicia com uma reafirmação do anticapitalismo petista, o

(...) contraponto ao capitalismo é cada vez mais a “democracia” e não o socialismo. A convicção democrática sempre esteve presente nos documentos e na vida partidária desde a fundação do PT, porém o centro da meta estratégica era a afirmação socialista, de modo que o aspecto democrático aparecia como que o qualificando. Agora a democracia é o centro e o aspecto socialista aparece para qualificar a democracia que queremos. (IASI, 2006, p. 455)

Não é demais destacar que esse tipo de colocação não era novidade dentro do Partido. Nesta tese o tema já foi tratado quando dos debates das posições defendidas por Carlos Nelson Coutinho e Francisco Weffort. O que aparece como novidade é, na verdade, a manutenção e ampliação do processo, já também aqui detectado, representado pela gradual e quase imperceptível alteração nas posições partidárias, com pequenas modificações nos conteúdos em relação aos documentos aprovados anteriormente, mas que iam construindo uma “viragem” ou um abandono das visões estratégicas que, no entanto, eram reafirmadas de forma grandiloquente. Como foi dito anteriormente, vistas de forma isolada, essas mudanças poderiam parecer “detalhes” de pouca monta. Enxergadas em seu conjunto, perfaziam um todo de reposicionamento estratégico, com o abandono claro do objetivo socialista. E, é claro, sendo realizado por quem certamente sabia o que estava fazendo, este *turn over*

teórico-político acabava ainda influenciando nas táticas que o PT levava à frente naquela conjuntura.

Essa inflexão à direita, como a denomina Iasi, aparecia ainda, no capítulo sobre o socialismo, quando era afirmado:

(...) O 5º Encontro Nacional já apontou o caminho: para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, será necessária uma mudança política radical: os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica na sociedade civil e no poder do Estado. Outros aspectos de nosso projeto socialista são desafios em aberto (...) (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, 1990, p. 29)

O texto original do 5º Encontro dizia:

(...) Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical: os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder do Estado, acabando com o domínio político da burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político – o Estado – a seu serviço. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 312)

Em lugar de tomar o Estado, derrubar o poder político da burguesia, o PT passava, agora, a se dedicar à tarefa de conseguir a hegemonia na sociedade civil. Como afirma Iasi,

(...) o eixo central da estratégia se transforma na disputa de hegemonia no interior de uma sociedade civil, condição prévia para uma hegemonia política que, nos termos atuais, não exigem a superação do domínio burguês e a transformação do Estado em Estado proletário, ou seja, naquele em que os trabalhadores tornar-se-iam classe “politicamente dominante”. (...) Os “outros aspectos” são desafios em aberto, o horizonte socialista se transforma exatamente nisto, um “horizonte”: uma linha imaginária e virtual que se afasta quanto mais dela tentamos nos aproximar. (2006, p. 461)

Curioso, a partir dessa caracterização de Mauro Iasi sobre o “socialismo petista”, é encontrar no mesmo documento do Partido aqui analisado, no seu ponto sete, uma avaliação de que a sua

(...) bagagem ideológica original, enriquecida no próprio curso da luta política e consolidada nos vários encontros nacionais do partido (...) garantiu a conquista de importantes objetivos históricos. Com o sentido geral da nossa política – democrática e anticapitalista – perfeitamente assegurado, optamos pela construção coletiva de nossa utopia concreta, isto é, da sociedade socialista pela qual lutamos. (...) O que legitima os contornos estratégicos definidos de qualquer projeto político é a convicção radicalmente democrática e transformadora de amplos segmentos populares. Pode-se dizer, sem indevido triunfalismo, que tal pedagogia política, baseada na auto-educação (sic) das massas através de sua participação civil, revelou-se no geral acertada. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, 1990, p. 28)

O PT, em sua auto-avaliação, apontava, depois de dez anos de vida, a conquista de importantes objetivos históricos, não nomeados, com uma política que tinha o sentido democrático e anticapitalista e que se voltava para a construção do socialismo (que seria então um somatório de “conquistas democráticas”), enquanto uma utopia concreta (fosse lá o que isso fosse). A legitimação dessa estratégia se dava pela convicção democrática de amplos segmentos populares e essa pedagogia política, baseada na participação civil das massas (?), revelava-se acertada. A linguagem triunfalista dos autores do texto, nessa passagem, serve para dar uma noção de sucesso conseguido pelo Partido por meio dela, um argumento de autoridade para reforçar a visão que gradualmente se impunha no Partido, frente a uma minoria interna que, provavelmente, não enxergava, em sua miopia política, todos esses “triumfos”. A centralidade democrática e a “inserção cidadã” das “massas” na luta política substituíam, então, a luta da classe trabalhadora pela derrubada do sistema

capitalista e pela construção de uma nova sociabilidade. O horizonte era realmente imaginário e virtual, a utopia era cada vez mais fantasiosa e quimérica...²²¹

Em relação à questão da construção partidária, o documento petista alertava para a precariedade da sua existência na base. Era uma continuidade das preocupações que se expressavam havia tempos em relação ao esvaziamento dos núcleos de base, que, na imensa maioria dos casos, só funcionava em períodos eleitorais. Pior, desenvolvia-se no Partido, na contramão desse processo, a disputa interna por espaços eleitorais abrindo caminho para filiações em massa, somente com objetivos de garantir indicações aos pleitos na legenda do Partido. Nesse aspecto da democracia interna, o PT ficava cada vez mais parecido com os demais partidos que ele tanto criticava. Segundo Iasi, o

(...) controle de postos na máquina burocrática partidária pode ser decisivo para almejar uma vaga na disputa eleitoral que, por sua vez, abre acesso às máquinas burocráticas das administrações municipais ou mandatos parlamentares que, pouco a pouco, se convertem nas bases reais da ação partidária. (2006, p. 454)

As Resoluções apontavam a necessidade de um partido “de ano inteiro” e não só de eleições e preocupavam-se, depois da vitória de Collor, garantida pelos “descamisados”, com a aproximação com os (...) *grandes contingentes despolitizados inorganizados da sociedade*(...) (COMISSÃO EXECUTIVA

²²¹ Iasi vai ressaltar que: *O lugar que nas resoluções anteriores era ocupado com afirmações sobre as formas de propriedade, as relações de produção e outros aspectos do universo socialista, é agora preenchido pela intenção de constituir “um sujeito democrático coletivo, sem com isso negar a fecunda e desejável singularidade individual”, ao mesmo tempo que se assegure “a igualdade fundamental entre os cidadãos”, sem perder de vista o “direito à diferença”etc.* (2006, p. 456) Os autores “clássicos” do liberalismo burguês ficariam orgulhosos de se verem prestigiados por essa colagem de referências a algumas das suas bandeiras mais importantes.

NACIONAL DO PT, 1990, p. 34). Explicitam, ainda, um elemento mal resolvido dentro do Partido, que seria a definição entre partido de massas ou partido de quadros, ao delimitarem a existência de dois tipos de bases: os setores ligados organicamente às atividades do Partido, de um lado, e os filiados no geral, de outro. Esse tipo de separação, além de não resolver o problema, criava outros. Por exemplo, fortalecia a ideia de que o Partido tinha o seu funcionamento (e sua política) determinado pelos “orgânicos”, em geral a burocracia interna, e, o que acaba reforçando aquilo que se queria negar, esses quadros partidários compunham as variadas tendências que disputavam os mais diferentes espaços no PT (na máquina partidária, nos parlamentos, nas administrações). Não seria à toa que, nas Resoluções, logo após essas delimitações, abria-se o ponto sobre democracia interna, no qual retornava, com força, a questão das tendências. E lá, juntamente com afirmações sobre a necessidade de se aperfeiçoar a relação do Partido com as suas tendências, dizia-se que

(...) é preciso ter clareza, unidade e determinação política no conjunto do PT para integrar todas as tendências políticas às suas normas democráticas de funcionamento e, ao mesmo tempo, afastar de si as organizações políticas autônomas que são outros partidos que não o PT. (IDEM, p. 40)

Essa passagem do documento chama a atenção de quem leu atentamente aqueles textos para outra, no discurso de Gushiken na abertura do Encontro, quando o presidente do PT, no fim de seu mandato, afirmava:

(...) Muitos que discordaram profundamente de nós, que nos desrespeitaram, nos deixaram. Talvez outros repitam esse gesto, mas a escolha é deles, não do PT. Todo aquele que aceitar a nossa democracia poderá ser um ramo da nossa árvore que, esperamos, deverá crescer muito mais (IDEM, p.14)

Naquela conjuntura aparecia, já, para os setores que hegemonizavam a direção partidária, a necessidade de um enquadramento mais estrito das forças da esquerda revolucionária que se mostravam um incômodo cada vez maior, inclusive pelas denúncias que faziam dos gradativos “desvios” político-ideológicos que o Partido sofria nas suas posições originais a cada evento nacional. E, ali, cabiam ameaças abertas ou veladas e, principalmente, a utilização da maioria para enquadrar a todos que permanecessem no Partido à “nossa democracia”.

Na verdade, muitas questões ligadas a divergências políticas começavam a ser resolvidas administrativamente, como se verá adiante. Trata-se aqui de reconhecer que a maior parte da esquerda revolucionária abrigada no PT, por convicção ou temor de medidas punitivas advindas do setor majoritário da direção partidária, acabou por se enquadrar, mesmo que criticamente, a essas condições de funcionamento.

Por fim veja-se o problema das administrações municipais petistas. Passados já, naquele momento, mais de um ano e meio do início das administrações municipais do PT, quase nada de novo se divisava no horizonte.²²² E isso acabava transparecendo como descontentamento nas

²²² Sobre essa questão, as divergências de opinião perpassavam o próprio interior da administração. Rosalina Leite e Maria Beatriz Abramides, participes daquela experiência, têm avaliações bastante diversas sobre ela. A primeira afirma uma série de políticas públicas, como na questão das creches e atendimento da população de rua para constatar que (...) *nunca houve um governo que se aproximou tanto do povo como o de Luisa Erundina* (entrevista ao autor). A segunda tem concordância com a existência dessas políticas públicas, mas indica a manutenção das lógicas de administração burguesas, sem um enfrentamento com os interesses de classe nas práticas da Prefeitura. Mas há coincidência nos depoimentos quanto ao fato de que a relação com o funcionalismo criou um forte desgaste e divisões no interior do governo. Rosalina Leite cita um diálogo entre uma grevista e a prefeita, no qual esta questiona a posição da funcionária que estaria se colocando contra o governo. A resposta da

resoluções do 7º Encontro. Sem deixar de criticar a imprensa burguesa pelos ataques sofridos pelos prefeitos petistas, afirmando uma nova ética nas administrações, o documento afirma que os governos petistas, segundo as deliberações do Partido, existiriam como instrumento de disputas de hegemonia, pontos de apoio da luta do PT e da população contra a administração da burguesia,

(...) por um mundo novo, socialista. Isso significa que nós rejeitamos a ocupação de espaço no aparelho de Estado com fins meramente administrativos. A competência técnica e administrativa deve estar a serviço da alteração da correlação de forças entre as classes populares e as elites dominantes. Por isso mesmo, devemos afirmar a cada instante que a Administração tem que estar orientada por nossa política. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, 1990, p. 56)

Admitindo que esse aspecto não seria consensual no Partido (o que denotaria uma tensão entre administradores petistas e as direções e militância partidárias²²³, as Resoluções expunham a necessidade de

(...) transformar as Prefeituras, de aparatos conservadores e obedientes à lógica do capital, da iniciativa privada (quer dizer, da minoria) em ferramenta de disputa da hegemonia na sociedade, (...). A ausência de respostas de fundo estratégico faz com que nossas Administrações apareçam perante a população sem objetivos centrais de Governo, (...) a prestação de contas que é feita em geral não difere muito dos relatórios que somam “realizações”, sendo que, muitas vezes, o que se entende por realizações são deveres elementares de quem se propõe a administrar (...). (IDEM, p. 56-57)

funcionária foi de que tinha aprendido aquelas práticas com a prefeita, quando esta era liderança sindical.

²²³ Afirmam as Resoluções: *Essa perspectiva – que, diga-se de passagem, não é consensual entre nós. Apesar de repetidamente decidida por nosso Partido. (...) Mais de um ano de governo em mais de 30 cidades, há controvérsias acerca das implicações práticas de nossas resoluções. Não raro essas controvérsias inibem nossa iniciativa política e prejudicam a unidade de ação partidária. (...) podemos afirmar claramente que há linhas políticas distintas sendo aplicadas em nossas Administrações. Distintas entre si e, por vezes, distintas das definidas pelo Partido (...) são responsáveis, em “última instância”, pelos tímidos resultados políticos obtidos até agora (IDEM, p. 56-57).*

Essas caracterizações das administrações petistas, naquele momento, denunciavam o que foi chamado criticamente de “administrativismo”, uma preocupação com a “máquina” do Estado, sem uma visão mais crítica do papel burocratizante e de classe que ela representava. E isso ocorreu principalmente no caso paulistano, alvo central dessas críticas, tanto pela sua importância para o Partido, como pelo isolamento quase completo da prefeita frente às forças dominantes dentro do PT.²²⁴

O texto reconhece ainda que os petistas não avaliavam claramente o peso assumido pelas políticas neoliberais naquela conjuntura. Os petistas e suas administrações não tinham dado consequência

(...) à nossa visão de que a crise política, articulada à crise econômica, expressa-se na perda de poder de articulação do Estado sobre a economia. O resultado foi um discurso hegemônico da burguesia, cuja pauta contém: o pacto social (substituído agora pela união nacional), a extinção do déficit público como forma central de combate à inflação, a diminuição da presença do Estado na economia, a privatização, sempre combinados com as denúncias de ineficiência e fisiologismo do aparelho estatal.²²⁵ (...) Apontamos que a resposta das nossas Administrações deveria passar por um grande e inevitável confronto político com o projeto da direita. (IDEM, p. 58)

²²⁴ Há que se lembrar sempre que o governo Erundina foi formado, principalmente, por grupos locais e, com raras exceções, sem a participação da Articulação, tendência majoritária no PT, e das correntes da esquerda revolucionária.

²²⁵ Não há como escapar de uma referência, aqui, à responsabilidade da CUT e do PT quanto ao aprofundamento dessas práticas neoliberais no país. No caso da Central, a sua participação ativa na mesa de negociações do pacto chamado pelo governo Collor, foco de enorme desarme político-ideológico dos trabalhadores frente àquelas políticas. No caso petista, há que se recordar, por exemplo, da tristemente famosa administração de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), quando foram realizados diversos projetos de privatização dos serviços públicos. O “prêmio” concedido a Palocci pelos seus feitos administrativos foi a sua condução ao Ministério da Fazenda do primeiro governo Lula (2003-2006), no qual o ministro realizou um combate à inflação seguindo os métodos mais ortodoxos do neoliberalismo, atacando a inflação com os mesmos instrumentos dos seus antecessores: a redução do déficit público, que as Resoluções petistas de 1990 tanto criticavam.

No entanto, na prática, os governos petistas se amoldavam, em geral, à situação existente e diluíam as possíveis diferenças que poderiam ter frente às administrações burguesas. As prioridades, que deveriam ter uma clara delimitação de classe, não transpareciam nas políticas levadas a efeito. O documento reconhecia tal coisa:

Estamos tímidos diante dos confrontos e muitas vezes conciliamos. Tentamos governar para toda a população e perdemos de vista nossa base social e política. Não podemos perder a visão da centralidade do Estado na nossa formação social, as funções históricas que por isso ele cumpre, de que modo as cumpre. Estamos atrofiando as nossas possibilidades de gestão do poder e despolitizando nossa oposição radical ao atual sistema. (IDEM, p. 59)

A saída, segundo o PT, seria a radicalização das práticas democráticas para superar a prevalência da lógica do capital. Chama a atenção, porém, que essa “radicalização democrática”, tratada como elixir pelo Partido, colocava-se na contraposição de um Estado de classe, como o texto aponta acima. Mas a diluição desse papel do Estado, tratada anteriormente, contribuía de forma não pouco decisiva, para que, nos governos petistas, se governasse “para toda a população”. Afinal, isso não seria o papel de um “governo popular”, “cidadão”? Se os setores majoritários do Partido afastavam decisivamente o classismo da centralidade político-ideológica do PT, como cobrar de “seus” prefeitos, envolvidos com a máquina administrativa azeitada pela tradição de espaço privado dos interesses de classe da burguesia? Seguiam tensas e pouco realistas (dentro dos moldes das resoluções partidárias) as relações Partido/prefeituras, tanto mais que as propostas de superação desses problemas colidiam ainda com um aspecto da realidade que os petistas não eram capazes de dar conta. O documento reconheceria, então, naquela conjuntura, uma

(...) crise geral por que passam os movimentos populares, a separação da luta sindical das questões de gestão urbana e a ausência de uma política clara para a criação de espaços democráticos de atuação de modo que haja participação da população na definição de tudo aquilo que lhe diz respeito. (...) A fragilidade ou ausência dos movimentos sociais fez com que vários de nossos ensaios de participação popular fossem tímidos e limitados. (IDEM, IBIDEM)

Essa crise, já referida no início desse capítulo, representava um elemento que reduzia, sem dúvida, a capacidade de se atacar as bases da atuação da burguesia, mesmo nos limitados espaços de uma administração municipal. Isso, porém, não justificava a rendição, em diversos casos, a essa realidade e à lógica da dominação burguesa. Não há como deixar de apontar, por exemplo, a política de contenção de gastos das prefeituras para se levar adiante um arrocho salarial do funcionalismo público que não se diferenciaria dos governos burgueses, gerando conflitos entre administrações petistas e seus funcionários geradores de enormes desgastes, para deleite das nossas elites conservadoras.²²⁶

A possibilidade de superação das deficiências apresentadas pelos governos petistas passava pelo retorno dos movimentos populares à cena política, tal como tinha se dado na década anterior. Segundo as Resoluções, (...) *o salto de qualidade de nossos governos será dado quando houver ampliação das mobilizações populares em luta por seus interesses.* (IDEM, IBIDEM) Esse

²²⁶ Aliás, estariam as Resoluções se referindo a esse conflito quando apontavam a "separação da luta sindical das questões de gestão urbana"? Haveria, por parte do funcionalismo, que se aceitar a tradicional lógica da contenção dos gastos, agora sob uma gestão petista que sempre a criticou, sob a forma de assunção das perdas salariais e abandono de reivindicações que o PT e a CUT carregavam em suas bandeiras desde os seus momentos fundacionais? É interessante que se reporte a uma das moções aprovadas nesse 7º Encontro, saída do Encontro Estadual de São Paulo, que declarava ser inadmissível que administrações petistas lançassem mão de punições contra trabalhadores e movimentos populares, até porque, no futuro, isso poderia ser usado pelos patrões contra seus trabalhadores. E concluía: (...) *repudiamos todo tipo de repressão às greves e mobilizações populares. E exigimos expressamente que os governos do partido não recorram a forças policiais, para que não fique nenhuma dúvida de que lado estão o PT e seus governos.* (IDEM, p. 67)

tipo de argumento apresentava, pelo menos, dois grandes problemas. Em primeiro lugar, sujeitava a resolução dos problemas a um momento indefinido, para uma nova conjuntura que não se afigurava, então, no horizonte. Porém, talvez, pior do que isso, ele remetia para fora das administrações petistas a responsabilidade da correção das suas políticas, como se estivesse, de alguma forma, eximindo esses governos dos papéis que eles devem cumprir, com maior ou menor dificuldade, é verdade, de acordo com o momento, mas sem transferência de obrigações. Esse tipo de argumento tem, aliás, um forte parentesco com um outro, que teria uso corrente no PT a partir de 2003, o do “governo em disputa”, no qual diferentes agentes representando diversas classes sociais disputariam a hegemonia, sendo que a vitória de posições à esquerda dentro do governo dependeria da pressão exercida pelos movimentos populares. Tanto um caso como o outro apareceriam, na verdade, como desculpas de baixa credibilidade para justificar irremissíveis recuos estratégicos nos compromissos assumidos pelo PT ao longo de sua História.

O I Congresso do PT realizou-se em São Bernardo do Campo entre os dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 1991, com a presença de quase 1200 delegados. Uma primeira característica interessante foi a pulverização das forças políticas internas, em especial do setor mais à esquerda do Partido²²⁷. Foram apresentadas ao Congresso 14 teses, mas na votação para a tese-guia do evento, a da Articulação, majoritária, e a defendida por José Genoíno, que

²²⁷ Cabe uma observação sobre essas teses. Na verdade, não há uma uniformidade entre elas, oscilando muito entre propostas revolucionárias para o Brasil e outras que faziam uma certa mediação entre estas visões e as que apresentavam a “centralidade democrática”. O estudo mais detalhado de cada proposição deve ficar para um trabalho específico sobre a História do PT nessa conjuntura.

representante do setor mais “moderado” do PT, contabilizaram, juntas, mais da metade dos votos totais dos delegados. Uma outra curiosidade: a grande maioria das teses tinha, em seus títulos, referências ao socialismo ou à ideia de revolução; porém, a tese-guia e a de Genoíno fugiam desse padrão, o que, de certa forma, já lhes denunciava o conteúdo.²²⁸

O Congresso foi realizado em um momento em que a crise do socialismo soviético se aproximava de seu desfecho. Além disso, a revolução sandinista na Nicarágua, um movimento que surgira junto com o PT e recebera deste, sempre, um decidido apoio²²⁹, sofrera uma derrota eleitoral que representava uma séria crise para o seu projeto. Em uma conjuntura como essa, eram boas as possibilidades de avanço mais radical do processo de mudança de rumo que de há tempos ocorria por dentro do Partido, levado a efeito pela sua corrente majoritária. A conjuntura brasileira, com o avanço da crise do Governo Collor de Melo e a necessidade, então, de uma ação mais ofensiva contra o implementador das políticas neoliberais no país, refrearia um pouco o ânimo daqueles que esperavam realizar naquele evento uma refundação do PT. As resoluções do Congresso ficariam nos limites do acerto de contas e do aprofundamento gradativo do já deliberado nos encontros anteriores (IASI, p. 462-463).

²²⁸ Respectivamente, a primeira denominava-se *Por um Brasil democrático e popular e a segunda, Um projeto para o Brasil.*

²²⁹ Em julho de 1980, Lula, em nome do PT, assinava uma nota de saudação ao primeiro aniversário da Revolução Sandinista, afirmando *que (...) os ideais libertadores de Sandino são também os nossos ideais. A luta da Frente Sandinista de Libertação Nacional contra o imperialismo e as oligarquias é também a nossa luta* (Partido dos Trabalhadores, 1980).

Um primeiro acerto de contas com o passado petista nas resoluções do Congresso disse respeito ao que ainda havia de relação do Partido com a tradição do socialismo soviético. A tese vencedora, da Articulação, transformada em resolução do evento, afirmava que

(...) diversas vezes tomamos a defesa dos regimes do “socialismo real” com o argumento de que neles, ao menos, os socialistas tinham conseguido resolver os problemas sociais aqui não superados. (...) Essa complacência em relação aos regimes burocráticos impediu que nos antecipássemos criticamente, (...), em relação às tendências de mudanças que hoje se verificam. (...) Mesmo com o progresso material da sociedade (...) a “resolução” burocrática e administrativa da organização da produção, da circulação de bens e da vida social acabou por pressupor uma nova forma de gerir instituições que pouco se diferenciavam das velhas instituições capitalistas. (*in* FRANCO, 1991, p.83)

A tentativa de se desligar do estigma que representava o socialismo soviético naquela conjuntura levava a que se jogasse fora da bacia a criança junto com a água suja. Tratava-se, então, de, seguindo a “onda” da época, demonizar tudo que estava relacionado com a União Soviética, mesmo que os avanços conseguidos fossem, então, taxados de resoluções burocráticas.²³⁰

A crise do “mundo soviético” era, naquele momento, extremamente funcional para os objetivos da Articulação. Ao criticar o que ocorrera no Leste Europeu, livrava-se de boa parte do espólio de marxismo acumulado nos mais de dez anos do Partido. Abria mão, como acontecia, também, à época, com

²³⁰ Vale lembrar que, até hoje, no PT, não é generalizado (ao contrário) o mesmo tipo de crítica a Cuba. Seria, talvez, pelas estreitas ligações de alguns dos próceres do Partido com os governantes cubanos? A posição aprovada no Congresso sobre Cuba, ainda assim, é de recuo frente às posições históricas do Partido, de críticas ao imperialismo estadunidense, já que estas, agora, vinham acompanhadas de um posicionamento que afirmava: *(...) a melhor e mais eficaz defesa da Revolução Cubana é a liberação das potencialidades revolucionárias dos trabalhadores, através dos mais variados mecanismos democráticos de expressão e representação* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 491).

diversos partidos comunistas que se “reformavam”, de qualquer referência à ditadura do proletariado, não com uma crítica teórico-política ao seu conteúdo, segundo as formulações originais de Marx e Engels (que, aliás, nem são citados), mas pela necessidade de afirmar a centralidade da *democratização do poder* (IDEM, IBIDEM). O “socialismo petista” estaria contido, segundo o documento, dentro de um (...) *Estado de direito*, onde prevaleceriam as (...) *mais amplas liberdades civis e políticas*, onde *mecanismos de democracia representativa* se conjugariam com *formas de participação direta do cidadão* (IDEM, IBIDEM). A (...) *população organizada* passaria a exercer (...) *em plenitude uma nova cidadania*. (IDEM, IBIDEM) Na superação das experiências econômicas existentes, o “socialismo petista” pretendia desenvolver o (...) *planejamento estratégico e democrático do desenvolvimento* (IDEM, p. 84), com diferenciadas formas de propriedade, controle social e gestão. Defendia o (...) *controle da sociedade civil sobre o Estado* (...) também no terreno econômico e recusava o que chamava de (...) *perspectiva voluntarista de pretender abolir o mercado como espaço social de troca por decreto* (IDEM, IBIDEM). Um ideário radicalmente liberal, no qual a sociedade de classes era mascarada e diluída, para, ao final, aparecer o fundamental: o mercado, elemento essencial da reprodução do capital, que se explicitava preservado, intocado, como garantia de que naquele “socialismo” cabia, também e ainda, a burguesia, enquanto parte da “cidadania”, como minoria com seus direitos garantidos, como o de compra de força de trabalho e extração de mais valia. Iasi afirma que, segundo a lógica petista, (...) *a “ordem capitalista” se transforma em “ordem socialista” não pela negação revolucionária da*

sociedade civil, mas de sua “generalização”, elevando, e o termo não é acidental, o proletário à condição de “cidadão” (2006, p. 469).

Cabe aqui uma rápida digressão: a utilização de noções como “povo” e “cidadão”, assim como a de “nação”, podem ter um caráter progressista em determinados momentos ou episódios da História humana. A luta do Terceiro Estado, guindado à generalização de “povo” na Revolução Francesa, assim como a de “cidadão”, no sentido da generalização de direitos até então restritos às camadas privilegiadas, seriam exemplos que se enquadrariam nesse processo. A perspectiva da luta anti-imperialista, relativamente à “nação”, assumiria, em geral, esse mesmo papel. É, porém, uma utilização que carrega, em si, elementos extremamente arriscados, no sentido da indeterminação das diferenças sociais, o que, por si só, já deveria deixar aqueles que se pretendem revolucionários e socialistas com um enorme cuidado quanto à utilização dessa terminologia. “Povo” e “cidadão” mascaram, em geral, proletário, trabalhador e burguesia, classes sociais realmente existentes na sociedade, com todos os efeitos que tal coisa possa ter para o sucesso da luta anticapitalista.²³¹ Idem para “nação”, sempre utilizada por governos em crise no sentido de unir as diferentes classes para garantir a “ordem” e a “salvação nacional”. Para a utilização dessas noções, cabe, sempre e de forma absolutamente indispensável, caracterizá-las dentro das condições de uma sociedade de classes. O abandono ou “esquecimento” disso pressupõe a absorção teórico-política de um mero palavreado liberal, com

²³¹ Discutindo a questão da cidadania nos textos de Gramsci, Edmundo F. Dias afirma: *A ordem burguesa não pode fazer dos proletários verdadeiros cidadãos. O proletariado, nascido para a política, tornado ser político, pelo socialismo, antiteticamente ao ser político da burguesia, por sua vez nega o particularismo nacional. Para tal, é necessário fazer frente à burguesia, organizada como Estado, e, nesse sentido, organizar sua força (...).* (2000, p. 62)

todas as suas consequências. Evidentemente, este pequeno “desvio” aqui desenvolvido no rumo da discussão do Congresso do PT nada tinha a ver com as posições dos dirigentes da Articulação, que já haviam, à época, abandonado (aqueles que um dia a tiveram) a perspectiva da Revolução Socialista no Brasil.

Essa discussão não ficava restrita, à época, aos limites estreitos do PT, desbordando para o conjunto da sociedade, em especial para os setores que haviam avançado formulações críticas à lógica da dominação capitalista na década anterior. Dentro dos fóruns de debate do Serviço Social, articulados aos temas específicos da categoria, esses elementos não ficariam de fora. Já no V CBAS, realizado em dezembro de 1985, essa questão aparecia em destaque quando da discussão sobre a assistência social e o papel do Estado, em exposição de Marilda Iamamoto. Esta apontava que, se em um processo de crise como o vivido naquele momento, abriam-se canais de reivindicação dos trabalhadores frente às suas condições de vida e trabalho, o Estado tenderia a uma atenção maior ao “social” no sentido de evitar a radicalização das lutas, estimulando o consumo, ampliando o mercado e evitando a recessão. A tendência seria de uma política social privatista, subordinando a cidadania social ao capital privado. Na luta contra essa tendência, dever-se-ia afirmar os serviços sociais como direitos do cidadão, e não como benesses do Estado. (...) *Hoje o próprio Estado assume o discurso da cidadania. Mas eu perguntaria: qual cidadania?* (IAMAMOTO e CARVALHO, 1987) A conferencista responderia que se tratava de uma cidadania de cariz liberal, baseada puramente na igualdade jurídica e em uma suposta igualdade de oportunidades, escamoteando-se a existência de uma sociedade de classes. Defenderia, então, a

inversão do discurso baseado na cidadania individual para um outro, o das classes sociais, no qual os trabalhadores se afirmassem como sujeitos políticos e econômicos, na luta por seus próprios interesses, levando a uma politização das relações sociais e à construção de uma nova cultura política.

A utilização do universo categorial de origem gramsciana, naquele período, não orientava a discussão no campo da esquerda de perfil anticapitalista e revolucionário para o sentido da rendição às mudanças sociais restritas ao campo de domínio burguês. Até porque, por mais que o dirigente político e teórico sardo tenha formulado um conjunto de proposições polêmicas no campo da teoria crítica, cabe novamente ressaltar que elas não se voltavam à superação da obra marxiana, no sentido da sua negação. Se algumas leituras de Gramsci parecem buscar esse afastamento, isso não pode ser debitado ao seu autor, como se verá adiante, mas ao uso que se faz de suas idéias por aqueles que delas se apropriam.

Essa contraposição do debate de setores da vanguarda do Serviço Social em relação ao processo de discussão petista do início dos anos de 1990 dá bem a mostra de como os discursos baseados em um mesmo tema podiam colocar-se, então, em uma bifurcação político-ideológica, e não em uma via de mão única. A absorção de temáticas como a da cidadania (e de outras, conforme comentado anteriormente), apesar de seus riscos mais que evidentes, não redundava, necessariamente, em uma rendição ao discurso liberal e ao abandono do referencial classista. A posição gradualmente assumida pelo setor hegemônico do petismo não se colocava como tendência obrigatória diante do “tsunami” neoliberal, mas representava, isto sim, uma opção, uma vontade expressa por

aquele agrupamento frente ao quadro conjuntural que se apresentava naquele momento. Pode-se afirmar, então, a vigência senão de um afastamento, do que não se tem evidência palpável, mas de um tensionamento nos vínculos de setores da militância do Serviço Social (da formulação teórica, da prática profissional e sindical) em relação ao PT naquela conjuntura e a aproximação de outros setores, até então mais distantes das práticas e formulações do Partido . A “social-democratização” petista, mais explícita após o I Congresso, mesmo para aqueles que não tinham a ilusão do PT como o partido da revolução, o progressivo abandono do referencial classista (e, concretamente, da luta de classes), a institucionalização e burocratização das instâncias, com a marginalização das bases partidárias e os reflexos desses problemas na realidade objetiva das administrações petistas, abalariam relações de mais de uma década. O afastamento de parcelas da militância do Serviço Social frente ao PT iria se efetivar gradualmente, pelos anos de 1990 (e depois, já no primeiro governo Lula), sem que isso representasse uma ação coletiva, uniforme. Até porque, como informa ABRAMIDES,

(...) essas pessoas foram saindo, nos anos 90, em função do “administrativismo”, (...) até porque essas pessoas nunca militaram organicamente no PT, eram mais simpatizantes. Aliás, pessoas ligadas à política de assistência do que de uma política partidária entram aí na contramão: quando os setores mais à esquerda saem é que esses setores se aproximam do PT. (...) Isto mostra o giro do PT. (entrevista ao autor)

O processo de ressignificação política do programa petista naquele início de década ganharia, no Congresso, ao menos, um anteparo, ainda que limitado: o objetivo estratégico socialista continuava mantido nas resoluções congressuais, mas, como se tem visto, a cada encontro petista, o vermelho

tendia ao rosa, a fraseologia social-democrata e reformista assumia a centralidade²³² Socialismo era, na verdade, democracia. E, se esse é o objetivo, não há como se surpreender com a afirmação de que (...) *nosso centro tático é a luta pela hegemonia política, que a curto prazo se concentra na disputa pelo governo em 1994.* (TESE DA ARTICULAÇÃO, in FRANCO, 1991, p. 85) Afinal,

(...) depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa necessariamente a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais. (IDEM, p. 84)

O ponto de partida era o aparato conceitual gramsciano que, como já comentado anteriormente, foi tendo seu conteúdo de classe abandonado pelo caminho. Não se discutia mais o caráter do Estado, a construção da hegemonia é proposta por fora da luta de classes, e a conquista do poder, como ruptura, aconteceria por dentro do Estado burguês, utilizando seus instrumentos de dominação/reprodução (a sociedade civil, o mercado) sem a destruição deste Estado e a necessária construção de um novo Estado, socialista. Sobre essa questão cabe recorrer ao próprio Gramsci:

Temos que formular com exatidão e precisão o que entendemos por Estado. É necessário precisar e fazer penetrar na consciência das massas que o Estado socialista, isto é, a organização da coletividade que se segue à abolição da propriedade privada, não é uma continuação do Estado capitalista. (*apud* BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 165)

Um tema encaminhado pela Articulação e que causaria muita discussão no Congresso se referia à filiação internacional da CUT. A tese da Articulação apontava as mudanças havidas no sindicalismo mundial a partir da crise no

²³² Sobre essa questão, ver Iasi, 2006, p. 468-471.

Leste Europeu e, por consequência, o definhamento da Federação Sindical Mundial (FSM), que tinha vínculos com o bloco soviético. Extinguia-se, rapidamente, a bipolaridade no sindicalismo mundial, abrindo caminho para o predomínio da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), que congregava o sindicalismo estadunidense (AFL-CIO), o sindicalismo da social-democracia europeia e até centrais sindicais “pelegas” da América Latina. Nesse sentido, a Articulação propunha a abertura de um (...) *amplo e democrático debate junto às bases do movimento sindical acerca das possibilidades abertas ao sindicalismo internacional nesta nova conjuntura* (...) (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p.491). Eufemisticamente falando, a Articulação propunha a abertura da discussão sobre a filiação à CIOSL, até pouco tempo exorcizada no interior do Partido como uma organização de intervenção imperialista no movimento sindical.

A proposta de política de alianças do PT aprovada no Congresso falava, de forma vaga, da necessidade da ampliação dessas alianças, incluindo todos os setores que tinham algum tipo de contradição com o governo Collor. E, particularmente em relação a este, setores da esquerda partidária apresentaram uma proposta de campanha que carregava o mote de “Fora Collor!” Em relação ao tema, a Articulação apresentou uma tímida proposição, então aprovada, que repudiava (...) *qualquer casuísmo ou iniciativa de características golpistas para resolver a crise* (IDEM, p. 541). A Articulação mantinha-se na expectativa de que as eleições congressuais nacionais de 1992 fossem antecipadas, (...) *assegurando que o novo regime político de governo seja, de fato, representativo de um real avanço da situação social do País* (IDEM, IBIDEM).

No caso de um agravamento da crise, com a caracterização de crimes de responsabilidade no governo Collor, o PT propunha, a partir das teses da Articulação, uma atuação estritamente institucional, dentro dos marcos legais, recorrendo ao *impeachment* do presidente da República. Esse encaminhamento tímido da crise, que somente se delineava no horizonte da política brasileira, talvez possa ser explicado pela preocupação da Articulação de que uma situação de instabilidade pudesse colocar em risco o “centro tático” petista, a eleição de 1994, na qual se apostava muito na possibilidade de Lula e o PT chegarem à presidência da República. Ou talvez seja fruto do conjunto de formulações recuadas que aquela corrente defendeu no Congresso.

Uma última questão, sempre geradora de tensões no interior do Partido, dizia respeito a um aprofundamento das definições sobre as tendências internas do PT. Nesse sentido, a Articulação criticava a continuidade da existência de frações dentro do Partido afirmando que (...) *tendências internas são agrupamentos de militantes que se reúnem em torno de plataformas políticas (gerais ou setoriais), formando-se e desfazendo-se a cada momento de decisão* (in FRANCO, 1990, p. 86). Uma pergunta, nesse momento, não quer calar: se essa definição de tendência petista era para todos os agrupamentos internos, como explicar, na lógica do fazer-se/desfazer-se a cada momento de decisão, a longa existência da Articulação, mantida, inclusive, nos períodos entre os grandes eventos decisórios do Partido? Se essa proposta não era “para inglês ver”, já que buscava apertar mais o cerco às organizações da esquerda revolucionária dentro do PT, havia nela um profundo cinismo, articulado a um “autoritarismo de maioria” voltado a calar as vozes que mais

intransigentemente se voltavam contra o transformismo político implementado pela Articulação.

As medidas encaminhadas por ela à votação e, posteriormente aprovadas²³³, proibiam, entre outras coisas, as sedes próprias, as reuniões com não-filiados, a publicação de impressos voltados à orientação e organização da intervenção das tendências petistas no movimento social, e de documentos assinados por elas, mesmo contendo as posições partidárias. E seus contatos internacionais ficariam sob avaliação do Diretório Nacional. Esse último ponto dizia respeito, muito diretamente, às organizações trotskistas que mantinham vínculos com organismos internacionais diversos, voltados, em geral, à reorganização da IV Internacional. O espaço de atuação mais independente dessas forças internas minoritárias no PT se estreitava cada vez mais rapidamente. Só havia duas opções: o enquadramento, significando aceitação pura e simples da maioria da Articulação e seus aliados, ou a expulsão. Eis o dilema colocado para os grupos que ainda não tinham se dissolvido na Articulação.²³⁴

²³³ A resolução que ampliou a restrição à atuação das tendências partidárias acabou sendo aprovada por ínfima maioria (25 votos), e, assim mesmo, depois de mudanças no texto original, com conteúdo draconiano, apresentado pela Articulação.

²³⁴ Essa resolução, mesmo que sendo uma solução pactuada entre diversas correntes internas do PT, tinha endereço certo: a Convergência Socialista (CS) não se ajustava mais nos padrões políticos do PT. Fora derrotada na proposta do “Fora Collor”, conforme já visto anteriormente. E apesar da resolução do Congresso petista, levou adiante a campanha, que, aliás, se revelou vitoriosa posteriormente. A partir daí, em reunião da Executiva Nacional do PT, em abril de 1992, o dirigente José Dirceu propôs uma resolução dando prazo de 15 dias para a CS se adaptar às resoluções congressuais. Como, evidentemente, tal não se deu, no mês seguinte, a direção partidária aprovou a expulsão da Convergência. Esta, prevendo esse desfecho, já encaminhava uma proposição da formação de uma frente de esquerda que, dois anos depois, resultou na criação do Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado (PSTU). (CERDEIRA, *in* OPINIÃO SOCIALISTA, N° 380, junho/julho de 2009)

O resultado do Congresso, conforme já explicitado, ficou no âmbito do acerto de contas (com as tendências minoritárias) e do aprofundamento das mudanças nas linhas políticas do PT. Repercutiriam, porém, mais profundamente na sociedade as suas resoluções, até porque se tratava da máxima instância partidária, reunida pela primeira vez.

À época, a imprensa estampava manchetes, como “PT confirma tendência social-democrata” (FOLHA DE SÃO PAULO, 02 dez. 1991). Segundo José Arbex, no I Congresso

(...) o PT aprofundou a um nível sem precedentes o seu compromisso com a vida institucional. (...) O que resta disso é um partido prioritariamente voltado para o calendário eleitoral, distante de suas bases e incapaz de formular claramente análises ou propostas de conjuntura. Mais: à medida em que a Articulação não conseguiu impor às tendências uma derrota com a amplitude que esperava, é certo que lutas internas vão marcar ainda mais a vida do PT. (in FOLHA DE SÃO PAULO, 02 dez. 1991, caderno 1, p. 12)²³⁵

Enquanto setores da esquerda petista denunciavam as ambiguidades e caminhos social-democratizantes assumidos pelo PT no Congresso, o líder da “direita” partidária, o ex-guerrilheiro do PCdoB e deputado federal José Genoíno (PT-SP), sentindo-se vitorioso no evento, declarava que o Partido deveria assumir uma visão “moderna” que fizesse alianças não com seu ex-partido (“Devemos nos voltar para setores mais democráticos”), para evitar que os petistas entrassem na História “como peça de museu, na qualidade de os

²³⁵ O PT reagiria contra a cobertura da imprensa ao Congresso e, especialmente, contra as matérias publicadas na Folha de São Paulo que davam conta de uma social-democratização do Partido. A resposta petista afirmava que (...) *a pressa dos redatores impediu-os de explicar aos leitores a essência da política social-democrata, marcada pela conciliação e colaboração com a burguesia – totalmente estranha, portanto, à prática petista -, transformando esse termo numa caracterização doutrinária incompreensível* (AMÉRICO, in BRASIL AGORA, nº 5, 1ª quinzena de dezembro de 1991).

últimos comunistas do mundo” (IDEM). O futuro mostraria que papel na História estava reservado para Genoíno e parte da cúpula da Articulação...

O processo de transformações gradativas, políticas e organizativas, não seria uma exclusividade do PT. Conforme visto no capítulo anterior desta tese, a CUT, a partir de sua corrente majoritária, a Articulação Sindical, vinha empreendendo mudanças nos eventos congressuais, em um sentido de adaptação à ordem, contrário às práticas de enfrentamento com a burguesia e com os governos desenvolvidas, em geral, desde a sua fundação. Evidentemente que não eram trajetórias de modificação lineares, do mesmo modo como ocorriam, à época, no PT. Conformariam, ainda assim, uma tendência, um rumo a ser seguido, indicado pelas decisões de suas instâncias e pelos encaminhamentos das questões práticas. A assunção do governo Collor levou a CUT a fazer uma inflexão mais radical em sua política do que a desenvolvida pelo PT. A novidade da implantação de políticas claramente neoliberais, sem mediações, no país, estimulou a direção cutista, em geral, a colocar em prática o “sindicalismo propositivo”, uma fórmula recuada de se “confrontar” com as novas condições na sociedade e, muito especialmente, no “mundo do trabalho”. Esse “novo rumo” da Central se baseava na necessidade de se fugir de uma ação que, segundo seus propositores, marcara a CUT dos anos de 1980: a negação das propostas colocadas por patrões e governantes. Era chegada a hora de apontar contrapartidas, de demonstrar responsabilidade e capacidade nas negociações. A ideia de se apresentarem propostas nunca fora um problema em si para a CUT. Ela, desde a sua fundação, forjara um projeto que se desdobrava em um sem número de questões, sempre adaptadas às novidades surgidas na

luta de classes, no enfrentamento da crise econômica e social na qual o Brasil se enredara. O problema que se colocava, então, naquele início dos anos de 1990 e de governo Collor, era a negociação dentro da lógica proposta por patrões e governo, aceitando-a como inevitável, buscando apenas uma condição “menos ruim” para os trabalhadores. É nesse sentido que se pode afirmá-la como (...) *uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder* (BOITO JR, 1999, p. 142).

A tendência da CUT, apesar de seus conflitos internos, foi, a partir dali, a de participar ativamente de diferentes fóruns de discussão e deliberação. As propostas levadas a eles, para garantir a “credibilidade” dos sindicalistas, tinham que ser “realistas”, quer dizer, rebaixadas, no sentido de que pudessem se tornar palatáveis para seus parceiros de negociação. Esse conjunto de ilusões não se deu de chofre, mas de forma gradualista, principalmente porque estava se tratando, de início, de um governo (Collor de Melo) que articulava um neoliberalismo escancarado a uma truculência chocante. Ainda assim, a Central não deixou de participar da mesa de entendimento. Em setembro de 1990, quando o Plano Collor dava sinais claros de naufrágio iminente, as centrais sindicais foram chamadas à mesa de negociação. Na verdade, esta funcionou como um momento para que o governo, que nela nada apresentou de concreto, ganhasse tempo, enquanto formulava uma tentativa de saída da crise. Da mesma forma que o ocorrido durante o governo Sarney, a CUT, indo ao “entendimento”, ficou com as mãos vazias quando, no final daquele ano, o governo rompeu com a negociação e, em janeiro de 1991, baixou um novo “pacote” econômico (Plano Collor II), com uma série de medidas no campo

financeiro e uma nova tentativa de congelamento de preços e salários. A “CUT propositiva” tinha seu batismo, em uma situação de crise econômica e de inflação e desemprego crescentes, com um retumbante fracasso.

Outro aspecto que chamava a atenção no transformismo cutista dava-se nas modificações inseridas nos discursos dos membros da corrente majoritária na Central. Conforme foi indicado anteriormente, essas mudanças na CUT não podem ser vistas isoladas das do PT, inclusive pelo fato de as forças internas hegemônicas no Partido e na Central terem forte correspondência. Assim é que se podem encontrar, à farta, exemplos em que o discurso da Articulação Sindical se voltava a tratar o trabalhador não mais inserido em uma classe, mas visto no contexto da conquista da hegemonia na sociedade, do aprofundamento da democracia e da conquista e construção da cidadania. Um dos pontos aprovados no IV CONCURT falava no avanço (...) *na articulação com os setores democráticos e populares para aprofundar a democracia construindo coletivamente uma nova hegemonia e construindo uma alternativa de desenvolvimento com distribuição de renda* (apud PAVAN, 1992, p. 64). Segundo Rosiver Pavan, em relação à participação da CUT em diferentes conselhos tripartites, naquela conjuntura, (...) *o saldo desta participação não é só a repercussão imediata na mídia, mas a capacitação da CUT para formular propostas concretas e viáveis de solução dos problemas dos trabalhadores vinculados ao exercício de sua cidadania* (IDEM, p. 65). Ao falar do processo de fragmentação dos movimentos sociais e populares, o mesmo autor acrescenta que

(...) embora (...) tratem de uma mesma questão de fundo – a luta pela construção da cidadania e, portanto, das bases de uma sociedade democrática, eles se apresentam para a sociedade de forma segmentada, (...). A construção de uma nova sociedade passa pela construção de um projeto democrático-popular, em contraposição explícita ao projeto neoliberal que coloca o mercado como único regulador das relações sociais. (...) um projeto que eleja a própria sociedade como reguladora das relações sociais e cujo centro de atuação seja a extensão dos direitos de cidadania a todos os indivíduos (...). E finaliza: A conquista da cidadania é um caminho longo, complicado, difícil, conflitante. Mas tem que ser percorrido. Sem atalhos. (IDEM, IBIDEM) (todos os grifos são nossos)

É interessante notar o completo abandono das referências classistas, substituídas por uma fraseologia liberal sobre a qual já se tratou anteriormente. Mas não deixa de ser curioso o fato de que se trata de formular propostas concretas e viáveis (para a burguesia e o governo neoliberal que atacavam os direitos dos trabalhadores), o que, como também já foi referido, impõe a essas propostas, para que possam ser levadas à mesa de negociações, que sejam bastante rebaixadas. Aliás, a crítica ao neoliberalismo é porque ele coloca o mercado como único regulador das relações sociais. Agora, se a reguladora for “a própria sociedade” (que, ou se trata de uma generalidade, ou está embebida de classes sociais e seus conflitos), pode-se, então, compreender que, para a autora, assim como para a Articulação no PT, não seria problema se o mercado fosse um dos reguladores das relações sociais. E, por fim, “a conquista da cidadania” se efetivaria sem atalhos. Essa alegação remeteria, talvez, naquela conjuntura, à situação política então vigente, com as inúmeras denúncias de corrupção do governo Collor e a proposta da esquerda, no PT e na CUT, do “fora Collor”. Ou poderia se referir à própria questão da revolução, como sinônimo de ruptura com o sistema do capital e construção de uma sociedade socialista, tema completamente abandonado pela autora desse texto.

O fracasso do “entendimento nacional” de Collor não impediu em nada o curso do processo no qual a Central embarcara. Da mesma forma como no PT, elementos de um discurso radical combinavam-se com modificações de fundo nas políticas e, de certa forma, com o abandono (ou a absorção de novas modalidades) das lutas. Um exemplo típico dessas mudanças de atitude se dá com a realização, em 22 e 23 de maio, de uma greve de característica geral e nacional, convocada pela CUT e pelas duas CGT existentes naquele momento.²³⁶

O movimento

(...) exigia reposição das perdas salariais, garantia de emprego, defesa dos serviços públicos, reforma agrária, fim do aumento abusivo nos preços dos aluguéis e prestações da casa própria e defesa da democracia. Várias categorias paralisaram suas atividades em todo o país, envolvendo cerca de 19,5 milhões de trabalhadores. (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, *in* <http://www.cut.org.br>)

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo dela não participou.

Ao contrário, no final de 1991, ocorreram a “Marcha do Fogo” e uma vigília contra o desemprego promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo contra a recessão econômica. Com a participação de prefeitos do PT e do governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, e até empresários como Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o ato, retratado pelo jornal do PT, Brasil Agora, aparecia quase como uma idílica frente contra o governo Collor. Apesar disso, Amato não se intimidou pelo fato de estar no Sindicato e, segundo o jornal, (...) *insinuou que os desempregados estavam nesta situação porque eram vagabundos*. A situação ficou tensa e a platéia chegou a ensaiar algumas vaias,

²³⁶ A Confederação Geral dos Trabalhadores e a Central Geral dos Trabalhadores.

mas acabou dando um exemplo de civilidade ao empresário e o deixou expor suas idéias (MARIA, 1991, p. 3). Fleury, por seu turno, durante a vigília que rompeu a madrugada, teria recebido a camiseta da manifestação das mãos de Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, então presidente do Sindicato. (...) *Fleury – que já estava em mangas de camisa, parecendo muito bem adaptado ao público metalúrgico – colocou a nova camisa. Foi aplaudido* (IDEM, IBIDEM). Mas nem tudo eram flores (ou conciliação). A realidade, às vezes, interpõe-se, de maneira muito desagradável, nos momentos mais comoventes de conagração e unidade. Diz a jornalista:

(...) Na saída, um pouco de apuro. Um grupo de professores quis saber dos reajustes salariais. A segurança do governador não estava por perto, mas um grupo de metalúrgicos ajudou o governador, e os professores ficaram sem resposta. (IDEM, IBIDEM) (todos os sublinhados são nossos)

O jornal do PT noticiava, então, de forma trivial, que trabalhadores do Sindicato que era a marca do Partido pela sua combatividade havia mais de dez anos assistiram, em sua “casa”, um dos burgueses mais poderosos do país chamar outros trabalhadores de vagabundos e se calaram por “civilidade” e que um grupo deles assumira o papel de segurança de um político burguês que estava “ameaçado” por trabalhadores que demandavam reajustes em seus vencimentos. Sem dúvida, algo de muito profundo mudara naqueles anos, no ABC e no PT...²³⁷

²³⁷ O PT e a CUT teriam que assumir, pouco menos de um ano depois, uma atitude mais crítica frente ao governador de São Paulo, após os acontecimentos que ficaram conhecidos como o “massacre do Carandiru”, quando a polícia paulista matou mais de cem detentos em uma invasão àquele presídio. Em setembro de 1993, o jornal Brasil Agora traria um “Dossiê Fleury”, contendo o “descalabro e as bandalheiras do PMDB em São Paulo” (BRASIL AGORA, 6 a 19 set. 1993, p. 5-12).

Pouco tempo antes, no início de setembro de 1991, realizara-se o IV CONCURTO, com uma participação de base reduzida a, praticamente, um terço em relação ao Congresso anterior, fruto da modificação estatutária, já alvo de comentário nesta tese. No IV CONCURTO ocorrera, pela primeira vez na História da Central, a participação dos militantes do PCB e do PC do B, que haviam aderido recentemente à CUT. Essa adesão, com todas as suas consequências, mereceria um estudo a parte, que nestas páginas não será viável fazer. Basta, por agora, constatar que essa militância tendeu a reforçar, de forma mais ou menos direta, as posições da Articulação Sindical na CUT.

No IV CONCURTO, reafirmar-se-iam as “bandeiras históricas” da entidade, como as lutas contra as privatizações, contra a dívida externa e pela reforma agrária, o que não encobriu o fato de se aprovarem, no evento, e sob a chancela da Articulação Sindical, algumas mudanças de monta na política da CUT. Em primeiro lugar, abriu-se, a partir de então, oficialmente, a discussão sobre a filiação a uma central sindical internacional, que acabaria levando, em 1992, à filiação da CUT à CIOSL, mesmo com uma série de críticas dos setores da esquerda cutista.²³⁸ Outro motivo de acalorados debates foi a decisão que

²³⁸ A filiação da CUT à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), deu-se por decisão de uma Plenária Nacional em 1992. O questionamento à filiação dizia respeito, por exemplo, ao fato de, apenas cinco anos antes, a própria CUT ter afirmado, em seu Caderno de Formação nº 2, que aquela Confederação dizia condenar os regimes totalitários para esconder sua política anticomunista comprometida com o capitalismo internacional. Aliás, em junho de 1993, Gilberto Maringoni comentava em um artigo no jornal Brasil Agora, o fato do XIII Congresso Continental da CIOSL/ORIT, reunido em Toronto (CAN), ter condenado Cuba por falta de liberdades, argumentando em sua deliberação que (...) *a continuidade do bloqueio decretado contra o país, há mais de 30 anos, é justificada pelo governo cubano para justificar sua negativa em comprometer-se com uma abertura política real e para realizar ações repressivas contra a dissidência* (CIOSL, apud MARINGONI, 7 a 20 jun. 1993, p. 5). Afirmando não ser surpresa essa posição da CIOSL, o autor completava: (...) *O que é realmente espantoso no caso é que a CUT, (...) tenha se comprometido*

levaria a CUT a apresentar para a sociedade propostas para as políticas de abrangência nacional²³⁹, rompendo com uma visão considerada “corporativista” de luta sindical, só voltada à busca de melhorias salariais e de condições de trabalho (sindicalismo propositivo). Essa visão se articulava a uma outra, a da “inserção dos sindicatos na sociedade”, valorizando a participação dos trabalhadores e suas entidades em fóruns e discussões dos “grandes temas” sociais, com todas as dimensões da vida do trabalhador, enquanto cidadão, naquilo que não estava diretamente ligado à vida sindical. Essa forma de atuação ficou conhecida nos anos de 1990 pelo nome de “sindicato cidadão”. Passou a existir, por parte de vários sindicatos (e da CUT), a prática de participação em fóruns de discussão de políticas públicas que melhorassem as condições de vida dos trabalhadores, como educação, saúde etc. O problema

com essa vergonhosa deliberação. Até porque se dizia que a filiação da CUT ajudaria a desequilibrar o jogo de forças na CIOSL em favor da esquerda (MARINGONI, IDEM).

²³⁹ É curioso que a CUT, até então, defendia propostas gerais para a sociedade (como sobre a reforma agrária e a dívida externa do Brasil etc). Ao mesmo tempo, lutava pela garantia de direitos dos trabalhadores em um momento de forte crise (salários, emprego). A partir do início dos anos de 1990 começou um deslocamento que, de um lado, apontava para que a Central formulasse propostas para todas as áreas das políticas públicas (saúde, educação, energia etc), o que abria as portas para o chamado “sindicato-cidadão”. Ao mesmo tempo passava a defender, a partir da ação do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, as propostas de câmaras setoriais e contratos coletivos de trabalho a serem negociados setor por setor. Nesse caso, segundo o presidente da CUT, Jair Meneguelli, (...) *nós faríamos, a nível da central, um contrato mínimo que estabelecesse regras mínimas, para que após isso os sindicatos, a partir do poderio econômico de cada setor, de sua capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores, fizesse as suas contratações além daquilo que foi estabelecido a nível nacional (apud BOITO JR, 1999, p. 153).* A proposta de contrato coletivo da CUT, formulada em 1988 e atualizada quatro anos depois, entre outros aspectos, fortalecia os setores mais organizados dos trabalhadores (em geral, a base de apoio da Articulação Sindical), ao mesmo tempo em que fragilizava a unidade da luta dos trabalhadores em seu conjunto, fragmentando essa luta. Além disso, questionava a interferência do Estado e das leis pré-existentes (a CLT, por exemplo) como limitadoras da “livre negociação”. Segundo Boito Jr, (...) *a ideologia do contrato entre partes supostamente livres e iguais, fragmenta o coletivo da classe em setores, é refratária à regulamentação estatal e permite, pelo menos, a desregulamentação das relações de trabalho nos setores sindicalmente pouco organizados (IDEM, p. 158).* Salta aos olhos a “saia justa” do movimento sindical sob essa direção quando, na “era Fernando Henrique Cardoso”, a proposta tipicamente neoliberal de priorizar o negociado sobre o legislado foi posta na pauta de deliberações do governo.

estava ligado ao fato de que esse tipo de proposição funcionou como senha para essas entidades partirem para a construção de políticas que coadunassem os interesses de todos os participantes desses fóruns (trabalhadores, governos e empresariado). E o seu pano de fundo eram as prefeituras e, depois, os governos de estados governados pelo PT²⁴⁰. Partia-se para uma negociação de temas mais “amplos”, com a participação sindical, que permitia aos governos justificarem os limites de suas políticas, por exemplo, frente às demandas do funcionalismo público²⁴¹, já que a própria “sociedade organizada” se dava conta das carências administrativas e, inclusive, propunha outras prioridades.²⁴² E aí se colocava um dos nós de uma das principais novidades administrativas do PT, naquela época, que foi o “orçamento participativo”. O problema não era a proposta em si de discutir com a população o orçamento, mas sim que a pequena fatia do orçamento aberta à discussão impunha um “debate de carências” sem se tocar no fundamental, a destinação geral dos orçamentos, os maiores investimentos, os pagamentos de dívidas e juros etc. Segundo José Maria de Almeida,

²⁴⁰ É preciso chamar a atenção, porém, de que essas práticas de “sindicato cidadão” não se restringiram a espaços de administração petista.

²⁴¹ No segundo semestre de 1993, esse debate aparecia de forma dolorosa para a administração petista do prefeito Patrus Ananias. O presidente da CUT-MG, Carlos Calazans, militante petista, lançava uma campanha de reajuste de 100% dos salários do funcionalismo, contraditando a política de reajustes então aplicada. Calazans afirmava que (...) *a insensibilidade da prefeitura contraditava coma postura do partido na rua* (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, nº 73, 1ª quinzena de setembro de 1993, p. 8).

²⁴² Conforme se tem insistido nesta tese, esse tipo de concepção não aparecia isolado. Há diferentes exemplos de sindicalistas participando de fóruns “da sociedade civil” na busca de alternativas para o combate à fome, como as campanhas da Ação da Cidadania, liderada por Herbert de Souza. O objetivo era, sem dúvida, meritório. Porém, ao se encaminharem essas práticas por fora do Estado, sem a discussão das suas prioridades e obrigações, criava-se uma lógica de desresponsabilização do Estado frente a esse e outros temas. E essa é uma lógica que é de interesse do neoliberalismo no enfraquecimento do papel social do Estado e da passagem de várias de suas funções nesse campo para organizações não-governamentais, privatizando atividades que eram, em princípio, deveres do Estado.

(...) tem que se preocupar com a saúde, com a moradia, está certo isso. O problema é que ao me preocupar com esses temas, eu tenho que dizer para o governo: tem que dar os 30% de aumento para o servidor e também tem que investir nesses outros pontos. Você tire do banqueiro, pare de pagar a dívida. Aí vai ter recurso para atender o servidor e as outras demandas. A CUT, porém, em geral, fazia o debate em que patamar? Bom, se tem só um x aqui no orçamento, de fato não dá para dar o aumento ao servidor. Ela não questionava a aplicação do resto do orçamento. (entrevista ao autor)

A antiga concepção da CUT como entidade de luta, anticapitalista, vai sendo modificada, em uma conjuntura de baixa capacidade de levar adiante, de forma ampla, esses combates mais abertos, para outra na qual a Central (e seus sindicatos filiados) se torna “propositiva” para governos (mesas de negociação, acordos nacionais), para a “sociedade”, enquanto elemento de cidadania (variados fóruns de discussão para formulação de saídas, em geral parciais e pontuais, para a crise ou seus componentes mais chocantes, junto com técnicos e “representantes da sociedade civil”) e para a burguesia, no processo de reestruturação produtiva, primeiramente nas câmaras setoriais e, depois, com os bancos de horas e afins.

Não seriam, então, motivo de surpresa as “efusivas” declarações do secretário geral Gilmar Carneiro, ligado à Articulação Sindical, ao Diário Popular, após o IV Congresso da CUT, afirmando: “Todas as nossas posições foram aprovadas pelo Congresso, inclusive a ida ao entendimento” (NETO e GIANNOTTI, 1993, p. 54). O sindicalismo de adequação, adaptação e de negociação substituiu o de luta. Não, como já dito, de uma forma abrupta, repentina e nem sem disputas e conflitos. A Central, entretanto, entrava na última década do século XX em processo de mutação.

Os choques por dentro do IV CONCUR não se resumiram às questões político-sindicais. Pelo contrário, foi uma questão estatutária que unificou toda a esquerda cutista contra a Articulação Sindical na proposta da adoção da proporcionalidade qualificada para a montagem da direção da Central, levando a um conflito que por pouco não acabou com o Congresso.²⁴³

Uma discussão de caráter organizativo que teve destaque no evento foi a tentativa da Articulação Sindical de aprovar a proposta de sindicato orgânico, vista por seus propositores como uma forma de acabar com a pulverização dos sindicatos existente no Brasil, ampliando a sua capacidade de reivindicação e mobilização. A idéia passava por se criar um modelo de “sindicato nacional” de uma determinada categoria que seria capaz de encaminhar lutas unificadas e com maior poder de fogo. O que dividia os sindicalistas quanto ao sindicato orgânico era a centralização decorrente, as negociações passando por cima dos sindicatos de base, a perda de sua capacidade de negociação. E, naqueles momentos de disputas de projetos em uma conjuntura de retração das grandes lutas ocorridas na década anterior, havia o temor de que essa centralização servisse como instrumento para calar as vozes dissonantes nas bases da Central.

Para José Maria de Almeida,

²⁴³ Derrotada na votação por um voto, a Articulação, com maioria na direção da CUT, decidiu anular a votação. A reação ao golpe por parte da oposição levou à paralisação do Congresso, enquanto delegados ligados à Articulação propunham, aos gritos, que se rachasse o Congresso. Após uma grande briga, com quatro delegados hospitalizados, a Articulação Sindical deu prosseguimento ao evento com a inscrição de chapas. A oposição acabou se inscrevendo e ficando novamente em posição minoritária na nova direção. Nas palavras de Giannotti e Neto, no IV Congresso da CUT, da *geladeira, a democracia passou para o freezer* (NETO E GIANNOTTI, 1993, p. 43). Após o Congresso, Vicentinho continuou ameaçando com um “racha” na CUT as tendências de esquerda que continuaram a questionar a fraude no resultado do evento.

(...) os sindicatos deixam de ser filiados e passam a ser partes das estruturas verticais da CUT. Isso foi para o Congresso, mas houve uma reação até de setores da Articulação, não foi nem para votação no Congresso e depois se concretizou numa iniciativa dos metalúrgicos. O povo de São Bernardo (...) dirigia uma Confederação Nacional dos Metalúrgicos, convocou um congresso para transformar a Confederação em uma estrutura orgânica da CUT.²⁴⁴ (...) os sindicatos perdem sua autonomia em coisas muito concretas. Por exemplo, a Confederação passaria a ser considerada sindicato nacional com poder de negociação e contratação e isso implicaria em obediência dos sindicatos de base. As decisões políticas tomadas na Confederação eram de aplicação automática nos sindicatos de base. O que implicava, naquele momento, (...) aquela visão de sindicalismo que estava sendo praticada em São Bernardo, das câmaras setoriais, dos acordos de reestruturação produtiva para o setor metalúrgico do país inteiro. (entrevista ao autor)

As resoluções do Congresso da CUT e, depois, a vigília contra o desemprego, no segundo semestre de 1991, deveriam, na avaliação de Vicentinho, resultar em uma ampla campanha nacional contra a recessão econômica e a desindustrialização. Na prática, o que se viu logo depois, foi o encaminhamento pelo sindicato por ele liderado da criação das câmaras setoriais. Essas foram apresentadas pela Articulação Sindical, à época, como exemplo do “sindicalismo propositivo”, expressando uma verdadeira panaceia para os males advindos da reestruturação produtiva. A ideia era de implantar essas câmaras em todos os setores da atividade econômica e ampliar as já existentes desde o governo Sarney, que só contavam com a representação governamental e patronal, passando a contar com a presença de trabalhadores. Teriam um papel estratégico na formulação de políticas alternativas para setores como a indústria, fortemente atacada pela política de abertura comercial

²⁴⁴ No 2º Congresso Nacional dos Metalúrgicos da CUT, em março de 1992, o Departamento Nacional dos Metalúrgicos tornou-se Confederação Nacional dos Metalúrgicos. A partir dali, diversas categorias da CUT passaram a criar confederações da mesma natureza. Essa discussão ampliar-se-ia já na primeira década do século XXI, com as propostas de reforma sindical e o papel dos sindicatos dentro da lógica desse sindicato verticalizado, orgânico, defendido pela CUT.

do governo Collor. Especialmente com o fim prematuro deste, acreditou-se na possibilidade de grandes acordos tripartites que superassem a desindustrialização, o grande número de demissões, a queda do poder aquisitivo dos salários, entre outros. Na prática, pouco disso funcionou, de alguma forma, fora do âmbito de São Bernardo do Campo. E ainda aí, os resultados foram, no mínimo, discutíveis.

Das vinte e seis câmaras montadas entre os períodos de governo de Sarney e Collor, a CUT participou de catorze delas, sendo que em somente três chegou-se a algum tipo de acordo com os trabalhadores. No caso do setor automotivo, “pérola da coroa” desses pactos para os setores hegemônicos da CUT e do PT, já que realizado pelos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, este foi pensado na perspectiva de uma negociação direta entre patrões e empregados que garantisse, ao lado do aumento da produção e da qualidade dos produtos, a garantia de manutenção e ampliação dos níveis salariais e do emprego, entre outros ganhos para os acordantes e para a sociedade. O sucesso da empreitada passava por diversas ações, como a redução de impostos sobre os veículos, dos lucros (em toda a cadeia produtiva), melhoria nos financiamentos e consórcios, diminuição de preços e compromisso com a implementação de projetos que buscassem qualidade, aumento da produtividade e incorporação de novas tecnologias (ZAULI, 1997).

À época ocorreram diversas manifestações de apoio ao acordo, assinado em 1992 e renovado, com alterações, no ano seguinte. Francisco de Oliveira, em artigo publicado em Novos Estudos Cebrap, afirmava que

(...) o acordo (...) é uma forma extremamente nova e inovadora das e nas relações capital-trabalho no Brasil. Ele revela capacidades até então insuspeitadas em algumas das principais categorias sociais que compõem o elenco das modernas classes sociais brasileiras. (...) ele revela capacidade de comportamento estratégico, moldada, quase imposta, pelas fortes restrições da conjuntura, mas desenhada para ter efeitos estruturais. (1993, p.3)

Outros pesquisadores do Cebrap caminharam para conclusões semelhantes:

(...) O Acordo das Montadoras (...) significa uma ruptura com padrões históricos da relações entre capital, trabalho e Estado no país (...) nega-se na prática o padrão corporativo de negociação, com o Estado comparecendo como parte interessada e não mais como um tertius (...). De outro lado, constitui-se uma esfera pública em que os interesses do capital e do trabalho emergem como medida um para o outro, inaugurando um antagonismo de classe não mais baseado na perspectiva da destruição do adversário (padrão prevalecente desde o ressurgimento do sindicalismo nacional em 1978), mas sim na perspectiva da constituição de regras democráticas de luta política e econômica. (CARDOSO e COMIN, 1993, p.3)²⁴⁵

A realidade, porém, não caminhou dentro dos padrões esperados pelos analistas citados. Os ganhos, vistos em um período um pouco mais amplo do que de um ano para outro, concentraram-se no campo do capital. Entre 1991 e 1995, a produção de veículos cresceu 70,33%, e a produtividade de 8,8 veículos por trabalhador em 1991 para 14,8 em 1995. O faturamento das montadoras cresceu de 12 para 19 bilhões de dólares. Enquanto isso, os salários dos operários das montadoras tiveram acréscimo de 0.3%, e o dos metalúrgicos das autopeças tiveram perda de 3,6% entre março de 1990 e maio de 1995. No geral da categoria metalúrgica no ABC, as perdas variaram de 5 a 41% nesse período (BOITO JR, 1999, p. 166-167). Além disso, o governo Itamar interveio pelo

²⁴⁵ Além desses textos, ver a matéria de Carlos A. Gonçalves Jr, técnico do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (DESEP) da CUT em Brasil Agora, nº 41, 21 jun./ 4 jul. 1993, p. 13.

menos duas vezes atropelando as negociações e decisões da câmara da indústria automotiva. Primeiro quando acordou com a Autolatina o retorno da produção do carro popular da Volkswagen e, depois, quando seu ministro da Fazenda, Ciro Gomes, proibiu, em outubro de 1994, os aumentos mensais de salários, pedra de toque dos acordos daquela câmara. No ano seguinte, já no governo neoliberal de Fernando Henrique, nenhuma câmara setorial funcionava mais.

Para além dos problemas concretos ocorridos quanto ao funcionamento e resultados, as câmaras setoriais carregam em si questões da maior seriedade para o trabalhador. Instaura-se com elas um neocorporativismo, no sentido de que os trabalhadores passam a defender os interesses próprios da sua empresa, muitas vezes em conflito com os interesses dos trabalhadores de outra.²⁴⁶ Essa disputa vem acompanhada de outra, por verbas e investimentos públicos ou privados para sua empresa ou setor, além de a “guerra fiscal” entre os estados por novos investimentos, existente na época, envolver sindicatos da CUT que se comprometiam a reduzir as suas reivindicações. Isso sem contar a preocupação neocorporativa centrada nos trabalhadores empregados e formalizados, em uma conjuntura de desemprego e precarização. Quem sabe se, para esses outros, a saída fosse esperar pelas políticas públicas discutidas em fóruns específicos pelos “sindicatos cidadãos” da CUT...

Para Ricardo Antunes, ao discutir a situação da precarização do trabalho sob as condições impostas pelas novas políticas cutistas, estaria se criando um

²⁴⁶ Boito Jr chama a atenção para a disputa entre os metalúrgicos do ABC, quando os trabalhadores das montadoras defenderam a importação de equipamentos, justificada pela necessidade de modernização da produção, enquanto os operários do setor de máquinas e equipamentos que pleiteavam a proteção alfandegária para o setor de bens de capital (IDEM, p. 167).

(...) neocorporativismo tipo câmara setorial, cada um cuidando da parcela de trabalhadores organizados que ainda resta em seu sindicato. E concluía: Quando se defende na câmara setorial a redução dos impostos que oneram o capital, é evidente que há uma eliminação dos recursos que de algum modo poderiam beneficiar os serviços públicos, saúde, educação etc. Portanto, o aumento do fosso no interior das classes trabalhadoras não pode ser respondido pela via do neocorporativismo, mas pelo caminho de um sindicalismo horizontalizado e mais classista. (*in* BRASIL AGORA, nº 69, 10/23 jun. 1995, p. 5)

Em outro momento, Antunes reafirmaria suas posições:

(...) Os sindicatos combativos do Brasil devem se horizontalizar, menos câmaras setoriais e mais política de ampliação. Porque, quando se pensa na Câmara Setorial está se pensando naquela parcela mais estável da categoria. (...) É inconcebível que um sindicato não aceite a sindicalização de um terceirizado, que ele esteja de acordo com a política que demite o terceirizado para preservar o estável. (*in* TEORIA E DEBATE, nº 31, abr./jun. 1996, p. 9)

No final das contas, esses novos rumos da CUT e de muitos de seus sindicatos filiados não foram capazes de barrar os avanços do neoliberalismo como se propunham. Não que tal coisa fosse de responsabilidade exclusiva da Articulação Sindical, pois a crise do “mundo do trabalho” e do sindicalismo tem características que ultrapassam as fronteiras do Brasil.²⁴⁷ A questão se coloca quanto às propostas de superação dessas crises e de combate ao neoliberalismo, quando, de fato, ocorria uma acomodação, um amoldamento acompanhado de

²⁴⁷ A própria parcela da esquerda revolucionária, crítica do modelo soviético, não foi capaz de se desvencilhar da armadilha neoliberal que articulou o fim daquele modelo com o fim (e a impossibilidade de retorno) do socialismo e do comunismo. E, mesmo em um momento posterior, já na primeira década do novo século, quando as experiências neoliberais na política e na economia começavam a demonstrar os limites daquela forma específica assumida pela dominação do capital, a capacidade dessa esquerda de formular esquemas alternativos encontra-se ainda extremamente debilitada. A crise estrutural que assola o capital de forma generalizada desde 2008 não gerou respostas que, articuladas a práticas dos trabalhadores e da população em geral, pudessem oferecer saídas dessa crise que não fossem pelos mesmos caminhos indicados pelo capital. Essa situação demonstra a vitalidade do modelo e, principalmente, do sistema do capital. E fortalece uma lição de ouro do pensamento de Marx e de Engels, a de que não basta a fraqueza do capitalismo, se não houver consciência revolucionária, organização e capacidade de luta o sistema se recicla em novas formas de garantia de sua reprodução.

críticas, em muitos casos, de baixa intensidade aos aspectos constitutivos daquele modelo gerador das crises. E aí a CUT e sua tendência hegemônica foram pródigas no abandono, em diversos momentos, de um enfrentamento direto e de uma perspectiva classista e anticapitalista²⁴⁸. E, diga-se de passagem, tais embates não poderiam se restringir ao campo da retórica. A CUT manteve, no discurso, em todo esse processo a defesa dos seus princípios originais. Na prática, porém, é que apareceram ações contraditórias quando não completamente avessas aos princípios que ela dizia defender. Combate às privatizações de um lado, neocorporativismo de outro, ambiguidade frente ao governo Itamar Franco (nem apoio, nem oposição, ao contrário do PT), proposição e negociação em detrimento, em muitos momentos, da mobilização. A CUT dos anos de 1990 carregava a marca de muitos dos efeitos da ação do neoliberalismo no meio sindical. E, para piorar, a disputa de projetos, fundamental em um processo de desenvolvimento da democracia sindical, foi sendo, à época, abandonada por uma disputa pelos cargos sindicais, de cima a baixo, começando pela cúpula da Central. Reflexo claro da burocratização da CUT, esse tipo de contenda aparecia como marca do destino da Central e, principalmente, da Articulação Sindical, no caminho do V Congresso da entidade, marcado para maio de 1994. Vicentinho, que já havia retirado sua candidatura à presidência da entidade no IV Congresso, quase acarretando um “racha” na Articulação Sindical, ambicionava o cargo, o mesmo acontecendo com Gilmar Carneiro, do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Isso não seria um problema se a disputa não se desse entre “companheiros” da Articulação

²⁴⁸ É o que se pode analisar como o “possibilismo” que tomaria força dentro do PT e da CUT a partir dessa época e que seriam a tônica, em especial, do PT após a chegada ao governo federal em 2003.

Sindical e não refletisse um momento de grave crise na tendência. Até porque esse enfrentamento se tornou público, na imprensa burguesa, no jornal do PT, Brasil Agora e no próprio órgão da Comissão Executiva Nacional (CEN) do PT, o Boletim Nacional, ainda em maio e junho de 1993, quando estava em meio o segundo mandato de Meneguelli. No Brasil Agora, em seu número 37 (19 abr./2 mai. 1993) dava-se destaque ao tema com a matéria “Disputa de nomes ou idéias”, na qual era discutida a existência de várias candidaturas à presidência da CUT. Mas seria no Boletim Nacional que o problema ficaria mais escancarado: Gilmar acusava Delúbio Soares de Castro, tesoureiro nacional da CUT (e coordenador geral da Articulação Sindical), de incompetente, entre outras denúncias. Mas o próprio Boletim admitia que o motivo real da crise passava pela disputa eleitoral na Central. Partindo dessa questão, o texto assumia que os problemas da CUT eram mais profundos.

(...) Depois de uma década de construção, a CUT passa por uma situação de impasse diante da conjuntura política e econômica do país – que dificulta a ação sindical – e dos novos desafios que as transformações estruturais do capitalismo têm colocado para o movimento sindical. (...) As dificuldades que atingem os dirigentes sindicais – inclusive nos países avançados – favorecem situações como a que a CUT está enfrentando, em que a briga em torno de cargos de direção passa mais por alegadas capacidades de dirigir “a máquina” do que por projetos de ação e de orientação política das entidades sindicais. (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, nº 70, jun. 1993, p. 12)

O V CONCURTO, realizado em São Paulo entre 19 e 22 de maio de 1994, não desviaria a Central do rumo seguido há alguns anos. Dentro da lógica da verticalização, centralização e maior controle de uma estrutura que, na sua primeira década de existência, dava muita autonomia para as instâncias intermediárias, a Articulação Sindical conseguiu aprovar a extinção das CUTs

Regionais, que, nas palavras de Armando Boito Jr, eram (...) *estruturas horizontais, onde as correntes de esquerda tinham grande influência, e que concorriam com a estrutura confederativa da CUT, controlada pela Articulação* (1999, p. 217).

O conflito interno da Articulação Sindical, que fora “resolvido” burocraticamente²⁴⁹, refletia, na verdade, um choque mais amplo que varria a Articulação de cima a baixo, tanto na Central como no PT.²⁵⁰ No Partido, as marcas desses choques de interesses apareceriam publicamente um pouco antes, na preparação do 8º Encontro Nacional. Nada menos que três pré-teses assinadas por membros da Articulação viriam à luz para o debate do evento.²⁵¹

Buscando esclarecer os motivos da divisão, Juarez Guimarães, membro do Diretório Nacional do PT e da tendência petista Democracia Socialista (DS) argumentava que a Articulação, que seria responsável por uma “estabilidade dinâmica” do Partido, passava por uma fase de tensões, em, segundo ele, (...) *uma dinâmica despolitizada e competitiva (...)*, que se desenvolvia há alguns anos dentro da corrente. Refletiria

²⁴⁹ Imediatamente, Gilmar e Delúbio foram afastados da Executiva da CUT pela Articulação Sindical. E como o candidato da corrente à presidência da CUT acabou sendo o Vicentinho, Gilmar recebeu como “prêmio de consolação” uma vaga na lista de candidatos do PT a deputado federal, cargo para o qual, aliás, não se elegeu. E passaria a defender (...) *um pacto social entre governo, empresários e trabalhadores que defina uma proposta de cidadania para o Brasil* (FONSECA, in JORNAL DO BRASIL, 25 dez. 1994).

²⁵⁰ Para a trajetória de crise da Articulação, ver Silva, 1998, p. 118-141.

²⁵¹ Ao Encontro foram inscritas oito pré-teses. As da Articulação vinham com um texto de abertura justificando a multiplicidade de teses. Além desse fenômeno, um outro marcou as teses para o 8º Encontro: em várias delas há duplicidade de assinaturas. Militantes da Democracia Socialista (DS) em Minas Gerais, por exemplo, assinariam a tese nacional da corrente (Um rumo revolucionário para o PT) e outra com setores da Articulação (Política para uma nova hegemonia). (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, nº 70, junho de 1993, p.4)

(...) a perda da capacidade diretiva de um núcleo de militantes históricos do PT que tiveram sua prática bastante deslocada para o terreno institucional no último período. São a reação previsível e anunciada diante da adoção por este núcleo de iniciativas, discursos e alianças internas que podem ser interpretadas pela tradição do PT como de “centro-direita” (...) (in COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, nº 70, jun. 1993, p. 11),

além de exprimirem o momento de definições partidárias às vésperas de uma campanha eleitoral que deveria representar a chegada do PT ao governo federal. Daí a necessidade da construção (...) *de uma nova hegemonia partidária mais à esquerda e com interlocução mais fecunda com os movimentos de radicalização que brotam dos movimentos sociais, (...)* (IDEM, IBIDEM). No mesmo debate, Sonia Hypolito, da secretaria de movimentos populares do PT, afirmaria que

(...) acumulamos, desde o 1º Congresso, fortes divergências no interior da Articulação. Em muitos estados (...) existem duas articulações, completamente separadas. (...) Em importantes prévias para a escolha de candidatos a prefeitos (...) a disputa se deu entre candidatos identificados ou apoiados por diferentes setores da Articulação. (in COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, nº 70, jun. 1993, p. 11)

As divergências eram práticas, mas também, quanto ao rumo da corrente e do Partido. Alguns setores da Articulação defendiam uma fusão com a corrente liderada por José Genoíno (Projeto para o Brasil), que representava as visões mais institucionais e direcionadas para a valorização, pelo Partido, das disputas parlamentares do que das lutas de massas, nas ruas.²⁵²

²⁵² Augusto de Franco, ligado à corrente de Genoíno, defendia, à época, que (...) *o consenso original, genético, que constituiu o Partido dos Trabalhadores entrou em crise no final dos anos 80 e está se esgotando rapidamente (...)*. Tratar-se-ia de uma diferença de visões sobre o projeto democrático para mudar o Brasil, que se direcionava, segundo ele, para a necessidade de uma refundação do PT sob as bases de um novo projeto político, ao invés de (...) *ficar se engalfinhando internamente em disputas ideológicas do passado – entre “reforma e revolução”, “esquerda ou direita” e outras bobagens do “jargão 68” (...)* (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT, nº 70,

Essa divisão no interior da Articulação possibilitou, desde o início do 8º Encontro, realizado em Brasília dos dias 11 a 13 de junho de 1993, uma guinada, ao menos parcial, nos caminhos trilhados nos últimos anos pelo Partido, a partir da vitória de uma tese que era fruto de uma convergência das formulações dos setores da “esquerda” da Articulação²⁵³ e da DS, além de outras correntes menores, denominada “Uma opção de esquerda”.²⁵⁴ Apesar de a maioria desse bloco no Encontro ser vista por alguns analistas como uma virada à esquerda no Partido, uma observação mais cuidadosa indica a existência da manutenção das posições definidas há algum tempo pelo PT. Teria ocorrido uma sustação, ao menos provisória, na tendência petista de se aproximar politicamente do centro. O sentido a que se voltava a tese-guia do Encontro era o do aprofundamento e radicalização da estratégia da construção de uma alternativa democrática e popular. Mantinha o caráter antimonopolista, anti-imperialista e antilatifundiário e a política de alianças do programa para as eleições de 1989.²⁵⁵ Afirmava que a superação da crise por que passava o Brasil só se daria com a vitória do campo democrático-popular, dando centralidade ao resultado das eleições de 1994 como elemento de disputa de hegemonia na sociedade

jun. 1993, p. 5). (grifos nossos) A título de curiosidade, Augusto de Franco assumiria, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a Comissão Executiva do Programa Comunidade Solidária, junto com a primeira-dama, Ruth Cardoso.

²⁵³ Esse setor viria, posteriormente, compor uma nova corrente petista: a Articulação de Esquerda. As bases de suas ideias foram explicitadas no documento “Manifesto A Hora da Verdade” (POMAR, 1993, p.7-9). Todo o processo de disputa entre os diferentes setores da Articulação e seus desdobramentos está descrito em SILVA, 1998, especialmente nas páginas 118 a 142.

²⁵⁴ No evento foram debatidas quatro teses: da Articulação “de centro”, que passou a chamar-se, a partir daquele Encontro, “Unidade na Luta”, da “direita” (Para mudar o Brasil), da “esquerda” que não compôs com parte da Articulação (Na luta PT) e a já citada acima.

²⁵⁵ A tese-guia, apesar das críticas ao PSDB, chegava a defender a busca de apoios para 1994 na militância e no eleitorado tucano, (...) *polarizando o máximo de forças para uma aliança com este partido a partir de um programa democrático e popular* (apud CORRÊA, in BRASIL AGORA, 21 de junho a 4 jul. 1993, p. 11).

brasileira, e que para isso era necessário criar um movimento democrático e popular em favor de reformas baseado na retomada das mobilizações sindicais cutistas, dos movimentos populares e sociais, das entidades da sociedade civil, etc. Defendia a reforma agrária como ponto central, refletindo o crescimento da importância do tema e das mobilizações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) naquela conjuntura. A perspectiva desenvolvimentista e nacional aparecia na defesa de um modelo de desenvolvimento estruturado em um mercado consumidor de massas induzido pelo Estado, na contramão da lógica neoliberal. E, segundo a tese, o Estado deveria ser democratizado em seus diferentes aspectos (forças armadas, eliminação do monopólio dos meios de comunicação, garantia dos direitos sindicais etc). Para conseguir a vitória nas eleições presidenciais e levar adiante esse programa, a tese advogava que o Partido deveria ter um núcleo dirigente comprometido, entre outros pontos, com o caráter socialista e revolucionário do PT, com o valor estratégico da democracia como meio e fim, método de transformação e ideal de organização política e a renovação do contrato ético e democrático entre os militantes, com democracia interna e valorização das instâncias partidárias suplantando a diluição dos centros paralelos do poder e a prática dos “notáveis” do Partido (QUEIROZ, *in* BRASIL AGORA, 21 jun./4 jul. 1993, p. 8-9).

As teses vencedoras no 8º Encontro não se afastavam, grosso modo, daquelas visões estratégicas que passaram a reger a política partidária nos finais dos anos de 1980. Seu aspecto mais importante foi o de impedir uma continuidade do “caminho à direita” pela via, por exemplo, de uma maior ampliação da política de alianças e do peso que os setores derrotados gostariam

de dar às questões vinculadas à institucionalidade. E nesta se colocavam as relações com o governo Itamar e a aproximação com partidos como o PSDB, PDT e o PMDB.²⁵⁶ A nova direção surgida no 8º Encontro funcionaria não mais do que como um anteparo (ao menos provisório) a uma tendência que se via no PT desde os anos de 1980. Não se veja nela, portanto, um elemento de rompimento com o fundamental do político-estratégico que estava já montado. As declarações nas resoluções sobre o papel “universal” da democracia, a substituição do socialismo pela estratégia democrático-popular que passava, agora, pela vitória eleitoral, uma “etapa” fundamental na formulação dos dirigentes petistas, nada disso era, em verdade, nenhuma novidade na História recente do PT. Vivia-se, de alguma forma, uma crise de acomodação de camadas, uns terremotos, maiores ou menores, no processo petista de sua incorporação à ordem.

Um desses abalos ocorreu com a aceitação da ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, em assumir cargo de ministra da Secretaria da Administração Federal do governo Itamar Franco no início de 1993. O PT definira uma posição de oposição àquele governo, e a postura da ex-prefeita foi um desafio às instâncias e decisões partidárias. Essa situação expunha, também, as fissuras partidárias. Enquanto os setores da “direita” partidária, especialmente uma boa parcela da área parlamentar, defendia a não punição, que representaria, na prática, uma mudança na posição frente ao governo e uma atitude leniente em relação a algumas indisciplinas, a maioria das bases partidárias mostrou-se favorável a que Erundina pedisse demissão do cargo ou saísse do PT. A

²⁵⁶ Iasi anota que a análise sobre as alianças (...) claramente se deslocara da conformação das classes para o reino das siglas partidárias (2006, p. 494).

suspensão de Erundina pelo Diretório Nacional, em fevereiro não resolveu a questão. Muito menos a revogação da suspensão pelo mesmo órgão, em junho. A Executiva do PT eleita no 8º Encontro, depois de confirmar o acerto da política do Partido de se colocar na oposição a Itamar, manteve o recuo da punição, (...) *em defesa do PT* (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL, nº 71, junho de 1993). O Partido passava por cima das manifestações de suas bases na esperança de que o caso se resolvesse. Na verdade, essa “leniência seletiva” do PT era mais uma demonstração das ambiguidades da nova direção “de esquerda” que iriam se manifestar em outras ocasiões e colocá-la em xeque a partir do processo eleitoral de 1994.

Não era, porém, exclusividade nas hostes petistas essa situação de crise. As forças da esquerda revolucionária passavam, naquela primeira metade da última década do século XX, por grandes problemas e redefinições que mudaram o quadro das organizações com aquele perfil no universo da política brasileira.

Um primeiro e decisivo exemplo se deu com o PCB. A mais antiga organização político-partidária da História do Brasil vivia, pelo menos desde o final dos anos de 1970, dois tipos de crise: uma externa, ligada à diminuição gradativa de sua capacidade de representação das demandas da classe operária, especialmente nas áreas do capitalismo mais avançado, e outra de caráter interno, de certa forma consequência da primeira. A penetração do velho Partidão no movimento de massas era, cada vez mais, limitada e questionada, o que trazia esses questionamentos para dentro do Partido. Em mais de uma ocasião, ainda nos anos de 1980, o PCB sofreu defecções que se voltavam, em

geral, para o PT. A desestruturação do socialismo soviético e das “democracias populares” funcionou como um golpe de morte para o que restava do PCB no início da década de 1990. De um lado porque “tirou o chão” do Partido, no qual ele pisava desde a sua fundação, permitindo, para piorar, uma crescente pressão ideológica dos arautos do capital em luta pela conquista de uma hegemonia mundial contra o socialismo e o comunismo, vistos como atrasados e decrépitos, incapazes de dar respostas aos desafios da sociedade moderna (ou pós-moderna?). De outro lado, esse quadro abria espaço para, internamente, ganharem peso na luta política aqueles que propunham uma redefinição do PCB, abandonando referências históricas e abraçando um novo rumo, “adaptado à nova realidade”. O deputado comunista Roberto Freire defendia, à época, a idéia da criação de um novo partido, do qual

(...) participariam todos aqueles que compartilham com a proposta de um socialismo novo, democrático, moderno e pluralista, (...) uma alternativa à social-democracia e à herança da Terceira Internacional (...) que compreendesse existir no mundo valores universais, acima dos interesses da luta de classes, como a democracia política, a defesa da paz, da ecologia e dos direitos humanos. Um partido assim estruturado teria condições de ocupar um importante espaço político no Brasil, abrindo caminhos efetivos para chegar ao poder e implementar um projeto que nos faça uma sociedade mais democrática, mais desenvolvida, mais justa, socialista. (*in* PRISMA, abr./mai. 1991)

As palavras de Freire nessa entrevista eram uma demonstração do que estaria por vir, não no 9º Congresso do PCB marcado para o final daquele mês no Rio de Janeiro,²⁵⁷ mas em relação ao destino dos pecebistas. Senão vejamos: a proposta de um novo partido com aquelas características não poderia vingar, pelo simples motivo de que ele já existia. Alternativo aos “socialismos“

²⁵⁷ O Congresso aconteceu de 30 de maio a 2 de junho de 1991.

existentes, tendo a democracia como valor universal, com um socialismo que seria o somatório de “mais democracia”, “mais cidadania” e “mais desenvolvimento econômico” (capitalista), tal espaço político já estava ocupado pelo PT. Restariam três hipóteses: a integração a um outro partido existente, como o PC do B ou o PT,²⁵⁸ a manutenção do PCB com um programa de esquerda (e, certamente, à esquerda daquele do PT) que combinasse a tradição pecebista com uma visão crítica das experiências do socialismo soviético. Essas duas hipóteses não eram as de Freire. Restava a de um partido, que realmente foi criado, e que, gradual, mas seguramente, caminhou para a direita e, nos primeiros anos do novo século, era aliado do PSDB devidamente neoliberalizado, e do Partido da Frente Liberal (PFL), representante de algumas das mais conservadoras parcelas da sociedade brasileira.

Os textos da direção do PCB para o 9º Congresso²⁵⁹ vinham eivados, em geral, da mesma seiva que alimentava os documentos petistas da época. Democracia como via para o socialismo (visto como opção democrática e como conquista de hegemonia colocadas permanentemente em disputa); conquista de plena cidadania pelas classes subalternas combinando a realização dos ideais de liberdade, igualdade social e riqueza material; crescimento econômico com modernização tecnológica, pacto social, Estado de direito democrático,

²⁵⁸ Veja-se, nesse sentido, a manifestação de um velho militante comunista, Valter Pedrosa, na Tribuna de Debates para o Congresso no jornal Voz da Unidade (nº 509, 01 jan. 1991, suplemento, p. 3), ou o manifesto “Rumo ao Partido dos Trabalhadores, assinado por 70 filiados ao PCB, PSB e PDT, de outubro de 1992. Em janeiro de 1991, 70 militantes do PCB do Rio de Janeiro lançavam o “Manifesto aos comunistas do Brasil” defendendo a união dos comunistas no PC do B. Esse grupo se filiaria ao seu novo partido em setembro daquele ano.

²⁵⁹ Intitulavam-se “Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia (proposta de declaração política)” e “Nova política, partido novo (abertura de discussão)” e foram publicados no jornal Voz da Unidade (nº 514, 15 mai. 1991).

economia democrática (sic), com um controle social das empresas e garantia aos diversos sujeitos, no interior das empresas, de sua possibilidade de se expressar e influir na sua realidade, com democracia e cidadania, condicionados pelos controles externos da democracia política e pelo mercado; formação de um bloco político democrático e progressista, que ia além da esquerda voltado à conquista do poder. Essas seriam as bases para a formação do “novo partido”, que teria, segundo a Direção Nacional do PCB, (...) *nos conflitos (...) seus elementos necessários e imprescindíveis às conquistas igualitárias e libertárias (...) tendo em conta as regras da democracia*, quer dizer, um partido reformista dentro da ordem do capital (in VOZ DA UNIDADE, 15 mai. 1991, p. 7-15).

Contra essas propostas, um setor da militância apresentou ao Congresso dois documentos²⁶⁰ com um conjunto de proposições que articulavam a manutenção do Partido, ameaçada, como colocado anteriormente, pela modificação de seu nome e símbolos históricos.²⁶¹ Defendendo um projeto de renovação “pela esquerda”, faziam uma crítica à direção do PCB, por eles responsabilizada pela perda de capacidade interventiva da Organização no movimento de massas, falta de autocrítica, apego ao poder e à linha política “recuada” implementada na década de 1980 pelo Partido. Defendiam um socialismo democrático, mas no qual a via parlamentar não fosse a prioritária e, em cima do aprendizado dos erros do socialismo soviético, a busca de (...) *uma sociedade onde haja efetivo controle social da produção, com a*

²⁶⁰ “Aos companheiros delegados do IX Congresso do PCB” e “Proposta alternativa de declaração política” ambos “assinados”, respectivamente, por esse grupo como “Fomos, somos e seremos PCB” e “Fomos, somos e seremos comunistas”.

²⁶¹ Essas mudanças advogadas pela direção do PCB acompanhavam um processo que se desenvolvia principalmente em alguns de seus congêneres europeus, em especial no Partido Comunista Italiano (PCI).

democratização da vida interna, pluralismo político (FOMOS, SOMOS E SEREMOS PCB, 30 mai. 1991).

O Congresso, no qual participaram delegados eleitos nas bases partidárias e, novidade, não filiados eleitos em “fóruns socialistas”²⁶², foi palco de forte disputa. O grupo que contava com a maioria da direção partidária (chamado de “liquidacionista” pela oposição) não conseguiu aprovar a mudança de nome e algumas outras modificações propostas para o evento. Porém, sob pretexto da tentativa de golpe militar na então União Soviética, que acabaria por levar Boris Yeltsin ao poder, a direção pecebista convocou um X Congresso, no início de 1992, para discutir uma nova “forma-partido”, com os não filiados podendo votar em todo o processo. A proposta da maioria da direção foi, então, vitoriosa, com a criação do Partido Popular Socialista (PPS). Os descontentes se reuniram em separado e aprovaram a manutenção do nome e símbolos partidários, o que provocou uma longa disputa judiciária, cujo resultado permitiu a manutenção da sigla por seus defensores (IMPrensa POPULAR, nº 2, mar. 1997, p. 3). Estes, depois de um período de discussão e preparação²⁶³, realizariam um Congresso (chamado, também de X Congresso), em março de 1993, no qual se definiriam uma nova direção e o caráter revolucionário do Partido. Porém, se o PCB vinha de um longo período de enfraquecimento, a nova divisão só fez agravar a situação. Nem o PPS, nem o PCB conseguiram,

²⁶² Essa proposta gerou grande discussão na direção do PCB. Acabou vitoriosa uma fórmula alternativa, que permitia o voto dos não filiados eleitos pelos “fóruns socialistas” somente para a resolução política, enquanto os filiados poderiam votar também nas questões internas (balanço da direção e eleição da nova direção) (VOZ DA UNIDADE [suplemento Voz no Congresso], nº 509, 01 jan. 1991, p. 1 e 4).

²⁶³ As teses para a discussão estão em Tribuna Comunista (órgão oficial do Partido Comunista, reconstruindo o PCB, nº 1, jun. 1992. O nome do Partido aparecia assim no jornal, dado que ainda não havia, na época, definição acerca de qual grupo teria direito à legenda.

depois de mais de três lustros, alcançar qualquer coisa parecida com o prestígio e a História do antigo Partidão.

Já o PC do B, que rompera com o governo Sarney em 1987 e passara à oposição, saiu de um Congresso (o VII) em 1988 com a mesma visão estratégica etapista de frente democrática. Em relação à posição tática, definiu a busca da formação de um agrupamento de forças progressistas voltado a barrar os setores conservadores e reacionários. Para a concretização de um governo democrático-popular, voltou-se para a construção de uma candidatura que tivesse o apoio da esquerda e do centro. Apesar de manter a caracterização social-democrata do PT e criticá-lo asperamente pela negativa de ida ao Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo e do “divisionismo” na criação da CUT, o PC do B incluía taticamente o PT em sua proposta de frente eleitoral para 1989. Em maio de 1989 acabaria aderindo à Frente Brasil Popular liderada pelo PT, justificando o ato pela penetração operária e popular de Lula, seu programa e sua capacidade de unificar a esquerda.²⁶⁴

A derrota para Collor não abalou a perspectiva do Partido sobre a necessidade da manutenção do “bloco popular” para tentar barrar as políticas do novo governo. O que sacudiria o PC do B naquele início de década seria a desagregação da União Soviética, mesmo sendo o Partido desvinculado desde quase a sua fundação do modelo soviético pós-1956. A antecipação do VIII Congresso, inicialmente marcado para 1993, e principalmente, a amplitude do debate realizado na tribuna aberta nas páginas do jornal do Partido (A Classe Operária) demonstravam como a crise no Leste Europeu calou fundo nos, até

²⁶⁴ Ver A Classe Operária, 18/31 mai. 1989, p. 11.

ali, renitentes defensores do stalinismo. Realizado de 3 a 6 de fevereiro de 1992, o Congresso do PC do B, apesar de manter a essência da crítica ao kruschevismo como ponto de inflexão da União Soviética de retorno ao capitalismo, assumiu, pela primeira vez, a crítica a aspectos da política stalinista que teriam provocado deformações na sociedade e no Estado soviético. Ainda assim, esses questionamentos eram, em geral, superficiais. A figura de Stalin era mantida em reverência, até porque seria muito difícil e traumática uma revisão em um partido em que sua “velha guarda” mantinha importantes postos de comando e uma parte considerável da militância carregava aquela tradição.²⁶⁵ O mesmo quadro não se daria quanto às mudanças ocorridas na Albânia, cujas reformas rumo ao capitalismo foram fortemente criticadas. O PC do B faria, aliás, nesse período, toda uma revisão de sua política internacional, que passaria a comportar uma revisão das críticas a Cuba e um reatamento com o Partido Comunista Chinês (PCC). Seria um período de tentativa de reorganização das bases de um movimento comunista, em nível latino-americano ou mundial, que passava por um dos piores terremotos de sua História.²⁶⁶

Seria, porém, na análise da formação social brasileira que o Partido faria, no Congresso, sua grande virada teórica. Admitiria, pela primeira vez, o erro da visão etapista, assumindo a revolução burguesa como já realizada, afirmando a necessidade da revolução socialista no Brasil. Elementos inconclusos da revolução burguesa, como a democratização do Estado e a defesa da soberania nacional, seriam tarefas a serem realizadas no processo ao socialismo. Essa

²⁶⁵ As resoluções do Congresso estão em **AMAZONAS. LUSTOSA e FERNANDES, 1992.**

²⁶⁶ Esse processo está sumariado em **SILVA, 1988.**

mudança na estratégia do Partido deveria ainda ser aprofundada, mas não mexia com a tarefa tática de construção de uma frente anti-imperialista.

O PC do B participaria da campanha do Fora Collor, porém se negaria a apoiar a antecipação das eleições e acabaria participando do governo Itamar Franco, vendo-o como defensor dos interesses nacionais, rompidos com os projetos entreguistas de Collor. Esse aspecto demonstra o peso que ainda adquiria a questão nacional no seio das resoluções do Partido. A constatação de que Itamar não correspondia ao modelo de governante anti-imperialista, a partir de 1993, não viria, entretanto, acompanhada de nenhuma autocrítica.

A posição do Partido frente à sucessão de Itamar Franco, seguindo as indicações decididas no 8º Congresso, era de uma ampla frente em defesa da soberania nacional, incluindo partidos de esquerda e setores de outros partidos vinculados ao centro do espectro político. A marcha do processo de consolidação das alianças frustraria o PC do B, que, no fim, acabaria repetindo 1989, com a participação na frente que apoiava Lula.

No campo sindical, o PC do B, já integrado à CUT como Corrente Sindical Classista (CSC), desenvolveu uma atuação contraditória, típica da incongruência entre as posições político-sindicais e os interesses mais imediatos frente à “máquina” administrativa da Central (e de diversos sindicatos). Essa situação era ilustrada, naquele período, pelas declarações de Sérgio Barroso, secretário de Imprensa da CUT e um dos três militantes da CSC na Executiva Nacional da Central. Avaliando a CUT, Barroso afirmaria que esta estava

(...) marcada pelo imobilismo, (...) dado o (...) abandono da perspectiva socialista: a capitulação frente à defesa da soberania nacional; o apego ao tratamento institucional das lutas sindicais; as tentativas de resolver os conflitos através de negociações tripartite; e a burocratização e ultracentralização das instâncias. (MARTINS, in BRASIL AGORA, 19 abr./2 mai. 1993, p. 13)

Ao mesmo tempo, Barroso admitia a aliança tácita dos sindicalistas da CSC com os da Articulação sindical, majoritária na CUT e, portanto, a (ou uma das) responsável pela situação da Central, tão criticada por ele. A explicação para essa proximidade era prosaica, e dava conta de um certo oportunismo nessas relações: tratava-se de uma (...) *identidade da avaliação da conjuntura brasileira* (IDEM, IBIDEM).

A Convergência Socialista, expulsa do PT, levaria a cabo uma proposta gestada ainda quando a crise da expulsão era algo distante: a criação de uma Frente Revolucionária. Esta seria capaz de dar conta das tarefas que o PT não mais demonstrava interesse ou estava em condições de assumir. Essa Frente seria o embrião de um novo partido, dentro de uma

(...) estratégia revolucionária e socialista, para lutar pela superação da miséria e do arrocho em nosso país, pela reforma agrária, pelo não pagamento da dívida externa, para defender a democracia operária e romper com a burocratização dos sindicatos. (BUCCHIONI et alli [ed.], jun. 1992, p. 1)

A proposta frentista aglutinava a CS, o Partido da Frente Socialista e um conjunto de agrupamentos espalhados pelo Brasil. Se a trajetória recente da CS levara a seu crescimento orgânico, a Frente se voltava a consolidar a junção dos críticos dos rumos do PT (e da CUT). Se não foi viável essa aglutinação com todo

esse conjunto²⁶⁷, a articulação para a criação de um novo partido evoluiu, chegando à formalização do Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado (PSTU) em um congresso realizado de 3 a 5 de julho de 1994. Tendo conseguido registro eleitoral, o PSTU participaria das eleições de 1994 com candidatos próprios em alguns estados e daria “apoio crítico” à frente liderada por Lula para a presidência da República. O PSTU passaria a representar, a partir dali, um agrupamento de viés crítico às proposições petistas, em um sentido de radicalização daquelas posições. Não lograria, porém, até a entrada do novo século, um crescimento expressivo de seu contingente que lhe permitisse representar uma efetiva alternativa ao petismo no campo da esquerda, atraindo outras correntes revolucionárias. Até porque, em uma conjuntura adversa em termos políticos e ideológicos, esse Partido não passaria imune por crises e “rachas” internos, ainda que isso não tenha impedido a ampliação de sua representatividade em alguns setores do movimento operário e popular.

4.4 O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

A primeira metade dos anos de 1990 consolidou alguns dos mais importantes pilares de sustentação do Serviço Social sob a hegemonia da intenção de ruptura. A partir da avaliação crítica do Código de Ética aprovado em 1986, chegava-se, em 1993, após longo debate levado a cabo nas entidades

²⁶⁷ Sobre as vicissitudes da montagem e continuidade da Frente Revolucionária, ver SILVA, 1998, especialmente nas páginas 246-252.

representativas da categoria, a um novo instrumento de regulação ético-política da categoria. Segundo documento da ABESS/CEDEPSS, o novo Código de Ética

(...) reafirma o projeto profissional comprometido com as classes trabalhadoras e dá um outro tratamento à dimensão ético-política da profissão: o compromisso com valores e princípios colocados no horizonte de um projeto de superação da ordem burguesa. Assim o Código de Ética propõe a ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais; a consolidação da democracia como socialização da política e da riqueza socialmente produzida e a defesa da equidade e justiça social enquanto universalização do acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais e à sua gestão democrática. (*in* SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE, N° 50, 1996, p. 146-147)

As alterações do Código de 1986 se deram a partir do amadurecimento do projeto profissional dos assistentes sociais, das alterações na sociedade brasileira, em especial em seu ordenamento jurídico, a partir da Constituição de 1988 e da necessidade de objetivar de forma mais clara as implicações dos princípios vigentes no documento de 1986, (...) *tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional* (SILVA, 1993, p. 2). Estavam gravados nos princípios do Código de 1993 diversos dos pontos polêmicos em relação aos aspectos expostos nesta tese referentes às transmutações políticas que, na época, invadiam os documentos do PT e da CUT. Liberdade, cidadania, democracia como socialização da política, defesa dos direitos humanos, equidade e justiça social. Não há dúvida de que essa temática penetrara em espaços bem mais amplos do que a produção teórico-política dos setores hegemônicos daquele Partido, passando a ocupar lugar de destaque em espaços sob predomínio político-ideológico de um pensamento de esquerda. Estaria, então, o Serviço Social (e sua vanguarda)

inevitavelmente trilhando as mesmas sendas apontadas pelo pensamento petista dominante naquele momento? Não parece ser o caso aqui. Mesmo que se possa considerar a ocorrência da penetração daqueles temas em muitos espaços da esquerda brasileira naquele período (e no Serviço Social em particular), uma leitura detalhada do Código aponta para a manutenção da hegemonia das proposições lastreadas na “intenção de ruptura”. Assim como as preocupações levantadas em 1985 por Marilda Yamamoto, já anteriormente referidas (e que, certamente, tiveram o acompanhamento de diversos outros formuladores na área do Serviço Social), no corpo do texto introdutório e nos princípios fundamentais do novo Código apareciam explicitações que demarcavam posições. Ao afirmar que a ética deveria ter como suporte uma ontologia do ser social, em que os valores seriam determinações da prática social resultante do processo de trabalho no qual o ser social se constitui e se põe como ser capaz de liberdade e que essa concepção já conteria uma projeção de sociedade que supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação (IDEM, p. 3), o Código de 1993, um dos pilares constitutivos do Projeto Ético–Político Profissional do Serviço Social, traçava uma clara linha distintiva com o aparato teórico-político de base liberal. As liberdades defendidas seriam voltadas para o indivíduo social, a democratização seria, também, em relação à riqueza produzida, a cidadania se direcionava para a garantia de direitos civis e políticos das classes trabalhadoras, a equidade e justiça social para a universalização do acesso a bens e serviços ligados a programas e políticas sociais e, limpidamente, fazia-se a opção explícita (...) *por um projeto profissional vinculado à construção de uma nova ordem societária, sem exploração-dominação de*

classe, etnia e gênero (...) (IDEM, IBIDEM).²⁶⁸ Ao contrário do que, então, ocorria com o PT e a CUT, referências fundamentais para amplos setores da vanguarda do Serviço Social no processo de intenção de ruptura, a “nova ordem societária” não ficava esquecida, ou cada vez mais empurrada para os anexos dos documentos oficiais. Ela (quer dizer, o parâmetro revolucionário de origem marxista, ou, mais diretamente, marxiana) estava colocada como referência direta na formulação dos princípios que regeriam os profissionais do Serviço Social. E aí estava a chave heurística que distinguia, mesmo com aparentes aproximações, as posições petistas das hegemônicas no Serviço Social naquele momento. O PT, colocado frente às necessidades de definição de seus fundamentos programáticos, jogara historicamente para as calendas gregas uma definição mais precisa do que se compreendia por “socialismo”. Daí que, se por um lado era difícil se livrar dessa proposição programática, mesmo genérica, foi possível, gradualmente, estabelecer para ela um conteúdo mais diluído e pobre de sentido realmente transformador. A inexistência de um referencial marxista (ou marxiano) consolidado na trajetória histórica do PT permitiu que, mais fácil e rapidamente, as suas posições se inclinassem (ainda que parcialmente críticas) rumo ao capitalismo liberal-democrático, à institucionalidade e à adequação à ordem burguesa. Diversamente, os documentos básicos do Serviço Social, a partir de uma base teórica definida, em um processo constante de aprofundamento do seu aparato conceitual, apresentava definições mais claras e precisas quanto a seu projeto societário.²⁶⁹ E aí não se tratava de um programa

²⁶⁸ Cabe destacar a sistemática produção acadêmica sobre o tema da ética no Serviço Social brasileiro na década de 1990. Exemplos dessa produção são as obras de BARROCO, 2003 e BONETTI, SILVA, SALES e GONELLI (orgs.), 2008.

²⁶⁹ NETTO (2004, p. 23) aponta a continuidade da relação entre os avanços profissionais do Serviço Social e a trajetória do PT nos anos de 1990, mesmo que mais

partidário, nem de uma visão delirante da “revolução à vista, ali na esquina”. Tratava-se de dar combate, via construção de um conjunto de princípios voltados à prática profissional, às visões liberais ou aquelas da tradição conservadora do Serviço Social, derrotadas e não hegemônicas naquela conjuntura, mas sempre presentes na vida social, ainda mais em um período de afirmação e cerco ideológico do neoliberalismo. Como bem afirmou Maria Lúcia Barroco, se as condições sociais vigentes nos anos de 1990 atingiram duplamente os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados e cidadãos, mas também, como profissionais viabilizadores de direitos, a

(...) vertente profissional que, nos anos 80, ganhou a legitimidade na direção das entidades de profissionais e estudantes, na organização sindical, no debate crítico, na produção inserida na tradição marxista, na revisão curricular de 1982 e na reelaboração do Código de Ética de 1986 defronta-se com o desafio de responder a essa conjuntura, sem perder suas conquistas. (2003, p. 180)

Naquele mesmo ano era aprovada a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/93), fruto de longa discussão nos fóruns da categoria e de protagonismo no processo de elaboração/aprovação. Pode-se afirmar que, com essa lei, dava-se um decisivo passo na formulação do que se chamou de Projeto

mediatizada, além da (...) *forte identificação entre lideranças profissionais, acadêmicas (...) e militância partidária. (...) A continuidade desta relação explica-se por uma razão elementar: a substancialidade do projeto ético-político (...) encontra (ainda que não exclusivamente) no PT um parceiro e suporte insubstituível.* Deve-se mencionar que a existência dessa proximidade não nega as diferenças, algumas de fundo, na explicitação dos fundamentos ideo-políticos existentes nos documentos do Serviço Social em comparação aos do PT, à época, conforme apontado acima. Essa heterogeneidade, apesar de não representar nenhum tipo de rompimento daquela relação vigente por mais de uma década entre a vanguarda da categoria e o Partido, não pode ser abjurada diante da evidência da análise dos documentos e do aprofundamento dessa diversificação de posições em um momento posterior. Pode-se creditá-la, isto sim, à autonomia e independência dos organismos da categoria, formuladores coletivos daqueles textos, o fato de, apesar de semelhanças (algumas nada aparentes) entre seus documentos e os de origem petista, haver determinações que os dissociavam, como as classistas, que não são passíveis de desconsideração.

Ético-Político Profissional dos Assistentes Sociais.²⁷⁰ Resultante de todo o processo histórico da categoria, principalmente a partir da década anterior, o Projeto consubstanciaria a consolidação da hegemonia, naquela conjuntura, de um Serviço Social voltado ao combate por dentro da sociedade do capital, por uma nova ordem societária, baseada no fim das classes sociais, na emancipação humana e organizada pela associação de livres produtores, sem exploração ou dominação. Os pressupostos desse Projeto, quer dizer, de como a categoria enxergava os objetivos que queria alcançar, os valores que esta portava consigo e os meios que pretendia utilizar para alcançá-los, seriam a existência de uma organização profissional com força e representatividade na categoria, uma formação profissional definida, um marco legal da profissão e a articulação com os movimentos populares e sociais que se colocavam na mesma perspectiva dos valores fundantes desse Projeto. Se a discussão sobre a ética tinha tomado corpo naqueles primeiros anos da década de 1990, principalmente como consequência dos acontecimentos que abalaram o governo Collor de Melo, o Serviço Social foi capaz de incorporar esse debate dando a ele um claro viés político conectando-o às relações de poder na sociedade. Essa afirmação política demarcava campo com as visões conservadoras, em geral portadoras do discurso político do apoliticismo. A organização profissional dos assistentes sociais já tinha dado mostras de sua capacidade, desde os anos de 1980, através de organismos representativos como a CENEAS e a ANAS, no campo sindical, a ABESS (depois ABEPSS) no debate de projetos de formação profissional e o CFAS/CRAS

²⁷⁰ Nas palavras de BRAZ, o projeto ético-político seria (...) *um conjunto de valores e concepções ético-políticas por meio das quais setores significativos da categoria dos assistentes sociais se expressam, tornando-o representativo e, por vezes, hegemônico, isto é, quando, democraticamente detém e direciona os espaços fundamentais da profissão no Brasil* (2004, p. 56).

(depois CFESS/CRESS), regulador/fiscalizador do exercício da atividade profissional e a SESSUNE (depois ENESSO) na mobilização do setor estudantil.²⁷¹ No mesmo período encorpava-se a formação profissional através do currículo mínimo²⁷², dos programas de pós-graduação e da sua articulação com a graduação, da produção teórica, das publicações e dos sistemáticos encontros da categoria para a discussão e articulação de sua temática específica com as das problemáticas sociais nacionais ou planetárias. Ao mesmo tempo, construiu-se um marco legal que tinha um de seus pontos fundamentais na Lei de Regulamentação de 1993. E os organismos da categoria, em seus fóruns de debate, apontavam de há muito para uma participação dos assistentes sociais nas lutas sociais que se desenvolviam, principalmente naquele momento de forte ataque do imperialismo, em sua forma neoliberal²⁷³, aos princípios básicos que sustentavam aquele Projeto Ético-Político. Estes estavam estabelecidos no Código de Ética de 1993, comentado anteriormente. Estavam, então, formalizados os pilares documentais fundantes do Projeto Ético-Político do Serviço Social: as Diretrizes Curriculares para a formação acadêmica, a Lei de Regulamentação do exercício profissional e o Código de Ética (NETTO, 2004,

²⁷¹ Sobre a história e organização dessas entidades, ver RAMOS, 2006, p. 160-181.

²⁷² Em 1993 iniciou-se ainda a discussão para a revisão do currículo de 1982, processo que se encerrou com a aprovação das Diretrizes Curriculares em uma Assembléia Geral da ABESS em novembro de 1996. Vale lembrar que essa revisão se deu no momento em que ocorria a discussão, e posterior aprovação pelo Congresso Nacional, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96). Esta, baseada na privatização e mercantilização da educação, gerou a necessidade de adaptação do documento aprovado na assembléia da ABESS aos padrões da Lei recém-aprovada. Enquanto o processo das Diretrizes Curriculares tramitava (só foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 2001), o número de instituições, especialmente privadas, com sentido claramente mercantil, sofreu crescimento exponencial no país, tendo resultantes fortemente deletérias para a formação profissional dos assistentes sociais (LEMOS, p. 140).

²⁷³ A partir do governo Fernando Henrique Cardoso seriam sistemáticas as práticas de (...) *liquidação dos direitos sociais (denunciados como "privilégios"), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população* (NETTO, 2003, p. 293).

p.23). Essas bases, sempre em processo de rediscussão/reelaboração, passaram a funcionar como anteparo ídeo-político da categoria, a partir desses anos de 1990, contra os ataques advindos de setores neoconservadores de todos os matizes, sempre a colocar em disputa aquela hegemonia.

4.5 A ESQUERDA E A “ERA FHC”: CAMINHOS E DESCAMINHOS

Em vésperas de campanha eleitoral presidencial a CUT realizaria seu 5º CONCUR (19 a 22 de maio de 1994) no qual a política “propositiva” e de negociação da Articulação Sindical parecia alcançar, definitivamente, a direção hegemônica da Central. Até porque o novo presidente da entidade, o Vicentinho, era um dos grandes incentivadores dessa política, inclusive, como já comentado, tendo fomentado, como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, a implantação das Câmaras Setoriais. O CONCUR, a partir das formulações de sua tese guia, teve como pontos de fricção as questões de democracia interna da entidade, a filiação internacional à CIOSL e, em especial, as mudanças na estrutura da Central.²⁷⁴ E, ainda que as propostas de horizontalização da CUT e proporcionalidade em sua direção, além da desfiliação da CIOSL não tenham sido aprovadas, demonstravam não existir monolitismo frente à política da Articulação Sindical, mais uma vez majoritária no Congresso. A prioridade dessa foi levar adiante a proposta de verticalização da Central, através do estímulo à criação de estruturas orgânicas à entidade (confederações) com poder de negociação e deliberação sobre as questões

²⁷⁴Ver as propostas em EXECUTIVA NACIONAL DA CUT, maio de 1994.

afeitas à sua base, tornando os sindicatos instrumentos para discussão de questões específicas de sua base. Isso, que para a Articulação Sindical representava um passo fundamental no rompimento da velha estrutura sindical e a criação de uma nova, com liberdade e autonomia, era contestado por setores de oposição como uma maneira de acabar com a autonomia dos sindicatos de base, impondo decisões de cima para baixo e fortalecendo uma tendência de burocratização da Central e suas instâncias que estavam em processo de consolidação. As próprias teses e a discussão no Congresso mostraram que, se onde a Articulação Sindical era amplamente majoritária a implantação dessa estrutura já se tinha dado²⁷⁵, em um sem número de outras bases a questão não avançava, havendo grandes resistências a ela. O mesmo acabava acontecendo com a implantação dos sindicatos por ramo de atividade econômica, proposta que politicamente parecia unificar a Central desde os anos de 1980, mas que, quando levada à prática, sofria resistências insanáveis.

Essas resistências representaram um dos principais problemas à consecução da política sindical implementada pelos assistentes sociais naquela conjuntura. Tendo optado pelo encaminhamento da categoria para sua inserção em sindicatos por ramo de atividade, o Serviço Social entraria, na década de 1990, levando adiante um processo de transição. Nesse processo foram criados alguns sindicatos por ramo de atividade vinculados ao serviço público, como no caso dos previdenciários, ou por esfera (federal, estadual ou municipal). A adesão da militância mais ativa dos assistentes sociais a eles parece ter sido um

²⁷⁵ Entre metalúrgicos, como já referido, bancários e petroquímicos. A tentativa de criação de sindicatos orgânicos da CUT em setores como urbanitários e de saúde e previdência tinham gerado conflitos e rachas em congressos. Para a proposta da direção da Central acerca do assunto, ver ESCOLA SUL DA CUT, abr. 1996.

fato indiscutível. Porém, o mesmo não se pode afirmar quanto ao conjunto da categoria. O esvaziamento dos sindicatos da categoria não teria correspondido a uma filiação massiva aos novos sindicatos, apesar de não se ter uma pesquisa que demonstre de forma cabal o conjunto desse processo.

Uma série de problemas podem ser levantados em relação às dificuldades existentes nessa área sindical. Diversas categorias profissionais não se empenharam em levar adiante a construção de sindicatos por ramo de atividade, fosse por um arraigado corporativismo, por razões econômico-políticas (a manutenção do imposto sindical etc) ou por discordância política em relação àquela proposta. Além disso, a articulação de diferentes categorias profissionais na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Seguridade Social (CNTSS/CUT), dentro da perspectiva da construção pela CUT do sindicalismo orgânico, verticalizado, segundo ABRAMIDES, CABRAL e FARIA (2001, p.6),

(...) tem significado a construção da nova estrutura sindical, ainda que esse movimento de unificação nos sindicatos de base não seja uma realidade. Por exemplo, na CNTSS, expressão dessa nova proposta, permanecem na sua base os sindicatos de setores hoje chamados de sindicatos gerais e de categorias, o que retrata uma pulverização de sindicatos existentes o que requer, como estratégia, um processo concreto que aponte para a unificação destes trabalhadores na construção do ramo de atividade.

Em verdade, o conjunto de mudanças ocorridas a partir do final dos anos de 1980 no chamado "mundo do trabalho" tinha interferido gravemente nas formulações e ações do sindicalismo combativo, como se explicita neste capítulo. Talvez impactada por essa realidade, ou pela resistência de diversas direções sindicais, o que se pode extrair desse período é que, se não ocorreu recuo da proposta de organização sindical por ramo de atividade, a CUT, em seu conjunto, não se empenhou pela sua concretização. Utilizou, inclusive, à época,

o argumento de que a decisão sobre as formas de organização deveria ser tomada autonomamente pelos próprios trabalhadores. Isso deixou a categoria dos assistentes sociais em uma difícil situação. A proposta de organização por ramo de atividade fora aprovada em fóruns da categoria desde a IV ANAS, em 1989. Dos vinte e oito sindicatos da categoria, vinte e três extinguiram-se, de maneiras diferenciadas, naquele início de década de 1990. A própria Associação Nacional dos Assistentes Sociais fora extinta em 1994 por deliberação da VI ANAS (VIEIRA et alli, agosto de 1995). A transição, que deveria se concluir com a criação dos novos sindicatos e a inserção dos assistentes sociais neles, viu-se incompleta. E mais: se na maior parte da vanguarda da categoria não havia nenhuma intenção de retorno à situação anterior, muito menos isso se dava em relação aos setores menos mobilizados dela, que acabaram, em um número impreciso, mas não desprezível, permanecendo sem nenhuma entidade que os representasse. Até porque, se em algumas áreas profissionais a organização por ramo tinha frutificado, mesmo com problemas, como, por exemplo, no caso dos trabalhadores do ramo financeiro, a maioria das categorias, em especial as próximas ao ramo de atividade do Serviço Social, como enfermeiros, médicos e nutricionistas, entre outros, não abriram mão de seus sindicatos corporativos. Setores do Serviço Social defensores da organização por ramo, como ABRAMIDES, CABRAL e FARIA (2001), apontam que

(...) um dos vetores de explicação desse processo heterogêneo e inconcluso de transição pode ser caracterizado pelo esgotamento de uma forma de organização - de categoria profissional - pelo florescimento da organização dos sindicatos de trabalhadores em Serviço Público, de campanhas salariais unificadas e o fim das negociações por categorias profissionais na esfera pública (exemplo disso são os pisos salariais aprovados e vetados ou não cumpridos), dependendo necessariamente de lutas unificadas dos trabalhadores,

incluindo as reivindicações específicas das categoriais profissionais.

Entre os muitos problemas trazidos por esse processo inconcluso, alguns já citados, estavam os da representação sindical dos assistentes sociais trabalhadores das áreas privada e filantrópica, não cobertos pela atuação, naquele momento, da CNTSS. Ou dos trabalhadores precarizados ou desempregados, também não abrangidos por aquela entidade. Essa questão era da maior importância em uma conjuntura em que a CUT, através de sindicatos de grande representação por dentro da Central, desenvolviam práticas sindicais exclusivistas e neocorporativas, como as que geravam acordos nesse sentido com setores patronais (como era o caso das Câmaras Setoriais). Os impasses e descaminhos da CUT (e do PT), sob o cerco do neoliberalismo e suas manifestações no campo das relações políticas, sociais e trabalhistas, rebatiam diretamente sobre o Serviço Social e sobre aqueles que permaneciam, então, sob sua influência.

A discussão sobre se teria sido precipitado o direcionamento do Serviço Social para a organização sindical por ramo apresenta-se até hoje em voga. Diferentes atores explicitam opiniões diversas sobre aquele processo que levou à extinção da maioria dos sindicatos corporativos da categoria. Porém, algumas questões devem ser destacadas nesse debate: em primeiro lugar, a reabertura de entidades sindicais corporativas do Serviço Social e, principalmente, a criação da Federação Nacional dos Assistentes Sociais (FENAS), em dezembro de 2000, representou a uma marcha a ré no sentido da superação dos entraves do movimento sindical, em geral, e do Serviço Social, em particular. Principalmente porque essa criação passou por cima de repetidas deliberações

da categoria e da posição das entidades representativas da categoria, não ocorreu como fruto de apurado debate dos assistentes sociais, resultando, na verdade, dos interesses de setores interessados em deter mais uma máquina burocrática com repercussão de baixíssima intensidade no interior da categoria. E, em segundo lugar, o apoio da CUT a essa iniciativa demonstrou, mais uma vez, a mudança de rumos da Central que se procura apontar nesta tese. A CUT, sob justificativa da opção da base da categoria, acabou, na prática, jogando água no moinho daqueles que desejam retomar o projeto de sindicalismo corporativo, com imposto sindical e tudo mais, típico da CLT getulista que sempre impediu a existência de uma agenda unificadora do conjunto dos trabalhadores, a qual a CUT desde a sua origem buscou construir. Esse recuo prático da Central em relação a uma de suas formulações organizativas mais importantes (o sindicato por ramo de atividade) impôs uma reflexão à vanguarda do Serviço Social: a disputa de projetos no campo do sindicalismo brasileiro, que já estava inserida no interior da CUT nos seus primeiros anos, adentrou ao século XXI, principalmente após o início do governo de Lula (2003) e o rápido processo de cooptação da CUT por esse governo. A omissão frente a essa questão corresponde ao abandono de toda a construção realizada pelos assistentes sociais, junto com muitos militantes sindicais de outras categorias profissionais, a partir dos anos de 1980. Torna-se necessário o enfrentamento do debate sobre as novas alternativas para os trabalhadores, no sentido de concluir processos inacabados e edificar novamente um sindicalismo classista, de luta, autônomo e independente de partidos e governos.

O processo que levou o PT de seu 8º Encontro até as eleições de 1994 formalizou um quadro de problemas que mostrava um Partido dividido e uma direção sem hegemonia interna²⁷⁶, incapaz, então, naquele momento, de cumprir o seu papel, especialmente em uma conjuntura difícil, onde se combinavam de forma explosiva as possibilidades de uma vitória eleitoral para a presidência da República com as manobras por dentro do governo Itamar para evitar-se esse desfecho. Da nomeação de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda (maio de 1993), até a criação de uma nova moeda, o “real”, em julho do ano seguinte, passou-se todo um período em que se buscou uma estabilização econômico-financeira, através de um mecanismo de contenção da inflação que, apesar de seus efeitos perversos imediatos sobre os salários²⁷⁷, teve a seu favor uma propaganda que apontava as vantagens para a população das novas medidas. Essa população, já tão ferida por uma inflação que chegara a mais de 42% ao mês em janeiro daquele ano, abraçou a idéia da nova moeda. Estavam criadas as bases definitivas para o surgimento de uma “terceira via” na campanha presidencial, alternativa ao candidato do PT e a uma pretensa candidatura peemedebista. A eleição de Lula, mais do que provável nos meses que antecederam ao início da campanha eleitoral, esfumou-se rapidamente, mesmo com a reedição das alianças de 1989.²⁷⁸ O Plano Real,

²⁷⁶ O PT realizaria seu 9º Encontro Nacional, de 11 a 13 de junho de 1994, em Brasília, como preparatório para as eleições de novembro. Nesse evento, além de avaliar a conjuntura e deliberar sobre as diretrizes para a campanha, aprovou-se uma resolução sobre fidelidade partidária que buscava enquadrar as bancadas parlamentares petistas, em geral comprometidas com posições “à direita” da direção partidária. Essa foi uma tônica das relações entre esses setores e a direção do PT enquanto durou o mandato do setor vitorioso no 8º Encontro. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 607)

²⁷⁷ Para variar, a edição de um novo “pacote” anti-inflacionário corrigira os preços na alta e os salários na baixa, em grande defasagem quando da edição da medida provisória que criou a Unidade de Valor Real (URV), em fevereiro de 1994.

independentemente de seus elementos estabilizadores, teve decisivo poder eleitoral. Fernando Henrique Cardoso (FHC), capitaneando uma coligação de centro-direita, colheria os frutos do “real” com uma vitória estrondosa no primeiro turno com mais do dobro dos votos dados a Lula.

A derrota de Lula em uma eleição sobre a qual as formulações petistas apregoavam um papel estratégico teve efeitos imediatos. As análises dos setores descontentes com a direção petista saída do 8º Encontro tinham um conteúdo de acerto de contas. Eram muitas e variadas as críticas à condução da campanha (ainda que se soubesse que boa parte dela passara por fora da direção petista) e à política de alianças, considerada por demais estreita por esses críticos. O deputado Eduardo Jorge, um dos arautos da “direita” petista, reclamou da estreiteza política do PT, que não se voltou a uma aliança ampla, na qual estariam o PSDB e “setores democráticos” do PDT e do PMDB. Fazendo críticas pesadas à “esquerda” petista, tratada como totalitária, propunha um pacto social nacional envolvendo governo e sociedade,

(...) voltado a reverter a tendência para o apartheid social; democratizar o acesso à propriedade, ao mercado e à política, abrindo um processo de emancipação dos marginalizados da cidadania (...), dentre outros aspectos. (*in* TEORIA E DEBATE, mar./mai. 1995, p. 12)²⁷⁹

²⁷⁸ A frente eleitoral tinha um “calcanhar de Aquiles” bem visível no fato de que, tirando o PT, todas as demais forças de esquerda não só tinham apoiado como também participado do governo Itamar, na perspectiva de garantir a “governabilidade” após a queda de Collor. A mobilização popular de 1992 desaparecera e o próprio PT, como se viu no episódio de Luiza Erundina, assumiu posições seguidamente dúbias, enfraquecendo uma alternativa de esquerda para as eleições vindouras.

²⁷⁹ Eduardo Jorge, ainda em 1995, tomava medidas, como parlamentar, que contrariavam as orientações do PT. Por exemplo, apresentou na Câmara dos Deputados um projeto defendendo o fim das aposentadorias por tempo de serviço e as especiais (COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, *in* BRASIL AGORA, nº 69, 10/23 jun. 1995). Eduardo Jorge deixaria o PT em 2003, indo para o Partido Verde (PV). Tornou-se secretário do Meio Ambiente do prefeito José Serra (PSDB) em São Paulo (2007), sendo mantido no cargo por Gilberto Kassab (DEM).

O interessante das análises de Jorge era a inexistência de referências à realidade que cercou a campanha eleitoral, especialmente o “Plano Real”. Tudo se passara como se o problema estivesse na recusa petista em ampliar alianças para a centro-esquerda e o centro. Aliás, como já foi dito, a caracterização das classes sociais estava abolida nas análises de certos setores petistas, talvez como elemento “jurássico” a ser excomungado juntamente com todo o arcabouço teórico-político mínimo que fora o cimento da criação do Partido. Não fora por acaso, portanto, a defesa, por esses setores, no 1º Congresso do PT, da sua refundação.

Avaliação diversa partiu de um conjunto de militantes petistas no documento chamado “O óbvio que não ulula”. Partindo da constatação de que, no Brasil, a cidadania se desenvolvera desde o fim da ditadura até o período Collor, mas ficara incompleta e envelhecera rapidamente, analisariam a influência da interferência estatal no processo político-eleitoral, caracterizado pela edição do “Plano Real”. Procuraram demonstrar que a máquina do Estado tivera papel decisivo no resultado do pleito e que, juntamente com o governo, setores dominantes da economia e a candidatura oficial deram legitimidade a uma manobra que colocou a população diante da opção real/anti-real, um referendo de resultado previsível. O texto concluía que, apesar dos erros cometidos, eles não explicavam o resultado eleitoral. Ajudaria, sim a caracterizar o novo governo como de restauração (TEMER et alli, abr. 1995).

Em uma das primeiras avaliações do processo eleitoral feita por um representante da Articulação, José Dirceu criticou o “já ganhou” que

desmobilizara a militância petista,²⁸⁰ que, quando tentou reverter o processo, já estava envolvida com a ofensiva governamental do “Plano Real”. Considerou que houve no PT, da parte de alguns, uma subestimação ao apoio dado por um governo a um candidato, e que houve, da parte de outros, uma ação oposicionista que beirava o adesismo. Contrariando a visão de Eduardo Jorge, afirmou que, no campo das alianças, o PT havia feito todo o possível.

(...) Não consigo entender a lógica. Não sei como defender candidaturas que apoiavam Fernando Henrique Cardoso. (...) Lula tem dito nas entrelinhas que o problema é fazer alianças com setores mais ao centro. Pode ser que seja verdade. Mas esses setores não estão dispostos a fazer alianças conosco. (*in* TEORIA E DEBATE, nº 28, caderno especial, mar./mai. 1995, p. 16)

E, tratando do futuro imediato do PT, afirmava:

(...) O importante é não desesperar, não cometermos o erro de esquecer (...) a luta pelo poder. A esquerda tem que apresentar programas de reformas, não pode ser só resistência. Nunca a resistência sem a vontade de chegar ao poder deu certo. (*IDEM*, p. 17)

Parece evidente que Dirceu, naquele momento, buscava escapar de uma crítica que, ao dirigir-se para a direção da campanha, atingia-o diretamente. Porém, mesmo aí, é visível um aspecto que se tornaria básico na trajetória do

²⁸⁰ Na mesma publicação, o deputado federal Vladimir Palmeira tratava também da questão, mas de uma ótica diferente. Afirmava que a coordenação da campanha desprezara a campanha feita pela militância, realizando-a pela “grande imprensa”. (...) *A coordenação confiou demais em instrumentos que não eram nossos (...). Quando começamos a cair, surgiram aqueles apelos patéticos e inúteis à base do partido. Foi um erro político completo de avaliação, que desarmou a gente* (*in* TEORIA E DEBATE, nº 28, caderno especial, mar./mai. 1995, p. 36). É importante destacar o fato de que a coordenação da campanha não ficou a cargo da direção partidária eleita no 8º Encontro. Apesar das críticas, naquele evento, aos “notáveis” do Partido, a atuação eleitoral do PT dependeu fundamentalmente das formulações dessas figuras. A título de exemplo, poder-se-ia citar o próprio secretário-executivo da Coordenação Nacional da Campanha Lula 1994 e secretário-executivo da Coordenação do Programa de Governo da mesma campanha, Paulo de Tarso Vannuchi, que, à época, não fazia parte nem do Diretório Nacional do PT.

PT, com cada vez mais força: a centralidade na necessidade da vitória eleitoral, com grande e evidente prioridade para a presidência da República. Se era verdade que tal peso já estava colocado nos documentos do PT desde a derrota de 1989, a existência de uma direção partidária questionadora da total imersão do Partido na perspectiva institucional, ou melhor, que se voltasse inteiramente, organicamente para a tarefa de chegar à presidência da República ainda não permitia que o projeto deslanchasse naquele momento. A ideia fixa de Dirceu, e isso, há que se ter sinceridade, ele jamais escondeu na análise da derrota de 1994, é a conquista do poder, visto, evidentemente, não como a revolução, o socialismo, mas a chance concreta de levar adiante as políticas formuladas por ele e pela Articulação. Em termos do pensar política, *tout court*, Dirceu tem uma posição inquestionável. Afinal de contas, fazer política sem a referência do poder é cair no mais lamentável doutrinário. A questão, então, deve se deslocar para qual poder se estaria disputando e que objetivos se colocavam para serem construídos após sua conquista. E é aí que se expressa toda a trajetória de disputas internas do PT e onde Dirceu vai operar de forma decisiva, como, de certa forma, já o vinha fazendo até então: a construção de um partido para vencer as eleições presidenciais, com programa e política de alianças amplos o suficiente para garantir o sucesso da empreitada. Seria algo muito pragmático para um Partido com a História do PT? Talvez nem tanto, desde que se construísse uma verdadeira hegemonia, no sentido gramsciano, que permitisse uma forte unidade de ação voltada a esse objetivo. E, para isso, os aspectos mais fortes de uma ideologia de esquerda, com algum viés revolucionário, tinham que ser extirpados de dentro do PT. E para além disso, a direção partidária teria de retornar para as mãos da Articulação.

Não seria, então, à toa que, nessa mesma época, sairia uma análise de conjuntura acompanhada de propostas de renovação partidária, assinada pela Coordenação Nacional da Articulação, depois do “racha”, então, autodenominada Articulação Unidade na Luta. No documento, a Articulação reafirma suas posições sobre as questões gerais (críticas ao predomínio do capital, às alternativas burocrática e social-democrata de socialismo). Porém, é no ponto 6 do texto (“Estamos no limiar de uma nova etapa de nossa história partidária”) que as propostas da corrente começam a se definir. Em seus dizeres, para barrar a ofensiva do governo FHC seria necessária a construção de uma (...) *agenda alternativa de reformas estruturais para tirar o país da crise* (...) atualizando e aprofundando o “Programa da Revolução Democrática” da campanha de Lula em 1994 (COORDENAÇÃO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO UNIDADE NA LUTA, mar. 1995, p.3). Para isso, apresentavam-se quatro eixos:

- a) combate à exclusão social e melhoria substancial das condições de vida da maioria da população, com um projeto de desenvolvimento (...) *que articule crescimento com distribuição, privilegie a constituição de um amplo mercado de bens de consumo de massas e realize reformas sociais* (...) (IDEM, IBIDEM);
- b) a construção da nação, ameaçada, segundo o texto, por uma integração subordinada do país à economia mundial. O Brasil teria que assumir uma integração soberana e, sobretudo, ativa no mundo. A inserção no Mercosul deveria se subordinar a essas condições;
- c) a construção da democracia, com reforma do Estado e suas instituições e democratização da sociedade brasileira;
- d) discussão, no Partido, sobre alternativas estratégicas de construção de uma sociedade socialista que levasse em conta tanto as experiências passadas como as transformações por que passava o mundo. Imediatamente, o PT deveria

apresentar propostas concretas ao Parlamento e à sociedade que radicalizassem o processo de democratização econômica, social e política do país (reformas tributária, agrária, política, do judiciário e dos meios de comunicação, com prioridades para a seguridade social e as que tratavam das relações de trabalho - contrato coletivo). Essas iniciativas buscariam articular forças político-partidárias e sociais, no sentido de, pelos termos do documento, reconstruir e renovar o campo democrático e popular, (...) *estabelecendo bases de uma nova e grande aliança política capaz de disputar com êxito as próximas eleições, sobretudo as municipais de 1996* (IDEM, p.4). Para o sucesso da empreitada, propunha-se uma “revolução interna” no Partido que retomasse os laços deste com a sociedade, especialmente para os milhões de “socialmente excluídos”. E, a partir daí, formulava uma série de críticas à direção do Partido pelos erros na campanha eleitoral de 1994 e pela crise da organização partidária que levava o PT a se transformar em um partido de quadros no qual a burocracia tinha a hegemonia. A campanha de filiação em curso deveria servir para romper com essa lógica. Havia que se combater (...) *o burocratismo, o carreirismo, a luta desenfreada pelo controle do aparelho, (...)* (IDEM, IBIDEM). E, para superar esses problemas, a solução era óbvia: uma nova direção com maioria que garantisse governabilidade ao Partido, e, nesta, a Articulação teria papel decisivo. Além disso, propugnava-se uma rediscussão sobre o futuro das tendências que se transformavam, naquele momento, e com o modelo de funcionamento existente, (...) *em fator de paralisação, de sectarismo e de intolerância política e ideológica* (IDEM, p. 5). O documento terminava afirmando o PT como (...) *uma nova estrela no firmamento da reconstrução de*

um socialismo que articula inseparavelmente liberdade, igualdade e solidariedade (IDEM, p. 6).

Um olhar atento sobre o texto permite que se chegue a algumas conclusões. Primeiro, o programa da corrente assume, na prática de suas prioridades, objetivos puramente nacionais, democráticos e desenvolvimentistas. Nesse aspecto, é um programa que abandona qualquer veleidade classista, até porque o socialismo era, então, remetido para uma discussão interna ao Partido.²⁸¹ Segundo, a luta contra a exploração do trabalho era substituída pelo combate à exclusão social, o Estado (aqui não há novidade) deveria estar sob “controle da sociedade”, “democratizado”. Como a democracia (em geral) tem valor e abrangência universais, não se discutia o fato de que uma parte da sociedade já controlava o Estado e suas instituições, o que acabava mantendo a ideia de disputa por espaços por dentro do Estado e não a luta pela sua destruição e construção de um novo, com nova direção e concepção.

Além disso, o reformismo parlamentar da Articulação, montado junto com o “propositivismo” da CUT²⁸², aparecia com o objetivo eleitoral explícito abrindo campo para as negociações de alianças (partidárias e, principalmente, de classes) até então impedidas pelas decisões partidárias.

²⁸¹ Não há como esquecer nesse ponto a velha cantilena de setores petistas de que o socialismo petista seria definido “pelo desenrolar das lutas dos trabalhadores”. Nesse momento, o espaço e os atores mudaram. E o próprio socialismo, já tão diluído, acabava remetido para um debate que, na verdade, nunca seria encaminhado.

²⁸² Ver a relação da Central com os temas propostos pela Articulação. O contrato coletivo era uma das prioridades da CUT. E a entidade teria uma inferência direta nas discussões levadas pelo governo FHC em relação à reforma da previdência, o que quase rachou a Central na segunda metade dos anos de 1990.

Aquilo, porém, que dava força para a consecução desse projeto era a reconquista da direção partidária. E aí valeu uma crítica que, no mínimo, deveria se estender aos seus propositores. A perda de laços com os movimentos populares, a burocratização, com todas as suas consequências, não eram, evidentemente, responsabilidade de uma direção que contava, então, com menos de um ano de mandato. A Articulação, majoritária nas direções petistas desde a sua criação como tendência do PT, era a grande responsável pelos problemas que agora buscava atribuir a seus oponentes. Sem esquecer o fato de que, como já foi aludido anteriormente, os questionamentos mais importantes à condução da campanha de Lula em 1994 deveriam estar dirigidos à Coordenação daquela campanha, sobre a qual a direção petista teve pouca ascendência, ao contrário dos “notáveis” da Articulação.

Caberia, ainda, uma menção especial às referências do documento à questão das tendências. Com a saída da Convergência Socialista do PT em 1992, essa questão ficara, de certo modo, momentaneamente esquecida. Correntes internas do PT continuaram a divulgar suas publicações sem que isso levasse a qualquer tipo de sanção.²⁸³ Acontece que, com a divisão da Articulação e a aproximação da Articulação de Esquerda com a DS, estas criaram uma maioria que as levou ao predomínio na direção partidária. Nessas circunstâncias, o retorno do discurso sobre as tendências no PT, naquele momento, era casuístico e oportunista. Tanto mais que a própria Articulação, apesar de todos os seus conflitos, contradições e indefinições tipicamente hamletianos era, e sempre

²⁸³ Isso apesar da proibição expressa no Congresso do Partido. O problema, segundo José Maria de Almeida, é que essas publicações não criticavam profundamente as políticas do PT como fazia a CS. Por isso foram permitidas ao longo dos anos, enquanto a CS foi expulsa do PT.

tinha sido, na História do PT, não só uma tendência, mas a maior e principal delas. Dissimular esse fato era prática corrente na Articulação, o que lhe permitia, em quase todos os momentos, dirigir diatribes contra seus opositores.²⁸⁴

No final das contas, a Articulação defenderia uma visão que não aprofundava propostas, não fazia autocrítica de seu passado dirigente do Partido, propunha abertura do PT para as bases sem definir o que e como seria isso e estabelecia a prioridade tática para aquela conjuntura: retomar o poder. Dentro de uma lógica evidentemente pragmática e desideologizada (e desideologizante), a Articulação estimulava e partia para práticas do “vale tudo” para alcançar seus objetivos. Os primeiros resultados disso já se faziam sentir na preparação do 10º Encontro Nacional do PT. Mas seus efeitos seriam destrutivamente duradouros na História posterior do Partido.

Essa longa avaliação sobre um documento interno de uma tendência petista deve ser explicada pelo fato de que esta logo retornaria ao lugar de predomínio na direção do Partido, e essas proposições antes examinadas passariam a fazer parte (evidentemente, aquelas que ainda não constavam), com pequenas diferenças, do ideário partidário que o PT levaria adiante, inclusive para a presidência da República a partir de 2003.

Um elemento por excelência que, de alguma forma, permitiu ao PT e à CUT, apesar de seus recuos desde o início dos anos de 1990, garantirem representatividade no campo oposicionista naquela década foi, sem dúvida, o

²⁸⁴ Sobre as discussões e divisões na Articulação acerca de sua definição como tendência, ver SILVA, 1998, capítulo II.

direcionamento assumido, desde o início, pelo governo FHC. Os ataques aos movimentos populares e sindicais, as privatizações, os ajustes fiscais e as (contra) reformas do Estado brasileiro²⁸⁵ foram alguns dos elementos mais marcantes desse período. Ciente da sustentabilidade adquirida pela implantação do “Plano Real”, com maioria congressual, respeitabilidade de seu currículo intelectual e acadêmico e, principalmente, ao menos de imediato, contando com a hegemonia político-ideológica do projeto neoliberal em termos mundiais²⁸⁶, Fernando Henrique levou adiante um projeto radical de mudança do Estado brasileiro dentro dos padrões internacionais em voga naquela conjuntura. Fortaleceu o grande capital nacional e imperialista, em especial o setor financeiro e estimulou projetos e condições para um aumento dramático da exploração do trabalho e perda de direitos dos trabalhadores do setor público e privado. Aproveitando o início de mandato e a maioria conservadora no Parlamento, fez aprovar uma emenda constitucional que abria a navegação de cabotagem ao capital estrangeiro e o fim do monopólio estatal do petróleo, além de encaminhar ao Congresso Nacional um conjunto de emendas constitucionais que mexiam na ordem econômica e na Previdência Social. Era a senha para um processo amplo, mas não inaugural²⁸⁷, de, entre outras medidas, desnacionalizações, privatizações e de redução da intervenção do Estado nas atividades econômicas (e sociais). O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) foi criado (1995) para viabilizar projetos chamados

²⁸⁵ Essa caracterização e um estudo sobre o conteúdo desses projetos se encontra em BEHRING, 2003.

²⁸⁶ E essa é mais uma ironia da História brasileira. Se aqui nem os setores reacionários se assumem como “direita”, FHC e seus colaboradores jamais se assumiram como neoliberais.

²⁸⁷ Os governos Collor de Melo e Itamar Franco já tinham iniciado, mais ou menos timidamente, esse processo que, com Fernando Henrique, virou quase uma obsessão.

de reconstrução do Estado. Esses se voltavam a construir uma nova delimitação do tamanho do Estado, redefinição de seu papel regulador e garantir a sua capacidade de investimento e de “governabilidade”.²⁸⁸ Um conjunto de projetos saíram do MARE e de outros ministérios visando à desregulamentação da atividade econômica, à terceirização (na verdade, um dos eufemismos para a precarização do trabalho), à diminuição da participação do Estado no campo social, com um forte estímulo ao Terceiro Setor e às privatizações de empresas públicas e de economia mista.²⁸⁹ O uso da ortodoxia fiscal foi usado como elemento de contenção inflacionária, fazendo com que os setores mais carentes tivessem a atenção do Estado com a sua situação reduzida, ou transferida para organizações não governamentais (ONG). Os direitos dos trabalhadores passaram a ficar sob risco, em especial a Previdência Social, responsabilizada por boa parte do déficit público e ameaçada de reformas que a colocariam sob controle do setor privado, ampliando a poupança interna a ser utilizada como investimento (evidentemente em favor da burguesia e com o risco recaindo sobre as aposentadorias e pensões dos trabalhadores). O Estado mantinha (e reforçava) seu papel de representação frente aos demais Estados, o de coletor de impostos, controlador das finanças e garantidor da ordem (ou para ser claro: da propriedade privada e dos contratos). O resto passaria por um processo de

²⁸⁸ Sobre a reforma do Estado projetada pelo governo FHC, ver PEREIRA, 1997.

²⁸⁹ O peso de tal conjunto de mudanças sobre setores ligados à seguridade social (assistência, previdência e saúde), entre outros, não pode ser menosprezado, já que afetava todo o campo de trabalho desses setores, tendendo a influir ainda nas relações de trabalho, formação profissional e, no caso dos assistentes sociais, nas bases mesmas do Projeto Ético-Político Profissional. A reação do Serviço Social (com destaque para a sua vanguarda) em relação a essas (contra) reformas, às priorizações do Terceiro Setor e, em especial, a “organização” das políticas públicas se deu em todos os campos: das manifestações críticas dos órgãos de controle e fiscalização, de formação e das áreas sindicais à produção de uma bibliografia crítica da desresponsabilização do Estado em relação aos espaços públicos de prestação de serviços à sociedade.

desmonte que, além dos elementos já citados, se direcionaria para o funcionalismo público, gestor ineficiente do “elefante branco”.²⁹⁰

Nessas condições, e colocados na parede por um cerco político-ideológico de alta intensidade, tanto o PT como a CUT tiveram que assumir, com papéis variados, uma postura oposicionista ao novo governo, mesmo que isso não implicasse (ao contrário) um abandono completo das opções de negociação, especialmente em se tratando da Central.²⁹¹ Porém, e esse é um aspecto essencial para qualquer análise que se possa fazer do PT e da CUT nessa conjuntura, não há dúvida de que a implantação radical de políticas neoliberais por parte do governo FHC limitou, principalmente para efeito externo, as tentativas conciliatórias e “negociativas” de setores importantes dessas organizações. Propostas de aproximação com “as bases” ou “setores à esquerda” do PSDB, por exemplo, que grassavam por dentro do PT no período pré-eleitoral de 1994, tiveram que ir para a geladeira. Somente os petistas da Democracia Radical (DR) mantiveram abertamente suas teses de apoio à “modernização” e de “mercado socializado”, de “críticas seletivas” ao novo

²⁹⁰ Era assim como a propaganda institucional do governo Collor representava o Estado. Depois de anos a fio desse tipo de manifestação, ficava difícil não existir, ao menos a princípio, uma “opinião pública” defensora do fim dos “marajás” (o que acabava equiparando desde os funcionários - de carreira ou não - com altos salários, em especial nos ministérios, no Judiciário e no Parlamento com a grande maioria dos servidores públicos, em todos os níveis, estes sim que passariam por um fortíssimo arrocho salarial durante todo o governo FHC. Os setores das chamadas carreiras de Estado (ligados à arrecadação fiscal e relações exteriores, por exemplo), não só saíam, em geral, ilesos desse arrocho como seriam beneficiados com altos reajustes salariais e vantagens só possíveis com burlas sucessivas às normas constitucionais que garantiam isonomia dos reajustes.

²⁹¹ Deve-se destacar, nessa conjuntura, o papel crítico desempenhado pelas entidades representativas do Serviço Social no combate às (contra) reformas de FHC, através de manifestos e mobilizações, nos limites impostos pela realidade da época. E, apesar das mudanças políticas operadas por dentro do PT e da CUT, a vanguarda dos assistentes sociais ainda tinha essas entidades como referências de luta, ao menos contra as políticas neoliberais então em processo de implantação.

governo, quando não aderiram de forma gradativa aos projetos neoliberais de FHC.

O primeiro conflito aberto com as políticas governamentais se deu com a greve dos trabalhadores do setor petrolífero, de maio a junho de 1995. Desde o ano anterior, a campanha salarial desses trabalhadores assumira um sentido conflituoso pelas sucessivas negociações, rompimento de acordos, greves e novos acordos. Tudo isso demonstrava que, por dentro do governo Itamar Franco, havia diferenças quanto à forma de se tratar a questão. Após a eleição de FHC, o último acordo entre governo e petroleiros começaria a ser desqualificado, o que se ampliou depois da posse do novo presidente. Acrescia-se a isso o fato do ataque ao monopólio da Petrobrás e, até, o risco de sua privatização. A campanha desenvolvida pelo governo e suas bases de apoio, com forte sustentação na mídia, tinha características de “*Delenda est Cartago*”²⁹². Os petroleiros deveriam ser exemplados em uma demonstração de força que deixasse claro aos demais que não se antepusessem aos projetos governamentais sob risco de sofrerem a mesma sorte. Apesar de contarem, em princípio, com um acordo assinado como prova da justeza de suas demandas, os trabalhadores tiveram julgada a ilegalidade do movimento que refluíu quando se ampliaram as demissões por justa causa no setor.

Pode-se afirmar que a atuação da CUT no episódio foi, de alguma forma, débil. Se, naquele momento, as categorias de trabalhadores das estatais e de

²⁹² A sentença latina utilizada pelo senador romano Catão ao final de seus discursos significava que a cidade de Cartago, concorrente comercial de Roma, deveria ser destruída e não só vencida, para garantir os interesses de dominação romana no Mar Mediterrâneo, o que acabou ocorrendo.

funcionários públicos assumiam, também, uma paralisação nacional²⁹³, e havia um calendário de mobilizações aprovado pela Central, faltou a esta uma visão estratégica do papel cumprido pela greve dos petroleiros. E isso é um problema que perpassou a História da Central. O funcionalismo público sempre foi tratado à parte, de certa forma se assumindo na CUT o preconceito de “setor privilegiado” dos trabalhadores. Se esse é um tema que pode vir a ser objeto de uma atenção especial para algum pesquisador, pode-se dizer aqui que, na CUT, a sua Direção Nacional não pareceu enxergar o sentido fundamental dado pelo governo à destruição da greve e à rendição incondicional dos grevistas como elemento para o futuro das relações com a classe trabalhadora (inclusive como estímulo aos patrões para desenvolver o mesmo padrão de comportamento). A Central não mobilizou todas as suas capacidades para demonstrar aos demais trabalhadores a necessidade de assumirem, naquele momento, a greve como “de todos”. É evidente que, para isso, contribuíram tanto as fraquezas políticas e orgânicas quanto as expectativas dos setores dominantes na Central sobre o “propositivismo” já discutido anteriormente. No final, a vitória governamental deu ao governo um respaldo semelhante ao de Margaret Thatcher frente aos mineiros do carvão na Inglaterra.²⁹⁴

No momento em que os petroleiros lutavam encarniçadamente contra o arrocho promovido pelo governo, a direção nacional da CUT, sob a batuta da Articulação Sindical, aprovava por maioria que não bastava à Central ser contra

²⁹³ Para um balanço da greve dos funcionários públicos e (parcial) dos petroleiros, ver SILVA et alli, *in* JORNAL DO PSTU, nº 49, 5/11 mai. 1995, p. 6-7.

²⁹⁴ A greve dos mineiros ingleses, 10 anos antes, representou uma derrota histórica para os trabalhadores e a esquerda, fortalecendo as políticas neoliberais, então em implantação, e o reacionarismo político que tiveram em Thatcher, Reagan e João Paulo II as suas figuras mais emblemáticas.

as reformas de FHC, mas sim apresentar propostas alternativas de reformas, abrindo negociações com o governo acerca das mudanças constitucionais por ele encaminhadas ao Congresso.²⁹⁵ A 7ª Plenária da CUT, realizada em São Paulo, de 30 de agosto a 2 de setembro de 1995, apresentara propostas que iam desde um calendário de mobilizações nacionais contra as reformas de FHC, até as da Articulação Sindical de se contrapor às propostas do governo com aquelas alternativas que representassem os interesses populares²⁹⁶ (CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, 1995). A partir daí, o presidente da CUT, Vicentinho, se arrogou a negociador com o governo na discussão sobre as mudanças na Previdência Social. No início de 1996, FHC, sentindo o risco da não aprovação de seu projeto sobre o tema, chamou as centrais sindicais para debatê-lo. A questão central que gerou debates e confrontações dizia respeito à modificação da contagem do tempo para as aposentadorias, de tempo de serviço para tempo de contribuição. Após várias rodadas de negociação, os dirigentes das centrais se comprometeram a levar a proposta para suas bases. A reação foi muito negativa contra o acordo dentro da CUT, inclusive dentro da Articulação Sindical, que temia se desgastar com suas bases no funcionalismo público, um dos grandes prejudicados com os termos da reforma. Os próprios partidos de oposição demonstraram seu repúdio às mudanças na Previdência²⁹⁷. A partir

²⁹⁵ A oposição às políticas “propositivas” da CUT ganharia mais um aliado naquela conjuntura. O PCB, em resolução do seu XI Congresso, em março de 1996, além de criticar a filiação da CUT à CIOSL afirmou que aquela direção teria (...) *privilegiado a negociação, em detrimento da luta, descambando para o sindicalismo de resultado. Seduzidos pelo canto da sereia da “parceria” entre o capital e trabalho, estimulando o tripartismo das câmaras setoriais e a possibilidade de manifestações conjuntas com o patronato* (PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, 1996, p. 20).

²⁹⁶ A Plenária impulsionaria, ainda, a discussão nas bases, da implementação dos sindicatos orgânicos (EM TEMPO, nº 284, out. 1995, p.8).

²⁹⁷ O Diretório Nacional do PT já havia deliberado, em abril daquele ano, (...) *reafirmar a posição do PT da aposentadoria por tempo de serviço, a aposentadoria em menor tempo para as mulheres, a aposentadoria dos trabalhadores rurais, o direito à*

daí, Vicentinho teve que recuar e encaminhar a posição cutista de retomada das discussões sem assinar o acordo anteriormente fechado. Vicentinho, desautorizado pela CUT e sofrendo forte pressão das bases da Central²⁹⁸, viu suas pretensões de negociador com o governo irem por água abaixo. As próprias tentativas de FHC de aprovar a reforma naufragaram em março de 1996, ao não conseguirem o apoio necessário para sua aprovação no Congresso (SILVA, 2001).

As frustradas tentativas “propositivas” da CUT enfraqueceram-na em um período em que maiores eram os ataques desferidos contra os trabalhadores pelo governo FHC, apoiado, no meio sindical, pela Força Sindical. As lutas da CUT contra as políticas de FHC, ao menos até o fim de seu primeiro mandato, escassearam ou foram diminutas. Se havia ilusões quanto às possibilidades de negociações, essas se esfumaram com o tempo, à medida que os projetos de FHC degradavam salários, empregos e serviços públicos, sem esquecer que esse governo acabara, na prática, com os acordos setoriais tão decantados pela Articulação Sindical. Segundo Boito Jr,

(...) no ABC, principal base operária da corrente hegemônica da CUT, a situação também se agravou. As montadoras radicalizaram a política de demissões. A insatisfação operária cresceu no ABC. O resultado foi que a Articulação Sindical, que sempre deteve uma sólida hegemonia entre os operários das montadoras, encontrou dificuldades para vencer a esquerda da CUT no processo de escolha de delegados para o VI Congresso da Central, realizado em 1997. (1999, p. 181)

aposentadoria proporcional e as aposentadorias especiais de quem efetivamente trabalha em condições que a justifiquem, (...) (in EM TEMPO, Nº 280, abr. 1995, p. 4).

²⁹⁸ Em uma plenária nacional de sindicatos de servidores públicos filiados à CUT, em fins de janeiro de 1996, foi aprovada a retirada da CUT das negociações com o governo. Chegou a ser apresentada uma proposta de afastamento de Vicentinho da presidência da entidade, mas esta foi derrotada.

Apesar de não estar no cerne dos objetivos desta tese, não pode passar sem referência o fato de que, sem desaparecer (pelo contrário) do cenário político-sindical, até por sua grande base e representatividade, espólio principal de sua liderança nas lutas dos anos de 1980, a CUT deixa, gradativamente de exercer o papel de liderança nas lutas de massas contra as políticas neoliberais.²⁹⁹ E, acompanhado (e relacionado ou não) a isso, ocorreria um forte refluxo nos movimentos grevistas naquela conjuntura.³⁰⁰ Essa responsabilidade passou a ser assumida, gradualmente, desde meados dos anos de 1990, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Articulado grandes mobilizações, forte enraizamento na base, representatividade das direções e ações ousadas contra os interesses do capital, atraiu tanto a ira do governo, da burguesia e seus arautos quanto o apoio dos defensores da luta por transformações profundas na sociedade. Os massacres de Corumbiara (agosto de 1995) e Eldorado dos Carajás (abril de 1996) demonstraram a situação de confronto e o papel das milícias armadas dos patrões e forças policiais em defesa dos grandes proprietários de terras no interior do Brasil, agravando choques históricos da luta contra o latifúndio e pela reforma agrária. Organizados em praticamente todos os estados brasileiros naquele momento, os militantes da luta pela terra tornaram-se um fator essencial para que não deixasse de existir uma força atuante e radical contra os desígnios de FHC, do FMI e do grande capital nacional ou imperialista.

²⁹⁹ Adalberto Cardoso realizou todo um estudo sobre a questão. Nele afirmou que (...) *os sindicatos e as centrais sindicais perderam (na década de 1990 –FJF) uma parcela importante de sua capacidade de funcionar como galvanizadores, promotores ou representantes de identidades coletivas de caráter político* (2003, p. 62).

³⁰⁰ Giannotti aponta a existência, em 1996, de uma média de cento e onze greves mensais, recuando esse número para cinquenta e sete no ano seguinte e cinquenta em 1998. Em 1999 esse número tinha caído para quarenta e seis (2007, p. 291).

O PT realizaria seu 10º Encontro de 18 a 20 de agosto de 1995, em Guarapari (ES), em plena ressaca da derrota da greve dos petroleiros e em um clima de guerra interna pelo comando do Partido e de antecipação das lutas por candidaturas nas eleições de 1996. Assim é que se tornou comum o inchamento de filiações para os encontros regionais, utilização de frotas de veículos para levar filiados aos locais de votação, sem que esses se preocupassem, em geral com as discussões políticas, somente participando da votação de delegados. Para se ter uma idéia da bandalheira em que se transformou a preparação desse evento nacional, os delegados de Diadema (SP), cidade onde ocorria uma forte disputa pela indicação petista à prefeitura (já comandada pelo Partido na ocasião), teve tal “participação” em seu Encontro que sua representação para o Encontro estadual somou 20% do total de delegados.³⁰¹ Tal quadro, com maior ou menor proporção, repetiu-se em diversas partes do país.

Uma divisão na Articulação de Esquerda, que teria levado a que uma parcela dessa corrente se aliasse frequentemente com a Unidade na Luta, permitiu a vitória desta no Encontro de São Paulo e, depois, no Nacional. Tanto mais que a Democracia Radical e a Articulação Unidade na Luta fizeram acertos para a aprovação de diversas proposições, no que tiveram sucesso. Se a posição mais extremada de Genoíno em prol das “modernizações” de FHC³⁰² não teve eco na maioria do PT e a caracterização do governo federal como neoliberal poderiam ser vistas como um avanço, dadas as vacilações de muitos até aquele

³⁰¹ E, note-se, os candidatos a candidato do PT à Prefeitura eram ambos da Articulação Unidade na Luta. Para informações do Encontro de São Paulo, ver PEREIRA, *in* **EM TEMPO**, nº 283, ag. 1995, p. 10.

³⁰² José Dirceu, líder da Articulação Unidade na Luta, chegou a chamá-lo, à época, de 16º líder do governo.

momento, na verdade serviu para afastar ainda mais o Partido de seu vínculo fundacional com a perspectiva anticapitalista. Articulado à necessidade da apresentação de “propostas viáveis” ao neoliberalismo governamental, o PT alongaria a já considerável distância que o separava de suas formulações anticapitalistas. No ponto 19 da tese aprovada no Encontro, sobre conjuntura nacional, afirmava-se que a derrota do neoliberalismo passaria não só pela articulação para derrotar as reformas do governo, mas também pela reelaboração da estratégia de poder do Partido, pela formulação de novos projetos de sociedade e partidários, atualizando o programa “democrático e popular” e aglutinando amplas forças sociais para a defesa desse projeto, (...) *alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 617).

A referência ao nacional-desenvolvimentismo “caduco” chama a atenção para um aspecto constante nas formulações do PT, principalmente (mas não somente) a partir do 5º Encontro: a capacidade dos formuladores das teses partidárias de negarem aquilo que, de alguma forma, seria afirmado algum tempo depois. Essa “esquizofrenia com lapso temporal” (ou seria oportunismo político puro e simples?) aparecia nas modificações da centralidade estratégica, nas nuances e “contrabandos” de novas terminologias e análises nos documentos, o que acaba dando uma clara impressão de que nada disso ocorria ao acaso, ao sabor das circunstâncias. Ao contrário, e sem cair em qualquer tipo de visão conspiratória da História, pode-se afirmar que existiu uma bem

pensada construção de um projeto reformista³⁰³ para o Brasil que aos poucos foi dominando o coletivo de um Partido que um dia se afirmara socialista, mas cuja liderança não mais o era, e cuja intenção de chegar ao poder exigia uma mudança radical da imagem criada desde a sua fundação. A isso se agregavam, entre outros elementos, a perda da radicalidade, a centralidade institucional, a capacidade de demonstrar-se para a classe dominante como um Partido da ordem. O socialismo desaparecia, como por encanto, das formulações petistas. Tratava-se agora, como, de certa maneira, já se afirmara no manifesto da Coordenação da Articulação Unidade na Luta de março daquele ano, da construção da nação, da democracia, dando combate à “exclusão social”. E esse projeto passava pela reorientação da política econômica, contra a recessão e com a recomposição dos salários.³⁰⁴

As resoluções do 10º Encontro conteriam uma pesada crítica ao programa Comunidade Solidária, criado no início do governo FHC com o objetivo de formular e levar adiante políticas sociais públicas. Interessa notar o ataque petista a pontos essenciais do projeto. As denúncias explicitam que o Comunidade Solidária

(...) reduz o atendimento dos mais miseráveis a alguns aglomerados localizados, reitera o processo de apartação social,

³⁰³ Aqui não no sentido da construção de avanços por dentro do capitalismo para abrir espaços para uma nova sociedade, desgastando “por dentro” o sistema, mas de um projeto que assume mudanças que não ameacem a reprodução do capital.

³⁰⁴ É justo que se aponte, aqui, o fato de o PT ainda apresentar ferramentas mais “radicais”, ao menos no projeto, para a consecução de seus objetivos. Para isso, defendia a greve geral, (...) *em conjunto com um protesto nacional (...)*, contra as políticas de FHC (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 619). A introdução do “protesto nacional” ao lado da greve dá a entender que havia a necessidade de incorporação de outros parceiros na luta, que não os trabalhadores. Na medida em que se estavam formulando projetos de nação, não há porque duvidar de que esse “protesto” fosse dos setores da burguesia que se achassem prejudicados por aquelas políticas.

pela aplicação de políticas focalistas, e de dissolução de direitos sociais constitucionais (...), dilui desde direitos universais até serviços públicos, os quais substitui por ações compensatórias precárias, destinando esmolas aos setores e regiões miseráveis do País. Destrói a rede pública de saúde e educação e os programas regulares de assistência social. (...) O Comunidade Solidária procura levar à desresponsabilização do Estado, transferindo suas obrigações às ONGs e entidades sociais. Tenta cooptar o movimento popular, sindicatos e partidos, associando-os à aplicação de “planos circunstanciais de redução da miséria” (...). (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 616)

Novamente o texto petista nos remete ao comportamento “esquizofrênico” do Partido, levando-se em consideração o discurso e as práticas do PT e do governo federal posteriores à posse de Lula na presidência da República em 2003, pois se verá uma flagrante semelhança de projetos “sociais”, com a ampliada intenção compensatória das políticas sociais públicas, seu focalismo e a passagem da responsabilidade de sua implantação para ONGs, muitas delas com fortes ligações com o PT. Estaremos diante de uma doença mental coletiva, ou daquilo que o primeiro jesuíta chamava de “mentiras piedosas”? E parafraseando o lema da Ordem inaciana, valeria tudo “Pela maior glória do Poder”?

Curioso notar, ainda sobre o tema do Comunidade Solidária, a resolução que trata dos petistas que aderiram ao projeto. Não pelo fato de o Encontro recomendar a esses militantes que abandonem o projeto tucano sob o risco de desfiliação, mas por se tratar de um caso no qual membros do Diretório Nacional do PT tinham assumido a Executiva do Comunidade Solidária sem dar

qualquer satisfação ao Partido e manterem tal postura quando questionados pela direção partidária.³⁰⁵

A nova direção saída do 10º Encontro, composta majoritariamente por militantes da Articulação Unidade na Luta e da Democracia Radical³⁰⁶, procuraria fazer valer, nos documentos, um conjunto de críticas à maioria “de esquerda” que comandara o PT no período de 1993 a 1995. Acusava-a de carência de solidariedade interna (eufemismo para a sucessão de conflitos, especialmente na Articulação de Esquerda) e falta de um projeto coerente, o que teria levado o Partido a agravar os impasses políticos e organizativos detectados havia tempo (burocratização, primazia da luta interna etc), afastando-o (...) *da vida e da agenda real de nosso povo, (...) (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 633)*. Pode-se dizer que o diagnóstico não estava longe da verdade. O problema estava no fato de os maiores responsáveis históricos por essa situação, no caso, os próprios críticos naquela ocasião, não apresentarem nenhuma autocrítica. A postura de exterioridade frente a esses problemas dava bem a medida da extensão da superação dos mesmos dali para adiante.

O mesmo se repetiria na resolução sobre a construção dos encontros partidários. Nela se afirmaria que

(...) o organismo partidário organizador do Encontro tomará as medidas de modo a impedir qualquer forma de constrangimento à livre e legítima participação dos filiados, não permitindo o abuso do poder econômico na mobilização, no

³⁰⁵ Ver o caso de Augusto de Franco na nota 47 deste capítulo. Não por acaso, de Franco era um dos expoentes da Democracia Radical.

³⁰⁶ A Articulação Unidade na Luta teve 40,34% dos votos, a Democracia Radical, 7,58%, a “esquerda”, 46,21% e os “independentes”, 5,87%. A união da Articulação com a Democracia Radical e os “independentes” permitiu a eleição de José Dirceu para a presidência do Partido.

transporte e na alimentação de participantes e delegados. Os infratores, chapas ou candidatos, terão seus registros cancelados e serão submetidos a penalidades estatutárias. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 638-639)

A tendência majoritária do PT, de volta à direção do Partido, ameaçava punir aqueles que realizassem ações que passassem por fora das normas de conduta partidárias, exatamente aquelas ações que seus militantes (e principalmente dirigentes, parlamentares e portadores de cargos administrativos) tinham acabado de perpetrar, garantindo, inclusive, pela paráfrase ao lema inaciano exposto anteriormente, o retorno da Articulação Unidade na Luta ao poder partidário.

No final, a corrente majoritária garantiria a aprovação de um parágrafo na resolução sobre construção partidária, segundo o qual o Partido precisava de governabilidade, o que se conseguiria através de uma direção que reunisse legitimidade e autoridade políticas, cobrando da minoria respeito às decisões das instâncias partidárias e garantindo respeito a essas minorias (IDEM. p. 634). Cabe aqui o registro de que, durante o período em que os setores da esquerda petista estiveram em maioria na direção partidária, foram, por exemplo, inúmeros os registros na imprensa burguesa de parlamentares petistas que seguidamente desrespeitavam as decisões partidárias. O retorno da Articulação Unidade na Luta ao centro político do poder petista consolidou a tendência, de há muito manifestada, de priorização dos espaços institucionais, o que limitou em muito os conflitos com o setor parlamentar do PT.

O 10º Encontro terminou com um enfrentamento entre as novas maioria e minoria acerca dos cargos na Comissão Executiva Nacional (CEN).

Argumentando não existir proporcionalidade qualificada para a escolha de cargos na direção partidária, a maioria desqualificou a indicação de Arlindo Chinaglia para a secretaria geral do Partido, indicando Cândido Vaccarezza. Este, membro da Articulação de Esquerda em 1993, havia realizado seu “retorno”, com diversos outros militantes, às hostes da Articulação “centrista” (Unidade na Luta), o que possibilitara a esta formar uma nova maioria.³⁰⁷ O cargo seria, então, a moeda de troca desse “acordo”. A não aceitação desse acerto por parte da minoria levou a que esta se retirasse da escolha da nova Executiva. Somente no início de 1997 é que um novo arranjo modificou aquelas decisões, passando a CEN a ter uma composição compatível com todas as forças políticas internas do PT. Aquele conflito, um dos mais sérios da História das disputas internas do Partido, indicava sem margem de dúvida, o grau de deterioração das relações internas no PT, as disputas intestinas pelos cargos no aparelho e o isolamento, resultado do cerco neoliberal, e o distanciamento do Partido em relação às suas bases de apoio, gerando um “internismo” que reforçava a burocratização da vida partidária. Isso não impediu que, apresentando-se como principal alternativa ao neoliberalismo de FHC, o PT tivesse um desempenho eleitoral de destaque nas eleições municipais de 1996.³⁰⁸

³⁰⁷ O debate sobre esse tema aparece em **BRASIL AGORA**, nº 74, 7/20 out. 1995, p. 4.

³⁰⁸ O PT, apesar de ter ficado de fora das três principais capitais do país, auferiu a votação mais importante de todos os partidos nas cidades com mais de cem mil habitantes, com mais de 5,6 milhões de votos. O PSDB de Fernando Henrique teve um desempenho inferior, mas o que mais marcou esse Partido que se apresentava com um perfil social-democrata moderno foi o seu crescimento nas regiões mais pobres (de 1989 a 1996 o número de parlamentares tucanos passou de 26 para 54% nos estados do Norte/Nordeste), além do conservadorismo (mais de 30% dos eleitos pelo PSDB em São Paulo em 1996 tinham sua origem política no Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA, partido de sustentação parlamentar da ditadura político-militar brasileira. Esses dados estão em MORÃES, 1997, p. 74 e 77.

O primeiro período de governo de Fernando Henrique Cardoso permitiu que fossem levados adiante um sem número de projetos que consolidavam as bases do neoliberalismo no país. Apesar de não ter sido vitorioso em todas as suas iniciativas, o saldo era bastante considerável. Isso cacifou o presidente e os setores hegemônicos da burguesia brasileira que o apoiavam a aprovar a emenda constitucional da reeleição dos mandatários em cargos majoritários. Se para a esquerda, em geral, isso representava um problema, para o Partido mais representativo desse espectro político, essa aprovação representava algo mais sério. Apesar dos indícios cada vez mais evidentes dos limites da expansão e consolidação das políticas neoliberais pelo mundo, com a ocorrência de crises localizadas, como a da inadimplência mexicana em 1994, no Brasil, esse processo ainda não se desenvolvera. Ao contrário, o isolamento da esquerda (e do PT) e as suas sucessivas derrotas só eram, vez por outra, quebradas pelas ações do MST, cujo arrojo e determinação davam algum alento aos combatentes neoliberais e dores de cabeça aos seus adversários.³⁰⁹ E aqui, cabe uma explicação: a não inclusão do MST no conjunto da esquerda revolucionária no Brasil se dá pela grande diversidade apresentada por esse movimento e suas lideranças. Se, de um modo geral, o Movimento se apresenta como defensor das bandeiras do socialismo e da revolução, se a formação política de seus militantes se direciona para esse campo, é bem verdade que, em seu interior, ele abarca setores com opções políticas diversificadas, com especial destaque para setores sob a influência da Igreja Católica. É, porém, fora de dúvida que, até a posse de Lula em 2003 na presidência da República, o MST representou, nos anos mais

³⁰⁹ Em abril de 1997, o MST liderou a Marcha dos 100 mil em Brasília, considerada a primeira grande manifestação contra FHC (GIANNOTTI, 2007, p.292).

exacerbados do neoliberalismo no Brasil, a contestação mais viva e o ponto de convergência das lutas das forças de esquerda revolucionárias no país.

A ofensiva neoliberal do primeiro governo de FHC permitiu a formação de uma ampla base de apoio para suas políticas não só nos diversos setores da burguesia, com raras exceções, como também na sua representação político-parlamentar. E, mesmo onde essa sustentação poderia ter dificuldades, o governo não poupou esforços (inclusive financeiros) para garantir a aprovação de medidas consideradas fundamentais para a solidificação de seu projeto. Isso influenciou diretamente nos planos da oposição petista no sentido mais imediato, eleitoral, na criação de uma possível forte contraposição ao continuísmo. Assim é que, apesar de toda a pressão contrária, e com a abertura dos cofres governamentais, Fernando Henrique conseguiu aprovar no Congresso a emenda constitucional que permitiu a sua reeleição. Esse elemento tornava-se fundamental naquela conjuntura pelo papel de coesionador da classe dominante que o presidente e seu partido haviam cumprido até ali, desagregando e reduzindo os espaços de atuação oposicionista. A burguesia brasileira tinha consciência de sua carência de quadros para, em um processo de disputa no voto, se contrapor, ainda que em uma conjuntura favorável, ao prestígio acumulado por Lula. Se Fernando Henrique tinha representado, em sua primeira candidatura presidencial, uma saída providencial contra o risco de uma vitória petista, quatro anos depois a situação só se modificara para melhor no sentido do sucesso alcançado por FHC na implementação de algumas das reformas de conteúdo claramente impopular. A emenda da reeleição pode ser analisada, assim, como uma medida autoritária, casuística, tomada pela força

(dos votos convictos ou comprados), para garantir a continuidade, a partir de uma (ou da única) personalidade com representatividade social e sustentação em grandes estratos da classe dominante, capaz de levar adiante um projeto que, pela necessidade de se passar pelo crivo do voto popular, corria sempre o risco de ser comprometido.

A aprovação da emenda da reeleição foi uma ducha de água fria nos projetos oposicionistas que enxergavam o governo FHC sem alternativas no campo das candidaturas do continuísmo. Isso se refletia, também, na expectativa petista de ampliação de seu arco de alianças eleitorais. A votação no Congresso dava já a medida das possibilidades de negociação com forças políticas que, até então, estavam de fora das frentes eleitorais lideradas pelo PT. Em verdade, o fisiologismo, que é uma das fortes características da política brasileira, estava em alta no segundo lustro dos anos de 1990.³¹⁰

Dentro desse quadro sombrio quanto ao futuro imediato, mas sem poder deixar transparecer completamente toda a dimensão dos problemas existentes o PT realizaria seu 11º Encontro Nacional, de 29 a 31 de agosto de 1997, no Rio de Janeiro. Dele não surgiram maiores novidades em termos das formulações políticas, até porque essas estavam dadas desde o Encontro anterior e serviriam

³¹⁰ É interessante demarcar que o conhecimento de Fernando Henrique e sua equipe de governo dessa característica marcante de boa parte da elite política brasileira os levou a utilizar todo tipo de barganha na consecução de seus objetivos. E o mesmo se reproduziu após 2003, com Lula no governo. Aqueles que foram denominados, anos antes, de “300 picaretas”, passariam a ser parceiros de “negociações” tão ou mais questionáveis que as perpetradas por Fernando Henrique. Esse tipo de comportamento político, entre outros, levaria um analista do período a afirmar que o maior passivo que o governo Lula deixaria para o futuro: (...) *O efeito devastador que já resulta do governo petista reside na extraordinária contribuição que oferece ao conservadorismo brasileiro: no poder a esquerda não se diferencia substancialmente daqueles a quem sucede.* (Netto, 2004, p. 18-19).

de base para a trajetória petista pelo menos até o final da década seguinte. Havia, porém, alguns pontos que, pela sua importância para o futuro, mereceriam destaque. A defesa de uma “revolução democrática” era colocada no sentido de permitir que se superassem a exclusão social, as desigualdades e o autoritarismo que marcavam a História do país. Essa “revolução” passava pela construção de uma nova economia que eliminasse essas disparidades. Exigia ainda uma mobilização social para promover a democratização radical da sociedade e o (...) *controle social do Estado pela sociedade* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, P. 653). E a prioridade das medidas democráticas seria a construção do estado de direito (sic), com a reforma dos poderes legislativo e judiciário, fim do monopólio dos meios de comunicação e defesa dos direitos do consumidor. Essas reformas deveriam vir acompanhadas de mecanismos que permitissem a participação direta da população em decisões, por meio de plebiscitos e referendos (IDEM, IBIDEM). Cabe notar o caráter institucional e liberal desse conjunto de medidas, cujas prioridades nem de longe tangenciam as proposições petistas de anos anteriores. Se completara, verdadeiramente, um ciclo de transformações teórico-políticas no Partido, voltadas a direcioná-lo como uma organização comprometida com os fundamentos do sistema do capital, exigindo, porém, algumas reformas que, no caso brasileiro, eram até radicais para uma sociedade de tradição conservadora. Porém, como já se referiu nesta tese, toda a possível radicalidade se diluía no contexto dos parâmetros dentro dos quais as medidas propostas eram colocadas.³¹¹ Enquanto Partido da Ordem, sem intenções reais de ruptura,

³¹¹ O socialismo reapareceria nos textos petistas como último ponto das resoluções do Encontro. Em um curto espaço de cinco parágrafos, criticava-se o neoliberalismo e

confiável para as parcelas das elites descontentes com a voragem do neoliberalismo, buscava um espaço para alcançar o governo naquele final de século, espaço este que ainda não lhe estava reservado. A burguesia, e principalmente a sua fração dominante, a do capital financeiro, detinha ainda uma candidatura confiável em Fernando Henrique em um quadro de crescimento de incertezas, pois o alastramento das crises pelo mundo só fazia crescer o temor por alguma aventura eleitoral.

A política de alianças petista para as eleições presidenciais de 1998 acabava restrita a uma frente de esquerda ampliada, em relação ao pleito anterior, com a presença do PDT de Leonel Brizola, certamente muito menos pelos desejos das correntes dominantes no PT do que pela atração exercida pelo governo Fernando Henrique sobre os setores do “centro” que os petistas ainda visualisavam atrair em 1997.

A maioria estreita conseguida pela Articulação Unidade na Luta em 1995 se manteria intacta na formação da nova direção petista, na qual se repetiria o nome de José Dirceu para a presidência do Partido. As ilusões de alterações na hegemonia partidária por parte da esquerda partidária (e, em especial, das correntes da esquerda revolucionária petista) tornavam-se cada vez mais

apontava-se para um “novo projeto socialista que desse conta dos problemas que foram suscitados pelo socialismo que havia fracassado no século XX. E, além da “revolução democrática” que se contrapusesse ao neoliberalismo (mas sem referência ao capitalismo), apresentava-se como um dos aspectos de mudança a reorganização (...) dos processos de trabalho em todas as esferas da atividade econômica, fazendo com que as atividades produtivas sejam cada vez mais momentos criativos de autoconstrução individual e coletiva (IDEM, p. 663). Essa passagem parece remeter a Marx e à sua crítica à superação da alienação do trabalho. Porém, em um “socialismo” no qual não se tocava na apropriação privada dos meios de produção, que não se questionavam as bases mesmas do poder do capital, pensar-se na libertação do trabalhador frente ao trabalho alienado não passava de idealismo e/ou mistificação (MARX, 2004).

difusas. Sua crença em transformações maiores, possivelmente, passava pelas possibilidades abertas pela chegada de Lula ao governo federal, com mudanças profundas que, em sua concepção, certamente teriam que ser realizadas, e no papel que essas correntes viriam a cumprir nesse processo.

A reeleição de FHC confirmou-se, ainda no primeiro turno, em outubro de 1998. As tentativas de mobilizações populares contra as medidas governamentais não surtiram efeito frente à estabilização financeira mantida até então e à compra generalizada de votos de congressistas para a aprovação de reformas.³¹² Mesmo as notícias da crise econômica na Ásia funcionariam, para a maioria da população, mais como uma contenção às mudanças do que uma aposta em um novo ocupante da cadeira presidencial.

A situação internacional teve, porém, um efeito muito mais sério sobre a economia brasileira do que as autoridades do país divulgaram até a publicação dos resultados eleitorais. Só após o pleito ficou-se sabendo que a paridade do real com o dólar fora mantida artificialmente, com uma garantia dada pelo FMI de mais de 40 bilhões de dólares como lastro para evitar a desvalorização cambial e suas consequências econômicas e políticas. Estava-se diante de mais um estelionato eleitoral, como o de 1986 (Cruzado II), só que agravado pela interferência direta de um organismo transnacional do capital. E mais: o governo FHC comprometera-se, em troca do empréstimo, a levar adiante as

³¹² Em fevereiro de 1998, o governo aprovava uma parte da reforma da Previdência. Marcante na ocasião foi não só a corrupção generalizada como a ação da liderança da CUT nos protestos que acompanharam aquela aprovação. O “sindicalismo propositivo” da CUT, sob a liderança de um Vicentinho reeleito presidente em Congresso de 1997, foi colocado momentaneamente de lado. A conjuntura não abria espaços para negociações com um governo que se sentia todo poderoso e capaz de atropelar sua oposição em qualquer ocasião.

reformas cobradas pelo Fundo. Todas essas questões abalaram, desde seu início, o segundo mandato de Fernando Henrique, estimulando esperanças de crescimento da oposição, fosse ela parlamentar ou de rua. Explicitavam-se a olhos vistos os elementos de crise, como o crescimento do desemprego e o arrocho salarial, especialmente no setor público, que, fora os funcionários das consideradas “carreiras de Estado”, teve seus salários congelados durante os oito anos de FHC.

A resposta do movimento sindical e popular deu uma medida inicial do descontentamento existente. Ainda em março de 1999, dezenas de milhares de trabalhadores protestaram em todo o Brasil contra as políticas do governo, pela valorização do salário mínimo e pela reforma agrária. O grito de “Basta de FHC e do FMI” demonstrava contra o que se voltavam as mobilizações. Ainda naquele ano seriam realizadas mais duas grandes ações populares contra o governo. Em agosto, uma marcha a Brasília promovida pelo Fórum Nacional de Lutas e pela CUT respaldou a entrega ao presidente da Câmara de Deputados de um abaixo-assinado com mais de 1,3 milhões de assinaturas cobrando o enquadramento de FHC por crime de responsabilidade e a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a privatização das telecomunicações no país, além de reivindicar uma série de mudanças na política econômica. As mesmas reivindicações apareceriam no Dia Nacional de Paralisação em Defesa do Emprego e do Brasil, em novembro daquele ano.

Naquele mesmo mês realizar-se-ia o II Congresso Nacional do PT, em Belo Horizonte (MG). Neste, a tese guia, apresentada pela Articulação Unidade na Luta, dava conta de como o setor majoritário do PT pretendia enfrentar o

governo FHC em seu segundo mandato. O título da tese (“O programa da revolução democrática: para a construção de um Brasil livre, justo e solidário”) já enfatizava a diluição do caráter classista e a preocupação com qualquer perspectiva que pudesse apresentar o Partido com um viés radical. Ao contrário, desenvolvia-se uma combinação que já vinha sendo explicitada por essa corrente desde 1997 entre os três eixos (social, nacional e democrático) e uma ampliação da política de alianças que comportasse o PMDB, ou seus setores críticos às políticas de FHC, e, inclusive, parcelas do PSDB.³¹³ Apareceriam ainda na tese guia alguns elementos de rebaixamento de proposições programáticas do Partido, indicando as preocupações já demarcadas. No caso das privatizações, era proposta a sua suspensão imediata com a apuração das irregularidades. Nesse sentido, abandonava-se a idéia da reestatização, assumindo-se as consequências das políticas de FHC. Em relação à questão da dívida externa, a bandeira do não pagamento aparecia substituída pela da “renegociação soberana”. O programa partidário ia se tornando palatável para os verdadeiros alvos desse transformismo político: os possíveis setores da burguesia, descontentes com o rumo das políticas neoliberais no Brasil. Entre esses poder-se-ia contar os estratos do setor industrial, prejudicados com a abertura para o exterior e a política de juros altos que encarecia os

³¹³ Em um Encontro Extraordinário do PT, em maio de 1998, em São Paulo (SP), voltado a preparar o Partido para as eleições daquele ano, a maioria dos delegados já havia negado um recurso apresentado contra o Diretório Regional do PT do Acre, que incluía o PSDB na coligação que apoiava o candidato petista e futuro governador Jorge Viana. A resolução sobre o assunto dizia que (...) *a necessidade de derrotar o narcotráfico, o crime organizado e a corrupção justifica a ampliação da Frente Popular, incluindo o apoio do PSDB (...)* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1999, p. 683). No mesmo Encontro, outro recurso, este contra a decisão do diretório Nacional do PT de revogar a decisão do Encontro Estadual petista do Rio de Janeiro, que havia decidido pelo lançamento de candidatura própria, teria o mesmo destino. A decisão do DN ficou mantida, garantindo o apoio do Partido ao candidato do PDT, Anthony Garotinho, a governador. A preocupação com a ampliação das alianças, desde 1998, parecia não ter limites.

financiamentos a seus projetos, mas beneficiavam especialmente à parcela então dominante, a do capital financeiro nacional. Com um olhar prospectivo, esse tipo de programa demonstrava o cuidado que se tinha, já naquele momento, com a manutenção da credibilidade do Partido, e, no caso, de um futuro governo petista, junto ao capital financeiro internacional, responsável por aportes de recursos respaldadores da estabilidade do país, segundo a lógica então dominante. A governabilidade futura tinha como contrapartida a rendição *a priori*.

Quanto ao socialismo, o tema passou por mais um amplo debate no II Congresso, já agora diante da ousadia da Democracia Radical de propor a retirada daquele ponto das metas estratégicas do PT. Finalmente as posições ficavam mais claras e caíam as máscaras. Era, porém, muito cedo para que tal arrojo assumisse posição hegemônica, ao menos de forma explícita, dentro do PT. A saída foi repetir, em um anexo, o texto sobre o socialismo petista do 7º Encontro articulado a outro, originário do I Congresso (PARTIDO DOS TRABALHADORES, <http://www.pt.org.br/portaltpt/documentos/documentos-historicos-32/pagina-1/>).

A crescente crise do governo FHC desde o seu início em 1999 redundara em um alento para a retomada de ações de massa quase inexistentes no quadriênio anterior. Isso abria horizontes diferenciados, também, para o movimento sindical, praticamente imobilizado em suas lutas naquele período e, no mais das vezes, levado pela pressão patronal e/ou pelos acordos de suas direções com a burguesia e os governos a buscar, por exemplo, garantir empregos às custas da perda de direitos adquiridos. A direção da CUT via-se

obrigada a navegar nesse mar revolto das contradições nas quais a realidade a colocara tendo que levar em conta, a partir daquela época de algum ascenso do movimento operário e popular, a existência de contestação a algumas de suas políticas. Ações levadas a efeito por sindicatos como o dos metalúrgicos do ABC³¹⁴, verdadeiro “laboratório político” para experiências de novas propostas de acerto entre capital e trabalho, passaram a ser bombardeadas por setores de oposição que não aceitavam a acomodação da CUT frente à avalanche neoliberal. Políticas como o “banco de horas”, implementação de agências de emprego para a intermediação de mão-de-obra, requalificação profissional³¹⁵, redução de jornada com redução salarial e suspensão temporária do contrato de trabalho (*lay-off*) haviam sido adotadas, passando, em alguns casos, por cima de decisões da Central, gerando, inclusive, atritos dentro da corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical³¹⁶. Outros dois problemas acirravam os ânimos no interior da Central: a aceitação de sua direção da participação em um sem número de fóruns tripartites, o que colocava sempre em questão a autonomia da Central e reforçava sua opção pela institucionalidade³¹⁷. E a questão

³¹⁴ O sindicato dos metalúrgicos do ABC paulista é fruto de uma unificação (na verdade, uma reunificação) dos sindicatos de São Bernardo, Diadema e Santo André em 1993.

³¹⁵ Esse tema, que pressupõe toda uma guinada da CUT em relação à política de formação de quadros e à inserção da Central no ensino profissionalizante, que vem acompanhada da busca de recursos (em geral, públicos) e do abandono da bandeira do ensino público, gratuito e de qualidade, está detidamente analisado em TUMOLO, 2002.

³¹⁶ Havia uma disputa tradicional entre as duas categorias mais fortes da Central, a dos metalúrgicos e a dos bancários (e dos mais fortes sindicatos da CUT, metalúrgicos do ABC e bancários de São Paulo, ambos controlados pela Articulação Sindical). Os bancários, no geral, não aceitavam algumas dessas políticas de concessões levadas adiante pelo sindicato do ABC. Além disso, naquela época, um episódio marcou o estremecimento entre as direções dessas categorias. Normalmente, a presidência da CUT ficava com os metalúrgicos, e a tesouraria, com os bancários. O não cumprimento de um acordo para a sucessão de Vicentinho pelo bancário João Vaccari Neto, no VII CONCUR, foi mais um dos elementos de acirramento desse conflito.

³¹⁷ Para se ter uma ideia do peso dessas opções da Central, a sua participação na gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) passou a render recursos para a CUT, por meio de convênios etc, que correspondiam, no primeiro lustro do século XXI,

organizativa, na qual a reação contrária de algumas bases à implantação do sindicato orgânico levava a modificações cosméticas, como a adoção de um novo nome, o sindicato nacional, que, porém, mantinha as principais características verticalizantes da proposta original.

Esses foram os principais debates travados durante o VII Congresso da CUT, realizado em Serra Negra (SP), de 15 a 19 de agosto de 2000. A maioria da Articulação Sindical no Congresso sinalizou para a manutenção das principais linhas-mestras de condução da política da Central. Como novidade, o evento apresentou uma posição contra o “banco de horas” e as horas extras e pela aprovação da participação da CUT na montagem do que seria um “cooperativismo popular”, uma economia solidária voltada ao combate do desemprego e à exclusão social. Para isso, deveriam ser criadas agências de desenvolvimento solidário, “em parceria com outros atores sociais”, e uma Central de Trabalho e Renda, desenvolvendo políticas de crédito e programas de educação para levar adiante aqueles objetivos (TODESCHINI, jun. 2000). A centralidade na questão institucional não fora abalada pelo recrudescimento das lutas populares (o Congresso aprovou o “Fora FHC e o FMI”). Pelo contrário, esse tipo de proposta de “economia solidária”, que, aliás, no CONCUR, não contou com nenhum tipo de oposição mais formalizada, aprofundava a visão “propositiva” da Central, sua vocação para a co-participação em organismos formuladores de políticas públicas que, de origem, seriam de responsabilidade do Estado, fazendo da Central uma das responsáveis pela formulação e

à grande parte dos recursos auferidos pela Central, enquanto o que resultava da contribuição dos sindicatos filiados reduzia-se a proporções quase irrisórias. Para a quantidade de recursos do FAT recebidos pela CUT entre 1998 e 2000, ver TEIXEIRA, 2008, p. 90.

implementação dessas políticas. Além disso, havia o fato de, novamente, para se apresentar como participante “responsável”, a CUT passar a discutir os projetos dentro da lógica do capital, apresentando projetos, emendas ou sugestões para atacar problemas sem questionar as bases do sistema que os criou. Não se focava mais diretamente as fontes da exploração do trabalho, procurava-se atuar nos espaços que, pretensamente, poderiam minorar a face mais gritantemente chocante da “questão social”. Essa lógica incorporava a CUT ao tipo de ação típica das visões neoliberais de desresponsabilização do Estado com ações e investimento no campo social. É dessa mesma origem a culpabilização do trabalhador, visto como ser individual e fragmentado, pela sua sorte, como desempregado ou subempregado. As políticas de requalificação profissional, por exemplo, levadas a efeito pelas centrais sindicais com recursos, em geral, do FAT, apontavam a desqualificação do trabalhador como causa de seu desemprego e faziam supor que um acúmulo de diplomas de formação profissional seria o caminho da redenção. Segundo Teixeira,

(...) foi radicalizada, (...), a concepção de que a CUT deveria construir espaços “públicos não estatais”, baseados no protagonismo da “sociedade civil” para dividir a responsabilidade com o Estado na formulação e execução do Sistema Público de Emprego. A CUT seria então mais eficaz e democrática para a realização de políticas públicas na área de trabalho, emprego e renda, cabendo ao Estado o financiamento dessas atividades através do FAT. (TEIXEIRA, 2008, p. 89)³¹⁸

O mesmo quanto à formação de cooperativas de trabalho ou de crédito, do estímulo ao “empreendedorismo” e outras formas que o capital apresenta

³¹⁸ Esse tipo de argumento era o mesmo utilizado por entidades do “3º Setor” para angariar verbas do Estado e substituí-lo em diversas áreas até então de sua responsabilidade.

como apassivadoras, frente às condutas típicas do trabalhador que se objetiva enquanto classe que se organiza e luta contra o capital.³¹⁹

A integração da CUT nesses organismos trazia ainda as mazelas típicas da administração capitalista das verbas do Estado: existiriam, a partir daí, um sem número de denúncias de desvios de recursos públicos (o que não era novidade), mas agora comprometendo a Central ou seus representantes. Essas práticas manchariam gravemente, nos anos seguintes, não só a CUT, mas entidades vinculadas aos movimentos populares e o próprio PT, sempre tão cioso nas denúncias de fatos que agrediam a ética e o respeito à coisa pública.

4.6 LULA PRESIDENTE, ENFIM

Já em processo de preparação para as eleições presidenciais do ano seguinte, o PT realizaria, em setembro de 2001, eleições diretas para a sua direção, segundo o que fora aprovado no 2º Congresso do Partido. A recondução de José Dirceu ao posto de presidente, com a divisão de uma frágil oposição à Articulação Unidade na Luta, permitiu o surgimento dos espaços para a formalização, por parte dessa corrente e das demais tendências petistas que a ela se juntaram, das diretrizes programáticas da nova campanha de Lula para presidente.³²⁰ O avanço do Partido nas eleições municipais em 2000, com um

³¹⁹ Em relação a esses projetos de viés neoliberal, especialmente na área do microcrédito, ver NASCIMENTO, 2005.

³²⁰ Há que se destacar que havia algum tempo que os projetos de programa do PT, com destaque para os relativos à candidatura de Lula à presidência da República, não eram fruto de discussões internas do PT, mas de projetos formulados pelo Instituto Cidadania, sucedâneo do governo paralelo criado pelo PT após a derrota para Collor de Melo em 1989 (INSTITUTO CIDADANIA, 1999). Esse Instituto, formado por Lula e

crescimento de votos da ordem de mais de 50%, e o seguido desgaste da segunda gestão de FHC eram combustível para as altas aspirações petistas em 2002. A realização do 12º Encontro Nacional do PT em Recife (PE), em dezembro daquele ano era a consolidação desse processo.³²¹ As mudanças políticas aprovadas no evento são quase imperceptíveis, dado que a linha programática básica, como se tem acompanhado nesta tese, já estava formulada há alguns anos. A tese guia do Encontro, produzida pela Articulação Unidade na Luta, repetia os eixos da “revolução democrática” e da centralidade na necessidade do crescimento econômico (...) *centrando o dinamismo no mercado interno e na expansão do consumo de massas, (...)* (DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001a, p. 8). Nas resoluções do Encontro ficariam mais claras essas posições, já que, ao explicar-se a necessidade de um novo contrato social para a realização de mudanças estruturais no Brasil, apoiado em amplas forças sociais, sustentáculos do Estado-nação, apontava que (...) *os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas (...)* (DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2001b, p. 38). Estava aberta, finalmente, a porta para a realização de uma aliança de classes (contrato social) explícita com setores burgueses descontentes com FHC

alguns “notáveis” do PT ou de fora dele, seria, talvez, o principal “centro paralelo” criticado pela esquerda petista nas resoluções do 8º Encontro do Partido em 1993.

³²¹ Parte da oposição à Articulação no Segundo Congresso havia criticado o fato de se ter eleições diretas para a direção do PT por fora dos Encontros Nacionais, quando as “máquinas” eleitorais de prefeitos, parlamentares e da própria corrente majoritária poderiam criar grandes distorções no processo. E pior, essa realização antes dos Encontros marcaria a sua despolitização, pois realizada à margem das discussões acerca da linha política a ser seguida pelo Partido. Evidentemente, a Articulação e seus aliados fizeram valer sua maioria e desconsideraram essas posições. Essa eleição ficaria marcada por uma série de denúncias de irregularidades que, em geral, não foram levadas em consideração. O uso das “máquinas” já se tornara prática corriqueira, que só assumia alguma proporção quando passava para as páginas da imprensa burguesa.

e os resultados das políticas neoliberais (empresários produtivos)³²², sem os subterfúgios de se falar em atrair “setores de partidos burgueses”. Da radicalidade do PT com perfil socialista, passava-se, agora, para um partido que se voltava à união da nação contra os que dela se aproveitavam (o capital especulativo), respeitoso frente aos contratos assumidos até ali pelos governos anteriores. Nos termos de Mao Tse Tung, um tigre de papel. E pior, amansado e emasculado politicamente, pronto para realizar a revolução que não se daria.

A campanha de Lula à presidência em 2002 aconteceria sob essas mesmas bases, agravada pelo completo abandono das mobilizações da militância (as bandeiras vermelhas sumiram, provavelmente para não assustar os novos condôminos do edifício eleitoral petista) e uma priorização absoluta de uma milionária campanha de mídia, na qual o antigo “sapo barbudo” apareceria travestido de “Lulinha paz e amor”. O programa de governo desdobraria as propostas do “contrato social” em uma plataforma republicana com preocupações sociais reformistas e democrático-burguesas, mas apontando claramente para projetos que seriam alvos de forte polêmica logo após o início do novo governo.³²³ O socialismo petista, evidentemente, sumiria de qualquer uma das páginas desse programa. A “revolução democrática”, o nacional-

³²² Esse tipo de caracterização abriria caminho para toda espécie de alianças naquele período. Benedita da Silva, candidata petista ao governo do estado do Rio de Janeiro, criticada por acertar uma aliança com o Partido Liberal (PL), legenda na qual se abrigavam setores evangélicos conservadores e sempre críticos radicais do PT, justificar-se-ia da seguinte forma: (...) *Do ponto de vista de nossa estratégia, a aliança com o PL se justifica, porque é um partido ligado a setores produtivos do empresariado nacional além de estar organizado nacionalmente* (SILVA, s. d.). Note-se que a aliança de classe é apresentada como estratégica, e sem o menor pudor. Afinal, na ocasião, a Coligação Lula Presidente não apresentava como candidato à vice-presidência um grande empresário “produtivo”, José Alencar, filiado ao PL?

³²³ Nesse caso, trata-se da proposta de reforma da Previdência Social (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002). Mas os projetos polêmicos que se chocavam com a tradição programática do PT não ficariam reduzidos a essa reforma.

desenvolvimentismo distributivista e o novo contrato social ocupavam já todos os espaços da definição estratégica do Partido. Ficaria como um objeto de consumo interno, “para inglês (ou a esquerda petista) ver”.

O documento que marcaria esse pleito, finalmente vitorioso (a que preço?) para Lula e o PT, não seria, porém, o Programa de Governo. Mais destaque adquiriu a “Carta ao Povo Brasileiro”³²⁴, assinada por Lula e dada a conhecer em junho de 2002, pouco antes do início oficial da campanha eleitoral. Nela, o então candidato opositorista faria uma rápida avaliação crítica dos oito anos de FHC, constatando que o modelo utilizado teria encontrado seu ponto de esgotamento e que a resposta da população não era de acomodação, e, sim, de esperança nas mudanças, que seriam aquelas contidas nos eixos básicos definidos nos documentos petistas. Essas mudanças, segundo o candidato, não se dariam da noite para o dia, mas dependeriam de

(...) uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. (SILVA, 2002) (grifo nosso)

O documento procurava desfazer a imagem, usada na ocasião pelo continuísmo, de que a instabilidade reinante era de responsabilidade da candidatura opositorista, geradora de temores principalmente nos meios financeiros, no “mercado”. Ao contrário, Lula acusava o governo FHC de, novamente, omitir seu papel na crise, mantendo o país em sobressalto. Para a superação desse quadro defendia variadas reformas, a geração de divisas nas

³²⁴ O texto integral pode ser encontrado em [HTTP://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf](http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf).

exportações, com especial destaque para o “agronegócio”, permitindo a superação da vulnerabilidade externa e voltando a permitir o investimento público, essencial para a consecução do grande objetivo já várias vezes formulado: a volta do crescimento econômico. E garantia a continuidade de instrumentos tão severamente criticados pelo PT durante a Era FHC, como o superávit primário. O caminho do crescimento econômico, (...) *com estabilidade e responsabilidade social* (...), seria feito (...) *democraticamente, dentro dos marcos institucionais, (...) com as contas públicas ordenadas e mantidas sob controle e realizando um (...) Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social* (IDEM). (grifos nossos)

O documento de Lula, alcunhado à época de “Carta aos credores estrangeiros” por alguns de seus críticos à esquerda, era, por um lado, o compromisso lampedusiano com o capital nacional e estrangeiro de que as mudanças não afetariam negativamente seus interesses, ao contrário, o crescimento com estabilidade prometido só lhes seria benéfico, talvez só prejudicando o setor financeiro mais diretamente dependente da macro especulação internacional. Por outro lado, tudo isso demonstrava que não havia mais limites para o PT e nem para o candidato no sentido de, rompendo com o projeto original petista, abraçar as lógicas e instrumentos econômicos, políticos e institucionais utilizados até aquele momento pelo neoliberalismo e, em geral pelo sistema do capital. O respeito aos contratos escanteava, definitivamente, qualquer possibilidade de, por exemplo, questionar-se a dívida externa

brasileira.³²⁵ A reforma agrária era afirmada ao mesmo tempo que se destacava a importância do “agronegócio”.³²⁶ Superávit primário e contas públicas sob controle eram parte do discurso neoliberal de FHC. E sua importância não estava na necessidade de manter a economia estável, mas, centralmente, estabelecer um padrão diferenciado de atuação do Estado frente às suas responsabilidades no campo social, elemento típico do ordenamento neoliberal assumido pelos governos brasileiros a partir da década de 1990. E finalmente, os compromissos com a Produção (em maiúscula), emprego e justiça social (em minúsculas) davam bem o tom de para quem se voltavam e quais eram aquelas prioridades.

A burguesia brasileira passara por um fracionamento quando da crise do modelo ditatorial burguês a partir da segunda metade dos anos de 1970. A partir dali, penosamente construía um novo coescionamento, que permitiu o ataque aos direitos, às lutas e às organizações dos trabalhadores e a reversão do processo de grandes mobilizações populares nos anos de 1980. A eleição de Collor de Melo representou esse rearranjo. O peso adquirido pelo setor financeiro com o aprofundamento do modelo neoliberal e, principalmente, as constantes demonstrações de instabilidade internacional trazidas por esse modelo, com fortes reflexos na economia e sociedade brasileiras, permitiram gradativamente uma nova cisão dentro da classe dominante. O PT, com sua tradição, imagem e programa não era visto por ela, em geral, como parceiro

³²⁵ O PT abandonou, naquela época, todos os fóruns nos quais se procurava levar adiante a bandeira do não pagamento da dívida.

³²⁶ A sequência do governo Lula mostraria, pelo destaque nele obtido pela grande propriedade rural, diferentemente da reforma agrária, o quanto era puramente aparente aquela “esquizofrenia”.

confiável para realizar a transição para outro projeto. E, por sua própria opção muitas vezes repetida, não se propunha também a compor tal parceria. Foi necessário todo um longo período de transição, um penoso rito de passagem para que, majoritariamente dentro do Partido, as possibilidades de composição de classes e de representação de um projeto viável e palatável para amplos setores de uma burguesia descontente com os rumos da política econômica de FHC (além das denúncias de corrupção e outras que prejudicavam a “estabilidade do mercado”) se viabilizassem. Era um fenômeno curioso: para uma ampla parcela dos setores sociais desejosos de mudanças, fossem elas mais ou menos radicais, a candidatura Lula representava uma esperança, que foi explorada *ad nauseam* pela mídia da campanha petista. Para as parcelas conservadoras que se voltaram para Lula, ele tinha deixado de ser o perigoso “sapo barbudo”, radical e “comunista”, para ser, então, um sério e fiel depositário dos destinos da nação, sem câmbios bruscos e sem surpresas desagradáveis. E isso a campanha petista, que novamente dispensou a militância e suas bandeiras vermelhas, aproveitou à farta nos meios de comunicação de massas.

Para quem modelou esse projeto, a vitória de Lula representava o coroamento desse processo de transformismo político. Restava levá-lo adiante, equilibrando-se nas suas diferentes contradições, aparando arestas e superando desconfianças sempre presentes, principalmente entre os setores mais conservadores, depurando resquícios do passado e cooptando “companheiros” de lutas que se deixaram seduzir por esse processo.

Para a esquerda revolucionária brasileira, ao menos para aquela que ainda carregava algum resquício de avaliação crítica da realidade, tendo ou não apoiado o projeto que acabou por levar Lula à presidência da República, ficava o travo de ao ver chegar àquele cargo um representante da classe operária, de um partido de massas surgido na luta daquela classe e com um claro viés de esquerda, não conseguir reconhecer traços básicos daquela tradição, perdidos no caminho que não comportava mais retornos e encruzilhadas. As opções estavam feitas. As alianças estabelecidas. As “ligações perigosas” do PT com a burguesia brasileira, sempre negadas teoricamente para se realizarem na prática, fechavam, agora, um ciclo. Quem vivesse veria seus resultados.

CONCLUSÃO

Na História brasileira do século XX, dois partidos políticos, herdeiros, apesar de suas grandes diferenças, da tradição revolucionária da esquerda mundial, desenvolveram experiências que, grosso modo, não redundaram nos objetivos que estavam explícitos quando de suas fundações, como a transformação deles em partidos revolucionários de massas e a conquista de uma nova sociedade sem a dominação do capital. Ao contrário, por caminhos em geral tortuosos, tanto o PCB quanto o PT, com trajetórias e em conjunturas diferenciadas, caminharam por sendas que os levaram a se transformar em partidos da ordem, incapazes, portanto, de cumprir os objetivos para os quais haviam sido criados. O desenrolar desse processo aparece nas muitas páginas desta tese. O PCB, partido com mais longo percurso na História política do país, acumulando um imenso cabedal de gloriosas lutas em defesa da classe operária, ainda assim não foi capaz de constituir-se em alternativa política revolucionária das grandes massas populares nos momentos em que poderia aparecer como vanguarda dessa luta. Ficou notório, nestas páginas, o fato de, em conjunturas de ascenso das lutas populares, como no final da ditadura Vargas, no governo

Goulart ou nos estertores da ditadura militar, por exemplo, esse Partido (ou suas direções) acabar cumprindo o papel de freio das demandas de uma população que buscava se livrar, então, dos aspectos mais expressivos das formas vigentes de dominação do capital e ansiava avançar para novas experiências. Análises incorretas da realidade, seguidismo (em alguns casos) de avaliações reais ou hipotéticas das conjunturas mundial e nacional, que, sistematicamente, não se coadunavam com o que ocorria de fato no país, deformações políticas das direções, receio frente às radicalizações e rompimentos da ordem, todas essas podem representar parcelas de explicação para o fato de o PCB não ter sido capaz de tornar realidade as transformações radicais da sociedade brasileira que foram objetivo de tantos que se acercaram do Partido durante sua longa trajetória.

Já o PT, com uma tradição muito mais recente, mesmo sem nunca ter se explicitado como revolucionário, carregava originalmente bandeiras que apontavam tal objetivo, além de um socialismo jamais esclarecido. Tendo nascido crítico daquela tradição pecebista, acabou por trilhar muito mais rapidamente do que o “Partidão” as sendas da adequação à ordem do capital. Esse Partido e a central sindical que sempre acompanhou, mais ou menos harmoniosamente, os seus passos – a CUT – realizaram em poucos anos após seu(s) surgimento(s) um *tour de force* no sentido do rompimento com todo o acúmulo teórico e político de viés anticapitalista. O abandono de suas formulações originais, também historiado nesta tese, redundaria em estruturas sólidas e com bases de massas (especialmente no caso da CUT), mas absolutamente integrados à lógica do sistema capitalista, e pior, reproduzindo-a e ao mesmo tempo procurando afirmar um discurso de pretensa mudança

radical. Mais grave ainda: ao contrário de seu rival comunista, o PT, após algumas tentativas frustradas, conseguiu alçar-se ao governo federal nos primórdios do século XXI carregando as esperanças de mudança de grandes parcelas da população e as expectativas de aprofundamento do *status quo* por parte de seus novos aliados, representantes de setores do grande capital.

Diante desse quadro fortemente negativo, nos campo nacional e internacional, nos quais ainda imperam, apesar dos cada vez mais profundos abalos causados por frequentes e vigorosas crises sistêmicas, os ditames do capital em sua forma hegemonicamente neoliberal, a esquerda revolucionária brasileira atravessa uma das mais graves crises de sua História. Embora em um período relativamente recente, parcelas dessa esquerda tenham tido destaque na tentativa de construção de alternativas aos projetos do grande capital, nos estertores do regime ditatorial, ela não teve capacidade de constituir-se como força hegemônica diante de projetos social-democratizantes ou de qualquer outro viés, por dentro dos movimentos populares, do PT e da CUT. Isso apesar da força, da radicalidade e da disposição para a luta que aqueles movimentos demonstraram naquela conjuntura dos anos de 1980. Mesmo que não tenham conseguido nunca a conquista de vitórias duradouras naquele período, os movimentos populares de então funcionaram, durante algum tempo, como um anteparo à penetração e implantação do neoliberalismo no Brasil.

Não há dúvida de que a crise do socialismo soviético, que se tornou terminal ao final da década de 1980, representou um dos elementos mais marcantes da crise da esquerda brasileira e mundial, com seus efeitos ainda sendo sentidos de forma clara e constante mais de duas décadas após seu trágico desfecho. Aquela experiência fracassada carregou consigo não só os

sonhos dos que acreditavam no papel transformador daquele projeto, mesmo com as suas diversas deformações, mas levou também de roldão o conjunto do pensamento revolucionário daquele final de século. Mesmo os revolucionários críticos dos caminhos trilhados pelos stalinistas e seus sucessores tiveram questionadas as suas crenças e práticas, colocadas lado a lado com as experiências fracassadas, tendo que dar respostas ao cerco montado pelo neoliberalismo, prestes a tornar-se socialmente hegemônico. O “pensamento único” neoliberal, ao afirmar-se, fez tabula rasa de toda e qualquer formulação que lhe oferecesse combate. Nessas condições, poucas foram as sobrevivências do ascenso do movimento popular dos anos de 1980 nas décadas seguintes.

A esquerda revolucionária, porém, não pode escudar-se nessas dificuldades para justificar a sua incapacidade em disputar com um projeto próprio a hegemonia ídeo-política no interior da sociedade brasileira na conjuntura atual. Os problemas que tornam hoje impeditiva essa disputa com mínimas chances de sucesso não têm centralidade em questões de origem exótica. Um alto grau de sectarismo e divisionismo nessa esquerda aparece umbilicalmente acompanhado de uma baixa formação política de seus quadros (com honrosas exceções). O parco conhecimento da realidade do país, inclusive das formas como se desenvolveu, e hoje se manifesta, a dominação capitalista traz como consequência a impossibilidade da formulação de um projeto de peso a servir de sustentação para a disputa com os da burguesia (inclusive os apresentados pela liderança petista no governo). A construção gradativa de uma unidade dessas forças da esquerda socialista, nos campos sindical e político, representa uma das condições *sine qua non* da possibilidade da formação de um polo alternativo, revolucionário, que seja atraente para parcelas crescentes da

classe operária e dos trabalhadores em geral. A ampliação do nível teórico dos revolucionários, em especial quanto à apreensão das formulações e do método apresentados na obra marxiana e na de seus melhores e mais fiéis seguidores, além do estudo aprofundado da realidade da dominação do capital em esfera mundial e local aparecem ainda como prementes necessidades. A repetição de fórmulas exitosas em outras realidades e momentos já se mostrou, para os lutadores da transformação social, tão funesta quanto o abandono do arsenal teórico-político revolucionário acumulado por já quase dois séculos.

Nesse campo, o acúmulo alcançado pelos assistentes sociais no Brasil nas últimas décadas representou um destaque indiscutível. E, diante das evidências expostas nesta tese, um elemento parece irrefutável: a construção de um Serviço Social crítico ao conservadorismo, aos efeitos da “questão social” e ao “mundo do capital”, utilizando-se do arsenal crítico marxiano e do que de melhor foi produzido pelo marxismo no século XX, permitiu a manutenção da hegemonia do Projeto Ético–Político Profissional que sobrevive até este final de primeira década do novo século. Essa hegemonia alcançada pela “intenção de ruptura” no Serviço Social encontra, então, boa parte de sua explicação na articulação da hegemonia política (construída nas entidades profissionais, renovadas nas últimas décadas) e teórica, baseada no pensamento marxiano e no marxismo (mesmo que não exclusivamente) (BRAZ, 2007). E, nesse caso, em um processo retro alimentador, a produção de novos conhecimentos sob aquelas bases, realizada por setores da profissão, tanto no debate interno como naquele voltado para o conjunto da sociedade, permite aprofundar o cabedal teórico-político desses assistentes sociais, passível de torná-los, cada vez mais, um

importante componente da vanguarda intelectual do pensamento crítico na sociedade brasileira.

Isso, porém, não quer dizer que o Serviço Social esteja imune às influências advindas das formas atuais de reprodução do sistema capitalista. Ao contrário, a penetração de ideias críticas à modernidade, de cariz neoconservador ou pós-moderno, apresentando-se como superação de quaisquer formas de marxismo, encontra uma plateia atenta em espaços acadêmicos e profissionais de parcelas dos assistentes sociais (e, evidentemente, não só deles). A própria existência do governo petista, com a sedutora rede de “políticas sociais” focalistas, derruidoras das formulações universalistas da tradição da esquerda na sua luta contra as repercussões da exploração capitalista, aparece como um potente foco questionador do Projeto Ético – Político do Serviço Social. O retorno de práticas assistencialistas e os seguidos ataques ao sistema de Seguridade Social, por parte desse governo, são outros exemplos que demonstram os riscos que correm hoje os projetos mais avançados construídos pelos assistentes sociais nas últimas décadas. E isso, em tempos nos quais a destruição da autonomia dos movimentos populares e sociais vem acompanhada pela alternativa da cooptação de muitos dos militantes desses movimentos, e o ataque às formas de resistência a essas políticas não é coisa de pouca monta. Principalmente quando, como é o caso, o agente dessas políticas é um governo cuja existência representou, para muitos setores da esquerda (*y compris* a vanguarda do Serviço Social), o ápice da luta desenvolvida por mais de vinte anos.

O governo Lula, desde seus primeiros passos, reproduziu aquilo que vinha sendo construído há muitos anos por dentro do PT e da CUT, conforme se

pode acompanhar no decurso desta tese. As resoluções dos encontros partidários e dos congressos da Central caucionaram as medidas levadas a efeito desde os instantes iniciais do mandato presidencial.³²⁷ Nesse aspecto, se é verdade que, para amplos setores da população, a vitória de Lula em 2002 correspondia a uma esperança de mudanças de rumo diante da crise vivida pelo modelo exponencializado por Fernando Henrique, aqueles que acompanhavam as deliberações exaradas dos documentos do PT tinham consciência do predomínio da permanência frente ao mudancismo. E, como já registrado, tal fato não representava uma novidade na História do Partido. Ao contrário, as modificações nos programas partidários tenderam a reproduzir recuos em relação às propostas mais avançadas anteriormente formuladas. O abandono do classismo, a diluição do objetivo socialista e o esgarçamento da política de alianças, principalmente no sentido de nela inserirem-se setores das classes dominantes, não foram propostas dos setores hegemônicos no PT construídas a partir de algum momento determinado, de uma abrupta ruptura ou de uma inversão de prioridades de 180°. Houve conjunturas específicas nas quais as necessidades de definições aceleraram esse processo, como no caso da conquista de importantes prefeituras e a ocorrência do chamado “administrativismo”. Ou mesmo em cada campanha eleitoral à presidência da República, a partir de 1989, colocadas como objetivos centrais que podiam sacrificar (e sacrificavam, na prática) processos de lutas sociais e aspectos de fundo do programa partidário.

³²⁷ Para ser mais preciso, esse processo já se dava na montagem da equipe ministerial, antes, portanto, da própria posse de Lula no alvorecer de 2003.

O governo Lula colocou em xeque a esquerda revolucionária brasileira, em especial aqueles setores que permaneciam como bases de sustentação a esse governo, por dentro do PT. E, aí, alguns aspectos devem ser considerados. O fato de a corrente petista Articulação ter consolidado, na segunda metade dos anos de 1990, a sua hegemonia por dentro do Partido indicou que, quando da vitória de Lula e da submissão absoluta do PT aos ditames exarados do palácio do Planalto, a força dos setores da “esquerda petista” ficou ainda mais limitada para se opor a esse processo. E mais, a Articulação (e o governo), de certa forma, já podia dispensar, a partir daquele momento, a presença e a atuação crítica desses setores. Daí à expulsão sumária, sem grandes traumas e, até, contando com o apoio da mídia burguesa, de parcelas daquela esquerda que contestou a implementação da (contra)reforma da Previdência do setor público, foi um salto rápido e quase indolor. Vale, inclusive, ressaltar que essa ação governamental esteve respaldada, com todas as letras, no programa de governo do candidato petista, o que enfraqueceu qualquer argumentação de traição ou rompimento com o mesmo. O que remete essa discussão para um outro campo: o que pretendia essa esquerda ainda abrigada nas fileiras do PT? Sonhava com uma reviravolta política do candidato guindado à presidência e das forças que o sustentavam? Ou que “as massas”, naquele momento desmobilizadas e empolgadas, inclusive por responsabilidade dessa esquerda, com a vitória do metalúrgico-que-subiu-na-vida, viessem a cobrar as mudanças que eram mais frutos de parte da herança petista dos anos de 1980 do que da realidade de 2002? O resultado desse processo foi uma esquerda socialista mais acuada e limitada politicamente dentro do PT, eventualmente “rachando” com o Partido, mas não de forma unitária e coesa. Pelo contrário, o que se viu foi um processo

de fragmentação dessa esquerda, entre apoiadores e críticos do governo de Lula. E, quando do rompimento de alguns desses setores com o PT, ainda quando alguns buscaram uma reorganização partidária que reproduzisse o que de melhor o Partido tinha criado, sem os vícios e deturpações que havia sofrido, essa esquerda apresentou uma coesão de baixíssima intensidade, gerando o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), cuja falta de unidade e dificuldade de produzir um projeto alternativo ao petista tornaram-se notórios. Por seu turno, outras agremiações políticas da esquerda revolucionária, como no caso do PSTU ou do PCB, não conseguiram, até hoje, romper o isolamento e se colocar como alternativa viável para a sociedade, seja pelas condições impostas pela conjuntura adversa, seja pela limitação de seus projetos e/ou análises. Enquanto isso, os que permaneceram no PT, ou mesmo o PCdoB, parecem seguir sua triste sina de linha auxiliar do projeto liberal-desenvolvimentista burguês de Lula e da Articulação.

Tal quadro teria que se refletir no projeto ético-político profissional construído pelos assistentes sociais desde os anos de 1980. Quanto a isso, José Paulo Netto já advertia quando falava em um Serviço Social posto à prova (NETTO, 2004). Outros autores o acompanharam, como Brás (2007) que afirma:

O que põe o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro em crise é a articulação de dois problemas centrais. O *primeiro* diz respeito à ausência de uma proposta alternativa à do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao *trabalho*. Ultrapassa os limites da realidade brasileira, uma vez que tem antecedentes históricos, que remetem à própria crise do socialismo mundial, (...). Em poucas palavras, *a crise do projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional*. (...) O *segundo problema* está centrado em fatores objetivos que incidem sobre as *bases materiais do projeto profissional*. (...) Outras expressões políticas da profissão – de variados tons

neoconservadores – mais ou menos organizadas podem ganhar espaço e terreno em meio à degradação das condições de trabalho profissional. (...) As iniciativas políticas, fundamentalmente tocadas por nossas entidades representativas, devem articular dois vetores de ação: a) procurar transcender nosso campo específico de atuação (...) identificar os setores mais avançados e combativos da luta social para com eles estabelecer frentes comuns de resistência; b) exercer nossas possibilidades regulatórias, no sentido de assumir nossas responsabilidades ético-políticas com a profissão (...). (BRAZ, 2007, p. 7-10)

Resistência frente aos ataques que buscam destruir conquistas sociais há muito estabelecidas. Unidade na luta dos trabalhadores e seus aliados. Construção de um novo projeto de transformação societária de superação do mundo do capital. As grandes tarefas estão colocadas. Resta aos trabalhadores e aos revolucionários socialistas assumirmos essa imensa responsabilidade coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. *SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE*, São Paulo, nº 50, p. 143-171, abr. 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C. e CABRAL, Maria do Socorro R. *O novo sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

ABRAMIDES, Maria Beatriz C., CABRAL, Maria do Socorro e FARIA, Sandra de A. A organização sindical dos assistentes sociais – uma transitoriedade inconclusa. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 10, 2001, Rio de Janeiro. **Anais do X CBAS**, Rio de Janeiro: CFESS/ABEPSS, 2001. p. 13-14

ABRAMO, Fúlvio e KAREPOVS, Dainis. *Na contracorrente da história* (documentos da Liga Comunista Internacionalista 1930-1933). São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

A CLASSE OPERÁRIA. *Reuniu-se o 4º Pleno do C.C. s. l., s. n., 18-31 mai 1989.* p. 11

ALAYÓN, Norberto (org.). *Trabajo Social Latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización.* 2ª ed., Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.

ALENCAR, Francisco et al. *História da sociedade brasileira.* 17ª ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.

ALMEIDA, Lúcio Flávio. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1954-1964. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX.* São Paulo: Cortez, 2003. p. 83-122

ALMEIDA FILHO, Hamilton. *A sangue quente: a morte do jornalista Wladimir Herzog.* São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

ALVES FILHO, Ivan. *Giocondo Dias: uma vida na clandestinidade.* Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964/1984).* 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 1989.

AMADO, Jorge. *Vida de Luís Carlos Prestes, o cavaleiro da esperança.* São Paulo: Martins, 1945.

_____. *Homens e coisas do Partido Comunista.* Rio de Janeiro: Horizonte, 1946.

_____. *O mundo da paz: União Soviética e democracias populares,* 4ª ed., Rio de Janeiro: Vitória, 1953.

_____. *Subterrâneos da liberdade*. 3 tomos (Ásperos tempos, Agonia da noite e A luz no túnel). São Paulo: Martins, 1954.

AMAZONAS, João, LUSTOSA, Rogério e FERNANDES, Luís. *O socialismo vive – documentos do 8º Congresso do Partido Comunista do Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1992.

AMÉRICO, José. O PT virou social-democrata? *BRASIL AGORA*, nº 5. São Paulo: 1ª quinzena dez. 1991. p. 10

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In SADER, Emir (org.). *Pós-Neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

_____. *A rebeldia do trabalho (confronto operário no ABC paulista: as greves de 1979/1980)*. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. A CUT entre o Classismo e a Social Democracia. In: NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito (orgs.). *Para onde vai a CUT*. São Paulo: Scritta, 1993. p. 85 – 94.

_____. Os sindicatos da CUT estão em xeque. In: *BRASIL AGORA*, nº 69. São Paulo: 10-23 jun. 1995. p. 5,

_____. *Os Sentidos do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo et al. Mundo do trabalho. In: *TEORIA E DEBATE*, nº 31. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, abr./ jun. 1996. p. 9,

AQUINO, Rubim S. L. de e MITTELMAN, Tania. *A revolta da vacina: vacinando contra a varíola e contra o povo*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2003.

ARANTES, Aldo e LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular, da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

ARAÚJO, José Prata de. Destruição ou Aceitação da Estrutura Sindical Oficial. In: NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito. *Para onde vai a CUT*. São Paulo: Scritta, 1993. p. 111 – 124

ARAÚJO, Maria Paula. *Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Roberto Marinho, 2007.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 13^a ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO. *Partido Comunista Brasileiro: caminhos da revolução (1929-1935)*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 1995.

BAHRO, R. *A Alternativa: para uma prática do socialismo real*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980. (Coleção Pensamento crítico, v.42)

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARATA, Agildo. Pela Renovação e Fortalecimento do Partido. *VOZ OPERÁRIA*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1957.

_____. *Vida de um revolucionário (memórias)*. Rio de Janeiro: Melso, s/d.

BARBALHO, Alexandre. *Lívio Xavier: política e cultura: um breve ensaio*. Fortaleza: Edições A CASA, 2003.

BARCELLOS, J. (org.). *CPC, uma história de paixão e consciência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

BARROCO, Maria Lúcia. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2003.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*, 2º vol., 4ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1957.

_____. *Uma vida em seis tempos* (memórias). São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *História Sincera da República: de 1961 a 1967*. 2ªed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

BASTOS, Abguar. *Prestes e a revolução social*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BATALHA, Claudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de A. N. (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente, da proclamação da República à revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 161-189

BEHRING, Elaine Rosetti. *Brasil em Contra Reforma (desestruturação do Estado e perda de direitos)*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEIGUELMAN, Paula. *Os companheiros de São Paulo*., São Paulo, Edições Símbolo, 1977. (Coleção Ensaio e Memória nº 2)

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 231-286.

BERARDO, João Batista. *O político Cândido Torquato Portinari*. São Paulo: Editora Gráfica Nagy, 1983.

BERLINCK, Manoel Tosta. *CPC da UNE*. Campinas: Papyrus, 1984.

BEZERRA, Gregório. *Memórias (segunda parte: 1946-1969)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BITTAR, Jacó et al. – Movimento Operário Hoje. *Revista Cara a Cara*. Petrópolis: n° 2, p. 11-53, jul./dez. 1978.

BOITEUX, Bayard Demaria. *A guerrilha do Caparaó e outros relatos*. Rio de Janeiro: Inverta, 1998.

BOITO JR, Armando. Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO JR (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 137-170

_____ (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

BONETTI, Dilséa A., SILVA, Marlise V., SALES, Mione A. e GONELLI, Valéria M. M. (orgs.). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGA, Sérgio Soares (org.). *Luiz Carlos Prestes: o Constituinte, o senador (1946-1948)*. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 10, 2003.

BRANDÃO, Otávio. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BRASIL AGORA. *Uma grande chance* (encarte especial), São Paulo, 6-19 set. 1993. p. 5-12

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. In: *SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE*, São Paulo, nº 78, p. 48-68, jul. 2004.

_____. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: *REVISTA INSCRITA*, Brasília, nº X, p. 4-10, nov. 2007.

BUCCHIONI et al (editores). *É hora da frente revolucionária*. São Paulo: CS Editora e Gráfica, junho de 1992.

BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol. 39, 1980. (Coleção Pensamento Crítico)

CABRAL, Pedro. *Xambioá – guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Record, 1993.

CABRAL, Reinaldo e LAPA, Ronaldo. (orgs.). *Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos (vol.2: Brasil de nossos dias)*. Rio de Janeiro: Opção/Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.

CÂMARA, Antonio da Silva. A Utopia Renegada. In: *Universidade e Sociedade*. Brasília: nº 31, 2003. p.161-166

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto Moreira e COMIN, Álvaro. *Caminhos cruzados: o “Acordo das Montadoras” e as relações de classe no Brasil contemporâneo* (mimeo). São Paulo: Cebrap, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Estação Liberdade/Arquivo do Estado/SEC, 1997.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras (vol. 1: da revolução da República à Coluna Prestes (1889/1927))*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.

CARONE, Edgard. *Revoluções no Brasil contemporâneo, 1922/1938*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1975.

_____. *A primeira república, texto e contexto (1889-1930)*. 3ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1976. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

_____. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

_____. Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas e Astrojildo. In: *MEMÓRIA E HISTÓRIA, - Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro*. São Paulo: nº 1 (Astrojildo Pereira - documentos inéditos), p. 15/36, 1981.

_____. *O PCB, vol. II (1943-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. *A II Internacional pelos seus Congressos (1889-1914)*. São Paulo: Anita/USP, 1993.

CARVALHO, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Durval de. CUT. Democracia, Solidariedade, Socialismo. In: NETO, Sebastião e GIANNOTTI, Vito (orgs.). *Para onde vai a CUT*. São Paulo: Scritta, 1993. p. 150 – 164

CARVALHO, José Murilo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, vol. 9, tomo 3: Brasil republicano, parte 2: sociedades e instituições (1889-1930), cap. v, 1977. p. 181/234

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Raul de. Aspectos da história do serviço social no Brasil (1930-1960). In: CARVALHO, Raul de e IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982. p. 125-364.

CASO, Antonio. A esquerda armada no Brasil (1967-1971) (Mimeografado). s. l., s. n. s. d.

CAVALCANTE, Berenice. *Certezas e ilusões: os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Niterói, EDUFF/PROED, 1986.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Almanaque*. São Paulo: Joruês, jul. 1986a.

_____. *Boletim Nacional nº 9* (Suplemento). São Paulo: Joruês, ag./set. 1986b.

_____. *Boletim Nacional n° 10*. São Paulo: Joruês, mar. 1987a.

_____. *Boletim Nacional n° 13*. São Paulo: Joruês, mai./jun. 1987b.

_____. *Boletim Nacional n° 14*. São Paulo: Joruês, jul./ag. 1987c.

_____. *Boletim Nacional n° 15*. São Paulo: Joruês, set. 1987d.

_____. *Cronologia das lutas*.
<http://www.cut.org.br/content/view/13217/309/>. (consultado em 21/1/2010)

_____. *Textos para debate – 7ª Plenária Nacional (30 de agosto a 2 de setembro de 1995)*. s. l., s. n., 1995.

_____. Resolução da 7ª Plenária. *EM TEMPO*. São Paulo: out. 1995, p. 8.

CENTRO DE ESTUDOS VICTOR MEYER. *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2009.

CERDEIRA, Bernardo. Enfrentamento e ruptura: a expulsão da Convergência Socialista do PT. *OPINIÃO SOCIALISTA*. São Paulo, 11 jun./8 jul. 2009.

CHAVES NETO, Elias. Política nacionalista. *REVISTA BRASILIENSE*. São Paulo: n° 13, set./out. 1957. P. 7-8

CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CLAUDÍN, Fernando. *Marx, Engels y la revolución de 1848*. Madri: Siglo XXI de España, 1981.

_____. *A oposição no “socialismo real” (União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-Eslováquia: 1953/1980)*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *A crise do movimento comunista. (vol. 1: A crise da Internacional Comunista)*. São Paulo: Global, 1985. (Coleção Luta de classes)

COELHO, Edgar. *O Manifesto de Agosto de 1950 (mimeogr.)*. Rio de Janeiro: PUC, 1980.

COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COHN-BENDIT, Daniel et al. *A revolta estudantil*. Rio de Janeiro: Laudes, 1968.

COIMBRA, Cecília. *Guardiães da Ordem*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. *Programa de governo 2002 – Um Brasil para todos*, São Paulo: s. n., 2002.

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções do Sétimo Encontro Nacional*. São Paulo, Editora Gráfica Brasileira, 1990.

_____. Oito alternativas para a tese-guia. *BOLETIM NACIONAL*, nº 70, São Paulo, jun. 1993. p. 4

_____. CUT: balança, mas não cai. *BOLETIM NACIONAL*, nº 70. São Paulo: jun. 1993. p. 12

_____. Resolução sobre Luiza Erundina. *BOLETIM NACIONAL*, nº 71, São Paulo, jul. 1993. p. 3

_____. 100% de salário: um problema para as administrações. *BOLETIM NACIONAL*, nº 73. São Paulo: 1ª quinzena set. 1993. p. 8

_____. A “Democracia Radical” e o Diretório Nacional. *BOLETIM NACIONAL, BRASIL AGORA*, São Paulo, 10/23 jun. 1995. p. 2

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Declaração sobre a política do PCB. *VOZ OPERÁRIA*, 22 abr. 1958.

_____. Resolução Política. In: CORRÊA, Hercules. *A Classe Operária e seu partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social a caminho do Século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. In: *SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE*, São Paulo, nº 50, p. 172-190, 1996.

_____. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. <http://www.cfess.org.br/legislacao.php>, (consultado em 12/2/2010).

COORDENAÇÃO NACIONAL DA ARTICULAÇÃO UNIDADE NA LUTA. *Manifesto* (mimeogr.). São Paulo, mar. 1995.

CORRÊA, Hercules. *A classe operária e seu partido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CORRÊA, José. Uma opção de esquerda. *Brasil Agora*, São Paulo, 21 jun./4 jul. 1993. p. 11

COSTA, José Caldas da. *Caparaó, a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. SILVEIRA, Ênio (dir. resp.). *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: vol. 9, p. 33-47, mar. 1979.

_____. *A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Vãos)

_____. Democracia e socialismo. In WEFFORT, F. C. (org.). *PT: um projeto para o Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 9-31

DEBRAY, Régis. *Revolução na revolução*, Centro Editorial Latino-Americano, São Paulo, s/ ed., s/ data.

DECCA, Edgar Salvadori de. *1930: O silêncio dos vencidos*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

DEUTSCHER, Isaac. *Ironias da História: ensaios sobre o comunismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

_____. *O judeu Não-judeu e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970a. (Coleção Perspectivas do homem, v. 61)

_____. *Stalín A história de uma tirania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970b.

_____. *La década de Jrushov*. Madri: Alianza Editorial, 1971.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DIAS, José Fernandes (org.). *Serviço Social: intervenção na realidade*. Petrópolis: Vozes, 1980.

DIAS, Luzimar Nogueira (seleção). *Esquerda Armada (testemunho dos presos políticos do presídio Milton Dias Moreira)*. Vitória: Edições do Leitor, 1979.

DIMITROV, Gueorgui. *Obras escolhidas*, vol. II. Sófia (Bulgária): Sófia Press, 1982.

DIRCEU, José. O erro esteve nos extremos. *TEORIA E DEBATE*. São Paulo: n° 28 (caderno especial) p. 16-17, mar./mai. 1995.

DIRCEU, José e PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Garamond/ Espaço e Tempo, 1998.

DIREÇÃO NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. Lutemos pelo socialismo com liberdade e democracia (proposta de declaração política). *VOZ DA UNIDADE*. São Paulo: 15 mai. 1991. p. 3-6

_____. Nova política, novo partido (abertura de discussão). *VOZ DA UNIDADE*. São Paulo: 15 mai. 1991. p. 7-15

DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resolução. *EM TEMPO*. São Paulo: abr. 1995. p. 4

_____. *Um outro Brasil é possível (tese-guia do 12º Encontro Nacional do PT)*, São Paulo, s. n., 2001a.

_____. *Resoluções do 12º Encontro Nacional do PT*, São Paulo: s. n., 2001b.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Vozes, 1988.

DULLES, John W. F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ENGELS, Friedrich. Sobre a autoridade. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas* (vol. 2). Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

_____. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Lisboa: Estampa, 1971. (Coleção Teoria, v. 6)

_____. *Temas Militares*. Lisboa: Estampa, 1976. (Coleção Teoria, nº 32)

_____. Teoria da violência. In: NETTO, J.P. (org.). *Engels*. São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes cientistas Sociais, v.17)

_____. Introdução à edição de 1895. In: MARX, K. *As Lutas de Classes em França de 1848 a 1850*. Lisboa: Edições Avante, 1982. (Biblioteca do Marxismo-Leninismo, 18)

ESCOLA SUL DA CUT. *Rumo à organicidade e a uma nova cultura sindical* (mimeógr.). Florianópolis: s. n., abr. 1996.

EXECUTIVA NACIONAL DA CUT. *Tese base atualizada para o 5º CONCURTO (1º e 2º cadernos)*. S. l., s. n., mai. 1994.

FALCÃO, Frederico José. *As ilusões da estratégia: o PCB do apogeu à crise do stalinismo (1942-1961)*. 1996, 373 f. Dissertação (História do Brasil) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1996.

_____. A questão social na formação do capitalismo industrial brasileiro – o Rio de Janeiro das revoltas de 1904. *Revista Ágora*, nº 4, jul. 2006. (www.assistente-social.com.br),

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FARIA, Alvaro de, Os trabalhadores e a nação. *REVISTA BRASILIENSE*. São Paulo, nº 17, mai./jun. 1958.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FEDERAÇÃO OPERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Movimento operário de Caxias do Sul – fragmentos*. Caxias do Sul: Centro de Estudos e Pesquisa Social, 24/10/2009. (www.scribd.com/doc/21773596/Movimento-Operario-Em-Caxias-Do-Sul-Fragmentos) (consultado em 6/1/2010.).

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. (org.). *Marx – Engels*. 3ª ed., São Paulo: Editora Ática, 2003. (Coleção grandes cientistas sociais, nº 36)

FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução da esquerda brasileira (1920*

1946). Londrina: UEL, 1999.

FOMOS, SOMOS E SEREMOS COMUNISTAS. *Proposta alternativa de declaração política* (panfleto). Rio de Janeiro: 30 mai. 1991.

FOMOS, SOMOS E SEREMOS PCB. *Aos companheiros delegados do IX Congresso do PCB* (panfleto). Rio de Janeiro: 30 mai. 1991.

FONSECA, Ouhides. Dirigente da CUT admite apoiar Cardoso. *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro, 25 dez. 1994.

FORACCHI, Marialice . *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*,
2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1977.

FRANCO, Augusto de (coord.). Tese do 1º Congresso do Partido dos Trabalhadores. *JORNAL DO CONGRESSO*, nº 5. São Paulo: Artes Gráficas Guarú, set. 1991.

_____. Neste encontro os delegados esperam enfrentar quatro desafios. COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *BOLETIM NACIONAL*, nº 70. São Paulo: s. n., jun. 1993. p. 5

FREDERICO, Celso. *A esquerda e o movimento operário* (vol 2 – A crise do milagre brasileiro). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *A esquerda e o movimento operário* (vol 3 – A reconstrução). Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

FREIRE, Alipio, ALMADA, Izaías e PONCE, J. A. de Granville (orgs.). *Tiradentes, um presídio da ditadura* (memórias de presos políticos). São Paulo: Scipione Cultural, 1997.

FREIRE, Roberto. Entrevista. *PRISMA*, s. l., ano I, nº 1, abr./mai. 1991. p. 4-5

FREITAS, Maria Lorena Melo Azevedo e SANTOS, Sônia Maria Martins dos. *A influência do Movimento de Reconceptualização Latinoamericano no Serviço Social em Portugal: os discursos e as práticas antes e após o 25 de abril*. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 1998. (Coleção Estudos e Documentos, série I, nº 12)

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT?* São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio. Contribuição à história da esquerda brasileira (1960-1979). *EM TEMPO*. São Paulo: ago. 1979 - abr. 1980.

GARCIA, Marco Aurélio e VIEIRA, Maria Alice (orgs.). *Rebeldes e contestadores: 1968, Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002c.

GAXOTTE, P. *La Révolution Française*. Paris: Arthème Fayard, 1957.

GENRO FILHO, Adelmo. A democracia como valor operário e popular. *In: Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: nº 17, p. 195-202, novembro de 1979.

GIANOTTI, Vito. *Força Sindical, a Central Neoliberal*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

_____. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIANOTTI, Vito e NETO, Sebastião. *Para onde vai a CUT*. São Paulo: Scritta, 1993.

GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *A bancada do PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

GOMES, José Menezes. A Trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas Relações com o Brasil. *In: Universidade e Sociedade*. Brasília: nº 31, p. 32-49, 2003.

GONÇALVES JR, Carlos Alberto. Resultados são positivos. *BRASIL AGORA*. São Paulo, 21 jun./4 de jul. 1993. p. 13

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. A ciência política e o Príncipe moderno. *In: Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 147-236

_____. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: *Cadernos do cárcere* (Vol. 3 - Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política). 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

_____. *Cadernos do cárcere* (Vol. 5 - *O Risorgimento. – Notas sobre a História da Itália*). 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

GUIMARÃES, Juarez. Para alcançar uma nova hegemonia. COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *BOLETIM NACIONAL*. São Paulo: jun. 1993. p. 11.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola, 1992.

HAYEK, Fredrich. *O Caminho da Servidão*. Porto Alegre: Globo, 1977.

HILL, Christopher. *A Revolução Inglesa de 1640*. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1985. (Biblioteca Universal Presença, 12)

_____. *O mundo de ponta-cabeça: ideias radicais durante a revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O Eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa (1789-1848)*, 13ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Coleção Pensamento Crítico, vol. 13)

_____. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a História operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Revolucionários: ensaios contemporâneos*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

HORTA, Danielle Silva da. *A trajetória histórica da organização político-sindical dos assistentes sociais do Rio de Janeiro*. 2009, 292 f. dissertação (Serviço Social) – Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

HYPOLITO, Sonia. A unidade que buscamos. COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. *BOLETIM NACIONAL*. São Paulo: jun. 1993. p. 11.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço social brasileiro e a articulação latino-americana. *In: TEMPORALIS*, Porto Alegre: nº 7, jan./jun. 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O Serviço Social nas relações sociais: a questão da assistência. *In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (1985 – São Paulo)*. São Paulo: Cortez; ANAS, 1987.

IANNI, Otávio, Aspectos do nacionalismo brasileiro. *In: REVISTA BRASILIENSE*, São Paulo, nº 14, nov./dez. 1958.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO CIDADANIA. *Instituto Cidadania* (panfleto), São Paulo, out. 1999.

JORGE, Eduardo. Era possível ganhar no primeiro turno. In: *TEORIA E DEBATE* (caderno especial: 1994), São Paulo, nº 28, p. 12-13, mar./mai.1995.

JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas?* Lisboa: Diabril, 1975. (Coleção Teoria e Prática nº 7)

JURANDIR, Dalcídio. *Linha do parque*. Rio de Janeiro: Vitória, 1959.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento: o Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

KAREPOVS, Dainis e MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: RIDENTI, Marcelo & AARÃO REIS FILHO, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5 (partidos e organizações dos anos 20 aos 60), Campinas: UNICAMP, p. 103-155, 2002.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

KONDER, Victor Márcio. *Militância*. São Paulo: Arx, 2002.

KUPERMAN, Esther. *A guerrilha do Caparaó (1966-1967): um ensaio de resistência*. 1992, 295 f. dissertação (História do Brasil) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LAPA, José Roberto do Amaral (org), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil Contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LEAL, Murilo e KAREPOVS, Dainis. Os trotskismos no Brasil (1966-2000). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. vol.6, Campinas: UNICAMP, 2007.

LEAL, Leovegildo Pereira. *Política Operária – a quebra do monopólio político, teórico e ideológico do reformismo na esquerda brasileira*. 1992, dissertação (História do Brasil) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF, Niterói, 1992.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789: os camponeses e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. (Série Contribuições em Ciências Sociais, vol. 2)

LE MOS, Esther Luíza de Souza. *Serviço Social e Assistência Social no Brasil Contemporâneo*. 2009, 207 f. tese (Serviço Social) – Escola de Serviço Social. UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Las Tesis de Abril*. Moscou: Editorial Progreso, 1977.

_____. Que fazer? In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, Tomo I, 1979a. p. 79-214

_____. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, Tomo I, 1979b. p. 381-472

_____. Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, Tomo I, 1979c. p. 569-572

_____. “Cinco anos da Revolução Russa e perspectivas da revolução mundial - relatório no IV Congresso da Internacional Comunista em 13 de novembro”. In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, Tomo III, 1980. p. 618-628

_____. Um passo em frente, dois atrás (a crise no nosso partido). In: *Obras escolhidas*, tomo I, São Paulo: Alfa-Omega, 1979d. p. 215-376

_____. *O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEVY, Nelson. O PC do B, continuidade e ruptura. In: *TEORIA e POLÍTICA*, São Paulo, nº 1, 22-59, 1980.

LIMA FILHO, Domingos L. *Dimensões e Limites da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, Heitor Ferreira. In: *MEMÓRIA E HISTÓRIA (Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário)*, nº1 (Astrojildo Pereira – documentos inéditos). São Paulo, 1981. p. 37-46

_____. *Caminhos percorridos: memórias de militância*. São Paulo: Brasiliense; Campinas, Arquivo de História Social Edgard Leuenroth/UNICAMP, 1982.

LIMA, Leila e RODRIGUES, Roberto. Metodologismo, produto de uma época.

In:

DIAS, José Fernandes (org.). *Serviço Social: intervenção na realidade*.

Petrópolis:

Vozes, 1980.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro*. Rio de Janeiro: Ibmec, 1978.

LÖWY, Michael (org). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*, 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

LUXEMBURGO, R. *Greve de massas, partido e sindicatos (1906)*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979. (Série Materialismo Histórico)

_____. *Reforma social ou revolução?* Rio de Janeiro: Global Editora, 1990. (Coleções bases, 48)

_____. *A revolução russa*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1991. (Clássicos do pensamento político, v.29)

MARCOU, Lilly. *La Kominform*. Madri: Editorial Villalar, 1978.

MARIA, Dora. A chama está acesa. *BRASIL AGORA*, São Paulo, 2ª quinzena dez. 1991. p. 3

MARIGHELLA, Carlos. Respostas ao questionário de Pensamento Crítico. *EM TEMPO*. 8-14 nov. 1979. p. 12

MARINGONI, Gilberto. CIOSL condena Cuba. *BRASIL AGORA*, São Paulo, 7-20 jun. 1993. p. 5

MARTINS, Antonio. Disputa de nomes ou idéias? *BRASIL AGORA*, São Paulo, 19 abr./2 mai. 1993. p. 13

MARX, Karl. *O capital (crítica da economia política)*. Livro 1: *O processo de*

produção capitalista, vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. *Para a crítica da economia política – Salário, preço e lucro – O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982a.

_____. *As lutas de Classes em França de 1848 a 1850*. Lisboa: Edições Avante, 1982b. (Biblioteca do Marxismo-Leninismo, 18)

_____. *A guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores*. São Paulo: Global, 1986.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel. In: www.consultapopular.org.br/formacao/textos-classicos (consultado em 09 de janeiro de 2010)

MARX, K. e ENGELS, F. *Crítica dos programas de Gotha e de Erfurt*. Lisboa: Estampa, 1975. (Biblioteca do Socialismo Científico, 43)

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. 6ª Ed. São Paulo: Global, 1987. (Coleção Universidade Popular, Vol. 1)

MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da

POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo e AARÃO REIS FILHO, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5 (partidos e organizações dos anos 20 aos 60). Campinas: UNICAMP, p. 185-212, 2002.

_____. *O Sindicalismo Brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MAYER, Fritz (Octávio Brandão). *Agrarismo e industrialismo – ensaio marxista leninista sobre a revolta de S. Paulo e a guerra de classes no Brasil*. Buenos Aires: s. n., 1926.

MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. Projeto Brasil: Tortura Nunca Mais.

Perfil dos Atingidos (Tomo III). Petrópolis: Vozes, 1988.

MORAES, Dênis de e VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

_____. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

_____. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

_____. *Imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORÃES, Lincoln. As eleições municipais de 1996 no Brasil e o caso do Rio Grande do Norte. In : *REVUE LUSOTOPIE (LUSOTROPICALISME)*, p. 71- 86, 1997. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/moraes97.rtf>. (consultado em 1º de fevereiro de 2010)

MOTA, Ana Elizabete da. *O feitiço da ajuda*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1987.

NASCIMENTO, Cláudio Albuquerque. *E o juro te libertará: uma análise do microcrédito como ferramenta social*. 2005, dissertação (Serviço Social) – Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da Questão Social. In: *TEMPORALIS*. Brasília, nº 3, p. 45, jan./jun. 2001.

_____. La construcción del Proyecto Ético-Político del Servicio Social frente a la crisis contemporánea. In: BORGIANNI, Elisabete, GUERRA, Yolanda e MONTAÑO, Carlos (orgs.). *Servicio Social crítico: hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 271-296 (Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social)

_____. “A Conjuntura Brasileira: o Serviço Social posto à prova”. In: *SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE*. São Paulo: nº 79, p. 5-26, set. 2004.

_____. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos, nº 148)

_____. *Ditadura e Serviço Social*. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NIN, Andreu. *Esboço de programa para o 2º Congresso do Partido Operário Unificado Marxista*. In: La Bataille socialiste, 1937-04: *O caráter da revolução espanhola*. [HTTP://bataillesocialiste.wordpress.com/paginas-em-](http://bataillesocialiste.wordpress.com/paginas-em-)

[portugues/1937-04-o-carater-da-revolucao-espanhola](#). (consultado em 5/1/2010)

NOGUEIRA, Arnaldo José F. M. *A Modernização Conservadora do Sindicalismo Brasileiro*. São Paulo: EDUC/FAPESPE, 1997.

NUNES, Antonio Carlos Felix. *PC zona leste: fragmentos da vida partidária*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. (Coleção História Presente, vol. 2)

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista – O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de et al, Quanto melhor, melhor: o acordo das montadoras. In: *REVISTA NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, São Paulo, nº 36, jul. 1993.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA POLÍTICA OPERÁRIA, *Programa Socialista para o Brasil* (mimeogr.). s. l., 1967.

PAIM, Alina. *A hora próxima*. Rio de Janeiro: Vitória, 1955. (Coleção romances do povo)

PALMEIRA, Vladimir. A militância foi totalmente desprezada. In: *TEORIA E DEBATE*, São Paulo, nº 28 (caderno especial), p. 36-37, mar./mai. 1995.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. *Vinte Anos de Política – documentos* (1958 – 1979). São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

_____. *Resoluções do XI Congresso*, Rio de Janeiro, Edição PCB, jul. 1996.

_____. O último racha do Partidão, *IMPrensa POPULAR* (edição especial), s. l., mar. 1997. p. 3

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, Resoluções do IV Congresso. *In: PROBLEMA*, nº 64, 1954.

_____. Manifesto-Programa. CARVALHO, Ferdinando de. *Inquérito Policial Militar nº 709 - O comunismo no Brasil (vol. 3 - As atividades comunistas no Brasil)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1967. p. 422-434 (Coleção General Benício, vol. 52)

_____. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (M-L). Manifesto-Programa. *In: A linha revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974a.

_____. *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974b.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Partido dos Trabalhadores saúda primeiro aniversário da Revolução Sandinista* (panfleto), Manágua, 18 jul. 1980.

_____. *Jornal dos Trabalhadores* (encarte), s. l., s. n., primeira quinzena abr. 1982.

_____. *Resoluções de Encontros e Congressos (1979 – 1998)*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. *O socialismo petista*.
<http://www.pt.org.br/portalpt/documentos/documentos-historicos-32/pagina-1/> (consultado em 2/2/2010)

PARTIDO COMUNISTA DE ESPAÑA. *Programa del VI Congresso del Partido Comunista de España*, s/local, s/ editora, 1960.

PAVAN, Rosiver. Sem atalhos. In: *TEORIA E DEBATE*, São Paulo, nº 18, p. 62-65, mai./jul. 1992.

PEDROSA, Valter. Adeus, PCB. Bandeira de luta é a do PT. *VOZ DA UNIDADE* (suplemento Tribuna de Debates nº 1). São Paulo: 1º dez. 1991. p. 3

PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) 1922 – 1928*. Lisboa: Prelo, 1976.

_____. *Ensaio Históricos e Políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

PEREIRA, Fábio. O PT que a “Folha” gosta. *EM TEMPO*, São Paulo, ag. 1995. p. 10

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues (org.). *Retratos do Brasil*. v. 1, São Paulo: Política, 1984a.

_____. (org.). *Retratos do Brasil*. v.3, São Paulo: Política, 1984b.

PERRIN, Dimas. *Depoimento de um torturado*. Rio de Janeiro: Novacultura, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil Documentos: 1889 a 1930 (vol. 1. O movimento Operário)*, São Paulo: Alfa Omega, 1979.

POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PRADO JR, Caio. As teses e a revolução brasileira. *NOVOS RUMOS*, Rio de Janeiro, nº 67 - 73, jun./jul. 1960.

_____. *História Econômica do Brasil*. 33ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *A Revolução Brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JR, Caio e FERNANDES, Florestan. *Clássicos sobre a revolução brasileira*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PRESTES, Anita Leocádia. A que herança os comunistas devem renunciar?. In: *REVISTA OITENTA*, Porto Alegre, vol. 4, p.197-221, 1980.

_____. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, 1945.

_____. Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da paz, da liberdade e contra o imperialismo. In: *PROBLEMAS*, Rio de Janeiro, nº 19, p. 37-77, jun./jul. 1949.

_____. O Manifesto de Agosto. *VOZ OPERÁRIA*, 5 ag. 1950.

PRESTES, Maria. *Meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

QUEIROZ, Antonio Carlos. O PT quer chegar lá. *BRASIL AGORA*, São Paulo, 21 jun./4 jul. 1993. p. 8-9

RAINHO, Luis Flávio e BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo (1977-1979)*. São Bernardo do Campo: Editora FG, 1983.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização política dos(as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional. In: *SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE*. São Paulo: nº 88, p. 160-181, nov. 2006.

REBELO, Apolinário. *A classe operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Questões Históricas. In: GARCIA, M. A. (org.). *As Esquerdas e a Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1986.

_____. *A Revolução faltou ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de (orgs.). *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

REZENDE, Antonio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios)

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

_____. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In: RIDENTI e AARÃO REIS FILHO, Daniel. *História do marxismo no Brasil*, vol. 5 (partidos e organizações dos anos 20 aos 60). Campinas: UNICAMP, 2002.

RODRIGUES, Edgar. *Alvorada operária: os congressos operários no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1979 a.

_____. *Socialismo: uma visão alfabética*. Rio de Janeiro: Porta Aberta, 1979b.

_____. *Os Libertários*. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. *Trabalho e conflito: pesquisa histórica (1906-1937)*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Arte Moderna, s/d.

RODRIGUES, Iram Jácome. As comissões de empresa e o movimento sindical. In: BOITO JR, Armando (org.), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 137-170

_____. *Sindicalismo e Política; a Trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta, 1997.

RODRIGUES, Leôncio M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (org.). História Geral da Civilização Brasileira, vol. 10, tomo 3, *O Brasil republicano: sociedade e política (1930/1964)*. São Paulo: DIFEL, 1981. p. 361-443

_____. *CUT: os militantes e a ideologia*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

ROLIM, M. Os dias de nossa morte. In: *TEORIA E DEBATE*, São Paulo, n° 18, 2º trimestre 1992.

SACCHETTA, Hermínio. *O Caldeirão das bruxas e outros escritos políticos*. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1992.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. (Coleção História do Povo Brasileiro)

SANDRI, Adriano. *Sindicalismo em tempos de qualidade total*. Belo Horizonte: Sindieletro/MG, 1994.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens Partidos*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. A Queda do Equilibrista: O PCB e os Sindicatos no Brasil (1945 – 92). In: MAZZEO, A. C. e LAGOVA, M.I. (orgs.). *Corações Vermelhos*. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista – reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. 2ª ed., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

_____. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. *Reconceituação do Serviço Social: 40 anos*. São Paulo: Cortez, Nov. 2005.

_____. *O Congresso da Virada e os 30 anos da Revista*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil (origens, cisões e propostas)*. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s/ data.

_____. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades*. 1998, 302 f. dissertação (Ciências Sociais) - São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, PUC/SP, 1998.

SILVA, Benedita da. *Alianças para governar e transformar o Brasil* (panfleto), s/local, s/data.

SILVA, Fernando et alli. Greves dizem não ao arrocho e às reformas de FHC. *JORNAL DO PSTU*, 5-11 mai 1995, p. 6-7.

SILVA, Hélio. *1922: Sangue na areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

SILVA, Lídia Maria Monteiro Rodrigues da. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. 1991, 467 f. tese (Serviço Social), São Paulo: Faculdade de Serviço Social, PUC-SP, 1991.

SILVA, Luiz Inácio da. São Bernardo: uma experiência de sindicalismo “autêntico”. *CARA A CARA*, Petrópolis (RJ), n° 2, p. 54-66, jul./dez. 1978.

_____. Carta ao povo brasileiro, São Paulo, 22 de junho de 2002. http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf (consultado em 5/2/2010).

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord.). *O Serviço Social e o Popular*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Marlise Vinagre. *Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (aprovado em 15 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas resoluções CFESS n° 290/94 e 294/94)*. http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf (consultado em 15/2/2010).

SILVA, Sidney Jard da. Companheiros servidores: o avanço do sindicalismo do setor público na CUT. *In: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, São Paulo, vol. 16, n° 46, jun. de 2001.

SIMÕES, Renato e FERREIRA, Sérgio. Betinho (entrevista com Herbert de Souza). *TEORIA E DEBATE*. São Paulo, n° 16, out./dez. 1991.

SINGER, Paul. *A Crise do “Milagre”*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Nos arredores da Maria Antônia. *In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (org.). Maria Antônia, uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. São Paulo: Global, 1980.

SOBOUL, A. *História da Revolução Francesa*. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SOCIALIST PARTY. Editorial. *THE SOCIALIST*, Londres, nº 548, 17 set. 2008. <http://www.socialistparty.org.uk/issue/548/6395> (consultado em 10/01/2010)

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. Formação Histórica do Brasil, São : n: LAPA, José Roberto do Amaral (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na Gênese do Populismo: análise da conjuntura da redemocratização no após-guerra*. São Paulo: Símbolo, 1980. (Coleção Ensaio e Memória, nº 27)

STALIN, J. V. Discurso no encerramento do XIX Congresso do P. C. da URSS. *In: PROBLEMAS*, Rio de Janeiro, nº 42, p. 28-31, set./out. 1952.

STOLCKE, Verena e HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA*, Rio de Janeiro, nº 6, p. 80-120, 1984.

TAVARES, Assis. Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira. *In: REVISTA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*, Rio de Janeiro, nº 11-12, dez. 1966/mar. 1967.

TEIXEIRA, Rodrigo Dias. A conversão da CUT e a relação com o FAT (1990-2000). *In: REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES*, Marechal Cândido Rondon (PR), ano 4, edição nº 5 (Trabalhadores e suas organizações), abr. 2008.

TELLES, Adelson et alli. *Rumo ao Partido dos Trabalhadores*, panfleto, 28 out. 1992.

TEMER, Milton et al. *O óbvio que não ulula (A eleição presidencial de 1994)* (panfleto). Rio de Janeiro: abr. 1995.

TEXIER, J. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. (Pensamento Crítico; v.3)

THOMPSON, E. P. *A formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, V.1 – A árvore da liberdade)

TODESCHINI, Remígio (org.). *7º CONCURTO - Discussões nos CECUTs* (caderno de teses), s. l., s. n., 26 jun. 2000.

TRASPADINI, Roberta e STEDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini, vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TRIBUNA COMUNISTA. Proposta de tese para discussão. *TRIBUNA COMUNISTA* (órgão oficial do Partido Comunista, reconstruindo o PCB), s. l., nº 1, jun. 1992.

TROTSKI, Leon. *A Revolução Permanente*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

VALLADARES, Eduardo e BERBEL, Márcia. *Revoluções do século XX*. São Paulo: Scipione, 1994.

VARGA, Eugene. O que é a democracia de novo tipo. *In: PROBLEMAS*, Rio de Janeiro, nº 6, p. 47-60, jan. 1948.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANNA, Luiz Werneck. Questão nacional e democracia: o Ocidente incompleto do PCB. *In: NOVOS RUMOS*, São Paulo: nº 8/9, p. 149-194, 1988.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Política e rebelião nos anos 30*. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1995. (Coleção Polêmica)

VIEIRA, Ana Cristina et al. O novo brotando do velho ou a extinção da ANAS, *In: SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE*, São Paulo, nº 48, p. 159-161, ag. 1995.

VILLA, Raul. Para um balanço da PO. *In: BRASIL SOCIALISTA*, nº 7, p. 6-37, out. 1976.

VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

VOZ NO CONGRESSO (suplemento). *In: VOZ DA UNIDADE* nº 509. São Paulo: 1º jan. 1991, p. 1-4.

WEFFORT, Francisco C. Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco. *CADERNOS CEBRAP* nº 5, São Paulo, 1968.

_____(org.). *PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Perspectivas políticas para um governo dos trabalhadores. *In: WEFFORT, F. C. (org.). PT: um projeto para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, p. 59-82, 1989.

_____. (org.). *Os Clássicos da Política 1*. São Paulo: Ática, 1993.

WEIDER, Jean Marc van der. 1968: a memória expropriada. *JORNAL DO BRASIL*, 1º mai. 1998. p.7

WELMOWICKI, José. *Cidadania ou Classe*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2004.

WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. 3ªed. Porto Alegre: L&PM, 1985. (Biblioteca Anarquista)

_____. *História das idéias e movimentos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

ZAIDAN FILHO, Michel *O PCB e a Internacional Comunista (1922-1929)*. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. *Comunistas em céu aberto (1922-1930)*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

ZAULI, Eduardo Meira. *As condições sociais da emergência e decadência da câmara setorial da indústria automotiva no Brasil*. São Paulo: Annablume Editora, 1997.

ZHDANOV, Andrei. Pela paz, a democracia e a independência dos povos. *PROBLEMAS*, Rio de Janeiro, nº 5, p. 22-43, dez. 1947.

PERIÓDICOS

A CLASSE OPERÁRIA (1989)

A VOZ DO TRABALHADOR (1908-1915)

BRASIL AGORA (1991-1995)

CARA A CARA (1978)

CORREIO DA MANHÃ (1968)

EM TEMPO (1979-2002)

FOLHA DE SÃO PAULO (1991)

FUNDAMENTOS (1948-1952)

IMPrensa POPULAR (1948-1958)

IMPrensa POPULAR (1997)

INSCRITA (2007)

JORNAL DO BRASIL (1994)

JORNAL DO PSTU (1995)

JORNAL NOVOS RUMOS (1959-1964)

MEMÓRIA E HISTÓRIA (1981)

NOVOS TEMPOS (1957-1958)

O ESTADO DE SÃO PAULO (1968)

O NACIONAL (1957-1959)

OITENTA (1980)

OPINIÃO SOCIALISTA (2009)

PRISMA (1991)

PROBLEMAS (1947-1954)

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (2001)

REVISTA BRASILIENSE (1956-1961)

REVISTA NOVOS RUMOS (1986-1989)

SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE (1979-2009)

TEMPORALIS (2001)

TEORIA E DEBATE (1989-2001)

THE SOCIALIST (2008)

TRIBUNA COMUNISTA (1992)

TRIBUNA DA IMPRENSA (1981)

TRIBUNA POPULAR (1945-1947)

ÚLTIMA HORA (1964)

VOZ DA UNIDADE (1991)

VOZ OPERÁRIA (1950-1958)

ENTREVISTAS

ARMÊNIO GUEDES* (1993)

HORÁCIO MACEDO* (1993)

JACOB GORENDER* (1993)

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA (2009)

MARIA BEATRIZ C. ABRAMIDES (2009)

ROSALINA SANTA CRUZ LEITE (2009)

THEOTÔNIO DOS SANTOS JR* (1994)

*

* Essas entrevistas foram realizadas, originalmente, para a minha dissertação de mestrado.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)